RB184,303

Presented to the
LIBRARY *of the*
UNIVERSITY OF TORONTO
by

Gomes de Rocha Madahil

Digitized by the Internet Archive
in 2010 with funding from
University of Toronto

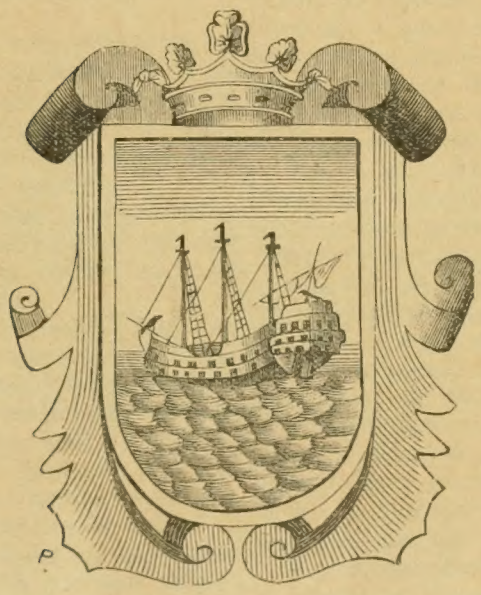
http://www.archive.org/details/lisboaantigaelis01lisb

LISBOA ANTIGA

E

LISBOA MODERNA

ELEMENTOS HISTORICOS DA SUA EVOLUÇÃO



BRAZÃO D'ARMAS DA CIDADE DE LISBOA

Antonio Gomes da Rocha Madail
Coimbra 7/1 1912

1900

Typographia da *Gazeta de Lisboa*
49 — Calçada do Duque — 51

LISBOA

A ANTIGA E NOVA LISBOA

SOBRE sete collinas, outr'ora vestidas de olivêdos frondosos e actualmente apinhadas de predios bem dispostos, eleva-se imponente e donairosa a cidade de Lisboa, capital da Patria Portugueza e uma das mais formosas cidades da Europa.

Pela sua situação geographica, pela amplitude do seu esplendido Tejo, pelo natural encanto do seu clima, bem merece a admiração do estrangeiro, e o affecto dos nacionaes. Dilecta dos romanos, odalisca dos agarenos, tambem teve dos poetas christãos a consagração de princeza, e do grande Herculano a esculpturação na immortalidade esthética.

O proprio desconhecido da sua origem lhe dá uma auréola de poesia, a esbater-se no Olympo rosicler do paganismo artistico.

Porém, que de difficuldades em descrever-lhe a existencia, e em acompanhal-a nas tumultuarias fórmas da sua evolução! A cada passo deparamos com uma obscuridade, e tanto mais tentamos aprofundal-a e esclarecel-a, quanto mais nos embrenhamos no dédalo das hypotheses, onde não ha Ariadna que nos estenda o fio norteador.

Bem quizeramos conhecer esses que primeiro vieram trazer a vida, e com ella o *fiat* da civilisação a esta cidade, mas os seculos sepultaram-n'os no abysmo das coisas immémores, e fez-se perpetuo silencio.

Descrever a cidade de Lisboa é trabalho que exige muito tempo, muita paciencia, e muitissimos conhecimentos archeologicos. Se em todas as povoações se tem realisado a obra, lenta mas persistente, da evolução, em nenhuma os seus effeitos são tão extraordinarios qual na formosissima capital do nosso paiz. Os que a fundaram não acreditariam que a Lisboa de hoje fosse a mesma do seu tempo. Os grandes descobridores dos seculos XV e XVI, não reconheceriam sequer a nova topographia de uma cidade, tida e havida na sua época como uma das mais lindas e melhores da Europa, mas que actualmente seria um attentado á civilisação e ao progresso.

Não nos jactâmos de satisfazer cabalmente ás condições de semelhante empreza. A indole d'esta publicação, puramente synthetica, não dá margem ao magno desdobramento d'este trabalho, e por isso não ha a esperar que elle seja tão minucioso quanto desejariamos apresental-o. O que vamos fazer não passa de simplices *apontamentos* para um trabalho mais amplo, mas é baseado no sincero desejo de prestar aos nossos illustrados leitores algumas indicações historicas, que são cheias de verdadeiro interesse.

A Lisboa antiga, sepultada nas ruinas dos varios terramotos, contém preciosissimas memorias da grandeza das gerações que a morte destruiu, e nem sempre a historia faz reviver na consciencia dos pósteros! Tem suas parcialidades a historia, e quantas injustiças nas suas apreciações, já glorificando, já condemnando! Fôra ella escripta pelo punho da Verdade, e dictada pela consciencia da Justiça, e muitos nobres ignorados surgiriam illuminados de gloria, como tantos e tantos que a immortalidade registra, desappareceriam na dissolução da mentida fama!

Obra bem tratada sobre Lisboa comportaria bastantes volumes, e seria apenas para o seu tempo. De annos a annos se remodela esta ou aquella parte da cidade, que, não satisfeita em derrubar as muralhas do Propheta, saltou para além das de D. Fernando, ultrapassou as portas da moderna circumvalação, e desdobrou o seu mappa campos fóra, n'uma triumphante affirmação de Progresso. A Lisboa de 1899 differe da Lisboa de 1800, como a d'este nosso cyclo se modificará dentro de outros noventa e nove annos. As descobertas da mechanica, as conquistas da industria, os progressos da hygiene, as novas concepções da esthetica pratica, consubstanciam-se em factos que alteram a plastica das povoações cultas.

O que a Lisboa do seculo XIX conservou do seculo XVIII, hade ser demolido pelo camartello civilisador do seculo XX.

Mas... estranho facto! A gente sente-se entristecer perante este anniquilamento do que foi! Predicâmos o credo do Progresso, reconhecemos as vantagens da faina demolidora que transforma as immundas viellas em amplos arruamentos, as praças acanhadas em formosos largos, os terrenos escabrosos em lindissimos jardins; que faz canalisações, illumina os caminhos, policia as cidades e as embelleza consecutivamente, mas não nos eximimos a um sentimento de indisivel melancolia em face da ruina de outras civilisações mais atrasadas, mas talvez mais generosas e sinceras. O respeito e a ternura pelo passado é uma religião perfumada de poesia, uma especie de saudade do desconhecido; alguma coisa que a palavra não exprime, mas que o coração acolhe piedosamente.

É com este sentimento que vamos, seculos além, bater á porta da antiquissima Lisboa, para lhe admirarmos a historia, por vezes radiante como uma aurora boreal de triumphos, por vezes lacrimosa como um tragico exôdo de amarguras.

Vamos assim, humildes romeiros da historia, desataviados de envaidecimentos mal cabidos, cingindo o nosso rosario de recordações, e penitenciando-nos pelas faltas que commettermos n'esta difficil empreza, mas abordoados á boa vontade, unica attenuante á nossa confessa incompetencia.

*

* *

Entre 38° e 42' de latitude norte e 43' de longitude de occidente, demora a bella capital da Patria Portugueza.

Ácerca da sua fundação correm versões taes que chegam a tocar os limites da Fábula.

Significa isto ser talmente recuada a sua origem que se torna impossivel conhecel-a ao certo. Em antigos escriptores encontramos a velha povoação como fundada no anno 184 depois do diluvio, o que lhe daria uma existencia de 4058 annos, antiguidade quasi inadmissivel, e pelo menos inverificavel. N'essa remota era, pretendem os que a sustentam como berço da vetusta povoação, veio ás aguas de Lisboa um tal Elisas, Luso, ou Lysias, bisneto de Noé da antiga escriptura, e fundou a cidade com o nome de Lysia.

Parece mais plausivel a opinião de ter sido esta região primitivamente habitada por varias familias de Babylonios, e chaldeus ou iberos emigrantes de Babylonia, no anno do mundo 1900, 2104 annos antes de Christo, anno em que dominava n'aquelle empório o terrivel Nemrod. As oppressões e selvagerias praticadas por aquelle chacal humano eram taes que o reino quasi se lhe despovoou, fugindo toda a gente á sua atrocidade que hoje se classificaria como um dos casos mais completos de psycopathia. Installando-se, provavelmente, no ponto mais elevado do terreno, visto que os antigos preferiam as elevações por serem ponto de melhor observação, viviam pacificamente quando se diz que aqui aportou uma numerosa colonia grega, capitaneada por *Baccho*, filho de Semele. Eram os forasteiros pacificos, pelo que obtiveram dos moradores de Lisboa a permissão de fixarem entre elles a sua residencia, chegando a entender-se todos maravilhosamente. O chefe d'este pequenino povo, foi Lysias, grego, acclamado de commum accordo.

Nada de turbulento nos transmittem os historiadores na existencia d'essa gente, mas alguma coisa de anormal deve ter-se passado, porque nos dizem que no anno 1372 antes da era de Christo, cerca de setecentos annos decorridos, veiu desembarcar no porto de Lisboa o famigerado Ulysses, que finda a guerra de Troia passou as columnas do Hercules—onde a geographia moderna nos mostra o estreito de Gibraltar, e por esta nossa terra se ficou algum tempo a pensar na semsaboria do regresso ao lar, onde o esperava a saudosa Penelope, já cançada de tecer e de desmanchar a teia, em quanto elle, velho tunante, se permittia varias estroinices na companhia de Calypso...

O caso, porém, é que o pae do joven Telemaco ampliou e reedificou a povoação e lhe deu o nome de Ulyssipo ou Ulysseia, e como não se reedifica senão o que está desabado, segue-se que algum cataclysmo arruinara a primitiva povoação, e quiçá a despovoara

Tudo isto, porém, é fundado em hypotheses, porquanto nenhuma prova conclusiva nos pode dar apoio em investigações de tal especie.

E a datar do anno do mundo 3005, approximadamente 1000 annos antes de Jesus Christo, os gallos-celtas senhorearam-se de Lisboa, onde não tiveram demorada permanencia porquanto quarenta e um annos depois já os seus dominadores eram de raça phenicia, navegadores arrojados, que por ventura nos legaram esse heroismo nautico que assombrou o mundo.

Tres seculos e meio se mantiveram n'esta região sendo então expulsos pelos carthaginezes, que lhes foram rivaes em arrojo e em perspicacia commercial, n'aquellas épocas em que de commercio a rapina não havia differença apreciavel. E durante 383 annos nada se sabe d'esta magnifica terra, já pizada por povos de diversas proveniencias, trazidos accidentalmente a este porto, onde a ambição os levava a trucidar os que primeiro haviam feito outrotanto.

Foi no anno 3803, pouco mais ou menos dois seculos antes do nascimento do Redemptor, que os romanos desdobraram o estandarte das aguias triumphantes á doce luz d'este ceu peninsular.

Deprehende-se do que nos chega a conhecimento que a cidade estava em ruinas. Podemos attribuir esse estado aos terramotos que assolaram a cidade 160 e 167 annos antes, e que arrazaram grande parte do povoado. Provavel é que os habitantes salvos abandonassem um sitio desolador á vista e doloroso á memoria, pela recordação dos entes queridos sepultos nos desabamentos.

Os romanos, povo culto e artistico, fizeram resurgir dos escombros uma nova povoação melhorada, e alindada com aquelle luxo de ornamentações e preadvinhações de hygiene que tanto admiramos ainda hoje. Seis seculos estiveram elles de posse de Lisboa e n'esse tempo dotaram-n'a de magnificencias. Dos seus antecessores apenas encontramos, como digno de menção, as duas estatuas de guerreiros que foram em tempo collocadas no jardim botanico da Ajuda, mas essas mesmas vieram das proximidades de Montalegre.

Foram elles os edificadores de varios theatros, templos, fortalezas e thermas, no que eram assás cuidadosos, não havendo povoação de origem romana que não tivesse os seus banhos publicos, do que nos ficaram vestigios, apesar das devastações barbáricas da edade média. Devido a essas hordas, que desceram do norte como flagellos medonhos, e aos cataclysmos geologicos tão repetidos n'este terreno, quasi nada nos resta d'essa profusão de embellezamentos, e esse pouco deve-se ás excavações que por diversas causas se teem feito.

No reinado de D. Maria, andando-se em trabalhos de remoção de terras e cavamento para construcções, na rua de S. Mamede, por ter aquelle local sido destruido pelo terramoto de 1755, encontrou-se um theatro ao pé da egreja de S. Chrispim.

Tambem em 1860 se descobriram bastantes restos de thermas romanas, por debaixo dos predios e ruas da cidade baixa.

Antes do grande terramoto do seculo XVIII abundavam os cippos e lápides em humbraes de portas e paredes, porque as pessoas que encontravam essas reliquias se apressavam em garantil-as da destruição. Quando se reconstruiu a cidade ninguem attendeu a semelhante cousa.

As pedras eram lançadas ao acaso, e as lápides partidas, sem lhes ligarem importancia ás inscripções, que a ignorancia e a azafama não comportavam outra cousa. Por excepção salvaram se as lápides embebidas no predio que fica defronte da egreja da Magdalena, destorcendo para a calçada do Correio Velho, em cujo lado ellas estão.

E' incontestavel a predilecção que os romanos tiveram por esta bella terra luzitana, pois não só a tornaram at-

trahente como lhe concederam os mais amplos privilegios de municipio do antigo direito latino

Os moradores de Lisboa, que o poderoso Cezar denominou *Felicitas Julia*, gozavam todas as garantias e privilegios de cidadãos romanos, considerados absolutamente eguaes em direitos aos habitantes de Roma. Os unicos que não eram comprehendidos n'este numero foram os que ao alvorecer do Christianismo abraçaram a nova doutrina.

Para esses se tornou tyrannica e perseguidora a lei, apesar do que a obra do Evangelho encontrou dedicados apostolos, sendo dos primeiros os benemeritos Pedro de Rates, e Mansos, prégadores do Santo Verbo meio seculo após a tragica epopeia do Calvario.

Não lhes perdoou o imperador, que os intimou a abjurar sob pena de morte tormentosa.

Preferiram os santos o martyrio, e com a sublime resignação que só a Fé nos grandes principios pode suggerir padeceram os mais horrorosos tratos.

A brilhante civilisação romana tocando o apogeu devia forçosamente declinar para o occaso; é esta a lei de todos os movimentos das rùtilas espheras, ellipse traçada pelo geometra supremo, e que forçosamente tem de percorrer os corpos celestes e os corpos sociaes...

Corria o setimo anno do quarto seculo do Christianismo quando a horda feroz dos bárbaros da Suecia, da Gothia e da Noruega, vieram sobre a peninsula como um cyclone de terrores e cahiram de chofre sobre a Luzitania. Não esperavam os povos tão rude ataque, e assim facil foi aos selvagens levar a cabo a obra da destruição. Ao tempo já o braço de Roma estava enfraquecido e o organismo da collossal potencia contaminado pela desmoralisação, que é a peçonha dos imperios, como dos individuos.

Derrotados os luzos em toda a linha, os vencedores procederam á partilha do territorio. Lisboa, e muitas terras da Extremadura, couberam aos *alanos*. Estupidos e ignorantes, começaram por destruir todas as maravilhas que o luxo e a arte romana haviam realisado na formosa *Felicitas Julia*.

Todavia ainda no relogio dos seculos não havia soado a hora da queda do gigántico imperio dos Cezares. Roma reagiu e enviou um general com o competente exercito para expulsar os alanos e suevos. Sebastião se chamava o general, e ao que parece é nome que não dá fortuna ás altas cabeças.

Este, bravo e aguerrido, habilitado com a lição pratica de consecutivas guerras, conseguiu á primeira arremettida destroçar os barbaros, mas desvanecido pelo triumpho quiz acclamar-se rei, e levantou contra semelhante ambição os povos que até áquella data o adoravam como a um heroico salvador. Da revolta popular resultou a morte do general, assassinado sem piedade, e Lisboa voltou immediatamente ao poder dos alanos e suevos.

Imagine-se que de revindictas tirariam os selvagens, e como seriam castigados os que combateram ao lado do infeliz general romano...

Durante setenta e oito annos foram elles absolutos donos da luzitana terra mas ao cabo d'esse tempo appareceu-lhes de frente Leovogildo, rei dos godos, já consagrado por Bellona nas guerras da peninsula iberica que vinha atrellando ao seu carro triumphal.

Destruindo aqui, reedificando acolá, sacrificando a utilidade dos povos á ferocidade das batalhas, que antes pareciam luctas de feras do que combate de homens, conseguiram governar duzentos e trinta annos, sem que alguem lhes tomasse conta das crueldades.

No anno de 715 da nossa era floresceram em poderio os reis arabes Muça e Tarik, e a estes coube a sorte de castigar os audaciosos godos. Cercando Lisboa, conquistaram-n'a, e pouco depois tinham-se imposto a toda a peninsula. Lisboa, porém, attrahiu-os, pela natural belleza e magnifica posição que occupava, mui convidativa para o commercio e aprazivel á vista.

O seu systema administrativo dividiu a peninsula em varios emirados ou pequenos reinos, governados por emires e sujeitos aos kalifas. Tiveram estes dominadores o bom senso necessario de reedificar os monumentos destruidos pelas armas e pelo vandalismo. D'esses edificios alguns resistiram á acção do tempo, e vieram até aos nossos dias, attestados veridicos da rigida comprehensão architectonica dos seus constructores.

A *Felicitas Julia* dos romanos tambem conservava a denominação de *Ulissipo* ou *Ulissipona*, em honra d'aquelle aventureiro *D. Juan* de divindades de terceira ordem.

Os musulmanos engraçaram com o nome e pronunciando-o a seu modo transformaram-n'o primeiro em *Aschbounah* e depois em Lissa-bounah. Os christãos modificaram-n'o e ficou sendo Lisboa.

Apezar das intenções menos crueis dos arabes não lograram estes possuir tranquillamente a heroica terra luzitana, pois além da animosidade dos seus naturaes breve se iniciou o periodo das guerras religiosas com que porfiavam em brutalidades christãos e agarenos.

Em Oviedo, terra hespanhola, reinava D. Fruela I, christão, no anno de 753. Levado pela ambição, e quiçá pelo zelo evangelico, fez guerra aos arabes e tomou-lhes Lisboa entre outras povoações luzitanas, e protegeu os christãos, cuja existencia era intoleravel sob a férrea mão que empunhava o alfange. Esta conquista marcou na historia apenas como que um momento de respiração livre para os neophytos do novo credo, porque a breve trecho recahiu toda a região do Tejo ao cabo de S. Vicente, e as cidades de Beja, Evora, Santarem e Lisboa, sob o poder mauritano, representado por Abd el-Raman, temido pela sua valentia e perigoso pelo odio que votava á Cruz.

Decorridos quarenta e sete annos o filho e successor de D. Fruela, D. Affonso, o Casto, rei das Asturias e Galliza, poz cerco a Lisboa durante a noite, e tomou-a de assalto, com justificada alegria dos christãos, alegria aliás ephemera porque onze annos depois *Ali-Aton*, rei de Cordova a retomou, fazendo amargurar aos nazarenos os jubilos de tão curta libertação.

Em o anno 851, D. Ordonho III, soberano de Leão veio guerrear os arabes em Lisboa e como os derrotasse entendeu dever justificar os seus sentimentos de bom christão pondo toda a povoação a ferro e fogo, sem poupar velhos, mulheres e creanças.

Eram de dura têmpera os ferozes crentes do Alcorão, e

não se davam por vencidos com facilidade. Voltaram á carga, conseguindo vingar a affronta.

D. Affonso VI, sogro do conde D Henrique, via com desgosto o dominio dos mouros, e em Leão e Castella recrutou um numeroso exercito com que veio, Luzitania dentro, fazer guerra de exterminio aos inimigos do Evangelho.

Pouco depois tornavam as alternativas belhcosas a apear os christãos para elevarem os mahometanos. Ora, n este consecutivo vai-vem de batalhas, não podia manter se a cidade em estado de segurança nem em condições de habitabilidade. Mas a desgraça pezava sobre a desditosa Lisboa, e aos estragos da guerra juntaram-se os calamitosos desastres dos terramotos do seculo 12.º, de nefasta acção. O ultimo, acontecido em 1146, reduziu a ruinas quasi tudo quanto fôra poupado pelos anteriores.

A cidade, circumscripta pelas vetustas muralhas de rija consistencia, tinha o triste aspecto de um amontoado de ruinas.

Andavam os mouros apprehensivos com as victorias do joven rei D. Affonso Henriques, cujos feitos nos campos de Ourique eram de molde a justificar-lhes o receio.

Em uma tarde do outomno do anno de 1147, o glorioso filho de D. Thereza estava a uma das janellas do castello de Cintra, recentemente conquistado, e pensava na posse de Lisboa, não só para sustentáculo e defeza da bacia do Tejo, como pelos interesses que lhe daria a entrada, no porto, dos navios de alto bordo que faziam o commercio da época. Quer sob o ponto de vista da guerra, quer da paz, Lisboa era indispensavel aos seus planos de fundador de um estado.

Assim meditando alongava a vista mar fóra, quando de repente vê ao longe uma esquadra que demandava o cabo da Roca, ao tempo chamado cabo de Cascaes, ou da *Rocha de Cintra*.

Deteve-se o rei em observação, pois em tempo de tantas surprezas não podia ser indifferente a vinda de uma armada, cujos fins eram desconhecidos.

Os navios fundearam em Cascaes, e D. Affonso Henriques verificou com alegre alvoroço que eram cavalleiros cruzados que ali vinham, da Austria, da Allemanha, de Inglaterra, de Flandres, accedendo ao appello do rei de França, e enthusiasmados com as prédicas do eloquente S. Bernardo, que os impellia á Terra Santa.

Entre os chefes que aportaram em Cascaes estavam o *abbade Dodechino*, do mosteiro de S. Dysibodo, varão de muito saber e tido em conta de grandemente erudito, ainda que na descripção da viagem não abundou pouco em dispauterios geographicos, sobre tudo na nomenclatura de portos e terras peninsulares. *Liberche e Guilherme*, de Lecorni *Childe Rolim* e *Guilherme da Longa Espada*, neto de Henrique I de Inglaterra, um dos mais valentes cruzados, e que na sua qualidade de general commandava as tropas.

O commando naval da frota pertencia ao *conde de Arestoth*.

Muitos outros chefes traziam os navios, mas seus nomes ficaram confundidos na gloria collectiva, e a historia não os especializa.

Duzentas naus haviam partido de Inglaterra, umas inglezas, flamengas outras, contendo uma tripulação de quatorze mil homens de guerra. Oito dias depois de levantarem ferro uma violenta tempestade as acossou, e das alterosas naus cincoenta apenas conseguiram continuar unidas a derrota. Mas o vento fez-lhes alterar o rumo e vieram dar a um porto hispanico, que o bom do abbade alcunhou *Cazzim* e d'ahi a outro que denominou *Vivero*, de modo que não se sabe onde isso aconteceu. O mesmo *erudito* abbade prosegue na descripção da viagem noticiando que em dado dia aportaram as naus a um porto da Galliza chamado *Thamára*, coisa muito para apreciar a força do homem em materia de geographia.

O certo foi que as cincoenta naus vieram buscar abrigo e por ventura abastecimento de aguas ao porto de Cascaes, o qual porto foi para o citado *erudito* confundido com o de Lisboa. E vá que não andou por muito longe!

Nós ja ouvimos a um official da marinha hespanhola que o cabo de S. Vicente se encontrava defronte de Cascaes...

D. Affonso Henriques encarregou quatro dos seus cavalleiros do reconhecimento dos navegantes, e como eram cruzados sollicitou-lhes auxilio para a tomada de Lisboa, que por muitos titulos era empreza santa.

A principio os cavalleiros mostraram-se pouco accessiveis, e respondiam que sendo seu fito resgatar o tumulo do Christo não deviam interromper a viagem á Terra Santa, a menos que não o determinassem motivos de força maior.

O monarcha portuguez insistiu, e como sabia *ler nas entrelinhas*, offereceu aos devotos estrangeiros metade da cidade cubiçada, e grossa partilha nos despojos.

Mercê de tão eloquentes propostas os escrupulos bateram em retirada, e o heroe de Ourique conseguiu o que desejava. Acto continuo dispoz treze mil homens em cêrco á cidade, com arraiaes assentes no Caes dos Soldados, Campo de Santa Clara, nos pontos elevados em que estão os conventos de Santa Anna e o da Encarnação, occupando a linha oriental até ás alturas do hospital de S. José, ao tempo logar deshabitado.

N'este sitio começava o arraial dos cruzados, os quaes improvisaram a sua praça de armas nos pontos da actual egreja dos Martyres e bibliotheca nacional.

Por toda a área que hoje abraça a capital, e que era ao tempo semeada de aldeias, quintas, e casas de campo onde os mouros passavam a epoca estival, e se recreavam, se fez immediatamente sentir o terror das armas. Os christãos invadiram tudo—para distracção—e despojaram as graciosas habitações de todos os objectos de valor lá encontrados.

As familias mahometanas, que ali viviam, puderam avaliar ao justo os sentimentos de caridade que floresciam no coração d'aquelles adoradores do pacifico e piedoso Nazareno. Ai dos mizeros arabes que não tiveram tempo ou animo para se acolherem dentro das muralhas, ainda que esse refugio apenas lhes serviu de dilacção ao tormentoso final! Em honra da Santa Cruz foram passados a fio de lança delicados corpos de mulheres e de creanças, tendo primeiro padecido os maiores ultrages que á soldadesca desenfreada aprouvera.

Iam decorridos cinco mezes de cerco sem resolução de-

finitiva Um ou outro assalto, sempre mal succedido, escaramuças sem resultados, e muitas vidas sacrificadas. Affonso Henriques entrou de preoccupar-se a valer com os acontecimentos, porquanto a permanecer o *statu quo* corria risco de ficar sem combatentes. Accrescia a este perigo a escassez de recursos para abastecimento da gente de terra, e dos sitiantes que guarneciam as duas margens do Tejo.

N'estas graves circumstancias convocou os chefes estrangeiros e os seus principaes homens de guerra a reunir em conselho, afim de se resolver de prompto o melhor meio de conseguir os fins propostos, porquanto pelo systema adoptado nunca se conseguiria a derrota dos mouros.

Decidiu-se um assalto geral. Combinou-se bem o plano verdadeiramente arrojado.

Os cavalleiros estrangeiros impozeram ao rei um saque de quatro dias, e acceite a deshumana clausula marcou-se dia e hora, que uns, apoiando-se na inscripção da lapide que se vê no vestibulo da Sé patriarchal, dizem ser o 25 de outubro, outros affirmam ter sido o 21 do mesmo mez, sendo o da lapide commemorativo da entrada do rei portuguez na cidade de Lisboa.

Explica-se a differença pela repugnancia de D. Affonso Henriques em assistir ao saque, que não deixou partilhar aos seus soldados.

Comquanto pouco acreditavel essa condolencia no audaz conquistador, que muito peor—se peor houve—viu no terrivel dia de Ourique, acceitaremos a explicação pelo menos como bem intencionada.

Os godos, dando tambem o dia 21 como o da victoria christã, dizem que os seguintes tres dias se empregaram em limpar as ruas e lançar cadaveres de mouros ao mar. Não lhes lembrou que a *limpeza* foi tambem no espolio dos miseros vencidos, e que os cadaveres eram das victimas da bestialidade dos devotos estrangeiros que vinham *honrar* as doutrinas do Bom Jesus.

Emfim, D. Affonso Henriques, apenas constatou a derrota dos arabes, fez retirar as suas tropas, e só com ellas entrou na cidade passados os dias de horrorosa carnificina e saque que teve de conceder aos alliados Digamos porém que semelhantes infamias, tão repugnantes e bestiaes, eram correntes n'aquelles barbaros tempos, e quem quer que fosse o vencedor não podia mesmo evital-as porque pagaria com a vida a intervenção humanitaria. Os soldados, sem disciplina nem concepções patrioticas, vindos ao acaso de diversos pontos da Europa, não passavam de assassinos tolerados, carniceiros assalariados que jogavam a vida pela ambição do saque.

D'aqui resulta que nos paizes christãos as raças se confundiram desde o alvorecer das monarchias, a ponto de não restar quasi um typo que não seja modificado por uma serie de cruzamentos.

No dia 21 de outubro, portanto, começou o ataque geral, pelas seis horas da manhã. Dentro da praça houve uma enorme surpreza. Os mouros andavam extenuados de fadiga por aquelles cinco mezes de escaramuças em que se portaram sempre como verdadeiros valentes. Rapidamente tomaram as suas posições, mas a rudeza do embate enervou-lhes a fé na victoria.

Os portuguezes atacaram a cidade pelo este, lado de Alfama, onde estava a porta, primeira entrada, feita na muralha, justamente no logar que occupa o convento de S. Vicente.

Os cruzados secundavam a acção combatendo pelo lado norte e oeste.

Ali construiram um castello de madeira, e encostando o á muralha, no local onde depois edificaram a egreja dos Martyres—em commemoração dos seus mortos—d'ali faziam grande mortandade nos mouros.

Como o castello era uma engenhosa caranguejola, encostaram-n'o os cruzados ás portas ali existentes, e largaram-lhe fogo. Com isso não contavam os mouros... Rija madeira haviam empregado ali e difficilmente entraria n'ella o gume acerado das machadas demolidoras, porem o fogo devorou-a rapidamente e a entrada franqueou-se ao inimigo.

Além d'este castello tinham os sitiantes varias edificações de madeira dispostas em toda a extensão das muralhas e á mesma altura, servindo-lhes tanto para impedimento de defeza interna, como para picarem os muros com os temiveis arietes — traves grossas rematadas por uma cabeça de bronze, em forma de cabeça de carneiro, que os soldados do nosso tempo nem sequer lograriam levantar á altura de um metro...

Pelo meio dia estavam os christãos senhores da praça, contribuindo poderosamente para a entrada dos sitiantes o heroico sacrificio de Martim Moniz, quando fazendo do seu dolorido corpo um empeço ao cerramento das portas do lado norte deu tempo a que os christãos ali chegassem, e podessem penetrar no recinto.

Era este extraordinario varão filho do celebre Egas Moniz, insigne modelo de honra portugueza.

Mataram n'o os mouros a golpes de lança mas elle ainda poude ver, com o lampejo derradeiro, que o seu martyrio não fôra esteril á causa de D. Affonso Henriques.

Sobe ao fabuloso numero de quinhentos mil a somma dos mouros que o historiador Roberto do Monte diz que pereceram n'esse medonho combate. Achamos muita faina para seis horas ..

Frei Antonio Brandão e Duarte Nunes de Leão reduzem a matança do dia, e distribuem-n'a pelos cinco mezes de cerco, e vá que não deram pouco que fazer aos christãos attribuindo-lhes a extincção de cem mil mouros por mez! Tres mil trezentas e tantas mortes por dia exigem muito desembaraço e desenvolvidas aptidões.

Demais a mais sem auxilio da mechanica!... Nem lhes dava tempo para limpar o suor!...

D. Affonso Henriques quiz dar aos cavalleiros cruzados metade de Lisboa, conforme lhes havia promettido; recusaram-n'a elles, contentando-se com os despojos, cuja riqueza era incalculavel e podia ser transportada para qualquer ponto. A cidade, arruinada, sem commodidades nem distracções, ser-lhes-hia um sorvedouro de dinheiro para tornar-se supportavel.

El-rei contemplou os principaes chefes estrangeiros com as terras de Arruda, Azambuja, Villa Franca, Lourinhã, Villa Verde, Almada e outras localidades, para que as povoassem e possuissem com direitos de transmissão aos descendentes.

Logo que o glorioso fundador da monarchia portugueza entrou na terra dos infieis apressou-se em mandar purificar a mesquita arabe, que tomou o nome de Santa Maria Maior, e vem a ser a nossa Sé. Ali celebrou officios divinos o bispo D. Gilberto, que viera com os cruzados, e aqui foi sagrado bispo de Lisboa pelo arcebispo de Braga.

Desde logo a arruinada cidade, onde tantas guerras se haviam dado, e tão diversos povos haviam dominado, entrou a ser povoada de gente christã, portugueza e estrangeira D. Affonso Henriques não trocou pela bella Lisboa a sua amada terra de Coimbra onde continuou a demorar a côrte.

Naturalmente o estado da cidade mourisca não era de molde a dar gosto habital-a, e só á custa de enormissimas despezas e trabalhos se começou a tornar toleravel.

Se o primeiro monarcha portuguez revivesse e se encontrasse repentinamente na Lisboa dos nossos dias, crêr-se hia transportado a um mundo de maravilhas.

Mas em troca com que profundo desprezo olharia os homens da geração hodierna!

*

* *

O primeiro rei que estabeleceu residencia official em Lisboa foi D. Affonso III. Os antecessores apenas de visita vinham a esta cidade, e durante esses dias residiam em casas sem apparato, contiguas á Sé, pouco mais ou menos no sitio do *Pateo da Sé*.

D. Affonso III mandou edificar paços proprios contiguos á muralha, com entrada pela porta exterior, ao pé de S. Bartholomeu, como mencionaremos em outra altura Esta resolução régia determinou muitas familias, mórmente fidalgos, a estabelecer residencia na nova côrte

A cidade foi-se estendendo muralhas fóra, e pouco a pouco se levantavam edificações de notavel amplidão e pujante architectura.

De alguns d'esses edificios vamos fallar. Começaremos por declarar que não podemos obter sobre o assumpto tão amplas informações quanto nos era mister.

Naturalmente devemos começar pelos paços reaes, porque a elles se ligam directa ou indirectamente, varios factos da vida nacional.

Já dissemos que os primeiros paços reaes propriamente ditos eram os de S. Bartholomeu. Ali morreu D. Affonso III e nasceu D. Diniz, que o habitou até que construido o palacio das Alcaçovas para elle se transferiu. O primeiro paço deu-o el-rei a um filho do seu bastardo D. Affonso Sanches, ao qual dedicava profundo affecto. Este bastardo real veiu a ser victima do rancor de D. Affonso IV seu irmão, que não lhe perdoou o muito que o real progenitor lhe queria. Passando ao neto de D. Diniz o paço de S. Bartholomeu ficou propriedade particular. O terramoto de 1755 destruiu o completamente, e com a remodelação da cidade fez-se um largo no chão que elle occupava, e uma fieira de predios onde fôra a egreja.

Os paços das Alcaçovas, construidos dentro do castello ao pé da cidadella, e mui perto do anterior, desappareceu tambem por motivo de repetidos desastres, de modo que não se lhe conhece o risco. Suppómos todavia não ser obra de notabilidade, porque os reis da primeira dynastia eram mais robustos de pulso do que delicados de comprehensão esthética Em todo o caso foi nas Alcaçoças que habitaram os monarchas até que D. Manuel construiu o maravilhoso edificio do Terreiro do Paço.

Descendo do castello pela rua de S. Bartholomeu, e seguindo para Santa Luzia, iremos passar por defronte do immundo Limoeiro, verdadeiro fóco de infecciosidades criminaes e bactéricas, que a hygiene publica ha muito devera ter demolido. Pois n'essa espelunca viveu a bella e depravada rainha D. Leonor Telles e a sua côrte de aduladores, que bons interesses tiraram do rebaixamento de suas desmoralisadas consciencias. É todavia com um sentimento de admiração pelo maior vulto da nossa historia que encaramos o velho Limoeiro, outr'ora dito—Palacio da Moeda Nova. A origem d'este edificio não nos é conhecida porque apenas d'elle se faz menção desde que D. Fernando entrou a alternar a sua residencia ora n'este, ora no paço das Alcaçovas.

A historia d'este monarcha tão gentil quanto desequilibrado foi das mais funestas ao paiz, mas teve tambem maravilhosos lampejos de bom senso.

A primeira grande loucura do rei foi a pretensão á corôa de Castella, por morte de D. Pedro, o Cruel. D. Henrique, herdeiro do throno, repelliu-o e o louco mancebo real fez alliança com o rei de Granada e com D. Pedro de Aragão, pedindo a este sua filha D. Leonor em casamento. A guerra só terminou em 1371, por intermedio do Pontifice XI. Livre de apuros D. Fernando não se preoccupou mais com a pedida noiva, e o rei hespanhol tomando por pretexto a offensa pediu contas do procedimento incorrecto do leviano rei, e este faltando á fé dos contractos alliou-se á pressa ao duque de Lencastre, pretendente tambem á corôa de Castella na qualidade de genro de D. Pedro, o Cruel.

Então D. Henrique á frente de um poderoso exercito entrou em Portugal, devastou a provincia da Beira Baixa, e veiu assentar arraiaes em Lisboa, morando elle no convento de S. Francisco da cidade. O povo, cançado de torturas e sem meios de defeza, dizimado pela fome e pelas doenças produzidas pela miseria e pela agglomeração de gente entrou a largar fogo ás casas, com que os castelhanos se divertiam ajudando a obra de destruição.

A este tempo já el-rei tinha realisado o seu vergonhoso casamento com a perversa mulher de João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro, que se retirara para Castella afim de buscar vingar-se da situação infamante que lhe impozera a sensualidade adulterina dos reaes esposos. Sem animo para se bater nem forças para separar-se da formosa Messalina que elevara ao throno de Santa Izabel, encerrou-se D. Fernando dentro das fortes muralhas de Santarem e via indifferentemente o arrazamento da pobre Lisboa.

Ainda d'esta vez, acudiu a mediação de Grogorio XI em virtude da qual se fez a paz de 1373, avistando-se os dois monarchas belligerantes no Tejo, em frente de Santarem, com o maior apparato. Assim juraram pazes, e como penhor de boa amisade se ajustaram os esponsaes da irmã de D. Fernando, e da infantil princezinha D. Brites, filha unica do monarcha e de D. Leonor Telles de Menezes.

Pouco duravam em D. Fernando as mesmas ideias, porque se entendeu com a Inglaterra contra Castella e de novo rebentou guerra. Vieram navios com tropas inglezas cujo *auxilio* foi mil vezes mais calamitoso do que a hostillidade bellicosa dos castelhanos. A provincia do Alemtejo principalmente, possuida pelos bestiaes soldados de Eduardo III, ficou plenamente roubada e ensanguentada... uma alliança perfeitamente ingleza. Por fim chegou-se a uma especie de accordo, rematado pela proposta de casamento da pobre princeza, não já com o principe castelhano, primeiro noivo, mas com o pae, o velho rei D. João a cuja decrepitude foi sacrificada a desventurada creança, no anno de 1383.

D. Leonor Telles, cuja influencia não affrouxava em favor de Castella, mantendo relações clandestinas com o velho monarcha, por intermedio de João Fernandes Andeiro, seu amante escandaloso, intrigava os fidalgos portuguezes que não conseguia desmoralisar, e em quem preadvinhava futuros adversarios. Já tinha conseguido inutilisar os filhos de D. Ignez de Castro, irmãos de D. Fernando, levando-os a emigrar. Um era o marido da sua propria irmã D. Maria Telles, contra quem a infame rainha tramou tão nefandas calumnias que o desvairado a assassinou, em Coimbra, nas casas ainda hoje conhecidas pelo nome da formosa e innocente victima.

De um principalmente se temia a esposa adultera, e contra esse nada pudéra até então... Era do joven D. João, mestre da ordem de Aviz, filho natural de D. Pedro I. Empregara os melhores meios de seducção junto d'elle, mas debalde, porque o nobre mancebo estava protegido pela égide do patriotismo, e pela paixão que lhe inspirara a encantadora filha do *Barbadão*. Todos os planos lhe abortavam contra esse adversario incorruptivel.

Assim estavam as coisas quando D. Fernando morreu, aos 22 de outubro de 1383. Os bons portuguezes viram o perigo: A infanta casada com o rei de Castella, nenhum herdeiro directo ao throno, e a rainha viuva conspirando em favor de Castella.

As previsões realisaram-se porque D. Leonor Telles mandou acclamar em varias terras do paiz a D. João I de Castella e a juvenil esposa, como successores de D. Fernando.

Em tão graves conjuncturas todos os pensamentos se voltaram para o mestre de Aviz a quem o povo adorava. Os fidalgos dedicados á independencia de Portugal, e principalmente a mocidade representada pela brilhante pleia de da Ala dos Namorados a cuja frente estava a privilegiada figura de Nuno Alvares Pereira, puzeram se abertamente ao lado do bemquisto bastardo de D. Pedro I, e quando a rainha suppunha que o governador de Evora dando cumprimento a uma negra ordem que ella lhe expedira para matar o mancebo teria affastado para sempre aquelle estorvo do caminho das suas intenções, surge-lhe elle nos paços da Moeda Nova. Era no dia 6 de dezembro. A rainha estava nos seus aposentos com algumas damas, e a seus pés, em um precioso tamborete, João Fernandes Andeiro, recentemente intitulado conde de Ourem, prestava-lhe a escandalosa adoração que revoltava a gente honesta da nação portugueza.

Entre indignada e receiosa perguntou-lhe a soberana o motivo da sua volta inesperada, e d'aquella infracção das praxes que o levava ao arrojo de cahir de chôfre nos aposentos particulares da rainha. O mestre respondeu-lhe com a maxima cordura, e desculpou-se com a urgencia de uma communicação particular ao conde Andeiro. Um tanto desconfiada D. Leonor, não se atreveu porém a deter o valido, porque seria demasiado despejo. O favorito, não menos receioso, seguia o mestre a uma sala contigua, mas antes de proferir palavra recebia uma punhalada em cheio no coração

Cá fóra grande multidão vozeava em frente do edificio, e como a demora do Mestre inquietasse o povo, começava a encapellar-se a onda da revolta. Ouviu-se de repente uma voz gritando que lá dentro estavam a matar o Mestre, e logo as massas desorientadas propuzeram lançar fogo ao palacio não consentindo que de dentro fosse salva pessoa alguma.

Por fortuna D. João, ouvindo a vozeria que o chamava, afflictamente, appareceu a uma janella, e mostrando o punhal ensanguentado declarou ao povo que vinha de matar o fidalgo castelhano.

Subiu de ponto o delirio, e o Mestre teve a mais estrondosa ovação, emquanto a rainha no auge do desespero chorava a morte d'aquelle bello cavalleiro que fôra talvez o amor unico de toda a sua vida de cortezã afortunada.

Parece esta acção pouco digna de um cavalleiro, mas é de notar que só por meio estrategico podia o Mestre de Aviz desfazer-se e livrar o paiz de um homem que no animo da rainha tudo podia, e que não tardaria a consummar a obra da traição em favor de Castella, tanto mais que grande parte dos fidalgos portuguezes estavam no partido da viuva de D Fernando, e o paiz em geral cançado e arruinado pelas guerras. O povo de Lisboa, que já tinha feito o movimento patriotico de Fernão Vasques, heroica victima da descaroada ex esposa de D. João Lourenço da Cunha, acclamou no moço Mestre de Aviz o salvador e protector, e n'elle poz toda a esperança da integridade e independencia de Portugal, retalhado pelos inglezes e arrasado pelos castelhanos. A historia nos diz quão bem fundada foi a confiança popular.

D. João de Castella, obrigado a levantar o segundo cerco de Lisboa onde a sua arrogancia tropeçou, viera cahir totalmente anniquilado em Aljubarrota, onde trinta mil homens, bem armados, foram vencidos por uns sete mil sem disciplinação nem boas armas, mas fortes de patriotico valor, e cheios de fé nos chefes.

As terras que nos haviam roubado os inglezes a titulo de *indemnisação* pelo *auxilio* que trouxeram a D. Fernando, voltaram ao domi io e integridade do territorio portuguez, em virtude do casamento do glorioso fundador da dynastia avisense com D. Filippa de Lencastre, filha do duque de Lencastre, já mencionado.

Pois toda essa epopeia nacional nos acode á memoria em vista d'aquelle fóco de miserias sociaes chamado Limoeiro.

No reinado de D. João, passou a chamar-se paço dos infantes, porque ahi habitavam esses que foram tão grandes nas virtudes, como na politica, como na sciencia. Havia tambem quem designasse o edificio com o nome de Paços de S. Martinho.

D. Manoel installou ali a casa da Supplicação e cadeia civil.

O terremoto de 1755 arruinou consideravelmente o todo architectonico, pelo que foi quasi todo reconstruido, e adoptado para o triste fim que lhe assignalaram. Adoptado!... Quer dizer que ainda o mesmo ministro de D José, apesar das suas vistas de aguia, não comprehendeu que a missão da lei não é envenenar phisicamente e espiritualmente os que enfermam no crime, mas sim medical-os pela moral, pela disciplina, pelo trabalho, e apontar-lhes ao fim da expiação da sentença o altar da Esperança onde a caridade desenha o quadro commovente do Nazareno perdoando á mulher adultera...

Entre o Limoeiro e as Alcaçovas houve os paços de Santo Eloy, mandados edificar por D. Leonor, viuva de D. João II, e irmã de D. Manoel.

Tinham um passadiço para a egreja, onde a santa e piedosa senhora possuia tribuna reservada para assistir aos officios divinos. O terremoto arrazou-os, mas parece que eram construidos no sitio do Arco das Damas, estendendo-se pela rua do mesmo nome, e que tinham a fachada principal voltada ao largo do Contador-Mór.

Além d'este palacio a saudosa rainha mandou construir o de Xabregas, a par do mosteiro da Madre de Deus. Lá morou a triste rainha, tão desventurada e tão digna de o não ser! Enxabregas, ao tempo, não era sitio como hoje transitado e povoado. Em frente do palacio, actualmente occupado pelos asylados do asylo D. Maria Pia, estendia-se uma vasta praia, onde as aguas desenrolavam dolentes murmurios, como tributos plangentes á dôr d'aquella alma de mulher a quem o esposo assassinara o irmão, e a desgraça matara instantaneamente o filho unico, tão gentil e tão amado!...

Tamanha dôr era essa que certamente nem uma miseranda mendiga quereria nos hombros aquelle manto de rainha, que afinal não foi senão a cruz das amarguras collossaes!

Fugida ao bulicio da côrte ali foi entregar-se ás lancinantes memorias da sua pallida mocidade, tão cedo amortalhada em lagrimas, limpidas e consagradas qual o veu virginal das brancas noviças do mosteiro edificado por ella ali ao pé.

N'estes paços habitaram por vezes D. João III, sua mulher, e seu neto D. Sebastião.

Os reis intrusos não lhe deram importancia, mas D Luiza de Gusmão, valorosa consorte do duque de Bragança, pediu e alcançou do real esposo a doação d'elle em favor da condessa de Unhão, sua camareira mór, e muito da sua particular sympathia. D'esta familia, por extincção de descendencia, passou para a casa de Niza.

Estes fidalgos fizeram grandes obras nos velhos paços, e tornaram-n'os sumptuosos, mas com a decadencia do ultimo marquez, que foi o mais irrequieto e famoso bohemio de ha meio seculo, foi-se arruinando todo o predio. Depois as obras do aterro do caminho de ferro, com a ponte que ali passa, tiraram-lhe a vista explendida que era um dos maiores attractivos, e soterrou-o em uma rua feia, e um largo sem embellezamento de especie alguma, como que escondido por detraz do arco da ponte. O ultimo marquez de Niza vendeu-o a um particular e este vendeu-o ao governo que ali installou os asylados.

Annos depois o edificio foi presa de um violento incendio que muito o damnificou. Na reconstrucção tiveram os architectos em vista o fim para que se faziam as obras, de modo que ficou em boas condições de arejamento e sanidade. Ali estão recolhidos bastantes velhos e menores, sendo a estes facultado o ensino de instrucção primaria, musica e uma profissão manual que os habilita ao grangeio honesto da existencia, quando o limite da edade os emancipa da tutella asylar. Os velhos, esses, coitados, para ali vegetam até que a morte os alforra da *chapa* official, sello das desolações da miseria.

Em principio havia tambem logar para raparigas orphanadas; acabou essa misericoria, não sabemos porque motivos.

Nas Escolas Geraes houve um grande palacio, que serviu de primeira installação da Universidade creada por D. Diniz. Era o palacio dito do Infante por pertencer ao Infante D. Henrique, o qual, vendo as aulas universitarias pessimamente alojadas em casitas dispersas, deu lhe o seu palacio, e outras casas e terrenos comprados por elle a D. Alvaro de Castro por quatrocentas dobras de bom oiro e quarenta e quatro pannos de Castella.

Quando a Universidade se mudou para Coimbra vendeu esta o edificio a diversos particulares, e todo o terreno dado pelo Infante. Em 1755 ainda existiam as casas todas, e em uma morava monsenhor Amaral, prelado da Sé Patriarchal.

O terremoto abateu tudo ou quasi tudo. Do que ficou, entraram a edificar uns prediositos pequenos, e do antigo palacio apenas ficaram umas memorias no antigo pateo dos Quintalinhos, tambem já transformado em *villa*, e que ainda conserva um bello portão de ferro, praticado em um alto muro, outr'ora ameiado.

Um pouco acima, do lado opposto, ha um predio, recentemente reedificado, onde funccionava antes das obras, a *Associação das costureiras de Lisboa* Diz-se que pertencia á Universidade, e assim parece porque tinha salas amplas, quadradas, com os tectos muito elevados ao centro, e tanto estes como as portas de uma remota epoca, e escadarias de pedra, com degraus altos.

Defrontando com o templo de S Christovão vemos um palacio, hoje propriedade particular, mas que foi o paço *de par* S. Christovão. Não conhecemos o nome nem a qualidade do seu fundador. No reinado de D. Duarte já elle existia, e tanto que ali se festejaram as bodas da infanta D. Leonor, filha de el-rei, com o imperador da Allemanha Frederico III. Em um bello dia de agosto de 1451 se realisou a monumental cerimonia que ficou celebre pela magnificencia.

D. João II deu-o como propriedade propria a D. Alvaro, filho segundo do desventurado duque de Bragança D. Fernando I. Era um excellente caracter este do regio homicida... Matava o pae... e dava um palacio ao filho...

D. Alvaro foi *regedor das justiças* e d'ahi se deu á rua que vae do largo de S. Christovão para o largo do Caldas o nome de rua do Regedor, que ainda conserva.

Veiu o palacio passar ao dominio dos condes de Aveiras e marquezes de Vagos, os quaes lhe fizeram obras importantes ahi pelo anno de 1740. Quinze annos depois desmoronava-se todo o predio no dia terrivel de 1 de novembro e assim permaneceu até 1864, comprando-o então o

rico capitalista Leomil que d'aquellas ruinas fez resurgir uma das mais lindas casas de Lisboa. Aproveitou-lhe a fachada principal que ficara incolume, limitando-se a substituir as armas da familia Vagos pela firma de seu uso. As armas representavam um bello cão. Para o lado do Caldas tem o palacio um lindo jardim e uma explendida fachada que sôbre elle deita. Dá entrada ao jardim um elegante portão de grades, de moderna factura. Pelo lado da Rua do Regedor ha uma porta que é ainda da primitiva edificação, quando ali residiam pessoas da familia real.

*
* *

Quando D. Pedro, virtuoso e infeliz filho de D. João I, ficou regendo o reino, por menoridade de seu sobrinho D. Affonso V, tomou em consideração a necessidade de proporcionar aos fidalgos da provincia, empregados na côrte, um alojamento condigno. Até então eram elles como que aboletados em casas de particulares, os quaes soffriam n'isso incalculaveis prejuizos e vexames. Outrotanto se dava com os embaixadores estrangeiros, vindo a ser a gente abastada de Lisboa indignamente explorada, porquanto o governo não lhes offerecia a minima indemnisação.

D. Pedro, em cuja nobre consciencia fulgurava o pensamento da justiça, comprehendeu que semelhante estado de despotismo era iniquo, e resolveu construir edificio apropriado ao fim. Escolheu portanto o ponto mais central que era o Rocio, e no sitio em que ora se ergue o bonito edificio do theatro de D. Maria foi lançada a primeira pedra do Paço dos Estáos, no anno de 1449.

Estáo em portuguez antigo, queria dizer, *aposentação publica*.

Ficou o edificio muito vasto, e bem disposto, tal como fôra intenção do fundador. O alvará que ordenava a immediata realisação da obra constava dos seguintes termos:

Nós El-rei fazemos saber a bós Vereadores, Procurador e homens bons da nossa mui nobre e mui leal cidade de Lisboa, que nas Cortes d'essa cidade, foi accordado, como sabees, que nos bairros dos Senhores, ácerca dos paaços que em essa cidade tiressem, fossem feitos Estáus, em que os seus podssem pousar por seus dinheiros, e porque o conde de Ourem, mei primo hi tem seus paaços, como sabees, porem vos mandamos que logo mandees fazer os ditos estáos, no dito seu bairro, o mais ácerca dos seus paaços que bem puderdes, em tal guiza que os seus, abastadamente em elles possam pousar», etc

Ficaram portanto os paços dos Estáus junto aos do conde de Ourem ao norte do Rocio. Os primeiros occuparam quasi todo o actual largo do Camões e o segundo corria para o largo de S. Domingos, onde havia um caes de embarcar.

Entre os dois palacios ficava uma rua estreita que dava volta pela rectaguarda do palacio do conde de Ourem, e ia desembocar nas Portas de Santo Antão. O paço dos Estáus vinha mais á frente do que o outro, defeito que n'aquella epocha ninguem notava, porque cada qual construia conforme lhe aprouvesse, sem preoccupações de regularidade. Tinha uma fachada ao sul outra ao este, e ambas cahiam sobre o Rocio, que era muito amplo, mas de fórma irregular.

A do lado sul tinha o corpo central constante de um andar nobre e outro térreo, ladeado de dois pavilhões muito elevados e salientes, cada um com quatro amplas janellas, duas em cada andar. Ao centro havia duas aos lados do portão, e cinco no andar superior.

Na frontaria éste havia menor numero de janellas, e o corpo central subia á altura dos pavilhões.

Ao norte limitava o edificio a muralha de D. Fernando, e para oeste deitava para o becco interposto entre este a o palacio do conde.

Estreou-se este magnifico palacio pelo casamento da princeza irmã de D. Affonso V com o imperador da Allemanha, de cujas nupcias fallamos na descripção do palacio «de a par de S. Christovão».

Nos Estáos se alojaram os embaixadores de Frederico III, que eram Jacob Motz e Nicolau Lankman de Valckenstein, recebendo magnifico tratamento durante os mezes de agosto, setembro e parte de outubro, isto é, até á partida da infanta D. Leonor.

De residencia real só serviu pela primeira vez a D. João III, que algumas vezes deixava os opulentos paços da Ribeira por estes. Era nos Estáus que a familia real habitava por occasião do casamento da infanta D. Maria com o filho do imperador Carlos V, o principe D Philippe, que reinou em Castella com o nome de Philippe II. D'esta união matrimonial derivou a ruinosa dominação castelhana em Portugal e por isso a consideramos como um casamento maldito.

Não admira pois que no mesmo palacio se installasse a inquisição, outra obra maldita do tenebroso D. João III, uma das mais sinistras figuras do velho e nefasto regimen absolutista.

Não sabemos se el-rei lá ficou vivendo paredes meias com as victimas do seu odioso fanatismo, mas se o não fez, certo não foi por motivos de sentimentalidade, porque D. João III tinha um calhau no logar onde os outros teem o coração.

Da Inquisição, o mais medonho dos attentados contra Deus e contra o homem, fallaremos adiante. Aqui diremos apenas que, após reiteradas diligencias do monarcha, porque contrarias influencias lhe empediam os esforços, conseguiu pôr a funccionar o infame tribunal no anno de 1534.

O terremoto arrazou o edificio, e nas suas ruinas sepultou milhares de segredos, de torturas e de crueldades.

Reedificada a cidade, outro risco se deu ao edificio, bem como á praça que é, como se sabe, o actual Rocio, ou Praça de D. Pedro. O palacio da inquisição, construido do lado norte da praça estendia-se então para o éste. Carlos Mardel deu o risco que comprehendia tres corpos.

Onde está o theatro era o corpo principal. O segundo, mais recuado, quasi correspondia á rua do Ouro.

D'este sahia o terceiro, muito mais avançado, alinhando-se ao primeiro, e com uma fachada lateral voltada á rua do Principe, que então era mais comprida do que hoje. O segundo e terceiro corpos do edificio tomavam todo o

largo de Camões, que é muito mais moderno, e tambem tomava o terreno onde estão os predios do lado norte, cafés do Suisso e do Martinho, etc.

Pela rectaguarda do edificio, estendendo-se pela rua do Principe até á nossa rua do Jardim do Regedor, tinha o palacio uns formosos jardins ornamentados com bellissimas estatuas que d'ali foram transportadas para o interior do reservatorio das Amoreiras.

Abolidas as torturas do nefando tribunal ficou a inquisição quasi sem força, mas olhada com um justificado terror pelo povo.

Em 1820 o povo, enthusiasmado com a gloriosa revolução liberal, entrou por ali dentro, e lançando mão dos terrives instrumentos com que os dominicanos suppliciavam as tristes victimas dos odios politicos e do fanatismo, destruiu-os cheio de rancor, e correndo todo o edificio arrombou as portas dos carceres subterraneos, onde ainda encontrou alguns miseros presos, mais mortos do que vivos, os quaes de mãos postas lhe agradeciam a misericordia.

N'este anno acabou a inquisição.

O mais que se refere ao tenebroso tribunal encontrar-se-ha na altura competente.

*

* *

Na rua do Thesouro Velho, lado éste, houve o nobre palacio fundado por D. Nuno Alvares Pereira. Occupava quasi toda a extensão da rua, toda a rua do Duque de Bragança, o terreno do *Hotel Bragança*, e o oeste do largo do Picadeiro. Era portanto enorme.

N'este palacio habitavam os duques de Bragança quando vinham dos paços de Villa Viçosa, ou visitar a familia reinante, ou assistir a qualquer acto de etiqueta, regosijo, dolencia official, etc.

Quando subiu ao throno D. João II, que era duque de Bragança, este palacio ficou destinado a arrecadação do thesouro, e d'aqui lhe ficou o nome de rua do Thesouro Velho, porque por ella se fazia a principal entrada do edificio.

Muitos annos decorridos, reinando D. João V, e querendo instituir a *Academia real da historia portugueza*, foi o palacio reedificado amplamente com o fausto que em todas as obras imprimiu a régia mão do faustoso monarcha.

Quatorze annos ali funccionou a brilhante academia. Em 1755 desabou parte de edificio, e o incendio que se seguiu ao cataclysmo complementou a obra da ruina, perdendo-se alli um incalculavel numero de preciosidades materiaes e artisticas.

Na remodelação da cidade ficou esquecido o velho palacio com cuja indifferença muito folgaram algumas familias proletarias que para ali se acoutaram, aproveitando um ou outro canto poupado pelo terremoto, e que o fogo desdenhara devorar por estar repleto de grandezas. Retalhou-se, pois, o nobre palacio de Nuno Alvares, brilhante atheneu dos sabios do seculo XVIII, em casebres immundos, povoados de não menos immunda gente... que tudo constituia ali um fôco de peste de vicios de corpo e alma.

Em 1841, providencial incendio apagou aquella pistula da superficie da Lisboa moderna, já sufficientemente envergonhada com as podridões dos casebres do Loreto, que ainda existiam. Mercê d'esse abençoado sinistro vemos hoje as duas ruas ladeadas de bons predios em alguns dos quaes ainda se conservam reliquias dos tempos idos, algumas janellas da primitiva construcção do palacio dos Braganças, isto da banda da rua do Thesouro Velho e do largo do Picadeiro, bem como as ha do tempo de D. João V, deitando para um pateo do edificio.

No hotel Bragança o envasamento da cantaria até ao primeiro pavimento é o mesmo que fizeram os operarios do tempo do grande condestavel. Da mesma época são umas escadas subterraneas, e cisternas que ha bastantes annos foram desentulhadas.

*

* *

Descendo ao Terreiro do Paço acodem-nos recordações do grandioso tempo de el-rei D. Manoel, o mais ditoso dos homens, como o mais afortunado dos reis. Ali mandou elle fazer os famosos paços da Ribeira. Foi esse monumento singularmente opulento caboucado em terreno roubado ao Tejo, com o qual tambem se fez o largo.

Para darmos uma idéa, imperfeitissima embora, do que seria o palacio, consideremos que occupava o local das actuaes secretarias do reino e da justiça, vindo depois a ter um lanço pelo lado occidental do largo, correndo os magnificos armazens da casa da India, obra tambem de D. Manoel.

O primeiro usurpador castelhano ficou deslumbrado com a vista e riqueza do edificio, e fez-lhe um elegante torreão de onde se descobria grande extensão de mar, pouco mais ou menos no ponto em que está o torreão que remata o lanço de secretarias á direita de quem olha o Tejo, e que imita, quanto possivel, o primeiro.

D. João V embellezou e enriqueceu mais esta maravilhosa vivenda real, a qual D. José encontrou cumulada de magnificencias.

Não a poupou o terremoto, e pena faz pensar na completa derrocada d'aquelle soberbo edificio, padrão da mais gloriosa época da historia da marinha portugueza. Tudo se perdeu, completamente tudo, exceptuando o portão que está no Arsenal, do lado do rio, onde chamam as *gallés*.

*

* *

Ao lado da egreja de Santos-o-Velho havia uns paços que D. João II, D. Manoel e D. Sebastião habitaram por vezes, como casa de campo, onde se recreavam, porque no seu tempo ainda a cidade não se atrevera a estender-se até lá.

Ha quem julgue que a regia morada era mesmo no mosteiro de Santos fundado por D. Sancho I para os cavalleiros de S. Thiago, e dado por D. Affonso III ás commendadeiras da mesma ordem, depois de mudar os varões para Alcacer do Sal.

D. João II transferiu as damas para o mosteiro de Santos-o-Novo, expressamente feito para ellas, e aproveitou o convento antigo para residencia campestre.

Ahi pelo anno de 1579 as commendadeiras obtiveram

licença para a venda do convento, comprando-o D. Luiz de Lencastre. Este fidalgo reconstruiu-o de modo que lhe deu feição de residencia particular, e ultimamente era seu donatario o marquez de Abrantes, que deu nome á calçada onde está o edificio.

*
* *

Foi famoso tambem o palacio do Corte Real, de cuja fundação não conhecemos época nem architecto, mas que foi propriedade e habitação do traidor D. Christovão de Moura, a quem o povo fez pagar caro o crime de vendilhão da patria.

Morreu miseravelmente sendo seu corpo crivado de golpes e de affrontas; os bens que tinha em Portugal foram confiscados para a corôa por ordem de D. João IV..

D. Luiza de Gusmão, sempre muito inclinada a seu filho D. Pedro, estabeleceu-lhe casa propria com grande tratamento n'este palacio que tomava todo o sitio do arsenal da marinha com parte do largo do Corpo Santo. Lá por dentro dividia-se em cento e oitenta e cinco compartimentos. Entre estes paços e os da Ribeira havia um passadiço de communicação.

Era de magestosa apparencia e com bella vista de Tejo. Devorou o edificio um collossal incendio, na noite de 17 de julho de 1750, e o terremoto de 1755 acabou de destruir o pouco que ainda estava de pé.

*
* *

Muito conhecidos são os paços da Rainha, na Bemposta, onde a rainha D. Carlota Joaquina tanto conspirou contra os liberaes, e D. Miguel de Bragança tão alegres dias passou mal cuidando ir findal-os em terra estrangeira.

Não são dos mais antigos esses paços. Mandou-os edificar D. Catharina de Bragança, filha de D. João IV, e viuva do rei de Inglaterra Carlos II, a quem levou em dote Bombaim, e todo o futuro colonial da nossa India. Esta rainha não quiz permanecer entre as nebulosidades britannicas, e regressou a Portugal logo que a morte do real esposo lhe restituiu a liberdade de acção.

Recebeu-a seu irmão D. Pedro II com grandes demonstrações d'aquelle regosijo publico tão ruidoso quanto falso, que não passa de rotineiro, e conduziu-a aos paços de Alcantara onde a excelsa senhora habituada ás grandezas londrinas não demorou muitos dias.

O conde de Redondo offereceu-lhe o palacio de Santa Martha, onde actualmente vive uma colonia de miseraveis, mas que ao tempo era soberbamente tratado. D. Catharina acceitou, mas breve se aborreceu do isolamento do sitio, e foi morar para o palacio do conde de Soure no Bairro Alto, em o qual depois houve um theatro, e ultimamente nada mais resta do que um largosito denominado —Pateo do conde de Soure. Ainda aqui não parou e mudou-se para o palacio do conde de Aveiras, em Belem, actualmente o palacio real de Belem. Mas qual? A excelsa viuva de Carlos II soffria da mordedura da taràntula e por isso não lograva repouso... era um Ashevero de saias. Pensou então em edificar um palacio á sua vontade, e depois de procurar nos arredores da capital optou pelo campo de Santa Barbara, sitio elevado, batido dos ares, bom ponto de vista, e mui pouco habitado.

De mais a belleza dos campos por ali fóra distendidos, proporcionava-lhe ensejo de fazer uma boa e ampla quinta. Tratou immediatamente de adquirir os terrenos e conclusos os negocios mandou fazer as obras do palacio e quinta com tanta celeridade que a breve trecho ficaram promptas.

Com vontade ou sem ella os diversos proprietarios das terras e casitas de campo, que por ali havia, venderam-n'as á rainha de Inglaterrra, e como esta recebia a dotação annual de cento e trinta e cinco contos de réis, clausula do seu casamento, e no seu tempo esta quantia equivaleria ao triplo do tempo de hoje, não lhe faltavam meios para viver opulentamente, com trezentos e setenta e cinco mil réis por dia, afóra a sua legitima da casa paterna.

O archiduque de Austria, Carlos, pretendente á corôa de Hespanha na guerra da successão seguida á morte de Carlos II, e que fizera alliança com D Pedro II, esteve no palacio da Bemposta hospedado quando veiu a Lisboa... Por signal que deu boa paga dos sacrificios em homens e dinheiro que custou a Portugal esta aventura de D. Pedro!...

Depois de arrastar o proprio rei a tomar parte na guerra, deixando a rainha de Inglaterra de regente ao reino, abandonou os alliados apenas soube do fallecimento de seu irmão Francisco José II, que lhe deixara por herança o throno de Allemanha onde era chamado a reinar com o nome de Carlos VII.

D. Catharina ainda foi regente outra vez durante uma grave enfermidade de D. Pedro II, porém morreu primeiro do que elle, legando-lhe todos os bens, no mesmo anno de 1705 em que governara o reino.

D. João V deu o palacio da Bemposta a seu irrequieto e nada recommendavel irmão D Francisco, e d'este passou a D. João, filho natual do Infante, mas que D. João V bizarramente legitimou e muito favoreceu. Este infante, de caracter bondoso, era conhecido pela denominação de Senhor D. João da Bemposta.

Desempenhou as funcções de mordomo-mór, general das armadas reaes e galeões de alto bordo, e foi do conselho de estado e guerra.

Falleceu geralmente estimado, em 1780, não deixando descendencia.

Em 1755 o palacio e capella ficaram muito mal tratados. As obras do convento foram então a expensas da casa do infantado, sendo realmente notavel a reedificação da egreja, que é lindissima

Regressando do Brazil, D. João VI foi habitar os paços de Queluz, mas pouco depois transferiu-se para a Bemposta, e então se realisaram ali grandes festivaes, em que a critica muito veneno lançou...

Conjunctamente se effectuaram na real capella grandiosas solemnidades, e floresceu a arte musical de que era enthusiasta amador o rei bonancheirão e fradesco.

Na capella ha um retábulo com a imagem da virgem da Conceição, a quem é dedicado o templo, primorosa execução do celebre pintor de Turim, José Throno, que veiu

a Lisboa em 1785, expressamente para retratar a familia reinante.

Parece comtudo que não desempenhou esse trabalho, ou então os retratos de D. Maria I e dos principes desappareceram.

Os que estão no quadro da rainha Santa Isabel e S. João Baptista foram executados pela palheta do pintor inglez Hichey, no anno de 1793. Este consciencioso artista demorou em Portugal um anno, e d'elle nos ficaram quadros de incontestavel merito.

A architectura do templo é elegante. Logo no vestibulo vemos bellas estatuas feitas pelos esculptores José de Almeida e Joaquim José de Barros Laborão, artistas nacionaes de muita nomeada no seculo XVIII. Quadros ali havia attribuidos a Grão Vasco, ao afamado pintor inglez Helbein, mas foram transportados para a galeria do paço das Necessidades, galeria que tanta dilecção mereceu ao Rei Artista de sympathica memoria. Ficaram á capella alfaias e vasos sagrados de alto valor. Quando se instituiu a capella nomearam lhe doze capellães, aos quaes se juntaram mais oito, concedendo-se-lhes a dignidade do canonicato, com a presidencia de um arcebispo *in partibus infidelium*.

Acabou tudo isso. A egreja está destinada para séde parochial dos Anjos, visto ser sentenciada a velha egreja matriz d'esta freguezia á demolição, para se continuar a rasgar a bella avenida dos Anjos, começada ha tempos

A quinta que a rainha D. Catharina fizera muitissimo espaçosa, pois tomava parte do bairro Estephania e lados do Matadouro, era muito pittoresca e aprazivel.

D. João VI mandou construir ahi um magnifico tanque de marmore, ornamentado com quatro enormes bustos representando as quatro estações do anno, e cuja execução fazia honra ao esculptor Faustino José Rodrigues, seu auctor.

A familia de D. Pedro IV não quiz habitar o palacio; apenas elle ali permaneceu algum tempo, que pouco foi, pois optou pelo palacio das Necessidades.

Em 1853 o governo deu o edificio para Escola do Exercito, e a quinta, parte passou para o Instituto Agricola e parte para o hospital Estephania, fundado pelo santo rei D. Pedro V, em 1860, em homenagem á gentilissima e ideal princeza que tão breve tempo compartilhou o throno, mas que passou na terra portugueza como um meteoro de amorosa luz.

Com a edificação dos paços entrou a affluir concorrencia ao local, e de um campo propriamente dito, com terras de semeadura e raros moradores, veiu a fazer-se um sitio aristocratico, procurado pela fidalguia, que entrou a construir casas para si e para os familiares. A Escola do Exercito tem sido augmentada e é um bom instituto, perfeitamente installado, porquanto, apesar da quantidade de predios, uns de boa apparencia, outros de extremada penuria, ainda o sitio é saudavel e desafogado.

O palacio das Necessidades, actual residencia da familia real, foi construido pelo meiado do seculo XVIII. Já ali havia uma capellita sob a indicação de Nossa Senhora das Necessidades, mandada fazer por uma mulher que lhe dedicava grande devoção.

O caso passou-se assim:

De todas as epidemias pestosas que devastaram o nosso paiz nos seculos passados, nenhuma attingiu as horriveis proporções do calamitoso contagio do fim do seculo XVI. Despovoou-se a capital quasi de todo, porque os que não fugiam morriam, e dos que buscavam salvação na fuga não poucos levavam comsigo os germens pestiferos que em outros logares actuavam mortalmente. Na parochia dos Anjos viviam dois esposos que, vencidos do panico, fugiram para a Ericeira. Perto do povoado encontraram uma ermida pauperrima, com a imagem de uma Senhora da Saude á qual invocaram com a fé que anda ligada ao medo das grandes epidemias. Chegou o inverno e as aguas do ceu lavaram as immundicies da terra, e com esta *epidemia* de limpeza tiveram tudo a ganhar os lisboetas, e tudo a perder os *bacillos* da epoca. Voltaram ao lar os dois conjuges, mas por cautella roubaram a imagem e occultaram n'a em casa. Alguns annos passaram e elles resolveram construir uma capella á imagem, entrando logo a angariar esmolas para esse fim.

Anna Gouveia de Vasconcellos era uma excellente matrona e abastada proprietaria, de cuja caridade se soccorreram os esposos. Não perderam tempo porque a excellente creatura lhes deu um terreno, no Alto de Alcantara, para edificação da capella.

Immediatamente se aggremiaram os maritimos da localidade, e formando irmandade contribuiram com dinheiro para a fabrica da capella. Pouco tardou que os ingenuos maritimos attribuissem uma infinidade de milagres á imagem que chrismaram em Senhora das Necessidades.

Rendia bastante a devoção dos fieis e por isso um tal Pedro de Castilho, do conselho de D. João IV, comprou á mesma Anna Gouveia umas casas, junto da capella, e adquiriu o padroado da mesma, conservando o até 1659.

Em 1742 adoeceu gravemente D. João V. Considerando elle que era rasoavel soccorrer-se da medicina e da devoção, mandou transportar a Senhora das Necessidades para a sua camara e ia fazendo votos emquanto engulia drogas.

Restabeleceu-se el-rei, e em paga do desvelo e cuidado dos Esculapios que por pouco iam seccando os miolos a pensarem nos meios de debellar a enfermidade, declarou que fôra a imagem quem o salvara. Mandou logo construir um bom templo no logar da capella, rico e magestoso como obra sua, e ao lado levantou um palacio. Como ali houvesse uma quinta pertencente a Balthazar Pereira do Dago, comprou lh'a a fim de edificar mosteiro para os congregados de S. Filippe Nery... E se alguma cousa admira é que não instituisse ali tambem algum convento de monjas.

O palacio foi occupado pelos infantes irmãos de D. João V, e um d'elles, D. Antonio, lá morava no dia 1 de novembro de 1755, com a fortuna de não soffrer o edificio prejuizo de importancia.

Nos dois reinados seguintes, este palacio deu hospedagem a principes estrangeiros, especialmente britannicos. Na sala da livraria do convento funccionaram as côrtes de 1821, e no palacio esteve a Academia Real das Sciencias, mas em 1834, extinctas as ordens religiosas, o convento encorporou-se ao palacio, que já era residencia da rainha D. Maria II. Lá falleceu esta senhora que, se como chefe

da nação tem manchas de sangue no seu reinado, e graves faltas na sua politica, como esposa e mãe foi honesto e virtuoso exemplo. Falleceu em 1853.

D Pedro V residiu no mesmo palacio e morreu onde nasceu. Os raros dias de felicidade que a sorte adversa lhe concedeu decorreram-lhe ali, na doce contemplação da esposa tão formosa e casta, tão poeticamente aureolada de virtudes... Ah! mas tambem ali padeceu as magoas supremas, aquella espantosa dôr da perda da mulher amada, dôr e magoa, que nivelam os homens quer se alteiem no throno, quer se arrastem na miseria!

Ephémera ventura a sua, que tão só lhe serviu para mais ao justo avaliar o despotismo da desgraça!

A' alegria das decorações do paço, do embellezamento da egreja, quando foi o seu casamento, seguiu-se a noite tumular de seu coração, que já no limiar da morte teve ainda de assistir á morte do irmão, o encantador principe zito D Fernando...

D. Luiz I não quiz viver no meio de tão desencontradas memorias, e foi-se para a Ajuda.

Nas Necessidades ficou D. Fernando—o rei artista, com o infante D. Augusto e a condessa d'Edla.

Tornou-se então uma admiravel academia de artes. D. Fernando era uma organisação finamente artista, e muita gente illustre lhe deve a carreira. Do seu natural generoso e lhano soube captar as sympathias. Tambem ali se finou, no meio das suas preciosidades, e o mesmo aconteceu ao infante D. Augusto.

A galeria de pintura e a bibliotheca das Necessidades são afamadas e com rasão.

A egreja é um primor em pinturas e alfaias, vasos do culto, tudo obra nacional Lá collocaram a celebre custodia fabricada com o primeiro ouro e pedrarias vindas da India, e que pertencia ao mosteiro dos Jeronymos. No seu genero não ha maravilha egual.

E' no gosto gothico, e fel-a o laureado esculptor Gil Vicente, tão notavel na esculptura como na litteratura.

Devem-se ao primoroso cinzel de Alexandre Giusti as estatuas que ornamentam a fachada do templo, e a de S Pedro ao lado da porta.

Alexandre Giusti veio de Italia para assentar a riquissima capella de S. João Baptista, com que D João V presenteou os jesuitas da casa professa de S Roque. Por pedido do rei dirigiu as obras de Mafra.

Com orgulho devemos registrar que a estatua de S. Paulo, collocada do lado opposto á de S. Pedro, e que em nada lhe é inferior, é devida ao talento do esculptor José de Almeida, compatriota nosso, de cujos trabalhos correu fama e memorias honrosissimas restam.

E' muito bem situado o edificio e d'elle se disfructa um bellissimo quadro. Os monarchas actuaes escolheram-n'o para residencia official, e encontraram-n'o no melhor estado de apuramento, mercê dos delicados gostos de el-rei D. Fernando.

Da quinta annexa só ha a dizer elogios. O ajardinamento e disposição do arvoredo, obedecendo á orientação moderna, são de notavel bom gosto, merecendo menção especial a estufa, mui vasta, e cheia dos mais raros e formosos exemplares da flora tropical.

Pela quinta encontram-se varios lagos, similhando espelhos encantados onde o ceu luminoso vai mirar-se serenamente, e as arvores se debruçam n'uma carinhosa offerenda de perfumadas homenagens. Aqui e ali graciosas figuras, estatuadas em marmore, se destacam elegantes pelo meio das uberrimas vegetações. E aquelles marmores relembram nomes de artistas que honraram a patria, e foram interessantes devotos do altar da Esthetica.

Em frente da frontaria do palacio ha um largo espaçoso com um gracioso chafariz ao meio, fabricado em marmore branco e côr de rosa. Dá-lhe especial belleza o obelisco monolithico que não é vulgar. O largo, com a sua arborisação, é deveras agradavel e vistoso.

*
* *

Outro palacio real digno de ser admirado é o da Ajuda. O ponto elevado onde está, pertencia outr'ora á freguezia de Ajuda, creada por D Affonso V, no anno de 1447, ou por seu desventurado tio D Pedro, quando regente.

A egreja que ali existe foi instituida por el-rei D. Manuel, mas apenas como simples capella. Desde o principio que a freguezia foi mui rendoso curato, apresentado pelo cabido Lisbonense, e com administração de sacramentos tambem no mosteiro dos Jeronymos, e nas Flamengas de Alcantara

O paço da Ajuda é o mais recente de todos. Deu-lhe começo D. João VI quando ainda era regente, e elle mesmo lhe lançou a pedra angular.

A extraordinaria opulencia d'este edificio, embora não esteja concluido conforme era intenção do architecto, dá-lhe direito a julgar-se um dos mais notaveis palacios reaes da Europa, e se se completasse seria uma explendida construcção. Vê-se de muito longe, sobranceiro e magestoso, como a excelsa Senhora que o habita — A Magestade da Mulher, e a Magestade da Architectura!

Quando nas tardes serenas do outono o sol oscula melancolicamente aquella fileira de janellas, dourando as com seus pallidos e saudosos fios de oiro, como que uma intensa tristeza nos traz ao pensamento o nome do mais liberal e sympathico dos monarchas brigantinos.

D Luiz I!... Raro se senta no throno um principe de tanta illustração e generosidade. Maritimo e escriptor, politico e polyglota, era tambem consciencioso amador de muzica, dedicado propugnador da civilisação, e um grande coração de democrata! Nós, que seguimos a linha recta da dignidade humana, que se não curva perante as grandezas humanas symbolisadas nas realezas ou no bezerro de oiro, temos uma sincera affectuosidade pela memoria d'esse principe que nunca sacrificou a gentileza do espirito á refulgencia da corôa.

*
* *

O portico do palacio ostenta quarenta e quatro esculpturas de encantadora inspiração. De tamanho quasi natural os contornos são de rara verosimilhança, e os ornamentos nem parecem trabalhados em pedra, tão delica-

damente são executados. Muitas d'esssas admiraveis figuras são attribuidas ao primoroso cinzel de Machado de Castro.

A fachada que deita para o largo terreiro deve ser a do lado esquerdo quando se concluirem as obras, porque a principal é do lado do Tejo.

No terreiro esteve algum tempo a antiga patriarchal.

Nos paços da Ajuda ha uma parte que pertenceu a um antigo paço, não tão antigo que passasse do tempo de el-rei D. José que n'elle habitou. Houve em essa parte do antigo paço um theatro onde se executaram as primeiras representações de opera italiana.

As obras d'este soberbo edificio foram dirigidas a principio pelos afamados architectos José da Costa, Antonio Francisco Roza, Manuel Caetano, e os dois irmãos Fabri.

A invasão dos francezes deteve os trabalhos, como natural era, porque o estado de inquietação publica não dava logar a outros assumptos que se não ligassem á salvação do paiz. Depois da expulsão dos invasores proseguiram as obras. Eram porem muitissimo dispendiosas, pois, apezar do baixo preço do salariato operario, nos cinco annos de 1813 a 1818 gastaram-se ali 809:106$019 réis, ou seja, numeros redondos 161:821$215 réis por anno, quantia importante, mórmente se considerarmos que no fim do ultimo anno as obras só chegavam ao principio do andar nobre, e que por tanto era necessario mais do triplo ou quadruplo capital para as levar ao fim.

D. Diguel de Bragança continuou-as á sua custa, e gastou para mais de oitocentos contos de réis, dando bastante desenvolvimento ás obras. Foi na sala principal d'este palacio que este principe recebeu a regencia das mãos de sua irmã D. Izabel Maria, em sessão real de 26 de fevereiro de 1828. Ali tambem se realisou a importante reunião dos tres estados do reino, no dia 3 de maio do mesmo anno para julgarem do procedimento de D. Pedro, declarando-o traidor e rebelde a seu pae e senhor D. João VI, e á patria, e como tal legalmente incapaz de cingir a corôa, que *de direito* competia ao infante D. Miguel.

Em 1833 o palacio da Ajuda foi habitado por Carlos V de Hespanha, combatido pelo partido liberal, e sua familia.

O senhor D. Miguel tinha no palacio uma instituição profundamente sympathica. Sustentava e vestia sessenta orphãos, e dava-lhes instrucção profissional, empregando-os nas obras do edificio. Sahiram d'essa escola bons architectos, pintores e esculptores, que se tornaram distinctos e honraram o instituto. Em 1834 puzeram os alumnos na rua sem mais contemplação... *eram suspeitosos de miguelismo*... Os pobres rapazes não deviam ficar bem catechisados com semelhante doutrinação liberal...

Depois ninguem se importou com o soberbo edificio, porque a familia real se alojou nas Necessidades.

Em 1858 fizeram-se alguns concertos no palacio, dispendendo-se para cima de noventa contos de réis sem bem saber-se em que... talvez em tapar buracos de ratazanas. Depois foi posto em termos de ser habitado pelo sr. D. Luiz I e sua esposa, ficando desde então na conta do melhor dos paços portuguezes, comquanto seja cousa de reparo que não fosse concluido.

Por dentro é maravilhosamente decorado, e tem pinturas de alto valor. A sala da acclamação difficilmente terá superior no seu genero.

O quadro que ali descreve a acclamação do fundador da dynastia actual, devido ao genial pincel de José da Cunha Taborda, bastava de per si para tornar notabilissimo aquelle grandioso salão. Dizendo-se que é uma verdadeira maravilha, dizendo-se que as figuras desenhadas parecem animar-se, como a Galathea, pelo amor da liberdade patria, não se diz mais o que a imaginação suppõe em face do brilhantissimo conceito do artista immortalisado.

Demais, o fino espirito da senhora D. Maria Pia está bem evidenciado nas obras de pintura e decorações feitas no interior dos aposentos, desde que a augusta rainha ali habita com o infante D. Affonso seu amantissimo filho.

Na quinta real da Ajuda houve antigamente um jardim botanico, e um gabinete de physica em casa contigua ao paço, instituições do marquez de Pombal. Domingos Vandelli, natural da Italia mas muito affecto a Portugal onde foi lente da Universidade, dirigiu o jardim com a proficiencia de um dos mais esclarecidos naturalistas do seu tempo. Em 1807, com ou sem rasão, julgaram-n'o bandeado com os francezes, e desterraram n'o por traidor, substituindo-o o botanico portuguez Alexandre Rodrigues Ferreira.

No entanto tinha-se tornado celebre o nome de Felix de Avellar Brotero, lente jubilado da Universidade, e auctor da *Flora Luzitana*. Este livro fez época, e ainda hoje é de valiosissimo auxilio e incontestavel importancia, mercê dos profundissimos conhecimentos botanicos e naturalistas do seu sapiente auctor.

Vagando o logar de director do jardim botanico e museu da Ajuda, o governo nomeou o talentoso Brotero para exercer essas funcções, e com essa acertada nomeação breve se tornaram ambos os institutos dignos da admiração e louvor de toda a gente culta.

Felix de Avellar Brotero falleceu em 5 de agosto de 1828; a sua morte foi uma enorme perda para a sciencia.

N'este jardim estão duas antiquissimas estatuas, attribuidas aos luzitanos ou aos phenicios; são as figuras de guerreiros a que já alludimos, obra toscamente cinzelada em granito, mas de grande valor archeologico, porque poucos monumentos de tão remotos tempos conserva a sociedade hodierna.

Perto do palacio está a magnifica tapada, mandada fazer pelo incomparavel Marquez de Pombal, para recreio e caçadas d'el-rei seu amo, amador apaixonado dos exercicios venatorios. Occupa uma area vastissima e está cortada de ruas, grandes terras de lavoura, muito bem povoada de caça, officinas de lavouras e casas de almoxarifado, tudo obra verdadeiramente real.

Todas as pessoas que visitam a tapada da Ajuda ficam surprehendidas e encantadas da formosura do logar e do bem disposto artistico.

Pouco distante do paço vemos a egreja de Nossa Senhora do Livramento, conhecida pela egreja da Memoria Tristes memorias effectivamente desperta... D'ella trataremos quando fallarmos dos templos antigos e modernos.

D'este ponto desceremos a Belem, onde temos de parar em face do palacio real, situado no lado occidental da praça de D. Fernando, antigo largo de Belem, theatro da desoladora tragedia dos Tavoras.

Foi propriedade dos condes de Aveiras o amplo predio. Tinham elles parte do edificio, a que olha para o norte, destinada a hospicio dos frades arrabidos, que la tinham meia duzia de cellas, capella e refeitorio, para quando vinham a Lisboa. O sitio era tambem conhecido pelo nome de *Arrabida*, em rasão da hospitalidade que os frades ali tinham.

Em 1726 D. João V, achando o logar bom para habitar de verão e convalescer de qualquer doença, propoz ao nobre proprietario a venda do palacio. Ora em casos taes nunca um palaciano se negaria á satisfação do real capricho. D. João V comprou-o por duzentos mil cruzados—oitenta contos de réis—negocio menos mau, em que se alguem soffreu damnos não foi com certeza o vendedor... nem o comprador ..

Constava a propriedade de grandes terrenos ajardinados, o palacio actual, e outras casarias proximas dos muros da quinta. D. João V conservou a disposição externa do todo, mas por dentro fez radicaes transformações e luxuosos embellezamentos.

Como o conde de S. Lourenço tivesse uma quinta a confinar com a do conde de Aveiras, D. João V adquiriu-a e ligou as duas. Então se construiram grandes e lindos jardins gradeados, com balaustradas. Rasgaram-se lagos, collocaram-se preciosos vasos de marmore nos remates das gradarias; ergueram-se elegantes estatuas sobre pedestaes de primoroso desenho; architectaram-se graciosos pavilhões interiormente mobilados com caprichoso bom tom, e espalharam-se deliciosas fontes, murmurando idealidades poeticas a occultas, no frondoso arvoredo, palacio das aladas princezas do espaço. E sobre todos os eccos deliciosos de um tal *Sezamo*, resoantes como as symphonias do Olympo, ouviam se as quedas de agua de uma esplendida cascata.

D. João V sabia conhecer o bello. Deixou os cofres da nação completamente vasios, mas elle morreu completamente cheio de gosos e alegrias, como poucos mortaes terão usufruido.

Quasi se chega a perdoar áquelle prodigo de bens que não eram seus, quando se pensa nas grandiosas obras que elle mandou executar.

Senhor do throno em verdes annos, não encontrando estorvos aos seus instinctos de perdulario, deu-lhes livre curso.

Ao tempo em que a varinha de condão dos seus caprichos fez surgir a deliciosa quinta de Belem ainda o monarcha não estava de todo preso pelo fanatismo, comquanto manifestasse tendencias para isso.

A' mocidade de D. João V foi irriquieta e plenamente perfumada de romantismos, que não contribuiram pouco para os desgostos de seu pae. Por mais de uma vez teve D. Pedro II de usar da mór severidade para conter o seu herdeiro, mais occupado nos amorosos enlevos pelas peregrinas bellezas da côrte, e até das filhas do povo, do que nos assumptos que haviam de ser lhe incumbidos mais tarde.

Depois de acclamado julgou-se senhor das suas acções, e e acceitou a encantadora esposa que tão santamente o suportou. Foi pelo temor das consequencias da recusa, porque demais um de seus irmãos sonhava com a reproducção dos factos do reinado anterior, e não se lhe dava de representar o papel de seu pae, distribuindo-lhe o de seu tio D. Affonso VI.

Desforrou-se, todavia, o faustoso rei, e caro custou á linda e quasi infantil rainha o logar que occupava no throno. Infidelidades consecutivas e tibiamente disfarçadas, torturavam a esposa que o adorava, sem lhe merecer mais do que o respeito pela posição e pela virtude.

Indifferente á opinião publica nunca resistia ás impressões de momento. Como era de espantosa volubilidade não demorava a attenção nos objectos que lh'a despertavam.

Crêmos que em questão de amores nenhuns tanto duraram como os da formosa madre Paula, a que mais ciumes causou á rainha.

Demais ella amava-o, pelo que muito maior seria o seu intimo desgosto. O esposo infiel rodeava a freirinha de Odivéllas com tamanha opulencia que pouco inferior ficava á da rainha.

Esses amores tiveram para o monarcha um encanto superior, mas muitissimo caro á nação. Paula era caprichosa, e como ave engaiolada, quiz que a gaiola tivesse as compensações da grandeza, e o real amante comprazia-a abertamente, sem dar importancia ás angustias da formosa e honestissima consorte.

E para que, se elle nem se prendia com o respeito religioso? Era tudo questão de mais bulla menos bulla, pagas pelo bolsinho do povo, e o pagador não ousava queixar-se.

Demais as festas succediam-se, qual mais esplendida, e o povo foi, é, e será a eterna creança que se esquece das maguas quando lhe distraem a attenção. Os mosteiros desmoralisaram-se é verdade, mas eram magnificos e a marmellada das lindas monjas não vinha das suas mãos derrancada pela triaga dos peccadilhos, por demais desculpaveis em creaturinhas capazes de tentar o mais mysantropo anachoreta.

D. João V tambem o entendia assim, e tinha o sabão das indulgencias para lavar a consciencia, de modo que harmonisava excellentemente o vicio com a devoção...

Sendo os conventos casas santas não parece muito proprio que servissem de prostibulos, mas el-rei comprava a absolvição de todos os peccados a peso de ouro, e sabe-se que os thesouros espirituaes da Curia se abrem muito bem com essa chave.

Pelos frades não era tamanha a ternura real, comquanto muito preponderassem elles na côrte.

A quinta de Belem não seria certamente isenta de scenas amorosas em que D. João V seria protogonista.

A fim de não ser perturbado por vistas menos discretas, ou austeras, já se vê que o regio proprietario acabou com o hospicio dos arrabidos. .

N'este palacio habitou o sr. D. Carlos e D. Maria Amelia de Orleans, quando ainda principes. Por essa occasião se fizeram grandes obras no edificio, aformoseando-o e cultivando os magnificos jardins. Das antigas preciosidades artisticas pouco lhe resta, afóra alguns quadros, mas os de mais estimação foram para o Brazil com D. João VI e deram-se tão bem com o clima... que não regressaram.

N'este palacio se hospedou a imperatriz Eugenia, a brilhante e esculptural esposa de Napoleão III, nos dias ridentes em que a terra da França lhe não era defeza, e o

seu coração de mãe não estava sepultado nas amarguras da perda do filho unico!

Em 1867 tambem esteve alguns dias no palacio de Belem a rainha de Hespanha D. Isabel, mal cuidando que breve lhe seria tirada a corôa, e intimado o exilio, como approximadamente succedeu ao bondoso e exemplar principe Amadeu de Saboya, que tambem veiu descançar no palacio, especie de hospicio real a reis desthronados ou em vespera de o serem.

Em um dos pavilhões da quinta estiveram os miseros martyres do dia 13 de janeiro de 1759... dolorosa recordação que peza sobre aquelle ambiente como uma perpetua reclamação de justiça...

O excellente picadeiro pouco distanciado do paço, obra digna de rasgados encomios e que está a par de outras do seu genero, affamadas no estrangeiro, foi executado sob a direcção e risco do celebre architecto italiano Jacome Azzalini, durante a regencia de D. João VI.

Entre o palacio de Belem e o da Ajuda fica o palacio do Pateo das Vaccas, dependencia de ambos.

É memoravel por ser d'elle que sahiu D. José 1.º na noite de 3 de setembro de 1758.

Regressando á antiga Lisboa teremos de passar por Alcantara, que não ha ainda muitos annos era freguezia do concelho de Belem.

*
* *

Quem saisse de Lisboa ha 20 annos e regressasse hoje á capital, difficilmente reconheceria os sitios de Alcantara tão transformados estão, principalmente o logar onde se feriu a tremenda batalha em que foi derrotado D. Antonio, o successor legitimo ou com melhor direito ao throno portuguez, por morte do valetudinario Cardeal D. Henrique.

O antigo riacho que ali correra, e que ultimamente estava consideravelmente redusido pelo desvio de aguas, que a elle affluiam, principalmente antes da construcção do monumental aqueducto,—obra que seria desnecessaria se a esse tempo fosse já conhecida uma singellissima lei physica com respeito á propriedade que assiste ás correntes de agua canalisadas,— tornára-se um fóco de emanações putridas, de miasmas fétidos, de perigosa visinhança.

O Caneiro de Alcantara foi afamado como uma das cousas mais dignas de lastima e mais repugnantes da capital, que o teve por muito tempo por limite n'aquelle ponto.

E' um dos importantes beneficios que se deve ao progresso, a eliminação d'aquelle fóco infeccionante.

A prolongação da linha ferrea de Cascaes até ao Caes do Sodré e o estabelecimento da linha de Cintura, que liga a estação de Alcantara com a do Norte, realisaram esta obra meritoria. O velho Caneiro foi coberto em longa extenção, desapparecendo a antiga ponte, hoje assignalada apenas pela estatua de S. João Nepomuceno, obra de boa esculptura e que outr'ora via chegar as fragatas de carga até proximo do seu pedestal, nas enchentes da maré.

Muito contribuiu esta obra para o saneamento do logar de Alcantara, proximo do qual a camara municipal de Belem, poucos annos antes da annexação d'esse concelho á capital, fundou um bairro onde abundam magnificas propriedades, o bairro do Calvario, situado entre a calçada da Tapada e a antiga rua da Junqueira.

Existe n'esse bairro e como que fazendo a parte central d'elle, um edificio que attesta os sentimentos compassivos e o muito que se interessa pelas classes populares, a sympathica filha de Victor Manuel unificador, da Italia, a virtuosa viuva de D. Luiz I, Senhora D. Maria Pia.

Referimo-nos ao Asylo-Creche, a primeira casa d'este genero fundada em Lisboa, tendo tambem a primazia pelo conforto que ali encontram as creanças. O estabelecimento presta valioso serviço n'aquelle local, perto de um populoso bairro operario, onde abundam creanças e mães pobres

Estes institutos contrastam com o egoismo da epoca e provam que nem em todos os corações está enraizado esse egoismo.

*
* *

Foi tristemente celebre pela derrota de D. Antonio, prior do Crato, na batalha dada na ponte, em 25 de agosto da 1580. Quatro mil homens tinha o infeliz pretendente, e mal armados, em quanto o duque de Alba dispunha de um exercito adestrado, satisfeito e com vinte e dois mil combatentes.

Demais a mais esses homens de que se formava o exercito de D. Antonio nem mesmo podiam considerar-se combatentes regulares. Tão pouco os impulsionava a convicção patriotica, salvo excepções honrosas. Segundo o costume o pretendente valeu-se de mercenarios para constituir o grosso das suas forças. E' certo que alguns fidalgos, profundamente indignados pelo que viam se lhe juntaram, decididos a combater energicamente os reis de Castella. Eram porém talmente inferiores em numero que de antemão se lhes poderia assignalar a derrota.

A politica da epoca tinha feito a sua obra perfida, bem semelhante á dos nossos tempos. Então, como em todas as epocas, não faltavam caracteres venaes, aptos para toda a especie de infamia.

Quando falleceu o cardeal-rei, imbecil e fanatisado, o estado moral da sociedade portugueza tocava o acume da desmoralisação.

Desde o reinado de D. Manuel se haviam declarado os primeiros symptomas da enfermidade a que devia succumbir um povo tão notabilitado na historia, e tão propenso aos mais arrojados commettimentos.

Cegaram-n'o as reluzentes pedrarias da India, e, bem como aconteceu aos romanos, escorregou no oiro, para cahir no lameiral dos opprobrios.

Apenas pensando na acquisição dos thesouros do Oriente, cada qual poz de banda a actividade laboriosa, fonte de riqueza agricola das nações. Os campos não chamavam a boa vontade dos obreiros, e, posta a charrua de quarentena, os braços preferiam manejar remos e içar o velame das embarcações da India.

As especiarias e as perolas roubadas aos desgraçados indigenas davam lucros mui superiores á colheita dos campos, e por isso definhavam os trigaes e as vinhas produziam á mercê do acaso.

Entrou assim de apossar-se da consciencia publica o indifferentismo pela vida interna da nação.

Quem suppozer que as viagens nos mares da India eram determinadas pelo patriotismo, illude-se redondamente. Dava leis apenas a ambição e a rapacidade. Os grandes homens da epoca não eram menos cubiçosos do que os plebeus. Diga-o a historia do governo da India, tantas e tantas vezes desvirtuado pelas crueldades e selvagerias dos viso-reis, cujo fito constante era açambarcar thesouros.

De cada vez que ao Tejo aportavam as naus carregadas de pimenta, e de preciosos estofos, grandes demonstrações de regosijo se faziam. Os mortos ficavam em esquecimento, mercê do egoismo geral, que descia do throno a alastrar-se entre as diversas classes sociaes. Que importava o numero de victimas das febres, do escrobuto, das inclemencias de toda a especie? Havia simplesmente a apurar o valor do carregamento, a qualidade dos rubis, e o famoso tecido dos tapetes, que nenhum outro rei europeu possuia eguaes.

Infelizmente esta magnificencia tinha de originar a geral derrocada da consciencia nacional. D. Manuel não viu outra cousa além da conquista das Indias. Não soube, sequer, tirar do facto gigantesco as logicas resultantes, e não conseguiu affirmar duradouras vantagens ao nosso commercio, nem desenvolver as nossas industrias nas brilhantes regiões encontradas. A acção dos portuguezes no Oriente resumiu se em escravisar e tyrannisar, com uma ousadia garantida pelo terror que inspiravam aos vencidos.

Por desgraça nunca fômos um povo colonisador, e d'ahi adveio a ruina do nosso imperio ultramarino. O mesmo aconteceu na Africa Os funccionarios trabalharam admiravelmente na desmoralisação do ultramar, sem preoccupações pelas nocivas consequencias dos seus actos.

Conjunctamente com o ampliamento das descobertas portuguezas deu-se a importante descoberta da America, que engrandeceu extraordinariamente o poderio e riquezas da Hespanha. Christovam Colombo, escarnecido e desprezado pelo soberbo rei D. João II e seus ministros, foi encravar na corôa de Castella as preciosas joias das minas americanas, e erguel a, como rival poderosa, em frente de Portugal.

Por morte de D Manuel o paiz encontrava-se em o estado de incubação de um terrivel morbus destructor das suas antigas forças. O fanatismo espreitava occasião propicia para arremessar-se sobre o coração da Patria, e desde o malevolo e impolitico attentado contra mouros e judeus vinha rasgando caminho.

D. João III protegeu abertamente o facciosismo clerical. A côrte d'este rei sinistro melhor se diria um convento, tanta era a quantidade de fradaria que o frequentava.

O monarcha, tomado da monomania religiosa, e dominado pela selvageria espiritual, deliberou estrangular de prompto a aspiração philosophica do seu seculo.

Luthero, indignado pelos abusos de Roma, arvorava o pendão do livre exame; breve se lhe seguia Calvino e cada qual, por seu lado, ia abrindo brecha no edificio catholico.

O perigo que a egreja orthodoxa corria era visivel, tanto mais que a Inglaterra perfilhava a heresia sem rebuço.

N'esta conjunctura apparece o famoso Ignacio de Loyola, organisando um plano simultaneamente religioso e politico, feito de perfidias e de astucias, mas concebido com verdadeira lucidez.

Loyola foi educado no collegio de Montaigne, philosopho atheista, e teve por condiscipulos o grande Erasmo e Calvino. Seguiu depois a carreira militar, e por fim apparece na historia como a alma negra do fanatismo que devia arruinar as duas nações peninsulares.

D. João III confiou aos jesuitas a direcção espiritual da sociedade portugueza, e elles não descuidaram o assumpto. Segundo a sua lei a educação devia ser ministrada em pequenas doses aos privilegiados da fortuna, em harmonia com os interesses da Ordem, e completamente sonegada ás massas populares. A estas apenas se ensinava a obediencia cega, a annullação da consciencia, o dever da denuncia, emfim, tudo quanto é proprio para abater o sentimento da dignidade do homem.

E a bem dizer-se este modo de ser estendeu-se até ao nosso seculo.

A educação popular continua a ser um mytho. E' ministrada em doses minimas, e ainda assim sujeita a velhos moldes de enervamento mental, que tornam altamente perigosa a acção dos exploradores dados a manobras de politica dissolvente.

A educação jesuitica e inquisitorial destruindo a dignidade pessoal familiarisou os individuos com a depravação dos costumes, até os tornar incapazes de regeneração social. Desde que esse veneno se inoculou no caracter peninsular decahiu o brio das duas nações até ao estado em que as vemos.

Se apparece um ou outro facto a engrandecel-as desde esse tempo, são apenas casos sporadicos, as mais das vezes cahidos de improviso na sociedade, que lhes colhia as vantagens sem comprehender-lhe o alcance.

Tal foi a acção dos liberaes desde 1820 a 1834.

*

* *

Sobre os fastos da historia passa em breve o desnorteamento dos mais fortes, acorrentado á covardia dos mais nescios, e desmoralisando a opinião dos mais ambiciosos, postas de parte as considerações de qualquer especie perpectuamente subordinadas á suprema philosophia do—*tira-te que quero subir*...

Como não achasse ainda bastante á gloria do Bom Jesus, este despotismo esmagador da alma de um grande povo, não descançou emquanto não obteve de Roma a installação do nefando tribunal do Santo Officio.

Entregue o cerebro nacional a Loyola e a Torquemada todos os pensadores foram violentamente perseguidos e suppliciados.

O effeito da influencia do fanatismo manifestou-se desgraçadamente em D. Sebastião. Aquella louca empreza de Alcacer-Quibir, talvez concebida pelo jesuitismo em proveito de Castella, não teve motivo que a justifique. O joven monarcha, producto mórbido de um principe fanatisado e de uma princeza hespanhola de acanhadas faculdades mentaes, era governado pelo atavismo dissolvente, que o tornou fanatico e vaidoso.

E' caracteristica a scena da leitura dos Luziadas, e define bem o caracter do neto de D. João III.

O immortal Camões lia com enthusiasmo aquellas estrophes sublimes que esculpturaram na eternidade o nome portuguez.

D. Sebastião escutava visivelmente constrangido. Tamanha glorificação dos Gamas e Albuquerques molestava-lhe o amor proprio, e por isso deixou partir o inclito poeta sem lhe manifestar qualquer sentimento de gratidão pelo muito que a Patria lhe ficava devendo.

Foi pela vaidade que elle emprehendeu a desgraçada ida á Africa. Imaginou elevar-se ao ápice da gloria, e erguer-se a mór altura do que os heroes cantados nos Luziadas.

O cardeal-rei, esse era jesuita por fóra e por dentro, e como tal poz o interesse da Companhia acima de todas as considerações patrioticas.

O rei de Castella achou facilmente preparado o terreno, e aproveitou-o, com pleno assentimento da Ordem. Em as côrtes, reunidas para se tratar da successão, a obra corruptora estava de modo tal assente, que apenas a voz austera e eloquente de Phebus Moniz defendeu a independencia nacional, e castigou civicamente os falsos portuguezes, vendidos a Castella pelos trinta dinheiros de Judas.

E comtudo a immoralidade triumphou, senão de momento, na segunda reunião havida para o mesmo fim.

Achava-se, portanto, o paiz falto de probidade, e depauperado de forças. O commercio ultramarino ia cahindo nas mãos da Companhia, e os hollandezes bombardeavam as nossas praças, conseguindo tomal-as. Em a metrópole imperava o desanimo. Innumeras familias traziam luto pela flôr da mocidade enterrada ou prisioneira em Alcacer-Quibir. A's portarias dos conventos juntavam-se centenas de parasitas á espera do magro caldo, e as egrejas enchiam-se de ociosos, cujo fim era estender a mão aos ricos, ou espionar os partidarios da independencia nacional.

Dadas taes circumstancias a obra de D. Antonio e dos poucos fidalgos seus partidarios, merece profunda sympathia. De resto as primeiras tentativas d'estes patriotas foram desprotegidas de qualquer alliança. Só depois de emigrar, e de viver em França e em Inglaterra algum tempo, é que o infeliz pretendente conseguiu organisar o exercito com que diligenciou entrar em Portugal.

A essa data, porém, os zelosos defensores da Patria estavam encarcerados nos terriveis masmorras da torre de S. Julião, ou haviam sido assassinados traiçoeiramente. Dava leis o subôrno, e o povo arrastava-se na lama da sua deshonra.

O rio de Alcantara ao tempo era mais desafogado, mas o sitio poucos moradores tinha, constando de vastas campinas e olivaes frondosos.

Deram-se tambem aqui os combates de 14 de maio e 10 de junho de 1809, gloriosos para os heroes da *Leal Legião Luzitana*, que souberam mostrar aos francezes quanto os compatriotas de Nuno Alvares sabem amar e defender a sua Patria.

No largo do Calvario, d'esta antiga freguezia, encontramos o que foi palacio real situado em frente do convento das Flamengas, conhecida casa monachal onde recebem instrucção alumnas pensionistas, umas que pagam, outras de caridade.

O edificio não apresenta nada de notavel, e o que se apurou parece ser propriedade de algum particular hostil á usurpação porque foi sequestrado pelo primeiro dos intrusos. Ficou sem moradores muito tempo, por quanto não consta que os Philippes o déssem a alguem. D. Luiza de Gusmão tambem lá esteve poucas vezes em companhia de seu esposo, que ali passava alguns dias estivaes.

Depois do fallecimento de D. João IV essa rainha, muitissimo affecta ao filho segundo, D. Pedro, trabalhou clandestinamente para o collocar no throno, e d'isso não lavou as mãos, como Pilatos a sua gentilissima nora, que déra a mão de esposa a D. Affonso VI, e o coração de enamorada a D. Pedro, seu cunhado.

Até que ponto deu causa á hostilidade o comportamento do joven monarcha é difficil de averiguar, dado que a historia é escripta a talante de quem a escreve. Certo é que o conde de Castello-Melhor, intimo e dedicado amigo do desventurado rei, conheceu as intenções da côrte e convenceu D. Affonso a sahir dos paços da Ribeira, onde lhe não julgou segura a vida, e no dia de S. João, do anno de 1662 acompanhou-o ao palacio do Calvario, previamente preparado para receber o augusto morador.

D. Luiza de Gusmão, que ainda conservava a regencia, comprehendeu a imprudencia de recusar a entrega do poder ao legitimo herdeiro, e não se negou a isso. No entanto continuou a intriga a produzir os seus perfidos effeitos, a ponto que o principe D. Pedro, quando foi residir temporariamente no mesmo palacio era já D. Pedro II, e tinha a seu lado, no throno, aquella formosa D. Maria Francisca de Saboya, que tambem estivera ao lado de D. Affonso VI.

D. João IV deu uma ceia lauta n'aquelle palacio, em a noite de S. João de 1656, e um opiparo jantar no dia immediato. Para assombro dos gastadores do nosso tempo é bom saber-se o seguinte: o jantar importou em 49$180 e a ceia em 3$453 réis...

Cada arratel de toicinho custava, n'essa epoca, 35 réis, um arratel de lingua 25 réis, um de manteiga 45 réis, cada pão grande 10 réis, um quartilho de azeite 30 réis, uma gallinha 40 réis... podiam-se dar bródios de fama e, com tão pouco dinheiro presume-se o explendor da real comesaina.

O terramoto arruinou immensamente o edificio. O marquez de Pombal mandou reedifical-o, e cedeu-o a Francisco José Dias para estabelecer n'elle uma fabrica de chitas. Como o beneficiado não cumpriu a clausula o palacio voltou para o governo, e serviu mais tarde para alojamento de algumas viuvas e creados da casa real.

Tinha o palacio uma grande quinta com um tanque; ignoramos se está tudo assim. As cocheiras, que teem muito espaço, foram destinadas á arrecadação dos coches grandes da casa real, os quaes sahiam na festividade da Bulla da Santa Cruzada, ainda ha uns trinta e tantos annos feita na egreja de S. Roque, annualmente, com grande pompa, e assistencia da alta côrte.

A povoação do sitio de Alcantara deve-se, principalmente, á habitação de D. João IV e seus filhos no palacio do Calvario. É desde essa epocha que se foram levantan-

do predios, alguns de nobre apparencia, e affluindo moradores ao local, a ponto que se formou um bairro e depois de 1755 se instituiu em parochia.

Do palacio ninguem faz cazo. E comtudo quantas lagrimas e sorrizos, quantos enlevos e remorsos passados a dentro das suas paredes?

Quem se lembra hoje da elegante figura de D. Affonso VI, tão descuidoso do triste destino que o esperava, e quem se mergulha no passado para ver o vulto do irmão desnaturado a atravessar aquellas salas onde o pobre mancebo respirou e sorriu, levando pelo braço a esposa e cunhada, indifferente aos dolorosos martyrios do desventurado prisioneiro! E depois ella, tão linda, tão apaixonada, e tão cedo morta como se a mão de Deus a castigasse, apagando-lhe a felicidade conquistada á custa das ruinas de um coração!

Glorias e desastres, como tudo se desfaz na urna dos seculos!

Quantas horas de amargura decorreram depois para esse rei, nascido sem direitos ao throno, onde subiu em virtude de intrigas politicas de palacio! Longas amarguras lhe entenebreceram os ultimos annos de vida. Morta a mulher adorada a razão do estado impunha-lhe a obrigação de casar novamente para dar herdeiro á corôa.

Deus sabe o sacrificio que lhe foi esse matrimonio com a filha do conde palatino do Rheno, a doce e angelica D. Maria Sophia Izabel de Neubourg!

Em 12 de agosto de 1687, pela hora mais calida do dia, chegou ao Tejo a sumptuosa esquadra que trazia a joven condessa, cuja viagem tinha sido triumphalmente saudada pelas mais altas summidades da politica, da finança e do clero.

Commandava a esquadra o duque Crafton, filho de el-rei de Inglaterra Carlos II, acompanhando-o o principe Fitz James, filho do rei Jacob II, e um luzido séquito de illustres lords.

D. Pedro II dirigiu-se á embarcação da noiva, em bergantim real riquissimamente adornado. O Tejo estava coberto de barcos com muita gente do povo, e musicas a seu modo. Vinte e quatro bergantins precediam aquelle em que el-rei ia, e qual d'elles mais vistosamente enfeitado.

Saudavam os navios surtos no porto, salvavam as fortalezas, e os sinos espalhavam no ar alegres gritarias ensurdecedoras.

O monarcha percorreu o espaço que o separavam da nova consorte, talvez com a alma repassada de amarissimas recordações. Vinte e um annos antes, no dia 29 de outro agosto, tambem elle assistira á magnificente chegada da formosa noiva de seu irmão. E surgia-lhe de certo a imagem vaporosa da juvenil filha de Carlos Amadeu de Saboya, tão adoravel de frescura e graças. Depois, ir-se-hiam desenrolando as scenas da sua passada mocidade. No palacio, as conversas, os timidos arrulhos de duas almas que se amavam, mas que tinham de chorar em silencio esse amor criminoso como um incesto... A seguir todas as peripecias da deposição de Affonso VI, sacrificado á felicidade dos dois amantes.

Depois a plenitude da ventura pela posse completa e legal da mais linda mulher do mundo... mas de repente uma enorme sombra envolve o quadro, destacando apenas os brandões funerarios, lançando lagrimas avermelhadas sobre a urna em que jaz inanimado aquelle corpo, branco como um tecido de luar, elegante como as palmeiras do deserto, lindo como os lyrios da Palestina.

E assim foi a primeira entrevista com a rainha, que nunca teve alegria.

Entre ella e o esposo estava sempre a adorada visão da formosa mulher adorada, porque D. Pedro teve pela primeira esposa uma d'essas paixões tão absolutas quanto raras.

Perfeitamente conhecia a desventurada D. Maria Sophia que el-rei apenas a desposára para garantia da successão, mas nunca se lastimou e levou ao tumulo o segredo das suas lagrimas.

Quão errado juizo se faz muitas vezes da felicidade dos altos personagens! Debaixo de um manto real pulsam tambem corações dilacerados pela dôr, tanto mais violenta quanto tem de desfarçar-se em sorrizos de bem estar.

D. Pedro era um forçado da desgraça!

Pobre alma affogada em lagrimas bem merece a absolvição do mal que causara, pelo muito que padeceu.

Nem os filhos lhe foram motivo de alegria, como se o Eterno Juiz o sentenciasse ás penas maiores!

Os ultimos annos que viveu tiveram o cumulo da mais tremenda expiação. Enfermo de corpo e de espirito, remordido de remorsos, alanceado de saudades, até dos filhos se sentia aborrecido. Teve de conhecer todas as amarguras sem exceptuar a da hostilidade dos principes, um, herdeiro da corôa, outro que aspirava a reinar, tomando por exemplo o proprio pae...

Misero fim de um rei!...

*

* *

No logar em que foram feitas as portas da Cruz nas muralhas de D. Fernando existiu um edificio antiquissimo ha annos desapparecido, provavelmente quando houve qualquer dos terramotos que assolaram a cidade, muito antes do cataclysmo de 1755. Estava esse edificio, que se dizia paço, pouco mais ou menos no sitio da calçada da Fundição, hoje rua do Museu de Artilheria, outr'ora chamado Pedreira. Passou depois a denominar-se palacio da Moeda Velha, porque lá se cunhou moeda no tempo de D. Diniz.

Alguns escriptores dizem que no palacio da Moeda Velha funccionaram as primeiras aulas universitarias, e que arruinado este, e andando os alumnos e professores por diversas casas alugadas, o infante D. Henrique lhes doou o seu palacio das Escolas Geraes.

Entre os antigos palacios de Lisboa alguns ha que merecem ser mencionados porque conservam gratas recordações para a historia nacional.

A nossos olhos avulta immediatamente o palacio do conde de Almada como um dos mais consagrados monumentos da independencia portugueza.

Em 1640 era proprietario do palacio o preclaro D. Antão de Almada.

A élite da fidalguia, cançada de vexames que lhe impu-

nha o despotico *Demonio do meio dia*, vinha conspirando para libertar a patria de tão odioso jugo, e melhor avisada pelo desastre do movimento, tres annos antes, feito em Evora, rodeava-se das precauções indispensaveis ao bom exito da empreza. Entre Lisboa e Villa Viçosa estabelecera-se uma communicação assidua, por intermedio do brilhante jurisconsulto João Pinto Ribeiro, intrepido patriota e lealissimo revolucionario.

Em Lisboa as reuniões dos conjurados realisavam-se em um pavilhão do palacio de D. Antão. Ali ficou assente e planeado o ataque ao paço e bem pode dizer-se que o pensamento da Restauração entrou por aquella porta, e d'ali sahiu Portugal de fronte erguida, abençoando os heroicos defensores do seu nome consagrado.

Nenhum portuguez de consciencia pode encarar aquelle edificio sem sentir-se possuido de admiração e respeito por aquelles homens fieis, que arrostaram perigos capitaes para libertarem a terra da patria. Que differença de então para hoje! Raça degenerada, chega a causar tédio vel-a solemnisar o dia redemptor de 1640, com as ridiculas exhibições de um civismo de opera comica, apregoado pela bocca desafinada dos seus flautins tão derrancados como a sua consciencia. Os antigos comprehendiam os deveres para com a patria e nunca se desligavam do cumprimento d'elles sob pretextos theoricos, que os factos não confirmam.

E' bom de vêr que as doutrinas avançadas, condemnando as commemorações das festas da historia, em nome da *confraternisação universal*, confundem o passado com o futuro, e põem de parte a actualidade.

De accordo que o ideal da fraternidade dos povos, eliminação de barreiras, extincção de força armada, é altamente sympathico e grandemente christão... mas... na pratica!... Quem ousará inicial-o?

Estamos vendo os resultados da grande conferencia da Paz. O Czar, iniciador de tão bello concilio, não desarma o seu exercito, nem licenceia a sua armada. Ao contrario, trata de augmentar as probalidades de vencer, caso haja de entrar em guerra.

Entre o—que *seria bello*—e o que *é necessario*, ha uma infinita distancia.

Com tanta propaganda socialista, com tantas publicações libertarias, temos assistido á guerra franco-prussiana, á guerra hispano-americana, ás guerras do Egypto, ao desmembramento da Polonia, e actualmente á heroica defeza do nobre povo Boer.

Temos que a educação civica dos povos deve ser mui cuidada pelos governos, e pelos chefes de familia.

Em Portugal a ideia patriotica cahiu de todo, e quando muito limita se a solemnisações irrisorias.

Qualquer nação estrangeira pode esbofetear-nos porque o espirito publico permanece preoccupado nas touradas e no preço do vinho...

Ora um povo que se não dá ao respeito, cáe em desprezo. E' o que nos tem acontecido. De Castella veem ameaças de *conquista* que apenas revoltam meia duzia de consciencias... De França chovem insultos e caricaturas a proposito dos titulos de D. Miguel; de Inglaterra vem *ultimatums* esmagadores, e uma constante tutoria que acabará pelas mais fataes desgraças.

E' portanto de simples verdade que se deve lançar no espirito publico uma sensata orientação civica. Em 1640 Portugal não possuia maior extensão territorial no continente, nem maior numero de habitantes. Ao contrario —a população tem augmentado e muito.

Havia, porém, na alta sociedade homens capazes de heroicos sacrificios, e mulheres como D. Filippa de Vilhena, educadoras e mães a valer.

No pavilhão onde os conjurados se juntavam, em risco de não sahirem de lá com vida, tanta era a espionagem paga pelos intrusos, mandou o benemerito proprietario collocar tres quadros de azulejo representando scenas da revolução, com os retratos dos immortaes conspiradores. Sobre o telhado, e na parte que fica para as escadas da Barroca, mandou tambem construir duas torrinhas de tijolos, com suas ameias, para que em todo o tempo os portuguezes reconhecessem o logar em que se lhe quebraram as algemas, e para que ficasse perfeitamente affirmado que o exito de uma revolta está no heroismo do cidadão, e na dignidade do homem.

Valor e segredo! Duas qualidades desconhecidas do nosso tempo...

No palacio do conde de Almada funccionaram ha annos os cursos do lyceu nacional, e é actualmente quartel general da guarda municipal.

O pavilhão cremos que ainda existe; pelo menos existia ha annos, e seria um completo desacato destruil-o.

O terramoto de 1755 respeitou este capitolio do patriotismo de um nucleo de fidalgos bem dignos da gratidão nacional.

Seguindo d'este palacio pela rua de Santo Antão, antigas Portas de Santo Antão, vamos até á rua dos Condes, e ahi temos de reconstruir a topographia do sitio, anteriormente ao terramoto, quando a muralha de D. Fernando tinha as portas de Santo Antão entre a egreja de S. Luiz e a actual rua do Jardim do Regedor.

Nas alturas da rua dos Condes, até ao largo da Annunciada, approximadamente, estava o soberbo palacio dos condes da Ericeira, uma enormidade de casarias como actualmente se não edifica, dadas as condições da população sempre crescente, apesar do desdobramento successivo da cidade que aproveitou todos os baldios e irrompeu pelos arrebaldes.

Residencia principesca, este palacio tinha uma infinidade de compartimentos, qual mais luxuoso e caprichosamente mobilado.

A entrada, grandemente aberta, maravilhava os que a transpunham para atravessarem jardins de extraordinario encanto, com abundantes fontes de preciosos marmores, grutas forradas de verdura, e destacando-se de tamanhas riquezas a cascata, unica talvez na peninsula, que ficou celebre nos annaes das glorias artisticas.

Executou-a o afamado esculptor romano Bernini, e tanto basta a exalçar a memoria d'esse momumento esculptural que o terremoto sepultou em ruinas.

Internamente tinha o edificio dois pateos.

Fundou este palacio Fernando Alvares de Andrade, no anno de 1533. O ultimo conde da Ericeira que n'elle habitou foi um dos mais illustres sabios do seculo XVII, prosador de alta valia e historiador erudito. Era o inolvidavel D. Luiz de Menezes, general de artilheria, e economis-

ta lucidicissimo. D. Pedro II considerava em muito o valor de tão auctorisado varão, em cujo são criterio encontrou um ministro á altura das necessidades da época.

Portuguez de alma e coração foi com sentido enthusiasmo que elle escreveu a historia da Restauração e da guerra dos vinte e sete annos

Pode-se talvez aperceber n'esse seu trabalho uma certa má vontade contra D. Affonso VI, e a exaggerada preoccupação da defeza de todos os factos que pouco abonam os sentimentos do monarcha que o substituiu. Explicam-se estas fraquezas pelos usos da época, ou antes dos cortezãos, pois em todas as epocas se inclinam elles para o sol mais refulgente.

O herdeiro de D. João IV pode ter sido muito leviano e descuidoso, mas a sua formosa figura inspira maior sympathia do que a do irmão

Não obstante o estylo laudatorio da obra historica de D. Luiz de Menezes, presta ella esclarecimentos de valor e deve ter-se em conta de bom trabalho. Reconhece-se um cuidadoso estudo de homens e de acontecimentos que honram o espirito de investigação do auctor.

D. Luiz de Menezes, muito dado á litteratura, empregava o tempo disponivel na sua explendida livraria. Diversamente dos fidalgos da sua epoca considerava a ignorancia como o peor dos germens destruidores da virtude, da justiça e do patriotismo. Crente, sem fanatismo, merecia a estima de nobres e plebeus. Dir-se-hia que todas as felicidades lhe eram familiares, e comtudo não era assim.

A bibliotheca d'este fidalgo continha para mais de desoito mil volumes, e entre elles havia-os de raridade e valor sem competencia, como um livro que tratava de todas as plantas e hervas, cujo primeiro possuidor tinha sido Mathias Corvino, rei hungaro, e a *Historia do Imperador Carlos V*, escripta pelo punho do mesmo soberano.

Duzentos quadros decoravam as paredes da galeria de pintura, e d estes alguns, obras de mestre, tinham sido pintados por Ticiano, Rubens e Corregio, isto é, pelos principes da Arte.

As cavallariças ostentavam nos vastos recintos tudo o que apreciavel e luxuoso pode exigir a arte hyppica.

Era verdadeiramente fidalgo em tudo este D. Luiz de Menezes. Pois apesar de tão invejavel situação o conde da Ericeira suicidou-se, despenhando-se de uma janella do seu explendido palacio para o jardim! Porque? Nunca se soube! Enormissimo devia ser o desgosto, irremediavel a dôr que impulsou esse homem valente, bemquisto, riquissimo, a semelhante acto de desespero. O segredo de tão lamentavel resolução levou-o sepulto na consciencia, perpetuamente sellado pela mão da morte.

Não sabemos o que succedeu após o trágico fim do eminente suicida.

Em 1755 lá estavam ainda as preciosidades artisticas e litterarias. O terramoto demoliu tudo, e o incendio, cumplice medonho da derrocada, encarregou-se de devorar o que resistira aos empuxões do solo. Ficaram as ruinas, alastradas por uma área enorme, e assim se conservaram muito tempo.

Em parte d'ellas fez-se o primitivo theatro da rua dos Condes, hoje substituido pela elegante casa de espectaculos, a que a tradicção conserva o mesmo nome.

Era fóra da muralha de D. Fernando o imponente palacio.

O nome da rua dos Condes tem recordações seculares. Antes do terramoto havia ali já uma rua que separava o palacio do conde da Ericeira do palacio do conde de Castello Melhor—d'ahi a denominação que veiu até aos nossos dias

O solar dos Castello Melhor não era em muito inferior ao do seu visinho, pois se estendia até á rua do Jardim do Regedor, antiga travessa das Portas de Santo Antão.

Em todo o caso não podemos fazer d'elle ideia justa por falta de subsidios descriptivos. Certo é, porém, que o terramoto o derrubou e d'elle fez montão de destroços.

Os condes tinham outro palacio, á quina da calçada da Gloria. Comprara o aquelle conde de Castello Melhor, intimo valido de Affonso VI, quando foi posto em praça, no anno de 1666. Era do conde de Castanheira, e aqui nos acode a suspeita de que as grandes casas nem sempre foram as mais felizes, porque em todo o tempo encontramos varões respeitaveis a braços com difficuldades pecuniarias.

D. Catharina, viuva do rei de Inglaterra, era affeiçoada ao conde de Castello Melhor e protegeu-o junto d'el-rei D. Pedro, a quem não podia tornar-se muito sympathico aquelle conselheiro do irmão.

O conde, que era cortezão a valer, soube captar as boas graças da rainha viuva, de modo que esta lhe assignou uma pensão, durante tres annos, de 4:500$000 réis, e o presenteou com um annel no valor de 4:800$000 réis, acompanhado de uma joia, offerecida pelo rei inglez seu cunhado, e que valia 3:600$000 réis.

Além da real generosidade D. Catharina enviou ao agraciado uma carta em latim, com o seu retrato em galante miniatura, a encimar a primeira lauda do pergaminho, cujo precioso documento ficou cuidadosamente arrecadado no archivo da casa

O jardim do palacio era separado por um muro de uma horta denominada — horta da Mancebia, má visinhança, porque o sitio de Valle Verde, assim chamado ao tempo toda a área da nossa Avenida, era ponto de reunião de mulheres de má nota e devassos de plana baixa.

Antigamente não se consentia a promiscuidade de habitações de toda a especie. Austeros zeladores da honra da familias os homens evitavam que ellas contacteassem com as mulheres perdidas. Para estas estavam marcados logares certos, como se fossem pestosas que a hygiene moral obrigava ao isolamento.

O sitio da mancebia era um dos pontos destinados á depravada industria, e certo, nenhuma mulher honesta ousaria pôr pé em sitio assim maldito, e a muito se aventurou o nobre titular, porquanto além das miseraveis rameiras era o logar mui perigoso por causa dos assassinos e ladrões que o frequentavam.

Quem poderia acreditar que a *horta da mancebia* se havia de transformar na explendida Avenida da Liberdade e que o *progresso* traria a confusão de classes egualisadas a ponto de não consentir linha divisoria entre a mulher casta e a ultima das perdidas?

A prostituição, nos centros populosos, tornou-se uma *industria* como outra qualquer.

Nenhum pudor... Donzellas e donas ouvem palavras

immundas da boca das rameiras, descaradamente debruçadas nas janellas, ou em plena rua.

No mesmo predio habitam, paredes meias, creanças de tenra edade e meretrizes de varias proveniencias. A dois passos de um collegio, um antro de vicios; em face a um templo um fóco de podridões...

Chega a enojar tanta tolerancia!

Outr'ora essa infima especie de fêmeas não era consentida em parte alguma onde podesse offender a castidade das mulheres honestas. No tempo da primeira dynastia era-lhes vedado trajarem como as casadas, viuvas e donzellas.

Traziam as rameiras signaes que as faziam conhecidas, e por esse processo nem chefes de familia se attreviam a apparecer com ellas em publico, nem a mocidade tinha tamanha facilidade em depravar-se.

Por vezes se agita o problema da prostituição, e ha quem a julgue necessaria, sob diversos aspectos.

Não podemos calcular até que ponto semelhante cancro influe na tranquillidade das familias, como derivante do rapto, e do desfloramento de filhas virtuosas.

Parece-nos, comtudo, que peor mal do que o de hoje não pode haver. A mocidade está envenenada de molestias destruidoras, sem que por esse motivo a innocencia de nossas filhas seja mais protegida.

Melhor garantia seria educar moralmente os rapazes, e dar-lhes de exemplo a santificação do lar.

Desgraçadamente o vicio não é apanagio exclusivo da juventude e do celibato. Não rareiam, entre os frequentadores de lupanares, homens de edade madura e paes de familia.

De resto, d'antes como em nossos dias, houve uma especie de *emprezarios* d'esta miseria, que para utilidade do *negocio* empregam os meios que não repugnam á baixeza das que a attingem.

Um dos incentivos da libertinagem é a extrema difficuldade em que laboram milhares de individuos, impossibilitados de constituirem familia, por falta de meios.

Se os poderes publicos comprehendessem as ruinosas consequencias da desmoralisação, tomariam em cuidado as questões economicas, e fariam esforços proficuos e intelligentes em pró da alimentação publica.

Os antepassados, ao menos, sabiam inspirar um desprezo pela depravação de costumes, e um respeito pela honestidade do matrimonio, que contribuiam para a fortaleza dos animos e saude dos organismos.

Desgraçadamente o nosso tempo distingue-se por uma completa desorientação. Nunca se predicou tanta moralidade, e raro se haverá posto em pratica tamanhos vicios! Tantas cabeças tantas sentenças, e como todos se suppõem á altura de legisladores theoricos, ninguem se julga em circumstancias de sujeição.

Senso commum é hoje tão raro como a flôr de lothus... Faz-se hostilidade a tudo quanto importe o reconhecimento da auctoridade constituida pela edade, pela sapiencia, e pelo talento.

Outr'ora a familia era a base da sociedade, e se não se compunha de *sabios* e lettrados, orientava se nos deveres de honra, de patriotismo e de trabalho.

Se havia crimes, prostituição e velhacaria, é de ver que a sociedade não é feita apenas de individuos sãos, e que as deformidades moraes se accentuam em todas as phases da evolução.

Todavia o numero d'esses casos pathologicos era em menor proporção, e inspiravam repugnancia.

Agora os paes dispensam-se de sacrificios pela educação physica dos filhos... Quando muito mandam-nos á escola, onde a promiscuidade realisa a obra perniciosa da depravação moral.

O mestre ensina, e não educa, nem poderia fazel-o, pelas condições em que se encontram os alumnos.

A philosophia da negação systematica dá em resultado o indifferentismo accomodaticio, que é mal de que enfermou o nosso organismo patrio. Peça-se ahi um sacrificio a qualquer das classes sociaes, das mais elevadas ás mais infimas... invoque-se a honra do paiz, as gloriosas tradições do preterito, o dever de defender-se a troco da propria vida a herança ultramarina que recebemos dos heroicos descobridores, e veremos se a semelhante appello acodem legionarios valorosos e patriotas convictos... Uns diriam cathegoricamente que as nossas colonias melhor prosperariam nas mãos de Inglaterra, porquanto os recursos da metropole não comportam as exigencias do dispendio que ellas custam; outros entendem que não vale a pena guardar aquillo que não representa vantagens para a vaidade, ou satisfação para a cupidez, por estar já inteiramente expoliado...

E raros rememoram que se os milhares de portuguezes emigrados para o Brazil se tivessem dirigido para as colonias portuguezas, estas teriam prosperado como as terras de Santa Cruz.

O conde de Castello Melhor não se prendeu com escrupulos porque comprehendia que os frequentadores da horta da mancebia ficavam escorraçados do logar, logo que o magestoso edificio se erguesse a occupar o suspeitoso solo.

De resto o local devia ser dos mais lindos—um viridente valle coberto de olivedos, com um riacho correndo entre vegetações espontaneas, e tudo a desdobrar-se sob um ceu constellado, em noites de maio era magnifico!

Tudo isso gosou o illustre titular mercê do dinheiro, que foi em todas as epocas a varinha magica das grandes emprezas.

O conde empregou 13:500$000 réis em melhoramentos da propriedade comprada, e adquiriu a horta que juntou aos jardins, ampliados com outros terrenos visinhos que comprou na mesma occasião, conseguindo formar um magnifico solar, diverso do palacio actual, que mudou de proprietario e de configuração, tal como o primeiro solar, de cujas ruinas sahiram os bons predios do lado oriental da Avenida, foreiros á casa Castello Melhor.

O ditoso protegido de D. Catharina de Bragança, tendo ampliado o edificio e radicado a sua fortuna, pensou em instituir um morgado, cousa indispensavel ás nobres casas que desejavam a perpetuidade da nobreza. E effectivamente o fez em 1703, dando-lhe o titulo de Morgado de Santa Catharina, em memoria da generosa senhora a cuja liberalidade devia a fortuna.

A joia de Jacob II e o precioso annel de brilhantes da regia irmã de D. Pedro II ficaram tambem vinculados.

A escriptura da instituição do morgadio demonstra que a familia do Castello Melhor tinha nobres tradições, pois além dos serviços prestados pelo instituidor enumerava os de Egas Moniz, aio e mestre de D. Affonso I, e Mem Rodrigues de Vasconcellos, grande servidor de D João I

Morto este titular o seu successor no vinculo comprou uma ermida que estava na esquina opposta, na rua da Gloria, e fez uma communicação do palacio para lá, por meio de um passadiço. Em uma janella d'esse passadiço mandou gravar o seguinte:

Esta capella é de Nossa Senhora da Pureza do amor de Deus. Feita em julho de 1585 e agora renovada pelo padre Antonio de Castilho, em abril de 1692.

Na sobreverga lia se: -- *Esta ermida é do Conde de Castello Melhor. Anno de 1720.*

Veiu o acontecimento geologico de 1755 e tudo baqueou em terra qual se fosse castello de cartas, como já deixamos dito. Na reconstrucção da cidade o marquez de Pombal comprou os terrenos aos morgados de Castello Melhor, para n'elles construir um jardim publico, começando a edificação dos muros no anno de 1764.

O conde possuia o monopolio do sabão preto em Lisboa, e o dos fornos de pão de poia, na Ilha da Madeira; e afim de indemnisal-o da perda d'elles o ministro de D. José publicou o decreto de 4 de setembro d'esse anno conferindo-lhe o titulo de marquez e varios bens, padrões de juros reaes, e grande parte da cerca que pertencera ao collegio de S. Roque, de onde haviam abalado os jesuitas depois da abolição da companhia.

Com tão valioso subsidio tratou logo o marquez de construir um novo palacio, para o que encarregou o risco ao celebre archictecto italianò Francisco Xavier Fabri.

Apesar da boa vontade do marquez as obras só tiveram começo em 1777, e foram muito demoradas. Depois de concluidas ficaram opulentas.

Os madeiramentos vieram do Brazil e foram de lá enviados por um dos fidalgos da casa, Luiz de Vasconcellos e Sousa, que foi um dos ultimos vice-reis d'aquella região.

Não chegou a executar-se a edificação conforme ao plano, em razão da pouca largura que tinha a rua d'este lado do passeio publico. A capella, concluida e sagrada em 27 de junho de 1858, é lindissima, feita de bella cantaria, e com duas columnas monolithicas no altar-mór.

No dia da consagração houve uma explendida festa, com musica do immortal maestro Casimiro, aquem o marquez de Castello Melhor muitissimo estimava, com aquelle affecto delicadissimo que os antigos fidalgos dedicavam á fidalguia do genio.

Por morte do marquez, ou por qualquer outro motivo, o palacio deixou de ser habitado pela familia.

Desmanchado o circo do Price veiu este alugar parte do edificio, com jardins, e ali installou os celebres Recreios de Withoyne, que fizeram as delicias da rapaziada de ha vinte e tantos annos.

Construiram lá dentro um grande theatro, onde houve enchentes e delirantes applausos quando lá se fez ouvir *Moriones* e outras artistas hespanholas com as suas desenvoltas zarzuellas. Ali se representaram dramas, e *vaudevilles*, com a graciosa Pepa, quando Salvador Marques teve a empreza.

Tudo lá vae... Hoje o que ali está é o sumptuoso palacio do marquez da Foz, e o grande hotel contiguo.

No fim de contas a gente vê com certa magoa estas transformações que levam na corrente em cada escombro alguma coisa da nossa vida, das nossas crenças, da nossa mocidade!...

*

* *

E' memoravel tambem o antigo palacio do marquez de Marialva, do qual nada mais resta do que o terreno onde esteve edificado, que é a actual praça de Luiz de Camões.

Era muito grande e externamente ninguem seria capaz de calcular os valores materiaes e artisticos que dentro d'elle se continham.

Traz-nos este desfeito palacio á ideia uma scena bem triste para os seus proprietarios, passada no mez de maio de 1663. Chefe da familia Marialva era então D. Antonio Luiz de Menezes, elevado á cathegoria de conde de Cantanhede dois annos antes, pelo pobre rei D. Affonso VI. Bem merecida foi a graça feita a este fidalgo, general do exercito portuguez.

Era da familia Menezes, aparentada com a nobre casa de Lafões.

Depois da revolução de 1640 foi preciso uma lucta herculea para confirmar a obra da independencia nacional.

Ora, no anno de 1663 D. João de Austria veiu, com um poderoso exercito, pôr cerco á cidade de Evora. Era este general filho bastardo de Filippe VI, e conceituado na Europa como um dos mais bravos do seu tempo.

Evora não estava no caso de combater com tão poderosas hostes, e por isso teve de capitular no dia 22 de maio. No dia 24 a noticia rebentou nos Paços da Ribeira como uma bomba. El-rei sobresaltou-se, mas cá fóra o povo ainda mais se exaltou.

Não conhecendo as condições da praça de Evora, nem a desproporção entre os assaltantes e os defensores, entrou a gritar que traição de certo houvera.

Grossos magotes de populaça correram em frente dos paços da Ribeira, clamando e gesticulando desordenadamente contra os traidores...

Era secretario e ministro do Estado, Antonio de Sousa Macedo, homem de genio nervoso e arrebatado. Não pôde resistir a um impeto de loucura, e assomando-se a uma janella do paço ordenou ao povo que se affastasse para um lado.

Obedeceram instinctivamente os exaltados, e o ministro mandou que se traçasse um risco a meio do largo. Feito immediatamente, em meio da anciosa espectativa dos assistentes, o ministro bradou:

«Os valentes que ahi estão, e são capazes de morrer em defeza da Patria, atravessem essa linha para o lado de cá».

Já se vê que ninguem queria declarar-se poltrão e de modo tal todos á uma queriam saltar o traço, resultando muitos encontrões, quedas, e havendo muita gente contusa.

No meio d'esta enorme balburdia algum mal intencionado teve a ruim ideia de gritar que el-rei acabava de ser assassinado por um *traidor*... (Está visto que os traidores andavam no ar como os mosquitos em volta dos poços.)

Foi então que a desordem attingiu o maximo, e ninguem se entendia.

Felizmente Affonso VI appareceu a uma janella, e a multidão foi sahindo da praça, mas em grupos. Quem eram os traidores?... Os primeiros, cujos nomes accudiam aos labios avinhados da plebe desenfreada. Entre esses alguem proferiu o nome de D. Antonio Luiz de Menezes, e para o palacio do valente e patriotico general guiou a turba.

Minutos depois o palacio do Loreto era cercado e atacado, comquanto todos soubessem que ali dentro só estava a condessa e os pequenos filhinhos do nobre calumniado.

Calcule-se o terror da nobre familia! Quando tinha jús ao respeito e estima publica pelo muito que o arrojado fidalgo se tinha dedicado á nação, ouvia os vituperios e as calumniosas affrontas da plebe, e sentia pezar no ambiente ameaças de morte. A infeliz marqueza de Marialva e condessa de Cantanhede ouvira o tropel dos assaltantes, e sentia arrombar portas, destruir moveis, e tomava se de innominato pavor.

Valeu-lhe n'esta collisão o sangue frio de uma creada que envolveu a fidalga em roupas suas, e conseguiu livral a da brutalidade popular, levando-a clandestinamente por uma porta do palacio que deitava para a antiga *Travessa dos Gatos*. As filhas acompanhavam a amargurada senhora, e todas se recolheram ao convento da Esperança, onde acharam piedoso refugio.

A tempo foi, os amotinados arrombavam todas as portas e fechaduras, e lançavam mão de quantos moveis encontravam, e que iam amontoando com o fim de lhes lançarem fogo.

O vandalismo tomaria ainda mais desgraçadas proporções se não apparecesse no local o conde de Sarzêdas, que tomado de justa indignação irrompeu por entre a multidão, e com voz herculea entrou a estygmatisar tão infame procedimento contra um heroe que havia derramado o seu sangue em pró da liberdade portugueza.

De tal modo se impôz o austero fidalgo que os amotinados se foram retirando cabisbaixos, com a consciencia de haverem commettido uma acção má.

Em outros logares da capital se deram scenas de barbaridade equivalentes.

Chamou-se a esta desordem indesculpavel — o *Santo Motim*...

O governo viu-se terrivelmente compromettido, e teve de empregar meios decididos para conter a multidão ignara...

O illustre marquez de Marialva, conde de Cantanhede, não reclamou contra os villões. Para melhor confundir os calumniadores maior energia desenvolveu na guerra, e por modo tal cooperou com D. Sancho Manoel que seus nomes ficaram immortalisados na campanha do Ameixial, e na reconquista de Evora.

Deu-se o ultimo combate no dia 24 de junho de 1663. Bem póde dizer-se que milagre foi esta victoria, milagre de patriotismo, de dedicação. Os portuguezes não se batiam com poltrões, ou mercenarios assalariados *ad hoc*. Era um grande exercito bem disciplinado, habituado ás lides béllicas, e bem equipado. E comtudo os nossos tomaram lhe quasi todas as armas, munições de guerra, bandeiras, oitocentos cavallos, treze peças de artilheria, e quatro mil homens que foram considerados prisioneiros de guerra durante tres mezes, depois do que lhes deram generosamente liberdade.

O terramoto derrocou as paredes, e o palacio entrou a ser habitado por uma população miseravel, a ponto de tornar-se repugnante. Teremos de voltar a falar d'este edificio em outra altura.

×

Não fica longe da Praça Luiz de Camões a travessa denominada Cunhal das Bollas, entre a antiga rua do Carvalho, actualmente Luz Soriano, e a rua da Rosa.

Provem-lhe o nome de uma intenção attribuida ao fundador. Quer a tradição que o predio fosse mandado fazer por um hebreu consideravelmente rico, o qual deliberara collocar pômas de oiro no cunhal do palacio.

Era alcunhado o faustoso rabino de *Pilatos*, e por isso ha tambem quem designe o predio com a denominação de Palacio de Pilatos.

Esta propriedade passou a outra familia que o vinculou. Provavelmente seria adquirido por compra, porquanto as medonhas carnificinas de judeus no reinado de D. Manuel I, e as condições humilhantes em que ficavam os que se resignassem a receber o baptismo, devia determinar os hebreus ricos a sahirem de Portugal.

A familia que o adquiriu era christã, e por casamento de uma senhora da casa aparentou-se com os marquezes de Olhão, os quaes vieram a ser senhorios do predio.

O palacio foi abandonado pelos fidalgos que deixaram de habital-o, não sabemos desde quando. Desde alguns annos estabeleceu-se ali um instituto de educação feminina, d'aquelles que o grande marquez de Pombal não consentiria se estivesse á frente dos destinos da sociedade portugueza.

*

* *

Ha na Mouraria, sobre o arco e estendendo-se por cima da antiga muralha, um grande palacio, para o qual hoje mal se repara, mas que no seculo VII foi solar dos condes de Villar-Maior. Quando a esse titulo lhes foi adjunto o de marquezes do Alegrete, entraram a dar ao arco das portas o mesmo nome, e em seguida o foram dando á rua que d'ali parte e termina no Poço do Borratem.

Até ao presente conservou-se assim; o modernismo esqueceu aquella reliquia da Lisboa antiga.

E bem poucas d'essas vetustas memorias por ahi restam! Se por exemplo, nos dirigirmos ao Campo de Santa Clara, mal poderemos formar ideia do que era outr'ora esse sitio. Ha mesmo em face do jardim um palacio—do conde de Avintes, e ao lado uma estreita travessa com a mesma denominação.

Pois o palacio deve ser memoravel para os catholicos, porque ali habitou o primeiro patriarcha de Lisboa. Era este D. Thomaz de Almeida, neto de D. Luiz de Almeida a quem D. Affonso VI agraciara com o titulo, aos 17 de fevereiro de 1664. Ao tempo não tinha o palacio as dimensões actuaes; mas acanhado para tão alta dignidade, Ainda não havia palacio patriarchal, e o da Sé estava occupado pelo arcebispo.

Para mais dava-se então grave conflicto na diocese lisbonense, a ponto de ser desdobrada em duas sés, oriental e occidental.

Reinava D. João V, que muito se interessava pela elevação do Monsenhor de Bichi ao cardinalato O pontifice Clemente II contrariava as pretensões de el-rei, e nomeou cardeal patriarcha D. Thomaz de Almeida.

D. João exigiu immediatamente a instituição da outra sé. De todas estas teimas e intrigalhas resultou a maior das confusões na egreja. Entre os dois prelados travou-se um *duello* de prerogativas de modo que o arcebispo chegou a arrogar-se attribuições pontificaes.

Vinte e cinco annos se prolongou o escandalo theocratico, até que o pontifice Benedicto XIV supprimiu o arcebispado, em 1741, ficando apenas uma sé e um paço patriarchal.

D. Thomaz de Almeida mandou depois demolir o predio e reedifical-o tal o vemos hoje porque o terramoto lhe não foi hostil. Estas obras concluiram-se no anno de 1730, quando ainda o largo não se parecia com o actual. Nem os predios que lhe ficam a par existiam, nem se quer se pensava no magnifico edificio do tribunal militar, construido modernamente durante o ministerio Fontes, fértil em melhoramentos materiaes.

O bonito jardim que defronta os predios d'esse lado não tem mais de trinta e tres annos, e foi obra municipal.

E visto estarmos n'este ponto, continuemos a investigação do Campo de Santa Clara.

Em 1147, nem aqui, nem pelas immediações se encontrava casa alguma.

Era um monte inculto, começando ao meio da actual travessa da Veronica e desdobrando-se até á margem do Tejo. Ainda agora elle é muito amplo, pois desde o arco de S. Vicente até á rua do Mirante, e dos predios acima mencionados ao hospital de marinha, tudo está comprehendido na sua demarcação.

De tanta gente que ali transita bem pouca talvez se recordará de que n'esse chão marcharam as aguerridas hostes do fundador da monarchia. Como é sabido D. Affonso Henriques conseguiu a aliança dos cruzados, mediante promessas assás deshumanas. Combinado o plano de ataque ficaram os nossos compatriotas no monte de Santa Clara, e os guerreiros aliados no alto da Senhora dos Martyres, onde é o actual *Chiado*.

Previdente e catholicissimo D. Affonso Henriques logo que começou o cerco, mandou edificar no Campo uma capella, uma enfermaria e um cemiterio.

Coroado de gloria o seu arrojado intento, tratou immediatamente o vencedor de lançar a primeira pedra do edificio de S. Vicente, e como o terreno ficava aquem das muralhas moiriscas, chamaram-lhe S. Vicente de Fóra, e tal ficou para sempre.

Tanto a egreja como o convento eram porém de acanhadas dimensões.

Adiante diremos o que a seu respeito se nos offerece.

Cento e quarenta e sete annos depois edificava-se perto d'esse mosteiro de frades um outro, de monjas de Santa Clara. Cabe aqui a reflexão seguinte:—Os conventos eram quasi sempre aos pares. Onde se fazia qualquer mosteiro de frades não tardava muito outro de freiras. Pois se ha até linguas viperinas que chegam a dizer que entre alguns existiam communicações occultas!...

O certo é que no Campo de Santa Clara por seculos não houve mais edificios do que os dois conventos, ambos extra muros. Em 1373, fizeram-se as muralhas novas por ordem de D. Fernando I, e os conventos ficaram apartados pelo novo muro, a dentro do qual ficaram os frades. O campo continuava a ser deserto. Quem deu causa a ser habitado o monte foi a infanta D. Maria, filha de el-rei D. Manuel. Estimava ella muito as freiras de Santa Clara, e porque achava o local sadio e bonito, mandou edificar casas para residir junto do convento. O espirito de imitação determinou outras construcções, ao lado da primeira.

Tempos depois, conforme diremos, instituiram-se as duas fundições do lado sul. Estas obras do estado levaram muitos operarios e empregados para o sitio, e sendo-lhes incommodo em demasia terem domicilios distantes, pois ao tempo não se conheciam meios de transporte barato, principiou o monte a encher-se de casitas, todas da parte inferior ao mosteiro.

No anno de 1679 vieram os jesuitas fundar o seu convento de S. Francisco Xavier, no local do novo hospital de marinha.

Outras habitações, melhores e peores, se foram por ali architectando, até que chegou o anno de 1755. Depois do terramoto o panico tomou posse de todos os animos, e as familias da parochia de S. Vicente e Santa Engracia, além de outras, vieram estabelecer-se em barracas de companha no grande campo.

Boatos terroristas affirmavam que no anno immediato, pela mesma hora e dia, novo cataclysmo subverteria todas as casas da capital. Demais a mais as oscillações terreas repetiram-se quasi diariamente por todo o resto do anno, e ainda em janeiro de 1756.

Rigorosissimo era o inverno, não obstante o que os timoratos ignorantes se não aventuravam a recolher a suas casas. Nem sequer pensavam que um terramoto que destruisse tudo não exceptuaria as moradas provisorias do Campo de Santa Clara

Como os temporaes augmentassem, e o local, batido das ventanias, se tornasse insupportavel aos barraqueiros, alguns se encheram de coragem, e regressaram aos abandonados lares. Outros preferiram edificar casa no logar em que se julgavam a salvo da *futura catastrophe*.

D'esta forma se alinharam as estreitas ruas que vão desde meio da Travessa da Veronica ao largo, e este ficou muito mais pequeno

Desappareceu, porém, o convento de Santa Clara, e nenhum resto lá ficou das casas da infanta D. Maria. Os predios do lado sul, postos na encosta do monte, não teem apparato nem belleza.

O Campo de Santa Clara é em nossos dias lindissimo. O jardim, amparado por uma fortissima parede, não deixa aperceber o declive desagradavel do monte, e a alameda que lhe fica inferiormente está bem traçada. O que desfeia o largo é o quadrado de abarracamentos denominado emphaticamente - Mercado.

Effectivamente para mercado foi construido pela camara municipal, no louvavel intuito de servir as commodidades dos moradores do bairro da Graça e Alfama. Mas a nossa gente é por indole rotineira, e quando mesmo a cidade se estendesse até á China, não deixava de considerar como dever *de honra*, ir comprar dez réis de couves á Praça da Figueira... Pois se era lá que iam nossos avós!...

O Campo de Santa Clara era outr'ora o logar de supplicio para os condemnados á morte. A meio d'elle erguia a forca os braços assassinos. A pedido das freiras foi d'ahi retirada.

*
* *

O primeiro palacio dos arcebispos de Lisboa foi na casa que servia de habitação a D. Affonso Henriques, sempre que vinha a Lisboa, pois, como é sabido, não veio estabelecer aqui residencia effectiva.

Estava a casa a N. E. da Sé. Em tempo incerto demoliram-n'a, e edificaram em seu logar o palacio do arcebispo; suppõe-se que o fundador d'este seria algum dos primeiros prelados de Lisboa. Em alguns dos terramotos de 1344, ou 1356, ficou destruido o palacio, e a capella-mór da Sé, mas o bispo D. João Affonso de Brito, equévo da catastrophe, mandou logo reedificar e ampliar o que ficara em ruina.

Succederam-se varios terramotos, que mais ou menos damnificaram o edificio e o templo. Eram, porém, reparados de prompto.

Para se avaliar do estado de sobresalto em que viviam os antigos moradores de Lisboa, basta fazer se simples resenha dos terramotos que tem agitado a entranha da nossa formosa capital, desde que ha memorias escriptas.

No anno 370 antes da era christã houve um terramoto violento que destruiu quasi toda a povoação, e sete annos depois repetiram se esses estragos.

Em 1009, 1117, 1145, 1156, 1290, 1344 houve-os terriveis, principalmente o ultimo que foi o que destruiu os paços e a egreja da Sé.

Em 1356, no dia 24 de agosto deu-se um abalo fortissimo que tambem desmoronou parte da sé, derrubou muitos predios e occasionou bastantes mortes.

Esta calamidade teve toda a povoação em sobresalto e terror, porque durante um anno não cessou de abalar a terra quasi diariamente.

A primeira semana de janeiro de 1531 ficou tristemente memorada pelos tremores de terra que teve. Na semana seguinte ainda se repetiram, comquanto no dia 26 o solo oscillou medonhamente, derrubando em dois minutos—mil e quinhentas casas, debaixo de cujos escombros morreram muitas pessoas.

No dia 28 de janeiro de 1551 duzentos predios foram arrazados por um terramoto, e logo quatro annos depois houve repetencia do mesmo sinistro, d'esta vez com menores estragos.

Aos 27 de julho de 1597 houve o enorme terramoto que destruiu tres arruamentos no alto de Santa Catharina, cujo monte fendeu meio a meio.

Era n'aquella epoca o monte todo egual até á margem do Tejo, e estava todo cheio de bons predios, em tres arruamentos, que eram dos mais bonitos, amplos e arejados da cidade.

Ora na noite de 21 de julho, pelas onze horas da noite, estavam as familias gozando as brandas brizas do Tejo lá no alto das suas janellas, quiçá entregues a fagueiras idealisações, e eis que de repente se vê e ouve correndo como louco, um individuo que gritava:—Fujam! Fujam! que o monte enterra-se!...

Sem pensarem mais, aterrorados, os que ouviram correram na direcção do norte, e a tempo o fizeram por quanto a graciosa montanha abateu repentinamente, levando comsigo cento e dez casas com todas as riquezas ou mediania que n'ellas se continham. Algumas eram bem opulentas. Junto da praia havia um caes de pedra, e uma calçada que subia ao monte. Tudo isso desappareceu egualmente. Imagine-se em que estado de espirito ficou a população lisboeta!...

Decerto lhe pareceria que toda a cidade estava condemnada a egual destino!

No anno immediato, aos 22 de julho, tamanho abalo de terra se sentiu que muitas pessoas na rua cahiram redondamente. A este outros dois se succederam no mesmo dia

O anno de 1699 tambem foi assignalado por uma calamidade egual. Deu-se aos 27 de outubro de 1699, e durou tres dias com intervallos de pouca duração. Fez grandes desgraças.

Em 12 de outubro de 1724 abalou-se fortemente o solo, mas sem prejuizos de monta.

Do enorme cataclysmo de 1755 todos teem conhecimento. A cidade baixa foi totalmente destruida, as aguas do Tejo ergueram-se a enorme altura, e invadiram a cidade. D'este se diz que foi o maior de que ha memoria. Repercutiu-se em todo o paiz, e teve repetições afrouxadas durante seguramente trinta dias, ou mais.

Houve outros tremores de terra em 1761, no dia 30 de abril, de 17 de janeiro de 1769, 6 de junho de 1807, mas nenhum se compara ao antecedente.

Em 1858, pelas nove horas da manhã de 11 de novembro, um forte abalo de sólo assustou a população de Lisboa. Bastantes estragos produziu, mórmente em pequenas embarcações que estavam no Tejo. Este sinistro estendeu-se a outras terras, sendo Setubal a que mais ficou prejudicada.

Varios movimentos de solo se teem sentido desde então, felizmente sem deixarem após si as terriveis desolações de outr'ora. O que se tornou mais hostil foi o de 7 de outubro de 1867, cujos estragos principalmente affectaram a estação dos caminhos de ferro norte e leste. Dias a seguir se sentiram algumas oscillações, mas sem occasionarem desgraças pessoaes.

O cardeal D. Luiz de Sousa fez importantes obras no palacio e Sé, ampliando a habitação, e com segurança

tal as quiz que algumas existem ainda. Pelos modos era este prelado muito amigo do fausto, e de tudo quanto dulcificava as agruras da vida humana.

O palacio estava detraz da capella-mór da Sé, e apresentava tres faces externamente. A da rua do arco do Limoeiro era a principal, e estava separada da rua do Barão pelas escadinhas do Quebra Costas que ao tempo era um becco com a mesma denominação.

Em frente do Aljube é que se abria a entrada principal do grande edificio, que vinha a ser o portão do Pateo da Sé, onde agora está a guarda. Chamava se porta de D. Luiz de Sousa, ficando assim commemorado o nome do faustoso principe da egreja. A antiga fachada está substituida por um muro, sobre o qual apenas se vê a mediocre casa de residencia do parocho da freguezia.

Para as bandas do Quebra Costas havia duas portas grandes e quatro boas janellas gothicas, tudo tapado desde muitissimos annos. Devem ser da epoca da primitiva reconstrucção. D'este lado e do lado sul, para as Cruzes da Sé, ha uma grande altura. Suppõe-se que toda esta correnteza é da primordial fundação, exceptuando a grande janella em arco de volta inteira, que está entupida. Pela forma architectonica podemos attribuil-a a uma epoca menos remota; talvez pertença as obras do apparatoso D. Luiz de Sousa.

No sitio que fórma o angulo N. S sobre o alto muro, construiu-se uma casa, onde estabeleceu residencia o padre thesoureiro; e uma outra ao lado qne tem sido habitada por individuos da classe clerical.

Do lado das Cruzes da Sé é toda a construcção primitiva, e bem se reconhece isso na fortaleza das paredes que mais similham muralhas de fortificação.

Effectivamente era ali um lanço da cinta de Lisboa, no tempo da derrota dos arabes. A janella gothica e o arco que lá vemos teem a antiguidade da primeira edificação, que nem se sabe ao certo quando foi.

Depois das obras que mandou fazer o arcebispo D. Luiz de Sousa ficou o palacio esplendidamente decorado interiormente, e com uma livraria de primeirissima ordem. Em pinturas não havia excedel-o, porque o arcebispo, que apreciava a arte nacional, adquirira preciosos quadros de auctores portuguezes.

Creado o seminario patriarchal pelo papa Benedicto, em 1741, foi-lhe assignalado o palacio episcopal da Sé para installação. O terramoto de 1755 destruiu o edificio.

O palacio episcopal communicava com o templo interiormente tanto pelo oeste como pelo sul e léste. As communicações lá se encontram ainda.

Reparando-se no vão do grande arco ao lado das Cruzes da Sé e S. João da Praça, vêr-se-ha uma casa pequena, de dois pavimentos. Foi feita por uma familia que perdeu a sua habitação no terrivel dia 1 de novembro de 1755. Para ali se refugiou, fugindo ás intemperies do inverno, até que conseguiu construir a casita, deixando-a aos seus descendentes.

Toda a edificação do lado das escadinhas é do tempo de D. Affonso Henriques, provavelmente parte dos seus paços.

A fórma do palacio era claustral, com um grande pateo lageado ao centro. Ainda existe em estado rasoavel. A area do antigo palacio está occupada por algumas casas que umas servem de arrecadação outras de moradia. Por debaixo d'ellas ha capellas subterraneas. Ha tambem ali a casa dos corvos, conservados em memoria da lenda.

Tudo isso constitue o que se chama Pateo da Sé.

Subindo da Sé á Graça, no largo hoje ajardinado, abre-se a um canto, á esquerda de quem sobe, a antiga travessa das Bruxas, chamada agora Travessa de S. Vicente.

Descendo-se a travessa, no sitio onde faz a volta havia uma porta praticada no muro, obra antiga. Na parede ao lado do portão via-se uma lápide embebida com os seguintes dizeres:

«No anno de 1668, sêdo An.to Lvis Ribeiro sr. das cazas desta serca, e tendo nellas por hospede ao ex.º marqvez de Heliche, duque de Montouro, conde dvque de Olivares e marqves del carpio, sendo plenipotenciario da monarchia de Castella, p.ª a fvnção das pazes, q. se pvblicaram nesta corte a dés de março do mesmo anno, lhe pediv mandasse fazer esta porta, p.ª iren por ella ao real convento de S. Vicente, donde foram a pr.ª ves, qvarta feira de cinza: e vespora de paschoa de resurreição se partiv p.ª a corte de Madrid. E como no mvro da cerca está ovtra porta, q. se fes p.ª a snãr. rainha D. Catherina passar com sev neto, o sr. rei D. Sebastião, p.ª o dito convento, qvando foram servidos morar nas mesmas casas, por cavza de doenças q. havia na corte; escolhendo o sitio por mais sadio, e serve a porta desta memoria. Tambem esta de Heliche, q. fiqa sendo do anno em q. se fizeram as pazes de Castella com Portvgal».

Por cima da entrada, que tinha uma corôa de conde estava a denominação—PORTA DO HELICHE, com uma estrella de cada lado.

D'ali vinha correndo o predio pela travessa, de modo que a frontaria ficava olhando o largo. Era espaçosa a casa mas não possuia senão lojas e um andar com bastantes janellas de sacada, de simples architectura.

O grande terramoto deu com o predio em terra, e as ruinas assim ficaram com a frontaria de pé. Fazia a mais desagradavel impressão a vista do largo, porque a travessa das Bruxas separava o demolido palacio de outro muito grande, que havia pertencido ao marquez de Loulé, e que foi destruido por um incendio no anno de 1819.

Ha uma duzia de annos ainda ali estavam as ruinas dando o mais desolador espectaculo. Tudo se transformou já, e se os nossos paes voltassem ao mundo desconheceriam completamente o largo da Graça. Dos destroços do palacio de Heliche fez-se uma grande e bonita propriedade de casas, onde vivem varias familias e sobre os destroços do outro palacio levantou-se o predio magnifico de Villa Costa, onde dezenas e dezenas de inquilinos encontram moradas á medida das suas forças pecuniarias.

Em uma d'essas habitações, que é em ultimo pavimento, com janellas torneando o largo e a travessa das Monicas, deu-se no mez de maio o tragico acontecimento do suicidio de um escrivão de fazenda, levado a similhante acto de desespero por motivos de coração.

Bonito qual o está o sitio, pena é que tenha a desfeal-o o predio que volta para a calçada da Graça. decerto um grandioso palacio de outros tempos, mas todo estragado. Não sabemos mesmo se fez parte do palacio do marquez de Loulé.

Depois d'estes palacios podemos procurar o arruinado palacio do Conde de Soure, não o da rua da Rosa das Partilhas mas outro que elles possuiam na estrada da Penha de França, com parte da quinta para o monte agudo.

E' um enorme e desengraçado edificio, com capella annexa, hoje ao abandono do culto. Deve ter sido opulento solar, mas cahido em ruinas e tornado pardieiro medonho, onde centenas de miseraveis vivem sem hygiene, sem luz, sem ambiente moral. Nem se comprehende como as auctoridades sanitarias permittem aquella agglomeração de miseria. Está o edificio pedindo destino egual ao dos velhos casebres do Loreto, de triste memoria.

*
* *

Transpondo agora um largo espaço vamos procurar na rua Formosa o palacio do homem mais importante da politica portugueza, émulo do grande ministro Colbert.

Todos sabem qual é esse palacio, habitado por muitos annos pelos descendentes do grande homem, e alugado depois aos proprietarios da Escola Nacional e Collegio Infantil e intimamente habitado por outros inquilinos.

Foi ali que nasceu Sebastião José de Carvalho e Mello, no dia 13 de maio de 1699. Recebeu aguas baptismaes em 6 de junho do mesmo anno, ceremonia essa que se realisou na egreja das Mercês cujo padroado andava nos varões da sua familia.

D'este excepcional estadista nos occuparemos quando falarmos nos homens illustres que em Lisboa teem visto a luz da existencia.

*
* *

E para seguirmos na investigação dos solares mais conhecidos temos de nos transportar junto da rocha do Conde de Obidos, onde no seculo VII campeava o palacio dos condes, por elles mandado edificar no seculo XVII. Com elles era aparentado o infeliz duque de Aveiro, uma das victimas da medonha carnificina do *Chão Salgado*.

Esta casa, bem como outros bens dos condes de Obidos passou á casa do Sabugal, mas sahiu da mesma não sabemos em que anno. Como porém fosse posta em praça para pagamento de dividas, segundo ouvimos, o fallecido rei D. Luiz I comprou-o por doze contos de reis, e deu o a uma irmã do conde de Sabugal, vindo portanto a regressar aos antigos donatarios.

De outros palacios poderiamos tratar, mas ficaria extremamente longa esta parte descriptiva, e por isso passaremos a tratar de alguns institutos e tambem casas celebres por qualquer motivo. Comecemos pela casa dos Bicos, tão nomeada que até passou a *figura de rhetorica* popular.

Corre em muitas boccas a affirmativa de ter a casa dos Bicos sido mandada fazer pelo grande Affonso de Albuquerque; parece, todavia, que não só elle a não mandou fazer como nem sequer lá entrou em toda a sua vida.

O grande navegador era natural de Alhandra ou Villa Franca de Xira, porque nasceu da quinta do Paraizo, que fica entre essas duas villas, e morreu em Gôa no anno de 1515, no estado de solteiro.

A' ultima hora, porém, escreveu a el rei D. Manuel, *com o soluço da morte na garganta* conforme elle diz, e na carta, repassada de amargura, declara ter em Lisboa um filho natural, de mãe incognita. Reconheceu esse filho, e recommendava-o a el-rei em nome da lealdade com que elle, grande capitão, servira o monarcha.

Braz de Albuquerque era o nome do moço, que vivia em casa de uma irmã de seu pae, ignorante da sua nobre origem.

Excepcionalmente não coube d'esta vez a el-rei a accusação de ingrato. Logo que tomou conhecimento do contheúdo da carta mandou que o orphão recolhesse ao mosteiro de Santo Eloy afim de receber conveniente educação, porquanto o tinham conservado em condição de manifesta inferioridade mental e social.

Fez mais: cedendo a um rasgo de generosidade mandou que o rapaz fosse chrismado com o nome de Affonso de Albuquerque, em honra do grande capitão das naus da India. Educado e attingindo edade viril el-rei fez-lhe o casamento com a filha do primeiro conde de Linhares, D. Maria de Noronha, e deu lhe um dote de vinte mil cruzados, equivalentes a oito contos de réis, com mais de trinta e dois contos de réis, de soldos devidos a seu pae, as *quintaladas* de pimenta que lhe pertenciam, e mais tresentos mil réis de juros.

Ora a este tempo vinha de *limpar-se* o bairro da judiaria, porque já se havia consummado a obra nefanda da carnificina e expulsão dos hebreus, mercê do odio que lhes votava a gentil princeza D. Izabel, viuva do filho de D. João II, e agora esposa de D. Manuel que apaixonadamente a amava.

De passagem notaremos que similhante crueldade foi desastrosa ao ultimo ponto. O decreto que expulsou mouros e judeus, e para cumulo da infamia roubava as creanças menores de quatorze annos, obrigando-as ao baptismo foi inspirado e imposto pela joven rainha. D. Manuel tinha em tanta conta o enlace matrimonial, não só pelo affecto, mas tambem porque a princeza tinha direitos de successão á corôa de Castella.

O casamento effectuou-se e poucos dias depois os nubentes apresentaram-se em Hespanha, onde no dia 28 de abril de 1498 foram jurados futuros reis de Castella.

Nem tudo, porém, devia ser favoravel ao ambicioso monarcha. Sua gentil esposa não conseguiu as boas graças do ceu em troca da aversão votada aos judeus e mouros. Infeliz rainha!

Mal acabava de assistir á purificação dos bairros infestos, e eil-a a contas com a morte! Tantas creanças fizera chorar nas angustias do apartamento maternal, e era por sua vez brutalmente apartada do primeiro fructo das suas entranhas!

Esse filho, portador de esperanças de engrandecimento

territorial, era egualmente portador da mortalha materna. D. Miguel da Paz, que assim se baptisou o real orphãosinho, não se deteve muito tempo na vida; nasceu e morreu como um pequenino meteóro, e ao desapparecer nas sombras da morte deixou ás escuras a ambição do seu pae. A corôa de Castella escorregou-lhe da fronte, e nunca mais conseguiu segural-a.

Logo que se procedeu á benzidella da alegre Villa Nova de Gibraltar, ha pouco ainda vistosamente embellezada pela peregrina belleza das donzellas hebreas, e agora carregada de pávidas visões do inferno catholico, entrou o bairro a repovoar-se. Muitos homens filhos de algo, voltando do oriente bem providos do que roubavam aos miseros indianos, mandaram edificar ali predios de valor, e outros menos afidalgados estabeleceram-se commercialmente.

Affonso de Albuquerque, filho, seguiu a corrente da moda, e mandou construir a famigerada casa dos bicos, para sua residencia. Já deviamos ter notificado que as mercês recebidas pelo mancebo levavam a inveja ao coração dos mesquinhos, não se poupando estes a mordiscar a memoria do immortal navegador. Em desforço, e sabendo que a unica vingança de taes miseraveis seria o fuscal-os com opulencias, o filho de heroe fez constar que forraria a sua casa com diamantes do melhor quilate. Fez além d'isto a grande quinta de Azeitão, e deu-lhe o nome de quinta do Paraizo, em homenagem a seu pae.

Desde muito que o nome da propriedade passou a ser *quinta da Bacalhóa*, denominação tão insignificativa quanto a primeira era memoranda.

A casa occupava logar quasi ao centro da judiaria. Pelo lado detraz parece ter sido a entrada principal, na rua Affonso de Albuquerque, por signal uma rua muito feia, e muito velha. Lá tem a casa uma lápide commemorativa, pelo que muita gente acredita que ali nasceu o inolvidavel heroe da epopeia nacional, mas em erro laboral quem o julga. A lenda tem outras descripções com referencia á casa dos Bicos. Uma é que n'ella morou uma rainha preta, possuidora de tantas pedrarias preciosas que a casa ficou chamada dos diamantes.

Outra versão diz que certo millionario mandou fazer o predio, tencionando collocar-lhe um diamante em cada bico, mas que mal chegou á altura do primeiro andar o governo lh'o embargou, para que em Lisboa não houvesse palacio mais opulento do que os paços reaes. Tambem se conta que effectivamente o proprietario mandou collocar um diamante falso em cada bico, de modo que as casas, que então deitavam sobre a praia da Ribeira, e tão perto do rio que no preamar se podia embarcar mesmo á porta da rua, faziam deslumbrantes effeitos quando o sol lhes acertava, e davam cambiantes de luz visiveis a larga distancia do Tejo.

Verdade historica é que a casa foi executada conforme ao risco. Os diamantes cravados nos bicos são pura phantasia. De lhe chamarem casa dos diamantes deveremos inferir que o fizeram em virtude do feitio dos bicos, similhantes ao facetado d'essas pedras.

Conhece-se uma escriptura de doação feita por um descendente de D. Affonso de Albuquerque e sua mulher D. Violante de Tavora, bisnetos do grande Affonso de Albuquerque.

Uma das clausulas da escriptura era que o herdeiro ficava obrigado, bem como os seus successores no morgado, a *uzarem as armas dos Albuquerques sem mistura nenhuma, e se appellidarem d'Albuquerque, sem nenhum outro appellido.*

Estas armas eram as que estavam esculpidas no castello de Albuquerque, situado na Extremadura hespanhola, onde as fizera collocar D. Affonso Sanches, e consistiam na inscripção: — «Em nome de Deus seja tudo. Amen. Eu, Dom Afonso Sãches, senhor d'este castello d'Alboquerque comecei este lavor, feria quarta aos quatro dias do mez de agosto da era de 1314, o qual seja para serviço de Deus e de Santa Maria, sua madre, salvamento da minha alma, crescimento da minha honra, e endereçamento de minha fazenda; por que as cousas que a Deus são feitas todas adiante hão de ir; e as que sem elle são, todas hão de fenecer».

«E porém, praza a Deus que haja bôa gloria, o mestre pedreiro que fez este castello».

Na fachada principal da casa dos Bicos estava o brazão de armas do fundador, que era—escudo esquartellado; no primeiro quartel as quinas portuguezas, com a costumada contrabanda, e seu filete. No segundo, em campo de purpura cinco flôres de liz de ouro, em aspa, e egualmente os contrarios. Um castello, com portas de ouro, cahindo sobre a do meio uma das flores das armas, servia de timbre.

Na relação dos bens do doador vem a doação das suas casas *a que chamam dos Bicos na Ribeira*, cujo rendimento era 224$000 réis de antemão, as pagas 240$000 réis.

Data a escriptura de 26 de outubro de 1649, sessenta e nove annos após a morte do filho do heroe da India, avô do signatario.

D'ali a noventa annos tomou conta da propriedade Francisco Xavier de Mello Albuquerque de Brito Freire, e pelo respectivo auto de posse consta que o predio era *casa nobre com loja por debaixo, onde se vendem bebidas.*

Em 1755 consta ter sido a casa dos Bicos muito prejudicada; não falta quem diga que ella tinha outros pavimentos superiores, desabados e incendiados n'esse dia medonho. Contradita essa supposição o tombo geral das propriedades de Lisboa, mandado fazer pelo marquez de Pombal pouco depois do terramoto. Por elle se sabe que a casa dos Bicos media pela frente 93 palmos e dois terços (20^{m},60) e que entre o lado dos Bicos e a rua do Albuquerque tinha de fundo 96 palmos equivalentes a 21^{m},12. Mais diz o relatorio que o predio constava de lojas, sobreloja e dois andares.

Pela banda da rua do Albuquerque—que depois passou a chamar-se rua do Almargem, e agora mudou o nome para a rua Affonso de Albuquerque, corria ao lado do predio um muro muito alto, onde actualmente ha umas poucas de casas com aspecto avelhentado e nada agradaveis á vista.

No anno de 1827 foi posta em praça a celebre casa

dos bicos, em virtude de dividas á fazenda. Montava a divida a 14:800$000 réis, e como o proprietario não pagasse, não esteve o fisco com mais ceremonias, e vendeu-a ao inquilino que ali estava estabelecido com um armazem de bacalhau. Este, cujo nome honrado era Caetano Lopes da Silva, suppondo proceder legalmente, pagou os 14:800$000 réis e ficou descançadamente entregue aos seus negocios.

Onze annos depois recebeu uma citação de Francisco Antonio Marques Giraldes Barbas para entregar a casa ao legitimo proprietario, que era um menor, tutelado do citado.

O honesto commerciante tentou fazer valer os seus titulos de posse, e n'esse intuito nomeou jurisconsulto. Breve reconheceu que fôra logrado pela auctoridade fiscal que puzera em praça aquelles bens, porque faziam parte de um vinculo, e consequentemente as mesmas leis eram impotentes para os pôr em praça.

O unico partido que lhe restava era confessar a acção. Assim fez, e arrendou depois a casa a longo praso, mediante a renda annual de 500$000 réis. Emquanto aos 14:800$000 réis... só tornou a vel-os em sonhos...

Em todos os tempos o *fisco* aprendeu o a. b. c. nas escolas praticas do Pinhal da Azambuja...

Os bens dos Albuquerques entraram na casa dos marquezes de Pombal, por successão e casamentos de familia, e vieram ao poder dos condes de Mesquitella, e Pedro de Mello. A casa dos bicos coube em patrimonio a este ultimo.

Corre tradiccionalmente que na illustre familia do glorioso navegador se entroncou, por matrimonio, um magistrado appellidado *Bacalhau*, filho de um opulento commerciante d'esse genero, e que d'ahi provém o nome de Bacalhôa dado á quinta do Paraizo.

Ainda lá está a leste da celebre casa o arco da Conceição, e a oeste, entre a rua Affonso de Albuquerque e a rua das Canastras, o arco que foi das Portas do Mar, em cuja frente estão as escadinhas das Portas do Mar que vão ter ás Cruzes da Sé.

Que de memorias do passado por ali existem, á mistura com as novas edificações banaes!...

E' que este antigo bairro tem as mais gloriosas tradições na historia de Lisboa.

*
* *

Celebre é tambem a casa onde habitou o grande jurisconsulto João das Regras, tão dedicado amigo de D. João I, e a cuja nobre eloquencia muito se deveu a acclamação do moço—Grão-mestre de Aviz.

E' situada no Poço do Borratem, á direita de quem vai para a calçada do Caldas. Comquanto esteja inteiramente modificada, ainda conserva os tres grandes arcos em forma de ogiva, sobre os quaes corre o primeiro pavimento. E' enorme. João das Regras tendo recebido muitos donativos de D. João I, comprou as propriedades contiguas á casa herdada de seus paes, e alargou-a consideravelmente. Por dote de sua esposa ficou possuidor de um palacio e ermida de S. Matheus, que ficavam fronteiros á sua casa, e que eram cabeça do morgado.

Depois da morte do grande legista perde-se noticia do que succedeu com respeito á sua habitação. A capella e palacio de S. Matheus serviu de installação á ordem de S. Camillo, um anno antes do terramoto, e por elle foi tudo derrubado. Provavelmente tambem as casas de João das Regras foram damnificadas, e d'isso resultou ficarem muito reduzidas.

Lá por dentro ha uma complicação de escadarias que quasi está pedindo fio de Ariadna... Deve ser trabalhoso para os inquilinos familiarisarem-se com semelhante *dedalo*. Emfim, justo é que quem passar em frente d'esses restos da antiga habitação nobre, as olhe com respeito que não abundam em nossos dias, homens do fôro que valham o preclaro conselheiro de D. João I.

E visto encontrarmo-nos no tempo do grande defensor da Patria, mencionaremos a celebre Casa dos Vinte e Quatro, instituição d'esse rei sapiente que de todos os interesses nacionaes se occupou.

A Casa dos Vinte e Quatro era uma especie de camara de artes e officios composta de vinte e quatro mestres, dois de cada officio, cujas attribuições eram importantissimas, porque lhes competia vigiar pela boa ordem e segurança da cidade.

Nenhum artifice podia exercer o seu mister sem ter o competente diploma de capacidade, dado por elles. Eram de eleição popular, dentro das respectivas classes e misteres.

Tinham quatro procuradores na Camara com plenos poderes, de modo que em todos os assumptos municipaes eram ouvidos com respeito.

Por occasião da mortandade dos christãos novos el-rei D. Manuel castigou a cidade tirando-lhe o privilegio da junta dos Vinte e Quatro, por carta de lei de 22 de maio de 1506.

Tempos depois foi-lhe reintegrado, e conservou-se até á radical transformação da administração publica.

Funccionava primitivamente nos paços do senado da camara, e veio depois installar-se na parte do edificio da egreja de S José, que tem entrada pela rua da Fé, e onde está a associação dos mestres de obras.

E' innegavel que a junta dos Vinte e Quatro teve importante influencia no desenvolvimento e perfeição da arte architectonica, o qual chegou ao mais alto grau de belleza na edificação dos Jeronymos, e da Batalha. Se até certo ponto coarcava o livre exercicio de funcções, tambem era garantia de habilitação para exercel-as.

E' caso para notar-se que para se citar o mais insignificante logar de amanuense são exigidos documentos de habilitações litterarias, e para se exercerem misteres de que dependem muitas vezes a vida e fazenda dos cidadãos nada se pede hoje como prova de capacidade material.

Os novos cursos industriaes veem sanar, em parte, este mal. Infelizmente, porém, a rotina contraria muito os bons desejos do progresso. De resto o aprendizado continúa a ser uma especie de escravidão temporaria para os pobres que durante os taes cinco annos o que menos fazem é aprender officio a que se destinam...

*
* *

Casa onde morreu Almeida Garret recorda-nos este edi-

ficio — aquelle fulgentissimo escriptor, que em uma bella noite da sua alegre mocidade colheu delirantes applausos, como em outro logar dissémos. Ora João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett é uma das maiores glorias da litteratura portugueza, quer na qualidade de poeta, de escriptor dramatico ou romancista. E' portanto dever nosso olhar com saudosa sympathia a casa onde elle habitou nos ultimos annos da sua movimentada existencia, e onde exhalou o ultimo alento vital.

De Lisboa não era natural o explendido auctor do *Camões*. Nasceu na cidade do Porto, na rua do Calvario, aos 4 de fevereiro de 1798. Mas foi a nossa formosa capital a terra de eleição, onde brilhou o éstro fulgurante do seu genio excepcional. Almeida Garrett avantajou-se nas lettras, e notabilisou-se na politica. Espirito desassombrado e sedento de luz, não podia deixar de seguir enthusiasticamente a causa da liberdade. Abraçou-a incondicionalmente, correu mundo, luctou, e veio afinal, já coberto de louros e despido de illusões, descançar n'essa pequena casa da rua Saraiva de Carvalho, rua que no seu tempo se chamava—de Santa Izabel.

Das suas janellas via o poeta da *D. Branca* o cemiterio dos inglezes, frente a frente, e Deus sabe quantas vezes, já enfermiço, seus olhos videntes contemplaram melancolicamente esse derradeiro refugio dos corações macerados pelo infortunio!

Morreu o mimoso escriptor no dia 9 de dezembro de 1854, nos braços de outro adoravel bardo, Francisco Gomes de Amorim, seu fraternal e lealissimo amigo.

Era intitulado visconde, o apaixonado poeta, estylista vernáculo e imaginação tão fertil e captivante. Quem não conhece a sua encantadora *Joanninha*, das *Viagens na minha terra*?... Quem não sentiu humedecer-se-lhe os olhos na angustiosa descripção das amarguras do divino Camões, descriptas pela divina penna de Almeida Garrett?...

Morreu aos cincoenta e seis annos de edade, cheio de gloria, afidalgado, e comtudo, quantas vezes lhe relembrava com saudade a vida despreoccupada da sua juventude!...

N'essa casa está uma lapide commemorando a data do fallecimento do grande homem.

A proposito de Garrett citamos o seu poema em verso solto—*Camões*. E logo, pelo natural encadeamento dos factos, nos veio á idéa a casa onde o primeiro épico portuguez veio a morrer trespassado de incalculaveis e horrorosos supplicios de coração.

Era natural de Lisboa, segundo as melhores probabilidades, e por isso circumstanciadamente, quanto compativel com a natureza d'esta publicação, d'elle fallaremos em outro ponto quando dermos noções biographicas de lisboetas illustres.

A meio da calçada de Sant'Anna, ao lado esquerdo de quem sobe, ha uma casita, fazendo esquina da calçada para o becco de S. Luiz. Tem os numeros de policia 139 e 141.

E' antiquissima, e teve muito tempo um só andar, com casas terreas em baixo.

Varias vezes foi vendida, entre essas sabemos de uma venda realisada no anno de 1552, e outra em 1591, já depois portanto da morte de Camões, que occorreu no desgraçado anno de 1580.

Em 1602 fez-se um auto de posse da propriedade e n'elle se lê: «Umas casas da banda de fóra do postigo de Sant'Anna, na travessa que vae para S. Luiz, e constam de um sobrado e de telha vã; e no dito sobrado tem uma só casa ao comprido, dividida em duas com um taboado pelo meio, e por detraz tem uma casinha pequena, que serve de despejos, e tem escada para um pateo pequeno que tem por detraz das ditas casas, coberto de telha-vã, e com mais duas lojas por debaixo, uma adiante da outra.»

Segundo a mesma escriptura esta casa foi vendida por trinta mil réis.

O senhorio directo pertencia á camara municipal de Lisboa, e foi emphyteuta D. Aleixo de Menezes, aio do joven rei D. Sebastião.

Pagava a propriedade 350 réis de pensão, e 10 réis á camara, por ficar junto a uma barbacan do muro.

Mesmo ao pé da casa ficava a porta de Santa Anna.

Ao tempo d'esta escriptura tinha a casa já outro pavimento superior, e aguas furtadas, isto é—estava como ainda existe. Tem sido reparada por varias vezes, mas até ao primeiro andar as paredes são primitivas... aquellas onde bastas vezes se fixaram os olhos lacrimosos do nosso Homero, em horas de magoada desesperança e dolorosa miseria. Entre as paredes que ali estão quantos suspiros voejaram, quantas memorias resurgiram, quantos queixumes palpitaram! Paremos em face de tão humillimo tugurio, e temos ainda de reduzir-lhe as proporções a um *sobrado ao comprido dividido por um taboado e umas lojas terreas*... E em seguida imaginemos n'esse aposento térreo, humido e desconfortavel, o genial talento que encheu a Europa com a fama da sua obra colossal, o extraordinario architecto da gloria portugueza, o immortalisador dos immortaes!...

Confrange-se-nos o coração perante essa evocação do passado! A imbecilidade e a infamia no apogeu das grandezas, e ali dentro o maior homem do seu seculo, tendo apenas a confortal-o a amoravel dedicação de um escravo generoso!

*

* *

Nos tempos da dominação arabe era a cidade de Lisboa muitissimo mais pequena, e toda cercada de muralhas altas, e fortemente construidas.

D'ellas já quasi nem vestigios existem.

Ha os muros do castello de S. Jorge, onde estão abertas as portas do Moniz, de trágica memoria, e das da traição, os restos de muralha por detraz da egreja de Santa Luzia; um outro pedaço no largo de S. Raphael, e os arcos do *Becco das Moscas*, ao pé do chafariz do Rei, onde era a porta do chafariz do Rei, *de Jesús*, que era a porta do Mar, em frente do antigo *Caes de Santarem*; *Escuro*, que foi antiga porta do Mar, e tambem denominado *Postigo da rua das Canastras*, na rua dos Confeiteiros, nada mais resta d'essa primitiva cinta, que tinha doze portas.

E eram, além das notificadas acima, as seguintes: Porta de Alfama, Postigo do Conde de Linhares, Porta de Alfôfa,

Porta de Ferro, Porta de D. Fradique, Porta do Sol, e porta principal do castello, chamada depois Porta de S. Jorge.

Começava a muralha ao pé da porta do castello, descia até perto de S. Chrispim, onde tinha a porta Alfôfa, se guia para a Sé, em cuja frente era a Porta de Ferro, e d'esta corria para a antiga Porta do Mar, na rua dos Confeiteiros, e seguindo pelo caes de Santarem alcançava a Adiça. N'este lanço abria se a porta do Mar, a S. João, Postigo do Conde de Linhares, Porta do Chafariz d'El-Rei, e a Porta de Alfama, que ficava fronteiriça ao templo de S. Pedro. Esta egreja abateu pelo terremoto, e d'ella ficou simplesmente a porta que é a que tem o numero 2 na rua da Adiça.

D'este ponto subia a muralha até S. Braz, que é hoje Santa Luzia, e tinha a Porta do Sol, ao pé da capella-mór da egreja. Ainda hoje se dá ao sitio o nome de largo das Portas do Sol. Continuava para o castello, e ia terminar junto do palacio de D. Fradique, e da porta do mesmo nome. Esta porta via-se ha annos, tapada, no muro que deita para o largo do Chão da Feira.

Era pois pequenissima a área da primitiva Lisboa. Afóra das muralhas desdobravam-se soberbos campos, por onde estavam varias povoações pequenas, e casaes. Predominavam na flora local os olivêdos e vinhas, que cobriam as sete collinas onde a cidade está hoje donairosamente installada, e de onde trasborda a invadir os arrabaldes na sua expansibilidade de população.

Depois dos primeiros annos de terror e incerteza, que necessariamente deviam seguir-se á conquista dos christãos, entrou a povoar-se a cidade de tal sorte que a população sahiu muralhas fóra. Em breve eram mais numerosos os fogos que havia exteriormente do que a dentro dos muros.

Ora n'aquellas épocas esta expansão constituia perigos incalculaveis, em virtude das guerras movidas sob qual quer pretexto, e até sem que pretexto houvesse.

Da parte de Castella não havia que fiar. D. Fernando I, comquanto leviano e voluvel, teve muitos rasgos de bom senso, e intuições administrativas de longo alcance. Viu elle que era imprudente deixar a mór parte da povoação sem resguardo, e apressou-se em mandar construir nova cinta de muralhas que resguardassem toda a cidade.

E acto continuo poz-se em execução o seu plano, ficando a nova cinta construida no anno de 1373.

Os novos muros partiam da Porta da Traição, que abria para um bello olival de que ainda restam exemplares, descia ás Portas de S. Lourenço, e vinha pelo becco do Carrasco até ao Passo do Boi Formoso onde estava a Porta da Mouraria, cujo arco lá existe. D'este logar ia para a Porta da rua da Palma, e seguia, calçada do Jogo da Péla, ao cimo da qual tinha uma porta com o nome da calçada.

O arco passou a chamar-se—Arco da Graça, em homenagem a um nicho com uma Senhora da Graça, collocado ali por qualquer devoto. Este arco, do qual se divisam alguns vestigios nos predios que entestava, foi demolido no anno de 1835.

Continuando o trajecto corria a muralha para a Porta da Senhora Santa Anna pouco abaixo da egreja da Pena, e descia rapidamente para as Portas de Santo Antão, proximo á egreja de S. Luiz, ficando entre esta e a rua do Jardim do Regedor, que então não existia ainda.

Seguindo, ia então ao largo de Camões, occupado em parte pelo palacio dos Condes de Ourem, e depois tambem pelo paço dos Estaus Ahi estavam praticadas as Portas das Estrebarias de El-Rei. Logo d'este sitio tomava o caminho da calçada do Duque, onde quem bem reparar encontrará restos da muralha, e subia até S. Roque, para onde dava passagem a nomeada Porta do Condestavel, depois Postigo do Carmo, e ultimamente Arco de S. Roque. Ficava-lhe junto a celebre torre de Alvaro Paes, destruida pela base no dia 1 de novembro de 1755. O arco resistiu ao cataclysmo, e foi apeado em 1836, quando se fizeram as obras da abertura da rua que vae á Trindade, e o palacio onde está funccionando a Escola Academica.

Hoje não se avalia o que foi a elegancia e luxo d'este edificio, em cuja frente havia um pequeno mas lindo largo, que foi um dos logares mais interessantes, sitios de ha sessenta annos, relembrado com saudade pelos elegantes devaneadores da época, dos quaes bem raros existirão ainda.

Da Porta do Condestavel continuava a cinta pela rua Nova da Trindade, onde não ha muitos annos se viam alguns vestigios d'ella, e proximo do largo abria a porta da Trindade.

Continuava pela rua de S. Roque até ao largo das Duas Egrejas, que ambas ficavam pela parte de fóra. Era lá perto a Porta de Santa Catharina, célebre na historia portugueza pelo grande heroismo como foram defendidas pelo Mestre de Aviz, quando D. João I de Castella poz cêrco pela segunda vez a Lisboa, em 1384.

Não passemos d'este logar sem narrarmos o facto. E' sabido; D. Leonor Telles, anciosa de vindicta contra o matador do seu amante conde de Andeiro, protegia abertamente a cubiça do velho marido de sua desditosa filha.

Este, animado pelos renegados, que os houve sempre, e quiçá por pequenas victorias faceis de alcançar atravez de povoações desprevenidas e indefezas, veio até á capita. Os lisboetas, cançados da lucta, depauperados pelas miserias que os opprimiam, e lembrados dos horrorosos sacrificios que lhes custou o primeiro cêrco, e a vergonhosa paz assignada pelo effeminado rei D. Fernando, sobresaltaram-se ao verem o numeroso trôço de sitiantes.

Mas estava ali o valente bastardo de D. Pedro, o destemido grão-mestre da nobre ordem militar de Aviz, e a attitude do defensor do reino animou os que sentiam fraquejar o animo.

De Castella veio um *reino* ambulante.

Todo o espaço entre o Monte Olivete e Alcantara estava coberto de tendas de guerra, abarracamentos com suas lojas de commercio diverso, e até alcouces, disposto tudo em ruas. El-rei e a juvenil rainha lá estavam, e como certa contavam a victoria.

D. João, o principe modêlo, vigiava do alto das torres, e estudava cuidadosamente todos os meios defensivos. Cinco mezes durara o cêrco; durante esse largo espaço de tempo dia não houve em que os de Castella deixassem de arremetter contra a cidade, mas eram inalteravelmente repellidos.

Das Portas de Santa Catharina, das Portas da Trindade,

os nossos não desanimavam na defeza, e os monges do grandioso convento da Trindade, que se estendia desde o largo da Abegoaria até á travessa de João de Deus, tomaram parte brilhantissima n'essa memoravel epopeia de valor.

Dera ordens terminantes o Mestre para que ninguem sahisse as portas de Santa Catharina, pois seria inutil sacrificar meia duzia de vidas, quando melhor plano era fatigar os sitiantes, e exasperal os no reconhecimento da inexpugnavel resistencia dos sitiados.

Dia houve, porém, em que um punhado de portuguezes resolveu, contrariamente ás ordens do chefe, fazer um reconhecimento qualquer no campo castelhano Mal deram por elles os sitiantes accommetteram-n'os com furibunda sanha, que proprio é dos miseraveis fazerem de valentes ao pé dos que estão em inferioridade de condições.

Então os portuguezes comprehendendo o valor das ordens do Mestre de Aviz tentaram retroceder, mas o chefe, que do alto observava o succedido, gritou-lhes que visto não saberem obedecer soubessem sequer morrer como portuguezes.

Tão justas palavras cahiram no peito dos portuguezes como labaredas de patriotismo. Lançaram-se logo aos castelhanos com tamanho valor, que os puzeram em debandada! O Mestre, satisfeito e enthusiasmado, mandou então que lhes abrissem a porta, e os nossos voltaram cobertos de gloria, e contentes de haverem mostrado de quanto é capaz o heroismo de um povo nobre e patriotico.

O cêrco de 1384 foi mais fatal aos castelhanos do que aos portuguezes. Entre os brilhantes fidalgos da côrte que formavam a comitiva de D. João I de Castella entrou a manifestar-se a peste, e em poucos dias metade dos castelhanos estava ou morta, ou em agonia.

O cêrco, quer por terra, quer por mar, estava plenamente inutilisado, e el-rei teve de levantal-o, levando atraz de si uma longa fileira de ataúdes onde iam de regresso a seus lares muitos dos bellos fidalgos da côrte madrilena, que de lá vieram contando com as glorias da conquista.

Hoje, o maior numero de pessoas que transitam por aquelles sitios, nem sequer se entreteem a reconstruir-lhe mentalmente a velha topographia e pensar na espantosa energia d'aquelles homéricos corações portuguezes.

Pois reparem!... No ponto onde existiram as memorandas portas nem um só indicio ficou a relembrar o glorioso feito!

Apenas restam duas estatuas de marmore que as encimavam, e eram—Nossa Senhora do Loreto e Santa Catharina. Estão na fachada da egreja da Encarnação, mettidas em nichos, vendo desfilar, Chiado fóra, as phalanges de ineptos do *dandysmo* d'este fim de seculo, tão diverso do seculo do grande Mestre de Aviz, em que os homens tinham fibra máscula e almas de luctadores.

Então, sempre que o leão de Castella arreganhava a dentuça aguçada contra as Quinas gloriosas, os nossos não se apoucavam em lamurientas affirmações de ternura, nem se esfalfavam a gritar que a Hespanha é a irmã mui querida e bem amada. A resposta era moldada pela invectiva... Não foi com blandicias similares de acovardamento que o gran Condestavel realisou a obra de Aljubarrota, nem com suspirosas endeixas que D. Sancho Manuel, e o conde da Castanheira, immortalisaram na historia os dois grandes dias de Montes Claros e do Ameixial.

E prestada a nossa humillima homenagem á memoria d'esses nobres compatriotas, vamos vêr como as muralhas de D. Fernando seguiam das portas de Santa Catharina pela rua do Thesouro Velho, e ali tinham as Portas do Duque de Bragança, que ficavam ainda na rua, defronte do palacio dos duques.

Continuavam depois para as Portas do Corpo Santo, primeiro chamadas —Postigo do Cata-que-Farás.

Logo adiante eram as Portas dos Cobertos, e as dos Cortes Reaes, contiguas ao palacio do Corte Real, que era no local das actuaes officinas do arsenal da marinha, largo do Corpo Santo e parte da rua do Arsenal, e que foi encorporado nos bens da corôa depois da Restauração; d'elle demos noticia já.

D'este logar corria a muralha á beira do Tejo, linha éste, tendo a pouca distancia o Postigo do Carvão, e ao pé, mesmo defronte do sitio onde D Manuel mandou edificar os paços da Ribeira, as Portas do Ouro, ou arco do Ouro.

Por sua ordem seguiam as Portas dos Armazens, Arco das Pazes, Portas da Moeda. Sobre estas foram edificados alguns aposentos communicando com os paços da Ribeira. As portas dos Armazens eram pelo local do nosso Pelourinho, em um largo então denominado do Relogio, e as das Pazes abriam sobre o Terreiro do Paço, junto ao ponto onde começa a rua do Arsenal, e ficavam por debaixo dos paços de D. Manuel, e as Portas da Moeda, situadas na embocadura da actual rua Aurea, davam tambem para o mesmo Terreiro.

Ia d'aqui a muralha pela rua dos Capellistas, onde tinha as Portas do Prego, dos Barretes tambem ditas Arco do Açougue, Portas da Ribeira e da Portagem, todas dando passagem para o Terreiro do Paço.

Continuando ia ás Portas do Mar, ás Novas, que estavam no arco das Portas do Mar, sito ainda na rua dos Bacalhoeiros. A leste, proseguindo a linha do rio, via-se a muralha chegar á Judiaria, com suas portas chamadas da Conceição, cujo arco lá vemos incolume. A casa dos Bicos fica entre estas duas portas. Avançando ainda a muralha ia ás Portas do Terreiro, actual arco do Rosario, e d'ahi passava pelo becco de Alfama, onde está o arco que se chamou Postigo de Alfama ou das Alcaçovas e da Lavagem, entre os banhos e o tanque da lavandaria municipal.

Por meio do chafariz de El-rei, e do chafariz de Dentro corria a cerca até ao principio da calçada que vae á rua do Paraizo, onde estava a Porta da Polvora, ao lado da cadeia da Gallé. Da banda do Tejo era esta a ultima porta.

Voltava ao pé da egreja da Boa Nova, onde se notam alguns indicios da muralha e de um arco.

Subia em seguida á rua das Portas da Cruz onde houve uma porta que teve de ser demolida para dar passagem á estatua de D. José I, quando foi transferida da Fundição para o Terreiro do Paço. Uma das columnas d'esta porta, que era das mais modernas, e uma porção do frontão esquerdo, collocaram-n'as junto do palacio do secretario de guerra, ao fim da calçada, acompanhadas de uma inscripção.

Lá ia depois a muralha até ao Arco Pequeno, que ao

tempo foi o Postigo do Arcebispo, e d'aqui em direitura á cerca de S. Vicente de Fóra, tendo n'esta cortina a Porta de S. Vicente, approximadamente no local do Arco de S. Vicente, que se mandou abrir no anno de 1808, para dar communicação do mosteiro para a cerca.

Continuava immediatamente para o largo da Graça, subindo a travessa da Veronica, e lá ao cimo tinha exactamente no largo da Graça o Postigo de Santo Agostinho, a que mais tarde se chamou—Postigo de Nossa Senhora da Graça. Este lanço do muro ficou depois a dentro da cerca de S. Vicente, e ainda ha alguns annos se notavam vestigios de uma porta entre a quinta e a egreja da Graça.

A abertura da rua da Infancia, e a construcção dos predios que torneiam para o largo do Jardim apagaram esses vestigios.

Desde o Postigo de Santo Agostinho ia a muralha até ao pé do adro da egreja, mas alcançando o Caracol da Graça descia pela calçada, e vinha abrir as Portas de Santo André, de modo que todo o mosteiro e templo da Graça ficavam extra-muros.

Do arco de Santo André, que existe tal qual era quando tinha portas, a muralha seguia directamente para o castello e lá fechava a cidade.

Entre portas mouriscas e da segunda cerca contavam-se quarenta e seis, e a totalidade de setenta e sete torres.

A primeira muralha raros vestigios nos mostra, lá pelo castello, e da segunda mui poucos ficaram. A constante expansão da cidade rompeu todos os obstaculos, além do que na actualidade não são as paredes que guardam as nações, mas sim a mutua conveniencia, senão a perfidia mutua.

Na Mouraria ha um pedaço de cortina da cerca de D. Fernando, que é, já o dissemos, a parede onde assenta parte do palacio dos marquezes do Alegrete. Ali está o passo do Boi Formoso, a que o povo dá o nome de *Bem Formoso.*

Aquelle canto da Mouraria foi theatro de scenas assás lancinantes, quando por ordem de D. Manuel os mouros foram obrigados a sahir de Portugal, na alternativa de renegarem as suas crenças religiosas.

Do tempo de D. Fernando, em que ainda se não davam acontecimentos assim dolorosos e até ineptos, existe na parte intacta da muralha uma lapide com a inscripção que segue:

«O mui: nobre: e: alto: Rej: Don: Fernando: de: Portu-
«gal: e: fylho: do: mui: nobre: Rej: Don: Pedro: e: neto
«do mui: nobre rej: Don: Afonso: Oolhando: como: a: mui:
«nobre: sua: cidade: de: Lisboa: seja: hũa: das: mais: no-
«bres: cidades: que: ha: em: todalas: partes: do: mundo:
«e: como: esa: cidade: a: mais: nobre: fose: fora: da cerca:
«velha: que: seus: bisavoos: guanharon: aos: moros: po-
«rem: mando: fazer: esta: cerca: nova: e: foi: começada:
«era: de: mil e quatro centos onze anos: (1373 J. C.) se:
«acabou: en: quatro: centos treze anos: per: seu: manda-
«do: foi: dela: regedor: Gomes Martinz: de: Setuval: q: foi:
«seu: capitan: en: seus: reinos: e: seu: vasalo: e: ovidor:
«da: sua: corte: e: corregedor: por: el: na: dita: cidade:
«e: Lourenço: Durães: escrivan: do: concelho: e: Johan:
«Fernandiz: e: Vasco: Braz: meestres: do: dito: muro.»

Não tardou que a população entrasse a trasbordar. Apesar das consecutivas provações que affligiam os povos, taes como pestes, terremotos, guerras, conquistas e explorações além-mar, a cidade espraiava-se extra-muralhas, de modo que no tempo de D. João IV foi necessario olhar a sério para esse estado de cousas.

O restaurador apressou-se tanto quanto pode em reparar os damnos que o tempo fizera nas muralhas aproveitaveis e em fortificar a cidade de fórma valiosa para os perigos da época, que bastante requeriam excepcionaes cuidados e attenções. O reinado do fundador da actual dynastia passou-se todo em guerra com Castella; guerras que ainda passaram para o reinado de seus filhos. Filippe IV não podia resignar-se á derrota, e como só derrotas ia registrando sempre que em combates leaes se defrontavam portuguezes e castelhanos, o perfido não escrupulisava no manejo das armas infames que a covardia encontra no veneno, na surpreza, no punhal dos sicarios.

Quiz D. João IV obviar a esses males, mas a empreza era titanica, e a occasião pessima. Para erguer nova cerca em volta de Lisboa carecia-se de muito dinheiro, e de tempo. Procedeu-se a alguns reparos, e deu se principio ás obras de defeza planeadas. Poucos trabalhos chegaram a concluir-se, mas dos que ficaram se infere o importantissimo plano concebido. São ellas o forte do Sacramento em Alcantara, de que actualmente ninguem faz caso. O forte do Livramento, rente ao palacio das Necessidades, egualmente inutilisado hoje. O forte de Campolide, que ficou incompleto, um lanço de muralha com suas ameias, que vinha ligar-se ao forte da Cruz da Pedra, que fechava a linha defensiva do Tejo.

Este foi nos ultimos tempos aproveitado pela companhia dos caminhos de ferro do norte e leste para deposito de materiaes, e a grande muralha a que estava ligado foi servindo de muro á quinta do conde de S. Vicente.

Bem diverso destino do fim para que foram edificadas estas obras de guerra.

Das muralhas passaremos muito logicamente ás fortalezas de Lisboa.

Voltemos, portanto, ao ponto de partida da velha cidade, e subamos pacientemente as escarpadas ladeiras que nos levam ao castello, nos seus primitivos tempos.

Quando, esses primitivos tempos?...

As investigações n'este sentido dão-nos uma época anterior quatro annos ao nascimento de Christo.

Além dos fortes que mencionamos, D. João IV mandou reedificar e accrescentar a fortaleza de S. Julião da Barra, e a torre do Bugio. Toda a linha do Tejo foi posta em estado de impedir qualquer ataque maritimo á capital, de tal sorte que a entrada do porto ficava quasi inexpugnavel em casos *bellis.*

No anno de 1650 viu o monarcha que não bastava impedir a invasão pelo lado aquatico, e n'este sentido deliberou proceder á segurança de Lisboa pelo lado terrestre.

Para realisação d'este fim encarregou plantas de fortificações a um engenheiro hollandez, João Gilot, a outro engenheiro francez, Mr. Legart, e a João Cosmander, padre jesuita de origem belga, homem muito entendido no assumpto.

A superitendencia dos trabalhos confiou-a ao preclaro e

denodado general D. Antonio Luiz de Menezes, conde de Cantanhede—o immortal vencedor de Montes Claros.

Os alicerces da torre de S. Julião da Barra foram lançados por D. João III pouco mais ou menos em 1556. Em sua vida pouco progrediram as obras, e ainda assim quem mais as fez desenvolver foi o cardeal D. Henrique, irmão do monarcha e mais tarde rei, por desgraça da nação.

Durante a menoridade de D. Sebastião continuaram os trabalhos regularmente, não se descuidando d'elles o regente.

Em sua memoria se conserva o nome de Porta do Cardeal, a uma das portas, que n'aquella época era a principal, e tem as settas adoptadas como armas por D. Sebastião, collocadas sobre o escudo das Quinas.

Todos os tres intrusos cuidaram das obras d'esta fortaleza, crentes na posse definitiva d'este thesouro de inestimavel valor que é o nosso Tejo.

Sabe-se de resto que todos os seus cuidados consistiam em tornar o paiz invencivel pelo mar, vistas as guerras que traziam na Europa Do lado de terra succedia inversamente; ahi convinham-lhes as portas abertas, para que os povos da fronteira não tivessem velleidades de independencia.

Não obstante elles foram expulsos e as obras da torre ficaram por acabar.

Coube a D. João IV a honra de as concluir, prestando assim um alto serviço a Portugal. Sob as suas ordens, e em harmonia com os planos dos engenheiros escolhidos o recinto da praça estendeu-se para o lado meridional, e fez-se o revelim, conforme ficou expresso nos dizeres da lapide, collocada pela parte inferior ao escudo real, e que são:

«O Serenissimo rei de Portugal, D. João IV de gloriosa memoria, mandou fazer esta fortificação, á ordem do conde de Cantanhede D. Antonio Luiz de Menezes, sendo dos seus conselhos de estado e da guerra, veador da fazenda e governador das armas de Cascaes a cujo cargo está a fortificação da barra de Lisboa. Anno 1650.»

Esta fortaleza, com as suas temiveis prisões, tem uma longa historia de tragicos acontecimentos Na qualidade de prisão do estado, foi uma especie de Bastilha de que o absolutismo tirou negro partido.

Ainda quasi a meio de construida, aproveitou-a o sanguinario Filippe II para n'ella encerrar quantos nobres e religiosos se lhe oppunham, e defendiam com honra a autonomia nacional.

Tinham processo summario os julgamentos d'esses martyres da patria... ás tantas da noite eram amarrados de pés e mãos, e lançados pela gruta da torre ao fundo do Tejo. Contam algumas chronicas da época que de tantos cadaveres arrojados ao mar, resultava que os pescadores quando lançavam as redes colhiam pedaços de carne humana, membros triturados, tudo em horripilante putrefacção. Pelos modos o peixe fugia nauseado, e os lisboetas clamavam que Deus amaldiçoara o Tejo pelos crimes dos castelhanos, sendo necessario que o arcebispo de Lisboa exorcismasse as aguas para socego da população assombrada.

Filippe II obteve do papa a absolvição pela morte de dois mil ecclesiasticos que mandara afogar, afóra os seculares.

Durante a regencia do marquez de Pombal foi outra vez bem cruel a missão da fortaleza de S. Julião da Barra.

Após o decreto que expulsava os membros da Companhia de Jesus, o poderoso ministro, seu irreconciliavel inimigo, achou meio de envolver muitos dos padres na conspiração contra D. José, e sob tal pretexto mandou para os lobregos carceres subterraneos da torre cento e doze desgraçados, que lá permaneceram dezoito annos, sem luz, em plenas trevas, tocando o maximo grau dos soffrimentos.

Quando D. Maria I subiu ao throno deu-lhes a liberdade, mas bem poucos a puderam gosar.

Pela guerra civil portugueza encheram-se as masmorras humidas e medonhas d este forte. Gomes Freire de Andrade, o patriotico e honrado general, lá foi barbaramente assassinado por mandado do inglez Beresford, que perfidamente o odiava.

Tão infame procedimento houve para com a victima que nem lhe concederam as honras de militar a que tinha direito a sua alta patente. Gomes Freire de Andrade morreu enforcado, e o seu corpo, reduzido a cinzas, foi lançado ao Tejo!

Entre 1828-33, estava o governo da fortaleza entregue ao famigerado brigadeiro Joaquim Telles Jordão. Inutil será dizer que os miserandos liberaes que lhe cahiram na alçada foram martyrisados da maneira mais cruel e odiosa. O malvado não obedecia a opiniões politicas; era apenas a ingenita criminalidade que o governava.

Seiscentos e dezoito presos politicos ali entraram durante esses cinco annos, e todos lhe soffreram martyrios inacreditaveis.

Por motivo da Patoleia tornaram a abrir-se as portas d'esse inferno. Lá esteve o conde das Antas, chefe do ministerio do Porto denominado Junta do Porto. Acompanhou-o n'essa angustia á sua divisão revolucionaria. Lá esteve egualmente o conde de Villa Real, Passos Manuel, emfim toda a brilhante pleiade de insurgentes, que mereceram a *Edgart Quinet* um dos seus mais sentidos e eloquentes artigos litterarios.

Modernamente a torre de S. Julião foi assignalada pelo martyrio do desgraçado Antonio Coelho.

Todos conhecem a historia d'esse pobre homem. Era soldado; certo dia um superior insultou-o... Antonio Coelho teve a loucura de julgar-se um homem, quando não passava de méro algarismo... Como as cousas se passaram não o sabemos... Caso foi que o soldado revoltou-se e feriu o official.

Este morreu, e o criminoso respondeu em conselho de guerra. A lei militar condemnou-o á morte. Devia ser fuzilado. Mas o povo portuguez, levantou formidando protesto, e a imprensa reclamou piedade.

No throno estava D. Luiz I, e a nobre dextra que passara uma esponja sobre a pena de morte no codigo da lei civil, não podia commetter uma nefanda apostasia assignando o assassinato de um ser humano, reclamado pela boca das espingardas.

Antonio Coelho ficou sentenciado à morte, mas não foi fuzilado... Antes o fôra porém!

Soterrado nas enxovias da torre, onde o Tejo entra e as paredes cobertas de limos são guarida de repellentes reptis, viveu a morrer annos a fio.

Ás vezes, quando os horrores do rheumatismo attingia o maximo, e o infeliz estava a termos de morte, traziam-n'o ao ar, mostravam-lhe o bom sol creador, mettiam-n'o entre ferros da cadeia civil do Limoeiro, prolongando lhe a existencia só para lh'a torturarem de novo...

Até que um dia a natureza lhe deu ordem de soltura. Era tempo! O misero exgotara o calix até ás ultimas fezes.

Esta fortaleza é ainda hoje de alguma importancia, comquanto a sua efficacia esteja muitissimo prejudicada em face das machinas de guerra, e da poderosa artilheria moderna.

Das fortificações modernas a primeira que se constituiu foi a da Cruz da Pedra, em 1659. Levou dois annos a construir. Partia d'elle uma alta e forte muralha que, pelo caminho do Arco do Carvalhão alcançava Campolide, e se propunha a rodear Lisboa de O. a E., defendendo-a com trinta e dois fortes.

Basto numero de artifices trabalhavam n'esses muros de rija cantaria, mas em 1657, data do fallecimento de D. João IV estava a obra muito atrazada. O successor, esse desventurado D. Affonso VI tomou a peito a empreza.

Por esse tempo o governo portuguez convidou o marechal Schomberg a vir ao reino, a fim de instruir o nosso exercito, e dar-lhe uma organisação harmonica com os progressos que a guerra fizera, em tactica e artilheria.

O notavel militar veio, observou as obras de defeza, e condemnou-as redondamente, pela impossibilidade de guarnecel-as de soldados, pois nem todas as praças e officialidade bastariam para acudir a tão vasta área e numerosos pontos de defeza.

Em vista da opinião auctorisada do general Schomberg, que foi um leal e valente amigo dos portuguezes, as obras da cerca foram sustadas, mas ainda lhes vemos alguns vestigios pela circumvalação.

Ao tempo dos projectados trinta e dois fortes estavam acabados apenas os de Alcantara e Cruz da Pedra. Estes foram aproveitados na defeza maritima. O tempo damnificou os, e o terremoto inutilisou-os para o effeito a que se destinavam, de modo que o forte da Cruz da Pedra foi, conforme acima dissemos, transformado em armazens da companhia de caminhos de ferro, e o de Alcantara completamente desarmado ficou sem prestimo para cousa alguma.

O forte do Sacramento era localisado em uma quinta, propriedade do celebre conde de Cantanhede, depois marquez de Marialva por mercê de D. Affonso VI que assim quiz recompensar o bravo vencedor do numeroso exercito castelhano na ultima e decisiva batalha das guerras da Restauração.

O general Schomberg considerando a defeza da capital sob todos os pontos de vista, entendeu ser indispensavel dar segurança tambem á costa visinha e assim projectou ligar a praça de Cascaes á torre de S. Julião por meio de uma especie de encadeamento de fortes formando uma trincheira respeitavel.

Como n'aquella época os assumptos referentes ao bem da patria não eram preteridos por cousas de ordem inferior, o governo deu plenos poderes ao sapiente marechal para a abertura dos trabalhos e desde logo se lhes deu execução.

Durante os reinados de D. Affonso VI e de D. Pedro II ficaram de pé os fortes dos Innocentes, de S. Roque, de Santo Antonio, de S. Theodosio, de S. João, fortaleza de Santo Antonio, e o forte de S. Domingos de Rânа.

A partir da torre de S. Julião cujas obras foram concluidas, vinha pela margem direita do rio a linha seguinte: Forte de Santo Amaro, de S. João das Maias, de S. Pedro dos Arcos, de Nossa Senhora do Porto Salvo, de S. Bruno, de Nossa Senhora do Valle, de S. Francisco da Boa Viagem, de Nossa Senhora da Boa Viagem, da Cruz Quebrada, de S. João do Ribamar, de Nossa Senhora da Conceição, e de Pedroços.

Encontrava-se a seguir a torre de S. Vicente de Belem, já construida desde o tempo de D. Manuel, e logo proseguia a magnifica fieira de defensores da cidade, pela ordem que segue:

Fortes da Estrella, de S. João da Junqueira, do Sacramento, de S. João de Deus, de S. Paulo, dos Remulares, de S. João, no Terreiro do Paço, da Ribeira, de Santa Apolonia, da Cruz da Pedra e de S. Francisco em Xabregas.

O terremoto destruiu a maior parte d'estes edificios, outros serviram a varios destinos.

Entre a torre do Bugio e o pontal de Cacilhas, isto é, na margem sul do Tejo, mandou o governo da época que se construissem os fortes da Trafaria, da Fonte da Pipa, de Arealva e de Cacilhas. Entre os dois primeiros ficava a Torre Velha.

D'estes temos apenas os fortes da Trafaria e de Cacilhas, mas sem artilheria nem guarnição válida. Os fortes que resistiram ao sinistro de 1755 estão quasi todos ao abandono, ou habitados por veteranos, bem raros já porque a morte os tem levado quasi todos.

Comquanto nenhuma outra fortaleza fosse construida nos reinados subsequentes, D. João V e seu filho e successor procederam a algumas obras nos existentes do seu tempo, quando as complicações com a Hespanha fizeram prever uma roptura de hostilidades.

Em 1801, dada a alliança d'essa potencia com a França, contra Portugal, e de cujas combinações resultaram os acontecimentos de 1807, o governo de D Maria I mandou á pressa construir a bateria seguida a oeste da torre de Belem, a qual se vê ainda.

D. Miguel de Bragança tambem fez edificar uns fortins no Terreiro do Paço, julgando impedir o desembarque das tropas liberaes, no anno de 1833.

Baldado labor porém; os liberaes venceram e destruiram-os por inuteis.

No mesmo anno puzeram os realistas o cerco a Lisboa, o qual durou de 29 de agosto a 12 de outubro. Então os liberaes levantaram e edificaram nova linha de defeza em roda da cidade a partir do forte do Sacramento em Alcantara e finalisando no da Cruz da Pedra, junto do mosteiro da Madre de Deus.

*
* *

As fortificações de Lisboa constam ainda mais do forte de Monsanto, que foi começado no anno de 1873, segundo uma nova necessidade de defeza. Está situado no alto da serra cujo nome tomou, a N. O de Lisboa. Obedece ás novas regras technicas da defeza, e é feito com segurança, não lhe faltando accommodações e aquartellamentos. Está bem guarnecido de material e gente.

E depois de percorrida esta afadigosa distancia em visita ás fortalezas iremos descançar no alto castello de S. Jorge, a primeira de quantas ahi hemos contemplado.

Está na altura de noventa e cinco metros sobre o nivel do mar, e a sua construcção data do anno 4000, quatro annos antes do nascimento de Christo.

Construiram-n'o os romanos sob o imperio de Julio Cesar Augusto. Este povo costumava defender as suas cidades e villas estabelecendo no ponto mais elevado o seu *castrum*, e construindo no recinto habitado varias torres em separado. Em Lisboa, segundo bons investigadores, uma d'essas torres era situada em terreno inferior ao da nossa rua dos Retrozeiros, frente a frente á rua do Arco do Bandeira.

Mui provavel parece que subindo a encosta do castello outras existissem, talvez da parte de Santo André e de S. Lourenço.

Talvez não ande longe da verdade quem julgar que a torre mourisca existente na costa do Castello fosse apenas reconstruida pelos arabes, mas primordialmente feita pelos romanos. Junto a ella se vê de um lado um lanço da muralha de D. Fernando que vai ligar-se aos muros do castello. Do outro lado era a porta de S. Lourenço.

Os arabes encontrando o castello bastante arruinado reconstruiram-n'o e conjuntamente lhe alargaram a área, addicionando-lhe varias construcções, nos 430 annos de permanencia que tiveram n'esta localidade.

D'estas obras restam muitos vestigios, e até partes quasi completas, como a cidadella com sua barbacan e algumas torres. Em face da cidadella ha um largo terreiro, cercado a norte e éste de grossas muralhas, d'essa provenienciа.

Do primitivo *castellejo* não se conhecem bem as disposições, porque nenhum documento ficou que nol-as descreva. A cidadella tem uma entrada para caminhos subterraneos, que segundo a tradição cortavam o monte em todos os sentidos.

A fórma do castello é quasi quadrada, e dividida interiormente por um muro com dez metros de alto e dois e meio de espesso, que teve em tempos uma communicação, actualmente tapada.

Ficava portanto separado em dois recintos, e n'elles se construiram umas casas com primeiro andar e habitações térreas, datando de época desconhecida, e que serviram de dependencia ao Paço das Alcaçovas, e onde funccionou a casa Pia, creada em 18 de setembro de 1778, e ali installada até 3 de junho de 1780.

Dentro da cidadella parece ter existido o alcaçar mouro, habitado pelo seu alcaide, e depois pelos reis portuguezes. Da sua exacta situação não ha noticia segura; sabe-se que D. Diniz o ampliou, e nada mais, por que o terremoto de 1755 nem vestigios d'elle nos deixou.

Algumas vistas da cidade, muito antigas, não definem claramente se as Alcaçovas ficavam a dentro ou fóra das muralhas do *castellejo*.

No tempo de D. Sebastião, ultimo rei que habitou officialmente esse palacio, o secretario do cardeal legado escreveu uma descripção do edificio, mas tão pouco explicita que da sua situação precisa se não fica inteirado.

Diz Vilhena de Barbosa, o incansavel e talentoso investigador das antiguidades nacionaes: «A' direita de quem entra pela porta do Moniz na praça nova, está a barbacã mourisca, e por detraz elevam-se os altos muros torreados da cidadella ou alcaçova; onde terminava a alcaçova da parte do sul, levantavam-se os paços reaes, que d'ella tomaram o nome, e dos quaes resta uma parede com janellas.»

O illustre archeologista escrevia no anno de 1862; hoje ninguem é capaz de lá vêr a tal parede com janellas.

Algumas estampas que no seculo XVI reproduziam o castello mostram nos o palacio real das Alcaçovas em uma fachada de casaria, entre duas altas torres rematadas em fórma de pyramides quadrangulares

A fachada apresenta apenas tres janellas em uma das vistas, devida a J. Brannio. N'esta estampa as torres teem dois andares; do lado da direita vê-se a porta principal.

No meio d'ellas, por detraz das muralhas, é que estava portanto localisado o vetusto palacio real, provavelmente pelas alturas da extremidade sul do recinto occidental, onde ha restos de arcos, portas, janellas, vestigios de paredes, dando a conhecer a existencia de construcções destruidas.

Em 1481 havia uma habitação régia pela parte exterior do castellejo, e a dentro do recinto da cidadella.

No auto da acclamação de D. João II descrevendo-se o ceremonial, diz-se que: *Entrarom pela porta dalcaçoua. E dessy se foram ás portas dos paços del rey, e entrarom dentro no curráll, e d'aly se foram ás portas do castello.*

Ha quem supponha que a porta do recinto militar do castello chamada *Portão do norte*, e que tem a fórma ogival, poderia pertencer aos taes *paços reaes*.

Ruy de Pina, na chronica de el-rei D Duarte, falla tambem de um Paço da Gallé, que diz ficar junto da Alcaçova, o qual occupava o local do actual quartel, pouco mais ou menos, pelo lado norte.

Em uns desenhos anteriores ao terremoto, feitos por José Valentim de Freitas, descreve-se o sitio do aquartellamento actual occupado pela egreja de Santa Barbara, e pelo largo do mesmo nome, que estava ao nascente da egreja, e parte da parada.

O quartel é posterior á 1755, e serviu a varios corpos do exercito. D. João V mandou fazer a casa de reclusão, chamada presidio militar até 1884.

Antes existia já no castello um presidio para malfeitores, e uma prisão para militares, cujo ponto se desconhece hoje.

O quartel é de ha muitos annos occupado por caçadores 5.

Olhando a fachada oriental do edificio, por debaixo das

janellas do primeiro pavimento, vemos uma série de lapidas com inscripções, memorando as batalhas e cercos em que o dito regimento tem cooperado.

São as seguintes:

Ponte de Alcantara, 10 de junho—1809; Talavera de la Reyna, 27 e 28 de julho—1809, Puerto de Baños, 12 de agosto—1810; Bussaco, 27 de setembro—1811; Albuera, 16 de maio—1811; Cerco de Badajoz, 4 de setembro—1812; Salamanca, 22 de julho—1812; Valladolid, 7 de setembro—1812; Cerco de Burgos, 19 e 21 de outubro—1813; Victoria, 21 de junho—1813; Villa Franca de Lascano, 24 de junho—1813; Tolosa, 25 de junho—1813; Assalto de S. Sebastião da Biscaya, 31 de agosto—1813; Nivelle, 10 de novembro—1813; Nive, 9 e 13 de novembro—1814; Cerco de Bayona, 27 de fevereiro a 28 de abril—1823; Ponte de Amarante, 23 de março—1828; Pico do Celleiro, 4 de outubro—1829; Villa da Praia, 11 de agosto—1831; Ladeira da Velha, 2 de agosto—1832; Serra do Pilar, 10 de julho—1832; Vallongo, 22 de julho—1832; Ponte Ferreira, 23 de julho—1832; é concedida á bandeira a fita da Torre e Espada, 1 de agosto—1832; Defeza das linhas do Porto, 16 de setembro, 14 e 17 de novembro—1833; Monte das Antas, 24 de março—1833; Monte Cevello, 9 de abril—1833; Lordello, 5 de julho—1833; Avintes, 18 de agosto—1833; Louriçal, 5 de setembro—1833; Defeza das linhas de Lisboa, 10 e 11 de outubro—1834; Almoster, 18 de fevereiro—1834.

Por cima das janellas, a meio da fachada ha mais duas lápides com as seguintes inscripções:

CAÇADORES N.º 5
DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 1808
CAÇADORES DE EL REI
DECRETO DE 31 DE OUTUBRO DE 1882

A outra lapide fica abaixo d'esta e tem escriptos os versos do grande épico:

EM VÓS POSSUE A PATRIA, EM VOS CONTEMPLO:
DE LEALDADE O MAIS ILLUSTRE EXEMPLO.

No edificio funccionaram os tribunaes militares, que tinham installações no primeiro andar. Depois de construido o magnifico tribunal no Campo de Santa Clara deram os aposentos d'esse pavimento para morada de officiaes, e as casas de rés-do-chão para habitação de veteranos.

Fronteira fica a antiga *hospedaria militar*, predio de dois andares, dos quaes o primeiro tem sido habitado por officiaes. O pavimento térreo contêm officinas do regimento, cavallariças, installações varias, e um theatro para entretenimento dos sargentos. Tambem ali está a casa da guarda da guarnição da praça.

O governador-commandante militar, occupa parte do edificio.

O recinto da Alcaçova foi outr'ora guardado com muralha propria, guarnecida de torres.

A muralha da Praça Nova, indiscutivelmente, é a feita pelos musulmanos, exceptuando a que corre entre o angulo N. E. e a torre que lhe fica mais perto, e a da face oriental, que revela melhor antiguidade. Provavelmente os mouros não deixaram de levantar n'este ponto uma torre a qual teria de ser apeada para dar logar ao seguimento, da cinta murada de D. Fernando. Um terremoto occorrido n'essa data, deslocou uma parte da montanha d'esse lado, que por tal signal soterrou a pequena povoação de Villa Quente, vistosamente trepada pela costa do castello, desde a Porta de Santo André.

E' nos muros d'esta praça que está rasgada a memoranda Porta Moniz, sobre a qual o glorioso conquistador de Lisboa mandou collocar o busto de Martim Moniz, feito de marmore, acompanhado de uma inscripção:

«El-rei D. Affonso Henriques mandou aqui collocar esta «estatua e cabeça de pedra, em memoria da morte gloriosa «que Dõ Martim Moniz, projenitor da familia dos Vascon«cellos, recebeu n'esta porta, quando atravessando-se «n'ela, franqueou aos seus a entrada, com que se ganhou «aos mouros esta cidade, no anno de 1147.

«João Rodrigues Vasconcellos e Sousa, conde de Castel«lo Melhor, seu decimo quarto neto, por varonia, fez aqui «pôr esta inscripção, no anno de 1646.»

Afóra o terreiro da parada encontramos no castello a *praça de armas*, que se volta para os lados da Magdalena, e a *praça nova*, que olha para os lados da Graça e de S. Vicente.

A primeira já existia em 1650 com a fórma de trapezio que ainda conserva. A segunda estava por essa época atulhada de casebres, cortada por varias travessas, e duas ruas correndo parallelamente, uma em frente da porta do Moniz, outra ao lado oriental do castellejo em face de uma porta que fica na rectaguarda do espaldão da carreira do tiro. Todas essas casarias, velhas e irregulares, desappareceram.

Eruditos escriptores pretendem que dentro d'esta praça existiram os primitivos paços episcopaes, ao pé da muralha, entre a torre da Cisterna e a porta Moniz, e que lá habitou D. Gilberto, primeiro prelado lisbonense.

Um chronista equevo dos primeiros reinados refere-se a esses paços do modo seguinte:

«Estas casas são cercadas de um muro alto com suas ameias, como os mouros edificam. Teem um pateo e recebimento mui grande, em que assistem hoje alguns soldados castelhanos, por guarda.»

N'este palacio morava o defensor do reino, D. João, mestre de Aviz, em 1383, e de 1424 a 1452 serviu de habitação official ao arcebispo D. Pedro de Noronha.

Durante a usurpação castelhana estiveram ali varios batalhões hespanhoes.

D'esta praça, contigua á qual está a egreja de Santa Cruz, havia livre communicação com a parte civil da freguezia. O muro que faz o recanto do largo foi edificado no principio do nosso seculo. Tinha elle uma porta, que dava pratica para o adro da egreja, mas que está tapada com pedra e argamassa não sabemos desde quando nem porque motivo.

A baixo do sólo d'esta praça ha uma cisterna com a abertura proximo de um dos cubellos.

Actualmente a communicação entre o castello e a parte civil da parochia de Santa Cruz é estabelecida pela *porta*

das Cosinhas ou *portão do Espirito Santo* no cimo da rua do Espirito Santo, defrontando com a entrada do castellejo, e o *portão do sul*, aberto no muro que se liga ao paredão oriental da praça de armas, na mesma rua do Espirito Santo.

Esta porta é moderna, e tem gradeados de ferro.

A outra é ogival. A cantaria do vão tem as arestas partidas, e ao alto ostenta a esphera armillar, pelo que se deduz que D Manuel lhe mandou fazer algumas obras A primordial construcção é arabe, mas D. Affonso III reparou-a, e mandou-lhe collocar as armas portuguezas que lá se vêem no vão do lado esquerdo.

Em um pateo da residencia do commandante de caçadores de El-rei houve outra porta que está entulhada. Da parte de fóra do pateo conhece-se muito bem o arco, e de dentro vêem-se os buracos das trancas, e as coiceiras superiores.

A praça de armas é murada por tres lados. Pelo oriente o muro foi feito para supporte, afim de suster o entulho que se lançou para dentro para elevar o terréno. Tanto a parte que dos muros está enterrada, como as outras duas muralhas são obra mourisca.

O recinto da Alcaçova houve outr'ora quatro portas, duas ao sul, communicando com o espaço limitado pela cinta de muralhas mussulmanas, e duas ao norte, na encosta, communicando com o exterior do recinto.

Restam duas em estado de serviço: a que abre para o Chão da Feira, chamada primeiramente—porta da Alcaçova, e depois—porta de S. Jorge, desde que D. João I collocou o castello sob o padroado d'esse santo cavalleiro, é esta que serve de communicação para a freguezia de Santa Cruz do Castello.

Estava praticada no lanço de muralhas da mesma rua, um pouco voltada ao sul. Os ornamentos que ali existem são modernos. Mandou-os fabricar o general Pinheiro Furtado entre 1841 e 1846, e conjuntamente varias obras na fortaleza.

Sobre o portal mandou collocar o escudo das armas nacionaes, e acima do fecho do arco está a inscripção:

4 — 4°
1846
D. MARIA II

A cada lado outras inscripções ha, mas como as letras bronzeas pouco a pouco desappareceram, não se podem lêr.

Por além do portal ha uma escada de dois lanços que conduz a uma varanda, antigo posto de uma sentinella já, desde muito tempo, dispensada.

Ao cimo da rua de S. Bartholomeu tres setteiras foram abertas na muralha e em frente da porta de S. Jorge vemos uma lapide com os seguintes dizeres:

ABRIL 41 de 842
O SABIO NÃO VAE TODO Á SEPULTURA,
NA MEMORIA DOS HOMENS VIVE E DURA.
CAMÕES.

AO ILLUSTRE COMMENDADOR E BRIGADEIRO
E. C. C. P. FURTADO,
GOVERNADOR DO CASTELLO DE S. JORGE,
OS PROPRIETARIOS E MORADORES DO MESMO AGRADECIDOS.

Pelos modos este governador foi incansavel em dotar a freguezia de melhoramentos valiosos.

Na muralha do Chão da Feira, ao pé do recanto do lado do palacio de D. Fradique existiu uma porta chamada tambem de *D. Fradique*. Está tapada e nada se vê d'ella, mesmo porque o seu local se acha dentro de uma propriedade particular. Parece que outr'ora teve communicação para um becco.

A denominação do palacio e da porta do recanto proveio de um D. Fradique de Toledo, capitão general dos presidios castelhanos que ali habitou no tempo da usurpação.

A porta Moniz, conhecida dos antigos tambem por *porta do Olival* por deitar para um grande terreno vestido com essas preciosas arvores, é a que ficou a dar entrada e sahida para o castello pela encosta do lado de Santo André.

Está bem conservada.

Para a banda da praça ha um declive, e externamente encontramos um caminho, ha pouco tempo resguardado por uma parede. Vai-se até lá por uma porta pequena, na costa do Castello, a que segue uma escadaria. Sobre a porta lê se—*Villa Mello*.

Quando o castello se fundou abriram-lhe duas portas nas muralhas—a principal, pelo meio da face sul, e a E. da torre mór, com $2^{m},2$ de largura, e a da Traição, ao norte, entre a quinta e sexta torre. Deita para a encosta, mas já não ha caminho para ella.

Pelos ultimos annos do seculo XIV ainda servia; por ella entrou no castello o enviado de D. Leonor Telles, Affonso Eannes Nogueira, acompanhado de doze escudeiros.

Ha pouco mais de cento e tantos annos ainda a porta da Traição dava serventia pela encosta.

Dez torres levantaram os agarenos no castello, e todas existem, embora algumas um tanto ligadas e confundidas com edificações contiguas.

Nove são massiças até ao nivel do chão do adarve; só a torre da cisterna o não é. A de maiores dimensões é a que fica ao pé da porta principal, pois mede de altura, perpendicularmente ao muro, cerca de treze metros, e nove parallelamente, e salienta-se uns oito metros para fóra.

Em frente tem esta torre um muro grosso, cuja elevação pára ao nivel do primeiro andar, onde tem um terraço, que é o segundo patamar da escada das duas faces do cubello.

N'este terraço principia a communicação pelo interior da torre, primeiro na linha S. N. por meio de tunnel, depois a O. E., já em pleno descoberto, indo terminar no adarve.

Tem guardas modernamente construidas, e no eirado, superior ao pavimento das muralhas, ergue-se o pilar de pedra que serve para observações geodesicas.

Até certa altura está applicada para o observatorio geodesico de Lisboa, na altitude de 111,229 metros.

Suppõe-se que n'esta mesma torre funccionou o primeiro observatorio astronomico que a capital possuiu, e foi em 1779.

No vertice N. E. do castellejo está a torre da cisterna. Teve um compartimento em cima, de cujas paredes se

conservam direitas duas, porque as outras estão arrasadas em parte. Das que lá estão de pé uma tem uma setteira tapada e uma porta em fórma de ogiva, com a cantaria quebrada; a outra tem duas setteiras tapadas, e uma janella recente, visivel do lado das Olarias.

N'esta torre ha uma installação para veteranos, que antigamente serviu de calabouço.

E' a quarta torre mourisca. A quinta está em máu estado, com as paredes destruidas até ao peitoril das janellas.

Segue-se-lhe uma outra accusando a existencia de duas portas, tendo enormes setteiras desde o nivel do chão em todas as tres faces exteriores. Vê-se muito bem do Rocio e das Olarias, similhando um gigante a remirar-se no bello azul do nosso céu peninsular.

No meio da quinta e sexta torre é que fica a porta da *Traição*.

Entre esta e a setima torre, que aliás nada offerece de especial, inseria-se a muralha de D. Fernando na muralha arabe. As demais torres são pouco mais ou menos similhantes ás descriptas, salientando-se a decima que devia ser muito grande e forte. E' no vertice opposto á torre da cisterna, e acha-se presa no interior do quartel, mas não confundida, porquanto se conhece bem desde o pavimento terreo.

Arrasou-a o terremoto de 1755.

Quando foi da acclamação de D. João II os vereadores arvoraram a bandeira das Quinas e corôa do novo rei, na torre de menagem, e a da cidade de Lisboa n'esta torre que *ficava sobre a cassa dos lioões de contra o rrecio.*

A *cassa dos lioões* era um alojamento destinado a dois liões que ali viviam.

Cada torre era naturalmente denominada differentemente. Torre de Ulysses uma foi, em memoria do valente e *infiel* esposo da pobre Penélope, desolada creatura que passava o tempo a tecer e a desmanchar a sua teia, emquanto o velho *galan* corria mundo, fundando cidades e gosando todas as delicias da côrte de Calipso.

Não se sabe a qual das torres se deu o nome do famoso heróe grego, mas presume-se ter sido a uma destruida totalmente em 1755. Entretanto ha quem reclame em favor da torre principal a honra da denominação.

Egualmente se ignora qual d'ellas foi a torre de menagem.

A torre Albarrã ou do Haver, diz Fernão Lopes—*que estava em cima da porta do castello, e não foi porém acabada.*

Evidentemente é torre da porta principal; as dimensões e compartimentos de que dispunha tornavam-n'a propria para o fim que lhe destinaram e vinha a ser—deposito do producto de impostos e rendas do estado, arrecadados em um cofre de tres chaves, que estavam sob a responsabilidade e salvaguarda do prior de S. Domingos, do guardião de S. Francisco e de um beneficiado da Sé.

Esta torre é notavel por ter servido de *Tombo* quando el-rei D. Fernando I ordenou que se colleccionassem os documentos reaes e nacionaes do reino.

A proposito d'esta lucida deliberação de el-rei vem de molde algumas indicações ácerca do assumpto.

Os archivos nacionaes veem da antiguidade. Qual nação os iniciou não se sabe. Gregos e romanos os mantiveram, os primeiros em certos templos e os segundos no templo de Saturno; edificado no monte Tarpeio. Documentos manuscriptos de interesse publico e particular ali eram escrupulosamente arrecadados.

Quando, porém, os barbaros do norte invadiram aquelle imperio civilisado e liberal, os archivos foram destruidos estupidamente por essas hordas de selvagens, que assim prejudicaram immensamente as investigações historicas da posteridade.

O imperador Carlos Magno, convertido ao christianismo, ordenou que os autographos dos concilios ficassem archivados em uma das salas do seu palacio.

Isto no anno de 813.

Outro tanto fizeram as congregações monasticas, em cujos archivos se encontraram preciosos documentos historicos dos antigos tempos.

Os bispos tambem instituiram archivos diocesanos.

N'esta corrente de usos os imitaram os reis peninsulares; como porém as consecutivas guerras com os arabes tornassem perigoso o minimo descuido, foi nas torres albarrãs que elles depositaram os seus thesouros, e os pergaminhos mais importantes.

Em Portugal só em 1375 se fundou o primeiro archivo, determinando D. Fernando que para esse fim servisse uma torre das suas muralhas, sita no Terreiro do Paço, pouco mais ou menos, que se ficou dizendo — torre do Tombo, vocabulo que no antigo portuguez significava inventario de documentos.

Os successores d'este monarcha foram enriquecendo de tal sorte o archivo, que a breve trecho se tornou famoso na Europa, chegando varias notabilidades leigas e ecclesiasticas do estrangeiro a transferir e depositar na torre do Tombo os seus mais valiosos manuscriptos.

Magnanimo em tudo el-rei D. Manuel mandou copiar em soberbos pergaminhos todos os documentos, alguns já bastante deteriorados, e tambem illustral-os com lindos desenhos á penna, trabalho prodigioso de paciencia em que primavam os copistas antigos.

Só no tocante a foraes que colossal massada tiveram os desgraçados!

Annos depois do fallecimento d'este grande rei houve um incendio no archivo.

Toda a gente disponivel accudiu, mas n'aquelle tempo, em occasiões taes, o muito ajuntamento chegava a prejudicar mais do que a favorecer. Caso foi que apesar dos heroicos esforços salvadores, parte dos documentos foram consummidos pelas labaredas, e da torre escaparam tão só as quatro paredes.

Immediatamente mandou D. João III fazer na torre principal do castello, que era a Albarrã, as obras necessarias á installação do archivo nacional.

Em memoria d'estas obras collocaram uma inscripção latina por cima da porta de communicação da primeira para a segunda casa da torre, conhecida ao tempo por—casa dos armarios, e depois—casa da corôa.

Declarava a inscripção que o edificio fôra reformado no anno 1540, por deliberação de D. João III, reinante havia dezoito annos, e contando 38 de edade.

D. Manuel tivera muito a peito o archivo, e no seu tes-

tamento deixou o seguinte, com referencia á primitiva torre do Tombo, visinha dos seus opulentos paços da Ribeira:—«Item eu tenho mandado entender no corrigimento da Torre do Tombo, e concerto das escripturas d'ella, no que já agora é começado, e se faz por me parecer que será cousa mui proveitosa, e ainda no modo em que está ordenada a mais honrada cousa de similhante qualidade que em parte alguma do mundo se possa vêr; porém muito encommendo e mando que se acabe tudo de fazer, assim a obra da mesma torre, como o concerto e treslado das escripturas d'ella, no modo em que o tenho ordenado, segundo o tenho praticado e fallado com os officiaes que d'isso encarreguei.»

D. João IV continuou com a obra da torre, mas é á torre do castello que se refere a inscripção—«Bibliothecam hanc in communem reipublicæ utilitatum ac perpetuum maiorum suorum regum, æternique nominus sui monumentum fieri, ordinarique curavit...»

Na primeira casa do archivo ou do Tombo estava um quadro mui curioso.

Era um sôlho de tamanho natural, menos mal pintado, e decerto antiquissimo, acompanhado de um letreiro mais moderno do que a pintura.

Dizia: «No anno de MCCCXXI, junto a Montalvão, no Tejo, se tomou um sôlho da grandeza que representa esta pintura, e pesou, pelos pesos de Santarem XVII arrobas e meia, de que ha justificação n'este archivo, que n'elle mandou lavrar D. Diniz, a quem se presenteou, como consta na mesma justificação.»

Este letreiro é datado de 1283.

D. João III não deu grande consideração ao que seu pae lhe recommendára respectivamente aos manuscriptos, porque pouco adiantou os trabalhos encetados. De resto a nova installação do Tombo só se realisou dezenove annos após a morte de D. Manuel.

D. João V quiz reformar o archivo, e para tal fim investiu de plenos poderes o intelligente e laborioso engenheiro-mór do reino e mestre de campo general Manuel da Maia. Metteu este varão hombros á difficil empreza, que se prolongou durante a vida do faustoso monarcha.

Tendo afinal concluido a tarefa passou pelo desgosto de vêr tantos cuidados e fadigas totalmente inutilisados pelo terrivel terremoto de 1755, porque o castello de S. Jorge foi dos mais vicimados edificios, reduzido em grande parte a cinzas e escombros, por causa do incendio que se seguiu ao abalo do sólo.

Manuel da Maia dolorosamente surprehendido arrojou-se intrepidamente por entre aquelle medonho cahos, e conseguiu salvar do fogo os documentos do archivo sem perda de um sequer, rasgo este que demonstrou a superior coragem do intelligente engenheiro-mór.

Realisada a difficil tarefa de tirar do enorme entulho todos os livros e maços manuscriptos achara o sabio varão a falta de dezenove livros da chancellaria de D. Affonso V. Não se consolava d'esta falta o dedicado funccionario, mas eis que no dia 28 de dezembro do mesmo anno appareceram a distancia, sendo salvos do soterramento com enormissimo sacrificio e perigo de vida para os trabalhadores encarregados da diligencia.

Todos os documentos se arrecadaram provisoriamente em uma barraca, pois os edificios que não ficaram derrocados no dia terrivel nem chegavam para abrigar as ordens religiosas, e as sédes parochiaes. Só passados dois annos, mercê das insistentes diligencias de Manuel da Maia, o archivo póde installar-se no mosteiro de S. Bento, em dois pavimentos, por debaixo do andar nobre, onde eram as chamadas casas dos bispos. Tinham entrada pela calçada da Estrella. O preclaro guarda-mór dispoz todos os manuscriptos por ordem, com aquella sollicitude do seu esclarecido espirito.

Ali se archivaram as doações regias, privilegios, leis, testamentos reaes, contractos de casamento, decretos, mercês, bullas apostolicas, tratados internacionaes, correspondencias de reis, principes, pontifices e embaixadores, os livros de orações de el-rei D. Duarte e da rainha D. Christina, a celebre Biblia dos Jeronymos, a Reforma dos foraes, de el-rei D. Manuel, comprehendida em quarenta e nove volumes, os Livros mysticos d'este monarcha—o Mestre das Sentenças—e o Livro da armaria que o mesmo soberano mandou fazer, e que tem grandes estampas á penna representando as fortalezas do reino, trabalho superiormente admiravel de Duarte de Armas, com illuminuras de frei Simão de S. José, frade paulista do convento da serra de Ossa.

Os reis philippinos roubaram bastantes documentos e livros curiosos, para com elles ornamentarem e nobilitarem a bibliotheca do Escurial.

Outro tanto fizeram os francezes invasores. Não obstante ainda a nossa *Torre do Tombo*—que assim ficou nomeado o archivo nacional—possue documentos de subido valor historico.

Em 1833 espalhado o medo nas fileiras partidarias do absolutismo, muita gente tratou de pôr-se a seguro, suggestionada pela celebre phrase do defuncto D. João VI—*ai rico corpinho da minh'alma!...* N'esse numero entraram bastantes escrivães, cujos cartorios ficaram abandonados. Em rasão d'isto os processos respectivos foram recolhidos na torre do Tombo, e lá se encontram ainda.

Em 2 de outubro de 1862 sahiu no *Diario do Governo* o decreto que mandava recolher á torre do Tombo todos os documentos existentes nos mosteiros supprimidos, e bem assim os da Sé Patriarchal e das outras, das parochias, etc.

Poucos ali entraram, porque, desde a extincção das congregações até á data da lei tempo de sobra tiveram os *bem intencionados* para fazerem *mão baixa* no que de melhor havia n'esse sentido.

O mencionado decreto mandou transferir o archivo para a extremidade norte e leste de S. Bento, a fim de obviar aos prejuizos que a humidade, e deficiencia de arejamento exerciam nos manuscriptos, e na saude dos empregados.

A nova localisação, depois das obras a que o governo deu ordem, ficou em optimas condições de segurança e hygiene. Os corredores estão guarnecidos de estantes, e os documentos mais importantes conservam-se inalteraveis dentro de caixas de folha de Flandres internamente pintadas com um oleo que as torna impermeaveis.

Dadas estas notas ácerca da torre do Tombo, voltemos de novo a vista para as fortificações terrestres, e detenha-

mo-nos em a torre de S. Lourenço, cuja architectura accusa trabalho agareno.

E' muito elevada, e tem a fórma quadrada com faces de nove metros.

Com ella confina um predio de casas e um terreno ajardinado.

Deve ter tido interiormente alguma escada conduzindo ao terraço, mas não se póde conhecer a primitiva disposição do todo.

Pelo rapido esboço que damos do castello deprehende-se que da sua primeira architectura quasi nada existe, a ponto que nem ao certo se póde reconstruir-lhe a antiga planta.

Muito ha a dizer sobre esta historica fortaleza, por onde desfilou o melhor da nossa historia até ao reinado infausto de D. Sebastião, mas não o comportam as pequenas dimensões d'esta obra.

Por isso mesmo desde o principio declaramos que a nossa descripção de Lisboa não podia ser rigorosa em todos os pontos.

* * *

Da Lisboa de hoje á Lisboa antiga ha uma extraordinaria differença. Alguns dos seus bairros actuaes eram povoações separadas, disseminadas pelos arrebaldes.

Alfama era—Villa Nova de Gibraltar, bairro destinado á judiaria. O bairro alto, era Villa Nova de Andrade, mas já em seculos mais proximos do nosso.

Villa Quente estava na encosta do castello para a parte de Santo André, e Villa Verde ficava para a banda da nossa Avenida, até á subida do monte que vae a S. Pedro de Alcantara.

Havia ainda o bairro da Mouraria destinado aos arabes que ficaram em Lisboa depois da conquista pelos christãos.

De todos os habitantes de Lisboa eram os hebreus os mais opprimidos.

Menos rigorosos para elles foram os árabes do que os nazarenos, comquanto lhes negassem direitos de cidadãos e os excluissem de todos os empregos officiaes. Comtudo os christãos eram forçados a soccorrer-se das luzes scientificas d'esses infelizes, porque durante os primeiros reinados quasi entre elles, exclusivamente, se encontravam cirurgiões, historiadores, chimicos e astrologos.

A's reconhecidas aptidões que possuiam deveram a tolerancia dos monarchas, aos quaes muitos serviços prestaram, até pecuniariamente.

Succedia, as mais das vezes, não serem os judeus reembolsados das verbas *emprestadas*, e então os monarchas davam-lhes empregos rendosos e determinada protecção.

D. Sancho II abusou a tal ponto d'este systema, que o pontifice Gregorio XI lhe exprobou severamente a conducta, o que não impediu D. Diniz de manifestar carinhosa estima por elles. O clero, indignado, queixou-se ao papa Nicolau IV, mas o monarcha respondeu entregando o melhor da administração publica a alguns judeus sábios, e limitava o rigor ás exigencias de todos os impostos existentes, e mais a contribuição de uma ancora com sua amarra por cada navio que mandava armar.

D. Affonso IV opprimiu immensamente a colonia israelita, lançando-lhe impostos onerosos sobre a propriedade, por decreto de 10 de novembro de 1340. D. Pedro I não teve piedade para com elles, mas seu filho e D. Leonor Telles trataram-n'os humanamente, talvez para melhor lhes expoliarem os bens, porque eram os reaes conjuges os maiores devedores, e mais insoluveis, que os miseros judeus contavam.

Comtudo, como a sua situação moral melhorara, não se lamentavam elles. D. João I anniquilou-lhes toda a importancia, e repelliu-os para a primitiva desconsideração. Em 1404 legislou que—todo o judeu que no dia de S. Martinho não descrevesse os bens de raiz e fructos que possuisse, os tivesse por perdidos.

D'este modo não ficava raiz nem tronco por collectar...

O successor d'este rei levou mais longe a animosidade prohibindo aos mouros e judeus o desempenho de funcções de qualquer especie junto do rei, da rainha, principes, prelados e titulares. D. Affonso V rectificou esse decreto.

D. Manuel não quiz ser menos zeloso christão, e começou por obrigar ao pagamento de 120 réis em cada propriedade a todos os judeus, cujos bens excedessem ao valor de 6$000 réis.

Para se avaliar a que tristes circumstancias estava sujeita esta colonia, mal vista e odiada, basta considerar-se que entre ella e a população christã estava um abysmo de preconceitos.

Os seus bairros, em todo o paiz, ficavam separados e murados, e guardados na entrada. As mulheres christãs não podiam lá entrar, senão em caso de necessidade, acompanhadas por dois homens da sua religião, se eram casadas, e por um sendo solteiras, porque assim o determinara D. Pedro I, em provisão de 19 de setembro de 1366.

Ao toque de Ave-Marias tinham de recolher aos seus bairros, não lhes sendo permittido sahirem de lá durante a noite.

D. Affonso IV obrigou-os a usarem determinados signaes no fato, pelos quaes de longe fossem reconhecidos dado o caso de trajarem á moda dos christãos da época.

Talmente repugnava isto aos pobres réprobos que, durante os annos da tolerancia, foram-se emancipando lentamente de similhante humilhação.

D. João I fel-os entrar na ordem, não só observando a lei, mas especificando que o signal seria da fórma do sêllo do raby-maior, talhado em panno encarnado. O raby-maior era a auctoridade moral, suprema, dos judeus. As armas usadas por elle eram as portuguezas, com as palavras: *Sêllo do araby-maior de Portugal*. Em questões propriamente suas guiavam-se por leis proprias, para o que tinham os seus juizes privativos.

Para retemperar o mau effeito do rigorismo com que opprimia os judeus, o glorioso fundador da dynastia avizense determinou que aos sabbados, e nos demais dias consagrados ao culto israelita, não corressem os processos instaurados contra os moradores da Villa Nova de Gibraltar ou de qualquer outra Judiaria, nem os officiaes da justiça entrassem ali ou de qualquer fórma contra elles procedessem.

A' custa de empenhos e de metal sonante conseguiu o raby-maior de Portugal obter protecções junto da Curia, e os pontifices Clemente VI e Bonifacio IX deram-lhes bullas com alguns privilegios e isenções, de que bem careciam os judeus. Com esses protectores documentos se apresentou o chefe a el-rei em 1392, obtendo que o augusto monarcha os mandasse acatar e cumprir em todo o reino.

Como foram os desventurados opprimidos por D. Manuel todos o sabem. Após a crudelissima imposição da apostasia, deram-se os trágicos acontecimentos de domingo de Paschoela, epilogados pela expulsão d'esse povo trabalhador e instruido. Erro indesculpavel

Aos que ficaram, abjurando as suas crenças, de pouco valeu o sacrificio. Denominados christãos novos, tinha-os a estupidez plebêa em desconfiança, e as altas classes em menos preço.

Foi necessario que um homem do pulso do marquez de Pombal ascendesse ao fastigio do poder para que um monarcha catholico e apostolico assignasse um decreto, que abolia as distincções entre christãos velhos e christãos nonos.

No entanto o habito constitue a mais tyrannica das leis. O decreto teve data de 1773, e ainda em nossos dias o epitheto de *judeu* é tido como offensa.

Menos desgraçados foram os mouros, porque, embora constrangidos, não eram objecto de desprezo e rancor. O seu bairro comprehendia-se entre a porta de [illegible] do arco do Marquez do Alegrete, pelo norte, e as ruas da Mouraria, Amendoeira, Capellão, Cavalleiros, com as varias travessas que ainda por lá existem. Onde estão as escadinhas da Costa do Castello, pouco mais pouco menos, tinham elles o seu cemiterio, dito *almocabar*.

Pelos modos as mulheres christãs, devotas romeiras da egreja da Graça, costumavam na ida e na volta demorar-se em palestra com os mussulmanos. A fim de evitar o perigo, que de taes praticas podia advir ás almas das formosas tagarellas, mandou el-rei que a peregrinação se fizesse por além do *almocabar*, e assim se fez d'então por diante.

Dos mouros, aquelles que apagavam nas aguas baptismaes a peçonha do *Koran*, ninguem maldizia. Muitos contrahiram casamentos abastados, e foram estabelecer-se nos arrebaldes, sendo progenitores dos actuaes saloios.

Da sua estada no bairro ficou perpetuado o nome de Mouraria que ainha hoje se applica á localidade.

Dos tristes judeus memorias restam em Alfama, onde ha uma rua que conserva o nome de Judiaria.

Villa Nova de Gibraltar era o sitio mais alegre e movimentado da antiga Lisboa, pela actividade dos seus moradores.

De resto não se dá passo no bairro de Alfama sem que a phantasia nos chame á contemplação do passado. Aquellas ruas e viellas tão escuras, tão estreitas, com as casas velhas irregulares, e quasi ameaçadoras, todo o conjuncto de miserias que alli vivem em promiscuidade, como que reptando a civilisação, a hygiene, e a propria humanidada, foi em vetustas eras o centro da vida portugueza!

Sahindo do dédalo de beccos, e andando pelo traçado da antiga ribeira, depara-se-nos o chafariz d'el-rei. Paremos aqui, porque temos de encontrar personagens já nossos conhecidos, ao investigarmos a origem d'este monumento secular.

Este foi o primeiro chafariz publico de Lisboa.

Os arabes não os tinham, porque gastavam agua de cisternas que para isso abriam com profusão.

Não sabemos se os romanos tiveram chafarizes publicos. E' de crêr que se não descuidassem d'isso, visto o seu cuidado em materia de limpeza e hygiene.

Em muitas outras terras deixaram elles magnificos aqueductos, de modo que se não acredita em tal deficiencia.

Entretanto o certo é não se terem achado sequer vestigios de similhante cousa.

Se os houve na Lisboa romana, algum terramoto os destruiu radicalmente.

Ora no seculo XVI, em vista do desenvolvimento nautico, tornou-se altamente embaraçosa a questão da aguada para os navios de alto e pequeno bordo.

O chafariz de El-Rei existia já a esse tempo, porém não se diz quem o fundou, nem em que anno.

Em materia de apontamentos não se alcança além de duas cartas régias de D. Affonso V, provenientes do anno de 1487. A primeira manda proceder ao encanamento das aguas do chafariz até á muralha do mar, a fim de se poderem abastecer os bateis da Ribeira.

Os trabalhos da canalisação já tinham sido orçados em 12$000 réis.

Na segunda carta participava el-rei ao corregedor de Lisboa que estavam dadas ordens ao patrão da náu, para se entender com os mestres das embarcações surtas no Tejo, a fim de cada um dar um dia de trabalho nas referidas obras, prestando-se com o seu batel a acarretar pedra e cal.

Na mesma ficava o corregedor auctorisado a empregar meios coercivos, caso os mestres recalcitrassem.

Tinha isto em vista remediar as difficuldades com que estavam os navegantes em fazer aguada.

Em 1494 deu-se a publico uma carta em que D. Manuel mandava suspender todas as obras cujo fim era elevar a agua d'este chafariz. Que razões influiram n'esta determinação não sabemos.

De importancia seriam, pois el-rei ordenou que se deixasse o chafariz no estado em que estava.

Ao tempo era elle descoberto, e assim se encontrava ainda vinte e tres annos depois, no que era a agua muito prejudicada. Limos, poeira, e varias immundicies que a rapaziada lá deitava, tornavam o liquido não só ascoroso como tambem nocivo á saude dos consummidores.

Pela parte superior ao chafariz, morava um tal Lopo de Albuquerque, em umas casas encostadas ás muralhas da cidade, situadas no ponto onde está a fileira de bicas.

Este varão propoz á camara que mandaria tapar a fonte com telha e madeira com a condição de lhe ser reembolsada a despeza, caso as obras déssem utilidade.

Foi isto no anno de 1517. Acceite o contracto, deu-se-lhe publicidade e sancção em carta regia de 21 de dezembro d'esse mesmo anno.

Entendia porém a camara que mais lhe convinha adquirir a propriedade d'essas cazas, provavelmente para proceder á reforma da fonte, e encarregou de prompto o seu procurador João Fogaça, o qual tratou o negocio com o

proprietario e realisou a compra pelo preço de cinco mil cruzados, egual a dois contos de réis.

Annos depois de negociada a venda falleceu o vendedor, sem ter recebido a importancia total.

Os herdeiros levantaram questão por causa do pagamento, mas sahiu-lhes de frente o novo procurador da camara, Filippe Fogaça, com embargos ao processo, e á compra, allegando que nenhum proveito advinha á cidade pela acquisição do predio, muito mal situado, tendo entrada por um becco sem sahida, e com vista exclusivamente sobre a Ribeira e o mar. Que de resto as casas eram mal dispostas, sem commodidades para os moradores, e que emfim a avaliação fôra exaggerada e onerosa para a camara; e em vista de quanto expunha, ou a camara rescindia o contracto, ou o modificava, não pagando mais de um terço do preço estipulado, e do qual o Lopo de Albuquerque havia recebido 120$000 réis.

Manuel de Albuquerque, filho do vendedor, por si e por sua mãe interpoz contradição baseada em que: a cidade allegara já no feito os artigos da lesão que agora expunha, sem que lhe fossem recebidos, pelo que não podia já allegar a dita lesão. Que desde o tempo em que se havia feito o contracto se haviam passado mais de quatro annos Que esta cidade de Lisboa era uma das principaes da christandade e muito nobre e de grande renda, e uma das cousas mais necessarias que tinha, e sem a qual se não podia manter, era o chafariz d'El-rei, de que bebia toda a cidade, e que não havia outra agua de beber para a gente de Lisboa.»

E mais dizia o instrumento juridico:

«As casas da contenda estão sobre o chafariz e sobre a área da agua; por isso quem n'ellas móra fica senhor do chafariz, e os seus servidores podem deitar-lhe sujidade e peçonha e o que quizessem; pelo que fôra grande proveito da cidade comprar as ditas casas, e não havia cousa em que se estimassem, por serem de tão absoluta necessidade; de modo que ainda que a cidade pague muito mais dinheiro do que o ajustado, faz ainda assim bom negocio »

Depois de varias rabulices judiciaes, que as houve outr'ora qual hoje, ficou resolvida a questão por meio de uma sentença que obrigava a camara a pagar um conto de réis aos proprietarios, contra os quaes a mesma questionava. Lavrou-se termo e Manuel de Albuquerque recebeu 880$000 réis que, com a quantia recebida por seu fallecido pae prefazia a verba sentenciada.

Tomou a camara posse do predio no dia 30 de junho de 1542.

Sendo este chafariz o unico de abastecimento publico bem podemos calcular a romaria constante, e a grandissima affluencia que teria, de todos os pontos de Lisboa. Consequencia natural, e porque os que tinham de esperar se zangavam, aquella gente, das baixas camadas sociaes, acotevellava-se, derrubava-se, sendo por vezes graves os conflictos.

A fim de remediar os perigos quotidianos a camara publicou o seguinte:

«Constando ao senado que ha homens brancos, negros e mouros, que se vão pôr ás bicas do chafariz d'El-rei, a vender agua a quem a vae buscar, de que se seguem brigas, ferimentos e mortes, faz a sua postura, para repartição das ditas bicas, pela fórma seguinte:

«Na primeira bica, indo da Ribeira para ella, encherão pretos forros e captivos, que forem homens.

«Logo na seguinte poderão encher os mouros das Galés, sómente a agua que fôr necessaria para as suas aguadas: e logo que encham os seus barris ficará a bica para os negros e mulatos, conforme a declaração atraz.

Na terceira e quarta, que são as do meio, encherão os homens e moços brancos; e na quinta encherão as mulheres pretas, mulatas e indias forras e captivas. E na derradeira bica, da banda de Alfama encherão as mulheres e moças brancas, conforme a declaração das bicas. Sob pena de quem o contrario fizer do que está dito, se fôr pessoa branca e forra, assim homem como mulher pagará 2$000 réis de pena e estará na cadeia tres dias sem remissão, de que haverá metade da pena pecuniaria quem a accusar, e a outra metade será para a cidade.

A mesma pena terão os ditos brancos, mulatos, indios e pretos forros, que encherem por dinheiro, ou achando-se que encham em qualquer das outras bicas além das que se lhe nomeiam: posto que corra a dita agua no chão não poderão encher se não nas declaradas; e os negros e os captivos e os mais escravos e escravas, como forem pessoas captivas, que o contrario fizerem de tudo quanto está dito serão publicamente açoitados, com baraço e pregão, derredor do dito chafariz, sem remissão; conforme a provisão de el-rei Nosso Senhor, novamente passada. As quaes penas se executarão tres dias depois da publicação d'esta postura que se lhes dão para vir primeiro á noticia dos moradores d'esta cidade.»

E' assás curioso este documento para se avaliar da situação do povo n'aquelle seculo dezeseis, tão opulentado em Portugal pelas grandes descobertas e conquistas, que desde os fins do seculo XV tornavam o nosso paiz alvo da attenção e inveja de todas as nações em geral e em especial de Veneza, que não podia conformar-se com a queda do seu dominio quasi absoluto nos mares do Oriente.

Por muito despotica que nos pareça comtudo a deliberação do senado é necessario reconhecermos que tinha em vista impedir maiores desgraças.

E como então a sociedade não dispunha de meios policiadores como hoje forçoso era reprimir os desmandos pelo medo dos castigos.

Não ficaram as contendas respectivas ao chafariz unicamente no processo do predio dos Albuquerques.

Contiguas havia umas casas pertencentes a um Luiz de Carvalho. Dentro do predio havia um poço alimentado pelas aguas do chafariz, porque se notava por vezes afrouxamento no correr das bicas, e averiguou-se que essa diminuição coincidia com o augmento de consumo das aguas do poço.

O senado, em razão do dólo advindo de similhante facto para toda a cidade, obteve um alvará regio, em 11 de março de 1589, no qual se ordenava que o mencionado poço fosse immediatamente entulhado.

Como de suppor era, o proprietario oppoz-se tenazmente, allegando direitos juridicos, e não consentindo que lhe forçassem a sua propriedade.

Seguiu se uma longa demanda, da qual resultou a perda do poço para Luiz de Carvalho, sendo a camara sentenciada a depositar 750$000 réis como indemnisação. Por muito que o proprietario diligenciou nada mais conseguiu Não querendo condescender, tomou o partido de se negar a receber o dinheiro, e morreu deixando a quantia depositada, ao fim de trinta e cinco annos.

Melhor avisada, a sua herdeira, levantou o deposito.

Do outro lado do chafariz, em outro predio de Francisco de Sousa, havia tambem um poço que por alvará da mesma occasião foi egualmente transferido para a posse do senado, ao qual competia conduzir essa agua para o chafariz por encanamento adquado.

Este, porém, não recalcitrou.

Da casa de Lopo de Albuquerque foi primeira proprietaria, segundo ponderaveis opiniões, D. Izabel de Albuquerque, irmã do glorioso navegador, e n'ella se creou o bastardo do heróe, *em condições humildes*, até á morte de seu pae, e das grandes honras com que o D. Manuel aprouve compensar no filho o muito que devia ao pae.

Braz de Albuquerque, em Affonso chrismado por ordem regia, legou esta casa aos seus herdeiros, e d'ahi nasceu uma demanda com a camara, por motivo da acquisição do predio, provavelmente pertencente a bens vinculados

A demanda veio até á segunda metade do seculo XIX, concluindo por uma composição com o marquez de Angeja, senhor de bens morgadios dos Albuquerques N'esse mesmo anno—1860—ficou concluida a frontaria do chafariz tal como a vemos.

Quantas pessoas por elle passam sem imaginarem as contendas, as luctas, as mortes a que deu logar o inconsciente monumento! Imagine-se a longa procissão de creaturas brancas, pardas, pretas, de ambos os sexos, mais ou menos pittorescas nos seus trajes, ou miseraveis em seus andrajos, dia e noite desfilando pela Ribeira, sempre á beira Tejo, desaffrontado de predios, e com um resguardo de parede onde as aguas vinham rumorajar por horas mortas, quando na laboriosa Villa Nova de Gibraltar as pallidas hebreas sonhavam com as delicias dos jardins da Palestina, e os velhos *rabys* choravam a sua perdida Jerusalem!

Em frente d'essas bicas que ha seculos vertem tranquillamente o precioso liquido, quantos olhares amorosos se trocaram, quantas palavras de carinho, e quantos odios de raça e de religiões cruzando-se como pontas de punhaes!

Como scenas de costumes da época talvez nenhum outro local primasse sobre o chafariz de El-rei.

No seculo XVIII ainda toda a Lisboa oriental e occidental, conforme então se dizia por motivo da divisão ecclesiastica a que dera logar o conflicto com a curia, não gastava outra agua.

O chafariz da Praia foi feito por essa época, mas não teve nunca tanta fama como o d'El-rei. O dr. Francisco da Fonseca Henriques, medico de D. João V trata elogiosamente d'esta agua no seu elucidativo livro *Aquilegio medicinal*.

Como todos veem a agua corre por nove bicas, das quaes oito são originadas dentro do edificio, e a ultima tem reservatorio separado e se lhe mistura antes de chegar á bica. Esta é ao que parece a melhor agua que havia em toda a cidade, antes do encanamento do Alviella.

Deixando agora este memorando logar, onde teremos de voltar em visita a outros monumentos, vamos considerar as difficuldades com que luctava esta bella capital, com referencia ao consumo da agua, ainda pelos fins do seculo XVI.

Comquanto mui longe de desenvolvimento actual tinha a cidade propriamente dita 328 ruas, 140 travessas, 89 beccos e 62 viellas, tudo incluido em 21 parochias, pelas quaes havia basto numero de conventos, e de capellas publicas e particulares.

Seis eram os palacios reaes — Ribeira, Santos, Estáos, Santo Eloy, Alcaçova e Xabregas.

Contava dez mil casas de moradia, das quaes algumas de cinco andares, e o censo geral accusava cem mil habitantes, dos quaes dez mil eram escravos Afóra esta população permanente havia a enorme população fluctuante composta de provincianos e de estrangeiros.

Não pensaram os intrusos monarchas de Hespanha em melhorar este estado, nem tão pouco os tres primeiros da quarta dynastia. N'aquelle tempo os cuidados hygienicos não preoccupavam as attenções, de modo que os banhos só se empregavam em casos extremos, e quasi sempre em enfermidades cutaneas para o que a capital possuia algumas thermas. Precisamente a cem metros do chafariz d'El-rei temos as Alcaçarias do Duque, contendo por kilogramma de agua gr. 6442 de residio fixo, composto pelo chlorureto de sodium, sulphatos de potassa e cal, e carbonatos de magnesia e cal, a que está conjuncta uma pequena porção de ferro.

A seguir está a fonte do *Doutor* em tudo similhante á anterior.

São extremamente azotadas estas aguas, e são limpidas, sem cheiro nem sabor particular. As Alcaçarias do Duque, teem 0 gr. 7128 de residio fixo que se compõem de carbonatos de cal, silice e magnesia, sulphatos de soda e cal, e chlorureto de sodium A temperatura é de 34° c. e a do ar exterior 27°.

As de D Clara são quasi eguaes; dão a temperatura de 33° c. e teem 0,7275 de principios salinos por kilogramma, sendo no demais de composição identica ás precedentes.

Os sitios d'estas thermas distam sessenta metros da margem direita do Tejo. Rebentam na descida do monte do Castello, e as principaes foram encanadas para os dois estabelecimentos balneares, onde muita gente as aproveita com bons resultados.

O Poço do Borratem que deu o nome ao largo onde está situado era conhecido no tempo antigo, e teve até grande nomeada, confirmada por Curvo de Semedo na sua obra *Polyanthea Medicinal*.

Diz este auctorisado auctor das excellencias comprovadas d'esta agua em achaques do figado, impingens, bustélas e outros males cutaneos.

Segundo as suas declarações Pedro Castilho, juiz do Terreiro, Alvares Rocha, inquisidor e a rainha D. Luiza de Gusmão, esposa de D. João IV, d'ella fizeram uso com satisfatorio exito em *quenturas do figado, costras e outras miserias terrenas* que não respeitaram a sua alta estirpe.

Com testemunhas assim importantes tomou vulto a fama

das aguas do Poço do Borratem e toda a gente que soffria mal de pelle, tão vulgar na antiguidade, lá ia em busca de alivio.

Vendo isto a irmandade de Santo André e Almas, na freguezia de Santa Justa, estabeleceu o imposto de 80 réis mensaes a cada aguadeiro que ali fosse encher o barril. Logo que o desembargo do paço e o governo conheceram o caso, e avaliaram os lucros que a monomania dos achacados de herpes e de receio de virem a padecel-as, garantia aos exploradores do negocio, vieram questionar nos tribunaes com a irmandade a posse do poço. Surgiu-lhes outro contendor então, com que não contavam, e foi o senado. Este venceu. Tomando posse do pleiteado poço nomeou um capataz para depositario da chave, e ficou recebendo os 80 réis de cada aguadeiro.

Até 1840 conservou-se este uso. N'esse anno a camara resolveu fornecer baldes e cordas, e deixar o poço inteiramente ao consumo publico sem encargos pecuniarios

Ainda hoje é bastante procurada esta agua por enfermos de doenças cutaneas.

No largo de Andaluz temos um chafariz de agua transparente e muito limpida, levemente salgada, sem cheiro, e tendo diluidos sulphatos de magnesia e silice-carbonatos com as mesmas bases, e chloruretos de potassium e sodium.

As aguas mineraes do arsenal da marinha estão muito conhecidas e acreditadas. Não sabemos se foram usadas pelos antigos. Encontra-se perto das officinas e communica directamente com o rio, rasão porque se eleva e baixa conforme as phases da maré. O liquido é claro mas ligeiramente amarellado, com um tal ou qual cheiro hepatico, revelação sulphurosa, e um sabor pouco salgado.

A composição da agua é variavel segundo as marés, e outrosim á medida da sua profundidade. A analyse chimica deu em resultado determinar-lhe por kilogramma entre 0 gr. 0,21026 de acido sulphydrico e 0, gr. 042612. Os principios fixos variam de 26 gr. 2963 a 28 gr. 2139, e constam de sulphatos de magnesia, de ferro, de cal, de alumina e silice, de chloruretos de potassium, de sodium de magnesium, e de bromuretos de potassium. A temperatura é de 22°,5 c., e no exterior 27°,5 c.

De todas estas aguas se enviaram amostras á exposição de Paris, em 1867 onde as sujeitaram á analyse do sulphidometro de Dupasquier.

Assim pois melhor dotada era a população de aguas medicinaes do que de aguas potaveis. Muitas casas tinham poços, principalmente na antiga Lisboa mourisca, todavia essa agua desenxabida não era propria para o consumo alimenticio.

D. João V teve o bom senso e a gloria de remediar o mal. No seu tempo o augmento da população reclamava em verdade alguns cuidados sob o ponto de vista de limpeza e salubridade, dos quaes é condição primaria a abundancia de agua.

O faustoso monarcha, perdulario e esbanjador teve comtudo pensamentos que bem merecem da gratidão nacional, e a construcção do aqueducto absolve-o um tanto da loucura pétrea de Mafra.

De resto o aqueducto das aguas livres é obra puramente nacional desde os alicerces ao mais alto ponto.

Quasi concluida a opulenta semsaboria de Mafra o monarcha teve a louvavel idéa de abastecer a sua bella capital com agua de boa qualidade e em abundancia. Não era elle homem que levasse muito tempo a amadurecer um plano.

Apenas lhe accudiu a idéa chamou o brigadeiro Manuel da Maia, disse-lhe o que desejava, e incumbiu-lhe o desenho do monumento, e o estudo da realisação rapida. Ainda assim foram precisos vinte annos para levar a cabo tão importante empreza, que começou em 1729.

Approvado o risco, encetaram-se as obras, aproveitando-se a ribeira das *Aguas Livres*, perto de Bellas, onde principia o encanamento.

As obras, tomando a linha recta, occupam dezoito kilometros, mas tendo em vista os desvios transversaes chega aos trinta.

Depois de canalisar as aguas de Bellas abastece-se com todas as nascentes que encontra até ao *Monte das tres cruzes*, atravessando ahi a ribeira de Alcantara, e entra na cidade pelo magnifico aqueducto das Amoreiras, e ahi attinge a altura maxima, com $3^m,08$ de altura e $1^m,44$ de largura, não contando o encanamento. Sobre a ribeira a altura d'este arco é de $69^m,30$, e a abertura do vão $34^m,98$. De espessura na parede tem 11^m.

Cento e vinte e sete arcos formam o edificio, sendo os maiores os trinta e cinco sobre a ribeira e valle de Alcantara, no espaço de 780 metros.

Ao cimo da arcaria ha dois passeios lado a lado, cada um com $3^m,08$ de largura. Em tempo foram estes passeios de transito publico, tanto para gente de pé como de cavalleiros. Depois vedou-se a passagem aos animaes com ou sem carga, por meio de uns grandes pedregulhos, e por fim nem aos peões se permittia a passagem.

O arco das Amoreiras, construido segundo a velha escola dorica, é de muito valor artistico, merecendo o louvor de varios artistas nacionaes e estrangeiros. E' lá mesmo ao pé que fica o famoso reservatorio denominado *Mãe de Agua*, contido em uma torre quadrilatera ao norte da qual fica uma opulenta cascata, e ao centro um tanque monstro, rodeado de arcos graciosamente lançados, cobertos de abobadas solidas onde se destacam as mais elegantes e graciosas estatuas.

Trinta chafarizes alimenta este reservatorio, dezoito dentro da cidade, e os restantes nos antigos arrebaldes, alguns ha hoje incluidos nos novos bairros da Lisboa hodierna

Construida com inabalavel robustez, este esplendido monumento nem o terrivel terremoto de 1755 lhe causou o minimo damno!

Destruida a povoação, reduzidos a escombros os seus melhores edificios, o aqueducto manteve-se firme nos seus possantes alicerces sem desconjuntar uma só linha das suas paredes.

Lisboa ficou fornecida de aguas, reputadas de optima qualidade, e assim se manteve muitos annos, que foram a *edade de ouro* para o genuino gallego. Era airoso vêr os chafarizes, onde os filhos de Tuy e de Compostella exerciam a sua *industria* a contento do publico. O progresso, e as exigencias hygienicas, reclamaram mais agua, e na segunda metade d'este seculo expirante, seculo de mono-

polios e companhias, procedeu-se á canalisação do Alviella.

Feito isto e estabelecida a companhia das aguas, os aguadeiros estavam sentenciados a desapparecer. Cada morador, com a agua em seu domicilio, e em condições pecuniarias bem mais accessiveis ficava melhorado e sem ser sujeito ás contingencias da *carreira* em tempo estival, e aos excessos de preço que o *freguez* exigia pelo barril, muitas vezes enchido no tanque por causa da pressa.

Foi-se o gallego—um dos typos mais caracteristicos da velha Lisboa, e dos que mais privavam com a vida domestica dos lisboetas.

O gallego quasi fazia parte da familia; por via de regra era de uma meticulosa honestidade, e um poço de discreção. Incapaz de atraiçoar os segredos do coração tinham-n'o os namorados por fiel mensageiro dos seus pensamentos.

Em muitos casos acudiam elles ás necessidades pecuniarias das casas que serviam, e comquanto levassem a economia ao exaggero, não eram agiotas. D'elles se confiavam missões graves, e quantias importantes. Se havia uma creança para acompanhar ao collegio, ou rapariga a conduzir a qualquer parte, as familias confiavam-n'as do gallego com a mais completa confiança. Era para elle um *recado* sério, um deposito de honra.

E eram dedicados, os robustos gallaicos! Dois d'elles valiam quasi uma junta de bois.

Logo de manhã a cidade despertava ao pregão dos aguadeiros. Depois era vêl-os cesto no braço, sacco ao hombro, caminho das compras para os freguezes.

Não era uso ha trinta annos andarem as creadas na rua, porque mesmo as creadas de então conservavam-se recatadas, sem velleidades de nivelamento com as patroas Tambem as familias as estimavam e tratavam com sollicitude, dando-lhes exemplos de boa moral.

Tudo mudou! A vida de hoje, toda ficticia, dispensa encargos e desconhece deveres. Não faltam casas em que pobres donzellitas vindas da provincia deparam com patrões que as seduzem, ou com patroas que lhes fornecem a lição do proprio esquecimento do recato inherente ao seu sexo.

A vida das familias tomou aspecto diverso do que era nos annos idos.

Ao espirito de ordem e arranjo caseiro succedeu a sêde de exterioridades.

As mães que antigamente ensinavam as filhas ao cumprimento dos deveres que mais tarde seriam chamadas a cumprir, discutem hoje o ultimo figurino, e resignam-se muito mal a envelhecer junto d'ellas.

As prendas domesticas, supremo embellezamento do lar, são olhadas como ridiculos assumptos para as raparigas do nosso tempo, habituadas a não serem uteis para cousa alguma rasoavel.

As mais *intelligentes* sabem de cór as cançonetas mais *apimentadas*, e não dispensam o piano, como condição obrigatoria da sua educação.

A vida passam-n'a mais na rua do que no lar. E' vêr a quantidade d'ellas, caminho do Conservatorio e de outros cursos publicos, onde do que menos tratam é das disciplinas respectivas. Esguias pretenciosas, afóra excepções pouco numerosas, teem sorrisos desdenhosos e ares de grandes notabilidades, e mostrar-se-hiam indignadas se lhes perguntassem se sabiam remendar uma peça de roupa, ou cosinhar o jantar da familia, ou cuidar de um pequenino irmão enfermo.

Na classe popular temos o equivalente.

Doutrinas novas, propagadas a esmo sem consideração pelo campo intellectual que as absorve, dão em resultado a desmoralisação do lar domestico ali, como em outras classes. O respeito filial, base da harmonia e probidade, está prejudicado com as theorias de *emancipação* desde a casa até á praça publica.

*
* *

Pela parte de fóra da antiga Alfama, na *Ribeira Velha*, terreiro que se desdobrava extra-muros, e onde se quebravam as marés, existiu o primeiro arsenal da marinha, denominado então Tercenas Navaes.

Fundou-o D. Fernando I, com a rara intuição dos altos destinos maritimos de Portugal.

Comquanto não tivesse o paiz marinha de guerra propriamente instruida n'esse sentido, já desde o tempo de D. Affonso Henriques se accentuavam as aptidões nauticas da nossa gente. Em 1184 D. Fuas Roupinho, commandando uma insignificante esquadrilha combateu e venceu os mouros no Tejo, e correndo sobre elles até ao Cabo de S. Vicente derrotou-os completamente. E' de notar-se que as embarcações de que elle dispunha estavam longe de possuir condições de guerra, mas isso mesmo prova a ousada valentia dos navegadores.

Os monarchas que se seguiram occuparam-se mais ou menos da questão maritima como era natural em vista da situação geographica do paiz. Luctavam no entanto com varias difficuldades, das quaes a mais ponderavel era a escassez de madeira apropriada ás construcções navaes.

D. Diniz, com o notabilissimo bom senso que presidiu a todos os seus actos, achou meio de remover o obstaculo mandando semear o pinhal de Leiria, por vinte e quatro kilometros de cumprimento sobre doze de largura. Além d'isto contratou um almirante genovez, de grande nomeada, cujo nome era Pessanha, que veio tomar a direcção das cousas maritimas, e cujos descendentes tiveram o titulo de almirantes, até ao reinado de D. João I em que encontramos um Lançarote Pessanha com essa honorificação.

A D. Fernando porém é que cabe a primeira edificação de um arsenal, embora imperfeito, pelas circumstancias inherentes á época.

No local escolhido consta ter existido um estaleiro, em tempo de D. Sancho II, onde algumas embarcações do estado foram construidas.

Muitos navios mandou fazer D. Fernando, mas as guerras com Castella levaram-lh'os quasi todos, e dos que não cahiram no seu poder aproveitaram-se os inglezes que tendo desembarcado para auxiliarem o monarcha portuguez, foram por seu turno lançando mão de varias povoações nas quaes procederam como verdadeiros piratas. A provincia do Alemtejo foi a victimada de preferencia.

D. João I reuniu o resto da esquadra, e mandou construir outros navios, a fim de preparar a frota com que se partiu á conquista de Ceuta. Gloriosa esquadra, mesmo assim pequena, tantas vezes triumphante sobre a orgulhosa marinha de Castella!

Realisada a primeira conquista de praças africanas tornou-se indispensavel augmentar a esquadra portugueza, e tanto importa dizer que se necessitava de mais amplos estaleiros.

O neto do grande mestre de Aviz, glorioso vencedor dos africanos mouros, teve de mandar construir mais barcos de guerra, para cujos trabalhos se improvisou um grande estaleiro no logar occupado hoje pelo arsenal da marinha.

Já se vê que as necessidades augmentaram na proporção das conquistas, e tomaram o maximo incremento no tempo de D. Manuel, pois apesar do importante impulso dado por D. João II á organisação da marinha de guerra, não ficou prompta a frota da India quando elle, em Alvôr, expirou remordido pelo veneno e pelo remorso.

Prestes o seu successor ordenou o alargamento do estaleiro, para cujo effeito se roubaram terrenos ao Tejo. Deu-se-lhe uma fórma regular, e edificaram ali officinas excellentes, e grandes armazens, atulhados de equipamento e toda a casta de materiaes precisos para as monstruosas náus que faziam a viagem da India. Era, pois, este o principal estaleiro de Portugal superior a todas as anteriores tercenas navaes.

O arsenal abrangia as construcções de guerra maritimas e terrestres, pois tambem tinha officinas de fabricação de armas e munições para o exercito. Chegou a haver nas arrecadações militares d'esse estaleiro armamentos completos para 40:000 homens de infanteria e 3:000 cavalleiros, afóra grande numero de peças de artilheria tão perfeitas quanto era compativel com o progresso da época.

De tercenas navaes passou a denominar se o conjunto —Ribeira das Náus, com cuja denominação ficou até ao desastre de 1755, que não só lhe acabou com o nome como por completo destruiu toda a vasta área de officinas e arrecadações do estado.

Havia nos depositos algumas das peças de artilheria tomadas aos castelhanos em Aljubarrota, e que foram as primeiras vistas no nosso paiz. Calcule-se o espanto dos soldados portuguezes ouvindo aquelles monstros! No entanto as boccas medonhas, vomitando anathemas de fogo sobre as fileiras da *Ala dos Namorados*, tiveram de emmudecer perante o arrojo da brilhante mocidade portugueza, cujo heroismo orçou pelo fabuloso n'esse dia de glorioso civismo.

Examinadas essas machinas de guerra pelo monarcha de boa memoria, conheceu elle a superioridade mortifera que ellas possuiam sobre os *vae-vens*, *catapultas e arietes*, por cujo motivo mandou fabricar algumas identicas, nas fundições das Tercenas. D'ali sahiram muitas peças, conhecidas entre o povo pelo nome de *Trons*, suggerido pelo ribombar da explosão.

Pela mesma rasão que motivava a necessidade das construcções navaes, se accentuava a urgencia de arsenaes de armas. Partiam as náus tripuladas por homens de guerra, e a experiencia demonstrara quão arriscado seria deixal-os sem armamento em estado de substituir o que se inutilisava. Na sua qualidade de espirito pratico o mesmo rei D. Manuel mandou edificar umas tercenas na Porta da Cruz, e outras na do Cata-que-Farás, com officinas de fundição de artilheria e fabrica de armas.

Completou estas secções com a fabrica da polvora, mudada depois para Alcantara, e passados annos para Barcarena, onde tambem mandara construir uma fabrica de armas, á frente da qual estavam mestres biscainhos contratados pelo monarcha.

Até á vinda dos usurpadores prosperaram estes arsenaes, mercê dos cuidados que lhes dispensavam os soberanos; os sessenta annos de oppressão deixaram-nos os estabelecimentos publicos em plenaria decadencia.

Expulsos os tyrannos toda a nacionalidade entrou em nova phase de vida.

A guerra da Restauração, prolongada por vinte e sete annos, exigia muita actividade nos arsenaes, para o que se lhes fizeram notaveis reformas e melhoramentos. D. João V teve em grande conta os aperfeiçoamentos introduzidos nas officinas, e o marquez de Pombal levou os arsenaes e construcções maritimas a tanta perfeição e nomeada, que a nossa esquadra esteve a par das primeiras esquadras europeas.

O sitio das tercenas da Porta da Cruz era approximadamente o mesmo da Fundição de Baixo. Das de Cata-que-Farás só ha memoria na travessa do mesmo nome, a ultima á direita de quem descer a rua do Alecrim. Dependia d'estas o forte de S. Paulo, aproveitado annos depois para deposito de artilheria.

Resistiu ao terremoto esta desmantelada fortaleza, e só a demoliram em 1872, tanto por ameaçar desabamentos, como pelo desafogo e embellezamento do Aterro da Boa Vista. Em seu lugar ficou um terreiro, entre a Ribeira Nova, mercado do peixe, e o jardim que lhe fica mais proximo.

Das tercenas da Porta da Cruz quiz D. João V fazer um arsenal em melhores condições. Em 11 de julho de 1726 foi todo o antigo edificio devorado por um grande incendio, de modo que el-rei teve de apressar-lhe a reedificação.

Vontade real era dar novo risco e amplitude ao arsenal, mas a obra ficou muito áquem d'esse *desideratum*, pelo que o monarcha se desgostou, e mandando chamar Mr. Larre, architecto francez, incumbiu-lhe o embellezamento do edificio.

Começou o artista pelo risco do portão principal, a oeste do arsenal, e apresentou-o a el-rei que satisfeito e encantado ordenou o começo dos trabalhos. Pouco depois enfermava D. João V, e as obras suspenderam-se.

Longa e dolorosa doença soffreu o rei, até que expirou, deixando a obra pouco mais de principiada.

Cinco annos passados deu-se a hecatombe de 1755; o postigo teve avarias breve reparadas, e nada mais se adeantou.

Só em 1760 se resolveu o ministro de D. José a mandar proseguir os trabalhos, e então recomeçaram as obras do corpo central, sob a direcção technica do tenente general francez Mr. Fernando Chegaray substituido mais tarde pelo architecto portuguez Amaro de Macedo, e pelos

tenentes generaes Bartholomeu da Costa e Manuel Gomes de Carvalho. D'esta vez não houve interrupção nas obras, sabiamente levadas a cabo.

Com a radical reforma de 1834 veio um decreto de reforma e melhoramentos do arsenal real do exercito e commettida aos generaes barão do Monte Pedral e barão de Ovar, bem como ao coronel Leão. Dos trabalhos realisados sob a inspecção e direcção d'estes illustres militares só ha que louvar. O arsenal tornou-se apto para os fins que lhe cumprem, e o edificio desenvolveu-se e tornou-se importante.

Vale a pena visital-o, bem como ás duas fundições de que daremos noticia.

Todo o edificio consta de boa cantaria, primorosamente lavrada, com a arte e paciencia que em nossos dias rareiam Lado a lado do portão alteiam-se duas bellas columnas corynthias.

Olhando-se para a fachada principal vê-se sobre a janella do centro o brazão de armas de Portugal, com o entablamento adornado de tropheus militares. Todo este trabalho é feito em marmore. Defronte d'este frontespicio fizeram um terreiro, acanhado na sua origem, mas alargado por meio de aterros sobre o Tejo, desde 1874.

A fachada opposta, deita para o largo dos Caminhos de Ferro, outr'ora praia da Ribeira, e hoje chamado caes dos Soldados. Pelo sul estende-se o edificio em linha recta olhando o Tejo.

Ainda não vae longe o tempo em que a passagem ali era apertada bastante, resguardando-o do rio uma parede pouco alta, com assentos de pedra.

Hoje a rua alargou-se, bem como o antigo largo da Fundição. Toda a margem direita do Tejo tem sido accrescentada por aterramentos, ultimamente muito desenvolvidos, mercê das obras do porto de Lisboa. O Tejo vae sendo cada vez mais roubado, sendo já do nosso tempo o seu alargamento marginal que tanto aformoseia a cidade. Se os nossos antepassados houvessem de encontrar-se na Lisboa moderna de certo se julgariam ludibriados pela illusão, tão completa e absoluta é a mudança que tem feito. Sob a vara magica da civilisação o aspecto geral da cidade transformou-se, resurgindo dos velhos moldes, cuja amostra deixou na velha Alfama, como para confronto entre o preterito e presente.

Quão diverso o arsenal real do exercito das tercenas de D. Fernando I!

O pavimento rez-do-chão tem os seus amplos armazens, que servem de primeiro deposito. No andar superior ficam pelo norte do corpo central, a contadoria, secretaria, archivo, e varias secções da inspecção geral do arsenal.

Do lado opposto ha cinco salas, dispostas da seguinte fórma:

Logo á entrada é a sala da Rainha.

Quem entra vê em frente o retrato de D. Maria II, primorosamente pintado pelo artista portuguez, já fallecido, Joaquim Raphael. Consta a ornamentação do recinto de 1:488 pistolas, 1:000 carabinas, 300 espadas, 250 bacamartes e 12 armaduras antigas.

Os paineis do tecto, obra de muito merecimento, devem se ao afamado pintor Bruno José do Valle, a quem foram incumbidos no anno de 1762.

E' curioso aquelle conjuncto de armamentos, comparados com os modernos, mas principalmente nos chamam a attenção as armaduras, que actualmente ninguem supportaria, e que os antepassados guerreiros envergavam qual se fossem simples fardamentos de linho...

D'esta sala passa-se á de el rei D. José I, em cujo logar de honra está o retrato do monarcha *reformador*. Quatro estatuas allegoricas enfeitam os angulos e são — *Marte, Vulcano, Fidelidade e Valor*. Era esta sala adornada com mil carabinas, mil espadas e duas mil espingardas, tudo symetricamente disposto pelas portas e paredes, dando um bello conjunto.

A seguir é a terceira sala, de D. João V chamada. N'esta collocaram 800 carabinas, 1:000 espadas, 12:600 espingardas. O retrato d'este monarcha occupa o logar principal. Duas estatuas de madeira douradas—Neptuno e Minerva, lá foram tambem collocadas. São artisticamente feitas, e dão uma nota sorridente á austeridade do todo.

A quarta sala denominaram das armaduras, por causa das trinta e duas armaduras antigas, de ferro, que lá depositaram, além de tantas espadas, espingardas e carabinas como a sala antecedente. Os bustos de Duarte Pacheco e de André de Albuquerque teem n'ella lugar distincto.

Na quinta sala quatro bustos vimos—D. João de Castro, D. Duarte de Menezes, D. Nuno Alvares Pereira e D. Affonso de Albuquerque. Quatro estatuas douradas completam a ornamentação, que consistia em 1:000 espadas e 18:000 espingardas.

Em pinturas póde considerar-se esta sala a primeira como obra de arte.

Os trabalhos do tecto foram confiados aos artistas mais afamados da época.

Devemos egualmente mencionar o tecto da escada, primorosamente pintado, mórmente ao centro que tem um quadro de Bruno José do Valle. As quatro estações que adornam os quatro angulos honram sobremaneira a intuição esthetica dos immortaes pintores Berardo Pereira Pegado e Pedro Alexandrino de Carvalho.

Do lado sul está transformado o logar.

Era um caes de cantaria com um guindaste, para serviço do arsenal. Caminho apertado, insufficiente ao transito de vehiculos, e perigoso para quem tinha de o andar a pé, chegava a ser de pessimo effeito aos olhos do estrangeiro que viesse pela linha do norte.

Ultimamente alargou-se a rua, e deu-se novo aspecto ao caes, em virtude dos aterramentos das obras do porto.

Com isto ganhou a segurança dos transeuntes e o embellezamento da cidade.

A E. do edificio ha um pateo grande, onde ha annos, se estabeleceram varias officinas.

Do lado do norte temos o grande portão do museu real de artilheria. Em tempos foi por ali entrada para um collegio de aprendizes, e para diversas officinas de artes e officios mechanicos.

Era internato. Bastantes mancebos d'ali sahiram aptos para grangearem honestamente a sua vida, entre esses alguns que chegaram a ter fama de grandes artistas, como o primoroso gravador, já fallecido, Cassiano Maia, que lá foi educado.

Actualmente o aprendizado é externo, e não tem as garantias que então possuia.

Como se sabe é n'este edificio que está actualmente installado o museu de artilheria, outr'ora estabelecido na Fundição de Santa Clara, e parte na Fundição de Cima. N'esta, hoje fundição de canhões, havia antigamente objectos curiosos, dos quaes o mais avantajado era o modelo da estatua equestre de D. José, feito de gesso e madeira, pelo esculptor Joaquim Machado de Castro. Estava na fôrma, e nos fornos em que se derreteu o bronze do monumento.

Occupava o centro de um salão circular, resguardado por uma varanda de pouca altura, a qual facilitava a vista do modelo em derredor, dando logar a admirarmos os delicados trabalhos que é impossivel apreciar á altura em que a estatua está collocada.

As dimensões do modelo são as do monumento. Cavallo e cavalleiro apresentam 6^{m},82 de altura. Do tornozello ao joelho do cavalleiro ha 1^{m},54, e o pé mede 0^{m},66.

2^{m},42 tem a espada da ponta aos copos.

Não foi o primitivo modelo tal qual este.

O ministro de D. José encarregou o architecto Eugenio dos Santos de desenhar o projecto, mas encarregado Machado de Castro da execução, fez-lhe grandes alterações em todos os sentidos, e traçou-lhe o baixo relevo completamente novo.

Pelos fins do anno de 1770 começou o grande artista a trabalhar o modelo de cêra, reducção de 0^{m},44 de tamanho, e seis mezes depois apresentava-o a el-rei, ao mesmo tempo que um esculptor maltez tambem apresentava outro. O artista nacional foi preferido, e o marquez de Pombal, encantado com o modelo mandou immediatamente dar-lhe execução como tinha de ficar, e fez dourar o modelo de cêra, que depois de prompto mandou para a sua casa de Oeiras.

Machado de Castro, recebida a ordem de apressar quanto possivel os trabalhos, fez outro modelo em barro, com o dobro da altura do primeiro, o qual foi approvado em junho de 1771. Pelo meado de outubro principiou a trabalhar no terceiro modelo, de gesso, que é o que está no museu de artilheria.

Concluido este em 10 de junho de 1772, logo ficou encarregado o brigadeiro Bartholomeu da Costa da tiragem da forma e extracção das cêras que deviam ser reproduzidas em bronze.

De 11 de outubro a 18 de dezembro do anno immediato empregou-se Machado de Castro em retocar uma a uma as peças separadas, com meticuloso cuidado e paciencia artistica.

Não obstante a impaciencia de el-rei que queria vêr o monumento prompto quanto antes, os primeiros processos para a fundição só começaram aos 16 de outubro de 1774.

Foi então realisada no arsenal real do exercito, e sahiu completa de um só jacto!

O brigadeiro Bartholomeu da Costa, technico consummado, calculou bem o que convinha fazer.

Em primeiro logar era necessario um forno especial... um forno monstro. Depois mandou lançar-lhe 656 e meio quintaes de bronze dos quaes 500, foram empregados na estatua, e os outros ficaram nos gitos ou canaes por onde correu o liquido incandescente. A armação interior da estatua levou mais 6:500 kilogrammas de ferro.

Enorme satisfação tiveram não só os artistas como tambem o monarcha. Effectivamente o exito da fundição ultrapassou toda a espectativa, e chegava a parecer fabula. Occasião teve o marquez de Pombal para reconhecer o valor dos cuidados que dava ao trabalho nacional.

Depois de fundida a estatua o architecto Machado de Castro, com oitenta e tres operarios sob sua direcção, puzeram se a retocar e cinzellar a obra, aprimorando-a até aos menores detalhes.

Sessenta e tres dias gastaram n'este trabalho, de modo tal meticuloso que poucos monumentos estrangeiros rivalisam com este.

Os reaes conjuges foram vêr a estatua no dia 15 de maio de 1775, e de 16 a 20 do mesmo mez franqueou-se ao publico a entrada no arsenal onde o monumento esteve em exposição. N'este ultimo dia procedeu-se á suspensão do pesado monumento, empreza levada a cabo com facilidade, vistos os apparelhos empregados.

Em 21 foi posta no carro que devia conduzil-a ao Terreiro do Paço.

Préviamente foi necessario demolir as portas da Cruz, que eram na rua das Portas da Cruz, hoje chamada rua dos Remedios, para abrir caminho ao vehiculo.

A 22, mais de mil homens estavam a postes para a difficil tarefa da conducção.

A's borlas dos cordões iam o juiz do povo, o conselho fiscal das obras publicas, os membros da casa dos Vinte e Quatro, e a corporação das obras publicas.

Tres dias e meio se passaram n'este difficultoso trajecto.

O mestre Reinaldo dos Santos dirigiu as manobras do transporte, e com tanto acerto que toda aquella multidão caminhava methodicamente, descançando nos sitios indicados, e não houve um só desastre a lamentar.

Com enorme canceira dos conductores chegou emfim a estatua ao Terreiro do Paço no dia 27 de maio de 1775. Em volta da praça um cordão de soldados impedia que o povo se approximasse, com o que estorvaria as manobras da ascensão da estatua ao pedestal.

Subiu então o colosso, por meio de um apparelho tão simples quanto engenhoso, para tal fim expressamente feito pelo grande architecto Machado. Succedeu ficar a estatua levemente cahida para a esquerda, defeito que pouco se nota, e que devido foi ao estupido zelo de um tenente, que tendo ordem de não consentir áquem do cordão militar pessoa alguma, mandou retirar o illustre artista que, sobre um andaime se dispunha a dirigir o assentamento do monumental cavallo. Disse-lhe o architecto o fim que o levara ali, mas o tarimbeiro a nada se moveu, e a estatua não ficou peormente collocada por méra casualidade.

O monumento completo tem 17^{m},50 de altura e é uma esplendida maravilha no seu genero. Não ha quem deixe de admirar a magestade do conjunto e a primorosa execução de cada peça. Basta aquelle monumento para provar á evidencia o talento dos nossos artistas e as aptidões dos nossos operarios. Nada ali ha que não seja portuguez, e Sebastião José de Carvalho e Mello, com a lucida comprehensão, e acrisolado patriotismo que possuia não dei-

xou assim perpetuada apenas o monarcha que lhe déra plenos poderes para as reformas amplas do seu governo —fez mais—immortalisou a arte architectonica de Portugal.

Quiz D. José que o seu grande ministro tivesse logar distincto no monmento, e mandou que se lhe collocasse o busto, em um medalhão, olhando o Tejo, o seu amado Tejo que elle enriquecera de vasos de guerra. Gloriosa alegria a do estadista de ferro, ao vêr-se tão nobremente compensado do muito que trabalhava no engrandecimento da sua patria!

Ephemeras, porém, foram sempre as humanas glorificações. O que a boa fortuna hoje exalça, ámanhã derruba-o a hostilidade. E' como o sol, a gloria—nasce, sobe triumphante ao zenith, e desce depois ao nadir para cahir sepulto na mortalha da noite O seu apogeu é ponto de partida para a decadencia... Misero destino da humanidade!

Dois annos incomplatos depois d'esse dia de tanto prazer, era o medalhão arrancado do monumento, por ordem da herdeira de D. José I, que assim julgava vingar a nobreza e os jesuitas dos amargos de bocca que soffreram durante a administração do seu irreconciliavel adversario

Foi em a noite de 26 para 27 de abril de 1777 que o desacato historico—porque o foi—se perpetrou, sendo o medalhão arrecadado no arsenal real do exercito.

De manhã, os reaccionarios tiveram o gosto de vêr o busto do grande Pombal substituido pelas armas da camara, e da cidade, e certamente esfregaram as mãos de contentes. Suppunham desfeita a obra colossal do ministro de ferro, mal prevendo que os germens do porvir breve regados pela luz da grande revolução franceza, tinham de produzir as flores do pensamento de 1820...

O liberalismo fez justiça a Sebastião José de Carvalho e Mello, collocando-lhe novamente o busto no magnifico monumento da nossa Praça do Commercio. E devia fazel-o! Sem o braço robusto d'aquelle homem maiores haveriam sido ainda os obstaculos á implantação da Carta Constitucional. Não que elle visse o futuro no espelho da sua consciencia, porque não era de molde a contemporisar com o poder da democracia, como o não fôra com os privilegios da aristocracia. Mas a sua obra passou além dos limites que elle lhe suppunha, e foi assim impellida pelo furacão do progresso que atravessou a Europa.

Emfim quando mais não seja vale a pena visitar a fabrica de canhões para vêr o modelo em tamanho natural da estatua equestre que lá se conserva, e que raros lisboetas terão talvez visto.

Cabe aqui uma rectificação—a entrada do museu de artilheria é actualmente pelo portão que está no antigo largo da Fundição, o portão principal, do tempo de D. João V.

A entrada pela rua do Museu de Artilheria, onde está o portão que d'antes tinha a encimal-o, em letras douradas a indicação—Museu de Artilheria—tem hoje em substituição—Aulas do Commando Geral de Artilheria.

E' a entrada para a escola de aprendizes, não internados qual o foram ha muitos annos, mas como externos, a fim de se aperfeiçoarem nos diversos officios a que se propõem.

Os operarios d'estas officinas do estado teem direito a reforma, mas levam muitos annos primeiro que consigam um salario que lhes dê garantias de vida.

De resto teem um regulamento que os sujeita a uma disciplina militar, altamente estranhavel tratando-se de individuos que não fazem parte do exercito.

Qualquer falta commettida a dentro do estabelecimento é punida pelo codigo militar, sendo sujeito o delinquente a responder em conselho de guerra. Parece-nos este systema de todo o ponto estranho, e até pouco liberal. Nada mais natural do que um paisano praticar qualquer falta de observancia disciplinar, que em outro estabelecimento nem notado seria, mas que aqui representa infracção de tal e tal artigo, em correspondencia a tal e tal punição. E' uma especie de coacção permanente, assás pesada para quem tem em conta a sua propria individualidade.

Visinha do arsenal real, onde está o museu de artilheria, pelo lado E. temos a estação dos caminhos de ferro de Santa Apolonia, a principal antes de edificada a grande e rica estação central do Rocio.

Os caminhos de ferro em Portugal são da segunda metade d'este seculo.

N'isto, como em todas as affirmações do progresso, andámos atraz dos outros povos europeus, e da grande republica americana dos Estados-Unidos.

A principio houve reluctancia; os caminhos de ferro assustavam os timoratos como um monstro desconhecido póde metter medo a qualquer creança.

Custava a crêr como se podesse dispensar o secular almocreve, que vinha dos confins da nação, portador de *encommendas*, e vehiculo de uma civilisação semi-paralysada.

Emfim, lá se resolveram os poderes publicos a encarregar engenheiros estrangeiros, isto no reinado de D. Maria II.

Muito devagarinho, com todas as cautellas, lá se foi fazendo o traçado da via ferrea, terra por terra, de modo que cinco annos depois não passava de Santarem.

Não se julgue que a estação actual foi a primeira que Lisboa teve. Essa foi no edificio que defronta com a calçada dos Barbadinhos, com entrada pela porta da actual cooperativa de credito e consumo dos empregados da companhia dos caminhos de ferro. Tal qual é, pouco amplo o recinto, serviu muito bem n'aquelle tempo, e foi provavelmente muito apreciada do bom alfacinha.

Deus sabe quanta gente afflicta, durante a epidemia da febre amarella, por ali fugiu da capital, julgando vêr a terra da promissão n'aquellas paredes amarellas, e a entrada do Paraizo n'aquelle portão pezado com seu ar de aborrecimento...

Tambem, salvo essa época de dolorosa memoria, não havia então esta monomania de movimento que actualmente se nota. Os nossos velhotes foram bem menos irriquietos na paz, e passavam os seus ocios nas bellas hortas dos arrebaldes de Lisboa, muitas já invadidas de bonitos predios, e transformadas em bairros novos, cheios de luz, de ar e de arvores. Não procuravam as commodidades dos carros de viação, que se limitavam ao ronceiro *omnibus*, mas caminhavam a pé, fortes, córados, alegres, de uma honesta alegria. Quando muito lá se permittiam o luxo das burricadas, principalmente pela feira do Campo

Grande, e era vêl-os a elles de colarinhos altos, cabello apartado ao lado esquerdo, chapeu descommunal, todos conscientes da sua importancia, e a ellas dando-se a tratos para accommodarem os *balões* na cadeirinha do burro, e todas sorridentes e rosadas dentro dos seus enormes chapeus de *telha*, rebuçando-se nos chailes de *touquim*, objecto indispensavel a todas as *damas catitas*.

Por meio das ranchadas appareciam as mulheres do povo, e pequena burguezia com os seus amplos e desengraçados capotes de cabeção, tapando-as completamente até aos pés, e o lenço de cambraia muito branco, muito tezo de gomma, posto semi-freiraticamente na cabeça, retorcido por debaixo da barba, e com uma das pontas dando ares de *passarinho* de papel, d'estes que as creanças costumam fazer.

E que boas pernas para caminhar tinham nossas avós! Que o digam, as calçadas da Gloria, da Estrella, e de Santo André e Graça, mal suspeitosas sequer de que por cima lhes passariam mais tarde os elevadores—bons collaboradores da medonha Atropos.

Logo de madrugada sahiam de casa as familias com o seu farnel, e lá se iam ás sombras dos arvoredos saloios

O progresso não permitte agora similhantes digressões, nem as hortas d'aquelle tempo existem na maior parte De modo que a estação primitiva de Santa Apolonia não dava logar á millionessima parte dos populares que ao domingo vão passar algumas horas fóra da cidade.

Em 1862 já não era sufficiente aquella estação, e por isso se pensou na construcção de out a mais apropriada não só ao numero de viajantes, mas egualmente á dignidade de uma capital muito visitada pelos estrangeiros.

Ora no caes dos Soldados estava installado um regimento de artilheria. O edificio occupado por elle era muito grande e tinha em frente um terreiro, com um gradeamento a separal-o da rua, chamado egualmente do *caes dos Soldados*.

Depois de varios planos, ficou resolvido que o quartel seria transformado em estação dos caminhos de ferro do norte e leste.

Ficaram encarregados do risco os engenheiros Lecrenier, João Evangelista de Abreu, Angel Arribas Ugart, e Oppermann. Approvado o plano, foram os mesmos encarregados da construcção, o primeiro como engenheiro divisionario, o segundo como engenheiro chefe, o terceiro como director, e o ultimo na qualidade de constructor.

Em outubro d'esse anno de 1862 lançou-se a pedra fundamental do novo edificio, com toda a solemnidade e concurso de povo.

Quasi tres annos se gastaram n'esta edificação, sendo a estação aberta e inaugurada no primeiro dia de maio de 1865.

Em abono da verdade devemos dizer que este edificio é realmente notavel, e está á altura da nossa formosa Lisboa. O seu contorno mede externamente cento e trinta e cinco metros de comprimento, cincoenta e meio de largura, e treze de altura. Tem quatro fachadas, sendo as do norte e sul inteiramente eguaes.

E' pela do norte que entram os passageiros cuja sahida se effectua pelo lado oeste, portão mais proximo do Tejo.

A fachada do leste serve para a entrada de wagons.

O pavimento do rez-do-chão tem uma entrada amplissima, onde se faz a venda de bilhetes, despachos de bagagens, etc. Lá funcciona a alfandega municipal, e lá estão as salas do chefe de secção. A' direita de quem entra ha entrada para o *bufete*, e pela esquerda entra-se para um corredor, com janellas—as da fachada—e os salões de espera para a direita. O salão dos passageiros de primeira classe, principalmente, é luxuoso e elegante.

N este pavimento está a fiscalisação do governo, telegrapho, serviço de saude, sala do chefe da estação, e accommodações para muitas carruagens

A *gare*, que occupa o centro do edificio é coberta por um tecto de ferro com vidraças, elegante e solidamente estendido n'um comprimento de cento e dezesete metros, com vinte e quatro metros e sessenta centimetros de largo, e elevado á altura do edificio.

O primeiro andar está occupado por varias repartições da companhia.

Sala da administração, secretaria, direcção, repartição de movimento, vias e obras, tracção, armazens, trafego, contabilidade geral, casas para todos os chefes de serviço, e tudo bem disposto, bem organisado, com mobilias apropriadas, algumas bastante ricas.

A linha ferrea vem á beira Tejo, desde Xabregas até á estação, de modo que quem entra em Lisboa pelo caminho de ferro d'esta linha, gosa uma linda vista. A estação, desde os armazens que ficam pelas alturas do asylo Maria Pia, é toda illuminada a luz electrica, bem como a *gare*, o que faz explendido effeito.

Toda a extensão de Santa Apolonia á Cruz da Pedra, é occupada pelas officinas da companhia, onde se empregam centenares de operarios no fabrico e concerto do material de viação.

Teem estes artifices estabilidade indifinida, salvo caso de força maior ou motivada por elles mesmo. A sua cooperativa dá-lhes vantagens de economia domestica, e pena é que não tenham podido manter associação de classe, assim como mantêem uma de recreio musical, que por signal é de primeira ordem.

Em 1895, por uma noite do outono rebentou fogo nas grandes officinas do caminho de ferro, e em breves minutos as labaredas tomaram sinistras proporções e davam ao ar a côr avermelhada que se via a grande distancia. Ignora-se a origem do incendio do qual resultaram importantes damnos para a companhia. No dia immediato fazia pena vêr tanto estrago, tanto valor em materiaes e em labor destruidos assim rapidamente. Poucos mezes depois tudo estava quasi reedificado, e as officinas retomaram o habitual movimento.

Em frente d'estas officinas está o antigo mosteiro de Santos-o-Novo, edificado por D. João II. E' muito grande mas pesado e sem graça. Tem como recordação historica o ter servido de *carcere* á duqueza de Mantua, regente de Portugal por delegação de Philippe IV. Para aqui a enviaram no dia 1.º de dezembro de 1640, a fim de impedir qualquer tentativa de reacção promovida por ella.

Actualmente não tem freiras professas, que todas morreram desde 1834. Comtudo ainda se faz na egreja uma procissão dos Passos, em que todo o elemento é femenino. Ignoramos de quando e por quem foi instituida essa ceri-

monia, suppondo que o seria pela rainha D. Leonor, esposa de D. João II.

Por dentro do pateo, onde em tempo passado deve ter resoado o lyrismo nacional quando se realisavam os *outeiros* triennaes, está tudo completamente transformado. Ha agora ali um pequeno bairro, Alto do Varejão, com predios pequenos para habitação de familias pobres; e tambem se estabeleceram lá algumas lojas de commercio.

Ultimamente o muro externo foi recuado, e feito de novo, de modo que a rua ficou mais ampla e alegrada n'aquelle ponto. Desfeia o caminho a estreitesa que apresenta nas alturas de Lazaro Leitão.

O convento de Santos-o-Novo tem trezentas e sessenta e cinco janellas, e um grande claustro. As accommodações nada deixam a desejar. Eram commendadeiras as monjas que o habitavam, e algumas professavam votos eguaes aos dos cavalleiros de S. Thiago. Vieram transferidas para aqui as *mulheres da obrigação* d'esses cavalleiros, e tambem as reliquias dos tres irmãos Maximo, Julia e Verissimo, canonisados em tempo anterior á fundação da monarchia.

Os tres corpos foram arrojados á praia de Santos—que por esse motivo assim ficou chamada, no dia 1 de outubro de 307. Julia, Maximo e Verissimo eram naturaes de Lisboa, e de origem patricia, mas como houvessem abraçado o christianismo, Publio Daciano, delegado de Diocleciano, e tão cruel como esse medonho imperador, fel-os martyrisar.

Alguns christãos que estavam na praia viram os cadaveres, e ali mesmo lhes deram sepultura, e edificaram uma capella, mediante o tributo imposto pelos mussulmanos que só assim consentiram na sua permanencia. Até 1147 existiu essa capellita, e depois foi substituida pelo templo actual de Santos-o-Velho — mandado construir por D. Affonso Henriques.

Vindo do caminho de ferro para o Terreiro do Paço ficam nos á esquerda os novos edificios contiguos aos antigos armazens da alfandega; toda a correnteza da rua n'esse sitio se transformou de ha dezoito annos para cá.

E' do nosso tempo o mercado da Ribeira Velha, que ali estava installado em abarracamentos. De tudo havia n'aquellas barracas, frequentadas noite e dia por toda a população do bairro de Alfama.

O progresso, mettendo a foice por ali dentro, destruiu aquellas venerandas reliquias do tempo de nossos avós.

Hoje está embellezado o sitio, mas os velhos lembram-se com saudade do extincto mercado, bem como do antigo caes de Santarem, onde iam receber as encommendas remettidas pelas falúas do Carregado...

Bons tempos esses em que a cidade de Lisboa se contentava com tão pouco, sem aspirar a outros processos.

Já agora continuaremos a seguir para oeste, e iremos até ao arsenal de marinha, que é um dos melhores estabelecimentos do estado que possuimos.

Veem aqui a molde algumas palavras ácerca da nossa marinha, que no seculo XIV, XV e XVI tanto engrandeceu o nome portuguez com as suas assombrosas façanhas.

Os povos luzitanos não possuiam esquadras, nem vasos de guerra de qualquer especie. A sua navegação era costeira, feita em barcos de pesca, ou quando muito para permuta de generos indispensaveis á sua subsistencia. Ura-rudimentar commercio.

A travessia de uma a outra margem dos rios só a faziam quando o tempo não ameaçava tempestade.

Não foram mais arrojados os godos, pouco dados ás aventuras maritimas.

Tiveram navios os arabes, mas por necessidade de transporte de tropas e de conducção de ouro e prata, que no seu tempo abundava nas minas da Luzitania, além de outros empregados exclusivamente no corso.

Logo, porém, que o conde D. Henrique tomou posse do condado Portucalense, tratou de mandar construir *galés* capazes de defender os portos dos seus dominios, sempre em risco de serem atacados pelos piratas de Argel, ou de outras nações barbarescas.

Estas embarcações eram baixas, sem coberta, de um ou dois mastros com vélas latinas, e não passavam do comprimento de vinte metros o maximo.

D. Affonso Henriques pouco augmentou esta microscopica marinha; limitou-se a construir uma pequena frota, quando, em 1180, os marroquinos andavam infestando as costas de Portugal D. Fuas Roupinho, que sabia tanto de nautica como de *lagar de azeite*, tomou o commando e bateu os de Marrocos de modo que o rei mouro pereceu no combate, e a sua armada, forte em qualidade e numero, fez-se ao largo desbaratada, deixando nas mãos de D. Fuas o melhor dos seus navios.

Similhante victoria produziu grande enthusiasmo, correndo povo e rei a saudar o ousado e destemido guerreiro.

D. Sancho I occupou-se alguma cousa d'este assumpto, mas o primeiro impulso serio data do tempo de D. Sancho II, que mandou construir os primeiros galeões com castellos de prôa e de pôpa, para abrigo dos combatentes. Com uma esquadra já importante foi o monarcha bloquear a cidade de Ayamonte, que tomou, em 1240, aos mouros.

Seu irmão D. Affonso III mandou construir a primeira náo, e com ella e outros galeões novos fez a conquista do Algarve. Ainda n'esta epocha de pouco servia a navegação ao commercio, porque as necessidades publicas eram menos desenvolvidas do que seculos depois, o foram. A industria piscatoria essa sim, que era valiosa, e tanto que em 1353 se celebrou em um importante tratado entre Eduardo III de Inglaterra e os moradores de Lisboa e Porto, no qual o monarcha lhes concede o direito de pesca, em frente dos portos e nas costas d'aquella nação, pelo praso de cincoenta annos Do mesmo tempo é a alliança dos povos de Sines, Setubal, Alcacer e Cezimbra cujo fim era o desenvolvimento e auxilio mutuo nas pescarias.

Todos estes melhoramentos são coevos de D. Fernando, a quem se devem leis realmente sensatas sobre agricultura, commercio e navegação.

A companhia de Segurança naval, creada por elle, foi a primeira associação do seu genero que houve na Europa, e as *Bolsas Maritimas*, garantias de protecção e auxilio em casos de sinistro deram resultados tão satisfatorios que não tardaram outras nações estrangeiras a adaptal-as ao seu uso.

Mercê das providencias agricolas do reinado d'esse principe, muitos commerciantes de varias procedencias entra-

a exportar trigos portuguezes, ao contrario do que succede actualmente.

A partir do reinado de D. João II a nossa marinha caminhou desassombradamente para o Zenith. As descobertas das ilhas, das terras continentaes e insulares na Africa e na Asia, exigiram o maximo desenvolvimento de construcções navaes, assim foi que das tercenas de D. Sancho I, feitas no Terreiro do Trigo, ás tercenas navaes de D. Manoel, na Ribeira das náus, que extraordinaria differença!

Uma das naturaes consequencias da conquista da India foi a nova phase do commercio. Nem a Inglaterra nem a França se tinham ainda celebrisado pelos progressos industriaes. As melhores e mais raras especiarias provinham da India, e os mais estimados generos coloniaes da Turquia. E' certo que a Italia possuia fabricas de sedas, e por isso mesmo se aggravaram as invejas e os odios de Veneza contra os portuguezes.

Os maiores desgostos que os nossos soffreram no Oriente foram cavilosamente preparados pelos venezianos, exasperados pela crescente gloria dos grandes navegadores do seculo XV e XVI. Achado o caminho da India, Portugal tinha em sua mão a chave do commercio europeu. De resto os portuguezes faziam a pesca nas costas da Terra Nova, e conservaram esse exclusivo até ao anno 1580.

O governo dos Filippes foi em tudo fatal ao nosso paiz. A decadencia no ultramar, a desgraça na metrople e a perda de varias possessões, e todo o cortejo de oppressões e ruinas datam de então.

D. João IV encontrou as coisas publicas em desgraçadas circumstancias, e as côrtes de 1641, não procederam ajuizadamente na questão da importação de viveres do estrangeiro. Depois como se não bastassem tantos prejuizos houve ainda as desavenças com a Inglaterra, e a guerra com a Hespanha impedindo o governo do Restaurador de acudir as urgentes necessidades do estado, na medida que ellas o requeriam.

Sob a administração do conde da Ericeira, na segunda metade do seculo XVII o desenvolvimento industrial accentuou-se, porque este ministro mandou construir numerosas fabricas, cujos productos de tecelagem chegaram a tal gráo que se tornou necessario crear a lei que fechava os nossos mercados aos pannos estrangeiros. Mas esta medida deu um resultado desgraçadissimo para o nosso commercio, porque a França em desforço, prohibiu a entrada do assucar do Brazil nos seus portos. O tratado de *Methuen* ajudou a arruinar o nosso commercio, influindo poderosamente na marinha mercante.

D. João V pouco se importou com a marinha, commercio, industria e agricultura. Teve a louca pretensão de imitar Luiz XIV, e foi governado sempre pelas inclinações faustosas e fradescas. A descoberta das minas do Brazil, de que tantos beneficios podiam advir a Portugal, serviram tão só para o custeio das loucas dissipações regias. Rios de dinheiro empregados n'aquella enorme semsaboria de Mafra, melhormente seriam applicadas á melhoria da armada, e ao auxilio do commercio, que acabava de soffrer profundo golpe em consequencia da fuga dos judeus, de novo perseguidos. Não podendo os desgraçados, mesmo os *christãos novos*, supportar tantos vexames, emigraram para França, Inglaterra e Hollanda, levando os melhores valores e thesouros comsigo.

As fabricas de fiação e tecelagem mal conseguiam ter-se de pé, tal era a escassez de recursos, e quasi se mantinham por milagre. A tempo chegou Sebastião José de Carvalho e Mello. Foi, mercê da sua atilada e serena energia que o desastre se não consumou. Sob a *vara magica* do seu bom senso o paiz levantou-se do misero estado em que os esbanjamentos o tinham posto, e breve se encheu o Tejo de vasos de guerra, construidos segundo os moldes da época, e nos bellos estaleiros do arsenal da marinha, ampliado á medida que as necessidades o exigiam.

Teve o grande Pombal n'essa obra regeneradora da marinha portugueza por collaborador o benemérito ministro Martinho de Mello, cuja dedicação nunca será assás louvada.

Infelizmente a época das nossas grandezas maritimas passada era. A esquadra em vez de servir á defeza do paiz, serviu para transportar a D. Maria I e seu filho regente, quando o terror dos francezes os fez fugir covardemente deixando a nação entregue a todos os vexames e desgraças da invasão.

A guerra com os revoltados da America meridional, e o ruinoso tratado com a Inglaterra em 1810, a liberdade ampla concedida á entrada de navios estrangeiros nos portos do Brazil, foram outras tantas machadadas no nosso commercio, e consequentemente na marinha mercante. A outra, a de guerra, estava reduzida á passividade mais deprimente, e decahia a olhos vistos.

A fugida de D. João VI, tremulo, tranzido de medo, levando comsigo a decrepita rainha privada da razão, traz-nos á ideia, como contraste, a partida dos trinta e tres navios de linha, cincoenta e nove galeras, e cento e dez transportes de guerra, com que o glorioso D. João I e seus immortaes filhos se foram á conquista de Ceuta!

Que enormissima derrocada!

E no entanto D. Maria I, ao tomar as rédeas do governo, viu sobre o Tejo doze náus de linha de cincoenta e oito a oitenta peças cada uma, quatorze fragatas, de vinte e duas a quarenta e oito boccas de fogo, e grande somma de embarcações ligeiras.

Em 1793, sob o commando do almirante Marquez de Niza, possuia a nossa marinha de guerra trinta e quatro vasos, com 1556 boccas de fogo, e esta esquadra fez parte da grande armada conluiada contra a França, obrando extraordinarios prodigios de bravura, que recordaram a epopeia dos heroes da India.

Compunha-se a esquadra de doze náus de linha—S. Sebastião, Infante D. Pedro, Gigante, Princeza da Beira, D. João de Castro e Affonso de Albuquerque; com sessenta e quatro peças cada uma.

Doze fragatas, quatro de quarenta e seis peças e as restantes de trinta e seis. Dez corvetas, brigues e cutters, cada um de dezoito peças.

Trinta e quatro vasos de guerra, além dos hiates de transporte e *charmons*, que eram numerosos.

Do almirante marquez de Niza andava a Europa cheia de fama pelo muito valor e extraordinario arrojo de seus actos. Um então, talmente foi ousado e temerario que não resistimos a narral-o.

Por occasião da guerra contra a França, em que se deram as allianças europeas, foi um dia o nosso almirante convidado pelo almirante inglez para um jantar a bordo. Acceitou o fidalgo, e, á hora precisa, subia a escada do navio estrangeiro.

Mal tinha posto pé no ultimo degrau rebentam simultaneamente grande numero de canhões, produzindo um medonho estremecimento no casco do navio, e um ruido infernal. Fôra a *amavel* surpreza do inglez, que estava, com a sua officialidade, de olhos fitos no bravo marinheiro a fim de gosar do sobresalto que contava causar-lhe.

O marquez de Niza sorriu, e sem mudar de côr ou mostrar a mais leve alteração, inclinou-se palacianamente diante do almirante inglez e agradeceu a *honra* de que era alvo, sem manifestar a mais insignificante surpreza, dando assim uma boa lição á brutalidade do *fiel alliado*.

Alegremente decorreu o jantar, e, á noite voltou o marquez ao seu navio, não sem ter pedido ao inglez a amabilidade de vir com elle jantar em dia designado. E' claro que o convidado não podia recusar o convite e foi, com os seus officiaes.

Recebeu-os correctamente o nobre almirante, cumulou-os de attenções, a tal ponto que se elles tinham supposto alguma *retribuição* da estupida brincadeira, de todo se lhes desvaneceu a suspeita.

Ao toque da sineta dirigiram-se todos á camara, onde lhes foi servido um opiparo jantar, o qual correu na melhor alegria, como se todos ali estivessem ligados pelos laços da confraternisação.

Terminado o *dessert* como é hoje modo chamar-se á nossa portuguezissima sobremeza, o marquez de Niza mandou a um marinheiro que lhe trouxesse uma vela accesa, e levantando-se muito naturalmente, levantou a tampa de um barril, que estava ao lado da meza, cheio até á boca, e espetando-lhe a véla ao centro, voltou-se sorrindo para os seus convivas, a quem mandara distribuir charutos de primeirissima qualidade, e disse-lhes:—Queiram ter a bondade de accender os seus charutos!...

Todos enfiaram de pallidos... o barril estava cheio de polvora!

Sempre risonho o arrojado almirante inclinou-se serenamente sobre o barril, e com muita pachorra accendeu o charuto.

Está visto que os inglezes não tiveram remedio senão fazer outro tanto, mas com certeza que a digestão do jantar se lhes não fez como de costume...

E assim os castigou o nosso almirante, com um rasgo de louco heroismo, mal empregado embora, porém bastante a provar a coragem de um caracter viril.

* * *

D'esta importante armada só restavam vinte e cinco navios ao tempo da primeira invasão napoleonica. N'esta época foram-se para o Brazil com a familia real os melhores que eram—oito náus—Principe Real, de cento e dez peças, e Meduza, Conde D. Henrique, Rainha de Portugal, Affonso de Albuquerque, Martim de Freitas, D. João de Castro e Principe do Brazil, de sessenta e quatro peças cada uma.

Quatro fragatas—Perola, de trinta e duas peças, Urania, com egual artilheria, Golfinho, de trinta e seis e Minerva, de sessenta e quatro.

Tres brigues—Vingança de vinte peças, e Voador e Lebre, de vinte e duas cada um.

Tambem foi a escuna Curiosa, de doze peças.

Para se avaliar da ternissima sollicitude que el-rei tinha pela terra portugueza, bastará comparar a esquadra que levou com a que deixou para a defeza da costa, e porto de Lisboa em tão afflictivo momento.

Em 29 de novembro de 1807, dia da fuga vergonhosa dos covardes, ficaram nas aguas de Portugal os chavecos seguintes: A náu S. Sebastião, de sessenta e quatro peças, incapaz de servir; a náu D. Maria I, de setenta e quatro peças, empregada como bateria fluctuante, mas tão capaz de servir como a dama de quem tinha o nome, capaz de governar a *náu do estado*.

A náu Princeza da Beira, condemnada e servindo de bateria fluctuante.

A náu Vasco da Gama, que estava em tal estado que déra entrada no estaleiro.

As fragatas Perola, Amazona, e Fenix, carecidas de urgentes concertos, e as Tritão e Venus aproveitaveis apenas para lenha.

Em vista de taes documentos só parece incrivel que a revolução liberal ainda tardasse tanto.

Dos barcos que foram para o Brazil poucos voltaram porque lá os consideraram como propriedade sua, depois da proclamação da independencia, em 1822.

As calamidades d'aquella época são incalculaveis porque se no mar se manifestava a decadencia da nação, nos campos a ruina era completa á falta de braços para a agricultura. Os homens validos eram arrebanhados á força para soldados, e embora ignorantes de todas as manobras, viam-se forçados a marchar com o exercito alliado, emquanto nos campos morriam as searas, e nas aldeias se elevavam as labaredas marcando a passagem dos selvagens invasores.

Sessenta mil homens de linha, e cincoenta mil de milicias era forçoso manter, á custa de todas as forças vivas da nação que decahiam miseravelmente.

Os recursos do estado diminuiam cada vez mais, pois ninguem pagava fóros nem impostos, nem meios restavam de cobral-os. O papel moeda cahira em assustadora depreciação, e o commercio paralysado no interior, não punha navio mercante nas aguas que se não arriscasse a ficar sem elle, assaltado pelo corso *amigo* e inimigo.

Por seu turno os alliados tratavam os portuguezes como escravos, e fomentavam contra os patriotas tramas infames qual o de 1817 que teve por epilogo os assassinatos do Campo de Sant'Anna, e o martyrio do generoso e honrado general Gomes Freire de Andrade, ignobilmente arrastado á forca, por ordem de Beresford.

Assim pois, emquanto a côrte gosava as melhores regalias no Rio de Janeiro, e em sumptuosas recepções eram recebidos os officiaes do exercito de Junot nos paços da regencia, que foram tristemente celebres por *muitos motivos*, a nossa industria tão florescente no reinado de D. José I, extinguiu-se, tendo nas fabricas o incendio, e o roubo alternadamente praticados por inimigos e alliados.

Estatisticas accusam entre os annos 1807-1815 uma perda do nosso commercio que attinge a somma importantissima de *noventa e um mil quinhentos e setenta e quatro contos de réis*!

Reduzida como estava a nossa esquadra assim ficou durante todo o periodo da regencia, de modo que em 1826 nos encontravamos em má, em pessima situação naval, e expostos a toda a especie de vexames. A doutrina recentemente exposta pelo habil politico inglez com referencia ao predominio das nações fortes sobre as nações fracas não lhe merece as honras de invenção. Em todas as épocas os pequenos são esmagados pelos grandes, e os fracos não teem outros direitos reconhecidos que não sejam os direitos theoricos, e ainda esses mesmos quando sejam timidamente enunciados.

Dadas as condições deprimentes da nossa defeza naval não admira que se désse o acontecimento vergonhoso de 11 de julho de 1831, por parte de uma esquadra franceza contra a nossa propriedade. N'esse dia o almirante Roussin entrou descaroadamente no Tejo e roubou-nos sete dos poucos vasos de guerra que por cá havia, e ainda a corveta Urania, que encontrou nas alturas dos Açores. Contra tão infame attentado nenhum desforço se tentou, nem se podia n'elle pensar. A' frente do governo estava D. Miguel, cujos cuidados eram absorvidos pela guerra civil, desastrosa sob todos os aspectos. Consequentemente ficou mais apoucada a nossa já fraquissima esquadra. Durante o periodo da guerra entre os dois irmãos não se construiu um unico vaso de guerra. A desorganisação era completa em todos os ramos de administração publica, correndo tudo á revelia.

D. Pedro IV conseguiu arranjar uma esquadra com poucos navios de guerra, outros que o não eram, valendo-lhe principalmente o extremado heroismo e amor da causa que vinham proclamando.

Depois de implantado o systema constitucional pouco tem sido cuidada a nossa marinha de guerra, estando, infelizmente bem longe de poder garantir uma defeza seria em caso de guerra.

No entanto um paiz como o nosso, tendo colonias na Africa e na Asia, devia olhar com demorada attenção as circumstancias navaes, embora com sacrificio de outros assumptos.

O facto de não sermos já conquistadores não nos absolve de descurar a nossa defeza quando d'ella hajâmos necessidade. Mais forte era a Hespanha, melhor a sua esquadra, e lá se viu a tremenda lição que lhe applicou a grande nação americana. Tarde reconheceu a orgulhosa vencida quanto lhe teria sido mais util prevenir-se a tempo, para que, dada embora a derrota, esta não fosse aggravada por circumstancias deprimentes.

Em Portugal impera um descuido altamente nocivo. A maior parte dos nossos navios não estão em condições taes como era de desejar. De resto caminhamos n'isto, como em outros assumptos, na rectaguarda dos outros paizes. Acordamos com os torpedeiros, e de tão famigerado invento nos veio o desengano, na recente guerra hispano-americana. Pois na mesma occasião em que se demonstrava praticamente o *fiasco* dos mallogrados barcos occupava-se a nossa marinha em exercicios de torpedeiros, com a melhor boa-fé do universo.

E comtudo os nossos marinheiros são dos primeiros do mundo. Nenhuns os excedem em valor, em serenidade, em disciplina. Temos um officialato que dá honra ao paiz, homens de alma firme e devotada, conhecedores do mar como de seus proprios lares, tão generosos quanto integros no cumprimento de seus trabalhosos deveres. A farda do official de marinha é um symbolo sagrado de heroismos quasi sobre-humanos. Mas os leaes marinheiros estão na dependencia de outrem, e infelizmente nas cabeças mais altas raro ha olhos de lynce.

Os estaleiros do arsenal da marinha teem-se tornado modelo no seu genero, e comprovado está que aos operarios portuguezes não escasseiam aptidões para as construcções navaes. Ha todavia o habito inveterado de suppôr melhor tudo quanto vem do estrangeiro, e assim é que de lá veem os navios, com poucas excepções, apesar de que nem sempre provam bem as encommendas.

Nos ultimos tempos tem a imprensa reclamado em favor das cousas navaes, e alguns esforços se teem feito n'este sentido. Quando se deu o conflicto anglo-luzo, reconheceu-se a humilhante situação em que nos encontravamos, e pensou-se em augmentar as forças navaes, graças ao que se apurou algum capital com que se adquiriu o Adamastor e a canhoneira Chaimite.

O cruzador Vasco da Gama, vindo de Inglaterra, não correspondeu ao que d'elle se esperava, sem comtudo deixar de ser um bom navio. Apenas não é para *grandes aventuras*—apesar de que outros de maior velocidade e tonelagem acabaram tristemente nas aguas de Cuba e das Filippinas.

O systema de construcções e artilheria tem-se aperfeiçoado a ponto que só nacionalidades mui ricas podem armar-se convenientemente por mar. Não obstante, a cada um segundo as suas forças, importa não fiar tudo do fatalismo.

Em frente da entrada do arsenal da marinha temos o largo do Pelourinho.

Nem sempre o Pelourinho de Lisboa foi onde ora o vemos. O mais antigo, pelo menos como tal conhecido, occupava o local da nossa rua da Prata, com pequena differença, entre a rua dos Algibebes e a rua dos Capellistas.

Era praça com quarenta e quatro metros de comprido, de norte a sul, e trinta e tres de largura, E. a O. No anno de 1650, João Nunes Tinoco, architecto de D. João IV assim a mostrou na planta de Lisboa. Desembocavam n'essa praça as ruas de Vêr-o-Peso, rua Nova, rua da Prataria, e rua de D. Gil Eannes.

N'este largo havia varias mezas com os apetrechos de escripta, e em frente de cada uma estava um escrivão, prompto para fazer requerimentos, cartas, ou qualquer documento que o povo ia encommendar-lhe. Pelos modos o officio era rendoso, mercê do analphabetismo popular cujo gráu pode avaliar-se desde que se sabe que ainda nos nossos dias mais de duas terças partes da população não sabe lêr nem escrever.

N'esta época chamava-se á praça Pelourinho Velho—porque outro havia já no logar da Ribeira Velha. A praça do Pelourinho Velho estava em melhor estado no tempo

de Damião de Goes, que a ella se refere na sua descripção de Lisboa, publicada em 1542.

O Pelourinho Novo occupava um espaço da Ribeira Velha o qual era irregularmente contornado, pois de largura tinha cento e dezesete metros defronte do pelourinho, e apertava-se depois a ponto de medir quarenta e quatro em frente do *becco da Mesquinhez*. Da parte oeste começava com cento e cincoenta e quatro metros. Acabava a oeste confinando com a egreja da Conceição Velha, então Mizericordia, com o Terreiro do Pão, Sete Casas, e Alfandega. A éste ja dar com a Fundição.

A Ribeira Velha desenrolava-se na margem pela extensão de mil e cem metros de Este a Oeste. O local do pelourinho está marcado em uma planta do mesmo architecto.

O terremoto de 1755 subverteu todas ou a maior parte das construcções que ao tempo existiam em toda a margem do Tejo, e na reconstrucção da cidade deu-se-lhe novo aspecto. A baixa que era um dédalo de beccos, alfurjas, viellas, bastante perigoso não só por causa do emmaranhado tecido, como tambem pela ausencia absoluta de illuminação publica, ficou totalmente reformada na planta que o engenheiro José dos Santos Cardoso apresentou ao marquez de Pombal, e que este approvou.

O Pelourinho actual era antes da catastrophe lisbonense chamado—largo da Tanoaria; formava triangulo, e não era da amplidão que hoje possue. Ao sul e éste ficavam-lhe os paços da Ribeira, formando n'este ponto um angulo com um arco de passagem para o *pateo da Capella*, do qual se passava por outro arco para o Terreiro do Paço, como indicado ficou ao tratarmos das muralhas e portas de D. Fernando.

D. João V, ampliando os paços reaes, e alargando a capella de modo que a transformou em templo maravilhoso em extensão e opulencia, fez desapparecer o largo da Tanoaria, e imprimiu novo aspecto ao pateo e edificios adjacentes.

Seu filho e successor egualmente alli fez obras que alteraram o local. As primeiras foram em 1751, para estabelecimento do cabido patriarchal, arrecadação do thesouro da egreja e administração da respectiva fazenda; as segundas foram os magnificos trabalhos da construcção do theatro régio, maravilha na Europa, tão dispendioso e bello, para ter a curta duração de sete mezes a contar da sua inauguração!

Em 1754 continuou a alterar-se o sitio, com a abertura da nova calçada de S. Francisco, que partia de ao pé da capella-mór da patriarchal, onde havia já um largo ampliado ha pouco tempo, á custa dos predios da antiga praça da Tanoaria.

Mal se imagina a sumptuosidade d'esse templo, começado a enriquecer por D. João V, e continuado por D. José I. No dia do terremoto ainda não estava concluido, e toda essa magnificencia dos paços, templo e theatro desabou qual simples castello de cartas sopradas por uma creança!

O Pelourinho renasceu na nova planta de Lisboa a oeste da Praça do Commercio, com o Arsenal a sul, antiga Ribeira das Náus, cercada de bons predios, embora monotonamente construidos, e notavelmente embellezada com os soberbos paços do concelho, a E., edificio que rivalisa com os melhores da Europa.

E' moderno este primoroso edificio, porquanto até 1863 outro predio ali estava cujo destino fôra servir á installação do Banco de Portugal, e da camara municipal.

Na fachada oeste, que olha para a praça do Pelourinho funccionavam varios estabelecimentos publicos e repartições.

Antes de instituido o banco de Portugal, facto que se deu no anno de 1821, estava ali a Junta dos Juros dos Reaes Emprestimos. Tambem serviu de séde ao contracto do Tabaco, bem como a outras corporações.

Quando ardeu o antigo palacio da Ajuda, e D. Maria I com sua familia foi residir no Terreiro do Paço, no palacio que era da camara e secretaria da justiça, os quaes foram expressamente ligados por um passadiço, o senado da camara estabeleceu-se no grande edificio de que vimos fallando.

Emquanto ao provisorio passadiço do Terreiro do Paço, demoliram-n'o no principio do seculo actual.

Na noite de 19 de novembro de 1863 este enorme predio ardeu completamente, sem que se conhecesse a causa de tão lamentavel sinistro. As labaredas reflectidas no espaço tornavam a atmosphera rubida, e causavam panico a toda a cidade. Apesar dos soccorros tão rapidos quanto possivel, calcule-se a quanto montariam os prejuizos occasionados pelo incendio. Todo o edificio ficou plenamente destruido, apenas com as paredes de pé. E' extraordinario como os incendios são funestos nas grandes povoações. Lisboa por varias vezes ha sido victimada por esse monstro devorador. Pela proximidade do local da camara, nos acode á memoria a catastrophe do dia 10 de agosto de 1734, occasionada pelo fogo que devorou cincoenta e nove habitações, na rua Nova do Almada, defronte da Boa-Hora, onde então era a Casa da Congregação do Oratorio, que foi salva com immenso custo.

Mal se conseguira circumscrever os estragos d'este incendio rebentou outro com furiosa intensidade no mosteiro da Encarnação, produzindo justificado panico na communidade.

Foi necessario que as monjas fugissem espavoridas, e lá correram a abrigar-se na casa das commendadeiras de S. Thiago, onde permaneceram emquanto lhes não reedificaram o seu convento.

Horas depois, já pelo cahir da tarde, os sinos tangendo desesperadamente annunciavam que em outro logar se dava o mesmo tragico acontecimento. Era ao pé da egreja do Paraizo, que já não existe. Lá estavam ardendo varios predios.

Em 1741 pela noite de 30 de novembro foi a cidade alarmada pelos gritos que partiam do antigo convento de S. Francisco da cidade. Antes mesmo de se prestar algum soccorro aos acabrunhados frades estava reduzido a cinzas o melhor que o edificio possuia, sem contar as enormes perdas do archivo e livraria, que eram de primeira ordem. O edificio era primoroso, tendo algumas peças de esplendida architectura, que tudo se inutilisou totalmente. Quarenta e oito horas durou o fogo, embora os esforços para debellal-o tocassem o apogeu. Tropas, populares e

nobreza, todos accorriam com agua, sem conseguirem mais do que o salvamento da egreja e do côro.

No reinado de D. Fernando houve tambem um fogo terrivel que foi uma das maiores calamidades d'esse reinado tão fertil em tragicas hecatombes. Em 31 de dezembro de 1369 começou a certa hora da noite a arder um predio na rua Nova, pouco mais ou menos nas alturas da actual rua Nova d'El-Rei. Era voltada ao lado do Tejo a casa. O vento soprando com impeto, alastrou o incendio, e algumas horas depois estava em chammas toda a correnteza de predios d'aquelle lado, e os da rua da Ferraria, até ao caes de Vêr-o-Peso, ruas estas, que, já o dissemos, desembocavam na praça do Pelourinho Velho, menos a rua da Ferraria que começava á quina da rua dos Arameiros, e correndo o *Campo das Cebolas*, confinava com a rua da Magdalena. Teve depois o nome de rua da Confeitaria, e por ultimo de rua dos Confeiteiros, com o qual chegou aos nossos dias.

Está presentemente ligada á rua dos Bacalhoeiros, em virtude do decreto do 1.º de setembro de 1859. Pela topographia actual, bem se avalia de todo o horror d'essas labaredas lambendo com a sua lingua de chammas uma extensão assim dilatada. Para maior desgraça n'aquellas épocas não havia o serviço de incendios montado qual o é n'este nosso periodo. Ao toque a fogo corriam em turbilhões os populares, aguadeiros, escravos de ambos os sexos, e de todas as côres, e accommettiam o inimigo com heroismo e humanitarias intenções mas sem ordem nem methodo. D'esta sorte morria muita gente, não só da que estava asphixiando-se nos predios em labaredas, mas do meio dos salvadores. Este horroroso cataclysmo teve as consequencias mais funestas, não só no que respeita ás perdas materiaes, como á morte de dezenas e dezenas de pessoas.

O seculo XIX tem a gloria do aperfeiçoamento de todo o material de incendios, e conjuntamente a honra de registrar nomes heroicos entre os beneméritos bombeiros, heroicos, sublimes e gloriosos soldados da mais sacro-santa piedade. Os maiores progressos n'este sentido accentuam-se desde a segunda metade do seculo.

Em 1826 ainda se estava longe de possuir instrumentos e estudo de manobras verdadeiramente uteis em casos mais complicados. A proval-o basta a memoria do grande fogo da Cordoaria, succedido n'esse anno.

E' bom saber-se que o nosso magnifico Aterro que a geração nova já assim encontrou era cousa assás diversa até ha seus trinta annos. Por ali fóra, onde se levantam lindos predios, ruas como a Vasco da Gama, e aquelles passeios tão bonitos, viam-se linhas tortuosas de casinhotos de madeira, e estancias de madeira, chegando á Cordoaria.

Pois tudo isso foi varrido por um incendio que durou a bagatella de quinze dias, sem haver meio de extinguil-o, devido á falta de conhecimentos technicos, de pessoal habilitado praticamente e de instrumentos proprios. Nem se calculam os prejuizos soffridos pelo estado, e pelos particulares que ali tinham as suas pilhas de madeira, sem garantias de compensação, visto os poucos recursos de auxilio mutuo, quasi desconhecidos ainda.

Em 1858 repetiu-se o incendio. Foi em a noite de 9 de novembro, noite de medonha borrasca, soprando do sul em lufaradas de ventania que encarpellava as aguas do Tejo que se quebravam de encontro á praia com estrondeante fragor. Ali, pela Boa Vista, estavam estabelecidas varias estancias de madeiras, carvoarias, officinas de industriaes, e a bella e notavel typographia Castro, que não tinha competidora. Os melhores trabalhos typographicos sahiam das suas officinas, onde se imprimia o *Archivo Pittoresco*, collaborado pelas mais illustres penas d'aquelle periodo que possuiu escriptores e poetas como Alexandre Herculano, Garrett, Gomes de Amorim, João de Lemos, Mendes Leal, etc.

Ao principio da noite manifestou-se o fogo em uma estancia de madeira, que ficava contigua a uma officina de ferreiro, e carvoaria Em frente estava o estabelecimento de madeiras da acreditada firma commercial Thomaz Gomes & C.ª As chammas, impellidas pelo vento, atacaram a typographia, a estancia, desenvolvendo-se arrebatadas e indomaveis, e galgando pelos pavimentos superiores dos predios, abraçavam-se em circulos de labaredas, que illuminavam grande parte da cidade, e da margem opposta do Tejo davam a angustiosa idéa de que Lisboa ardia de lés a lés, tanto era a violencia dos saltos das labaredas.

Pela madrugada de 10 era enorme o brazeiro, por entre o qual transpirava alguma pequena lingua de lume, e á tarde, de tanta riqueza ali existente na vespera só restavam montões de cinzas rescaldantes.

Depois d'esta enorme desgraça em que se fallou durante annos, porque apesar da tempestuosa noite grande numero de pessoas correram a contemplar o sinistro, deu-se começo ao novo plano d'esta parte de Lisboa que foi transformada vantajosamente.

Por occasião do fogo no palacio Barcellinhos já o nosso pessoal bombeiro estava talmente disciplinado e instruido que, achando-se então na capital illustres estrangeiros, estes ficaram maravilhados do heroismo do que observaram.

O fogo da rua da Bitesga foi mais uma maravilhosa comprovação da nobreza de alma dos nossos bombeiros. Quem se não recorda d'aquelle drama em que o benemérito Antonio Ignacio se notabilisou para sempre, tornando-se crédor da admiração e affecto de todos os espiritos humanitarios?

E' ainda mais recente o desastre da fabrica de moagens da rua do Barão cujas resultantes seriam horriveis, mais do que o foram, a não ser a justeza, precisão e corajosa attitude de todo o pessoal de salvação de incendios.

Como teremos de voltar a fallar d'este ramo importantissimo de serviço publico, voltamos ao ponto onde estavamos, isto é, ao antigo palacio do Banco, que foi tambem palacio do senado. Tinha-o mandado edificar a camara de Lisboa, durando as obras quatro annos—de 1770 a 1774. O edificio tinha o comprimento de 86^{m},16, 43^{m},12 de largura, e 16^{m},75 de altura.

Formavam-n'o boas e fortes cantarias, com o madeiramento do Brazil, capazes de resistir por bastantes seculos.

Para o lado da rua do Arsenal era o primeiro andar occupado pela casa dos Vinte e Quatro, substituida mais tarde pela companhia de seguros Fidelidade.

Na sala das sessões municipaes viam-se riquissimos pannos de raz a cobrir as paredes. Representavam scenas da

vida do imperador Constantino, e não havia em Lisboa nada que excedesse, no genero, esses primores, nem mesmo nos paços reaes. Só os pannos d'este aposento custaram 6:400$000 réis.

Além dos retratos de alguns reis havia ali outros paineis devidos á primorosa palheta de Pedro Alexandrino Coelho, artista portuguez de pujante talento, e de quem se admira, entre outros, os dois quadros que estão lado a lado da entrada da Sé patriarchal de Lisboa.

A sala onde era o banco de Portugal possuia egualmente pannos de raz de muito valor, inferiores todavia aos outros.

Importara o edificio em 121:099$271 réis; considerando ainda que tanto os materiaes de construcção como a mão de obra se pagavam por metade do que agora custam, calcular-se-ha o valor do palacio.

E tudo destruiu um cataclysmo em meia duzia de horas!

Alguns annos depois começaram os trabalhos dos novos paços do concelho, sendo encarregado do risco o notavel architecto, que apresentou o primoroso desenho do edificio. Não ficou ligado ao antigo corpo que chega á rua do Ouro, a mesma que foi habitada por D. Maria I e seu filho, como atraz dissemos.

A continuidade ficou interceptada pela travessa aberta entre o novo palacio municipal e o ministerio do reino.

Tudo quanto se diga em louvor d'esta edificação estará longe de dar d'ella uma idéa a quem nunca a visse.

Desde a entrada principal, onde se abrem tres grandes portões de gradeado, á frente das quaes um amplo átrio nos conduz ás escadarias, amplas, magestosas, dignas da formosa galeria que as termina, em quadrado, com entradas para varias repartições, até ao minimo das suas accommodações nenhuma discrepancia desfeia ou apouca o magnificente edificio.

Marmores e pinturas preciosissimas ali observa e admira o artista que sabe apreciar as revelações estheticas da grande alma nacional.

A sala das sessões comprehende a dupla opulencia dos materiaes, e do trabalho de arte. E' necessario ser-se totalmente avêsso ao bom gosto e ao culto da arte para ficar-se impassivel perante aquelle encantador tecto, que é conjuntamente uma nobre homenagem a artistas immortaes, d'esses cujos nomes as larvas não corroem, e o olvido não apaga da historia.

Depois d'esta casa, passando por muitos outros aposentos de primor, aconselharemos o visitante a entrar no gabinete do actual sub-inspector da fazenda municipal, o distincto e primoroso escriptor e tribuno Gomes da Silva. Que mimo e encanto de pintura! O tecto prende-nos o olhar demoradamente, tão lindo e original aquella imitação de madeira, com seus entalhes delicados, similhantes a lavores femininos. Tres são as portas do gabinete—tres maravilhas, com a mais escrupulosa correcção de linhas, côres homogeneas das paredes e tecto. Emfim, as obras de arte contidas nos paços do concelho de Lisboa honraram a capital, e podem confrontar-se victoriosamente com o estrangeiro, em paizes mais ricos do que o nosso.

No pavimento superior funccionam varias repartições de serviço municipal, bem como no inferior, onde está a repartição das licenças.

Se interiormente a camara municipal se deve considerar de supremo valor, a construcção externa está nas mesmas condições, os seus marmores, trabalhados com mão de mestre merecem a attenção de nacionaes e estrangeiros. Lá dentro a cupula magestosa esparge multiplas espiraes de luz pela galeria, e precipita-se pelas escadarias, convidando ao exame minucioso das bellezas de cada peça; cá fóra, o sol rutilante do nosso bello clima peninsular incide sobre as delicadas minucias architectonicas, com o orgulho de quem sentisse uma parte do seu ser no harmonico conjuncto da obra collossal.

Bem digno de menção é o pelourinho, constante de um monolitho, que tem causado admiração aos entendedores.

Está cinzelado com perfeição e destaca-se perfeitamente da maior parte dos monumentos do seu genero.

No entanto a maior belleza do largo dá-lh'a o palacio municipal, com a sua magestosa fachada adornada de estatuas e lavores de subido valor.

E' verdade que custou carissima aos municipes, mas sequer é-lhes motivo de justissimo orgulho.

Adiante da rua do Arsenal, onde temos o caes do Sodré, e a praça dos Remolares, parece ter havido em eras passadas logares designados para os trabalhadores carpinteiros de remos, denominados remoladores. Como encontramos ao entrar na vida a praça com este nome, e a rua que n'ella começa, demos algumas explicações sobre a palavra, antiquada na sua applicação, e conservada sem que algumas pessoas lhe conheçam sentido.

Remolar não foi substantivo originariamente portuguez. Vem do catalão, e tambem os francezes chamavam *remolards* aos carpinteiros de remos.

D. Affonso V, em carta regia datada de 1463, nomeia Alvaro Fernandes, morador em Villa Nova—Porto, *remolador* na mesma cidade, em substituição de João Dias, *remolador* fallecido

N'este documento se lê que a nomeação de el-rei é baseada em o terem informado de que o nomeado tem habilitações — *Porquanto nos foi dicto que era boom carpinteiro*, etc.

Em outra carta da mesma procedencia, escripta em Evora em 1473, é nomeado Gonçalo Fernandes *remolador* por motivo do trespasse de Alvaro Fernandes, do mesmo officio.

Assim é que, sem n'isso se pensar, conservamos memoria de antigos operarios, obscuros e humildes, em plena civilisação do nosso brilhante seculo.

Quão diverso, porém, era aquelle sitio!

Nem bellos arruamentos, nem praça regular existiam n'essa época. Um pedaço de terreno á beira-Tejo, irregular, sem belleza, onde homens rudes, vivendo affastados das aspirações que tanto agitam os seus confrades da actualidade, trabalhavam sol a sol n'um embrutecimento estoico, até que as torres das egrejas, tangendo Ave-Marias os faziam descobrir-se e orar,—eis o que ali se observava cada dia util.

Caes do Sodré se chamou o logar do antigo embarque, não sabemos a que proposito. Sodré foi appellido de um cavalleiro inglez, Fradique Sodré, vindo a Portugal no reinado de D. Affonso V. Este o cumulou de favores, e um seu filho, Duarte Sodré, foi alcaide-mór de Thomar, e vea-

dor da casa de el-rei D. Manoel. No reinado d'este feliz monarcha, Vasco Gonçalves Sodré, não sabemos se irmão ou filho do precedente, povoou a ilha Graciosa.

Não se havendo celebrisado por qualquer motivo, não achamos rasão justificativa do nome d'esses individuos memorado no caes, no entanto ficou assim.

A praça dos Remulares, onde está erigido o monumento do valente general de D. Pedro IV, o heroico duque da Terceira, é um lindo largo, em frente do qual se desenrola o nosso caudaloso e soberbo Tejo.

D'este caminho retrogadaremos em direcção do Rocio. Em outra altura iremos investigar do que eram em épocas anteriores a D. João III estas subidas que hoje ligam o caes do Sodré com a cidade alta.

Assim é que nos dirigimos de novo á antiga rua Nova, pouco mais ou menos a nossa rua dos Capellistas, que tinha de largura, lado a lado 13m,20. Este era o principal arruamento de Lisboa, e de todos o que apresentava maior luxo e variedade. Nenhuma outra rua existia então que pudesse chamar-se larga, e conhecido ficou o estado de immundicie em que os antigos mantinham a cidade; basta recordar que, não havendo canalisação todos os despejos se faziam para as ruas e praças publicas.

A rua Nova constituia o encanto de nossos avós. Mandou-a construir el-rei D. Diniz, e chega a admirar como lhe deu tão espaçosa área quando o usual estava moldado nas ruas, ou antes viellas, do bairro de Alfama. Quem quizer formar idéa do que era Lisboa nos antigos tempos dê-se ao trabalho de percorrer aquelle dédalo de beccos emmaranhados, estreitos, que de um a outro lado dos predios se podem tocar as mãos os moradores, e privados dos benéficos raios do sol. A gente fica a scismar na existencia das familias, na infancia das creanças, no entardecer da vida dos velhos, ali dentro de casinhotos sem a minima condição hygienica, mas ainda menos comprehende que se conserve em uma capital moderna similhante vexame para a civilisação.

O camartello do progresso, que de ha cincoenta annos para cá tem derrocado tanta velharia e inutilidade, ainda não ousou entrar por similhante labyrintho de miserias, a fim de que a luz do seculo illumine aquelles antros.

Temos ouvido que a tolerancia tem por motivo ser o bairro habitado por gente proletaria, e em numero consideravel, e que, não havendo essas familias meios pecuniarios para pagarem rendas maiores por ali se deixam viver.

Eguaes considerações impediram longo tempo o arrasamento dos casebres do Loreto, o que não obstou a que, varridos esses miseraveis fócos de desmoralisação, quem lá habitava encontrasse modo de continuar a ter abrigo.

Além do que aos poderes administrativos competia resolver o problema. De tanta vez que se tem fallado na edificação de bairros para familias pobres, já podia existir alguma coisa n'esse sentido.

O bairro de Alfama, pela proximidade do arsenal do exercito e suas dependencias, pelas fabricas de tabaco, de botões, de chumbo, e officinas do caminho de ferro, presta-se ás conveniencias de milhares de operarios de ambos os sexos que lá habitam, e portanto devia ser reconstituido em condições novas, offerecendo garantias de hygiene aos seus moradores e deixando de ser uma nódoa na nossa formosissima Lisboa.

A rua Nova foi aberta no anno de 1310. Ali se encontrava quanto de melhor e mais elegante havia na época. Riquissimos estabelecimentos a ladeavam, e depois da descoberta da India não haveria nos paizes europeus outra rua que lhe fizesse inveja.

As sedas e porcellanas da China e do Japão, preciosos charões, objectos de adorno vindos d'aquelles povos, tão admiraveis no bom gosto e perfeição dos seus objectos de arte, deslumbravam os olhos dos transeuntes. Toda a *élite* da sociedade pretérita se reunia na rua Nova, tal como hoje no Chiado. Nem lá faltavam os intellectuaes da época, em procura de livros, visto que n'aquelle sitio estavam estabelecidas as melhores livrarias.

Tal era a rua Nova, cujo local, em parte, é occupado pela rua Nova d'El Rei—vulgo, rua dos Capellistas, a qual é ainda hoje a mais bonita rua da baixa.

Pelas tortuosas ruas e beccos que formavam a rêde entre o Terreiro do Paço e o Rocio, se ia desembocar a esta praça, que no tempo a que nos referimos não tinha a área actual nem tão pouco a sua configuração. Do lado da rua do Principe eram os predios acanhados, sem methodo na construcção, e do lado opposto era a magnifica frontaria da egreja do hospital de Todos os Santos.

No tôpo da praça ficava o palacio dos Estáus, que serviu de tribunal da inquisição, e a meio do largo elevava-se um bonito chafariz chamado de Apollo. Este chafariz passou depois para a Guia onde a geração de hontem o conheceu.

Era um logar de mercado, havendo varios commercios estabelecidos por debaixo da arcada do hospital, que corria contigua á egreja até ás alturas da actual rua da Bitesga. No largo armavam toldos e vendia-se ali hortaliças, fructas e varios generos de comestiveis.

Algumas corridas de touros se deram tambem no Rocio Em 1647 foram até bastante numerosas.

Corria a fina flôr da mocidade a esses divertimentos, os quaes deviam ser mil vezes perigosos do que o são hoje, pela ausencia de precauções, pois os homens de então levavam a natural valentia aos limites da temeridade. A ultima corrida dada n'este local foi quatro mezes antes do grande terremoto de 1755.

Reconstruida a cidade, o Rocio, ampliado, tornou-se uma formosa praça, e o marquez de Pombal, avêsso ás touradas, comprehendeu a perigosa inutilidade de consentir o barbaro espectaculo no ponto mais concorrido da cidade, que obrigava portanto os indifferentes a correr-lhe os riscos. Foi por isso que ordenou a construcção da praça do Salitre, a qual mais tarde serviu de praça equestre, quando se levantou a extincta praça do Campo de Sant'Anna, onde os afficionados da geração passada tão boas tardes passaram nos tempos de primorosos artistas como o celebre João dos Santos Sedvem e outros.

O Rocio dos antigos tempos apresentava portanto um aspecto inteiramente diverso. Além das corridas de touros tambem se ali fizeram muitas cavalhadas, torneios e cannas, com assistencia de povo que assim desopilava o espirito das amarguras de cada dia.

E para contraste das humanas loucuras n'essa mesma

praça se accenderam centenas de fogueiras, onde pobres victimas do odio e da intolerancia expiavam os *crimes* do talento, da coherencia e da illustração!

E era ali, do lado oriental, que estava o hospital de Todos os Santos—isto é, a piedade christã a par da tyrannia de um fanatismo que insultava o Evangelho consagrado pela alma divina do martyr da confraternisação universal!

Este magnifico hospicio merece referencia especial, e pena é que d'elle não ficasse bem conhecida a disposição e plano interior.

Fundou o D. João II. No seu tempo havia varias casas de tratamento de enfermos, mas sem administração séria, nem direcção clinica que inspirasse confiança. Na maioria dos casos os rendimentos d'essas pseudo-enfermarias aproveitavam mais a quem os administrava do que aos desventurados a quem eram destinados.

D. João II, informado do abuso, e mal humorado com a deshumana conducta dos expoliadores, obteve uma bulla do papa, a fim de reunir os rendimentos de todos os hospitaes dispersos, e custear assim as despezas de um só hospital, bem organisado e dirigido.

No dia 15 de maio de 1492 o proprio monarcha lançou a pedra angular do edificio, bem como varias moedas do seu reinado, tanto de ouro como de prata.

Durante a sua vida se andou trabalhando na construcção, mas só no reinado do seu successor, nove annos depois, ficou concluido.

A fachada do hospital deitava para a rua das Gallinheiras, que já tinha este nome n'aquella época, e, partindo do logar onde fica o predio da esquina da rua do Amparo, corria em diagonal até ao logar da praça da Figueira que faz esquina para a rua da Bitesga.

Tres longas galerias assentavam sobre aboboda, e n'ellas estavam as primeiras enfermarias. Estas galerias desembocavam junto do altar da capella-mór da egreja voltada ao Rocio, a qual descançava egualmente sobre abobodas, á altura de um primeiro andar. A escada d'este lado tinha vinte e um degráus, dos quaes o do fundo era da largura de 21^{m},89 até á parede. Na subida iam diminuindo de grandeza, até que o ultimo communicava com um taboleiro quadrado com 10^{m},70 de lado.

O risco do edificio contornava-se em cruz de braços eguaes, rematando-lhe os quatro angulos, outros tantos grandes claustros, e uma horta soberba, onde as aguas abundantes alimentavam constantemente dois formosos tanques.

Ao lado d'esta horta havia uma enfermaria destinada a religiosos capuchos.

O braço da cruz que deitava sobre o Rocio era a egreja, riquissima não só nos materiaes que a formavam como tambem em objectos de arte e paramentos. A entrada era feita com o esmero de architectura que marca o apogeu da grandeza do seculo de D. Manuel. Ostentava a porta principal os mais delicados trabalhos do estylo gothico floreado, e entre festões de custoso rendilhado, surgiam triumphantes os *pelicanos* de D. João II, e a symbolica esphera armillar do glorioso D. Manuel.

Como se comprehende o edificio occupava amplissimo campo. As enfermarias em numero consideravel estavam dispostas por ordem com quantos cuidados e medidas hygienicas eram conhecidas no tempo.

Segundo informações de auctores contemporaneos os enfermos encontravam ali delicados carinhos e todos os medicamentos, sem exclusão dos mais caros.

De resto avalia se das condições em que eram mantidos os enfermos ao saber-se que os rendimentos do hospital ascendiam á verba de quarenta contos de réis, representativos do triplo no nosso tempo.

Este importante edificio foi destruido por um violento incendio que lhe arrasou quasi metade. O panico produzido por similhante cataclysmo é facil de conceber. D'este sinistro escapou a parte que tinha o templo, com certa alegria da população, que assiduo frequentava as brilhantes festas do culto que lá se realisavam e que sobrelevavam a todas em Lisboa.

Reparados os damnos continuou o hospital a desempenhar a sua alta missão durante cento e quarenta e nove annos; no dia 10 de agosto de 1750 novo incendio se manifestou ali, e d'esta vez muito peor do que da primeira.

Nem tempo houve de soccorrer tantos desgraçados que lá dentro curtiam dôres e deliravam em febres perigosas. Não faltaram victimas n'essa medonha hecatombe. Uma só enfermaria ficou incolume, e além d'esta a porta principal do templo, e as paredes e escadas por serem de pedra.

Foi total a destruição, e incalculaveis os prejuizos!

A consternação publica, tristemente justificada, devia tocar o cumulo, em especial para quem tinha parentes ou amigos entre os enfermos, e não podia constatar se estariam entre as victimas.

Não se tratou de reconstruir o edificio, nem tão pouco sabemos onde se alojaram os doentes. Para ali ficou aquelle montão de ruinas, até que o terremoto concluio a obra encetada pelo fogo.

Reconstruida a cidade foi o hospital substituido pelos predios que correm esse lado da praça, apenas com a delineação recta horisontal que o anterior edificio não tinha.

Não sendo rasoavel que em praça tão bonita qual o novo Rocio se armassem barracas de vendas ou lugares de mercado, foi por essa occasião construida a praça da Figueira ponto central então, porque ainda se não havia alargado a cidade para os arrebaldes.

Não foi este mercado de principio tal como o vemos. Embora o espaço seja egual, a construcção outra era.

Um quadrado de abarracamentos de madeira orlava a praça descoberta, e calcetada, inteiramente desembaraçada de mezas fixas. Logo de madrugada era enorme a faina que lá se observava Cada qual carregava com a sua banca ou coisa que o valesse, e ia armar a venda no lugar marcado, já se vê, mediante determinados emolumentos cobrados pelo empregado do fisco municipal. Enormes guarda-soes de lona ou lã ou panninho cobriam o logar de cada vendedor, sendo-lhes abrigo contra os ardores do sol e os incommodos da chuva.

Foi em o nosso tempo já que a camara municipal de Lisboa fez construir a bella praça da Figueira em termos de não envergonhar a cidade, ainda que, verdade verdade, melhor haveria feito transferindo-a para outro local, menos frequentado de quantos estrangeiros veem aqui. Por muito que seja o cuidado da limpeza não se evitam

completamente as emanações nauseabundas do conjuncto de hortaliças e animaes diversos, que uns vivos, outros mortos, abundam nos *logares* destinados a este genero de venda.

No entanto o mercado está, não só elegante, como ricamente construido, com as barracas transformadas em estabelecimentos alegres, limpos, as mezas ambulantes substituidas por outras de fina pedra, dispostas symetricamente, e symetricamente intervalladas. Todo o recinto é abrigado pela cupula, primorosamente feita de ferro e vidro, com uma notavel elegancia de fórma, crédora de todo o louvor. Até os largos portões de ferro gradeado são dignos de reparo.

O mercado da praça da Figueira marca uma época de extraordinaria actividade da camara municipal. Lisboa deve muito a essas vereações que lhe deram embellezamentos e melhoraram as condições hygienicas. Muito fez o immortal Sebastião José de Carvalho e Mello, mas com certeza ficaria deslumbrado se lhe fôra dado volver novamente á existencia, e vêr a sua cidade bem amada.

Além d'este mercado temos o mercado do peixe, no Aterro, tão notavel pela construcção quanto pelo aceio.

Voltando ao Rocio moderno repararemos que pouco mais ou menos no logar do vetusto chafariz de Apollo está erecto o monumento do fundador do constitucionalismo em Portugal.

A primeira pedra d'este monumento foi lançada no dia 15 de setembro de 1821, por D. João VI, e seus filhos D. Miguel e D. Sebastião, cerimonia realisada por deliberação das côrtes, para commemorarem a constituição de 1820.

Proseguiam as obras com vagar, de modo que em 1823 a constituição cahia aos golpes reaccionarios, e era substituida por outra que trazia o sêllo do charlatanismo mais hypocrita.

D. João VI, pobre homem com muito mais amor ao *rizo corpinho* do que á nação, concordou com tudo, e apressou-se em mandar destruir a parte do monumento, para que tinha lançado a primeira pedra tres annos antes.

Com isto se satisfizeram os adversarios da obra de Fernandes Thomaz, dedicado patriota a quem a morte recente evitara o fundo desgosto de vêr assim adulterada a obra a que dedicara o melhor das suas crenças e actividade.

Logo a seguir tivemos os acontecimentos revolucionarios que tantos males occasionaram ao paiz. D. Miguel, fazendo-se acclamar rei absoluto em 1828 não se occupou de monumentos, nem certamente os mandaria levantar aos adversarios das suas opiniões.

No entanto a ideia liberal não foi destruida pelos maleficos planos do Pina Manique e do conde de Basto; o trabalho do despotismo era contrariado pela acção sempre crescente da liberdade intemerata. Os grandes movimentos sociaes teem de notavel que, uma vez acceites ou perfilhados, hão de seguir seu rumo natural, pela força dos principios postos.

Se os que os acceitaram tentam mudar-lhes o curso conseguem apenas augmentar a força á corrente, e esta, mais caudalosa e revolta arrastará os obstaculos, e obedecerá simplesmente ao homem assás energico que saiba e ouse pôr-se-lhe na vanguarda.

No caso presente esse homem foi D. Pedro IV. Chegou ao justo, no periodo que o reclamava, e comsigo trazia o esforço energico da evolução historica que vinha transformando pela Europa.

D. Pedro teve, sem duvida, defeitos, como todos teem, mas injusto seria negar-lhe qualidades, raras em individuos da sua esphera.

Se é verdade que em apoio das suas pretenções ao throno muito sangue foi vertido na terra da patria, tambem o é que não se eximiu elle a que das suas veias algum viesse regar a seára da liberdade.

Valente foi, e não envergonhou a causa que proclamava. Sabe-se que a sua attitude no cêrco do Porto, e em outras jornadas sangrentas póde aquilatar-se pelo heroismo indiscutivel. O nome de rei soldado não lhe foi applicado ficticiamente porque o conquistou na pratica de acções honrosas.

A rede tenebrosa que o absolutismo armou pelo paiz, rompeu-a triumphante o exercito liberal, de tal sorte que a morte de D. Pedro IV não poz em chéque a sua obra, com quanto se lhe seguisse o periodo mais ou menos agitado que até á proclamação do acto addicional trouxe em sobresalto o partido cartista.

Claro que não havia ensejo para se cuidar da edificação de monumentos, tão necessaria se tornava a mais rigorosa vigilancia sobre as impaciencias de uns e breves desillusões de outros. Em 1852, pacificados os animos e cançados os insoffridos, entrou a nação na longa paz que a levou ao estado de somnolencia que a acompanhará até ao final. Então accordou na consciencia de D. Maria a ideia de perpetuar a figura historica d'aquelle a quem devia a vida e a corôa.

Presente ás côrtes o projecto de erigir um monumento á memoria do libertador, foi logo deliberado que se escolhesse o Rocio, e o local do anterior monumento abortado.

Em 8 de julho de 1852 a rainha com as camaras e mais dignitarios, lançaram a pedra angular da memoria, proseguindo as obras viu-se que o desenho era tudo quanto existia de mais desengraçado e mesquinho, e com um feitio tão caricato que o povo começou a designal-o pelo — *galheteiro do Rocio*. Pararam os trabalhos; o governo mandou desmontar o que estava feito, e as pedras foram acarretadas para o pateo do Regedor.

No anno immediato falleceu D. Maria II, sem ter visto aquelle seu desejo cumprido.

Annos a fio estiveram as pedras no local indicado, sem que ninguem mais pensasse em applical as ao fim para que foram destinadas. Em 1870 lançou o governo olhos piedosos sobre o *galheteiro* e resolveu acabar com aquella mancha no bello largo, transformando o desgraçado projecto em um monumento digno da intenção e do heróe a quem se dedicava Um engenheiro francez, mr. Dabieux, fez o risco, que mereceu a approvação official. Outro artista da mesma procedencia, o esculptor Robert, tomou a seu cargo a parte esculptural, e a construcção ficou sob a direcção do architecto portuguez, Germano José de Salles. Concluido, viu se que nada de incorrecto ou amesquinhado se notava ali.

Na base do monumento quatro figuras, representando as quatro virtudes cardeaes, chamam a attenção para o bem esculpturado, e harmonia de proporções plasticas. Em cada

face do pedestal, quadrangular, ha quatro escudos contendo as armas das principaes cidades portuguezas. São dezeseis brazões em relevo, correctos e explicitos, de custosa pedra.

Cada lado tem a sua inscripção em lettras de bronze. A do lado norte diz—*Outorgou a carta constitucional em 29 de abril de 1826*

A do sul—*A D. Pedro IV, os portuguezes, 1870*

Do lado este—*Nasceu em 21 de outubro de 1798*

Do lado do poente—*Falleceu em 24 de setembro de 1834*

Sobre o amplo e bello pedestal levanta-se a columna, alta e elegante, em cuja base vemos um bello baixo-relevo com as figuras da Fama, ligadas entre si por festões pendentes das mãos.

Sobre a columna marmorea, dominando a praça, está a estatua do rei soldado, erecta e magestosa. E' fundida em bronze, e empunha a carta que apresenta ao espaço.

D'esta bonita e historica praça, tão cheia de recordações ora alegres ora sinistras, iremos directamente ao bairro alto, interessante sob varios aspectos, e onde tambem enxameam memorias de tempos idos.

Tomaremos o caminho mais rapido, comquanto seja o mais violento. A' direita deixaremos o trajecto da Avenida da Liberdade, grande obra moderna que tanta importancia e belleza deu á nossa Lisboa, e á esquerda nos não prendem agora a attenção os ricos arruamentos, onde o commercio tem as suas lojas de modas e outros artigos, capazes de sustentar confrontos com outras de cidades mais populosas da Europa.

Subindo a antiga calçada do Carmo, não se imagine que sempre ella se apresentou qual hoje. Todo aquelle sitio se acha transformado, e isto recentemente porque não vae além do começo da nova e opulenta estação da via ferrea da Avenida.

Do principio da calçada ao alto das escadinhas de pedra, que no momento em que escrevemos estas linhas está sendo demolida para se reconstruir, era tudo em declive, a ponto que por motivo do desaterro foram os predios do lado esquerdo, junto da mesma escada, supportados por meio de arcos abobadados, e assim ficaram as lojas na altura de primeiros andares, e a parte inferior, que não passava de caboucos, transformou-se em estabelecimentos actuaes no predio.

Do lado opposto corria um renque de casas, que deitavam para o largo onde estacionam hoje alguns trens, ao lado da estação, e parte era occupado pelo palacio e pateo vaccinogenico.

Entre os predios demolidos, que aliás nada offereciam digno de reparo, havia alguns estabelecimentos, e tambem um botequim popular.

Estas pequeninas lembranças, que nenhuma importancia teem para os que *chegam*, trazem sempre, nem se sabe porquê, um cunho de melancolia. Ninguem, medianamente sensato que seja, se atreverá a negar os beneficios do progresso, nem commetterá a loucura de dizer que as antigas condições de hygiene publica e construcção da cidade eram superiores ás actuaes, mas ha como que uma saudade indefinida pelo passado, cousas que nossos olhos viram na infancia, logares em que démos os primeiros passos pela mão de nossos paes, recordações de annos que não volvem, e que nos teem sulcado a vida de desillusões e dolorosas magoas.

No ponto em que se acham as escadarias da calçada do Duque, bifurcava-se a calçada do Carmo, e nós iremos investigar a subida pelas escadarias, ao cimo das quaes se encontra o largo de S. Roque. Lá estava a velha torre de Alvaro Paes, ao lado da Porta do Condestavel.

Se os homens de 1480 pudessem voltar ao mundo, e fossem levados ao actual largo de S. Roque, julgar-se-hiam victimas de algum sonho... Ainda no reinado de D. Manuel não existia por alli mais do que oliveiras, mas essas soberbas, vestindo completamente o planalto e o declive do monte, rua de S. Roque abaixo. De notavel ali, havia a enorme propriedade rural dos Andrades, opulenta familia proveniente de cavalleiros gallaicos. Era tal a extensão dos seus terrenos que abrangia toda a área do bairro alto. Habitavam a casa que está entre a travessa da Agua de Flôr e a rua do Gremio Luzitano, ao cimo da calçada da Gloria, que no tempo a que nos referimos não tinha casas ainda, e era coberta de arvoredos.

O enorme predio encarnado dos Andrades, deitava para a estrada dos Moinhos de Vento, e devia apresentar soberbo ponto de vista, porque estava desaffrontado completamente, visto que a egreja lhe é posterior embora quasi equéva.

Na rectaguarda ficavam-lhe os campos extensos, viridentes e cultivados das suas propriedades. Da abastança com que viviam esses proprietarios julga se pela simples vista do predio, hoje occupado por varias e numerosas familias, tendo serventias para os quatro lados.

Os baixos, onde era o pateo amplissimo do palacio, foi dividido em estabelecimentos de differentes generos, entre elles a antiga casa de modas dos Cunhas, que occupou o predio transformado em ministerio no tempo em que o sr. conselheiro João Arroyo foi ministro, e actualmente aproveitado para séde da direcção dos caminhos de ferro do sul e sueste. Tambem no vetusto solar dos Andrades está um grande bazar, um dos melhores de Lisboa, estabelecido ha alguns annos.

Em 1505, uma peste assolladora invadiu a capital, pondo em consternação todas as pessoas que não podiam fugir. Tão numerosa era a mortandade que nem lugar restava nas egrejas para recolher as victimas da epidemia. Não era uso então enterrar os fieis fóra d'esses logares, mas houve de romper com a rotina e enterral-os em outro sitio. Nenhum pareceu mais apropriado do que o largo de S. Roque, onde havia uma ermida d'esta invocação. Mandou portanto a camara que junto á muralha se abrissem covaes para receberem os mortos.

Outros cemiterios se abriram em pontos varios, e como nem assim mesmo fossem em numero sufficiente, a camara ordenou que os escravos fallecidos de peste fossem lançados aos poços, e sobre elles se lançassem grandes porções de cal virgem.

Má visinhança tinham então os Andrades, mas nem assim deixaram de habitar a sua bella casa, tão admiravelmente situada.

No entanto os devotos visitavam a capella, e com a san-

ta crença da sua época attribuiam a decadencia da medonha peste á intervenção do bom santo.

De fama em fama breve se encheu Lisboa dos milagres de S. Roque. Por essa época entravam na grande arena social os jesuitas, já conhecidos de outros paizes, e bem amados da monarchia portugueza, que lhes prodigalisava vasta copia de favores. Sabe-se que D. João III, fanatico em extremo, empregava o melhor do seu tempo em privar com os sectarios de Loyola e de Torquemada. Em 1553, animados pela rapida ascendencia que iam ganhando, os jesuitas tomaram conta da capella de S. Roque, a fim de n'ella fundarem o seu collegio. A ermida era tida em grande veneração, como as reliquias que o senado da Senhora de Veneza tinha enviado a el-rei D. Manuel. E' portanto bem entendido que melhor não poderiam escolher os membros da Companhia de Jesus, para estabelecerem a sua primeira casa professa de Lisboa, onde ainda a não possuiam, comquanto em Coimbra e Porto a tivessem desde algum tempo.

Com D. João III tratou o padre commissario Jeronymo Natal, e acolhido benevolamente escolheu sitio, com a intenção de comprar terrenos adjacentes que muitos e feracissimos por ali havia, e não cotados muito alto. De resto a boa qualidade de ares, desafogo de vista, e proximidade da povoação eram outros tantos motivos de preferencia.

Os irmãos da confraria de S. Roque é que não gostaram da tentativa, e por isso lhe oppozeram resistencia tal que não havia conciliação possivel. Appellaram os de Loyola para el-rei, e este, usando de toda a sua preponderancia, lá os poz ás boas, com a clausula de que os jesuitas manteriam uma capella de S. Roque, mas sem n'ella terem jurisdicção, pois ficaria perpetuamente sob a administração da confraria.

Tomada posse da ermida os proprietarios foram logo tratando de a alargar, construindo-lhe em volta pequenas casas de habitação. Com a assistencia dos padres da companhia mais ainda era concorrido o sitio, porque a fama do seu saber e virtudes andava na bocca de toda a gente.

D. João III quiz edificar-lhe um templo amplo, e n'elle depositar os tumulos onde haviam de recolher os restos mortaes do seu corpo, e do de sua esposa, e n'esse intuito comprou terrenos para a cêrca do convento. Motivos de qualquer especie se oppozeram a essa resolução, mas ainda assim as dádivas valiosas com que contemplou os padres da Companhia foram base capitalista da actual egreja. Começaram-n'a em 1566, e segundo o primitivo plano devia ter tres naves. Como porém se notasse que assim ficaria muito pouco clara, e que os prégadores teriam grande difficuldade em fazer-se ouvir de todos os fieis, mandaram os jesuitas proceder a novos estudos, e resolveram que a egreja ficaria de uma só nave.

Grande actividade se pôz em campo, e segundo chronicas da época toda a Lisboa concorreu a auxiliar os trabalhos.

As damas das altas classes tinham como piedosa romagem irem com as suas delicadas bilhinhas levar gotas de agua aos pedreiros, e os grandes magnates e janotas porfiavam em prestar serviços microscopicos, mas significativos na intenção.

O architecto, o mesmo que delineou parte dos paços da Ribeira, e as obras de reconstrucção em S. Vicente de Fóra, chamava-se Filippe Terço, e gosava de fama de competencia sem rival n'esta ordem de trabalhos. O corpo da egreja comprehende $40^{m},72$ de comprimento, sobre $18,^{m}4$ de largura, e a capella-mór apresenta apenas um fundo de $5,^{m}0$ sobre $7^{m},5$ de largo.

Breve se celebrisaram os officios divinos da egreja de S. Roque. Toda a fina flôr da aristocracia a ellas concorria, e de casa da familia Andrade as damas sahiam, recatadas e piedosas, a gosar a excellente musica das laryngeas da collegiada.

Muito tem que vêr e admirar a historica egreja. Logo a primeira capella da direita nos apresenta dois bellos quadros de Bento Coelho da Silveira, afamado artista portuguez. Representam elles a Ascenção e a Resurreição de Christo.

Na capella a seguir, tambem do mesmo lado ha uma esculptura de S. Francisco, com razão reputada primor artistico, e dois quadros de auctor desconhecido que honram a palheta do pintor que os produziu. Um d'estes quadros representa el-rei D. João III no meio da sua côrte dando a audiencia de despedida ao benemérito S. Francisco Xavier, quando este partiu para a India, em 1541 a fim de prégar o Evangelho no Oriente.

O outro mostra o pontifice Paulo III, no acto de enviar para Portugal os primeiros religiosos da companhia de Jesus, em 1540.

Não se calcula, sem vêr-se, a belleza do conjuncto de figuras! Quem desejar conhecer os trajes do seculo XVI, com todos os seus minucidentes caprichos, deve estudal-os ali, n'aquelles preciosos quadros, de mão de mestre.

E' a terceira capella dedicada a S. Roque, e lá tem um quadro pintado em madeira, por Gaspar Dias, o mimoso e genial pintor que honrou a arte portugueza.

Na quarta capella, que é do Santissimo, ha dois quadros, representando a Virgem, primorosamente pintados por Bento Coelho, um dos mais nomeados artistas da pintura portugueza como acima enumeramos.

Devem notar-se com egual attenção os quatro quadros da primeira capella que fica á esquerda. Dois estão aos lados; representam o nascimento de Jesus, e a adoração dos reis magos. Os outros dois ficam ao fundo da capella e apresentam o menino entre os doutores, e o repouso no Egypto. Estes são de José de Avellar Rebello, celebre pintor de ha perto de trezentos annos, e os dois primeiros foram obra de José Reinoso, tambem assás considerado.

A esta capella segue-se a de Santo Antonio de Lisboa. Dois magnificos quadros n'ella se nos offerecem. Um é a scena da prégação aos peixes, e no outro vêmos o thaumaturgo implorando auxilio á mãe de Jesus contra as tentações demoniacas. Diz-se tudo d'estes dois admiraveis trabalhos desde que se diga que o seu auctor se chamou Vieira Luzitano.

Na terceira capella destaca-se vantajosamente um interessante quadro da Mater-Dolorosa.

Segue-se a capella de S. João Baptista, cuja riqueza e formosura não tem rival em parte alguma.

E' uma das affirmações da magnificencia de D. João V,

que não hesitava em dispender dinheiro a rodo nas cousas da egreja.

O desenho do importantissimo sanctuario veio de Roma, onde o faustoso rei portuguez o encommendara ao grande architecto Vanvitelli, em 1740.

São de Manuci os admiraveis quadros de mosaico, justamente considerados como unicos no seu genero, tal é o aperfeiçoamento e inspiração que elles revelam. No que respeita a esculpturas, devidas a Giusti, nome celebre em obras de arte, apenas diremos que não destoam das restantes maravilhas do sanctuario.

Chegou a capella a Lisboa no anno de 1747, e mal se imagina o jubilo de D. João V em presença da extraordinaria opulencia do monumento. Verdade é que custara quatrocentos contos de réis, e outro tanto, que o rei de Portugal enviara ao pontifice Benedicto XIV, como esmola, para que Sua Santidade se dignasse sagrar a capella, em Roma, e n'ella rezasse a primeira missa. Oitocentos contos era uma continha bem bonita, mas não pareceu exaggerada a el-rei, cuja preoccupação perenne era mostrar-se de uma generosidade illimitada, embora o paiz soffresse as mais acerbas privações nas suas forças industriaes e intellectuaes.

E tanto que no anno immediato presenteou o mesmo pontifice com outros quatrocentos contos por lhe haver sido concedido para si e seus successores o titulo de *fidelissimo*... Vejam lá a quanto pode subir a cotação de um adjectivo superlativado, quando os povos não percebem cousa alguma da *grammatica* dos seus direitos.

Logo que se assentou a capella de S. João Baptista, el-rei, em um dos seus rasgos de generosidade, que orçavam pela loucura, deu-a aos jesuitas do collegio de S. Roque, com todos os seus paramentos e ornamentação.

Tanta era a opulencia do conjuncto, e de tão subido valor, que só o tapete, que ainda hoje serve em dias de solemnidade religiosa, custou vinte e oito contos de réis.

A capella de S. Roque póde e deve ser admirada pelos mesmos estrangeiros, porquanto não é facil que se encontrem obras do seu genero com tanta opulencia e sumptuosidade artistica. O altar de S. João Baptista merece os mais rasgados louvores, e é motivo de orgulho para o nosso mundo artistico. Infelizmente pouco ha quem lhe comprehenda o valor esthético, porque a educação intellectual da nossa sociedade progride com a velocidade dos chorriões do tempo de D. João V.

No arco do cruzeiro ha quatro capellas, duas d'ellas encobertas pelo orgão.

Por cima corre-lhes um friso de pedra com uma tribuna a meio de cada arco das capellas. N'estas quatro tribunas estão rasgadas amplas janellas envidraçadas. No intervallo das tribunas, nas quaes podem accommodar-se seis pessoas, ha dezeseis paineis referentes á vida de Ignacio de Loyola.

Pela parte inferior do côro estão os retratos de D. João III e de D. Catharina, sua esposa. Suppõe-se que foram pintados por Antonio Môro, notavel pintor estrangeiro.

Tal é a importancia do templo, pela parte interior. Exteriormente não offerece trabalhos de mérito. O adro era muito maior na primitiva do que o vêmos, e chegava a meio do largo.

Pelo tempo em que se fundou o templo existia a torre de Alvaro Paes, e desenrolavam-se os ubérrimos terrenos cultivados dos Andrades, e outros incultos do lado da vertente para o Rocio e actual Avenida, que era então Valle Verde.

Logo que os jesuitas e empregados do collegio se estabeleceram nas casinhas para esse fim construidas, outros habitantes começaram a estabelecer residencia no sitio.

A casa mais antiga do largo, afóra a dos citados proprietarios, era a que defronta com a frontaria da egreja, onde funccionam as officinas do «Diario Popular».

Vendo a affluencia que ia tendo o local, e havendo-se feito partilhas por motivo do fallecimento, os proprietarios da enorme herdade do bairro alto começaram a vender porções de terrenos, que breve se encheram de predios.

A breve trecho se povoou o sitio, a que se deu o nome de Villa Nova de Andrade. Delinearam-se as ruas, e as grandes propriedades dos opulentos lavradores foram recortadas em todos os sentidos. E' de notar que a influencia local se fez sentir no bairro nascente, como para perpetuar-lhe a origem.

Assim temos ali as ruas do Alecrim, do Carvalho, (hoje Luz Soriano), do Jasmim, das Parreiras, travessa da Agua de Flôr, etc.

A rua da Atalaya, pelo que melhor se deprehende, deve ter sido logar de alguma *atalaya*, na muralha de D. Fernando. Era soberbo ponto de vigia, porque dominava todo o valle de Alcantara até á encosta do monte da Estrella.

A torre de Alvaro Paes existia ainda de pé, mas bastante arruinada no tempo em que se fez esta transformação no largo de S. Roque e todo o bairro Alto.

Quando D. Sebastião a deu, com parte da muralha, aos descendentes de Vasco da Gama nem parecia o que fôra a velha torre do denodado patriota a cuja lealdade tanto deveu o glorioso mestre de Aviz.

Nas obras do palacio aproveitou-se o material da cortina da muralha, que foi demolida, ficando intacto o cubello, por expressa determinação dos condes da Vidigueira. Esse palacio serviu, que já o dissemos, de installação patriarchal e de theatro.

Antes de 1836 o largo estava atulhado de casebres da primitiva edificação dos jesuitas, e alguns feitos á pressa depois do terramoto de 1755. N'esse anno a camara municipal resolveu abrir a rua que d'este largo parte para a Trindade, para cujo effeito tinha de demolir os casebres e os restos da torre de Alvaro Paes.

Todo o terreno occupado por estas arruinadas edificações, comprehendendo o palacio dos descendentes de Vasco da Gama, tinha sido adquirido pelo dr. Francisco José de Caldas Aulete, contador da relação de Lisboa, por aforamento feito ao marquez de Niza, herdeiro e descendente do grande descobridor da India.

Em nome da utilidade publica procedeu a camara á intimação legal para que o foreiro demolisse tudo quanto aforara, dando lhe como indemnisação a pedra de cantaria e alvenaria que proviesse das demolições, e os sobejos da agua do Carmo.

Caldas Aulete andava n'essa occasião a edificar o seu bello predio da calçada do Duque, que actualmente está occupado pela Escola Academica, pelo que lhe foi de gran-

de utilidade a indemnisação, lavrando-se a competente escriptura em 17 de maio de 1837.

Breve se começou a apear a muralha, e com ella se foram os restos da torre histórica, reliquia dos tempos heroicos.

Caldas Aulete houve profundo desprazer n'aquella perda, e não podendo conservar tão cara memoria quiz, se quer, conservar parte da muralha no lanço mais alto, e que lhe entrava no jardim do palacio da calçada do Duque. Ficava esse lanço do muro mesmo em face da rua da Condessa, e como lá se abrisse a pórta da entrada, mandou o proprietario encimal-a com uma lapide onde se via gravado:

ESTE LANÇO DO MURO QUE EL-REI D. FERNANDO ACABOU EM 1413 FOI CONSERVADO E REPARADO POR FRANCISCO JOSÉ DE CALDAS AULETE, EM 1840.

Já dissemos que em frente d'esse predio houve na mesma época, um largosinho arborisado e ajardinado, que se podia considerar como um dos pontos mais bonitos e elegantes de Lisboa.

Do palacio ficou memorando o bom gosto e opulencia da construcção e mobilia. Não se avalia pelo que existe o que foi na primitiva o grandioso edificio.

Em 1852, posto em venda, comprou-o o sr. Florencio Ferreira, o qual lhe imprimiu nova feição com grave detrimento da construcção anterior.

Onde corre a grade esteve edificada uma casinha branca, alvejando por entre as arvores, ninho poetico onde o mimoso Gomes de Amorim, vate inspirado e glorioso, produziu alguns dos seus interessantes poemas.

Depois das obras a que o novo possuidor procedeu para accommodar o palacio á feição de collegio de internato, a lapide passou para o lado de dentro do muro, e o largo ficou reduzido ao que se vê, em razão da grade lhe tomar o espaço.

Desde então se estabeleceu ali a Escola Academica, que tem jus a considerar-se um instituto de primeira ordem, por onde teem transitado intellectualmente muitas notabilidades do nosso mundo litterario e scientifico. Superiormente dirigido pelo espirito cultissimo do seu illustre proprietario, possue um corpo docente auctorisado e zeloso, pelo que a fama d'esta escola se mantém no melhor conceito publico.

O antigo palacio dos marquezes de Niza foi adquirido pela companhia de carruagens lisbonénse, que lá se installou definitivamente.

O terreno em que está edificado já pertencia á familia do immortal heróe da India quando o edificio foi construido. Tinha sido aforado á camara, e d'isso havia documento no respectivo tombo, pelo theor seguinte:

«Tem esta cidade um chão em que está feito um pomar, cercado de parede e muro, junto do mosteiro de S. Roque, entre os claustros e o muro antigo da cidade, para a banda do sul, o qual foi aforado e encabeçado pela cidade emphatiota para sempre ao conde da Vidigueira, almirante, D. Francisco da Gama, com obrigação de pagar fôro, em cada anno, no dia de S. João Baptista, mil réis, e de laudemio, a quarentena do preço por que se vender, por escriptura feita por Christovam de Magalhães, aos 21 dias de julho de 1543.»

A este tempo se refere um livro de Miguel Leitão de Andrade, narrando que o sitio era ainda uma especie de monturo, onde havia de notavel apenas a enorme propriedade de Nicolau Altero, seu sogro, a qual quinta foi dividida em ruas, como outras d'aquelle bairro, que tudo foi da sua geração, desde fóra da porta de Santa Catharina até á Esperança, e do mar até aos moinhos de vento, além de S. Roque. Que tudo eram campos no anno de 1529, mas que os foram aforando em chãos, e abrindo ruas, com o nome de Villa Nova de Andrade, e que ainda no seu tempo assim se chamava ao terreno comprehendido entre a porta de Santa Catharina e a egreja das Chagas.

Diz tambem o mesmo importante chronista que a riquissima legitima d'esta herdade coube, em grande quinhão a D. Izabel de Andrade, casada com Vasco Pina, alcaidemór de Alcobaça, matrimonio feito por empenho de D. João III, mas de pouca duração porque a herdeira dos Andrades enviuvou cedo.

O mesmo rei tornou a casal-a com Martinho da Cunha, grande senhor da côrte, para quem passou metade da fortuna de D. Izabel por fallecimento d'esta, sendo a outra metade partilhada pelos filhos.

Estes, de quem nenhuma fama correu na historia, eram mui devotos, e por pedido de D. Catharina, mulher de D. João III, cujos sentimentos religiosos tocavam os limites do fanatismo, deram o terreno para a edificação dos templos das Chagas, e de Santa Catharina.

Fallecidos sem prole ambos os irmãos, pois que dois eram os herdeiros de D. Izabel de Andrade, testaram em favor da Mizericordia, porém Martinho da Cunha comprou o legado dos enteados por tres contos e seiscentos mil réis.

Miguel Leitão de Andrade narra estes factos com certa magoa, principalmente accentuada no final:

«E assim se passou tudo da nossa geração dos Andrades para os Cunhas, não nos ficando mais que o nome do bairro e cinco ruas que eu tenho e são: a da Rosa, a de S. Boaventura, a da Cruz, a do Loureiro e a Formosa, com suas travessas, e um casal que Martha de Andrade, minha sogra e tia, antes quiz na sua partilha que uma courella que ia da porta de Santa Catharina até S. Roque, dizendo que a não queria por ser um monturo, que então chamavam de S. Roque.»

Este Miguel Leitão de Andrade foi um illustre escriptor, manejando a penna com extrema elegancia, e deixou nome na litteratura nacional. Decerto se comprehende a amargura com que elle assistia áquella especie de expoliação legal, transferindo a opulenta fortuna dos seus para uma familia extranha, introduzida no solar dos Andrades por ambição.

De modo que o palacio dos Gamas é coevo de todos esses acontecimentos que deviam occasionar desavenças e más vontades entre os que eram herdeiros naturaes e os que iam apparecendo pela mão da lei civil.

No largo de S. Roque havia uma casa de D. Estevam Faro, fronteira ao templo, que ficava para os lados da Trindade, e torneava para a actual rua de S. Roque.

Não sabemos quando se construiu este solar, ao lado do

qual iam varios predios pequenos, pertencentes aos frades trinitarios. Não existia, já se sabe, a rua que vae ter ao theatro da Trindade, e as casitas desciam a encosta, chamada então Calçada do Postigo de S. Roque, até á rua da Condessa.

D. Francisco de Gama comprou a casa nobre de D. Estevam Faro, e a correnteza de habitações que mencionamos, tratando immediatamente de alargar o seu palacio á custa d'esses predios.

N'este intuito requereu ao senado da cidade que lhe acceitasse a cedencia do terreiro e pateo do seu palacio, contiguos ao adro da egreja de S. Roque, afim de dar mais amplitude ao largo, com o que muito lucrava a vista do seu solar.

O terreno a que alludia o illustre almirante era de 87^{m2},120, e a peticionada allegava, como razão de incontestavel pezo que:=«a camara recebe beneficio por ficar aquella praça com mais largura, pelo muito concurso de gente que ali concorre, e ser na parte mais principal de Lisboa; pelo que, feitas as diligencias sobre isto, pareceu em camara que se abatessem 600 réis, dos 1$000 réis que elle pagava de fôro, em cada um anno, d'aquellas casas e sitio.

«Em camara a 12 de maio de 1621.=André Valente, Antonio Pinto do Amaral, João de Frias Salazar, Pedro Vaz de Villasboas, Pedro Borges, Antonio Fernandes, João Esteves, Lourenço d'Avellar, e João de S. Paio.

«Conformo-me com esta consulta, em Lisboa a cinco de junho. O Visorei».

Passava-se isto no tempo do dominio castelhano, sendo então muito concorrido o largo que se enchia de trens onde as damas de alta linhagem iam para o collegio dos Jesuitas, attrahidas pela fama dos seus prégadores.

O fôro a que se refere o documento citado era de 1$000 réis nos terrenos aforados pelo conde da Vidigueira, e 600 réis dos que havia comprado a D. Estevam de Faro.

Grandes obras se começaram para engrandecimento do palacio, mas antes de concluidas morreu o conde, deixando aos herdeiros uma complicada rede de dividas, cujo principal credor, um tal Miguel de Macedo, tratou de garantir quanto possivel, penhorando-lhe a propriedade como livre e alodial que ao tempo era.

Posta em praça, no anno de 1634 arrematou-a logo por vinte mil cruzados, isto é—8:000$000 de réis da moeda actual, um fidalgo da casa real, chamado Gaspar de Brito Freire, senhor de avultada fortuna, proprietario e fundador do palacio que está á esquina da travessa da Queimada, destorcendo sobre o lado de S. Roque na antiga rua da torre de S. Roque, e onde se acha installada a direcção dos caminhos de ferro do sul e sueste.

Quatro annos depois d'esta arrematação, D. Vasco da Gama, conde da Vidigueira e ascendente do marquez de Niza, filho e successor do conde D Francisco, obteve a licença régia precisa e 220:000 cruzados de juro do seu morgado, afim de resgatar o solar de S. Roque. Concedido o requerido, o fidalgo entendeu-se com o antigo credor de seu fallecido pae, concordando este em restituir-lhe o palacio mediante o preço da arrematação e as bemfeitorias. Satisfeitas as clausulas tomou o conde posse do solar, que ainda não fôra concluido, e continuou as obras, embora morosamente.

Afinal quem concluiu o palacio foi D. Vasco Luiz da Gama, marquez de Niza, que o vinculou. Ainda assim teve difficuldades pecuniarias, tendo de vender umas casas que possuia ao pé do chafariz dos Cavallos, na rua Nova, recebendo dezeseis mil cruzados, que tudo empregou nas ultimas obras do magestoso palacio.

Installou-se então ali o nobre marquez, e o solar ficou sempre habitado pela illustre familia, emquanto não entraram na posse do palacio de Xabregas, — hoje asylo Maria Pia, por successão no morgado de Unhão, isto no começo do seculo XVIII.

N esta memoranda casa habitou, já o deixámos dito, o primeiro patriarcha de Lisboa D. Thomaz de Almeida, e ali falleceu em 1754. Os jesuitas, que muito o estimavam deram-lhe sepultura na capella-mór da egreja de S. Roque.

No dia do terramoto morava no palacio D. José Manuel, filho dos condes da Atalaya, e segundo patriarcha. O sinistro acontecimento arruinou muito o edificio, mas não offendeu corporalmente o alto principe da egreja, cujo maior incommodo, afóra o susto, foi mudar a residencia, para a sua casa da rua da Atalaya.

Data d'essa epoca a construcção dos casebres demolidos em 1839, feitos para aposentação dos velhos creados da casa de Niza, e que encheram o pateo e grande parte do largo.

Tambem existiu ali o primeiro *passo* levantado para o cerimonial da procissão dos Passos, instituida no anno de 1586. Este, como os demais edificios, foi demolido para desobstruir a pequena praça.

E veja-se quantas memorias, quantas mutações n'aquelle sitio, e se haverá muito quem n'ellas medite ao passar n'esse ponto, tão concorrido e alegre em nossa vida!

Resta lembrar que no predio do «Diario Popular», voltando a rua de S. Roque, antigas casas de D. Estevão Faro, havia ha cerca de trinta annos, um hospital inglez.

Das peripecias, brigas e scenas de sensação occorridas pelo bairro alto nos annos que presidiram á sua formação seria um nunca acabar, se a indole d'esta folha nos désse logar a fazel-o.

Basta saber-se que foi dos logares mais procurados de todas as classes sociaes. Iam as grandes damas para S. Roque seguindo-as cautellosamente os namorados, envergando os melhores trages da epoca, com geral admiração do povoleu, habitualmente encostado pelas esquinas, e postado no adro para os vêr passar. Faz-se idéa do pittoresco do espectaculo, pela popularidade que tinha. Deu isso mesmo razão á trova popular, ainda muito usada na primeira metade do seculo XIX:

Toque, toque, toque
Vamos a S. Roque,
A vêr os peraltas
Se vêem de capote.

O *peralta* d'aquelle tempo era o elegante, o galan, e o pretencioso ridiculo dos nossos dias, e de todas as epocas porque é *genero* chronico nas civilisações humanas.

No meio de tantas recordações que o largo de S. Roque

evoca, surge-nos de frente aquelle exquisito monumento, erecto a meio da praça, e que verdade, verdade, é um cumulo de semsaboria architectonica!... Mesquinha homenagem á illustre filha do immortal Victor Manuel, é da fórma das palmatorias usadas pelos antigos mestres escolas, sem a mais simplice inspiração artistica. A rodela da *palmatoria* tem duas inscripções, a face do éste diz:

PELO FAUSTO CONSORCIO
DE SUAS MAGESTADES
EL-REI D. LUIZ DE PORTUGAL
E A PRINCEZA MARIA PIA DE SABOYA
EM 6 DE OUTUBRO DE 1862
NOVO PENHOR DE FRATERNIDADE
ENTRE OS DOIS POVOS
OS ITALIANOS RESIDENTES EM LISBOA
ERIGIRAM.

Na face opposta:

PEL FAUSTO CONSORCIO
DELLE LORO MAESTÁ
IL RE DON LUIGI DI PORTUGALLO
E LA PRINCIPESSA MARIA PIA DI SAVOIA
Á DI 6 OTTOBRE 1862
NUOVO PEGNO DI FRATELLANZA
FRA I DUE POPOLI

GLI ITALIANI RESIDENTI IN LISBONNA
ERESSERO.

As ruas do bairro alto teem todas um motivo do nome porque são conhecidas, já em memoria da antiga quinta de Nicolau de Altero, e dos Andrades, já por outros motivos, como a da Atalaya, dos Calafates, do Moinho de Vento. A rua da Rosa era no principio denominada da «Rosa das Partilhas», porque ali morou uma D. Rosa cuja principal, senão unica occupação era promover e sustentar pleitos judiciaes a proposito de qualquer coisa.

A travessa do Poço da Cidade, chamou-se assim por causa de um poço que havia, e talvez haja ainda em umas casas ali construidas.

Do largo de S. Roque sigamos para S. Pedro de Alcantara, ponto da cidade de onde se disfructa o mais bello panorama de Lisboa. Entre este monte e os da Graça, Castello, Penha de França, Monte, temos o largo e formosissimo caminho da Avenida, outr'ora Valle Verde, por onde corriam as limpidas aguas de um caudaloso ribeiro, aguas que se encontram a poucos metros de profundidade n'esse terreno.

Magnifica deslumbrante a vista que se gosa de S. Pedro de Alcantara, para qualquer dos lados por onde se desenrola o imponente scenario. D'ali se póde avaliar quanto a cidade ha engrandecido, e quantos milagres n'ella tem affirmado a civilisação dos ultimos dois seculos.

Ao tempo de que vimos dando noticia, e ainda no principio do reinado de D. João V, o terreno occupado pela muralha, tambem já transformada, era vasadouro publico dos entulhos provenientes das obras que se iam fazendo, visto que a calçada da Gloria e a rua das Taipas só eram frequentadas pelas raras pessoas que pelas immediações habitavam.

Ao principiarem os trabalhos do aqueducto começou-se a construir a muralha, mas 29 annos depois ainda ella estava em atrazo tal que os moradores do bairro se queixaram do prejuizo occasionado pela falta de agua. O aqueducto, prompto até ao Rato, não fornecia agua aos chafarizes de outros pontos.

Activaram-se um pouco os trabalhos, mas ainda levaram dois annos, porque foi em 1754 que pela primeira vez correu agua no chafariz de S. Pedro de Alcantara. D'este deposito projectou-se conduzir a agua para os bairros orientaes, mas ficou em projecto tão collossal intento.

As pessoas edosas lembram-se perfeitamente da disposição anterior d'esta muralha, tristemente celebrisada pela quantidade de suicidas que de lá se despenharam.

Amores mal correspondidos ou contrariados, difficuldades insupperaveis da vida, desgostos intimos de toda a especie lá foram buscar a solução na morte. Por maior vigilancia que se pretendesse segurar, os tragicos desenlaces succediam-se a cada passo. Afinal fizeram o gradeado, abriram a rua de S. Sebastião, e assim ficou modificada a antiga muralha.

O jardim de S. Pedro de Alcantara, feito na descida da montanha, sobre a antiga muralha, é lindissimo, principalmente pela vista que d'elle se disfructa. Tambem tem soffrido incessantes transformações, sendo a ultima bastante recente, havendo em tempos, ali um famoso *labyrintho* de que hoje já poucos se lembram. Muito cuidado e bem disposto, tem a sua graciosa cascata encostada á parede, e pelas ruas, pouco extensas, mas largas e guarnecidas de canteiros, tem bustos marmoreos de homens celebres.

Está abaixo do chamado passeio, logar mui arejado, onde em noites estivaes se respira um ar fresco e sadio. Este passeio é arborisado, e tem um lindo tanque de repuxo.

Ultimamente tem sido o jardim explorado por uma empreza que proporciona ao publico uma alegre e economica diversão nocturna. Mediante a insignificante quantia de 50 réis póde-se ali passar algumas horas agradavelmente, no meio da magnifica illuminação moderna, ouvindo boa musica, e admirando o encantador duetto Vargas Bisacio, que tem causado justificada sensação.

E' portanto radical a transformação do local, e certamente agradaria bem mais ao architecto de D. João, que já no tempo da construcção do muro gostou tanto do sitio que n'elle construiu a sua bella casa, que é fronteira ao passeio, torneando para a travessa da Cara.

E' n'este sitio, na volta actual para a antiga rua do Moinho de Vento, hoje rua de D. Pedro V, que está a beneficente casa de educação, internato de S. Pedro de Alcantara, onde meninas orphãs de pae recebem, durante cinco annos, uma educação solida e artistica que as habilita á lucta da vida com a égide invencivel da instrucção.

Ha quadro permanente para a entrada das donzellas, com edade fixada no regulamento. Findos os cinco annos de internato são as educandas restituidas ás familias, mas teem direito a um dote de cem mil réis, se se matrimoniarem dentro do prazo tambem determinado. Annualmente se examinam as educandas, e no fim de cada exame ha

premios estabelecidos segundo os méritos que demonstrarem, e o comportamento havido durante o anno lectivo.

D'ali, seguindo a antiga estrada dos Moinhos do Vento, iremos ao largo da Patriarchal, actual largo do Principe Real, onde existiu o grande edificio religioso, devorado pelo incendio. Toda a vasta área da grande praça a conheceram nossos paes entulhada de pedras provenientes da demolição e estragos do terramoto. Nem tal supporá quem frequenta aquelle lindissimo passeio!

Pelo terreno ajardinado havia uma parede, e alguns casebres.

Da Patriarchal Queimada se desce á Cotovia, ou pelas escadinhas da Mãe de Agua, ou pela Calçada do Moinho de Vento. A Cotovia é hoje um pequeno largo bem tratado, com seus predios.

Antigamente é que não tinha similhança do que é. Occupava todo o espaço desde a praça do Principe Real até ao principio das escadas do chafariz da Alegria. Era um monte quasi deserto, onde raro apparecia vulto humano.

Para diante do largo do Principe Real vamos encontrar a Escola Polythechnica, na rua que tem a mesma denominação.

Esta escola foi anteriormente o collegio dos nobres, fundado em uma quinta, no sitio da Cotovia.

Em 1587 ainda em Lisboa não existia caza propria para o noviciado dos jesuitas, pelo que na congregação provincial se resolveu providenciar em tal sentido. Claudio Aquaviva, geral, concedeu aos membros da companhia que fundassem em Lisboa uma casa de noviciado.

Logo que constou o caso, Fernão Telles de Menezes, que estivera governando a India, e em Lisboa desempenhava o cargo de regedor das justiças, tomou a peito coadjuvar a companhia, bem como sua mulher D. Maria Noronha, devota dama, muito inclinada ao jesuitismo. A este casal pertencia a mencionada quinta do monte Olivete, á Cotovia, doada pelos dois esposos aos padres, com um rendimento annual de 500$000 réis, cujo capital provinha da quinta em parte, e outra parte estava em juros bem seguros. Fizeram-se escripturas publicas da doação aos 26 de dezembro de 1597.

Como houvesse na quinta uma pequena capella dedicada a nossa Senhora da Assumpção, o collegio de noviços teve a mesma invocação. Em 1603 lançou-se a pedra fundamental do edificio, não sem grande trabalho porque o solo era pouco resistente, devido a achar-se o monte muito minado pelos obreiros que lá iam buscar barro, e foi necessario arrazar-se um oiteiro mais consistente para pôr o terreno em linha recta.

A pedra primordial tinha a configuração cubica, com uma inscripção em cada uma das cinco faces, porque a sexta tinha uma concavidade, tapada com outra pedra perfeitamente ajustada.

A primeira dizia:

«Deo trino; uni, et b, virg. Jactus 23 aprilis, anno d. 1603. Hora nona».

A segunda:

«Ferdinando Telles de Menezes et D. Maria de Noronha ejus».

A terceira:

«Uxore fundatoribus».

A quarta:

«Papa Clemente VIII. rege Philippo III.

E a quinta:

«Praeposito generali societatis Claudio Aquaviva, provinciale Joanne Correa».

Em grande pompa se realisou a cerimonia do lançamento d'esta primeira pedra. As inscripções foram lidas em voz alta, e a pedra estava toda enfeitada de flôres naturaes, colhidas na madrugada d'aquelle bello dia de abril.

Fernão Telles de Menezes e o padre provincial, cada qual a seu lado, sustinham nas mãos um cordão de seda, que partia de cada extremidade da taboa onde a pedra estava presa a outra toda engrinaldada de flôres.

Irromperam logo as charamellas, e ao seu som foi descendo a pedra até ao fundo do alicerce, tendo-se-lhe lançado algumas moedas de prata, e um *portuguez* de ouro, que o fundador lhe deitou por sua mão na concavidade. Conjunctamente lá ficaram medalhas de S. Pedro e S. Paulo, S. Francisco Xavier, Santo Ignacio de Loyola, e da Virgem.

Dia de grande gaudio esse foi para os devotos fundadores, tão inclinados ás prosperidades da companhia.

Seguiram os trabalhos, com certa facilidade, porque os padres encontraram aqui abundante porção de pedra de calcinar, bem como grande quantidade de barro, com que se podiam fabricar tijolos e telhas.

Tomou a direcção das obras o padre João Delgado, professor de mathematica no collegio da companhia, em Coimbra, e seguidamente no de Santo Antão, em Lisboa.

Começou a construcção da egreja em 20 de março de 1605, sob a direcção do mesmo reverendo architecto, mas n'esse mesmo anno foi substituido pelo padre Balthazar Alves, architecto das obras reaes.

Não esteve com meias medidas este membro da ordem: fez logo um traçado de alto valor, sem duvida muito correcto, mas de exaggerado dispendio na execução.

Mui vagarosamente iam seguindo os trabalhos, pelo que o noviciado continuava a ser na casa de Campolide, erecta no anno de 1587, expressamente para esse destino.

Sendo de immediata utilidade apressar as obras do collegio da Cotovia, e como os padres não podiam vigiar o seu adiantamento conforme se tornava indispensavel, por se acharem installados no collegio de Santo Antão, o padre Martim de Mello, provincial, de accordo com os consultores da ordem, deliberou que no monte Olivete residissem permanentemente quatro religiosos jesuitas, com o encargo de vigiarem as obras com cuidado e zelo.

Inutil será dizer se que a medida deu optimos resultados. As obras desenvolveram-se a olhos vistos, sob o cuidado dos fiscaes, por onde se conclue que o apologo das cotovias tem razão de ser em todas as epocas da vida social.

D. Maria de Noronha andava inquieta com o atrazo dos trabalhos, e envidou os maiores exforços para que a capella-mór se concluisse.

Seu marido fallecera, e o corpo tinha sido provisoriamente depositado na sachristia de S. Roque, á espera da conclusão da egreja do Monte Olivete, e por esse motivo queria a fundadora vêr progredir as obras.

Apenas acabada a capella-mór mandou ella ali collocar o ostensivo mausoleu de marmore, destinado a guardar os despojos humanos do esposo.

Ficou ao lado do evangelho, em um vão, assente sobre dois grandes elephantes tambem de marmore

Gastou a devota dama um conto e duzentos mil réis com este tumulo, onde reservou logar para o seu corpo, afim de dormir o somno da morte ao lado do companheiro da vida.

A inscripção gravada na pedra continha o seguinte:

Aqui jazem, Fernão Telles de Menezes,
Camareiro-mór e capitam de ginetes,
Que foi do infante Dom Luiz,
E de D. Catharina de Brito, sua mulher.
O qual Fernam Telles, foy do conselho
D'estado d'Elrei nosso senhor, e
Governou o estado da India e o
Reino do Algarve, e foy regedor
Da justiça, da casa da Supplicação,
E presidente do conselho da India
e partes ultramarinas—
e sua mulher, Dona Maria de Noronha,
filha de D. Francisco de Faro, védor
da fazenda dos reis, Dom Sebastião, e
Dom Henrique—e de Dona Mecia
de Albuquerque, sua primeira mulher:
os quaes fundaram e dotaram esta
casa de provação, da companhia
de Jesus, e tomaram esta capella-mór
para seu jasigo.
Falleceu, Fernão Telles de Menezes,
aos vinte e seis de novembro de 1623.

*

* *

As obras do collegio não iam ainda assim tão rapidamente, e o noviciado permanecia na casa de Campolide, com muito desprazer dos mesmos padres.

Quando, porém, menos o esperavam, surgiu-lhes um auxilio determinante. Em Lisboa vivia um tal Lourenço Lombardi, natural de Flandres. Fôra, uma especie de aventureiro, correndo mundo em cata da fortuna. Viajou muito, esteve na costa da Mina, e por lá se arranjou de modo a capitalisar o bastante para viver desafogadamente. Afinal veiu para Lisboa, e aqui contrahiu matrimonio com a filha de um seu compatriota, mas de origem portugueza por parte materna.

Contagiado da mania da epoca foi-se á India por duas vezes, e com tal arte manejou os interesses commerciaes que adquiriu uma das mais collossaes fortunas e importancia entre os negociantes da nossa praça.

A' proporção que ia entrando em annos o nosso flamengo foi-se tornando devoto e tornara-se assiduo frequentador do collegio de S. Roque. Muito a miudo o viam á meza da communhão, recolhido e concentrado.

A affeição que sentia pelos jesuitas levou-o a approximar-se de S. Roque, e n'esse intuito mandou edificar um predio no monte dos Moinhos de Vento, actual praça do Principe Real, e n'elle se installou.

Ou porque o sitio fosse demasiadamente ermo, ou por qualquer outro motivo, mandou egualmente abrir uma rua em frente da sua habitação, e construir pequenas casas, onde installou pessoas da familia, e outras.

Annos depois morreu lhe a esposa, e o golpe foi para elle bastante doloroso, a ajuizar pela sua attitude subsequente, que foi dar partilhas aos filhos e demais herdeiros, e com o quinhão que lhe ficou se recolheu á casa do monte Olivete, na intenção de concorrer para as obras do collegio, ainda incompletas. Seis contos de réis que de prompto deu, auxiliaram talmente a empreza, que em 3 annos e meio se apromptou a egreja e concluiu o edificio do noviciado.

Era este construido amplamente, com dois pavimentos, muitas janellas, e tinha uma cerca vastissima.

Além da coadjuvação prestada pelo flamengo, e principalmente pela vigilancia e direcção por elle dada aos trabalhos, ainda teve outra boa fortuna o edificio do monte Olivete.

Pelo tempo da guerra da Successão em Hespanha, Portugal tomou parte activa na contenda, e por signal que não pouco fatal lhe foi essa aventura.

O almirante castelhano D. João Thomaz Henriques de Cabrera estava no nosso paiz, e aqui enfermou e falleceu.

Aberto o seu testamento n'elle se encontrou um legado assás curioso. Nada menos de oitenta contos em padrões de juros destinava o testador para fundação e manutenencia de um collegio de jesuitas, em Madrid, sob a obrigação de certo numero de missas diarias por sua alma e de sua esposa. A esta clausula juntava-se outra em virtude da qual da mesma collegiada iriam missionarios á India e á China, converter gentios, e moralisar os tibios.

Este legado era valido, porém, no caso de o archiduque Carlos de Austria vencer o seu competidor, e entrar na successão da corôa de Castella. Dado o contrario, e sendo victorioso o duque de Anjou, o legado reverteria a favor dos jesuitas de Lisboa, e applicar-se-hia ao seu collegio do Monte Olivete, mediante as mesmas condições.

A questão, renhidissima, levou tempo a resolver-se, visto que a sorte das armas ora estava com um, ora com outro dos pretendentes. D. Carlos, algumas vezes a ponto de naufragar, teve por fim o melhor jogo nas mãos, porque conseguiu ganhar alianças com paizes que primeiro lhe eram hostis, e n'esse numero entrou o nosso.

Estavam as cousas admiravelmente dispostas a seu favor, esperando se a derrota completa do duque D. Filippe de Anjou, quando inesperadamente a morte do imperador da Austria mudou o curso á corrente politica.

O imperador não deixou descendencia, e sendo o archiduque D. Carlos seu irmão, n'elle recahiam os direitos ao throno, direitos que ninguem sequer pensou em contestar-lhe.

Acto continuo o ambicioso principe voltou costas aos que lhe haviam defendido a cubiça durante tanto tempo, e sem mais considerações partiu a sentar-se no throno da Austria, deixando livre campo ao adversario.

Cingiu portanto a corôa de Hespanha o duque de Anjou, com o nome de Filippe V.

D'este modo a sorte resolveu o problema dos oitenta contos em favor dos jesuitas do monte Olivete.

A este tempo já o noviciado funccionava no collegio novo.

O anterior noviciado de Campolide tinha-se fundado com quinze mancebos vindos de Coimbra por ordem do provincial, destinados, logo que as obras do Monte Olivete se concluissem, a serem ahi collocados. Reiterou este noviciado o padre Antonio de Mascarenhas, e na cerimonia inaugural ainda tomou parte o doador, que pouco tempo depois jazia no sepulchro da capella-mór no seu rico leito de morte. Lá estiveram egualmente os reverendos Luiz Alvares, reitor do collegio de Santo Antão, e João de Madureira, *proposto* da casa de S. Roque.

O primeiro noviço que ali entrou tinha já quarenta annos de edade, e tinha despido a cota e o arnez para vestir o habito, porque fizera a desgraçada jornada de Alcacer-Quibir ao lado do mallogrado rei D. Sebastião.

A grande quinta de Campolide foi depois dividida em duas partes, uma para os noviços, outra para a casa de S. Roque, mas esta mesma voltou para os noviços por compra aos mesmos padres.

Era ali que os noviços passavam as horas de descanço, e as destinadas ao recreio após as longas tarefas do estudo, e exercicios d'aquella aprendizagem complicadissima.

Depois de definitivamente acabado o collegio do Monte Olivete para lá foram mandados os noviços com o que muito houveram a lucrar em commodidades. Preciso não é dizer que este collegio ganhou preclara fama. Os abundantes rendimentos garantiam o bom tratamento dos noviços e collegiaes, e a situação local do edificio satisfazia ás necessidades hygienicas da accumulação de individuos.

Depois do dia 7 de junho de 1758 em que se publicou o decreto suspendendo os jesuitas do exercicio de confessores e pregadores em todo o patriarchado, comprehenderam os membros da companhia que estavam perdidos.

Desgraça nenhuma vem só, é bem certo, e por isso iniciado o periodo das attribulações fatal era que ellas se desenrollassem por largo tempo. Isto mesmo succedeu á poderosa ordem de Santo Ignacio de Loyola. Em 19 de janeiro de 1759 outro decreto lhes confiscava os bens, reduzindo-os como que á indigencia, e no dia 3 de setembro do mesmo anno foram expulsos de Portugal, declarados inimigos da patria e desnaturalisados perpetuamente.

O acto violento do grande Pombal se prova a sua energia rigida como o aço não deixa de envolver um fundo de crueldade, tanto mais que não se limitando a expulsal-os lhes inflingiu torturas sem distincção de delinquentes e não delinquentes.

No alto do seu pedestal de gloria o marquez de Pombal, precursor dos livres pensadores do nosso seculo, merece a admiração e o applauso da historia pela attitude que tomou em face do colosso de Loyola, mas a vista de lynce da consciencia humana percebe em volta da gloria do heroe umas manchas produzidas pelas lagrimas dos inoffensivos, que partiam na leva como criminosos convictos, e pelo sangue, já dessorado, do velho e indefezo Malagrida. Os bens confiscados aos jesuitas reverteram em pró do estado, e os edificios abandonados foram aproveitados para varias installações officiaes.

O collegio de S. Roque transformou-se em casa da misericordia, e d'ella daremos noticia em outro logar. Esta do Monte Olivete, dotada de boas rendas e com determinadas clausulas e suffrageos não podia ser distrahida do seu fim sem dar occasião a reclamações ponderaveis. A herança do almirante de Castella era muito explicita, de modo que se tornava altamente escandaloso alienar-lhe a intenção.

O onus das missas e das missões ultramarinas constituiu materia juridica, e além d'isso o marquez de Pombal, comquanto destituido de fanaticas influencias, não ousava ir tanto além no campo da demolição religiosa.

Achou, todavia, meio sympathico de affastar os murmurios, se os houvesse. O edificio era grande, bem dividido, com a sua cerca, bellos proventos, de sorte que se prestava a um instituto de educação. Apesar do seu pouco affecto ás classes fidalgas nem mesmo pensou em destinar o collegio aos filhos do povo. Estabeleceu ali o collegio dos nobres, nome com que ainda os velhos designam a Escola Polytechnica.

Afim de conservar as missões ultramarinas nomeou varios capellães para o instituto, sendo estes obrigados a renderem-se no cumprimento d'esse encargo.

E n'esta conformidade publicou o decreto de 7 de março de 1761, em o qual se fixava o quadro de alumnos em numero de cem *porcionistas*.

Elaboraram-se os estatutos, divididos em quinze titulos referentes ás disciplinas do curso—latim, grego, francez, inglez, italiano, rhetórica, poetica, logica, historia, mathemática, desenho, architectura militar e civil, physica, picaria, esgrima e dança.

Era uma completa educação fidalga em que predominava o estudo das linguas, com que deviam exercitar-se os moços que mais tarde seriam chamados ás posições diplomaticas.

Afim de fechar por completo o instituto ás familias plebeas determinavam os mesmos estatutos que nenhum alumno seria admittido sem provar possuir, pelo menos, o fôro de moço fidalgo.

Cada porcionista pagava 40$000 réis de tres em tres mezes, e era obrigado a trazer o uniforme da casa, o qual consistia na garnacha, quando internados, e quando sahissem os primogenitos vestiam cazaca de qualquer tecido excepto seda, e os filhos segundos *abbatina* e capa.

Os collegiaes não poderiam fallar senão em qualquer dos idiomas estrangeiros, leccionados no collegio.

Pelos modos a disciplina interna não era rigorosa. A qualidade dos educandos impedia os educadores de lhes applicarem castigos, pois certamente escandalisariam as nobres familias dos garotos; e consequentemente a desmoralisação e a desordem breve ali deram leis. Doze annos após a creação do collegio dos nobres difficilmente se encontraria caza mais anarchisada e de peor reputação. Os administradores roubavam sem pejo; os professores abandonavam as cadeiras, e os alumnos a ninguem respeitavam nem obedeciam. De tão manifesto escandalo sahiu a necessidade urgente da reforma dos estatutos.

Pouco ganharam a sciencia e as lettras, mas moderou-se alguma cousa o abuso que ali imperava, e o collegio dos nobres manteve-se affastado do contacto popular até as

grandes e radicaes reformas de 1834; n'este anno decretou o governo liberal a admissão de alumnos da classe popular, e tornou publicas as aulas internas, facultando a quem quizesse o assistir ás lições, em todas as disciplinas do programma escolar. Em 1837 Passos Manoel, inclito liberal de immorredoura fama, assignou o decreto de 4 de janeiro, supprimindo este collegio. A intenção do talentoso estadista foi apenas crear a Escola Polytechnica, e assim o decretou oito dias depois.

E' visivel o alcance da substituição, em primeiro logar porque acabou com a denominação de *Collegio dos Nobres*, incompativel com o advento dos ideaes que o grande homem alimentava no seu lucido espirito; e em segundo logar porque desdobrando os cursos, e instituindo novas cadeiras, obedecia ás leis do progresso do espirito social.

A Escola Polytechnica foi portanto filha da democracia moderna, mãe sollicita de todos os cérebros.

Logo as aulas entraram a funccionar com pontualidade, sob a direcção de professores competentissimos, e com geral approvação das pessoas doutas e de boa fé.

Seis annos iam passados, quando em o dia 22 de abril rebentou de repente o pavoroso incendio que devorou o grande e imponente collegio do Monte Olivete. Nada resistiu ao monstro. Apenas ficaram de pé as paredes, denegridas e calcinadas, como que a testemunharem o horrivel effeito do cataclismo.

Cumpre louvar o conselho das escolas, instituido pelo governo liberal; não se limitou elle a nomear commissões.

Metteu hombros á empreza da reconstrucção do edificio, segundo os preceitos e necessidades do fim a que visava, e verificando que só podia aproveitar a frontaria mandou demolir o taboleiro que por ella corria, e as obras começaram com intelligente direcção. Imcumbiu-se do risco o director da Escola, que era o general Silva e Costa, coadjuvado por D. Luiz Muriel, laureado professor de desenho, e seguidamente por Mr. Pesarat, tambem professor da mesma disciplina.

Para levar a cabo estas obras contrahiu a Escola Polytechnica um emprestimo de cem contos de réis, com auctorisação superior expressa em carta de lei de 1 de julho de 1857.

Esta somma gastou-se depressa ficando por concluir as obras, de modo que se tornou necessario contrahir novo emprestimo, que foi de noventa contos. Além d'estas grandes verbas haviam tambem sido gastos bastantes capitaes da sua dotação.

No entanto a Escola ficou digna do seu fim, e em condições de honrar a capital do nosso paiz. A fachada exterior é magestosa e elegante, com as escadarias bem lançadas e o vasto alpendre sustentado por quatro columnas imponentemente erectas.

O edificio é cercado pelos lados e rectaguarda, da bella quinta, outr'ora cerca dos jesuitas. Não ha em Lisboa quem não conheça o lindo jardim da Escola Polytechnica, ponto de reunião de uma sociedade escolhida. Esmeradamente tratado ali se encontram exemplares botanicos de alto apreço.

As estufas encerram plantas equatoriaes lindissimas, e que são justamente admiradas pelos botanicos, e pelos amadores. Além do que a excellente situação do jardim, profusão de arvoredos, variedade de disposição, constituem irresistivel encanto.

Em si mesmo o edificio é magestoso. Em amplos salões funccionam as aulas, frequentadas por grande numero de alumnos, ruidosos e alegres com a exhuberancia da mocidade engrinaldada de esperanças.

O laboratorio chimico satisfaz as condições a que é destinado, principalmente depois dos ultimos melhoramentos introduzidos ali com sapiente criterio. Outrotanto devemos dizer da aula de physica, e do observatorio, onde não faltam instrumentos de custo, dos que a sciencia tem recebido dos esforços do progresso. Este observatorio é digno de ser visitado pelas pessoaas que estão em circumstancias intellectuaes de aprecial-o, porque os ignorantes não sabem aquilatar o valor scientifico que ali está depositado, nem quantas conquistas nos campos infinitos da ideia significa cada um dos instrumentos que ali se encontram.

Está n'este edificio o museu de zoologia, mudado para este logar em 1867, época em que estava ainda na Ajuda.

Assás interessante este museu, comquanto se lhe notem algumas faltas que facilmente podiam ser emendadas.

Não ha muito tempo ouvimos notar a falta de indicações em alguns exemplares zoologicos, de modo que quem não houvesse estudado zoologia a fundo olhava para aquillo sem ficar percebendo o que era.

Parece-nos que se devia ter em conta a utilidade publica em assumptos d'esta ordem, para que estas instituições dessem algum proveito aos que as visitassem. Tanto mais que o museu zoologico, vulgo, *historia natural*, é bastante concorrido.

Desde a fundação do primitivo collegio do noviciado jesuita que de transformações n'este sitio! Não passava de um monte, e está todo recortado em arruamentos.

O collegio de Campolide com a sua quinta, lá está ainda habitado por uma população escolar que ali não receberia a educação actual se o marquez de Pombal existisse em nossos dias.

Não falta todavia quem preconize a disciplina que ali impera, como altamente proveitosa ao ensino.

Emquanto a isso, somos de opinião que o excesso disciplinar serve apenas para crear hypocritas. O espirito da mocidade tem azas de esperança e alegria; encerral-as nas estreitezas da passividade ultra orthodoxa é attentatorio da natureza, e ella vinga-se sempre dos que a contrariam.

*

* *

Do ponto em que nos encontramos não podemos deixar de vêr o vulto sinistro da Penitenciaria, com as suas altas muralhas que nos dão a ideia das lugubres scenas da edade média.

Adoptou se o systema penitenciario em Portugal quando lá fóra se reconhecia a sua impotencia como dique á crimilidade, e a sua pessima acção como educadora.

Por muito que se esperasse do isolamento, não deu resultados satisfatorios. O mesmo horror do facto determi-

nava males insanaveis. Com o tempo reconheceu-se que raros condemnados resistiam á provação, mais afflictiva do que a pena de morte, porque prolonga a morte por largo espaço de tempo.

Emfim, era uso na Europa, e Portugal não quiz exceptuar-se.

Abolida a pena de morte quizeram substituil-a.

Escolheu-se o sitio denominado Terras do Seabra, ponto elevado, com boa ventilação, e affastado do grande movimento da capital.

Em 1874 começaram as obras, que progrediram a olhos vistos, e que tanto deram que fallar por motivos varios.

A entrada geral é pela estrada da circumvalação, para onde egualmente deitam a secretaria, casas de carcereiros, habitação do director, dos guardas, cavallariças, e outras accommodações.

Consta de seis alas, quatro menores e duas de maior extensão, correndo estas perpendiculares á entrada

Todas se encontram na torre central, que tem a fórma de hexagono. Na torre está a capella, onde os penitenciarios assistem á missa completamente isolados uns dos outros, e no cimo ha o logar destinado ao vigia que de ali está de observação a todas as galerias. Cada corpo do edificio é rodeado de um fosso, com seu caminho de ronda.

O fosso geral recebe o cano collector, devidamente construido, e que ia esvaziar se no caneiro de Alcantara, de repellente memoria por ser um permanente fóco de infecção.

Tem cada ala tres pavimentos, e um subterraneo, especie de inferno do Dante, onde a piedade não entra, e a humana compaixão verte lagrimas de pavor.

Uma longa galeria atravessa extremo a extremo, com seu passadiço correspondente a cada andar, solidamente assente em consolas. E' para as zonas e communicação com as cellas.

Ha sempre estabelecida a ventilação n'esses carceres, que todos teem um óculo de vigia, disposto de maneira que o preso é vigiado sem dar por isso.

As camas são de um systema mui engenhoso, porque pódem servir tambem de mesa de trabalho, para o que se dobram em tres partes, sobrepondo-as. E', todavia, mais de provavel que os que d'ellas se servem lhe não achem graça nenhuma...

Em os subterraneos installaram os armazens de depositos, officinas de trabalho manual, e céllulas de castigo.

Em todas as dependencias da Penitenciaria impera o silencio desolador. E' a morte do espirito, a annullação de cerebro, porque sem communicação de ideias o homem fica valendo menos do que o bruto.

Sentimentos generosos, expansões da alma, nada ali se consente no lugubre cemiterio das esperanças. Póde regenerar-se o delinquente em similhante meio desolador? Não será antes o rancor que lhe invadirá o pensamento, e a anemia que lhe abaterá as forças?... Digam-n'o as estatisticas obituarias, e as do movimento do hospital de alienados. A loucura e a tuberculose encarregam-se de abrir as portas d'aquella *Bastilha* aos miseraveis que lá são lançados.

Nem se educam nem se moralisam, e provam-n'o as reincidencias de alguns que lá teem cumprido sentença.

De resto não é sob a férrea pressão disciplinar da casa que se poderá aquilatar do estado moral dos criminosos.

Seria necessario deixal-os manifestar qualquer modificação, vigiados sempre, mas não reduzidos á impotencia pelo isolamento e mutismo.

Não ha thermómetro que dê razão dos estados da alma. Vicios ou virtudes, idéas boas ou más, não se destroem porque são obrigadas a emmudecer... ficam apenas narcotisadas, aptas para o despertar sublime ou terroroso, mas quasi sempre crescente de intensidade na medida da repressão.

A frontaria principal do edificio é coberta de tijolos, e o orçamento das obras foi de tresentos e sessenta contos de réis. Ha ali logar para seiscentos presos.

As céllulas subterraneas diz-se que são medonhas... que aliás medonho é tudo aquillo!

Apezar do que a criminalidade não decresce, antes, de ha certo tempo, se tem manifestado assustadoramente.

Além d'esta prisão outras tem Lisboa. O Limoeiro passou a receber os delinquentes de menor grau, principalmente incursos em penas correccionaes, e os condemnados em penas maiores emquanto não resolvem as appellações interpostas.

O Limoeiro é um antro, um fóco de vicios, de miserias e de podridões. O mal que o isolamento produz na Penitenciaria, produz aqui por motivo da promiscuidade. As chamadas *salas* são tudo o que ha de mais repellente.

Quem para lá fôr por motivo, que ás vezes não será insanavel, adquire em similhante meio todas as noções da infamia. A melhor escola de gatunice não exerceria mais pérfida acção.

No pavimento inferior d'este antigo paço de D. Leonor Telles, estão as *enxovias* ultima expressão da immundicie e da degradação.

Pois é n'este edificio que cumprem sentença os jornalistas incursos nos termos da lei da imprensa. O primeiro que, modernamente, lá expiou o *delicto* de opiniões foi o primoroso poeta Gomes Leal; a este seguiram-se outros, entre os quaes o dr. Magalhães Lima, Faustino da Fonseca, João Chagas, Silva Lisboa, e por ultimo o espirituoso e talentoso *Zaragueta*, o nosso engraçadissimo e honrado Baptista Machado.

Perto do Limoeiro, defrontando com a parede lateral da Sé está o Aljube, prisão de mulheres. Se o Limoeiro está em condições impossiveis, aqui sobem ellas de ponto, tornando a atmosphera putreficada quer material quer espiritualmente. Nem sequer ha compartimentos separados para receberem qualquer delinquente de qualidade diversa do vulgacho. Verdade é que a nossa sociedade raro produz criminosos do sexo feminino, e das que apparecem não é menos raro que sáiam da esphera popular.

Se, porém, se désse aqui um d'esses casos de sensação, frequentes no estrangeiro, em que uma mulher de posição social vingasse a honra ou a reputação offendida com o sangue do diffamador, essa mulher teria de viver em contacto com o esterquilinio social representado pelas meretrizes e gatunas, que constituem a habitual população do Aljube.

Mas ha mais — Supponhâmos que qualquer mulher do

povo, levada pela miseria e acossada pela fome, subtrahiu dados valores, afim de alimentar os filhos pequeninos.

Julgada e condemnada a tantos mezes de prisão. Ou leva as creanças, ou, não lh'o permittindo o regulamento, é por ellas visitada a miudo; e eis como os innocentes começam a aspirar o ambiente do vicio, porque embora a mãe queira, não póde impedir que elles vejam e oiçam.

Em assumptos assim momentosos não pensa quem pensar devia. E d'esta fórma as prisões não servem de regeneração; são simplesmente o desafogo da vindicta da sociedade.

Ha tambem uma casa de correcção estabelecida no edificio das Monicas.

Foi outr'ora um convento de freiras da ordem francis cana, fundado em 1586 com esmolas do povo.

Em 1871, era director geral dos negocios da justiça e marinha o conselheiro Henrique Oneil, e procurador regio da Relação de Lisboa o conselheiro Manuel Pedro de Faria Azevedo. Estes cavalheiros, condoidos da situação dos menores nas prisões de adultos, envidaram os melhores esforços para a creação de um instituto onde, a par da correcção, os transviados rapazes adquirissem alguma ins trucção profissional.

Em 15 de junho de 1871 publicou o *Diario do Governo* a seguinte carta de lei:

«Dom Luiz, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, fazemos saber a todos os nossos subditos que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º E' creada para a comarca de Lisboa uma cadeia civil denominada «casa de detenção e correcção», a qual é destinada a recolher os individuos do sexo masculino;

1.º menores de 18 annos, que se acharem em processo e não affiançados:

2.º menores de 18 annos que se acharem condemnados a prisão correccional;

3.º menores de 14 annos que estiverem condemnados a qualquer pena;

4.º menores que forem presos á ordem da auctoridade administrativa;

5.º menores que deverem ser detidos nos termos dos artigos 143.º e 224.º, n.º 12, do codigo civil.

§ unico. Os menores que completaram 18 annos antes de cumprida a pena, continuarão até seu inteiro cumprimento na casa de detenção e correcção.

Art. 2.º a casa de detenção e correcção fica dependente do ministerio dos negocios ecclesiasticos e de justiça, o qual nomeará os respectivos empregados.

§ unico. A administração d'esta cadeia será immediatamente sujeita ao procurador régio junto da relação de Lisboa, sendo-lhe applicavel o que se acha determinado com relação ás outras cadeias civis da comarca, nos pontos em que esta lei não providenciar especialmente.

Art. 3.º O pessoal empregado na casa de detenção e correcção compõe-se:

1.º de um director;
2.º de um sub-director;
3.º de um capellão;
4.º de cinco guardas.

§ 1.º Os empregados, de que trata este artigo, receberão os vencimentos declarados na tabella que faz parte da presente lei.

§ 2.º O serviço de saude da casa de detenção e correcção será feito pelos facultativos da cadeia central.

Artigo 4.º São obrigados a trabalho:

1.º Os individuos indicados nos numeros 2.º, e 3.º e § unico do artigo 1.º;

2.º Os individuos indicados nos numeros 1.º, 4.º e 5.º do mesmo artigo que não tenham meios de subsistencia, e forem alimentados pela casa de detenção e correcção.

Art. 5.º O trabalho na casa de detenção e correcção será regulado conforme a idade, forças e capacidade dos individuos.

Art. 6.º A todos os recolhidos n'esta cadeia será ministrada diariamente, pelo capellão, a instrucção litteraria, moral e religiosa, do modo porque se determinar no regulamento.

Art. 7.º Uma terça parte do producto do trabalho dos presos será applicada ás despezas da casa; outra á retribuição dos presos, que, pelo seu bom procedimento e zelo no trabalho, merecerem esse premio; e a ultima terça parte constituirá o fundo de reserva dos presos, o qual lhes será entregue ao sahirem da cadeia.

Art. 8.º Serão empregados, como meios para estimular o bom procedimento dos presos, e o seu zelo pelo trabalho:

1.º Louvor em reunião publica dos presos;
2.º Retribuição pecuniaria nos termos do artigo anterior;
3.º Liberdade provisoria, sob vigilancia da policia.

Art. 9.º Serão empregados como meio para corrigir o mau procedimento dos presos ou coagir ao trabalho:

1.º Advertencia particular;
2.º Reprehensão publica;
3.º Prisão com isolamento, que não poderá exceder cinco dias.

Art. 10.º O procurador régio junto da Relação de Lisboa fará, quando julgar conveniente, promover perante o juiz respectivo a liberdade provisoria dos individuos indicados nos numeros 2.º e 3.º e § unico do artigo 1.º, nos termos do artigo seguinte.

Art. 11.º Ao condemnado que tiver cumprido duas terças partes da pena, poderá ser concedida liberdade provisoria, quando no livro do registro tenha nota de irreprehensivel comportamento.

Art. 12.º Quando o condemnado, a quem se tiver concedido a liberdade provisoria, abusar d'ella, procedendo de modo reprehensivel, será reintegrado na casa de detenção e correcção, e não se lhe levará em conta, para o cumprimento da pena, o tempo que tiver gosado da liberdade provisoria.

§ unico. A reintegração será determinada pelo juiz competente, a requerimento do ministerio publico, em vista da informação da auctoridade administrativa.

Art. 13.º Os presos serão distribuidos por classes ou cathegorias inteiramente distinctas e separadas, tomando-se por base para essa divisão a edade, e a gravidade das causas porque se acham na casa de detenção e correcção.

Art. 14.º A casa de detenção e correcção é considerada como qualquer asylo de mendicidade e estabelecimento pio e de beneficencia ou educação gratuita, afim de ter

parte no beneficio das doações, legados ou heranças que forem deixados aos estabelecimentos d'essa ordem.

Art. 15.º E' auctorisada a despeza de 6:000$000 de réis para accommodar aos fins da casa de detenção e correcção o edificio do extincto convento das religiosas de Santo Agostinho, descalças, denominado das Monicas.

Art. 16.º Para satisfazer as despezas ordinarias da casa de detenção e correcção é auctorisada á verba annual de 2:000$000 réis que será inserida no orçamento do ministerio dos negocios ecclesiasticos e da justiça, e com elle annualmente votada».

Seguem depois as formulas do estylo, e por ultimo a tabella dos emolumentos, pelo teor seguinte:

Um director 200$000 réis; um sub-director 150$000 réis; um capellão 200$000 réis; cinco guardas, a 300 réis diarios, 547$100 réis.

A casa de detenção e correcção teve uma epoca florescente, e em que foi mui conhecida. Os reclusos eram então educados regularmente e instruidos na arte musical. Tocavam durante as suas missas dominicaes, e assim attrahiam á capella muitas pessoas do bairro da Graça. O jardim, muito tratado, era franqueado ao publico, que ali passava algumas horas agradavelmente. Era muito bem ensaiada a banda da casa, e tinha um variado repertorio, apreciado dos amadores.

Não sabemos quaes motivos influiram na extincção da musica dos reclusos. Motivos educativos decerto não, porquanto pessoa alguma civilisada ousará avançar que a arte prejudique a educação moral de quem quer que seja.

Seguidamente adoptou-se um systema de ensino todo material, onde não houve intenção de erguer o espirito dos infelizes ás iriadas idealisações do pensamento. E' a corrente da epoca.

Este assumpto de maxima importancia devera prender a attenção de todas as classes illustradas. Em tempos o illustrado e talentoso dr. Ayres de Gouveia escreveu sobre as cousas penaes um livro que obteve grande nomeada. Bons principios propugnou, mas os seus brados perderam-se no *vasio* de bom senso que desde largos annos caracterisa a nossa sociedade.

Com a ascensional progressão das idéas modificam-se ou devem modificar-se as diversas instituições sociaes. O systema penal não póde ficar estacionario no meio da evolução geral; fez-se a lei para garantia da collectividade social, e esta garantia tanto se funda na defeza dos justos, como no melhoramento dos delinquentes. Assim, tudo quanto se adoptar em pró da educação do sentimento, e da instrucção intellectual, a dentro das prisões, será um modo de ser d'essa garantia.

O meio dissolvente em que decorre a infancia e puberdade de grande parte da população proletaria, constitue o terreno apto para a reprodução dos germens do vicio. Ás prisões compete emendar o que a promiscuidade das ruas, a desmoralisação da taverna e a ignorancia caseira trabalharam pérfidamente no espirito da mocidade. E é por este motivo que julgamos o modelo penitenciario contraproducente. A solidão, o sequestro do homem á humanidade longe de ser um bem, torna-se mal irremediavel, porque contraria atrozmente as leis da natureza, fundadas na sociabilidade de forças moleculares.

No momento em que escrevemos estas linhas, estão dirigindo a casa de correcção e detenção illustres e esclarecidos funccionarios. Um d'elles, o primoroso escriptor Silva Pinto, não é só uma gloria nacional como litterato e polemista, mas tambem possue um dos mais nobres corações de homem culto. Conhecendo a fundo as miserias humanas, escalpellando a cada passo o canceroso corpo social, o seu lucido espirito, impregnado da philosophia da Dôr, derrama a santa uncção da piedade sobre os desventurados que a lepra da miseria de corpo e alma anniquila.

*
* *

As prisões militares se não são de todo em harmonia com as prescripções moraes e hygienicas não é porque a imprensa se não tenha afadigado em censurar as pessimas condições de algumas, nomeadamente as de S. Julião da Barra.

Um paiz que eliminou dos seus codigos a pena capital, deve, por coherancia sequer, tratar de remodelar o seu systema penal de fórma que a prisão não seja substituta da forca, com eguaes encargos, hypocritamente disfarçados.

Dá-se presentemente o caso, realmente reprovavel, de se metter entre ferros qualquer individuo que não tem meios para pagar fiança. Muitas vezes a pobre creatura é apenas suspeita ou accusada gratuitamente. Chegado o termo legal não é pronunciada por falta de bases juridicas e é mandada soltar. No entanto o mal está feito; a dentro das prisões não ha excepções para os criminosos convictos ou suppostos.

Emfim, n'este assumpto, havia que escrever para encher volumes, se a indole d'esta publicação outra não fosse. Assim, não nos sendo permittido ir mais longe, ficamo-nos lamentando que a civilisação e a caridade christã ainda não transpuzessem as portas fataes d'aquelles infernos, levando comsigo, em vez do gladio de uma lei inflexivel, com sua pontinha de intolerancia mediaval, o livro que illustra o cerebro, a piedade que regenera a alma, e a hygiene que fortifica o corpo.

*
* *

Tendo de fallar-se de Lisboa, ainda que em descripção imperfeitissima conforme de principio declaramos, não se deve passar sem reparo em face dos seus templos, todos mais ou menos ligados ao passado, e affirmando as crenças dos vetustos heroes que, brandindo corajosamente o montante no campo, não se julgavam humilhados ajoelhando aos pés dos beneméritos da sua religião.

O primeiro templo que nos convida a attenção é indubitavelmente a Sé. Assistem-lhe incontroversos direitos á nossa humilde veneração pela sua alta antiguidade.

E' talmente recuada a epoca da fundação d'esta egreja que chega a andar envolvida em fábulas. Alguns antiquarios querem que elle existisse anteriormente ao san-

guinario imperador Diocleciano, mas oppõe-se a isso as investigações de outros, das quaes se deduz que em tempos taes não possuiam os christãos templo seu em qualquer parte da Luzitania, nem lh'o permittiria o terrivel inimigo dos novos principios evangélicos.

Todos conhecem as provações medonhas que supportaram os christãos dos primeiros seculos, e a existencia extraordinariamente angustiosa que levavam. Foi preciso que ao throno imperial subisse o pio Constantino, filho de Santa Helena, para que os nazarenos lograssem horas de doce repouso, e sem perigo pudessem entregar-se aos seus exercicios religiosos.

Datam d'essa epoca os mais antigos edificios—templos e mosteiros—da Luzitania, e segundo as melhores probabilidades é d'esse tempo a construcção da sé de Lisboa.

Suppõe-se mesmo que a primeira pedra foi lançada pelo proprio imperador. Constantino Magno, no anno 310.

Chronicas antiquissimas pretendem que o primeiro pregador do Evangelho em Lisboa fôra S. Mansos, primeiro bispo d'esta diocese. Este foi, porém, anterior ao reinado de Constantino, e celebrava os officios divinos nos subterraneos da casa de uma dama christã, luzitana, que muito respeitava o piedoso varão. Cahido o imperio romano os alanos vieram á Luzitania, e hostilisaram muitissimo os christãos orthodoxos.

Na sua qualidade de arianos eram irreconciliaveis adversarios dos que se mantinham extranhos á heresia Não obstante respeitaram os templos, e não lh'os profanaram, caso para admirar em tempos barbaros. No anno de 585, Leovogildo, rei gôdo, unificou o seu imperio, e pôz-se em guerra aberta com os christãos. Seu filho Hermenegildo, varão virtuoso e crente, não se subtrahiu aos rancores anti-evangelicos do nefando monarcha, e foi decapitado por ordem paterna.

A Leovogildo succedeu Flavio Recaredo. Era primeiramente ariano, mas o exemplo das santas virtudes de seu pobre irmão actuou no seu espirito a ponto de o levar á abjuração da heresia. Abraçou franca e lealmente as doutrinas da egreja, e desentranhou-se em acções piedosas. Levou até ao enthusiasmo o seu nobre amor pela religião de Jesus, e tornou-se um dos mais ardentes e zelosos apostolos do Christianismo.

E' de todo o ponto provavel que durante o seu reinado fosse, pelo menos, a sé reconstruida porque as anteriores convulsões das guerras anti-evangelicas lhe deveriam ter sido muito fataes.

Mas as grandezas humanas são igualmente instaveis quer no individuo quer nos imperios. Tão alto subira a opulencia dos cezares, tão collossal foi a sua queda. Todo o velho mundo foi abalado por esse tremendo baquear, e a civilisação devera carregar se de pezado lucto.

A invasão dos barbaros, as rapidas conquistas realisadas pelos arabes, todo esse remodelamento sinistro da edade media custou rios de sangue á humanidade. No anno de 715 dois emires musulmanos, Muça e Tarik, tomaram Lisboa, e em breve toda a Luzitania ficou por elles dominada. Tinham já conquistado toda a Hespanha, e assim lograram estabelecer um importantissimo imperio.

Figadaes inimigos dos nazarenos a sua primeira vingança contra elles foi destruir-lhes e incendiar-lhes os templos, e complementaram a malvadez assassinando por atacado populações inteiras.

Mal avisados andavam os barbaros filhos de Mafoma, e pouco a pouco se foram compenetrando d'essa verdade, em face das povoações destruidas e desertadas, que elles se viam forçados a reedificar e repovoar, coisa mui difficil em epocas talmente nefastas.

Mudaram de rumo, não por comprehensão dos preceitos humanitarios, mas por suggestões do interesse pecuniario que era, no âmago, o principal motor das conquistas de então, como das de hoje. Em consequencia d'estas considerações começaram a empregar uma certa tolerancia calculada.

Deixaram de saquear e destruir os templos, e até de exercer perseguições por motivos religiosos desde que os christãos comprassem o direito da livre pratica do seu culto, mediante determinados tributos.

Assim foi que muitas egrejas e conventos passaram intactos sob as *forcas caudinas* do dominio arabe.

Em Lisboa, porém, não destruiram a sé, mas expulsaram d'ella os padres e crentes do Evangelho, e installaram ali a sua mesquita. Para a apropriarem aos cerimoniaes da sua religião ampliaram-n'a e ornamentaram-n'a com toda a magnificencia.

A dentro das paredes d'este magnifico edificio não faltam provas dos trabalhos executados por esses fanaticos de Mahomed.

Decorridos quarenta e sete annos sobre a conquista de Muça e Tarik, foi Lisboa resgatada por D. Fruella I, rei de Oviedo, christão e dedicado aos assumptos relativos aos interesses do evangelho.

Não quiz a boa fortuna que elle pudesse cumprir os mais caros votos do seu espirito, quaes eram a purificação dos templos, e nomeadamente da Sé de Lisboa.

Ainda bem não chegara a contar o numero de combatentes perdidos na batalha, e eis de novo sobre elle o desencadeamento de novos perigos.

Abd-el-Raman, com um poderoso exercito, atacou a cidade com tamanha violencia que nem tempo houve para tentar resistencia séria.

Como se sabe as alternativas da victoria e da derrota não foram garantias de desenvolvimento para o christianismo na Luzitania. Mal despontava uma esperança, surgia a desillusão.

A breve trecho vemos o filho de D. Fruela, o afamado D. Affonso, *Casto*, vindo das Asturias e da Galliza, reinos seus, a vingar a desfeita soffrida por seu pae.

Os mouros, plenamente desbaratados, tiveram de fugir deixando aos vencedores um largo espolio, e D. Affonso mandou immediatamenle purificar o antigo templo christão, antigo e unico, que outro não havia em Lisboa além da sé.

Foi isto no anno de 800. Contentes os christãos celebravam os officios divinos, suppondo que finalmente o Christo supplantara o *Propheta*. Pobres illudidos!

Em 811 o kalifa de Cordova, Ali-Aton, rompeu fronteiras, invadiu Lisboa, apeou a Cruz, e proclamou de novo as glorias do Alcorão. A sé voltou a ser mesquita, e os christãos tornaram a ser perseguidos, e desprezados.

Desde então até á tomada de Lisboa por D. Affonso Hen-

riques, auxiliado pelos cruzados, isto é, trezentos e trinta e seis annos, deu leis o *Crescente*. O que foi a existencia dos christãos durante esse largo periodo ninguem o diz mas todos o suppõem. O fundador da monarchia apressou-se a mandar purificar o templo, e isto se fez com o magno cerimonial, em presença dos cavalleiros cruzados. Foi sagrado o bispo D. Gilberto, prelado inglez, que viera com os romeiros christãos da peregrinação ao tumulo sagrado.

A invocação do templo parece que foi Santa Maria Maior ou Nossa Senhora da Assumpção, que é, aliás, a invocação de todas as sés do nosso paiz.

Foi, pois, necessario, prover a egreja de paramentos e vasos sagrados, imagens, emfim, tornal-a digna da missão que tinha.

D. Affonso de tudo se occupou sollicitamente, e mandou accrescentar o edificio, para lhe dar a magestade necessaria.

Na mesma peugada seguiu seu filho e successor, o qual fez grandes obras no edificio, principalmente no anno de 1192.

Em outro logar dissemos quanto os terramotos de 1334, 1344, 1356 damnificaram este templo, e como D. Affonso IV teve de reedificar toda a capella-mór.

A fachada principal é do tempo de D. Fernando I.

Depois do terramoto de 1755 os estragos constatados em todas as dependencias da Sé foram de tal especie que as obras de reparação levaram vinte e seis annos.

De 1860 a 64 foram muito melhoradas as condições da egreja, comquanto a arte tenha bastante a lamentar aquelle mascarado de arrebicados em gesso, deformando-lhe a vetusta magestade das suas columnas, em cuja nudez marmorea se apoiaram tantas gerações de heroes.

Na sachristia da sé ha ainda uns restos das primitivas columnas. Nas paredes lateraes do portão ha duas pedras com inscripções commemorativas da entrada de D. Affonso Henriques em Lisboa. Uma é escripta em caracteres gothicos, e está em latim barbaro que então se usava. A outra é traducção dos dizeres da primeira.

E' do seguinte theor o seu contheudo:

TUNC ANNI DOMINI GUM C. M. NOTANTUR
CONQUE QUATER DENIS IIII ADQUE TRIBUS
CUM PER CHRISTICOLAS EST URBS ULIXBONA CAPTA

ET PER EOS FIDEI REDDITA CATHOLICAE
A ERA MILENA FUIT HOC DECIESQUE VIGENA
Vb DECEM OCTOBRIS IN CHRISPINII FESTO.

ESTES VERSOS LATINOS, QUE ESTÃO NA PEDRA
FRONTEIRA, SE TRADUZIRAM NO ANNO DE 1654.
CONTEM COMO ESTA CIDADE FOI TOMADA
AOS MOUROS, NO ANNO DE 1147, E DIA DE
S. CHRISPIM

* * *

A traducção não dá senão a summula do original. Os traductores não puderam *metter dente* com aquella *charada* de latinorio, e crêmos que o mesmo succederá a todos. Mas como o facto da conquista de Lisboa é sufficientemente conhecido, nem vale a pena perder tempo em tentar comprehender textualmente os dizeres da primeira inscripção.

Em um dos claustros da Sé, logo á entrada, ha uma cadeira de pedra, com a data de 1626. Pelo estylo da sua construcção não deve ser esta a data em que foi fabricada, mas provavelmente aquella em que a transportaram para o local em que se encontra. Basta notar-se que, no espaldar tem as armas portuguezas, quando em 1626, sob o odioso dominio de Castella as nossas armas tinham meramente o logar de escudo, ao centro do brazão de armas castelhanas

A torre da Sé foi theatro de um angustioso acontecimento, talvez ignorado de muita gente de Lisboa O dia 6 de dezembro de 1383 é memorando para a historia nacional.

Estava o paiz sob a regencia de D. Leonor Telles de Menezes, descaroada viuva de D. Fernando I, e dedicada partidaria do velho D. João I de Castella, com quem violentamente matrimoniara sua juvenil filha, a linda e desventurada infanta D. Beatriz.

Dois partidos se haviam formado: da parte da rainha regente, —e portanto da parte de Castella,—enfileiravam-se os ambiciosos e traidores, seduzidos pelas promessas da formosa e deshonesta creatura.

Zelosos da honra do throno, e da independencia de Portugal, os verdadeiros patriotas formavam o grosso dos adversarios do governo.

Frequentes escaramuças se davam, e os animos estavam exaltados, cada qual disposto a fazer valer a causa que havia adoptado.

Comprehende-se bem a acção da rainha em similhante meio. Onde sabia da existencia de algum autonomista de valor, tratava de supprimil-o.

Não lhe foi mister crear leis de *excepção*, porque a auctoridade régia fazia ás *claras* o que hoje se faz por varias encruzilhadas.

As guerras com a Hespanha haviam posto em evidencia gloriosa dois nomes mal soantes aos reaes tympanos —D. Nuno Alvares Pereira, e D. João, grão mestre de Aviz. O segundo, principalmente, dava que desconfiar á bella viuva, e não menos ao seu predilecto João Fernandes Andeiro, fidalgo gallaico, a quem nomeara conde de Ourem, em paga de varios serviços pessoaes, e tambem das intrigas politicas de que era vehiculo entre a sua côrte e a de D. João I de Castella.

Que deveria, ou antes, que poderia ella contra o moço ousado e honesto?

E elle a quanto se abalançaria! Vagos rumores corriam e inquietantes esses eram! O joven grão mestre de Aviz era filho natural de D. Pedro I, irmão bastardo de D. Fernando I, e a bastardia em casos taes não impedia a successão, a demais quando a opinião publica reclamava um chefe prestigioso.

Accudiu-lhe então a lembrança de envial-o a Evora, e ali mandal-o assassinar. E essa mulher, viuva não havia ainda mez e meio, assim não recuava em face de simi-

lhante infamia, como não recuava ante a odiosa intriga que fez de sua propria irmã um cadaver.

Inutilisar todos os pretendentes era o unico empenho da pérfida dama.

O grão mestre de Aviz, requisitado pelos populares, e vendo claramente os planos da rainha, retrocedeu para Lisboa n'esse dia 3 de dezembro, e dirigindo-se aos paços do Limoeiro, onde não era esperado, praticou o acto arrojado que encheu de jubilo a alma da nação, e de desejos de vingança o mesquinho coração de D. Leonor.

Ora, ao tempo, cingia a mitra lisbonense um prelado castelhano chamado D. Martinho. Por espirito de nacionalidade era este partidario acerrimo de D. Leonor. Sabia-o o povo, e n'aquelle momento de vindicta, embriagado pela noticia do assassinato do conde João Fernandes Andeiro, invadiu tumultuosamente os paços episcopaes rugindo maldições contra o bispo.

Não teve o pobre mais tempo do que o necessario para occultar-se na torre, julgando não ser ali procurado.

O odio popular, porém, tem faro seguro, e lá o descobriu. De nada valeu ao desgraçado bispo a sua alta dignidade. A multidão, desorientada, precipitou-o d'aquella altura, e o corpo do ungido do Senhor veio despedaçar-se nas pedras da rua, como aconteceria ao de qualquer profano.

Mal contente a populaça com a morte do infeliz arrastou-lhe o cadaver pelas ruas, n'aquella sobre-excitação de rancor que é um symptoma de pathologia collectiva.

*

* *

A pia baptismal da Sé de Lisboa não tem menos de 7 seculos. N'ella foi baptisado o popular e interessante thaumaturgo lisboeta, o afamado Santo Antonio, e tambem o glorioso estylista e orador sagrado, padre Antonio Vieira. De um e outro fallaremos em outra altura.

*

* *

Segundo antigos e abalisados escriptores no sitio do templo da Sé houve em remotos annos um templo pagão dedicado ao Sol.

Mais affirmam que sobre as ruinas d'esse templo foi levantada a mesquita arabe, purificada após a conquista dos christãos, e que foi a primeira egreja de Jesus.

Miguel Leitão de Andrade, na sua curiosa *Miscellanea*, é muito explicito na descripção d'esse templo idolatra, que segundo a sua opinião precedeu o templo dos nazarenos. Diz o illustre escriptor que o edificio pagão era coroado por um grande zimborio, no que se enroscava uma serpente, symbolisando a serpente Python, morta aos golpes de setta pelo glorioso Deva. Python era um medonho réptil, formado do lôdo que o diluvio depositou na terra. Terrivel para os mortaes, espalhava em volta de si a morte e a desolação. Um dia o Sol, compadecido das angustias humanas, resolveu o exterminio do monstro, e assim o fez. A pelle de Python foi aproveitada para cobertura do estrado do templo de Delphos, sobre a qual a sacerdotiza de Apollo dava os seus oraculos. D'isso deriva o nome pythonissas. O abbade José Joaquim Corrêa da Serra, auctorisado botanico e antiquario, confirma esta opinião com as descripções romanas que encontrou no templo da Sé, e que parece serem dedicadas ao auriluzente Deva.

Quando, depois do terramoto de 1755, se procedeu á reedificação das partes estragadas do edificio, tomou a direcção dos trabalhos o conego Antonio José da Cruz. Se era ou não habil no mando e superitendencia dos interesses do cabido, nem sabemos, nem nos importa. O que é certo é que em questões archeologicas professava a mais deploravel ignorancia, que fartamente manifestou mandando enterrar nos alicerces do templo as preciosas lápides dos romanos.

Na mesma occasião, e por motivo das obras, descobriu-se, pela parte inferior da Sé, um vastissimo subterraneo em optimo estado de conservação. Era mais uma prova em apoio da existencia do templo pagão, porque todos esses edificios tinham subterraneos identicos. Foi descoberto pelo lado da torre do sul, desabada pelo terramoto.

Tal extensão tinha que não chegou a averiguar-se onde ia dar, nem a area que occupava. O reverendo ignorante ordenou que entupissem o mais que pudessem, e tal se fez.

Nas *Memorias* de Placido Velho, reitor da Sé, encontra o leitor a noticia do facto.

O vulto feminino que se vê á entrada do lado direito, com duas creanças no regaço, bem póde ser da epoca dos romanos, e representar Léda com seus dois amados filhos Castor e Pollux, exemplos sublimes de amor fraternal.

Á esquerda, uma outra esculptura de mulher, entre dois floreados similhando espigas, seria talvez homenagem a Céres Lá se veem outras figuras allegoricas, como o touro cavalgado por uma mulher—lembrando a ficção de Jupiter a raptar a Europa, e Hercules sobre o leão empunhando a celebre clava, etc.

Em vista do exposto quasi nem é dado pôr em duvida a existencia do templo do Sol precedendo o templo do Christo.

*

* *

Anteriormente ao terramoto do seculo XVIII as duas torres da fachada principal tinham corucheus altos. As convulsões do solo despegaram-lh'os.

Em o volume IV do *Archivo Pittoresco*, ha uma estampa representando Lisboa no seculo XVI, e n'ella se veem as mencionadas torres conforme as dizemos.

O sino grande antigo era da altura de 1,^{m}58, até ás presilhas, com o diametro exterior de 5,^{m}39, e interior de 1,^{m}39. Cercavam-n'o tres cintas de lettras gothicas, entremeadas de varios sellos e escudos de armas.

O letreiro do alto continha:

SXE: MTANIPANA: DICUNTUR: COMODA: SANA: LAUDO: DEUM: VERUM: VOCO: POPULUM: CONGREGO: CLERUM: DEFUNCTOS: PLORO: SATHAM: FUGO: FESTA: DE: CORO:

O do meio:

ANGELE: QUI: MEUS: ES: CUSTOS: PIETATE: SUPERNA: ME: TIBI: COMISSUM: SALVA: DEFENDE: GUBERNA: MENTEM: SANCTAM: SPONTANEAM: HONOREM: DEO: ET: PATRIA: LIBERATIONEM:

O ultimo:

EN NA ERA DE: MIL: III: CCC: E: XV: ANNOS: FOI: FEITO: ESTE: SINO: DO RELOGIO: MUY: NOB. CIDADE: DE LISBOA: POR: MANDADO: DO: MUY: NOBRE: REY: DOM: FERNANDO: DE: PORTUGAL: ET: DO: MUITO: HONRADO: CABIDO DA DITA: CIDADE: DE: LISBOA: X DOS HOMES BOOS: DAETA CIDADE: MARTRE: JOHAM: FRANCES: ME: FEZ:

O terramoto de 1755 destruiu completamente este sino. E' de notar que a epoca attribuida á construcção do sino está errada. D. Fernando subiu ao throno em 1367 e morreu em 22 de outubro de 1383 com 38 annos de edade, tendo portanto nascido em 1345, pelo que não podia mandar fabricar o sino em 1315.

O erro é no segundo algarismo, isto na casa das dezenas, onde está *um* devendo estar *quatro*; teriamos então a data de 1345, era de Cezar, coincidindo com a era christã de 1377, em que o formoso monarcha reinava havia dez annos.

Como é sabido foi D. João I que fez substituir a era de Cezar pela de Christo, em todos os documentos officiaes.

A torre do lado direito teve um bom relogio que ali foi collocado por ordem de D. João V, em 1748. Chamavam-lhe o relogio da cidade; foi destruido pelo terramoto.

Tinha o templo a fórma de ogiva, e era de tres naves, tal como presentemente. Tambem se sustentava em duas ordens de columnas, e contava de comprimento desde o guardavento ao altar-mór—cincoenta e oito metros, com mais de vinte e um de largura.

A cupula que coroava o cruzeiro era muitissimo elevada e elegante.

A instituição da Sé de Lisboa em metropolitana data de 10 de novembro de 1399. Era chefe supremo da christandade o pontifice Bonifacio IX, ao qual el-rei D. João I instou pela concessão d'esse privilegio, que afinal obteve.

Á nova metropole deu o papa por suffraganeos os bispados da Guarda, Evora, Lamego e Silves.

O primeiro prelado lisbonense depois da graça pontificia foi D. João Annes, varão muito illustre. Este principe da egreja fôra cónego na cadeira creada por D. João Martins de Soalhães, arcebispo de Braga, sob condição de andar sempre essa dignidade apresentada por pessoas da sua familia.

No actual Pateo da Sé funccionou o primeiro seminario de Lisboa, creado a requerimento de D. João V, no anno de 1741, e auctorisado por bulla do papa Benedicto XIV.

Deu el-rei muitas rendas para a sustentação do seminario, e quatro egrejas do real padroado. Os estatutos do instituto foram redigidos pelo primeiro cardeal patriarcha, que era o director dos seminaristas. O patriarchado datava de 1716.

Deu isto em resultado a scissão da egreja lisbonense, que foi dividida em duas sés. D. João V protegia monsenhor de Bichi, e a curia hostilizava-o. El-rei não conseguiu a nomeação de patriarcha para o seu favorito, o que certamente devia irritar o émulo de Luiz XIV.

D. João de Souza, arcebispo de Lisboa, vinha de fallecer quando se deu o desaguisado em razão do qual o papa Clemente XI publicou a *bulla aurea*, datada de 7 de novembro de 1716, que desdobrava o arcebispado em *arcebispado oriental de Lisboa e metropole patriarchal.*

Como se deve suppôr, as duas sés hostilizavam-se, e as cousas tomaram tal feição que por pouco ia rebentando um schisma. Manifestos eram os inconvenientes e tão perigosos para a orthodoxia catholica que 24 annos depois o papa Bonifacio XIV aboliu o arcebispado oriental, ficando apenas a sé patriarchal.

A primeira sé patriarchal esteve na egreja dos Paços da Ribeira, que ficava, já o dissémos, sobre a actual praça do Pelourinho. Esta explendida egreja arruinou-se pelo terramoto, e foi devorada pelo incendio que completou a enorme calamidade d'aquelle dia. Passou a patriarchal para a ermida de S. Joaquim, em Alcantara, e d'ali para o templo da Cotovia, expressamente construido para esse mister.

Tambem este foi victima do fogo, e é d'ahi que ficou o nome de *Patriarchal Queimada* ao largo do Principe Real. D'esta vez passou a séde patriarchal para a egreja de S. Vicente de Fóra, e lá se manteve desde 3 de janeiro de 1772 até março de 1792. N'este anno foi transferida para a capella ao pé do palacio real da Ajuda onde continuou até 1834.

O decreto da dictadura d'esse anno, em 4 de fevereiro, restabeleceu á basilica de Santa Maria Maior a cathegoria de Sé metropolitana da provincia da Extremadura, qual antigamente fôra.

Os bens das duas sés extinctas foram encorporados nos *proprios nacionaes*.

Não satisfez o decreto, e por essa razão o governo seguinte, de accordo com o pontifice Gregorio XVI, reformou-o. O papa expediu a bulla *Quamvis æquo*, datada de 9 de novembro de 1843, e n'ella extinguia ambas as egrejas—patriarchal da Ajuda, e Santa Maria Maior—bem como todos os officios, beneficios, direitos e prerogativas inherentes, creando, para substituil-as, a nova sé patriarchal e seu cabido, com os direitos, garantias e honorificações que competem á dignidade d'estas instituições.

A rainha D. Maria II concedeu o régio benaplácito á bulla em 10 de maio de 1844, e por sentença de 30 de julho do mesmo anno ordenou a sua execução.

Ficou portanto estabelecido o quadro de membros da sé assignalando a cada um dos mais graduados os honorarios annuaes de 800$000 réis, a cada um dos dezoito conegos 700$000 réis, a cada um dos dezoito beneficiados 400$000 réis. Aos capellães cantores, em numero de quinze, 240$000 réis a cada um.

Tem além d'estes outros empregados com diversos honorarios. Tres ajudantes de thesoureiro, dois maceiros, armador, relojoeiro, organeiro, sineiros, tres serventes, doze meninos de côro, quarenta musicos, e um mestre de capella, e dois organistas.

Para dispendios de fabrica e sachristia fixou se a somma de 3:000$000 réis annuaes.

São bispos suffraganeos da actual sé metropolitana os prelados de: Leiria, Lamego, Castello Branco, Guarda, Portalegre, Angra do Heroismo, Cabo Verde, Angola, S. Thomé, e Principe.

O grão priorado do Crato, e Prelazia de Thomar, que eram *isentos*, ficaram annexados á patriarchal.

*
* *

Os bispos de Lisboa nas primeiras epocas, não são todos conhecidos; limitamo-nos portanto a dar uma lista d'aquelles cujo nome podémos haver.

Ha quem assevere que antes do anno de Christo 34, houve um. Como não lhe conhecemos, nem ha quem diga o nome d'esse varão, começaremos por S. Manços, no anno indicado. Seguiu-se-lhe outro anonymo e depois:

Philippe Philoteu, no anno 92; S. Pedro I, 166; Pedro II, 213; Jorge, 260; S. Gens, 284; S. Pedro III, 297; Januario, 300; Potamio, 356; Antonio, 373; Neobridio, 430; Julio, 461; Azulano antes do anno 500; João, 500; Eolo, 536; Nestoriano, 578.

Com documentos authenticos da sua jurisdicção temos:

Paulo I tomou parte no concilio terceiro de Toledo, convocado por instancias do rei Recaredo, no anno 589. Figura em decimo oitavo logar a sua assignatura.

Goma ou *Gomarelo*. Quando o rei Gondemaro confirmou o decreto em favor da egreja de Toledo, para cujo fim se celebrou o synodo de 611, o nome d'este prelado foi por elle escripto, em duodecimo logar. No concilio de Tarragona, quatro depois, apparece assignado por procuração.

Viarico, *Dialico* ou *Ubarico*, tres nomes distinctos e uma só pessoa em carne e osso, foi o presumido successor do segundo bispo.

Neufridio ou *Neufredo*. Este apparece-nos no setimo concilio de Toledo, realisado no anno 646, mas representado pelo abbade Crispino, seu official procurador.

Cesario ou *Cezar*. No dia 1 de dezembro de 656 estava no decimo concilio de Toledo, e foi o decimo primeiro a assignar a acta das materias em discussão.

Theodorico. Esteve no concilio de Mérida no anno 666.

Ara. Este prelado assistiu ao decimo terceiro concilio de Toledo, e foi o ultimo a assignar, pondo no documento a data de 683.

Landerico. Era o numero cincoenta e seis dos membros do concilio de Toledo feito em 688. Tambem lhe apparece o nome no concilio decimo setimo.

D'aqui ficamos sem saber mais nada sobre o assumpto, até ao anno de 1147, pois durante o dominio arabe não eram permitidos os concilios mixtos do tempo dos reis godos.

A egreja christã atravessou então um longo periodo de soffrimentos, que nos não é difficil calcular, e os pastores das almas fieis tinham de actuar com o maior cuidado para não despertarem o *faro* dos musulmanos, sempre dispostos a punir os christãos qual se fossem nefandos delinquentes.

Todavia o christianismo ia fazendo progressos, e, segundo affirmações fidedignas o culto sustentou-se em alguns pontos de Lisboa, apezar dos perigos que lhe andavam imminentes.

Tinham os neóphytos a animal-os os seus sacerdotes, e a enthusiastica attitude do conde D. Henrique, e dos primeiros reis, cujas conquistas eram esplendorosos triumphos para as doutrinas evangélicas.

Se houvesse chegado até ao nosso tempo a historia de esse periodo seriamos possuidos de grande assombro pelo heroismo dos martyres da nova religião, ainda mais do que pelo destemido arrojo dos guerreiros.

Infelizmente só tornamos a reatar o fio conductor com a tomada de Lisboa. Com os cruzados, auxiliares de D. Affonso Henriques encontramos D. Gilberto, sacerdote inglez, ao qual o conquistador quiz entregar a direcção espiritual da cidade resgatada do poder mauritano.

D. João de Portugal, arcebispo de Braga, sagrou o novo bispo, e assim ficou a egreja lisbonense suffraganea da egreja de Braga.

Pela mesma epoca se fundaram as egrejas dos Martyres, Santa Justa e S Vicente, e em 1150 o cabido da sé, com determinação de se celebrarem cánones pelo breviario de Salisbury, como succedeu até ao anno de 1536.

Dezenove annos governou este prelado, vindo a fallecer em 27 de abril de 1166. Foi sepultado na sé. Succedeu lhe o mestre escola da sé D. Alvaro, a quem D. Gilberto havia nomeado coadjutor e successor, segundo as praxes da egreja.

Os seus collegas do cabido não viram com bons olhos a preferencia, e impugnaram a successão, pelo que houve de recorrer-se ao summo pontifice Alexandre, o qual decidiu em favor de D. Alvaro, em 1168.

Este prelado instituiu as parochias de S. Bartholomeu, S. Martinho, Santa Cruz e S Jorge.

Durante a sua direcção effectuou-se a trasladação do corpo de S. Vicente, martyr, do Algarve para Lisboa, com todo o cerimonial e luzimento que então presidia ás celebrações do culto.

D. Alvaro exerceu as funcções episcopaes pelo espaço de dezenove annos, e deixou boa memoria. Foi sepultado tambem na sé.

Em vida d'este prelado tinha sido eleito á successão D. Soeiro I, que entrou a governar o bispado immediatamente ao fallecimento de D. Alvaro e á sua frente esteve durante vinte e quatro annos.

Em virtude de um tratado estabelecido entre o papa Innocencio III e os arcebispos de Braga e Santiago de Compostella, passou a sé de Lisboa a suffraganea da ultima, no anno de 1199.

Este D. Alvaro I, mui dedicado amigo de el-rei D. Sancho I, obteve grandes concessões para a sua egreja e estabeleceu ali as quaternarias, afim de desdobrar o quadro dos sacerdotes.

Seguiu-se-lhe D. Soeiro, que começou a funccionar em 1211, havendo portanto dois annos de séde vacante. Bem se póde dizer em louvor d'este prelado, que á sua prudencia e energia muito deveu a tranquillidade interna do paiz.

D. Affonso II havia tomado as rédeas do governo, e logo se indispôz com suas irmãs, em virtude de partilhas e legados paternos. As cousas tornaram-se talmente alarmantes quanto se póde suppôr. As opiniões dividiam-se, estas pelo monarcha aquellas pelas infantas, e como

os inimigos de fóra estavam atalaiados no farejo de qualquer motivo de dissenções que enfraqueceriam o estado ainda tão carecido de cuidados e prudencia governativa, os melhores avisados persuadiram el-rei a que enviasse o bispo de Lisboa a expôr ao pontifice as razões preponderaveis em pró da corôa, vistas as pouco benévolas disposições pontificias.

D. Soeiro II foi, e desempenhou-se sensatamente da difficil tarefa, conseguindo conciliar tudo, senão pelo justo, pelo *conveniente*.

Deu lhe esta viagem ensejo de travar conhecimento pessoal com os fundadores das ordens franciscana e dominicana, que, devido a elle, se estabeleceram promptamente em Lisboa.

Tambem este bispo deu importante contingente para a tomada de Alcacer do Sal, praça forte dos musulmanos, que os christãos resgataram no anno de 1219. Apesar da sua longa lista de serviços, ou talvez por causa d'isso mesmo, em volta d'elle se agitavam os inimigos occultos, esperando occasião de lhe cravarem a dentuça. Essa occasião iniciou-a a morte de D. Affonso II. D. Sancho II subiu ao throno em má hora. Com razão ou sem ella formou-se em volta d'elle logo uma atmosphera de hostilidades irreductiveis. Accuzavam-n'o de descurar o governo e de se deixar dominar por sua esposa, cuja formosura deslumbrante o fascinava por completo. Mas essa mesma opposição lhe creou um partido pessoal que o sustentou emquanto poude. O arcebispo de Lisboa enfileirou-se no partido hostil, e por isso chamou sobre si as revindictas dos amigos do joven rei.

Rebentou a perseguição, e o prelado teve de expatriar-se para se collocar fóra do alcance de tão poderosos inimigos.

Era, todavia, esperto de sobra para deixar correr á revelia os seus interesses, e portanto trabalhou a valer junto do pontifice Gregorio IX até que este o reintegrou no seu bispado com grandes honras. Os restantes dias decorreram-lhe tranquillos, e morreu em 9 de janeiro de 1232. Jaz na Sé.

Depois empunhou o báculo um D. Payo, D. Prior de Guimarães e cónego de Vizeu. Este não teve tempo para mostrar virtudes ou tibiezas, porque apenas viveu um anno depois de cingir a mitra.

Veio o bispo D. João I que não se poude entender com o estado em que andavam as cousas espirituaes e governativas no profano, e para se livrar de incommodos partiu para Roma, com tanta infelicidade, porém, que lá falleceu no anno immediato.

De D. Ayres Vaz, ou Vasques, successor do antecedente, não temos certeza de quando cingiu a mitra. Em 1244, durante o mez de novembro, entre varias cousas que fez, fundou a collegiada de Marvilla, dita de Santa Maria. No anno immediato esteve no concilio de Leão, em França, e ganhou a sympathia do pontifice Innocencio IV. Em 1248 elaborou as Constituições diocesanas e assignalou novas demarcações ás parochias da sua diocese. Em 1252 sagrou o templo de Alcobaça, e dois annos depois tomou parte nas côrtes de Leiria.

Emprehendendo D. Affonso III a conquista definitiva do Algarve, este prelado acompanhou-o, prestando-lhe bons serviços. Falleceu em 1258 no mosteiro de S. Vicente de Fóra, onde fôra frade professo. Era de nobilissima estirpe.

Succedeu-lhe D. Matheus, eleito a seguir, e que breve partiu para Roma em missão de D. Affonso III, junto dos papas Alexandre IV, e Urbano IV.

De Roma voltou, sagrado pelo pontifice, e logo celebrou synodo em Lisboa. Algum tempo depois celebrou outros synodos, sendo o terceiro e ultimo convocado especialmente para a reforma das constituições do bispado.

Este prelado instituiu as parochias de S. João Baptista, e de S. Matheus no Lumiar. Foi elle o instituidor da procissão de Corpus Christi em Lisboa. O papa Urbano IV tinha creado esta solemnidade ha pouco, sem duvida para impressionar as massas humanas com o brilhantismo da egreja romana.

Em Portugal foi recebida com enthusiasmo. O dia destinado officialmente para isso foi a primeira quinta feira depois da festa da Santissima Trindade. Todas as municipalidades de Portugal realisaram a cerimonia, e com tanto luzimento quanto lh'o permittiam as suas forças pecuniarias. Em Lisboa, porém, tornou-se deslumbrante.

Não figurava ainda n'aquella epoca o espectaculoso cortejo de S. Jorge, nem o guerreiro canonisado era padroeiro da nossa terra. Essas attribuições pertenceram a S. Thiago até que ao grande dia de Aljubarrota em que D. João I não se fiando muito na protecção do padroeiro—que tambem o era de Castella, o exonerou, e fez substituir por S. Jorge.

Comtudo não ha comparação possivel entre aquella procissão e a de hoje. No estado de atraso em que se encontrava o povo, e que não era menos manifesto nas classes privilegiadas, o culto manifestava-se por exterioridades ultra-cómicas, mas imprescindiveis n'aquelle tempo. Nem os dignitarios da egreja iam contra ellas, nem seriam bem recebidas as repressões que se intentassem em favor da dignidade do christianismo.

As descripções que nos ficaram d'essas festas, correm parelha com as antigas cerimonias do paganismo. Oiro, pedrarias, luxuosas exhibições, tudo emfim quanto fallava aos sentidos do corpo, e nada que despertasse os sentimentos da alma.

O bispo D. Matheus teve comtudo a alegria de ser o primeiro prelado que figurou n'esse brilhante cortejo em Lisboa. Desde a madrugada os repiques dos sinos atroavam os ares, e os instrumentos de sopro, semi-barbaros no seu arregenho enthusiastico, despertavam toda a gente. Muitissimo mais circumscripta a cidade enchia-se de gente, acotovellando-se, maltratando-se, para não perder um só dos divertimentos burlescos do dia.

S. Jorge tomou o logar de honra na procissão, pela vez primeira, no anno de 1387, por expresso mandado de el-rei. Imagine-se o effeito! Os pretos, os arreios do cavallo, o deslumbramento de tantas maravilhas entremeadas de caricaturas humanas, devia realmente dar um quadro explendido!

E' claro que dentro em poucos annos o abuso attingiu proporções de grande escandalo, porque o clero, transigindo com elle, tornou-se cumplice das irreverencias ao divino. Os prelados tiveram de intervir seriamente, publi-

cando leis condemnatorias, e prohibindo que tomassem parte na procissão homens e mulheres perdidas representando personagens biblicos

Em alguns pontos houveram porém de transigir.

Devido ás influencias atávicas, as exhibições tocavam o mais alto grau da hilaridade. Entendiam os religiosos da epoca que deviam impressionar as multidões com os apparatos de figuras de papellão, symbolisando scenas do antigo testamento, danças de selvagens, palhaçadas de varia especie, parando toda esta trapalhada em designados pontos para se desbocar em loas que arrepiavam os cabellos e faziam córar o bom senso.

Subiu o escandalo tanto e tanto que D. João V ordenou que a procissão se realisasse de outra fórma, sem as grandes e caricatas inconveniencias offensivas da dignidade do culto.

Aos nossos dias ainda chegou a *irmandade de S. Jorge*, com aquelles pretinhos pittorescamente vestidos, dançando atraz do santo, que lá vae atarraxado no seu corsel, ostentando um chapeu onde refulgem pedrarias cujo valor mataria a fome a centenares de familias desgraçadas...

Modernamente faz-se esse cerimonial de maneira pouco brilhante, mas muito mais correcta. A egreja entendeu que devia caminhar a par da Evolução social, e com acerto procede. Crêmos sinceramente que o actual summo pontifice possue uma clarissima e illustrada intelligencia, auxiliada de um raro bom senso pratico, que lhe mostra na sua alta missão o dever moral de equilibrar, quanto possivel, o Progresso e a Egreja Christã.

Nobre comprehensão essa, perante a qual se inclinam os espiritos serenos. Mesmo em nosso tempo esta solemnidade soffreu grandes modificações. A geração passada ainda a viu com grande luxo. Em todo o seu transito formavam alas de soldados, que desde a manhã andavam em evoluções sob as ordens dos commandantes, e que pela noite recolhiam mais ou menos estiolados pela inutil canceira e requeimados pela acção do sol, durante horas, sobre as suas cabeças Das janellas pendiam as melhores colgaduras e sanefas, tudo pertencente ás respectivas freguezias, onde os parochianos as alugavam.

Era o dia consagrado á exposição das vaidades... toda a gente tinha como obrigatorio estrear vestuario e ostentar adornos na quinta feira do Corpo de Deus.

Passou isso como passou o Judas do sabbado da Alleluia, que fez as delicias do rapazio de ha quarenta annos.

Depois do bispo D. Matheus coube a mitra a D. Estevam Annes de Vasconcellos que a conservou seis annos, durante os quaes raramente esteve em Lisboa. Em 1286 assistiu ao concilio realisado em Braga. Este preclaro varão era descendente do celebre e immortal Martim Moniz. Falleceu em 1290.

D. Domingos Jardo, que lhe succedeu, fôra capellão de D. Affonso III e seu conselheiro. D. Diniz nomeou-o seu chanceller mór e deu-lhe o arcebispado de Evora no anno de 1283.

Insigne varão nas lettras este foi. Nasceu em Bellas, e fez a sua formatura na universidade de Paris.

Fundou o hospital de S. Paulo, mais tarde transformado em mosteiro de Santo Eloy, onde habitavam os cónegos seculares de S. João Evangelista, Loyos. E' caso para notar-se que n'esse instituto de lettras cursaram varias disciplinas os mais primorosos talentos da sua epoca.

Lá foi sepultado o emérito prelado, em 18 de dezembro de 1293.

Substituiu-o D. João Martins de Soalhães, que tomou posse da diocese em 1294. Era da familia Porto Carreiro, e falleceu no primeiro dia de maio de 1325, sendo então arcebispo de Braga. Assistiu aos concilios de Compostella em 1306 e 1310, e em 1307 convocou synodo para reformar as constituições da sua diocese.

Fundou o mosteiro de Santa Clara de Lisboa, e isentou o mosteiro de Odivellas da jurisdicção episcopal.

D. fr. Estevam II foi o vigesimo bispo de Lisboa. Era administrador dos bens dos templarios, e veio transferido da diocese do Porto, por bulla de 8 de outubro de 1312.

Não se deu bem com o cabido lisbonense, e como as desavenças se iam aggravando cada vez mais, partiu para Avinhão, e conseguiu a transferencia para o bispado de Cuenca, em Castella. Por lá falleceu, mas o seu cadaver veio para o convento de Santa Cruz de Coimbra, para o qual havia obtido grandes mercês pontificias.

Pela vaga devida á transferencia foi a mitra concedida a D. Gonçalo Pereira, ascendente do grande heroe de Aljubarrota, D. Nuno Alvares Pereira. Este varão creou-se nos paços de D. Diniz, e estudou em Salamanca. Couberam-lhe varias honras e desempenhou importantes funcções até ser nomeado bispo de Lisboa pelo papa João XXII. Celebrou synodo em 1324 e dois annos depois transitou para o arcebispado de Braga.

Este prelado foi um dos bravos heroes da batalha do Salado, onde combateu contra os adversarios. Era tambem diplomata segundo a sua época, e assim é que foi chamado para árbitro entre principes europeus, cujo desequilibrio de relações occasionaria gravissimas calamidades publicas.

Aos 4 de março de 1326 ficou eleito bispo de Lisboa D. João Affonso de Brito. Estava em Avinhão, e era deão da Sé de Evora. Foi elle quem lançou as bençãos matrimoniaes a D. Pedro I e D. Constancia.

Varão honestissimo trabalhou incessantemente em reformar os abusos e immoralidades do clero. Morreu de provecta edade, em 25 de julho de 1341.

Succedeu-lhe D. Vasco Martins, que dirigia a diocese do Porto. Foi o auctor do livro *Roda* onde se lançavam todos os rendimentos da Sé. Falleceu em 1344, e ficou sepultado na cathedral.

D. Estevam Annes, nomeado pelo pontifice Clemente IV, nunca veio a Lisboa, limitando-se a delegar poderes em vigarios geraes. Em Avinhão viveu e lá falleceu. Outrotanto fizeram os seus successores D. Theobaldo, e D. Reginaldo.

Mais cuidadoso foi D. Lourenço Rodrigues, eleito em 1358. Reformou o clero, deu-lhe novas constituições que fazia observar austeramente, e visitava annualmente todo o bispado, inteirando-se do procedimento dos parochos. Morreu em 1364.

Seguidamente encontramos D. Pedro Gomes Barroso, que nunca pôz pé na sua diocese; D. Fernando, que só entrou na cathedral depois de morto; D. Vasco II, que o

mesmo fez; D. Agapito Colona, romano de origem, que após nove annos de governo renunciou o bispado e foi eleito cardeal com o titulo de Santa Prisca, e D. João de Aix, francez, que só governou dois annos porque obteve transferencia para a mitra da sua terra natal.

Chegamos agora a D. Martinho, o desventurado bispo que o povo arremessou da torre da Sé no memorando dia 6 de dezembro de 1383.

O ultimo bispo de Lisboa foi D. João Annes, que deixou boa memoria pela probidade e austera moral com que se conduzia.

N'este entanto deu-se o fausto acontecimento da acclamação do glorioso Grão mestre da Ordem de Aviz, e este, grato aos lisbonenses pela extrema lealdade e amor que lhe manifestaram durante a terrivel prova que vinham de passar, concedeu-lhe muitos privilegios e mercês, entre as quaes a elevação da sua sé ao fôro metropolitano, isentando-a de qualquer jurisdicção que não fosse do Vaticano.

O pontifice Bonifacio IX, accedendo aos desejos do joven monarcha, mandou passar a bulla de 10 de dezembro de 1394, em virtude do que a Sé de Lisboa se libertou da jurisdicção da de Compostella, e ficou elevada a arcebispado, tendo por suffraganeas as sés de Guarda, Lamego, Evora e Silves.

Foram depois arcebispos de Lisboa:

D. João Annes, que nada de notavel fez. D João Esteves da Azambuja. Formou parte do concilio de Piza, convocado por causa do schisma que compromettia a paz espiritual dos catholicos. Fez boa figura no congresso, e attrahiu a benevolencia do pontifice João XXIII, que lhe deu as honras cardinalicias.

Fundou o convento de S. Salvador de Lisboa e lá foi sepultado o seu corpo, vindo de Bruges onde falleceu.

Apezar das vestes sacerdotaes era um valente defensor da integridade patria, e assim o demonstrou nas guerras com D. João I de Castella. A' sua grande auctoridade moral coube a missão de obter da Curia a devida dispensa de votos, afim de el-rei D. João I de Portugal poder contrahir matrimonio com D. Filippa de Alencastre.

D. Diogo Alvares Foi eleito em 1414, mas por falta de observancia de praxes, e má vontade de D. João I e do infante D. Pedro, não conseguiu tomar posse do arcebispado.

D. Pedro de Noronha. Este entrou com o pé esquerdo, pois levou a vida a escaramuçar ora com o clero ora com os nobres. O papa Martinho V reprehendeu-o por falta de zelo no desempenho do seu cargo, e até por esse motivo houve concilio provincial em Braga aos 22 de dezembro de 1426.

Esta tempestade passou, porque dois annos depois foi elle a Aragão negociar o casamento do principe herdeiro, D. Duarte, com a infanta hespanhola D. Leonor. Enviuvando esta, e havendo-a o monarcha fallecido instituido regente, na menoridade de D. Affonso, os tres estados oppuzeram-se ao cumprimento d'esta clausula testamentaria, e optaram pela regencia do infante D. Pedro. O arcebispo tomou partido pela rainha, de cuja attitude lhe resultou tão acirrada perseguição que teve de fugir para Castella. Sequestraram-lhe os bens e rendas.

O pontifice Urbano VI tomou a peito a situação do afflicto prelado, e advogou-lhe a causa junto do infante regente. D. Pedro era dotado das mais nobres qualidades de homem e de cavalheiro, e por isso accedeu ao pedido do papa, e D. Pedro de Noronha foi reintegrado no seu logar.

Morreu no palacio episcopal e sepultaram-n'o na sé.

D. Luiz Coutinho. Notabilisou se este por tomar parte na eleição do Anti papa Felix IV, e em ser por elle nomeado anti-cardeal, em abril de 1443. Quando a princeza D. Leonor, filha de el-rei D. Duarte, se matrimoniou com Frederico III, imperador da Allemanha, este arcebispo acompanhou-a.

Ignora-se quando e onde morreu.

D. Jayme. De sangue real, este ungido do Senhor. Filho do infante D. Pedro, era primo e cunhado de D. Affonso V. No tristemente celebre conflicto de Alfarrobeira o mancebo, que tinha 14 annos de edade, quiz defender seu pae, e a odiosa ingratidão do monarcha castigou-lhe a probidade filial com uma prisão que durou seis annos.

Conseguiu evadir-se e chegou a Flandres onde se accolheu á protecção de sua tia D. Izabel, mulher de Filippe III. Esta senhora enviou-o a Roma mui recommendado, e o pontifice Nicolau V, não podendo ungil-o bispo porque o heroico moço só contava 20 primaveras, nomeou-o administrador perpetuo da egreja lisbonense, e recebeu capello com o titulo de Santa Maria *in Portici*.

Foi o introductor da bulla da Santa Cruzada em Portugal. Morreu este sympathico homem de bem em 21 de abril de 1460.

D. Affonso de Noronha, que lhe succedeu, governou a egreja lisbonense desde 1459 a 1464; e fundou a egreja da Luz ao pé de Carnide. Morreu em Alemquer, victima da peste, e de lá veio o seu cadaver para a egreja de S. Lourenço. Depois d'este tivemos no arcebispado D. Jorge da Costa, a quem o papa Xisto V elevou ao cardinalato para comprazer a el rei D. Affonso V.

Foi a Castella, na qualidade de embaixador, no anno de 1469, e acompanhou o monarcha portuguez na empreza de Arzila e Tanger, em 1471, e foi ministro e conselheiro da corôa. Fixou os limites ás parochias de Lisboa, e fez muitas visitas pastoraes na diocese.

Para Roma partiu e por lá viveu vinte e oito annos, resignando a mitra em seu irmão, com auctorisação régia Esteve a pontos de ser pontifice, porque obteve muitos votos nos consistorios realisados durante a sua vida. Em Roma se finou. D. Martinho da Costa foi o arcebispo que substituiu o anterior desde que elle resignou em seu favor.

Este prelado teve muito bom senso e praticou actos que lhe attrahiram as sympathias geraes.

Ao seu tempo houve uma das terriveis calamidades pestiferas que assolaram varias vezes a Europa.

A' peste juntou-se a fome, e innumeras familias de proletarios definhavam nas agonias da miseria tão mortifera quanto a propria peste. D. Martinho da Costa, incansavel em prodigalisar consolações e soccorros corporaes aos desgraçados, completou a sua bella obra mandando vir do estrangeiro numerosas partidas de trigo que distribuiu gratuitamente pelas familias proletarias.

Este bondoso principe da egreja baptisou o principe D. João, que depois reinou com o nome de D. João III.

Falleceu em 28 de novembro de 1521 em Gibraltar, de regresso ao reino, de onde sahira para acompanhar a infanta D. Beatriz a Saboya, afim de matrimoniar-se com o duque Carlos.

Seguiu-se-lhe um principe de sangue, D. Affonso, terceiro filho de el rei D. Manoel e de sua segunda esposa.

Antes de oito annos de edade já o papa Leão X o fizera cardeal, com o titulo de bispo targitano, diacono cardeal de Santa Luzia... Aos 14 annos foi declarado arcebispo de Lisboa... Parece brincadeira, mas não é, e houve muito d'isto na antiga Roma, e não poucas degradações e vicios derivaram de tão nefasto abuso.

D. Affonso não prevaricou como tantos outros.

Dizem-nos as noticias da epoca que elle proprio baptisava as creanças pobres, e administrava os sacramentos da Eucharistia, e ensinava doutrina aos menores. Visitava os enfermos e distribua numerosos soccorros.

Deve-se-lhe a instituição dos registros de baptismos em livro proprio, e celebrou synodo no anno de 1536.

Morreu na flôr dos seus 31 annos, e deixou saudades porque era intelligentissimo e humanitario.

D Fernando de Vasconcellos e Menezes, filho do conde de Penella, era capellão de D. Manuel, e foi-o tambem de D. João III. Nada fez de notavel, e a sua melhor obra foi mandar construir o altar de S. Vicente. Em 1545 acompanhou a Castella a infanta D. Maria, filha de el-rei D. Manuel, quando ella se casou com o principe D. Filippe, filho do imperador Carlos V.

Depois d'este governou a diocese lisbonense o cardeal D. Henrique, irmão de D. João III. Em 1566 celebrou concilio provincial, e mandou cumprir á risca as determinações do concilio tridentino, com referencia á reforma dos costumes. Em 30 de novembro do mesmo anno fundou o seminario de Santa Catharina. Em 1569 demittiu-se da sua dignidade, e foi retomar o arcebispado de Evora, de onde viera transferido depois da morte de D. João III.

O desastroso fim de seu sobrinho D. Sebastião fel-o largar todas essas occupações para cingir a corôa, que da sua fronte senil iria resvalar na fronte odiosa do castelhano.

Morreu em Almeirim, e de lá veio para a egreja dos Jeronymos de Belem.

Depois d'este temos D. Jorge de Almeida, cujo vulto ficou sinistramente illuminado pelas fogueiras da inquisição de cujo tribunal maldito elle foi chefe superior em Portugal. Este arcebispo desempenhou as funcções de governador de Portugal, como os quatro fidalgos, que todos se deshonraram vendendo a Castella a honra e autonomia da Patria Portugueza.

Morreu em 1385, depois de vêr a patria escravisada ao tyranno Filippe, mercê da sua traiçoenta felonia.

Ficou sepulto na Sé.

Herdou-lhe as dignidades D. Miguel de Castro, natural de Evora. Quando o nomearam arcebispo de Lisboa governava Portugal o cardeal Alberto em nome de Filippe II. D. Miguel de Castro foi nomeado seu adjuncto, e n'essa qualidade o substituiu durante um periodo em que negocios de estado chamaram o cardeal archiduque a Castella.

Este prelado instituiu uma capella na Sé com seis capellães perpetuos, e ordenou que os membros do seu cabido usassem as murças forradas de carmezim, e sobre ellas trouxessem o capello. As murças dos meios conegos quiz que fossem forradas de preto, sem capello.

Foi tambem vice-rei de Portugal no anno de 1615.

Pelo que respeita a virtudes christãs não lh'as abonam muito os actos da sua vida, especialmente a sua ida a Madrid, afim de obstar ao perdão geral que o rei projectava conceder a todos os judeus existentes em terras da peninsula hispanica.

Succedeu-lhe D. Affonso Furtado de Mendonça da casa dos duques do infantado. Governou politicamente o reino por delegação de Filippe III mas não se salientou de qualquer fórma durante os tres annos em que funccionou. Cortou-lhe a carreira a morte, que se attribuiu á violenta commoção moral que lhe causou o celebre desacato da egreja de Santa Engracia, perpetrado em a noite de 16 de janeiro de 1630.

Substituia-o D. João Manuel, descendente de el-rei D. Duarte. Exerceu tambem as funcções de vice-rei de Portugal. Morreu em 1633.

Tomou o logar vago um membro da nobilissima familia dos senhores de Tâboa, que era D. Rodrigo da Cunha. Occupava o antipathico encargo de inquisidor-mór de Lisboa.

Este prelado teve bastante zelo pelas cousas da sua jurisdicção, e convocou um synodo diocesano para tratar da constituição do seu arcebispado, que foi tão sensata que vigora ainda ao presente.

Falleceu em 1643.

D. Antonio de Mendonça, filho dos condes de Val de Reis, ministro e presidente da Meza da Consciencia, foi quem se seguiu na administração especial do arcebispado lisbonense.

Foi deputado da junta dos tres estados. Morreu aos 14 de fevereiro de 1675, merecendo sinceros louvores pela justeza e benemerencia com que se desempenhou das suas altas funcções. Seguiu-se-lhe D. Luiz de Sousa, filho dos condes de Miranda.

Comquanto creado e educado nos paços de Madrid, não renegou os deveres de portuguez, e vindo para o seu paiz tornou-se amigo leal do principe D. Theodosio. Em 1651 deveu ao seu profundo talento e vasta erudição o ser graduado doutor canonista pela curia, onde foi receber o capello.

Voltando a Portugal foi deão da Sé do Porto, e governador da relação civil da mesma cidade. Em 1669 D. Pedro II, que muito lhe queria, nomeou o seu capellão-mór. Feito logo depois bispo de Bona, e breve passou a ser nomeado arcebispo de Lisboa.

Procedeu a amplas reformas ecclesiasticas e obteve do pontifice Innocencio II o jubileu de Lausperenne para todas as egrejas de Lisboa.

Durante a sua jurisdicção foram encontradas, escondidas em uma capella da cathedral, as reliquias de S. Vicente. O prelado mandou fazer uma preciosa urna de prata, e edificou uma capella magnifica onde as collocou. O

papa Innocencio XII concedeu-lhe a purpura cardinalicia.

Reedificou o templo e mosteiro de Santa Catharina de Riba-mar, e estabeleceu rendimentos perpétuos para manutenção de um monge no Bussaco. Era muito illustrado este arcebispo, e o muito que se dedicava ás lettras e ás sciencias ficou bem revelado á vista da explendida bibliotheca que elle deixou, e que se contava como a mais completa do seu tempo.

Findou seus dias em 4 de janeiro de 1702.

Depois d'este cingiu a mitra D. João de Sousa, da casa dos donatarios de Gouveia. Tinha prefeito os cincoenta e cinco annos de edade quando foi chamado a exercer as funcções episcopaes.

Era doutorado em Canones, e teve o arcediagado de Santa Christina, na primacial de Braga, e foi deputado do *santo officio*. Muitas outras honras lhe foram conferidas, algumas das quaes resignou.

Poucos homens na sua elevada posição teem sido tão dignos da gratidão dos desvalidos. A sua alma era um sacrario de virtudes raras. Nenhuma dôr lhe era indifferente, nenhuma miseria deixava de ter n'elle um generoso protector.

De tanta fama encheu a Europa que o papa Innocencio XII lhe mandou uma especie de breve com os mais expontaneos e acrisolados louvores.

Morreu este verdadeiro ministro do bom Jesus no dia 29 de setembro de 1710.

Com elle fechou-se o cyclo dos arcebispos de Lisboa. D. João V, sonhador perenne de pompas e opulencias, quer no profano quer no ecclesiastico, andava tratando de elevar mais principescamente a egreja de Lisboa, empregando persuasivos meios junto do Vaticano para conseguir que o arcebispado ascendesse a patriarchado

Deve ter sahido cara a satisfação d'esse desejo, porque demais sabem todos que os altos privilegios custam grossos cabedaes aos *agraciados*, e em Roma mais do que em qualquer outra parte. No entanto D. João V não se prendia com similhantes embaraços. O paiz ainda tinha bom oiro, e o Brazil ainda dava bastantes braços para sustentarem os reaes caprichos. Assim foi que conseguiu do papa Clemente XI a bulla aurea, *In Supremo Apostolatus solio*, expedida em 7 de novembro de 1716, em virtude da qual foi erigida a cathedral metropolitana e patriarchal, na collegial capella de el-rei.

Esta nova instituição desdobrou a diocese em duas metropoles. A parte do nascente ficou sob a jurisdicção do arcebispo, e tudo quanto fazia parte do poente entrou na direcção do novo patriarchado.

O patriarcha accumulava as honras de capellão-mór, e tinha o privilegio de poder trajar as purpuras cardinalicias.

Os resultados do desdobramento foram desastrados. Rebentou o conflicto entre os dois principes da egreja, e o arcebispo arrogou-se poderes quasi discrecionarios, que tudo ia dando em resultado um schisma.

O pontifice Benedicto IV sobresaltou-se com esse estado de cousas, e expediu a bulla de 13 de dezembro de 1740 pela qual foram as duas egrejas reunidas em uma só, que ficou sendo a Sé Patriarchal, dando-lhe por suffraganeos os bispados de Angra, Funchal, Lamego, Guarda, Portalegre, Leiria, Maranhão e Grã-Pará.

O primeiro patriarcha de Lisboa, como tal confirmado por Clemente XI em 7 de dezembro de 1716, foi D. Thomaz de Almeida a quem nos referimos quando fallamos dos palacios do Campo de Santa Clara e do largo de S. Roque.

Era da casa de Avintes e Arcos, e doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Foi deputado do Santo Officio e desembargador do Porto de onde veio para a casa da supplicação de Lisboa. Funccionou como deputado da meza da consciencia, juiz do fisco real, procurador da fazenda, e estado da rainha, chanceller-mór do reino, secretario das mercês, expediente e estado, provedor das obras do povo, e foi antes d'isso prior de S. Lourenço de Lisboa.

Em 1706 foi elevado á prelazia de Lamego, pouco depois transferido, e por ultimo elevado á mais alta dignidade da egreja portugueza.

Em 1717 visitou officialmente o seu patriarchado, administrando sacramentos de chrisma e consagrando templos. Por essa epoca baptisou varios filhos de nobres familias, e sagrou bispos. A sua qualidade de patriarcha dava-lhe direito ás purpuras cardinalicias, pelo que ficou associado ao sagrado collegio de Roma, por determinação do papa Clemente XII.

Foi este prelado quem mandou edificar o palacio e quinta da mitra em Santo Antonio do Tojal, e fez reconstruir e augmentar o palacio dos arcebispos em Marvilla.

Fundou a egreja dos clerigos de Rilhafolles e a das freiras trinas de Campolide, e creou a parochia de Santa Izabel.

E' claro que a egreja parochial levou tempo a aprompta r, e por isso esteve fazendo as suas vezes provisoriamente a capella de Santo Antonio.

O dia em que ali se solemnisou com grande pompa a festa da inauguração da freguezia teve um facto que commoveu todos os assistentes.

A' festa assistia a familia real, e officiava o patriarcha. Quasi a meio da missa entrou na capella uma pobre mulher com uma creancita para baptisar. Acabava o prelado de benzer a pia baptismal, vinda de novo, porque na ermida, já se sabe, não podia ella existir, visto ser apanagio parochial.

Então D. Thomaz de Almeida quiz por suas mãos administrar o sacramento á creancinha proletaria, e el-rei foi padrinho do pequenino neophyto que assim entrou na sociedade sob os melhores auspicios, escudado por duas protecções de tanto valor.

As obras da egreja de Santa Izabel consummiram todo o dinheiro orçado para o seu acabamento sem terem chegado a mais de metade. D. Thomaz de Almeida, que era o symbolo da generosidade fidalga, magoou-se com isso, mas achou-se em embaraços para obviar ás difficuldades porque o seu animo dadivoso lhe não deixava juntar cabedaes.

Possuia ricas pratas, herdadas de familia, e portanto objectos de estimação. Não hesitou o nobre prelado. Entendeu-se com a irmandade para que nomeasse uma commissão afim de promover a venda da magnificente bai-

xella, e instou-a pelo rapido commettimento da tentativa. Entregou-a logo á mesma collectividade, e, realisada a venda nem sequer quiz verificar as contas que lhe apresentou a commissão, dizendo-lhe apenas que levasse o dinheiro todo da venda, para com elle se concluirem as obras do templo com a possivel brevidade.

*

* *

Falleceu este generoso prelado com oitenta e quatro annos de edade, na casa da familia de Vasco da Gama, em S. Roque, onde habitava, e cujo pateo substituiu com o nome de Pateo do Patriarcha. Está sepulto no cruzeiro da egreja de S. Roque.

E' de notar tão admiravel desprendimento O prelado que assim praticou era digno de respeito dos fieis do seu tempo. Alto valor, e duplo valor tinha a sua baixella, que assim o declara a certidão do contraste, passada em 25 de outubro de 1753, e assignada por Manoel Pereira da Silva Leal.

Por esse documento se sabe que os objectos pezaram mil quinhentos e trinta e dois marcos e uma oitava, e foram avaliados em nove contos, oitocentos quarenta e tres mil, quatrocentos e doze réis.

Todo esse dinheiro deu o primeiro patriarcha de Lisboa para acabamento da egreja de Santa Izabel.

Dir-nos-hão que melhor fôra ter instituido algum soccorro para os pobres, ou casa de educação para azylar a infancia desvalida. No entanto é necessario que colloquemos os factos no meio em que elles se produzem, para avaliarmos quaes influencias os determinam.

A philantropia hodierna é filha das condições sociaes do nosso tempo. Dado o impulso liberal elle pôz em movimento uma ordem de ideias inteiramente desconhecida dos antigos.

No seculo XVII ainda se tinha como superior a todos os beneficios aquelles que o padre administrava na egreja. Institutos de ensino intellectual eram tidos na conta de *luxo*, e portanto apenas os ricos estavam no caso de pensar em instruir-se. Para o povo havia a esmola, e a instrucção do cathecismo.

Foi seu successor D. José Manoel da Camara. Quando se erigiu a egreja patriarchal era elle deputado dos tres estados, e foi nomeado seu principal decano. Em 1747 teve as honras de cardinalato conferidas pelo papa Benedicto XIV.

Teve este patriarcha a infelicidade de assistir á terrivel hecatombe de 1755. Comquanto nada soffresse enorme abalo lhe causou a desgraçada situação em que ficou Lisboa. Empregou os melhores exforços para beneficiar os pobres, e mandou administrar soccorros espirituaes aos desventurados que o terror dominara por completo.

Morreu em 9 de março de 1758, no palacio da Atalaya

D. Francisco Saldanha, terceiro patriarcha, descendia dos senhores de Assequins, e condes da Ponte. Desempenhou varias funcções ecclesiasticas, foi feito cardeal em 1756, e reformador geral apostolico da companhia de Jesus, em Portugal, no anno de 1758.

Por proposta de el-rei D. José foi elevado a patriarcha no mesmo anno, tendo trinta e quatro de edade. Foi sagrado na egreja da Junqueira com grande pompa, no dia 5 de agosto de 1758.

D. José era-lhe mui afeiçoado, tendo em alta conta o seu conselho nas cousas do estado. O seu caracter recto e sensato deu origem a conflictos com o marquez de Pombal, os quaes nada honraram o *chanceller de ferro* da época.

O marquez de Pombal, arrebatado no odio que nutria pelos jesuitas, aproveitou os acontecimentos de 3 de setembro de 1758, para se deitar em crueldades de toda a especie.

Assim foi que decidiu dar morte publica e affrontosa a varios padres da companhia que tinha por inimigos pessoaes, e cujos nomes tivera meio de incluir na lista dos conspiradores. O mesmo sentimento o moveu contra o inquisidor geral D. José, e seus dois irmãos D. Antonio e D. Gaspar, todos tres filhos declarados de D. João V.

Intento seu era incluir no numero das victimas o padre D. Fr. José Caetano, carmelita, o bispo de Coimbra D. Miguel da Annunciação, e as proprias dominicanas do mosteiro de Alcantara.

D. Francisco de Saldanha oppôz energicamente o seu voto ás demasias vingativas do primeiro ministro, e d'esta vez a voz do patriarcha fez mais ecco na consciencia de D. José I do que as imposições do marquez de Pombal.

Enfureceu-se este, e vingou-se de fórma indigna de quem estava á sua altura. Começou por negar ao prelado a correspondencia politica, que de direito lhe pertencia ver e seguidamente lhe suspendeu os honorarios, e as ordinarias, de modo que o leal e rectissimo patriarcha se encontrou em condições de vender os objectos de que podia dispôr, e empenhar os demais.

Sabedor das difficuldades em que laborava o digno prelado, não só se não commoveu, como ainda lhe apeteceu accrescental-as em amarguras e desconsideração, para o que lhe enviou aviso para não voltar ao paço tanto que não fosse chamado.

Com a resignação christã que o caracterisava o offendido obedeceu, sem soltar queixume, mas profundamente magoado de tanta injustiça.

Notou el-rei a ausencia de D. Francisco de Saldanha, e informou-se das razões que a motivavam. Logo que as conheceu não pôde conter o desagrado, e mandou affirmar ao patriarcha que similhante ordem não fôra por elle dada, nem sequer conhecida.

Tambem não era o marquez de tempera que supportasse a severa lição sem revolta, e como de seu interesse era não ferir o rei, visto que sem a régia protecção se voltariam contra elle todos os seus inimigos, numerosissimos que eram, redobrou de rancorismo contra o principe da egreja.

Dias passaram sem apparencia de tempestade. O patriarchá continuou a frequentar o paço, e tudo entrou na ordem.

As relações officiaes, restabelecidas entre os dois adversarios deram causa a encontrarem-se em differentes occasiões, uma das quaes foi na casa do grande estadista, em um jantar cerimonioso.

Em má hora lá foi D. Francisco de Saldanha. As iguarias do jantar não lhe *cahiram bem* no estomago. Pouco depois de as haver ingerido entrou a sentir-se mal, e recolheu ao seu palacio enormemente afflicto. Recolheu á cama, e de tal modo peorou que nenhuma medicação conseguiu debellar os progressos da enfermidade, vindo a fallecer no dia de todos os Santos de 1776, na edade de 53 annos.

A noticia do seu fallecimento consternou a cidade. Era um prelado modelo, exemplo raro de virtudes e a guerra que lhe movera o ministro de D. José ganhou innumeras sympathias em seu favor.

Como era natural todos os sinos de Lisboa dobraram, quer nas parochias, conventos e capellas.

El-rei, ignorante da gravissima doença do patriarcha, soube então da sua morte, e teve grande agonia. Aquelles mortuarios sons segredavam-lhe a propria extincção do seu ser, e apavoraram-n'o na visão da morte.

No entanto o corpo do principe da egreja, estava pobremente vestido e pobremente collocado. A má vontade do marquez de Pombal reduzira o desventurado patriarcha á situação de qualquer desvalido proletario. Supportara-a elle com altiva dignidade, silencioso na sua dôr, e demasiadamente fidalgo para se lamentar; nem sequer levara um appello junto do throno onde teria bom acolhimento.

A familia do nobre extincto dirigiu-se ao marquez, e expondo-lhe a pobreza em que elle jazia, pediu-lhe que désse ordens para que o enterro de chefe da egreja de Lisboa fosse á altura da sua gerarchia.

Sebastião José de Carvalho e Mello não era homem de coração, e menos ainda capaz de esquecer o odio, em face de um cadaver. Assim, encarando friamente os fidalgos que vinham pedir-lhe o méro cumprimento de um dever, respondeu-lhes que «cada um devia ser sepultado conforme os meios de que se pudesse dispôr; o patriarcha, se nada tinha, podia ser enterrado como clerigo, pois que a pompa funebre não se devia fazer á custa alheia, e não dava vida ao morto, além do que era inteiramente superflua e dispensavel».

O conde da Ponte, parente do morto, indignou-se com tamanha desconsideração, e foi em procura do infante D. Pedro, irmão e genro de el-rei; expoz-lhe o que vinha succedendo D Pedro não consagrava ao estadista de ferro a minima sympathia, e aproveitava todos os ensejos de lhe contrariar as intenções.

Apressou-se portanto em dar uma quantia consideravel para os funeraes do prelado, e ordenou ao conde da Ponte que, sem perda de tempo fosse contar a el rei o que se dava com o fallecimento do prelado.

El-rei pasmou... Fez chegar a sua presença o seu grande ministro e desfechou lhe á queima roupa a pergunta: «Como se hade sepultar o patriarcha?»

Como pobre, respondeu sem hesitar o marquez, com a firmeza que o caracterisava.

D. José encolerisou-se, e retorquiu-lhe «que o seu erario tinha dinheiro e que os funeraes do prelado seriam feitos em grande pompa».

De boa ou má vontade o ministro teve de inclinar-se perante as ordens terminantes de el-rei, em cujo espirito começava a actuar a influencia da familia.

Fez-se o ceremonial funebre com todas as honras devidas a um principe da egreja, sendo o corpo conduzido ao real mosteiro de Belem, tudo a expensas da real fazenda, que nada poupou para honrar os restos do bondoso e humanitario varão.

Está sepultado ao pé do degrau que sobe para o cruzeiro da egreja, servindo-lhe de campa um estrado de madeira.

Tal é a historia de D. Francisco de Saldanha, victima dos seus nobres sentimentos, e da comprehensão dos deveres inherentes á sua alta missão.

Succedeu a esta illustre victima D. Fernando de Sousa e Silva, da casa dos condes de S. Thiago. A sua passagem nada deixou digno de menção. O mesmo com respeito a D. José Francisco Miguel Antonio de Mendonça, de cuja individualidade se nota apenas a qualidade de socio honorario da academia Real das Sciencias de Lisboa. Morreu em 12 de fevereiro de 1808, e foi sepultado na egreja do convento da Graça.

Depois d'este tivemos D. Carlos da Cunha e Menezes, da familia dos condes de Castromarim. No seu tempo se deram os grandes acontecimentos da revolução liberal de 1820.

Era o prelado essencialmente aferrado ao absolutismo, de modo que se negou a jurar as bases da constituição. Esta attitude obrigou-o a emigrar para Bayona e por lá esteve até á queda da constituição, no anno de 1823. Voltou então a Portugal, mas falleceu no anno immediato, poupando-lhe a morte o desgosto de assistir ás luctas que anniquilaram o throno absolutista.

Ascendeu em seu logar ao elevado cargo de patriarcha D. Fr. Patricio de Souza, que foi antes ministro de estado, conselheiro, e regedor das justiças. Quando morreu D. João VI foi este prelado um dos membros do governo, e depois foi vice presidente da camara dos pares. Em seu tempo se passou a guerra civil, e ainda a notavel revolução de setembro. Como homem illustrado acceitava factos sem reluctancia, e governou sensatamente o patriarchado. Falleceu em 3 de janeiro de 1840, com a provecta edade de 90 annos.

O seu successor, D. Fr. Francisco de S. Luiz Saraiva, era muitissimo illustrado e escreveu obras de merito, quasi todas desconhecidas do publico. Reportam-se especialmente a assumptos historicos de Portugal e Hespanha, desde os seculos mais remotos, até ao seculo XVI. Tambem escreveu largamente sobre philologia e linguistica, com minuciosas referencias aos dialectos peninsulares, e cultivou com cuidado a litteratura, critica litteraria, e estylo de varios classicos portuguezes.

Escreveu sobre consultas e pareceres da administração interna do paiz e deixou documentados alguns successos da historia contemporanea. Teve tambem muita predilecção pelas investigações archeologicas, e occupou-se de estudo de letreiros latinos em quantos monumentos pôde consultar, no solo da antiga Luzitania.

Estes, e outros diversos trabalhos de alto valor, attestam a cultissima intelligencia d'este talentoso prelado. Os trabalhos que vieram á luz da publicidade foram edita-

dos por um sobrinho do sabio patriarcha, o conselheiro Antonio Correia Caldeira. Entre os titulos de valor litterario e scientifico destaca-se o espirito liberal do sympathico prelado. Foi elle um dos membros da junta provisoria do Porto, nomeado em 24 de agosto de 1820, e já tinha feito parte da junta do Minho, no movimento popular de 1808 contra os invasores francezes. Em 1821 era deputado ás côrtes, e foi nomeado membro da regencia por ellas decretada.

Consciencioso liberal, merecia os louvores publicos pela sua attitude, mas essas mesmas qualidades que o ennobreciam lhe acarretaram desgostos quando, em 1828, o partido miguelista teve monção favoravel. Foi recluso no convento da Batalha, e d'ali desterrado para a serra de Ossa.

Victorioso o liberalismo, em todas as honras e distincções foi restabelecido o douto varão. Além d'isso foi por tres vezes presidente da camara dos deputados, par do reino, socio da Academia Real das Sciencias, onde a sua primeira memoria obteve a medalha de ouro, ministro e conselheiro do estado, guarda-mór da Torre do Tombo, e teve a condecoração da ordem de Christo.

Ascendeu á alta situação de cardeal patriarcha, depois do antecedente, D. Guilherme Henriques de Carvalho, natural de Coimbra, onde fez os seus estudos, com tanto aproveitamento que antes dos 16 annos de edade estava matriculado no primeiro anno do curso juridico. N'esse mesmo anno se passaram os acontecimentos da invasão, e os academicos formaram o seu brilhante batalhão de voluntarios. N'elle tomou logar o juvenil estudante, e com essa pleiade de gentis patriotas andou, até concluida a guerra santa.

Retomou depois os seus estudos, e sempre foi laureado em todos os actos até ao do quinto anno.

Em seguida tomou capello na faculdade de Canones, tendo apenas vinte e dois annos de edade. Resolvido a seguir a carreira ecclesiastica tomou ordens e habilitou-se oppositor ás cadeiras canónicas. A breve trecho obteve a collocação desejada no real collegio de S. Paulo, onde se desempenhou habilmente do seu logar de lente, e conjunctamente a de administrador.

Este collegio, como os demais collegios academicos, mosteiros e congregações religiosas, foi supprimido em 1834.

Em 1821, a convite das côrtes liberaes, fez parte da commissão elaboradora do codigo penal, e em 1823 cooperou officialmente na reforma da fazenda da Universidade, da qual era deputado e tinha sido anteriormente procurador fiscal. Quando se tratou do encanamento do rio Mondego, obra de importantissimo valor pelo prejuizo que as innundações causavam á cidade, o illustrado D. Guilherme foi encarregado da superintendencia dos trabalhos.

Em 1825 foi nomeado lente substituto da faculdade de canones, e provido cathedraticamente no anno de 1830. Em fevereiro de 1840 foi elevado a bispo de Leiria. Por motivos que não conhecemos o illustre varão começou por não querer acceitar a nomeação, mas afinal teve confirmação em 1843.

Dois annos depois obteve a gerarchia de patriarcha de Lisboa, que em novembro do mesmo anno teve a necessaria confirmação de papa Gregorio XVI, recebendo as purpuras cardinalicias em 15 de fevereiro de 1846.

Foi D. Maria II que lh'as entregou em presença de toda a côrte, com grande ceremonial, effectuado no templo de Santa Maria de Belem.

Por superior consideração que elle merecia á familia real e a Roma, deu-se-lhe a administração do grão priorado do Crato, da prelazia de Thomar, dos bispados de Castello Branco e Portalegre.

O exercicio de capellão-mór da casa real tambem lhe pertenceu, por direito adquirido dos seus antecessores. Além de tudo isto foi presidente da camara dos pares, como da dos deputados fôra antes, foi membro do conselho do estado, e presidiu ao conselho geral de beneficencia.

Por diversas occasiões desempenhou importantes missões, extranhas ao seu cargo, e sempre com a mais notavel proficiencia, embora sem lucros pecuniarios.

Em 1854 reuniu-se em Roma o concilio magno, destinado a dogmatisar a concepção da mãe de Jesus. O patriarcha D. Guilherme lá foi, e teve grandes honras de recepção. E' claro que votou o dogma. Não vem aqui a proposito commentar o facto, por ser a indole d'esta publicação inteiramente neutral a assumptos d'esta ordem. A razão dos nossos esclarecidos leitores lhes suggerirá apreciações *ad hoc*.

Foi este prelado o restaurador do seminario de Santarem, pelo qual tinha uma verdadeira dilecção. Em 1853 ali mandou fazer obras de importancia que melhoraram as condições do edificio e do ensino.

Em sua vida dois grandes flagellos assolaram o povo— O cholera-morbus, em 1856, e a devastadora febre amarella em 1857. S. Eminencia apavorou-se, principalmente em vista dos estragos que esta ultima multiplicava assombrosamente cada dia, e aproveitou a occasião para realisar uma visita pastoral pelo patriarchado, porquanto assim podia respirar um pouco de ar livre de microbio terrivel que em Lisboa salteava indifferentemente ricos e pobres, nobres e plebeos, profanos e ecclesiasticos.

Outrotanto não praticou o mancebo de vinte e tantos annos que occupava o throno. D. Pedro V não só se negou a aproveitar ensejos para sahir de Lisboa, como até se esqueceu da sua vida em proveito da vida alheia. Ahi onde maior o perigo era, ahi o juvenil monarcha se mantinha firme e piedoso como um martyr da fraternidade humana. Emquanto o cardeal patriarcha passeava pastoralmente, com as possiveis commodidades, o santo principe percorria as enfermarias dos choléricos, fallava-lhes com ternura, apertava lhes as mãos, e insufflava-lhes uma esperança que a muitos pôz de pé.

Sua Eminencia regressou em meados de novembro, quando o terrivel hospede se julgava longe de Lisboa. Não foi assim, infelizmente, porque pouco depois do regresso cahiu o principe da egreja mortalmente ferido pela epidemia.

Fez enorme sensação este acontecimento, porque o patriarcha D. Guilherme, além de muitissimo intelligente e instruido, era grande amigo dos artistas, e tinha pela musica uma verdadeira paixão.

Pouca gente culta de Lisboa desconhece os maravilhosos officios da Semana Santa, composição do immortal

maestro Cazimiro, glorioso nome que orgulha o nosso paiz. Foram essas joias lyricas feitas expressamente para a Sé, e o seu adoravel auctor offereceu as ao patriarcha. D. Guilherme, com a sua lucidissima intelligencia, apreciou a obra, e agradeceu commovidissimo ao grande artista, que era mestre de capella da Sé patriarchal.

Entre outros brindes com que presenteou o maestro havia uma delicadissima caixa de prata, cinzellada com caprichosa imaginação, e que era um gracioso mimo.

No mesmo genero era tambem uma taça de prata e ojro, ambos os ojectos com dedicatorias gravadas.

Este prelado obteve do pontifice que os conegos da sua sé usassem de batinas e murças vermelhas, dentro da egreja, e mantiletes afóra das funcções da cathedral. Para os seis dignitarios do cabido conseguiu o alto privilegio de usarem mitra e celebrarem de pontifical, como os monsenhores.

Estabeleceu o jazigo dos Patriarchas, em S. Vicente de Fóra, e lá está sepultado.

Seguiu-se-lhe D. Manuel Bento Rodrigues, natural de Villa Nova de Gaia, onde nasceu no primeiro anno do seculo XIX. Foi frade professo no Beato Antonio, de Lisboa, e doutorou-se em Theologia aos 26 annos de edade. Foi professor de historia no collegio das artes, e lente de Theologia na Universidade. Esteve como vigario capitular nos bispados de Castello Branco e Elvas, e veio depois para cónego da patriarchal, ascendendo a provisor e vigario geral, com o titulo de bispo de Mytilene, de cuja dignidade foi sagrado na egreja de S. Vicente de Fóra aos 22 de fevereiro de 1846.

Foi nomeado bispo conde de Coimbra, e confirmado por Pio IX em 15 de março de 1852 e d'ahi veio para as honras de patriarcha, sendo confirmado no consistorio de 18 de março de 1858. Era par do reino, vice-presidente do conselho geral de beneficencia e do conselho superior de instrucção publica, e grã-cruz da ordem de S. Thiago em Hespanha, e da Corôa Verde de Saxonia.

Falleceu aos 26 de setembro de 1869, e está no jazigo de S. Vicente de Fóra.

D. Ignacio do Nascimento de Moraes Cardoso foi seu successor. Nascera em Murça aos 20 de dezembro de 1811, e cursou as aulas de theologia, na universidade, tendo os seus actos de anno sempre premiados.

Aos cincoenta e dois annos de edade fizeram-n'o bispo do Algarve, e aos sessenta cardeal patriarcha. A sua jurisdicção não foi accentuada por acontecimentos de magna importancia. Foi, todavia, bondoso de caracter e esmoler de convicção. O seu tempo notabilisou-se pela corrente democratica do pensamento. O throno era occupado pelo monarcha mais tolerante de toda a dynastia, e que era tambem um homem intelligentissimo e culto. D. Luiz I era incapaz de ser despota, e respeitava os principios fundamentaes da constituição, como raramente se vê.

Tambem o sensato prelado não exercia pressões, nem patrocinava o despotismo das consciencias.

O fallecimento d'este patriarcha, pacifico e liberal, marcou uma nova phase na administração ecclesiastica, ou antes na direcção espiritual do patriarchado.

E' cedo ainda para fazermos a historia do respeitabilissimo patriarcha actual. Da sua influencia nos assumptos moraes muito haveria que notar, mas não é para este logar o fazel-o. A nossa qualidade de liberaes seria talvez suspeita de parcialidade. No entanto, não duvidamos affirmar as honestissimas qualidades, e sinceras intenções do illustre principe da egreja, antigo Varatojano, nem a humildade expontaneamente adoptada do seu viver.

*

* *

A camara patriarchal tem um secretario e um escrivão, tres escrivães ajudantes, contador e seu ajudante e um amanuense.

Para a execução dos breves e bullas apostólicas ha um juizo apostólico, que consta de um juiz, um promotor, dois escrivães, um contador e um distribuidor.

Ha tambem oito examinadores synodaes.

A chancellaria da mitra consta de um escrivão, thesoureiro e ajudante. O cabido tem — dois principaes — um deão — um chantre — um arcipreste — um arcediago — um thezoureiro-mór um mestre escola, cerca de vinte cónegos e egual numero de beneficiados, um thezoureiro, um mestre de cerimonias e quinze capellães cantores.

Os empregados particulares ao serviço do patriarcha são dois capellães, um mórdomo, um secretario, um fámulo, que todos habitam nos paços de S. Vicente.

A Relação e Curia patriarchal compõe se de Presidente, Vigario geral do patriarchado, Desembargadores que são em numero de vinte e um, sem contar os honorarios, quatro escrivães, um guarda-mór e contador, um distribuidor e contador dos feitos que transitam pela Relação.

Os bispados suffraganeos da sé patriarchal são: Angra, Angola, Cabo Verde, S. Thomé e Principe, Mytilene, Portalegre, Funchal, Guarda, Lamego, Leiria, Castello Branco.

A nunciatura apostolica de Lisboa tem um nuncio, um abreviador e thezoureiro, um auditor, um secretario, um escrivão de bullas e chanceller que se denomina notario apostolico, e um registador.

A secção pontificia de recursos estabeleceu-se em logar do antigo tribunal da legacia. Esta substituição data da convenção entre Portugal e a Santa Sé, realisada no anno de 1868, e n'ella se tratam os assumptos ecclesiasticos da provincia lisbonense.

Compõe-se de sete juizes e um presidente, tres juizes supplentes, um defensor dos matrimonios e profissões religiosas, um promotor fiscal, um guarda-mór e contador, dois escrivães e quatro notarios apostolicos.

Reune em sessão ás terças feiras, no edificio de S. Vicente, e são n'ella juizes os desembargadores da Relação e curia patriarchal.

Nos mesmos dias ha as sessões da Relação e curia patriarchal, egualmente no mosteiro de S. Vicente de Fóra. Este edificio tem uma grande antiguidade historica, pois que a primeira pedra lhe foi lançada por D. Affonso Henriques, aos 21 de novembro de 1147, decorridos trinta dias desde a tomada de Lisboa. Foi com grande apparato realisada a cerimonia. Os prelados e dignitarios da côrte acompanhavam o monarcha, bem como uma enorme multidão de populares attrahidos pelo rumôr da festa.

D. Affonso Henriques dava assim cumprimento ao voto

que havia feito, e ali onde mandara benzer o terreno para cemiterio dos christãos que fallecessem na guerra, ahi lançou a pedra angular do magestoso templo que vemos, memoranda reliquia d'aquella epoca heroica.

O cemiterio está por debaixo do corpo da egreja e de parte do mosteiro, do largo, e ainda do principio da actual rua da Infancia.

Quando a egreja e o mosteiro foram reconstruidos, em tempo de Filippe II de Castella, a pedra foi achada no mesmo logar em que o fundador do reino de Portugal a depuzera. Tinha a fórma de quadrado, e n'ella havia uma inscripção latina que dizia:

«Esta egreja fundou el-rei D. Affonso I de Portugal, á honra da Bem-aventurada sempre Virgem Maria, e de S. Vicente, martyr: em 21 de novembro de 1147».

Concluido o ceremonial dirigiu-se o valoroso filho do conde D. Henrique á parte occidental da cidade, onde os cruzados tinham assentado o seu arraial, e onde tinham tambem o seu cemiterio christão.

Em terreno d'este mortuario logar estava já preparado o alicerce, e elle mandou depôr a pedra primordial do templo de Nossa Senhora dos Martyres, invocação dada pelos cruzados em memoria do martyrologio dos seus guerreiros, mortos ali em defeza da religião christã.

As reliquias de S. Vicente de Fóra eram de extrema devoção para os christãos da peninsula ibérica. Estiveram primeiramente em Hespanha. Este piedoso christão soffreu o martyrio aos 22 de janeiro de 366. Era consul da Peninsula Daciano, não menos cruel do que o seu amo Diocleciano, terrivel imperador romano.

Feroz inimigo dos nazarenos a nenhum perdoava o que elle tinha em conta do nefando crime, como o negar a divindade dos seus formosos déuses pagãos.

Os christãos puderam adquirir os restos mortaes do zeloso crente, e conservaram-n'os com religioso culto.

Vieram por sua vez os arabes expulsar das Hespanhas os romanos, e com elles o seu culto artistico. Com a mutação não ganharam os nazarenos, porque Abd-el-Raman podia competir em barbaridade com os mais barbaros *Neros* do paganismo. Os christãos tiveram de fugir á pressa, levando comsigo, pelo mar, os restos do benemérito Vicente.

Arribaram sem transtornos ao *Promontorio Sacro*, no Algarve, hoje cabo de S. Vicente, e ali edificaram uma capellita onde collocaram o corpo do martyr. Tempo depois fundou se ali um humilde mosteiro com egreja, onde os frades guardavam o corpo e exerciam os sacrificios do seu culto.

Desde a conquista de Lisboa accudiu aos grandes senhores a ideia de prestar honras ao santo que morrera pelo amor de Christo. Pela sua parte tambem os frades do *Cabo Sacro* não estavam contentes com o desterro, porque o isolamento e ausencia de meios defensivos constituiam para elles constante perigo.

Expuzeram, pois, a D. Affonso Henriques, os inconvenientes e perigos a que andavam expostos, e o monarcha achou de justiça essas queixas, pelo que determinou que elles viessem para Lisboa com as santas reliquias do martyr.

Não se fizeram rogar os monges, que logo embarcaram. Chegando aqui mandou el-rei depositar o corpo do santo na primitiva egreja de Santa Justa e Rufina. Esta foi destruida, pedra a pedra, pelo terramoto de 1755, por cujo motivo se construiu outro templo com a mesma invocação, na rua dos Fanqueiros. Não sabemos o motivo porque este segundo templo foi profanado, e n'elle se edificou o theatro de D. Fernando, de curta duração, vindo afinal a deitar-se tudo abaixo, para se construir o grande predio em que se installou o hotel Pelicano.

S. Vicente chegou a Lisboa em 15 de setembro de 1173, e logo foi proclamado padroeiro da cidade.

Ao terramoto seguiu-se o pavoroso incendio que devorou grande parte da cidade, e as reliquias de S. Vicente algo padeceram no cataclysmo. O que d'ellas se conseguiu salvar foi recolhido em urna de prata, e guardado na sé, conforme já dissemos.

Com os annos affrouxou bastante a devoção por este martyr. Santo Antonio levou a todos a palma na sympathia popular, e tornou-se o mais querido e democrata dos heroes do Flos-Sanctorum do povo portuguez.

Com o andar dos tempos o mosteiro e o templo tornaram-se incompetentes para o numero de frades que o habitavam. De resto a architectura de todo o edificio estava em circumstancias menos de modestas, e acanhadissimas.

Filippe II de Castella era um devoto de S. Vicente, e desgostado por vêr a pouca importancia que se dera á construcção do convento, mandou-o arrazar e demolir até á ultima pedra, para que fosse reconstruido com a actual magnificencia. Lançou se-lhe a pedra angular no dia 25 de agosto de 1582.

Não poupou despezas nem regateou serviços o castelhano; para architecto nomeou um dos mais afamados artistas do seu tempo, castelhano de origem, e de nome Filippe Tercio.

Prosperou desde logo em todos os sentidos o mosteiro e egreja. D. João IV determinou que o jazigo dos reis fosse ao fim do claustro, e assim se fez desde que o fundador da actual dynastia para ali foi dormir o somno da eternidade. Este jazigo é patenteado ao publico uma vez por anno, no dia da festa solemne do padroeiro.

Ali se encontram os membros da familia Bragança que em vida foram altamente collocados. É sempre o ultimo a chegar que tem mais proeminente logar, até que outro o substitua. Escusado será dizer-se que se vê ali muita riqueza, mas que apesar de tudo nada mais se sente ali do que a egualdade implacavel da morte, que ceifa por egual o corpo coberto de vermes e o corpo vestido de purpuras realengas.

O templo é amplo e magestoso. E' actual séde parochial de S. Vicente, freguezia que foi instituida em 1837, com as duas parochias de S. Thomé e S. Salvador, que foram extinctas.

S. Vicente serviu de sé patriarchal emquanto se fizeram as obras da Sé, ahi pelos annos de 1860 a 1864, salvo erro de data.

Em 1755 soffreu alguns estragos, mas pouco consideraveis, e breve reparados, continuando o mosteiro a ter grande importancia.

Em 1834 o amplo edificio ficou deserto. O decreto que

extinguiu as corporações monasticas echoou dolorosamente n'aquelles sumptuosos claustros, e os frades sahiram da sua casa com o coração repassado de amargura e saudades. Era, porém, a voz do Progresso que bradava—*ceci tuera cela.*

Algum tempo ficou desoccupado o edificio, até que n'elle se installou a casa do patriarcha, com as diversas repartições ecclesiasticas do patriarchado, e hoje é aproveitada n'este sentido.

Depois da egreja da Sé e da de S. Vicente poucas, ou talvez nenhuma outra haverá de tanta sympathia e antiguidade como a egreja de Santo Antonio da Sé, denominada tambem Real Casa de Santo Antonio.

Ali, onde ella está erecta, houve primeiro uma habitação particular, e talmente antiga que não se sabe de quando existia, suppondo-se apenas que era anterior á conquista de Lisboa.

Quasi se encostava á antiga «porta de ferro» das muralhas, onde mais tarde houve uma capella dedicada á Senhora da Consolação.

O local era conhecido pelo nome de Pedreira da Sé.

A casa não era de faustosa apparencia mas era habitada por pessoas illustres e christãs. Ali residia Martim de Bulhões com sua esposa, cujo nome não é ao certo conhecido, pois querem uns que ella se chamasse D. Thereza de Azevedo, outros que fosse D. Thereza Taveira. Em um livrito italiano intitulado «Compendio della vita del glorioso thaumaturgo Santo Antonio de Padua», nomeia-se esta senhora D. Maria Thereza Taveira.

D. José de Moura Coutinho, fallecido bispo de Lamego escreveu um livro de muito merecimento no seu genero, intitulado *Obras Genealogicas*, que por tal signal nunca viu a luz da publicidade. N'esse seu trabalho diz-nos o erudito prelado que a dama era D. Thereza de Azevedo, neta de D. Soeiro de Azevedo, varão illustre que viveu em uma casa de Santa Maria do Sobrado, concelho de Paiva. Verdade é que n'essa povoação o teem por certo, e até apontam o local da habitação que conservava ha quarenta e tantos annos os primeiros alicerces.

Comquanto destinemos logar proprio para darmos noticia dos homens notaveis nascidos em Lisboa, ou que aqui tenham tido alta preponderancia, fallaremos em especial do amoravel Antonio de Padua, tão querido do povo lisboeta.

Nasceu na mencionada casa em 14 de agosto de 1195, segundo a versão mais vulgar. Frei Francisco de Santa Maria, no seu livro *Anno Historico*, diz que foi no dia 15 do mesmo mez e anno. No dia 22 foi baptisado na egreja da Sé, na pia baptismal que ainda existe no mesmo logar, á esquerda da porta principal. Ali recebeu o nome de Fernando, nome que trocou pelo de Antonio quando despiu o habito de cruzio para vestir o burel de S. Francisco.

No baptisterio foram gravados em memoria do facto os seguintes versos:

Hic sacris lustratus aquis, Antonius orbem.
Luce beat, Paduam corpore, mente Polum

Reinava em Portugal D. Sancho I e era chefe supremo da egreja o pontifice Clemente III.

Desde tenros annos se evidenciou a fecunda intelligencia do nosso gentil thaumaturgo, bem como as adoraveis virtudes do seu coração predestinado a altos feitos evangelicos. Logo que completou onze annos de edade vestiu o habito dos illustrados cruzios, como conego regrante. Aos dezeseis annos professou e recolheu se ao mosteiro de S. Vicente do qual passou para o opulento convento de Santa Cruz, de Coimbra.

Desgostou-se depressa d'aquelle meio, onde havia demasias de liberdade de acção e de riquezas mundanas, que não lhe seduziam o espirito.

Sentindo-se incompativel com similhante estado de coisas deixou a ordem dos cruzios e transferiu-se para os mendicantes franciscanos. Contava então vinte e nove annos, a bella quadra da vida do homem, e era de si mui gentil. Por essa epoca soube-se em Lisboa do supplicio que vinham de passar os cinco martyres de Marrocos, idos de Portugal a converter os infieis. A morte dos cinco benemeritos que elle havia conhecido e tratado de perto impressionou o seu caracter dedicado e nervoso. Foi para elle como que uma suggestão

Deliberou logo que iria prégar o evangelho ahi, onde os justos haviam affirmado com a propria vida a crença em toda a sua ampla santidade altruista. Na exaltação do seu cerebro lucido imperou uma unica ideia, uma unica aspiração—ser martyr do christianismo.

Mas o *homem põe e Deus dispõe.*

Embarcou o moço com o alvoroço com que outros vão caminho dos prazeres, e quasi sem commoção deu o adeus aos velhos paes, que de antemão choravam o apartamento. Apenas embarcado, julgando-se para breve a contas com os tormentos que deviam glorifical-o ao lado dos santos que o precederam no martyrologio, anciava pelo termo da viagem.

Não permittiu o destino que o sol dos trópicos queimasse aquella bella fronte, onde generosas aspirações se elevavam como estrellas vespertinas. Quasi a meio do caminho enfermou gravemente, e como uma enorme tempestade arrojou o navio para as costas da Sicilia, o dedicado mancebo teve de desembarcar onde o destino o levara.

Coincidiu este naufragio com a convocação do capitulo geral da ordem franciscana, e o devoto moço quiz assistir a essas imponentes sessões.

O fundador da ordem, S. Francisco, ordenou-lhe que desempenhasse a missão de leitor dos livros sagrados, o que elle fez com geral contento.

... Pelo visto a arte de leitura andava divorciada dos santos varões.

Toda a sua breve existencia foi um constante desdobramento de virtudes, que lhe grangearam a fama de santo, mesmo em vida. Dotado de extraordinaria eloquencia o seu verbo inspirado arrebatava e commovia as multidões. Nunca homem houve tão querido, e cuja fama atravessasse os seculos de derrocadas com tanta sonoridade e encanto.

Morreu em Padua no anno de 1231 mas o seu nome ficou intimamente ligado á Patria portugueza, como uma das suas mais graciosas reliquias.

A mocidade quil-o para si, e faz d'elle o seu protector,

e amigo intimo dos seus segredos de coração. E' elle chamado a resolver todas as difficuldades, a descobrir todas as incognitas, e a ferir os corações rebeldes com as farpas de Cupido.

Uma trabalheira que tem o querido Santo Antonio... Mas tambem lhe fazem uma *trezena* annual que deve consolal-o das fadigas de todo o anno. Só pela divina inspiração da partitura, emanada da alma sublime do immortal maestro Casimiro Junior, vale a pena ser Santo Antonio.

Tanta era a nomeada das virtudes e talentos do nosso adoravel compatriota, que logo no anno immediato ao da sua morte foi canonisado pelo pontifice Gregorio IX, caso unico, porque isto de se ser despachado *officialmente* para o Flós-Sanctorum leva tempo.

A casa onde o nosso benemerito viu a luz do dia foi transformada em egreja, mas não sabemos em que epoca exacta. Em 1431 já a frequentavam os devotos, e n'ella se celebravam officios do culto catholico.

Em 1433 o papa Eugenio IV, por bulla apostolica de 9 das kalendas de fevereiro, isentou este templo da jurisdicção ordinaria, por petição da camara de Lisboa, que o tinha construido em honra do glorioso franciscano.

N'este edificio se estabeleceu o senado lisbonense, e lá funccionava no dia 1.º de dezembro de 1640. D'aqui sahiram os vereadores com a bandeira da cidade, e solemnemente se uniram aos arrojados conspiradores.

Ha portanto perto de quatrocentos annos que a egreja de Santo Antonio da Sé é propriedade do municipio, que lhe administra os rendimentos e sustenta a fabrica.

E' provavel que a área occupada pelo templo seja mais vasta do que a que era occupada pela casa dos paes de Santo Antonio, mas a tradição conservou de memoria o local preciso do nascimento do thaumaturgo, que diz ser pela rectaguarda do altar-mór. O terramoto de 1755 destruiu o templo antigo, deixando apenas incólume este ponto.

Ahi onde consta ter vindo á luz o sympathico varão, ha um letreiro que diz:

NASCITUR HAC PARVA. UT. TRADUNT
ANTONIUS. AEDE. QUEM. COELI NOBIS.
ABSTULIT ALMA DOMUS.

Traduz-se: — «N'esta pequena casa, segundo a tradição, nasceu e habitou Antonio, cuja alma o ceu nos roubou».

D. Affonso V, a quem pezavam grandes remorsos na consciencia, presenteou a egreja com umas portas de bronze, trazidas de Tanger, quando lá foi combater e conquistar territorios aos mouros, em 1471.

N'este mesmo anno a duqueza de Borgonha effectuou um tratado com a camara, em virtude do qual se instituio missa diaria por alma do santo principe D. Fernando, captivo dos mouros que o retiveram em Tanger como refens em 1433. Como se sabe o desventurado mancebo lá succumbiu aos tormentos inflingidos pelos algozes, sem que os fidalgos portuguezes consentissem em ceder meia duzia de hectares de um terreno inutil, para resgate do infeliz infante.

Lá se finou, pobre martyr, sendo ainda em morto ludibriado pelos estupidos e barbaros musulmanos, e só dois annos depois se resolveram os altos magnates a resgatar-lhe o cadaver, isto é, os despojos carnaes, em troca da entrega de alguns prisioneiros de guerra.

Bem nos quer parecer que se alguem precisava das missas, não era decerto a victima, tão resignada na sua dôr, tão sublime na sua resignação!...

D. João II e D. Manuel I deram á egreja ricos paramentos e rendas importantes, vindo a ser este o mais rico dos templos da capital.

E' de notar que quanto mais despotas e tyrannos, mais devotos eram os grandes potentados. D. João II, sempre a contas com a visão das suas victimas, tratava de estreitar relações com o honrado santo portuguez; e seu cunhado, primo e successor, menos mal servido pelas lembranças dos soffrimentos dos judeus e dos mouros, não podia dispensar um auxilio tão seguro para obter o perdão do bom Deus.

Todos os monarchas se notabilisaram em dádivas a Santo Antonio, mas D. João V tocou os limites da prodigalidade. Basta saber-se que em 1717 o desembargador José Soares de Azevedo, provedor da casa de Santo Antonio, dá noticia, em seu relatorio, de se terem dispendido no anno anterior com a egreja, trinta e dois contos de réis. Em 1728 gastaram se ali mais 3:718$320 réis, em 1734 ainda se pagaram varias dividas atrasadas.

Mas era sumptuosa a egreja! Paredes e tecto estavam forrados de marmores riquissimos, com embutidos de variegados matizes, primoroso e difficil trabalho, levado a cabo com inexcedivel arte e correcção.

O cataclysmo geologico de 1 de novembro de 1755, tudo anniquilou.

Ao major Matheus Vicente, architecto da cidade, foi commettido o encargo da reedificação do templo. Ficou este muito claro e alegre, revestido interiormente de bellos marmores, com quatro altares e capella mór de bonito effeito.

Levou tempo a concluir, pois só no anno de 1812 se acabaram as obras da egreja actual.

Por occasião da demolição e remoção de entulho, ficou descoberta a pedra sepulchral da casa onde foi exhumado o cadaver do celebre jurisconsulto Thomé Pinheiro da Veiga, fallecido em 1696.

Descobriu-a J. G. da Costa de Macedo, secretario perpetuo da Academia Real das Sciencias, á qual a enviou.

Destruido o templo mandou-se logo fazer dentro dos seus muros um barracão para continuação do culto, que custou á fazenda municipal a quantia de 2:190$000 réis. Estreiou-se no dia do primeiro anniversario do medonho terramoto. Já se vê que a administração da casa teve de adquirir novos paramentos e alfaias, que em muito dinheiro importaram. Não podiam, porém, comparar-se aos antigos. Ainda se acharam algumas alfaias entre os escombros, e essas de grande valor.

Só de seis castiçaes partidos, e de um frontal de ouro e prata, recebeu a administração 1:874$000 réis.

De todos os lados vinham donativos para as obras, sem exceptuar as terras do ultramar, que concorreram com boas sommas. A' porta da egreja estavam *meninos do*

córo, pedindo esmolas, as quaes em alguns annos prefaziam a quantia de contos de réis. Havia ainda a contribuição dos nichos de Santo Antonio, profusamente espalhados pela cidade, e onde os devotos lançavam o seu óbulo, que tudo revertia para as obras.

Custou o orgão 4485000 réis. Mas o templo ficou bonito e bem disposto.

Recentemente foram ali feitos alguns trabalhos. Da parte de fóra havia, na fachada que deita para o largo do Sé, uma janellinha gradeada, a pouca altura do solo, por onde se via o sitio onde Santo Antonio tivera o quarto, e onde os nossos paes nos diziam que elle estudava e orava em menino.

Já lá não está. Fez-se uma escada que conduz ao referido local, transformado em uma especie de capella, mas está coberta por uma *tampa*, á guisa de ponte. Na parede tem uma lapide commemorativa, posta ali pelas festas do centenario Antonino—tristemente celebres.

A mencionada estancia, habitada pelo bem amado santinho, patenteia-se ao publico no dia consagrado ao culto do mesmo, e crêmos que tambem a pedido de pessoas de reconhecida seriedade.

Nas proximidades d'estas egrejas temos a de S. Chrispim e S. Chrispiniano, que foram martyrisados pelos pagãos.

É attribuida a fundação d'este templo a uma época talvéz anterior ao seculo XIII, mas não se sabe quem a construiu. A sua administração pertencia aos sapateiros. Está localisada na rua nova de S. Mamede, ao pé do logar das antigas portas de *Alfofar*.

Tem esta egreja uma bonita imagem da Senhora do Porto, collocada á meio do retabulo do altar-mór.

S. Christovam, comquanto antigo edificio, não é dos que mais edade tem. Existia com certeza em 1308, em vista de uma escriptura assignada por um reitor d'elle. D. João I fez ao bispo de Coimbra, D. Martim Affonso Pires, padroeiro da egreja de S. Christovam, e este a juntou ao morgado da *Palameira*, que tinha fundado.

Aqui houve cinco beneficiados até 1834. Percebia cada um a prebenda de cem mil réis annuaes. Tambem havia tres capellães. Na egreja estão os velhos mausoleus do primeiro bispo padroeiro, de D. Fernando Gonçalves de Miranda, neto do ungido do Senhor, como mui naturalmente referem ás chronicas, e outros membros da familia lá foram sepultados.

Este templo soffreu dois grandes sinistros. Em tempo de D. Manuel foi devorado por um incendio, e no reinado de D. José outro incendio o arruinou. Reconstruido pela segunda vez teve a fortuna de ser pouco prejudicado pelo terramoto.

Santo André e Santa Marinha, forum parochias. A egreja de Santo André teve a honra de conferir as aguas baptismaes a S. João de Brito. Bem antiga era já quando D. Diniz instituiu seus padroeiros a Ayres Martins e sua consorte.

Santa Marinha, cujo nome, bem como o anterior, ficou memorado em uma rua e um largo foi sagrada no anno de 1222. Em 20 de janeiro de 1834 supprimiu-se a freguezia de Santa Marinha passando para a de Santo André. Actualmente a ultima tambem não existe, ficando ambas encorporadas na parochia de Nossa Senhora da Graça. Esta é uma das egrejas mais concorridas e afamadas de Lisboa. Foi aqui, no edificio do actual quartel de infanteria 5, o convento dos frades agostinhos.

O primitivo convento esteve proximo do almocabar mourisco, ahi pelas Olarias. De lá foram os frades estabelecer-se no monte de S. Gens, onde tambem se deram mal, vindo por fim a construir o seu mosteiro no sitio denominado *Almofala*.

Em 1271 D. Affonso III e o povo de Lisboa encarregaram-se das despezas do mosteiro, que teve o nome de convento de Santo Agostinho, e assim foi chamado até 1305.

O tempo e os cataclysmos geologicos foram arruinando o templo até que este se derrocou. Foi então a actual egreja fundada por frei Luiz Montoya, reformador da ordem dos agostinhos descalços. Em 9 de março de 1565 lhe foi lançada a primeira pedra pelo bispo D. Frei Ambrozio Brandão.

Magnifico templo este ficou. E' de cinco naves, e sessenta metros e meio de comprimento sobre vinte e seis metros e vinte e seis centimetros de largura.

A capella do Santissimo tem cinco metros e meio de comprido e cerca de tres e meio de largo.

E' ampla a sachristia, e o santuario bem guarnecido de reliquias.

O mosteiro teve grande fama, e era dos melhores de Lisboa; tudo n'elle era magestoso, e o claustro de tres andares, offerecia um deslumbrante ponto de vista, chegando do ultimo a descobrir-se a barra de Lisboa.

Era mui rico pois tinha o rendimento annual de dezeseis contos de réis, não incluindo os fóros de trigo e cevada, da cerca, das quintas de Santa Catharina de Riba-Mar, de Caparica, Alhos Vedros e quinta da Portella, e varios beneficios.

O terramoto damnificou muito o edificio, tendo de ser tudo reparado ahi pelos fins do seculo XVIII. Póde dizer-se que é uma bonita egreja, banhada de luz e de sol, toda sorridente e alegre. As ultimas obras ali feitas regularisaram-lhe a fachada do lado do quartel, e ampliaram a sachristia.

Gosaram de muita consideração os frades d'este mosteiro, mas não se recommendaram pelos talentos.

O nosso primoroso prosador e poeta, padre Agostinho José de Macedo, professo no convento, não poude affazer-se aquella beatifica ignorancia, e deu *agua pela barba* aos frades que o viram *pelas costas* com a maior satisfação. E, comtudo o tempo em que o auctor do *Poema dos Burros* lá esteve foi o de maior concorrencia e da mais selecta, ao templo. Todos porfiavam em concorrer aos sermões do genial orador, fogosos e brilhantes como a sua vibrante mocidade.

A maior celebridade do templo é porém devida á imagem do Senhor dos Passos, que lá está:—toda a Lisboa a conhece, e grande parte da população a reverenceia. Tem uma historia interessante esta esplendida imagem.

Pouco mais ou menos no anno de 1585, vivia n'esta cidade um tal Luiz Alvares de Andrade, que alguem suppõe ser descendente de Fernão Alvares de Andrade, que em tempos fôra zeloso protector do mosteiro do Collegiinho. Luiz Alvares era um fanatico que só tinha em mente coi-

sas da egreja. Dedicava-se á pintura, mas sem habilidade artistica; o que mais produzia era retábulos com as almas do purgatorio, côres berrantes, com as inseparaveis labaredas rubras.

Toda a Lisboa andava cheia d'essas exhibições, e se o purgatorio não teve escriptos n'essa época não foi á mingua de padre-nossos pedidos pelo pintor em cada retábulo que dava á luz.

Muito lido e conhecido em tudo o que dizia respeito a assumptos religiosos sabia o bom do devoto que em Hespanha se faziam procissões durante a quaresma, cousa ignorada entre nós. Luiz Alvares de Andrade fazia parte de uma phalange de rapazes muito dados ao beaterio e frequentadores de uma capella, que havia no claustro do convento de S. Roque.

Era a capella dedicada á Santissima Cruz. O pintor, cuja assiduidade nos sacramentos se tornava notoria, combinou com os outros rapazes, quasi todos artistas, a fundação de uma confraria, mas os frades negaram-se a admittir tal cousa na sua egreja, pretextando que não havia ali altar, nem casa para reuniões dos irmãos. E terminaram aconselhando-os a procurarem outro templo.

Contrariados e sentidos da resposta dos jesuitas foram os moços fazer egual petição aos frades gracianos, e de estes houveram bom acolhimento. Concederam-lhe a capella do cruseiro do lado da Epistola, e effectivamente lá estabeleceram a confraria que prosperou a olhos vistos.

D'aqui deve derivar a lenda popular referente á imagem do Senhor dos Passos:— «Que certa noite um peregrino fôra bater á portaria do convento de S. Roque, pedindo gasalhado, e que lhe foi recusado porque a regra dos jesuitas não lhes consentia acolher desconhecidos.

Veiu o pobre á Graça e os Agostinhos da melhor vontade o receberam, e o trataram com carinhoso disvello O desconhecido demorou com elles cinco dias, e ao sexto não foi encontrado pelos frades, nem descoberto o logar por onde sahira. Em seu logar, porém, depararam com a imagem».

Nem se discute similhante disparate. A noticia mais acceitavel é a de ter Luiz Alvares de Andrade comprado a um esculptor italiano uma cabeça de Christo. Diz-se que lhe custou tres cruzados.

Luiz Alvares apresentou-se aos jesuitas de S. Roque, e offereceu-lhes a bella cabeça para ali se fundar uma irmandade, mas como lhe não acceitassem a proposta veiu á Graça, e convenceu os bons dos frades que de prompto se prestaram a auxiliar a fundação da irmandade. Fizeram logo um corpo de roca, vestiram-n'o, e collocaram a imagem no altar que ainda hoje occupa. A familia real e a aristocracia quizeram-se inscrever na irmandade, e o publico correu em chusma a adorar o Senhor Jesus dos Passos, e a levar-lhe farta colheita de donativos.

Conta-se que os jesuitas repezos da recuza, e mal humorados pela perda das importantes esmolas que corriam para a egreja da Graça, moveram demanda aos gracianos, allegando direitos de prioridade, por ter-lhes sido offerecida a imagem em primeiro logar.

Não é de suppôr que as coisas se passassem assim, nem os jesuitas levariam a imbecilidade a ponto de demandarem um objecto sobre o qual nenhum direito tinham. E' mais provavel que Luiz Alvares, por motivos mais ou menos ponderaveis, tivesse preferido as condições postas pelos agostinhos, e faltasse ao tratado com os padres da companhia de S. Roque.

Certo é que os da Graça fizeram uma concordata com os da companhia, em virtude da qual a imagem vae uma vez por anno de visita a S. Roque, onde fica uma noite. Esta decisão foi sentenciada pelos tribunaes, e designada a vigilia da segunda sexta-feira de quaresma, ainda com a clausula de ficar pertencendo a S. Roque, se passasse ali duas noites.

Em vista da condição teve Luiz Alvares a grande alegria de organisar a procissão dos Passos, que se realisou pela vez primeira em 1578, e sempre com pompa. Em paz ou em guerra, livre ou manietada ao jugo estrangeiro, nunca em Lisboa deixou de sahir esta procissão, observando-se pontualmente a determinação dos tribunaes da época em que se deu o pleito.

Luiz Alvares de Andrade falleceu em Lisboa em 3 de abril de 1631, mui avançado em annos e afamado em devoções

A imagem do Senhor dos Passos da Graça breve se tornou respeitadissima e adorada de toda a gente de crenças catholicas. Todos os monarchas da dynastia brigantina teem sido fervorosos devotos d'esta imagem, e lhe teem feito valiosos presentes. D. João V deu-lhe um esplendido resplendor de oiro, de subido preço e precioso trabalho. D. José e sua filha D. Maria, foram generosos com ella.

Todos os primores de pintura, esculptura e architectura que se admiram no templo, representam o fervoroso culto dos reis, de varios particulares, e dos irmãos da confraria do Senhor dos Passos, que todos teem enriquecido de objectos de arte aquelle formoso recinto.

Os orgãos do côro são magnificos, principalmente um d'elles, que se reputa um dos melhores da capital.

Em 1695 Innocencio XII concedeu varias graças, privilegios e indulgencias a esta irmandade, que se compõe de provedor, escrivão, thezoureiro, fiscal, procurador, quatorze conselheiros e doze definidores.

O terramoto de 1755, que damnificou grande parte da egreja, sepultou a imagem nas ruinas do edificio, onde foi encontrada illeza, e logo collocada no seu bello camarim, luxuosamente adornado. Para a capella sobe-se por dois lanços de escadas, e por debaixo, ao nivel do pavimento, fica a chamada *casa dos milagres*, contendo os *votos* e *offerendas* de todos os crentes que teem implorado a protecção do Bom Jesus dos Passos, em momentos de desolação.

A seguir ao formoso camarim está uma sala com duas janellas, e entre estas uma imagem da Mater-Dolorosa. Seis quadros de primorosa pintura, representando scenas da vida de Christo, estão suspensos das paredes.

Contigua ha outra casa que serve de arrecadação de paramentos da irmandade, e de lá se passa a outras casas que são officinas dos irmãos.

Quando se procedeu ao desentulho proveniente da catastrophe de 1755, retirou-se das ruinas um bello livro manuscripto, de nitida e boa calligraphia bastarda, tendo em cada pagina uma assignatura de pessoa da familia real, pela ordem que segue:

D. José I, D. Marianna Victoria, rainha, D. Marianna de Austria, mulher de D. João V, D Maria, princeza do Brazil, D Marianna, infanta de Portugal, D. Maria Dorothea, infanta tambem portugueza, D. Pedro, infante de Portugal, D. João, principe regente, D. Carlota Joaquina, rainha, D. Miguel, principe, D. Izabel Maria, infanta de Portugal, D. Maria da Assumpção, tambem filha de D. João VI.

E' o livro chamado—dos protectores

A irmandade possue outro livro encadernado em velludo encarnado e as armas reaes bordadas a ouro.

Uma das paginas d'este bonito livro é tarjada á penna, com admiravel paciencia e habilidade, e no centro tem uma provisão de D. Miguel, em que este se declara chefe supremo da nação, e diz acceitar o cargo de provedor da irmandade, representando-se pelo marquez de Bellas, seu mordomo-mór.

Depois de exilado este principe, e de proclamados os factos de 1834 passou a provedoria para o marquez de Torres Novas. Depois seguiram-se os conde de Camaride, duque da Terceira, conde de Barbacena, marquez de Vianna, duque de Saldanha, outra vez o marquez de Vianna, e actualmente cremos que o sr. conde de S. Martinho. Os quatorze conselheiros são cavalheiros de todo o conceito e muito illustres.

Tambem o Senhor dos Passos tem *aio* e *aia*, que são sempre pessoas da mais elevada nobreza. O titulo de *aia* ficou quasi como hereditario na familia dos marquezes da Fronteira.

Ao *aio* compete lavar e vestir a imagem, quando se trata da procissão.

Comquanto esta irmandade possua bastantes alfaias de preço, muitas mais teria se não fosse a rapinagem dos soldados de Junot, que levaram do templo os melhores objectos. Dos seus rendimentos seculares muitos tambem lhe foram tirados em 1834. O que lhe ficou em rendimentos foi o juro de cincoenta contos de réis nominaes em inscripções de assentamento. E' claro que o juro não chega para as despezas, que são cobertas pelas esmolas dos devotos.

A procissão conserva o seu caracter de seriedade, e attrahe uma concorrencia extraordinaria. Na quinta feira da segunda semana da quaresma sahe a imagem da egreja da Graça, em camarim fechado, e vae para a egreja de S Roque, acompanhada pela irmandade, musica e muito povo

Na sexta feira volta para a sua casa, e então passa em frente dos passos, que são sete e estão collocados pela ordem seguinte:

1.º E' mesmo na egreja de S. Roque, onde se arma um altar para esse fim ao lado do Evangelho—representa Jesus sentenciado á morte, tomando a cruz no pretorio.

2.º Esteve outr'ora no largo de S. Roque permanente mas foi demolido, e agora é portatil e arma-se á porta da egreja da Encarnação. Apresenta o Christo cahido sob o peso do lenho.

3.º E' permanente; está em um predio do Rocio, primeiro quarteirão vindo da Avenida, adiante do antigo café Freitas.

O predio pertencia ao finado duque do Cadaval, que não consentiu nunca na demolição do Passo, embora muito instado para isso. Este nos apresenta o encontro de Jesus com sua desolada mãe, na via dolorosa do Calvario.

4.º Está assente desde o tempo da primeira procissão, ao pé do arco das antigas portas da Mouraria, encostado á muralha de D. Fernando. Este é o Passo do Boi Formoso. Mostra-nos Simão Cyrineu, ajudando o martyr a levar a cruz.

5.º Está construido na calçada de Santo André, logo adiante do largo do Terreirinho, á direita, ali vêmos a boa Veronica enxugando piedosamente o rosto de Jesus, innundado do suor da agonia e do desgosto.

6.º Fica no topo da mesma calçada ao pé do arco. Representa Jesus, dizendo ás mulheres de Jerusalem, que não chorassem por elle, mas sim pelos proprios filhos.

O setimo está dentro da egreja da Graça, em um bellissimo calvario, que se arma na capella-mór. E' a reproducção da noite da amargura, Jesus, pregado no lenho agonisa, com os olhos suavissimos, postos na mãe adorada e no discipulo querido

* * *

Escriptores ha que pretendem ter havido em Lisboa uma irmandade dos Passos, antes d'esta, e que a séde d'ella foi na egreja dos Martyres, onde tinha a sua imagem de roca, com o lenho ás costas.

Segundo esta versão em 1675 fizeram-se obras na egreja, por cujo motivo foi necessario desarmar algumas imagens, em cujo numero esta entrou. Andava um garoto a brincar por ali, quando encontrou um saco volumoso, Abrindo-o, achou-lhe dentro, pés, mãos e uma cabeça, que tudo vendeu a Luiz Alvares, escrivão dos armazens. Este deu a imagem aos gracianos ahi pelos annos de 1728. Esta imagem, dizem os historiadores de *lana caprina*, vendeu-a Luiz Moraes aos agostinhos descalços da Boa-Hora, com a qual teve de pleitear.

Outros querem que a imagem fosse propriedade da egreja das Monicas, baseando-se em que a irmandade a tinha mandado para aquelle convento, dando certa somma de dinheiro, para que se conservasse noite e dia uma lampada acceza diante da imagem.

Tambem se aventa que a imagem primordial era de tosca conformidade, pelo que a confraria mandou fazer outra mais perfeita e deu a antiga ás Monicas.

Seja como quizerem: o que é inegavel, é que o culto do Senhor dos Passos se mantem no meio da derrocada de todos os cultos. E' de vêr a quantidade de individuos de ambos os sexos e idades, que ali vão ás sextas feiras levar queixumes ou acções de graça!

Em frente da fachada lateral, do lado direito, onde era ha annos uma rampa coberta de hervas, e com meia duzia de oliveiras, fez-se um lindo jardim, sendo muito bem tratado, com um tanque ao centro e repuxo. E' um dos mais agradaveis sitios para respirar se uma atmosphera limpa de miasmas.

Na parte que serviu a mosteiro, e onde, como dissemos, está installado o corpo de infanteria 5, tambem se fizeram obras. Alinhou se e limpou-se o que não estava em estado de servir ao aquartellamento, e hoje não ha senão applaudir o embellesamento do local.

*
* *

Dissemos que os frades agostinhos vieram do monte de S. Gens para este local *Almofala*. Vejamos agora o que se passou n'esse monte, que, por sua notavel elevação nos offerece o mais bello e variado panorama.

A capella de Nossa Senhora do Monte é coeva da fundação da monarchia, pois foi fundada logo após a tomada de Lisboa. A sua primeira invocação foi S. Gens, primeiro ou segundo bispo de Lisboa. Viveu o santo varão no tempo de Nero, ou de Diocleciano, pois ha divergencias n'este sentido. No que ha concordancia é em ter sido o bispo martyrisado n'este monte. E embora de um a outro d'esses dois criminosos cezares succederem 287 annos, podemos acreditar que qualquer dos dois mandou martyrisar o virtuoso christão. Com este, outros nazarenos foram suppliciados, mas não sendo os nomes de S. Placido e Santo Anastacio, todos os demais ficaram esquecidos.

Fundaram a capella os agostinhos, e lá fizeram umas casitas para hospicio, pois como acima dissemos, não lhes conveio o primeiro assento do mosteiro, que era ao pé do cemiterio dos mouros.

Parece, porém, que no monte existia já uma cadeira onde o piedoso bispo se sentava durante as práticas e predicas, que usava fazer diariamente aos neophytos do christianismo.

A primitiva capella foi ampliada á custa do povo, mas principalmente á expensas do contador-mór, Placido de Castanheira. Em 1866 fizeram-se obras na egreja, devendo mencionar-se as obras do tecto, que consistem na pintura e apainelado que imitam estuque com a mais correcta perfeição.

O presépio d'este templo é digno de ver-se, bem como a imagem da Virgem, cuja feições, realmente formosas, teem uma expressão humana de encantadora phisionomia.

A famigerada cadeira de S. Gens esteve muitos annos no adro, mas actualmente está da parte de dentro da egreja.

Foi objecto de uma curiosa crendice popular. As mulheres estereis, desejosas de prole, iam em romaria á capella e sentavam-se na cadeira de pedra do pobre bispo... Era certo o milagre!...

Nunca decerto o casto varão imaginou que seria assim prolifico seculos depois de morto.

*
* *

Em o numero das egrejas mais antigas, inclue-se a egreja de Santa Luzia, situada ao pé do largo das Portas do Sol, e da egreja parochial de S. Thiago.

De antiga, nem se lhe conhece a data da fundação, comquanto archeologos de subida illustração se hajam afadigado em investigações sobre tal assumpto.

Foi da invocação de S. Braz, e no reinado de D. João III pertencia ao bailiado de Malta. Reedificada por varias vezes, quasi nada lhe resta da primittiva feição, mas conserva, como titulo de veneração as antiquissimas sepulturas reaes de D. *Fernando Affonso*, filho bastardo de D. Affonso III e cavalleiro da ordem do Templo.

Gil Affonso, irmão do primeiro, cavalleiro de Malta, e bailio da egreja de S. Braz.

Do Monte iremos á Penha de França, um dos pontos culminantes de mais bella vista de Lisboa.

Quer para o Tejo quer para os lados oppostos o quadro que se desenrola aos olhos do espectador é de surprehendente belleza.

A egreja de Nossa Senhora da Penha de França tem uma lenda popular perpetuada pelo lagarto empalhado que se vê na sachristia.

Foi o templo fundado por um esculptor de nome Antonio Simões, que vivia na capital no anno de 1587. Antonio Simões foi com D. Sebastião á desgraçada empreza de Alcacer-Quibir, e lá se viu perdido. Em semelhante aperto appellou para a Virgem Maria, e fez voto de fazer-lhe por suas proprias mãos nove imagens com a maxima perfeição possivel. Conseguiu escapar á carnificina d'esse malfadado dia 4 de agosto de 1578.

Com muita difficuldade conseguiu regressar a Lisboa, e logo tratou de dar cumprimento ao voto e ás imagens foram dadas differentes invocações. Uma, a pedido do padre jesuita Ignacio Martins recebeu o nome de Senhora da Penha de França, em memoria de outra imagem d'esse nome que estava n'uma egreja de Castella, perto de Salamanca.

Foi a imagem, em companhia de outra de S. João, collocada na ermida da Senhora da Victoria, de que adiante fallaremos. O esculptor apaixonou-se mysticamente pela sua obra, e resolveu consagrar-lhe um templo. Depois de varias pesquizas optou pelo monte da Penha, que então era conhecido por cabeça do Alperche, propriedade de Affonso Torres de Magalhães. Era um monte deshabitado, fóra da cidade. Propoz o esculptor a compra do terreno para construcção da egreja no sitio da quinta, mas o dono cedeu-lh'o gratuitamente.

Em 25 de março de 1597 ficou lançada a pedra angular do edificio, onde foram gravados os nomes de—Jesus, Maria, avante. Um anno depois estava concluida a egreja, e em 10 de maio de 1598 para lá conduziram a imagem com grande solemnidade.

A novidade attrahiu ao novo sanctuario grande concorrencia de povo, que lá se admirava da bonita construcção, e do explendido panorama.

N'esse anno a cidade foi invadida por uma devastadora epidemia. O terror da população tocava o auge, e as tropas castelhanas de guarnição ao castello viam-se dizimadas implacavelmente. Lembrou-lhes recorrer á Senhora da Penha de França, e foram á cabeça do Alperche em romaria.

Atraz d'estes romeiros entrou a ir povo de todas as freguezias de Lisboa, para ouvir missas, e tanta era a gente que lá ia para as mandar rezar que o esculptor convidou trinta padres para lá permanecerem, e ainda estes não chegavam para as encommendas. Apesar d'estas devotas perigrinações a peste augmentava e não dava esperanças de extinguir-se. Mais de seiscentos empestados morriam por dia, e a população, consideravelmente menor do que a dos nossos dias, minguava assustadoramente.

Veio então a camara prometter á Senhora uma capella-mór e retabulo novo, acompanhando o presente um paramento de luxo, e além d'isso uma procissão solemne, em que os devotos, no primeiro anno iriam descalços, se a Virgem conseguisse a extincção do flagello.

O voto foi exarado em um assento que a camara depositou no seu archivo, e tambem mandou gravar em uma pedra, que collocou sobre o arco da capella-mór do templo.

Cançada a epidemia de matar gente declinou em agosto de 1599, e a camara, no dia 5 d'esse mez realisou a primeira procissão, que sahiu da real casa de Santo Antonio pela meia noite, por causa do muito calor, e da distancia a percorrer, que n'aquelle tempo devia parecer maior, e decerto era mais agreste porque o caminho não era povoado como actualmente.

Ia o senado com o seu presidente D. Gil Eannes da Costa, os frades agostinhos da Graça, muitos padres de diversas cathegorias, grande concurso de povo, e todos descalços com cirios accesos, conduzindo um andor riquissimo com a imagem de Santo Antonio

Esta foi a celebre procissão dos *ferrolhos* assim chamada por sahir de noite, altas horas. Naturalmente descambou em abusos e immoralidades.

Em 1833 os libertadores não consentiram a prolongação do espectaculo, e acabou-se a procissão dos ferrolhos

Passados mezes depois da primitivaprocis são os frades dominicanos quizeram fundar um convento da sua ordem no monte da Penha mas não conseguiram levar a cabo o seu intento. Antonio Simões e sua mulher moravam em um predio contiguo ao templo, e em 1601 de tudo isto fizeram doação aos eremitas de Santo Agostinho. Os dominicanos intentaram contraditar esta doação e levaram a questão aos tribunaes.

Perderam-n'a, e os agostinhos, prehenchidas as necessarias formulas, construiram o seu mosteiro em 1603.

Tambem o senado em 1604 encarregou o architecto Theodozio de Frias da edificação da capella-mór, e ampliação da egreja. Apesar da promessa ter sido feita pela camara as despezas d'estas obras foram em grande parte cobertas pelas esmolas do povo, e principalmente pelos donativos de Antonio de Cavide, que foi secretario das mercês de D. Affonso VI e mestre de D Pedro, irmão perfido do infeliz monarcha.

Todavia só em 1625 é que a egreja ficou prompta sendo logo para lá conduzida a imagem, com a maior pompa imaginada. Sahiu a procissão, e deu grande volta pela cidade. Pouco a pouco se lhe foram incorporando irmandades, confrarias, povoleu, musicas e danças, que assim era costume do tempo, de modo que ao entrar no novo sanctuario era já seguida de dezoito turmas de charamellas e outros instrumentos, um sem numero de danças populares, duzentos guiões, emfim, uma enormidade de cousas espectaculosas.

O terremoto destruiu o templo, que acabara de ser concertado no anno antecedente. Produziu-se o desabamento, primeiro do côro, e a seguir da abobada, na occasião em que umas trezentas pessoas assistiam á missa... Nem uma escapou!...

Acudiram com valiosos donativos os maritimos, D. Pedro de Menezes, filho do famoso conde de Cantanhede e marquez de Marialva, varios devotos, e el-rei D José I. Ha uma inscripção latina na balaustrada, á entrada da egreja, que commemora estes dadivosos auxilios.

O templo actual é oitavado, e não muito amplo. Está interiormente forrado de magnificos marmores, tem boas obras de talha dourada nas capellas.

A imagem da Senhora da Penha é a mesma que o esculptor Antonio Simões formou. Está dentro de um bello camarim, collocado sobre pedestal de mosaico. Os paineis das capellas são devidos á inspirada palheta do nosso glorioso Pedro Alexandrino, e diz-se que fructo dosseus primeiros trabalhos no genero.

Em seu lugar estiveram primeiro os quadros do afamado pintor Bento Coelho da Silveira, artista de merito, fallecido de provecta edade nos primeiros annos do seculo XVIII. Estão na sachristia.

Antes do terremoto havia ali riquissimas alfaias, mas como não foram substituidas nada ha hoje, n'este genero, que seja digno de menção.

Ao pé da sachristia está a *casa dos milagres*... E cá estamos com o lagarto a contas. Eis o caso:

Certo peregrino,—o nome não importa,—sahiu um dia a escabrosa cabeça do Alperche, para ir orar á ermida da Senhora, mas chegando ali sentou-se, e vencido pela canceira não poude resistir ao somno e adormeceu.

No melhor dos seus sonhos, se é que elle sonhava, chega-se-lhe o lagarto, e atira-se ao pobre homem com grande furia. Sobresaltado abre elle os olhos, e vê o bicharoco disposto a fazer d'elle um succulento jantar.

Grita o homem aterrado, e a Senhora da Penha vem junto d'elle, e dá lhe o animo que lhe faltava para luctar com o lagarto.

Lá está toda a scena descripta nos azulejos da parte de fóra da egreja.

Ora a verdade é que o tal reptil não é do nosso clima, mas deve ser oriundo de qualquer parte onde habitem jacarés. Os lagartos que se criam em o nosso paiz nunca attingem a corpulencia do que vemos no local indicado. No entanto a lenda foi tida em conta de verdadeira, pelos espiritos tão devotos quanto faltos de bom senso.

Na mesma casa dos milagres está um tumulo de marmore, collocado no dorso de quatro leões. Estão ali os despojos mortaes de Antonio de Cavide e D. Marianna Antonia de Castro, sua esposa, ambos zelosos e dedicados bemfeitores, que concorreram com grossos cabedaes para as obras do templo.

O comprimento do reptil é de $3^{m},08$ e a circumferencia maxima tem $1^{m},32$.

E' de côr verde negra, com manchas mais claras no ventre. Pelo dorso tinha uma armadura de escamas córneas onde não fariam mossa golpes de lança ou balas.

Ignora se a época da lenda do lagarto. Em 1707 imprimiu-se um folheto mui curioso, denominado *Aguia na Penha* onde, entre varias curiosisades da antiga Lisboa, se falla largamente d'esta egreja, mas sem a minima referencia ao lagarto.

Depois ha noticia de ter estado o bicho na chamada casa do lagarto, até 1739 Era uma pelle de jacaré ou caimão, mas tendo-a arruinado e apodrecido a humidade foi sub-

stituida por outra de madeira em dimensões eguaes e egualmente pintalgada. N'esta occasião o povo ignaro apoderou-se da pelle do reptil disputando-se os pedaços d'aquella porcaria que, na sua fanatica estupidez, julgava de infallivel resultado na cura de toda a especie de enfermidades, sendo pulverisada e ingerida com qualquer liquido.

Em 1742 um tal Ricardo Fineça fazendo a narrativa de um *milagre* acontecido a bordo da nau *S. Pedro e S. João* refere-se tambem ao lagarto da Penha cuja discripção faz com todas as minucias. Segundo o que nos diz o bicho não estava empalhado, mas apenas tinha os intestinos a menos. E quando foi substituido pela figura de madeira estava bastante reduzido pelos côrtes que lhe faziam os visitantes. Então decidiram os da irmandade cortar o bicharoco em postas que penduram em volta da casa, as quaes affirmava o narrador — «pareciam postas de toucinho, ou pespernas, ou presuntos pendurados »

O lagarto de madeira lá está, é, senão o primittivo que talvez ficasse sepultado no desmoronamento de 1 de novembro de 1755, o seu substituto. E' ainda hoje o enlevo dos olhos das crenças ignaras aliás inoffensivas. Ultimamente teem andado obras no templo, cujo culto está a cargo de irmandades. A irmandade de Nossa Senhora da Penha, conhecida antigamente pelo nome de irmandade dos navegantes e dos fidalgos foi creada no anno de 1613, a bordo da capitania de uma armada de sete naus, que ia para a India, sob o commando de D. Jeronymo Coutinho.

Em 1834, por motivo da extincção das ordens monasticas foram os frades agostinhos expulsos do convento, e o ministerio da guerra tomou conta do edificio, para n'elle estabelecer uma hospedaria militar, onde os officiaes dos corpos dos provincias tivessem hospedagem quando houvessem de vir á capital em serviço.

O que ali ha actualmente é ou foi a habitação do sacerdote, e magnificos predios particulares com seus bellos jardins e quintaes.

A oeste ostenta a montanha a maxima altura, por onde em tempos idos havia um estreito caminho entre matos e oliveiras chamado *caracol da Penha*. Vai terminar em *Arroios*, e está actualmente transformada em estrada a macadam, illuminada a gaz, arborisada. Do lado de Arroios lhe foram abertas novas ruas, onde ha predios bonitos, claros e hygienicos, alguns mesmo ao alcance das familias pouco favorecidas da fortuna. Todo aquelle sitio está inteiramente transformado a ponto que as gerações que por ali passaram desconheceriam inteiramente hoje a antiga cabeça do Alperche.

Em tempos passados era esta egreja muito visitada de romarias e cirios.

Faziam-se então arraiaes no largo plató da montanha, e era grande a concorrencia de populares a essas alegres manifestações da phisionomia do povo peninsular.

Viam-se muitas barracas de comidas, predominando o mexilhão de caldeirada, indispensavel *pestiqueira* que ainda fez as delicias da geração de hontem, e que á maneira de tantas outras cousas—já passou.

Vai ali ainda o cirio das *Palmelôas*, mas já sem enthusiasmos e sem aquella imponencia de que nos fallam os velhos com a entonação da saudade das alegrias mortas com a flor da juventude.

Está este monte na freguezia de S. Jorge, que era antigamente um priorado da mitra, tendo quatro beneficiados permanentes.

Tem esta egreja o privilegio de servir para os officios quotidianos do cabido lisbonense, quando por qualquer circumstancia a Sé se ache interdicta.

Seguindo de Arroios na direcção do Intendente fica-nos á esquerda o templo parochial dos Anjos. E' freguezia desde 1563 em que o cardeal D. Henrique, depois rei, a desannexou da jurisdicção da egreja de Santa Justa e Rufina. Em 1725 fizeram-lhe obras por estar muito arruinada. O terremoto deixou-a em miserando estado, mas em 1758 estava novamente reedificada e aberta ao culto.

E' uma das mais ricas freguezias, e das mais extensas de Lisboa.

N'ella está o palacio dos condes do Pombeiro, e outros ricos predios, bem como o palacio da Remposta, onde D. João VI fez residencia e passaram alegres dias da mocidade de seus filhos.

Quantas ciladas ali se tramaram contra a liberdade, quantas intrigas, e insidiosas combinações! A côrte de D. Carlota Joaquina foi um abysmo de locubrações anti-liberaes, das quaes era ella a principal motôra!

O certo é que a idéa absolutista largos tempos se refugio na freguezia dos Anjos. O parocho ha pouco fallecido era tido em conta de professar esses principios. Mas era um homem de coração e de probidade. A sua mesma fidelidade á memoria de um principe infeliz era um certificado de nobreza de caracter, que nós, liberaes da convicção respeitamos e veneramos.

A esta parochia pertencem as capellas da Senhora do Regate das Almas, e do Espirito Santo.

Não sendo nossa intenção por agora seguir em frente iremos pelo Bairro Andrade até ao Forno do Tijolo, e voltaremos á Graça.

O Bairro Andrade é dos nossos dias.

Ha dose annos todo aquelle terreno era cultivado. Entrou por ali o camartello do progresso e arrancou as bellas oliveiras, as vinhas, revolveu as hortas mimosas que por ali reverdeciam como esmeraldas da natureza, e encheu tudo de predios, logo habitados.

Entrando pelo *regueirão dos Anjos* ha um terreno, á direita, que foi uma grande e productiva quinta. Trepava pela elevação que conduz á altura da rua que desemboca na projectada Avenida dos Anjos. Apodera-se de nós uma enorme melancolia em face d'aquelle destroçar do mundo vegetal. Assaltam-nos então recordações de tempos idos, e que lamentaveis ellas são para o nosso desolado espirito! Morava ali uma familia bem heroica nos seus infortunios.

Um denodado apóstolo de uma cauza, que tudo lhe sacrificara, a sua felicidade, a da esposa e filhos, sem que a sociedade lhe désse um olhar de sympathia em paga da sua abnegação. Pobre dr. Azeredo! Quantas vezes ahi passamos nos detemos a olhar as ruinas da quinta, onde elle, homens de lettras, cavava e semeava com a heroica resignação de um philosopho consummado no infortunio! Era então tudo por ali deserto, e em vez das melodias

mais ou menos desalmadamente maltratadas pelas pianistas de agora, ouvia-se ali apenas o monotono gemer da nora, movida por um pacifico e melancolico animal, durante as longas horas da noite da desesperança! E no meio d'quella desolação acalentada pelos suspiros da aragem, ungida pelos raios do luar, a figura adoravel de uma interessante donzellinha de quinze annos, a adquirir a sciencia dos soffrimentos na edade em que outras tantas estudam a arte de serem inuteis na sociedade!

Perdoem-nos os leitores a digressão mas quem ha ahi que de quando em quando não volva um olhar amargurado para tudo que lá vae no redemoinhar das crenças e esperanças, arrancadas da nossa alma pelo tufão da desgraça!...

. . . . . .

De novo volvemos á Graça, e para qualquer lado que nos voltemos não nos faltam recordações do passado.

Antes de 1774 algumas freguezias existiam que foram depois extinctas e incorporadas como a de Santo André, que já dissémos estar agora junta á da Graça.

A egreja julga-se ter sido construida no reinado de D Affonso III, talvez por seu mandado. Era do real padroado.

Ayres Martins e sua mulher Maria Esteves foram contemplados com esse padroado, que lhes doou El-Rei D. Diniz.

Como não tivessem successores a mulher estabeleceu sete merceeiras, com os proventos de um alqueire de trigo e 240 réis per semana, a cada uma, cada anno, um par de sapatos, um manto, um pote de azeite, e carne pelas festas da Paschoa e Natal.

O marido instituiu nove missas diversas por sua alma e de El-Rei D. Diniz pagas á custa da sua fazenda.

S. Thomé do Penedo. Nem a egreja já existe! Chamavam-lhe *do Penedo*, por ser construida sobre um enorme pedregulho. Tambem era conhecida por S. Thomé do Castello. Era situada a egreja no actual largo do Infante D. Henrique, que tinha ainda ha uns dez annos o nome de largo de S. Thomé, entre a travessa e as escadinhas tambem denominadas de S. Thomé. Foi fundada em 1320, por El-Rei D. Diniz. Atravessou varios cataclysmos, pouco soffrendo, até que o ultimo do seculo passado a destruiu.

Em 1837 foi arrasada e demolidos os seus materiaes, e depois se construiram predios em seu logar. A parochia de S. Thomé foi distribuida pela de Santo André e de S. Vicente.

S. Bartholomeu. Era um templo parochial, encostado ao paço real, tendo communicação com elle, por meio de um passadiço. Tinha em frente um largo com o mesmo nome. O local que occupou era a rua do Chão da Feira, a travessa do Funil, e a rua de S Bartholomeu

Foi fundada em 1160, por ordem de D. Affonso Henriques, para serviço do culto e uso do paço. O terramoto demoliu palacio real, egreja e dependencias, não deixando pedra sobre pedra.

Santa Marinha. Foi situada esta egreja matriz, no largo que ainda conserva o seu nome, entre a calçadinha do Tijollo, rua da Oliveirinha e travessa de Santa Marinha. Esta egreja tinha cinco beneficiados e thezoureiro, e uma capella annexada com a invocação de Senhora da Natividade. Era rica esta egreja, respeitavel pela alta antiguidade. Antes da tomada de Lisboa era mesquita dos mahometanos. Em 1222 foi purificada e aproveitada para servir de séde parochial. Foi mais tarde annexada á parochia de Santo André.

São Martinho. Era uma egreja, encostada aos paços do Limoeiro, no largo entre a rua do Arco do Limoeiro e a rua da Saudade. Plenamente destruida pelo terramoto nenhum vestigio d'ella ficou.

Na reconstrucção da cidade o logar soffreu modificação radical, e a freguezia encorporou se na de S Thomé.

Santa Cruz do Castello. Tambem esta é do tempo dos mouros, e foi purificada em 1148, um anno depois da tomada de Lisboa. Fica dentro do castello. Está defronte da memoranda porta de Martim Moniz. Os condes de S. Thiago de Beduido tinham o seu jazigo de familia n'esta veneranda egreja.

D. Affonso Henriques reedificou e ampliou a velha mesquita, onde os malaventurados defensores da Lisboa mourisca tão ardentemente teriam supplicado o auxilio de Allah e a protecção de Mafoma, para serem afinal tão completamente derrotados.

Santa Engracia. Está actualmente installada a séde parochial d'esta freguezia na egreja do antigo convento dos padres Barbadinhos, italianos, que tiveram a sua casa monastica na calçada, ainda denominada dos Barbadinhos, que começa em Santa Apolonia, em frente da primitiva estação dos caminhos de ferro, norte e leste, e vae findar na rua de Sapadores, atravessando o Bairro Operario, um que tambem é dos nossos dias e feito em terreno agricola.

Mudou-se para ali a freguezia no anno de 1835, por ser mui acanhada a egreja de Santa Engracia que lhe servia de séde. A esta egreja anda ligada uma tragica historia que poucos ignoram, se é que alguem a desconhece.

A primeira egreja foi mandada edificar em 1530 pela infanta D. Maria, filha d'el-rei D. Manoel, que alcançou para ella as honras de parochia, para o que se desannexaram terrenos da freguezia de Santo Estevão, graça concedida á gentil princeza pelo pontifice Pio V.

A infanta, que muito queria ás freiras de Santa Clara, tinha mandado fazer uma casa para sua habitação junto do mosteiro. Teve a felicidade de vêr todos os seus desejos coroados de bom exito, e morreu sem conhecer quanto amarguram as decepções humanas.

Cem annos volvidos pezadamente sobre a pacifica existencia das monjas, um facto as poz em alvoroto.

Entre as esposas do Senhor, nem todas guardavam escrupulosamente a fé aos esponsaes divinos. Novas, quasi sempre violentadas á profissão, continuavam as cousas celestes... atravez das alegrias do mundo. Uma das freirinhas amava e era ardentemente correspondida pelo cavalleiro Simão Pires de Solis, nobre de sua pessoa e qualidades. Dizem as chronicas que tambem era bom catholico, e de grandes praticas religiosas... Mas lá n'este ponto não concordâmos... O homem tinha appetencias do fructo prohibido, e não cumpria á risca a lei que manda não levantar olhares cubiçosos para a esposa alheia...

Caso era que o enamorado mancebo ia, altas horas conversar, ou o que quer que fosse, com a bella freirinha, e para não despertar os eccos por aquellas desertas

ruas e viellas que tinha de percorrer, usava forrar as patas do cavallo com trapos, impedindo assim o resoar das ferraduras. Cautelloso era Simão Pires, mas da mesma cautella lhe resultou o mal.

A noite de 15 de janeiro de 1630 mostrou-se carrancuda e tempestuosa, como que a avisal-o da imprudencia que commettia expondo-se ás suas inclementes investidas. Mas quem é que, na quadra primaveril da existencia, e com a alma illuminada pela estrella polar do amor, recua perante as arremettidas do temporal desfeito?... Solis envolveu as patas do fiel cavallo nos trapos habituaes, e correu nas ancieda-les de um sorriso, de uma palavra da bella enamorada, que para elle conglobava todas as harmonias do universo.

Emquanto elle se esquecia do mundo para apenas adorar o ceu dos olhos da *diva*, a malvadez e o sacrilegio perpetravam um nefando crime a dois passos d'elle, dentro da egreja de Santa Engracia. Uns miseraveis, achando meio de introduzir se no templo, arrombaram a porta do sacrario e subtrahiram um cofre de tartaruga com doze particulas sagradas e uma hostia, e tiraram de um vaso dourado outra hostia, com vinte e cinco particulas

Logo ao amanhecer correu por toda a cidade noticia do estupendo caso, e Solis, que ia recolhendo pela mesma hora, segundo o costume, foi immediatamente preso. Apertado com perguntas não explicou de onde vinha, nem o motivo da extraordinaria cautella empregada para evitar o ruido das ferraduras do cavallo Cavalleiro em toda a excepção da palavra o desventurado nada respondeu, e d'esse mesmo silencio resultou a suspeita da criminalidade.

Encerraram-no nos carceres da inquisição onde lhe applicaram as maiores torturas, mas nem uma só vez lhe puderam espreitar o segredo. A tão vehementes dores, calculados supplicios que germinavam no craneo maldicto dos herdeiros de Domingos de Gusmão e Torquemada, o infeliz mancebo disse que elle fôra o auctor do sacrilego attentado O que não disse foi a verdade que o teria salvado, mas que arrastaria á deshonra mulher amada.

Contentes os inquisidores, porque o reu tinha bens para confiscar em proveito das suas immundas pessoas, fizeram n'o julgar por ironia, pois de antemão estava elle condemnado. Julgou-o o poeta Gabriel Pereira de Castro, auctor da *Ulyssea*. . Até repugna acredital-o! Que um homem de lettras assim procedesse, quando mesmo estivesse convencido da criminalidade de Solis é abominavel! A sentença proferida foi — mãos cortadas e queimado vivo no campo de Santa Clara, em frente da egreja. — E a gente a recordar as palavras do Christo, preso ao lenho, entre dois malfeitores—«Perdoael-hes, Senhor que elles não sabem o que dizem »

Caso foi que o desgraçado cavalleiro soffreu o martyrio sem revelar o nome da mulher que sem querer o levava á morte.

Duas lendas correm de bocca em bocca entre o povo respeito d'esta lamentavel tragedia.

«Que a freira enviara ao namorado dois melões, estando elle no carcere. Um já aberto e outro inteiro. A pessoa que os entregou ia encarregada de dizer da parte da monja, que o *calado* era o melhor...»

Invenção plebêa. Nem seria facil a um prezo da inquisição receber presentes; nem os *argus* malevolos deixariam perder assim ensejo de apurar se poderiam envolver na rêde mais alguem; nem a freira levaria o cynismo a tão subido grau.

A outra versão é de caracter mais sympathico: Em desagravo do sacrilegio os bons catholicos da epoca, em numero de cem, e escolhidos entre os principaes fidalgos da corte, fundaram a irmandade dos *Escravos do Santissimo Sacramento*, e resolveram edificar um templo magestoso no local do primeiro.

Effectivamente deram logo começo ás obras, que foram delineadas com extraordinaria opulencia. Ora o innocente condemnado á morte, tendo soffrido o terrivel martyrio das mãos decepadas, quando estava na fogueira, entre os horrorosos tormentos d'aquelle atroz supplicio, encarára a obra que em sua frente se levantava e disse: «Morro innocente! E é tão verdade não ter eu commettido o crime de que me accuzam, como é certo que nunca as obras de Santa Engracia se hão-de concluir.»

Dissemos que a lenda aqui é mais sympathica porque encerra um alto principio de protesto contra a iniquidade dos homens, que só pelas apparencias se atrevem a julgar o seu similhante.

As obras de templo, principiadas com grande enthusiasmo pararam na cimalha. O que está ali posto á admiração das gentes, denuncia bem o que seria o monumento, se tivesse sido concluido. Lisboa não possuiria outro edificio egual, tanto pela amplidão, como pela preciosidade dos marmores que o forram interiormente, e que são notaveis pela variedade das côres que appresentam.

Infelizmente esse specimen de belleza nem mereceu a mais pequena consideração dos poderes publicos. Para ali está servindo de arrecadação ao material velho de artilheria, e bem poucas pessoas lhe conhecem o valor artistico.

Da freira nada mais reza a historia, mas é de crêr que não mais tivesse vontade de dar palestra, altas horas, a quem quer que fosse, na duvida de encontrar outra alma tão excepcionalmente cavalheiresca e apaixonada.

Constou mais tarde que em Castella um portuguez commettera certo crime, pelo qual teve sentença de morte. Vendo-se irremediavelmente perdido confessou que fôra elle o auctor do desacato da egreja de Santa Engracia...

A séde da freguezia, logo no dia do attentado, foi transferida para a capella do Paraizo, e lá se conservou até ao anno de 1835.

Santo Esterão d'Alfama. — Tem esta egreja seiscentos e nove annos de construida, segundo os historiadores que lhe dão por fundador el-rei D. Diniz, e muitos mais, segundo outros, que o attribuem a D. Affonso Henriques. D. Diniz doou este templo ao bispo de Lisboa, o qual a punha a concurso para os parochos.

As naves são cinco. E' notavel a custodia que ali existe, desde epocas remotas e que é riquissima Os dizimos que o parocho recebia eram pagos pelo alqueidão, e tinham sido estabelecidos por uma rainha, crêmos que a esposa de D. João III, por lhe ter sido desannexada a parte que serviu para formar a freguezia de Santa Engracia. Pertence á sua parochia a capella de Nossa Senhora dos Ro-

medios, sita na rua dos Remedios, ao principio, rua outr'ora denominada das Portas da Cruz.

Esta capella foi fundada em 1581, com a invocação do Espirito Santo, e pertencia a um hospital da mesma denominação. Eram pescadores do *alto* os que a fundaram, os quaes haviam instituido uma irmandade com tumba propria, para conducção dos irmãos fallecidos. A primeira séde d'esta piedosa irmandade, quando não existia a misericordia de Lisboa, foi na egreja de S. Miguel, de Alfama.

Tendo-se suscitado certas desavenças entre os irmãos e alguns padres, por motivo de interesses pecuniarios, resolveram aquelles fundar a sua capella.

Assim fizeram, obtendo do pontifice varios privilegios e bullas.

Aos que actualmente estabelecem associações com carretas funebres, talvez não seja sciente que tiveram por antecessora esta irmandade. Pois tiveram

Com pequenas variantes o que é de um tempo, de outro tempo foi.

A irmandade do Espirito Santo, que tambem tinha o hospital, fazia enterro aos irmãos, esposas e filhos, entanto que vivessem no lar paterno, e tambem assim procedia para com os servos e escravos das mesmas familias, e isto sem o minimo interesse material.

No seu hospital tratava e medicava amoravelmente, os pobres, e fazia o enterro aos que falleciam, além do que lhes mandava resar um certo numero de missas.

E eram realisados os enterros com muita decencia. Tinha a irmandade uma tumba bem construida, e um panno para cobril a, verdadeiramente luxuoso. Era preto, de bom velludo, ao centro uma grande cruz bordada a ouro, e todo em volta orlado por barras de brocado do mesmo precioso metal. Acompanhava a tumba uma bella cruz com manga de brocado egual ao do panno, tendo a pomba symbolica, ricamente bordada e circumdada por um resplendor de ouro.

Bastantes annos ainda desempenhou a irmandade do Espirito Santo a sua caritativa missão, de todos abençoada

Quando, porém, se fundou a primeira misericordia, na actual Conceição Velha, esta nova irmandade oppoz-se a que os beneméritos pescadores sustentassem uma instituição congénere da sua. Originou-se então um conflicto que foi levado aos tribunaes. A irmandade do Espirito Santo allegava os direitos de posse anterior, auctorisada e privilegiada por bullas pontificias, e cartas régias.

Tempo durou a demanda, pois a administração da Santa Casa da Mizericordia fazia todas as diligencias para annullar os direitos da contendora. Após muita *rabulice*, e de muito dinheiro gasto, concertaram-se as partes, e lavraram uma escriptura, em virtude da qual a irmandade do Espirito Santo ficou auctorisada a tratar e enterrar tão só os irmãos e suas familias. Este documento tem a data de 12 de agosto de 1602.

Foi o grande Mathias de Albuquerque, provedor da Mizericordia, quem conseguiu esta solução.

Tudo isso se perdeu com o correr dos annos, e a capella nem o primitivo nome conserva. De hospital nem sombras existem. Tanto que os piedosos pescadores luctaram para sustentarem os seus direitos de bem fazer, para afinal as novas gerações nem lhes saberem da historia!

S. João da Praça — Esta egreja mandou edificar el-rei D. Diniz, no anno de 1317. Destruida por effeito dos abalos de terra tão repetidos por aquella epoca, teve de ser reparada cento vinte e cinco annos depois Tinha quatro beneficiados com obrigação de côro, e era do padroado dos condes de Villa Verde.

O terremoto de 1755 derrocou-a completamente, mas logo foi reparada.

Em 1897, quando se deu o horrivel incendio da fabrica de moagens da rua do Barão, terrivel desgraça que está bem presente na memoria de toda a população de Lisboa, e que roubou a vida a dois infelizes operarios, a egreja ficou muitissimo damnificada por se lhe communicarem as labaredas. Dias depois começavam as obras de reconstrucção, e actualmente está aberta ao culto, e primorosamente arranjada.

S Lourenço Entre os conselheiros de el rei D. Affonso II havia o padre D. Pedro Nogueira, homem de pios sentimentos e abastados cabedaes.

No anno de 1220 começou este varão a edificar a egreja de S. Lourenço, mas, ou por difficuldades materiaes ou por transtornos de outra ordem, a obra só ficou concluida trinta annos depois Ainda o foi a tempo de dar sepultura ao fundador.

Tinha quatro beneficiados, e eram seus padroeiros os marquezes de Ponte de Lima, cujo nobre solar lá está ao pé da egreja, arruinado e triste como as glorias mortas.

Os condes de Arcos eram senhores de uma das capellas do templo, a do *Descimento da Cruz*, que é a maior que ali ha.

S Miguel, de Alfama — E' das mais vetustas egrejas de Lisboa, porque a fundou o primeiro rei de Portugal, em 1150.

Em 1220 D. Affonso II mandou a reconstruir, mas em 1674 foi mister fazer-lhe grandes obras de reparação.

O terremoto pouco a prejudicou, pelo que se encontra pouco mais ou menos como ficou da ultima reconstrução. Tinha tambem quatro beneficiados.

Conceição Velha. — Esta egreja, de si tão notavel pela formosura da sua architectura, puro estylo manuelino, perpetua tambem a memoria de uma rainha a quem o desgosto santificou o coração. Referimos-nos a D Leonor, mulher de D. João II, e irmã de D. Manuel, e do desventurado mancebo assassinado em Setubal pelo rei.

E' geralmente sabido que d'esse consorcio nasceu apenas um filho, cuja morte prematura e desastrosa enlutou o coração materno, e porventura fez sangrar a alma de bronze do rei cruel.

Para cumulo da derrota moral d'esse homem terrivel, o throno tinha de pertencer ao cunhado, que elle odiava, e que tanto se esforçou por preterir, em favor do filho bastardo a quem devéras amava Morto el-rei, nas pavorosas agonias do remorso, abandonado de todos os affectos, porquanto nenhuns soubera crear, foi acclamado D. Manuel.

Deu-se este pressa em cazar com a viuvinha do malaventurado principe, filho de D. João, casamento esse que muito fatal foi ao paiz, e logo com a formosa rainha par-

tiu para Castella, afim de ser jurado herdeiro d'aquelle throno.

Durante a sua auzencia ficou sua irmã, a rainha D. Leonor, encarregada da regencia. Era confessor d'esta senhora um frade trino, chamado Miguel Contreiras; este pediu á regente que instituisse a confraria de Nossa Senhora da Mizericordia, ao que ella accedeu, ficando fundada em 15 de agosto de 1498.

Para celebrar o facto realisou-se festa solemne na capella da Senhora da Piedade, situada no claustro da Sé, e que por não ser assobradada ficou com o nome de capella de *Nossa Senhora da Terra Solta*.

Não se póde calcular o quanto esta irmandade se desentranhava em actos de beneficencia. A todos os infelizes acolhia santamente. Viuvas pobres n'ella encontravam amparo. Orphãos desamparados lá eram mantidos e educados. Donzellinhas honestas e sem fortuna d'ali recebiam dotes para se casarem. Peregrinos que lhe pedissem pouzada recebiam acolhimento familiar e generoso; captivos que não se libertassem por falta de recursos, eram resgatados e reconduzidos ao seu paiz.

Delinquentes sem recursos nem protectores recebiam da Misericordia o sustento do corpo, a defeza juridica, e até os pedidos á corôa. E se, exhauridos todos os meios de lhes obter ou justiça ou perdão, os miserandos eram condemnados á morte, a piedosa irmandade lá os acompanhava ao patibulo, confortando-os espiritualmente, e recolhendo as ultimas aspirações dos desgraçados que choravam os filhos e as mães.

Pobres filhos do povo mortos pela fome e sem terem quem os sepultasse eram conduzidos á derradeira morada por esses humanitarios irmãos, que não lhes denegavam os suffragios do culto.

De regresso a Portugal D. Manuel vinha profundamente magoado. A esposa, tão nova, tão linda, lá ficara morta em terras de Castella. O filho, que devia trazer-lhe a elle a segurança da corôa da Iberia, apenas lhe trouxera os crepes da viuvez, porque o seu nascimento importou a morte da joven rainha

Vinha propenso á piedade, elle, inflexivel dictador das desgraças dos israelitas.

Sympathisou com a obra de D. Leonor e deu ordem para que em todas as terras do reino se estabelecessem misericordias. Ao mesmo tempo se propoz a fundar um edificio sumptuoso, para séde da nova instituição, e sem delongas se deu começo a este templo da Conceição Velha. Ninguem hoje vai dizer o que era este edificio, tanto em grandeza quanto em valor esthético. Depois da basilica de Santa Maria de Belem não existia na capital templo que se lhe comparasse. Não era a fachada principal a que agora vemos. *Pinho Leal* diz-nos — «A porta principal olhava para O ; a capella mór, pela rectaguarda, voltava-se para E., e a porta travessa para o S. Portas e janellas tinham a formosa architectura gothica. Contavam-se no edificio vinte columnas monolythicas, de marmore, altissimas, e primorosamente lavradas.

Seis dividiam a egreja em tres amplas naves, e quatorze, meio embebidas nas paredes, sustentavam a aboboda, toda de pedra, com formosa laçaria, com artesões e floreados, alternando-se os emblemas da fé christã com os de D. Manuel »

Accrescente-se a estas bellezas os trabalhos delicados de talha dourada que se ostentavam em a capella-mór, o luxo dos altares, e a riqueza de paramentos e alfaias.

O corpo da egreja foi em principio rodeado de altares ou capellas. Certa dama de consideravel fortuna, chamada D. Simõa, mandou fazer uma linda capella, do lado do evangelho, e dedicou a ao Espirito Santo.

Era toda de marmore de côres, e seguia á escola de architectura classica Em 1594 esta capella passou a ser consagrada ao SS. Sacramento

Contignos á egreja havia amplos compartimentos destinados a recolhimento de orphãos, hospital, secretarias, etc.

De todas estas maravilhas ficou simplesmente um amontoado de escombros, carbonisados, depois do terremoto de 1755 De pé só ficou o altar de D Simõa, e defronte a porta travessa, com uma janella de cada lado, e lindas que ellas são. D. José mandou aproveitar esse altar para altar-mór, a porta para entrada, e assim ficou a egreja, acanhada, e bem diversa do que havia sido!

Mal pensava D. Manoel, quando fez desenhar o edificio, o lhe deu começo, que não chegou a ver-lhe a conclusão, mal pensava diziamos, que a tão mesquinhas proporções chegasse o seu templo!

Tambem o seu actual nome foi dado pelo mesmo soberano. A egreja de Nossa Senhora da Conceição da Ordem de Christo ficou em ruinas depois do cataclysmo de 1755, e não podia levantar-se de novo para alterar o plano da reconstrucção de Lisboa. El-rei, para satisfazer os freires, deu-lhes este pequeno templo. Quando a egreja da Conceição Nova se acabou de construir passou a primeira a chamar-se Conceição Velha.

A egreja da Conceição Velha está em terreno que tempos idos, fazia parte de *Villa-Nova de Gibraltar*. Tem dado este facto ensejo á varias hypotheses ácerca do edificio. Querem que antes do templo christão elle servisse de synagoga aos moradores do bairro. N'este caso D. Manuel o mandaria purificar. Mas temos outros auctores, e n este numero se inclue o nosso erudito Damião de Goes, quando trata da *Chronica d'El rei* D. Manoel, parte 4.ª, capitulo 85, dizendo que o grande rei mandara arrasar e demolir os materiaes da sygnagoga, dando se começo ás obras pelos alicerces N'este auctorisado auctor lêmos que o templo foi reconstruido desde a primeira pedra, e que el-rei lhe deu o rendimento annual de um conto de réis, e mais 500$000 reaes para pratica de obras pias.

Com a renovação do edificio commetteram-se *atrocidades* artisticas, e disparates de ornamentação que são inteiramente diversos da intenção architectonica do conjuncto.

Pela parte de cima do arco estava um baixo relevo de pedra que reprezentava Nossa Senhora da Misericordia, tendo o manto amplamente aberto e seguro por dois anjos. Do lado direito estava o papa Alexandre VI, celebre Borgia, debaixo do manto, e frei Miguel Contreiras acompanhado de varios prelados. Com estas figuras havia outra figura feminina, provavelmente da padroeira.

Do lado esquerdo o manto estava fingindo abrigar a el-rei D Manoel, sua esposa e cunhada D Maria, e os filhos. As dimensões do baixo relevo são 4m40 de comprimento, e 3m10 de altura. Está feito com sete pedras.

Em 1813, sem motivo plausivel, allegando-se a pouca claridade do templo, apearam o baixo relevo e o substituiram por uma claraboia.

Levaram o baixo relevo para a sachristia e por lá o deixaram depois de muito pintalgado de côres berrantes.

Em 1834 houve ideia de pôr este venerando templo em hasta publica. Não chegou a commetter-se similhante *barbaridade* e ainda bem, porque é este um dos bellos monumentos de architectura nacional que possuimos.

Indo d'este sitio tomaremos o caminho da rua da Magdalena, que nos conduz á porta da egreja d'esta invocação. Antiga, quasi tanto como a tomada de Lisboa, foi a primitiva construcção d'este templo devida a D. Affonso Henriques. Data do anno de 1150, e n'esse mesmo foi erigida a parochia. Em 1363 ficou reduzida ao esqueleto, por causa de um incendio, mas el-rei D. Fernando mandou logo reconstruil-a.

Em 1600 um forte cyclone deitou-a por terra quasi totalmente. Pouco depois estava outra vez de pé, funccionando, mas o terramoto tornou a arruinal-a, e d'esta vez radicalmente.

Em 1783 foi refeita desde os alicerces, por iniciativa de D. Maria I.

Esta egreja foi priorado das rainhas. Os altares de S. Cosme e Damião, de Santo Eloy e de S. Sebastião, eram outr'ora cuidados por corporações especiaes. O primeiro pelos medicos; o segundo pelos ourives e o terceiro pelos algibebes.

Foi aqui uma albergaria chamada dos Palmeiros, destinada aos romeiros que vinham de visitar o tumulo do Christo; fundaram-n'a em 1338 as pessoas mais gradas de Lisboa:—os peregrinos só podiam lá demorar tres dias, durante os quaes lhes era fornecido pão, agua e luz.

A deante encontramos a egreja de S. Christovão, já existente no anno de 1308. Está n'esta freguezia o antigo recolhimento do Amparo, que foi destinado a receber orphãs e pensionistas. Nada de notavel nos consta d'este edificio.

Soccorro—Em 1596 já existia a capella dedicada a Nossa Senhora da Saude, na Mouraria. N'este anno creou-se a freguezia, com parte da de Santa Justa e Rufina, installando-se na dita capella, e com o nome de freguezia de S. Sebastião da Mouraria.

Não tinha porem a pequena ermida capacidade bastante para o numero de parochianos, e por isso se construiu o templo actual, no anno de 1646. Derrubado pelo terramoto de 1755, as obras de reconstrucção foram demoradissimas e só ficaram concluidas em 1823.

Em 11 de novembro de 1858 ficou um tanto arruinado pelo tremor de terra, mas logo foi reparado. A capella primitiva da Senhora da Saude lá está no mesmo local, e continua a ser objecto de grande veneração, muito concorrida de devotos, mórmente no dia da grande festa e procissão solemne.

S. Domingos — Parochia de Santa Justa e Rufina. Foi com esta denominação que o bispo D. Gilberto instituiu a segunda freguezia de Lisboa, logo apoz a derrota dos musulmanos.

Era no logar ainda hoje chamado largo de Santa Justa, em frente da rua d'este nome. Tinha a egreja oito beneficiados com a prebenda de 150$000 réis cada um, que recebiam annualmente.

Tiveram aqui séde as irmandades de S. Marçal, constituida pelos pastelleiros, de Santa Cecilia, que era dos musicos; e de S. Valentim, cuja solemnidade era feita com grande pompa pela familia reinante.

Em 1834 foi profanado o templo, e depois lá esteve o theatro de D. Fernando. Vendida a propriedade foi transformada em casa particular, passando por fim a hotel.

Mudou-se o archivo parochial e mais pertences para a egreja de S. Domingos, que ficou sendo a egreja parochial.

Esta egreja uma das maiores, senão a maior de Lisboa, foi fundada por D. Affonso III, para uso dos frades dominicanos, cujo convento tinha sido annos antes mandado construir por seu desventurado irmão D. Sancho II.

Estava este mosteiro junto ao Rocio e alojava regularmente um cento de fradès. A egreja foi feita em 1252. El-rei deu aos frades o terreno que cercava o mosteiro, constante de terras baldias, que serviam apenas a telheiros, fornos de tijolo e eirados para uso d'essas manufacturas.

Imagine-se o quanto se desenvolveu a população! Ali, no coração da cidade moderna, existiam então terrenos baldios e deshabitados.

Magestoso era o convento que o terramoto destruiu inteiramente. Ao lado direito de quem entrava na portaria estava a sepultura de Frei Luiz de Granada, assim appellidado porque tinha nascido na cidade de Granada.

Toda a gente medianamente instruida sabe que este virtuoso varão foi um mestre da nossa lingua, purista e classico, irreconciliavel adversario dos desacatos ao bom portuguez de lei.

D. Sebastião quiz-lhe dar a mitra de Vizeu, e D. Catharina, regente na menoridade d'este rei seu neto, instou-o para acceitar a mitra archiepiscopal de Braga. O modesto, que tinha as funcções de geral da ordem da Santissima Trindade, e de confessor da rainha, regeitou ambas as distincções. Descontente a viuva de D. João III ordenou-lhe que ao menos lhe indicasse alguem para arcebispo, e Frei Luiz de Granada recommendou-lhe D. Frei Bartholomeu dos Martyres, o virtuoso arcebispo, cujo nome jámais será eliminado da memoria humana.

Frei Luiz de Granada escreveu muito e bem. Um dos seus trabalhos foi impresso na casa de Joannes Blanco de Aggrippina Colonio, em Lisboa, no anno de 1559.

D. João II sabendo que os dominicanos tinham, a oeste e sudoeste da egreja, muito terreno de que se não serviam, tirou-lh'o para n'elle edificar o hospital de Todos os Santos com a grande horta annexa, que ficava nas alturas do nosso mercado da Praça da Figueira, nome que ainda conserva em recordação da mesma horta.

Antes de edificada a egreja de S. Domingos havia ali a capella de Nossa Senhora da Purificação, mais vulgarmente chamada da Escada.

Diz-se que foi fundada por D. Affonso Henriques; tambem se diz que já este a encontrou construida pelos godos. Como quer que fosse toda a christandade lhe dedicava grande devoção, mórmente a população maritima. Parece que lhe chamavam capella de *Nossa Senhora da Corredoira*, por ser tambem conhecido o sitio por este nome.

O Tejo então chegava ao pé da capella, a qual era situada ao lado do evangelho da egreja de S. Domingos.

Os maritimos em perigo, no Tejo, fugiam ás investidas do temporal e vinham refugiar-se á vista da capella, suppondo-se a salvo.

Fundado o templo, a capella ficou-lhe unida, do lado norte, formando os dois sanctuarios um só todo. Fica um tanto elevada sobre a egreja, formando uma tribuna, por debaixo da qual estão altares. Tem communicação por dentro da egreja, e tambem pelo atrio, onde ha uma escadaria de trinta e um degraus que vae ter ao seu pavimento. Foi em virtude d'esta communicação que o povo ficou denominando a imagem Senhora da Escada.

Fazia-se annualmente uma grande festa a esta imagem, no dia 2 de fevereiro, com procissão solemne em que se encorporava o cabido e o senado de Lisboa.

D. João I instituiu outra festividade a Nossa Senhora da Escada, no dia 14 de agosto de 1385, em memoria do glorioso dia de Aljubarrota. Sahia uma procissão da egreja de S. Jorge, com a imagem do Padroeiro, e terminava na capella da Senhora.

Conta-se que quando este excellente rei veio de Alcochete perigosamento enfermo da molestia a que succumbiu, quiz ir á capella da Senhora da Escada despedir-se para a eterna viagem, antes de entrar nos seus paços.

Muitas obras de preço mandou elle fazer na capella, e seu filho e successor D. Duarte as accrescentou com generosidade, e instituiu rendimento para que a imagem tivesse perpetuamente uma lampada accesa.

Quando o infante santo D. Fernando partiu á Africa veio a esta capella confessar-se e receber a Eucharistia. D'este sitio do Tejo levantou ferro a armada, aos 25 de julho de 1437, na intenção de conquistar Tanger. Mas d'esta feita os vencedores foram lá vencidos, deixando em refens o desventurado infante, ao qual não valeu a qualidade de filho de um rei e irmão de outro rei, para que os mouros o respeitassem. Todas as torturas de corpo e alma lhe infligiram, até que falleceu no captiveiro de Mequinez.

D. Henrique, mais tarde immortalisado pela iniciação das descobertas maritimas, acompanhou seu irmão D. Fernando n'esta triste empreza, como ambos tinham acompanhado seu glorioso pae na conquista de Ceuta; D. Henrique, a poder de promessas e empenhos, veio a Lisboa, para tratar da entrega de Ceuta, clausula—*sine qua non* do resgate de D. Fernando, mas as côrtes negaram-se a satisfazer o compromisso, crueldade inutil porque a praça de Ceuta de nada servia a Portugal, e o pobre captivo lá acabou os dias em plena mocidade.

Só no reinado de seu sobrinho D. Affonso V veio para cá o cadaver, ou antes os despojos do triste mancebo, e ainda assim permutando com alguns mouros que tinham sido captivados pelos portuguezes.

D. Affonso foi mais feliz. Dispoz-se a tomar Arzilla e Tanger, e para esse fim apromptou uma armada, que *offereceu* a Nossa Senhora da Escada, mas que lhe serviu a elle para a sua aventura.

Quando se passou a carnificina dos israelitas, por causa das instigações de alguns dominicanos, motim que teve principio no domingo de Paschoela, n'aquella egreja, El-rei D. Manoel expulsou os frades do convento de S. Domingos, mandou queimar vivos dois cabeças de motim, mas exceptuou de todo o castigo o frade que tratava da capella da Senhora da Escada

D. João III foi zeloso devoto da imagem; e como o mosteiro foi muito damnificado pelo terramoto de 1531, mandou-o reparar, recommendando muito a capella para que nada lhe faltasse.

S. José.—Esta parochia começou por uma confraria que se estabeleceu na egreja de Santa Justa e Rufina, em 1532, e que se compunha exclusivamente de operarios pedreiros e carpinteiros—uma especie de associação de classe. No anno de 1546 a irmandade mudou-se com o seu santo para uma capella *Entre Hortas*, e lá instituiram a sua missa dominical e em dias sanctificados. O cardeal D. Henrique, tendo em consideração a utilidade de crear uma freguezia n'este local, desannexou uma parte da enorme parochia de Santa Justa e Rufina, e fundou a freguezia de S. José. A confraria prestou-se a dar a sua capella para séde parochial, e assim se manteve até ha poucos annos.

N'este edificio esteve installada a Casa dos Vinte e Quatro, com entrada pela rua da Fé, onde é recentemente a Associação dos Mestres de Obras.

D'aqui passou a freguezia para o magnifico templo do largo da Annunciada, onde primitivamente esteve um recolhimento fundado por uma preta chamada Anna, e em 1329 habitaram as freiras do velho mosteiro agora denominado Colleginho.

Era o mosteiro mui acanhado e pobre por cujo motivo D. João III as mudou para o convento de Sant'Anna.

N'esta localidade se edificou o novo templo parochial Correram as obras por conta da irmandade do Santissimo da freguezia de S. José, e foram feitas com largueza e arte. Annos e annos se gastaram na edificação do templo e pena é que não tenha uma apparencia exterior condigna da opulencia interna. A irmandade, não possuindo grandes rendimentos, teve o bom senso de regular a despeza pela receita, de maneira que não se creasse embaraços.

E' digna de vêr-se esta bella egreja, onde ha magnificos marmores, e embutidos que são verdadeiros primores artisticos Estes objectos, bem como umas portas de riquissimo valor, que estão na capella-mór, pertenceram á egreja de Santo Antão, e á demolida capella da Estrella.

O frontal de marmore negro com incrustações de marmore amarello, que ahi se vê, esteve no altar da sachristia da egreja de S Bento, e é objecto de alto merecimento. Foi feito em Italia, de onde o mandou vir o tristemente celebre D. Christovão de Moura. A meio do frontal estão as armas de D. Christovão, que era marquez de Castello Melhor.

O Christo, e o Padre Eterno, são de subido valor, e no seu genero não terão muitos competidores.

N'esta egreja,—a antiga—em sepultura de 2m,42, e correspondente largura, fôra enterrado Fernão Alvares de Andrade, thesoureiro-mór do reino, escrivão de fazenda de D. João III, e do seu conselho. Na pedra tumular estão esculpidas as armas dos Andrades, entre orgulhosas ornamentações, correctamente executadas, tudo em bom marmore.

A inscripção diz:

Capella e sepultura de João Alvares de Andrade, do conselho de el rei D. João o III, descendente, em linha direita, da nobre geração dos condes de Andrade, da Gallíza. Fallecido em março de 1552, e de Izabel de Paiva, sua mulher, que falleceu em maio de 1530, e de seus descendentes.

Esta campa foi levada para o museu archeologico do Carmo.

Andrade tinha beneficiado muito as pobres freiras da Annunciada. E' provavel que a transferencia das religiosas para o convento do Campo de Sant'Anna fosse facultativa, e não obrigatoria, ficando algumas voluntariamente na sua casa primitiva. E' o que se conclue da data do fallecimento do protector do mosteiro, que succedeu onze annos depois da mudança

Em 1755 havia ainda freiras ali; o mosteiro cahiu, a egreja tambem, e ellas passaram umas para o convento de Santa Martha, outras para o de Santa Joanna. A nova planta da cidade transformou a topographia do sitio. Em 1793 é que se pensou em construir o templo actual, que é um dos mais primorosos edificios do seu genero.

Dos filhos de Fernão Alvares de Andrade fallaremos em outra altura, limitando-nos aqui a dizer que foram dignos de notoriedade por muitos e honrados titulos.

Santo Antão. — Tendo fallado n'este mosteiro, a proposito de valiosos objectos que se encontram na egreja parochial de S. José, cumpre-nos dar algumas noticias d'este edificio, que existiu onde hoje é o hospital civil.

O terreno para a edificação do mosteiro deu-o D. Filippa de Sá, condessa de Linhares, e egualmente cedeu alguns predios. El-Rei D. Sebastião empenhou-se muito em favor da edificação, mas houve grandes opposições que difficultaram a obra, de modo que os padres jesuitas, a quem a devota dama dera os terrenos e casarias, não conseguiram vencer os embargos.

Quando o velho cardeal D. Henrique subiu ao throno, exultaram os jesuitas, certos da decedida protecção que o rei senil lhes daria, e só então, mas ainda assim ás escondidas, lançaram os caboucos do mosteiro. Foi isto em 11 de maio de 1579.

O povo do sitio apenas soube do caso amotinou-se, e em chusma correu ao sitio, onde os obreiros estavam trabalhando, e agora o verás!... Era pedrada sem conta sobre os pobres homens que tiveram de fugir ao tiroteio. Foi uma declaração de guerra em forma. Os trabalhadores instigados pelos padres, queriam proseguir na obra, e o povo do bairro teimava em não consentir tal. Conflictos diarios ali se davam, chegando a correr sangue em abundancia, e até a haver mortes. O povo é ousado nas suas investidas, desde que se apodere d'elle o odio. A breve trecho augmentava o numero dos aggressores, e Lisboa inteira, a Lisboa popular do tempo, estava em revolta contra os jesuitas.

Tornou-se verdadeiramente assustadora a attitude das massas populares, que obrigaram o senado a ir, encorporado, pedir ao imbecil monarcha que mandasse parar as obras, sob pena de graves occorrencias publicas.

D. Henrique teve medo, e ordenou a suspensão dos trabalhos, ficando os jesuitas derrotados. Pouco mais viveu o velho rei, e os acontecimentos subsequentes absorveram totalmente os cuidados do paiz. Os castelhanos, pelas crueldades que exerciam, fizeram desanimar o povo, cahido na desesperança e no desgosto. Os jesuitas poderam então levar a cabo a empreza, e as obras proseguiram com actividade, e se levaram muitos e muitos annos a fazer foi porque o risco demandava muitissimo trabalho. Em 31 de julho de 1652 abria-se o templo com pomposa festividade a Santo Ignacio de Loyola, e em 1670, vindo a Lisboa o opulento duque da Toscana, D. Cosme III, hospedou-se n'este explendido edificio, collegio dos padres da companhia de Jesus.

O terramoto de 1755 deslocou a cupula do grandioso templo, resultando o abatimento da abobada da capella môr e do cruzeiro, e a queda de uma das torres que estava na frontaria. O resto do edificio tambem teve grandes avarias, que logo foram reparadas.

Depois de expulsos os jesuitas o edificio foi destinado a receber os enfermos salvos das ruinas do hospital de *Todos os Santos*, que não conservou parte capaz de utilisar-se. Mesmo n'essa data já os enfermos estavam no convento do Desterro, porque o incendio de 1755 obrigou a transferir para ali os que não morreram n'essa lamentavel catastrophe.

O novo hospital recebeu o nome de S. José, em honra do monarcha que então reinava.

Nem se faz idéa da riqueza material e artistica do templo! O que o terramoto deixou de pé, que eram paredes e capellas, bastavam a dar idéa do conjuncto. Marmores da melhor qualidade, mosaicos, esculpturas, tudo era um primor.

Longe de se conservar um monumento de tanto valor apearam-lhe a torre que estava bem conservada e era de elegante construcção, e tiraram do interior do templo as formosas columnas, mosaicos e estatuas que a adornavam. O terramoto poupou a sacristia, a qual conserva a sua feição de soberbo effeito. Toda forrada de marmore de bem distribuidos matizes, tem relevos lavrados, polidos e de admiravel belleza. E' a capella do hospital.

Devemos notar uns arcazes de pau santo com ferragem e ornamentos de rara habilidade, trabalhados com delicada arte, que estiveram, e não sabemos se ainda se conservam no recinto.

Em outros tempos, quando o edificio, em todo o apogeu do esplendor pertencia á Companhia de Jesus, tinha tres quintas muito grandes cujo rendimento annual subia a mais de sete contos e duzentos mil réis.

*

Dissemos que os enfermos salvos das chammas, quando ardeu o hospital de Todos os Santos, foram recolhidos no edificio do mosteiro do Desterro, de onde foram installados definitivamente no actual.

Era convento de Bernardos, e por elles mesmo edificado em 1551, sendo a primeira pedra lançada no dia 8 de abril. Não se pouparam a despezas os frades, e como eram muito ricos, poderam construir um mosteiro tão opulento quanto as ruinas o manifestam.

Muitissimo vasto, era dotado de boas commodidades, e o templo dedicado a N. S. do Desterro, era verdadeiramente luxuoso, e de grande valor, não só pelas alfaias que possuia, mas pela profusão e qualidade dos marmores que o revestiam interiormente.

Os frades deram logar aos enfermos, e foram habitar o predio dos arcebispos, situado no local do Pateo da Sé. O terramoto causou grandes estragos no edificio, principalmente na egreja que apenas ficou com as paredes de pé, porque as abobodas abateram em toda a linha.

Breve foi reparado em parte, para ser habitado pelos seus possuidores, mas pouco tempo antes da extincção das ordens monasticas já elles o haviam abandonado, sem que saibamos qual a razão.

No entanto não ficou por aproveitar; D. Maria I tinha fundado um instituto para orphãos de ambos os sexos, dando-lhe o nome de Real Casa Pia, obra que ficou a abençoar-lhe a memoria, e que, na verdade, se tem mantido á altura de uma benemerita aspiração do bem.

O primitivo local foi, algures o deixâmos dito, no castello de S. Jorge.

Dentro de alguns annos o numero dos pensionistas foi avultando, e o collegio necessitava de maior espaço.

D. João VI, querendo que o piedoso instituto se mantivesse nas melhores condições para utilidade dos orphãos, mandou adoptar para esse fim o deshabitado e espaçoso mosteiro do Desterro, e para lá transferiu a Casa Pia. Constava então de oito collegios de meninos e dois de meninas, com um pessoal numeroso. Em 1834 foram os orphãos mudados para o enorme edificio dos Jeronymos, e o Desterro passou a servir de quartel militar, e lá estiveram varios corpos da guarnição de Lisboa.

A assoladora epidemia de 1857 fez dar outro destino ao edificio. Como se sabe os hospitaes trasbordavam, de modo que não havia onde recolher os desgraçados victimas da febre amarella. O quartel foi então improvisado em hospital, e de seus longos claustros se fizeram enfermarias onde os empestados morriam aos centos, apesar da sublime dedicação com que eram tratados.

Quando a epidemia declinou não se pensou mais em mandar tropa para ali. A dôr e a morte tinham tomado definitivamente posse do antigo mosteiro cisterciano. Lá, onde eccoaram canticos divinos, rouquejavam depois convulsivos estertores, e os cirios festivaes foram supplantados por funerarias lampadas.

Continuou pois a servir de hospital, dependencia do hospital de S. José, e destinado ás enfermidades syphiliticas e cancerosas.

Sant'Anna. — Este convento foi habitado pelas freiras da Annunciada, que para elle se mudaram em 1514.

Não tendo nada de notavel pelo que respeita a architectura era comtudo um verdadeiro monumento historico, pelas memorias que lhe estão ligadas. A sua egreja, humilde como era foi durante tres seculos a depositaria dos ossos de Camões, o émulo de Homero e de Virgilio.

O convento de Sant'Anna hoje demolido, estava reduzido o grande pardieiro, habitado por numerosas familias proletarias, que para ali abrigavam a sua miseria e as suas amarguras. Tudo aquillo ameaçava ruina.

O arruinado convento cedeu logar a construcções que decerto serão mais dignas do local. Em frente lhe fica o magnifico edificio da Escola-Medica, que deve ser um explendido palacio, sem inveja a outros de cidades estrangeiras.

No campo — hoje chamado dos Martyres da Patria — do lado da calçada de Santo Antonio dos Capuchos, está o actual asylo da Mendicidade installado no edificio do convento dos franciscanos, fundado por Diogo Botelho, em 1570.

El-rei D. Sebastião mandou-lhe fazer a cerca, e depois d'elles outros monarchas fizeram valiosas dadivas á congregação.

Não era dos menos amplos o mosteiro, e tinha habitualmente sessenta religiosos. Ao lado estão as capellinhas com os *passos* da Paixão de Christo. Tem imagens bem feitas e costumam ser muito visitadas as capellinhas, principalmente por devotos populares.

Ambos os conventos pertenciam á freguezia de Nossa Senhora da Pena, creada em 1570, tendo a sua matriz provisoria na egreja de Sant'Anna. Concluida a actual em 1705, fez-se a mudança com o cerimonial do estylo. O terramoto do seculo XVIII fez alguns estragos n'este templo, mas em 1759 estavam já reparados.

Dos Capuchos, descendo a calçada, tomaremos á direita pelo Passadiço, onde houve um recolhimento de carmelitas com a sua ermida. Ultimamente está reduzido a predio particular. D'ahi desceremos a Santa Martha, onde havia um convento da mesma invocação. Tristes memorias tem o edificio! Fundou-o o rei D. Sebastião no anno de 1570, para abrigo dos miserandos orphãos dos seus creados, victimas da peste que vinha devastando o paiz. Pouco tempo durou a instituição, se é que chegou a preencher o fim para que foi destinada, pois que passados sete annos para lá foi uma congregação de monjas franciscanas.

A egreja, que defronta com o mosteiro, que era antigamente de Santa Martha, passou a ser matriz, da parochia do Santissimo Coração de Jesus, creada depois do Terramoto, por necessidade e conveniencia da população que se desenvolvia para aquelles lados da cidade.

O primeiro assento da freguezia foi na egreja do convento de Santa Joanna, para onde se recolheram as freiras da Annunciada, e do convento da Roza, depois do dia nefasto. Foram ellas quem pediram a instituição da nova parochia, primitivamente dita de Santa Joanna. O primeiro assento parochial de que ha noticia, n'esta egreja, refere se a um casamento realisado em 6 de fevereiro de 1770.

Tempos depois passou a parochia para a ermida da Caridade, na rua de S. José, até conclusão do templo actual, que foi feito á custa de dadivas particulares, avultando as dos condes de Redondo.

Na ermida e edificio da Caridade installaram-se mais tarde as irmãs da Caridade, com um collegio para meninas.

O convento de Santa Joanna, enorme edificio antiquissimo, foi um dos mais ricos mosteiros de freiras. Ainda se pode avaliar do que elle conteria de merecimento artistico pelas pinturas dos tectos.

Na memoria de muitas pessoas anda a historia d'aquella donzela enclausurada ali violentamente, e que das gra-

des da sua cella vinha agitar o lenço branco, branco como a sua alma virginal, em desalentado adeus a um namorado e pallido mancebo que, do terraço do Passeio Publico do Rocio, lhe correspondia tristemente.

Todo um poema de amor agonisando na fria austeridade claustral, e arrastando ao desespero duas almas em flôr...

Perto d'este melancholico mosteiro, cujo pateo vasto e severo infunde tristeza, era o convento das dominicanas de Andaluz, fundação que não vae alem de dois seculos, e que nenhum interesse offerece.

Adiante d'estes templos vamos encontrar o de S. Sebastião da Pedreira, que era a ultima freguezia, dentro de portas, da antiga circumscripção administrativa. Davalhe o povo de Lisboa a picaresca denominação de *freguezia dos alarves*.

Não é muito antiga esta egreja. Foi edificada em 1652, com esmolas do povo, e auxilio pecuniario de D. João IV. Creem os devotos que está ali um osso do martyr S. Sebastião, vindo de Roma.

Antes da egreja encontrâmos o antigo convento de Santa Rita, depois aquartellamento da guarda municipal. Era de frades agostinhos.

N'esta freguezia possuiam magnificas propriedades agricolas e urbanas os duques de Cadaval, marquezes de Tavora, condes de Sarzedas e os padres congregados. Estenderam se essas bellas quintas por Valle de Pereiro e pelo sitio da actual Avenida, porque a cidade não tinha ainda invadido aquelles terrenos feracissimos.

Pertence-lhe tambem a opulenta casa do extincto millionario José Maria Eugenio d'Almeida, tão afamado pelas riquezas que amontoou. A quinta do palacio occupa uma enorme area, e pode considerar-se verdadeiramente encantadora. Ali esteve installado o Jardim Zoologico, e ainda o está, mas do lado opposto ao primitivo.

É portanto uma freguezia rica.

Do largo de Andaluz dois caminhos se nos offerecem, o do Matadouro e o da Avenida. Voltando para este ultimo encontramo-nos no ponto do antigo Valle Verde, onde, tempos idos, só havia quintas e terrenos baldios.

Do Valle de Pereiro de ha meio seculo só existe intacto o quartel de caçadores 2. A transformação é completa. Áparte uma especie de azinhaga que ainda d'aquelle edificio vem desembocar no Salitre, nenhum dos nossos avós se saberia entender n'aquelle sitio.

Do Salitre ao Rato bem podemos ir passar em frente da egreja de S. Mamede, séde de uma freguezia que esteve em outras eras bem longe d'este ponto. Imagine-se que a egreja que teve a invocação de S. Mamede esteve erecta no ponto que agora é conhecido por largo do Correio Mór, defronte do palacio dos marquezes de Penafiel. Fundou a el-rei D. Sancho I em 1200.

No anno de 1490 teve as honras de capella real, e tinha quatro beneficiados. Pedro Nunes Lobato e sua mulher instituiram ali uma capella do Espirito Santo, com obrigação de missa diaria, e uma dama, D. Margarida Bulhôa, tambem instituiu a capella da santa sua homonyma, cuja administração pertenceu aos senhores de Tavora. O morgado e quinta de Bulhões, da familia de Santo Antonio, era annexo á capella. O *correio-mór* tambem creou na egreja uma capella dedicada a Santo Antonio, e no chão da egreja foi enterrado um irmão do popular thaumaturgo lisboeta.

O templo, bem como os predios que por ahi havia, desabaram no dia 1 de novembro de 1755. Nem se calcula a plena derrocada que ali se deu! Nem uma parede ficou de pé. Basta dizer se que aquelle sitio ficou memorado com a denominação de Entulhos de S. Mamede, e o logar em que se elevava o templo foi, até 1870—rua dos Entulhos de S. Mamede.

Nunca se poude saber o numero dos desgraçados que ficaram debaixo das ruinas.

O palacio Penafiel foi feito de novo. Sumptuoso edificio é elle, como poucos existem na cidade. Foi seu primeiro fundador Luiz Gomes da Matta, nomeado pelo usurpador Philippe II primeiro correio mór de Portugal, pouco mais ou menos no anno de 1590. Este emprego era hereditario, e o primeiro em proventos pecuniarios. O agraciado instituiu o morgado da casa.

O moderno palacio foi celebre pelos bailes dados pela marqueza, os quaes excederam tudo quanto a mais fertil imaginação possa sonhar de opulento e elegante. Nem os bailes do paço se lhe aproximavam sequer...

Depois do terramoto a freguezia de S. Mamede passou para o lado oeste da capital, onde se encontra. Levaram largo tempo as obras, que só concluiram em 1861, mais de um seculo depois do terramoto.

O templo é amplo, elegantemente adornado, e innundado de luz.

Santa Izabel—Fica esta egreja na rua que teve o mesmo nome da Santa, e que poucos annos ha foi mudado para Rua de Saraiva de Carvalho.

Já nos referimos a este templo quando fallamos no seu fundador, o generoso patriarcha de Lisboa.

Em 1874 andou em obras e fizeram-lhe então uma outra torre.

Ao fim d'esta longa rua está o cemiterio dos Prazeres. Antes porém ha um encruzamento de ruas. Á esquerda a formosa rua Ferreira Borges, novamente aberta no Campo de Ourique, onde ha bons annos só havia campos desertos, assás perigosos para quem n'elles se arriscasse á noite. É actualmente uma bella rua, larga, arborisada de ambos os lados, e com bonitos predios, construidos com graciosa elegancia. Sobre esta rua desembocam outras, recortando os antigos campos, com rigorosa delineação, e bonitas casas, abundantes estabelecimentos de todos os generos, que tudo dá uns ares de mocidade áquelle antigo deserto.

Á direita ha tambem uma rua aberta recentemente, atravez da propriedade do fallecido e conhecidissimo clinico homeopatha Eduardo Maia, fundador da Casa de Saude, cuja propriedade pertence agora á sua viuva. O dr. Eduardo Maia teve uma notoriedade de 1870 a 1871, porque se salientou nas pugnas politicas da epocha.

Chegou a possuir uma bonita fortuna, e tinha ali a sua Villa-Maia, com ruas a que dera nomes sympathicos como rua Garibaldi, rua Victor Hugo, etc.

A meio da villa passa presentemente uma rua publica que vae ao largo da Estrella, quasi em frente da magnifica basilica do Coração de Jesus. Este é um dos nossos

mais ricos monumentos, digno de ser apreciado, não pela antiguidade que representa, mas pelos primores de architectura que ostenta.

Chamam-lhe impropriamente convento da Estrella. O convento de Nossa Senhora da Estrella, onde viveram frades da ordem de S. Bento, era o edificio onde está hoje o hospital militar.

A opulenta basilica foi mandada edificar pela rainha D. Maria I, em cumprimento de um voto. Casada desde annos com seu tio D. Pedro, os reaes conjuges tinham grande desgosto por não procrearem um herdeiro á corôa. Como vissem o seu maximo desejo satisfeito, a rainha mandou começar a construcção no dia 24 de outubro de 1779. Comquanto não faltasse dinheiro para a progressão dos trabalhos, onze annos foram gastos na magestosa construcção.

Em 15 de novembro de 1790 tomaram posse do mosteiro as freiras de Santa Thereza de Jesus.

O primeiro risco foi feito pelo major Matheus Vicente. Apresentou-o á rainha, mas esta notou-lhe uma infinidade de defeitos. O architecto tomou se de tão profundo desgosto que deu em enfermar até que morreu, no anno de 1786. Antes de fallecer viu ainda o triumpho capital do architecto chamado a substituil-o, e que fora seu condiscipulo na escola de Mafra.

A este, o major Reynaldo Manuel, coube a honra de levar a cabo a execução do magnifico edificio, a contento da sua real fundadora; importou a construcção em *tres mil e quatrocentos contos de reis!*

Está o templo magestosamente collocado sobre um adro amplo, de excellente cantaria, para o qual se sobe por largas escadarias, adornadas de columnellos. Quatro columnas se nos deparam na fachada, e n'ellas se ostentam as estatuas da Adoração, da Fé, da Gratidão e da Liberdade. Esta ultima dá-nos que scismar... em que *liberdade* pensaria o auctor, discipulo tambem de Mafra, quando esboçou aquella figura symbolica?

Aos lados das estatuas vemos os nichos de Santa Maria Magdalena de Pazzi, Santa Thereza e Santa Elias.

Tres largas portas communicam o adro com o vestibulo do templo, e estão abertas no meio das mencionadas columnas, tendo ao alto os nichos. Ha mais duas portas praticadas no envasamento das torres, destinadas á serventia do mosteiro. Logo que se entra no vestibulo veem-se duas boas estatuas representando a Virgem e S. José.

Internamente o edificio é forrado de marmores de matizadas côres e geralmente o pavimento da egreja. Os trabalhos de esculptura, verdadeiros primores, são do nosso afamado e inspirado artista Joaquim Machado de Castro, que se immortalisou com a execução da estatua equestre do Terreiro do Paço.

São boas as pinturas dos seis altares do corpo da egreja. O quadro do *Coração de Maria* foi pintado pela princeza do Brazil D. Maria Benedicta. O altar mór é rico, e possue um throno, guardado por dois seraphins, que é uma peça de grande valor, pela admiravel obra esculptural, que revela admiravel intelligencia e inspiração do seu glorioso auctor.

As torres são imitação das de Mafra, enormes, magestosas e teem onze sinos dos quaes só o das horas peza 4:125 kilogrammas.

No ápice d'este collossal edificio ostenta-se o zimborio, que se vê de muito longe, e que é o primeiro objecto que avistam os maritimos ao entrarem a barra de Lisboa — tal é a sua altura... O tufão de 1864 fel-o inclinar, mas lá permanece equilibrado e orgulhoso da sua superioridade e robustez.

Os baixos relevos da frontaria são obra tambem de Machado de Castro, e as estatuas, feitas pelos alumnos de Mafra, lá teem os nomes de seus auctores.

Dentro d'esse magestoso templo estão os restos mortaes da sua real fundadora, vindos do Rio de Janeiro onde falleceu aos 20 de março de 1816 na provecta edade de oitenta e dois annos, parte dos quaes passou nas sombras do idiotismo. Está do lado da epistola, na capella-mór, o seu tumulo, cumprido assim o seu desejo de repousar na explendida basilica.

D. Maria I foi inclinada ás cousas da egreja até ao fanatismo. Era do seu natural propensa ao bem, e deixou alguns motivos de reconhecimento publico, como por exemplo a instituição da Casa-pia, a annullação da pena de morte para pessoas do seu sexo, a instituição da Academia Real das Sciencias e de outros centros de instrucção. A sua mão delicada e nervosa repugnava assignar uma sentença de morte.

A vida não lhe correu, comtudo, em plena maré de felicidades. Durante os dias dourados da mocidade teve de presenciar a victoria de principios embryonarios de uma reacção anti-clerical que certamente devia contrariar-lhe as intenções e as crenças.

O paço tornara-se um campo de guerra tacita contra as medidas e reformas do grande marquez de Pombal, que usualmente levava os adversarios de vencida.

Intimamente devotada aos jesuitas, que lhe dominavam o enfraquecido cerebro, bem se pode avaliar de grande desespero que lhe occasionaria a denodada attitude do estadista de ferro em face d'esses omnipotentes padres, que possuiam o mundo e governavam os reis.

Depois os acontecimentos da França deviam impressionar fortemente o seu espirito doentio. A Europa ergueu a fronte ameaçadora e terrivel, e os thronos sentiram-se mal seguros nos seus alicerces archi-seculares, tanto mais que lhes faltava o apoio da santa inquisição. Tantos abalos juntos determinaram a perda da razão da desventurada senhora, cuja existencia ficou povoada de terrores do inferno e de visões do peccado. Triste espectaculo de uma realeza reduzida ao minimo do valor humano!

. . . . . .

O mosteiro propriamente dito era muito grande, e habitado por damas de alta qualidade social. Depois de 1834 ainda lá ficaram algumas *recolhidas*.

O côro é rés do pavimento da egreja, e muito amplo, illuminado, com uma apparencia risonha que põe de parte as lugubres apprehensões do voto. Tudo ali era magestade e opulencia, como que uma especie de religião de luz e de vida.

Hoje está ali estabelecida a freguezia da Lapa.

Contiguo ao edificio corria o muro da cerca, ao longo

da rua de Santo Antonio á Estrella, que ao principio tinha um antiquissimo arco, com um chafariz, ao lado.

Tudo desappareceu ha poucos annos. Do arco e chafariz nem vestigios restam. A rua ficou mais larga, e a parede muito alta da cerca deu logar a um gradeamento. Interiormente a quinta está destinada a dependencias do hospital militar da Estrella, e ultimamente se teem feito ali obras de construcção importantes sob a mais rigorosa orientação de hygiene.

Em frente da esplendida basilica ha um bello largo onde é a principal entrada do lindo passeio da Estrella, do qual mais adiante diremos duas palavras.

Descendo a calçada da Estrella temos, ao fundo o convento das Francezinhas, assim denominadas por serem da nação franceza as quatro primeiras religiosas que D. Maria Francisca Izabel de Saboya, esposa de D. Affonso VI e Pedro II trouxe comsigo de Paris, no anno de 1666.

As quatro freiras pertenciam á ordem de capuchas franciscanas. Chegadas a Lisboa tiveram de hospedar-se no convento das flamengas de Alcantara porque não tinham casa propria. Um só anno lá se demoraram, vindo no immediato pedir pouzada ás freiras da Esperança.

Concluido o seu mosteiro foram para elle em procissão solemne, cada uma levando uma corôa de espinhos na cabeça, e de cruz alçada.

Acompanhava-as a fina flor da fidalguia da côrte, e o cabido de Lisboa esperava-as á entrada do seu novo domicilio com grande ceremonial.

Já se vê que n'aquelle tempo a scena attrahira enorme concorrencia de povo, e dava causa á admiração dos fieis devotos a vista das quatro mulheres estrangeiras corôadas tão singularmente, ainda que decerto se os espinhos houvessem de ferir alguma cousa não seria as cabeças das portadoras...

Este mosteiro ficou habitado depois da extincção das ordens religiosas, e ainda lá tem senhoras recolhidas.

De ha annos instituiu-se ali um asylo ou casa de educação de creadas de serviço domestico e costureiras, beneficiando o instituto muitas damas da alta sociedade financeira; a educação e ensino das creanças está a cargo de irmãs de caridade.

Visinho d'este era o convento de Nossa Senhora da Esperança, que foi casa de freiras Bernardas, recolétas, edificado por iniciativa de um monge de Tarouca, chamado frei Viraldo de Vasconcellos. No sitio em que foi construido havia um recolhimento de mulheres penitentes. Viviam em casas de simples apparencia e poucos commodos, dadas ás arrependidas creaturas por uma dama Maria da Cruz de quem ha suspeição de culpas de galanteria.

Resam as chronicas officiosas de que essas penitentes orçavam pelos sessenta annos para mais, e que só começaram a penitenciar-se depois dos cincoenta... pelo menos.

Frei Viraldo impetrou as necessarias licenças de El-Rei D. João IV e do cabido da sé lisbonense, depois do que entrou a mendigar os obulos dos devotos, e assim levou a cabo a obra, que ficou nas condições requeridas. De Evora vieram quatro freiras bernardas para darem começo á vida conventual no novo mosteiro, que pouco depois se encheu de noviças na maior parte dos casos arrastadas pelo despotismo da familia ao sacrificio da mocidade, das esperanças e das alegrias mais santas e nobres que Deus concede á alma da mulher.

D'este velho mosteiro não resta quasi nada no estado primitivo.

*

* *

Os que ahi teem andado empenhados na chimerica idéa da restauração das ordens monasticas sonham com uma especie de sebastianismo da intolerancia. Em vão se adduzem razões de utilidade para os desenganados da vida e para as jovens desprotegidas ou mulheres tocadas do arrependimento de erros commettidos.

A liberdade individual deve pautal-a cada um segundo os direitos da grande familia humana. Ora esta collectividade não póde prescindir da cooperação de cada um de seus membros.

Enorme que seja o desgosto proprio não é no isolamento que elle se modifica, antes mais se accentua, Quando o individuo está morto em si mesmo deve reviver nos outros. Dos desgostos supremos, um grande coração, tira a suprema heroicidade da dedicação altruista.

D'ahi quantas arbitrariedades e infamias praticadas á sombra da religião de um martyr do amor e da piedade!

Sacrificam-se os filhos segundos aos villões interesses do primogenito, e para que se realisasse determinado casamento de conveniencia não hesitavam os paes em immolar á clausura uma filha na primavera da juventude, mas cujo patrimonio devia ir engrossar o bolo do representante do nome da casa...

O convento foi o espectro da mocidade do passado, e a inquisição moral de milhares de almas enamoradas da liberdade, da Arte, da Gloria. Quem poderá contar as revoltas importantes que se davam a dentro das muralhas d'essas estupendas penitenciarias do pensamento humano!

Entrámos uma tarde no convento da Esperança... O parlatorio era uma pequena peça, com grade dupla ao meio, e uma roda do lado da janella, junto da parede. Cahia a tarde, e os derradeiros raios de um sol do outomno passeavam melancolicamente os seus raios de um amarello doentio ao longo das paredes, coando-se pelas grades da janella. Que triste... Tinham as paredes um branco manchado de humidade, como que laivos de grandes lagrimas, e Deus sabe quantas se teriam derramado n'aquelle acanhado recinto!

Por alem da segunda grade tres vultos estavam... dois, amortalhados no habito, cabeça tapada com toalhas alvissimas como a neve que devia amortalhar-lhes o pensamento... e outro todo cheio de vida, mas de uma vida nervosa, febricitante, emfim, vida artificial.

A cabeça descoberta era admiravel de formosura e resplandecia de intelligencia a physionomia da donzella que a possuia. Era D. Palmira Folque, uma adoravel e gentil senhora, artista de natureza, com uma voz de sereia que teria feito a fortuna de qualquer prima-dona, e um coração de anjo que fazia o enlevo de todos os que a conheciam. Era um pedaço de bom sol em meio das ruinas da alma humana. Estava ali voluntariamente por um capricho de creança, mas não demorou por lá muito, e ainda

bem para a sociedade que voltou a encantar com as graças da sua formosura e primores da sua cuidada illustração.

As duas madres, uma das quaes era abbadessa, mettiam-nos medo e visitaram durante muito tempo os sonhos dos nossos tristes, ai bem tristes, doze annos de edade...

Tudo fechado em volta de nós, tudo gradeado, e o frio a descer na alma da nossa infancia... Quando sahimos e ouvimos cá fóra o bulicio, o rodar dos carros, a vozearia dos aguadeiros do chafariz que lá está ainda, sentimos como que o despertar de um medonho pezadello...

E é que ficamos com tão má vontade ao convento que até nos alegrou vel-o apeado, e os claustros invadidos pelo pelo facho da civilisação. Lembraram-nos sempre aquellas pallidas mulheres, inutilisadas para a vida, embrutecendo-se no seu fanatico egoismo, sem alma para a maternidade, sem coração para o amor, sem cerebro para o raciocinio, sem consciencia para a lucta.

Pois tudo aquillo foi transformado para dar logar a uma instituição muito mais bella, humanitaria e generosa! Quem lá passa agora deve descobrir-se com respeito perante aquelle templo da confraternisação. È ali a séde principal do serviço de incendios de Lisboa. Quer dizer que é actualmente que ali se presta culto aos divinaes principios do bom Jesus! Instituição moderna, filha dilecta do Progresso e da Fraternidade, representa o mais alto pensamento, e a mais consagrada pratica da religião social. Entre o habito do frade, o escapulario da monja e a farda do bombeiro vae a differença da noite ao dia, do heroismo ao acovardamento, da beneficencia ao egoismo.

Da Esperança a Santos pouco se anda. Não obstante os antigos não reconheceriam este sitio se podessem tornar a vel-o. As acanhadas viellas de outras epochas foram substituidas pela formosa avenida D. Carlos, que vae á calçada da Estrella, ladeada de lindos predios, e com seu renque de arvores de ambos os lados.

A egreja de Santos data do começo do dominio portuguez em Lisboa.

D. Affonso Henriques mandou-a edificar logo após a conquista, e deu-a aos cavalleiros de S. Thiago da Espada. O mosteiro foi mandado fazer por seu filho e successor D. Sancho I, destinando-o á residencia dos cavalleiros d'aquella ordem, mas tendo estes recebido da munificencia de D. Affonso III as villas de Mertola e Alcacer do Sal, para lá se mudou a communidade, e o convento ficou para as esposas e filhas dos cavalleiros se abrigarem, durante as suas longas ausencias, devidas ao zelo com que batalhavam com os agarenos.

Até 1470 lá estiveram as donas e donzellas, conhecidas vulgarmente na epocha pelo nome de *mulheres da obrigação dos cavalleiros de S. Thiago.*

D. João II transferiu-as para o mosteiro de Santos-o-Novo, para onde foram tambem transportadas as reliquias, que D. Affonso Henriques mandara guardar na egreja de Santos, egreja que de então se ficou denominando de Santos-o-Velho.

D. João II mandou reconstruir a egreja de Santos, e em 1516 foi elevada a parochia.

As commendadeiras de Santos-o-Novo tinham muitas honras e privilegios. Algumas d'estas damas professavam votos eguaes aos dos cavalleiros. O titulo de commendadeira foi concedido primeiro unicamente á superiora, D. Sanches Martins, mas algum tempo depois generalisou-se a todas as senhoras; e chegou aos nossos dias, como simples honorificação gratuita.

O mosteiro é amplo, e em terreno que lhe pertenceu outr'ora; tem hoje proximo um bairro popular, chamado —Alto do Varejão.

Ainda se conservam certos usos antigos entre as damas recolhidas. Cada anno se realisa ali uma procissão dos Passos em que tomam parte exclusivamente pessoas do sexo femenino. Não conhecemos a origem d'esta solemnidade, que é sempre muito imponente, e muito gentil, pois que ali se vê a fina flôr das damas do mundo elegante.

Não fica da freguezia de Santos muito affastado o convento das Trinas de Mocambo, tão tristemente celebrado pelo tragico fim de uma educanda, a desventurada Sarah de Mattos, que ali morreu victimada por um toxico.

Foi fundado por uns conjuges chamados Martha de Boi e Cornelio Wandali, no anno de 1661, eram elles naturaes da Hollanda, e mui dados a exercicios religiosos.

O edificio é grande mas de triste apparencia, similhando um enorme presidio. Desde muitos annos n'elle se installaram as irmãs da Caridade, com um instituto de educação.

Ha tempo deu-se ali um caso, que causou grande ruido, mas o qual entendemos dever passar sem menção.

*
* *

Na rua do Quelhas encontramos o grande edificio que foi convento das Inglezinhas, assim chamado por serem inglezas as suas primeiras habitantes. Tem mais de quatro seculos e teve por fundadora uma senhora D. Isabel de Azevedo.

Esta ordem creou Henrique V, rei da Grã Bretanha, o qual lhe concedeu privilegios e isenções de muita importancia

Henrique VIII, que foi o terrivel adversario da egreja romana, destruiu todos os conventos e supprimiu as ordens religiosas. O seu reinado ficou assignalado pela revolução religiosa que levou de vencida o velho mundo catholico, e constatou o triumpho ás doutrinas do livre exame.

Com a adopção official do protestantismo frades e freiras tiveram de fugir da Grã-Bretanha, e vieram pelos paizes catholicos pedir abrigo.

Como bem se comprehende os politicos de Roma não ficaram inertes perante o movimento que assim lhes coarctava o poderio e interesses pecuniarios; reagiram com frenesi, e a terra cobriu-se de sangue de catholicos e protestantes.

Roma concentrou então as suas vivas esperanças na joven e formosa Maria Stuart, e prestou-lhe o apoio valiosissimo de que dispunha.

Maria Stuart, apenas senhora da corôa, poz-se abertamente do lado dos orthodoxos, e chegou então *a vez* aos herejes de saberem quanto custava hostilisar o *pescador da barca.*

Com a rapidez do desforço ambicionado a bella soberana fez reconstruir os conventos, e beneficiou em extremo as ordens, que vagabundeavam aterradas e miseraveis.

Todavia o espirito reaccionario fôra decididamente condemnado n'aquella grande nacionalidade. Maria não poude sustentar a lucta, que dia a dia tomava novo incremento. Os protestantes tinham apostolos fervorosos, e conquistavam a consciencia dos tristes filhos do povo, cheios de desesperanças. Emquanto os catholicos apoiavam a rainha Maria, e esta se empenhava em corresponder ás exigencias do seu proprio espirito, educado nas puras crenças orthodoxas, os hereticos voltavam os olhares para a rainha Isabel, e conseguiram collocal-a no throno.

Cruel, muito cruel foi esta mulher! Tanto a bella Maria procedera com convicção quanto Isabel procedeu com odio e mesquinha inveja. A lucta entre as duas mulheres teve tanto de commovente e de sincera da parte de uma, como de perfidia e de selvageria da parte de outra. Aos olhos da rainha Isabel o crime de Maria Stuart era unicamente o ser deslumbrantemente formosa, artista e gentil. As suas crenças catholicas, piedosamente observadas, foram mero pretexto ás infames perseguições que a furiosa Isabel exerceu sobre a meiga e poetica victima.

A obra de Henrique VIII voltava a triumphar em toda a linha. E comtudo nem elle, nem a rainha Isabel faziam a obra da sua crença! O que um e outro tiveram por alvo foi apenas a obra da sua ambição.

Emfim, Maria Stuart expiou no cadafalso os delictos de ser bella e talentosa e crente, e a sua inimiga e prima proseguiu nas pegadas de Henrique VIII.

Os conventos recentemente reedificados foram de novo destruidos, e o de Santa Brizida não foi isento. Era elle occupado por uma communidade mixta de vinte e cinco frades, e sessenta freiras, além de numeroso pessoal que tinha diversos encargos.

Das importantes rendas se apoderou a rainha, e as freiras tiveram de fugir para Flandres.

Mas sorte andava com ellas porque de Flandres partiram para França e após varias mudanças cá vieram parar a Lisboa.

Durante trinta e sete annos tinham mudado de residencia setenta vezes!...

Em Lisboa não encontraram convento que lhes abrisse as portas, mas valeu-lhes D. Isabel de Azevedo, dando-lhes umas casas para se abrigarem emquanto não se completava o mosteiro.

Passados cincoenta e sete annos a egreja foi totalmente destruida por um incendio. O sinistro occorreu, em 17 de agosto de 1651, e em 2 de outubro do mesmo anno dava-se começo ás obras do novo templo, que ficou concluido em 1656.

Tambem o convento teve de ser reedificado, para o que muito auxilio foram as esmolas dadas por D. Milicia e seu marido Ruy Correia Lucas, que ambos ficaram padroeiros da egreja e mosteiro.

Antes do incendio possuia a communidade para cima de dois contos de reis de rendimento annual. Philippe II tinha-lhe dado 2$000 réis diarios, e doze moios de trigo cada anno, e os padroeiros tambem lhe fizeram muitos beneficios depois da reedificação.

Quinze foram as monjas inglezas que vieram pedir hospitalidade a Portugal; traziam comsigo tres padres e um noviço da sua naturalidade.

E assim ficou perpetuada a designação de *inglezinhas* a este convento de Santa Brizida.

Conserva-se o templo consagrado ao culto. O edificio mantem-se de pé e em bom estado. Lá se installou a redacção do *Mensageiro do Sagrado Coração de Jesus*, cujo director, o padre Mattos, falleceu ha mezes. Era um polemista de merito e um homem de talento.

Perto d'este convento estava a ermida de Nossa Senhora da Caridade, fundada por D. Duarte d'Eça e Faria, neto de D. João d'Eça, governador de Sófala; o terramoto arrasou-a totalmente, sem que ficasse vestigios do logar que ella occupou.

Na calçada do Quelhas está agora o palacio da Nunciatura.

*

* *

Entre os antigos mosteiros que merecem ser visitados com attenção pelos apreciadores de objectos de arte conta-se o convento de Jesus, situado nos *Cardaes de Jesus*. Era de frades franciscanos, e o povo alcunhava-os de «borras».

A egreja conserva a sua magestosa apparencia, e a fachada principal, imponente e correcta na fórma, foi traçada pelo notavel architecto Joaquim de Oliveira. E' a egreja muito vasta e de nobre aspecto e teve por padroeiro D. João Manuel, que transmittiu essa dignidade a seus descendentes, condes da Atalaya e marquezes de Tancos. Vinha este fidalgo da linha de el-rei D. Duarte e foi arcebispo de Lisboa.

Philippe IV nomeou-o vice rei de Portugal, honra que elle acceitou mas que pouco tempo possuiu. Tomou posse d'este elevado cargo nos 12 de maio de 1633.

D. João Manuel mandou fazer na egreja do mosteiro de Nossa Senhora de Jesus uma riquissima capella e dotou-a com importantes quantias.

Oito confrarias e sete irmandades tinha esta egreja.

Do convento sahiam os frades que iam missionar em terras da Africa, e tambem os capellães dos navios de guerra. Eram muito considerados estes religiosos aos quaes não escasseava o saber.

Todo o edificio teve grandes estragos por causa do terramoto de 1755 mas foi reedificado com prestezа.

Expulsos os frades passou a freguezia das Mercês para a magnifica egreja conventual de Jesus.

A egreja das Mercês, primeira séde parochial, é situada na rua Formosa, e de fundação posterior á de Jesus.

As obras do edificio começaram em 26 de outubro de 1652, por conta de Paulo de Carvalho, desembargador do Paço, e progenitor do grande Marquez de Pombal. Já se sabe que foi recolhimento de mulheres. Era pouco corrente que qualquer egreja pequena ou grande importava logo a creação de um convento. Os homens do passado não julgavam as mulheres a seguro senão entre terros e altos muralhas.

A egreja das Mercês possue azulejos notaveis, feitos em Portugal.

E de passagem devemos dizer que n'este genero o nosso paiz nada teve que invejar a outros que blasonam de mais artisticos. Estes da egreja das Mercês são de bello colorido. Representam os symbolos da Virgem o ser, a terra, o espaço, a alma, tudo em molduras elypticas, sobre um todo architectonico, com a mais correcta nitidez e graça. Infelizmente poucas pessoas lhe dão o valor devido. O vulgo enleva-se mais facilmente nos estuques sarapintados do que em paredes cobertas de azulejos que, na egreja de Palmella, chegam a ser verdadeiros prodigios de talento, e mimo artistico. Tristemente verdade é que nos não somos um povo educado para as artes nem para as industrias, e que para cumulo da desventura, nem sequer temos o orgulho das nossas glorias nacionaes.

O convento dos theatinos pertence a esta freguezia das Mercês. Está na rua dos Caetanos, e era occupado pelos clerigos regulares da Divina Providencia. Foi fundado em 1650, pelo padre Ardidoze, dois annos antes chegado da India. Deu-lhe D. João a confirmação da casa de Goa, e permissão para fundar aqui um hospicio, que em 1681 foi transformado em convento, por concessão de Pedro II.

Arruinou-se o templo, mas foi reedificado em 1698. Em 1755 soffreu varias avarias de que foi reparado em 1757.

Os padres theatinos tinham por obrigação acompanharem os condemnados á morte durante a dolorosa permanencia no oratorio.

Em 1834 a egreja, que estava arruinada ficou inutilisada. Fizeram-lhe grandes obras em 1856, que levaram onze annos a concluir.

O edificio conventual ficou destinado ao *Conservatorio Real de Lisboa*, e tambem a *Inspecção Geral dos Theatros*, instituições creadas por decreto de 15 de novembro de 1836, e que muito honram a memoria de D. Maria II, sua fundadora.

E' o Conservatorio um bello instituto de educação artistica, por muitos titulos digno de especial menção e que merece um capitulo particular. E certos de que os nossos esclarecidos leitores não desdenharão tão consagrado assumpto vamos dizer alguma cousa a seu respeito

Conservatorio Real de Lisboa

Em todas as cidades cultas se cultivam as artes liberaes com paixão. O culto da arte é muito importante para o aperfeiçoamento do espirito, e encantos da civilisação. Dos antigos temos a herança, porquanto as nações que mais se avantajaram em affirmações de progresso houveram o mais escrupuloso cuidado na educação artistica de seus filhos.

Os gregos cultivavam o canto desde as escolas primarias, e os seus philosophos e oradores conheciam a fundo a musica.

Roma tambem tinha os seus cantos patrioticos, e se nos fosse permittido dispôr do tempo necessario, dariamos curiosas noticias sobre a historia da musica nos povos antigos. Portugal sobresahiu pela musica popular sua e tão sua, da qual varios auctores estrangeiros fallam elogiosamente. O modernismo, desprezando as cousas nacionaes, põe de parte as graciosas e bem modu ladas *modinhas*, typo gracioso da melancolia lyrica do nosso organismo peninsular.

D. João IV foi um devotado musico. Muita gente ignora esta bella qualidade do fundador da dynastia reinante.

De muito tempo antes, porém, era apreciada em muito esta formosissima arte, a ponto de se cahir no exagero de serem as egrejas invadidas pelos trovadores que cantavam musicas profanas. Então as procissões eram um mixto de exhibições pagãs com acompanhamento de instrumentos proprios da epoca. Nem lhes faltavam danças obnoxias, como por exemplo a das *Soldadoras*.

No reinado de D. João II a procissão de *Corpus Christi*, diz-nos o erudito escriptor Dr. Theophilo Braga, «eram precedidas por delegações de varias corporações de operarios, taes como: os carniceiros, os hortelões, carreteiros, alfaiates, besteiros e muitos outros, que levavam as suas bandeiras acompanhadas, nas corporações de mulheres, por um gaiteiro, e nas dos homens por um atabaque. As mancebas de partido vinham em uma dança com seus gaiteiros, e os sapateiros traziam o seu *imperador* com *dois reis* muito bem vestidos, acompanhados de um atabaque».

O illustre escriptor Silva Tulio faz uma curiosissima descripção d'estas procissões, na sua *Revista Universal*, tomo IV, pag. 28.

Miguel Leitão de Andrade, na sua importante — *Miscellanea*, dá-nos conta dos festejos relisados em 1612 nos arredores de Coimbra, os quaes duraram quatro dias com ruidosos folguedos, danças, representações, uma d'estas feita dentro do templo com a comedia *De la occasion perdida*, escripta por Lopo de la Vega.

Uma das representações—continuamos a citar palavras do sapiente Dr. Theophilo Braga, digno secretario da Academia Real das Sciencias—teve como interpretes personagens fingindo a Virgem, o Padre Eterno, o Deus Filho e o Espirito Santo. Terminou por uma cantilena a solo com acompanhamento de instrumentos de musica, e outra a *tres vozes e instrumentos, devagar e suavissimamente*.

Andava intimamente ligada a arte de representar e a musica a todas as praticas do culto, mas, como sempre, os populares desmoralisaram o caso a ponto de ser necessario que o chefe da egreja lisbonense publicasse nas Constituições synodaes do arcebispado de Lisboa, tit. V, § 1.º do liv. II, o seguinte:

«Muy encommendado he pelo Direito Canonico e Sagrado Concilio Tridentino, que nas Egrejas e acções instituidas para o culto diviuo se não intrometterão cousas profanas, e muito menos lascivas e deshonestas. Pelo que mandamos sob pena de excommunhão mayor, *ipso facto*, que nas procissões não vão figuras lascivas e deshonestas, nem mulheres representando santas, pela occasião que d'ahi se pode seguir. Nem tambem se façam n'ella autos e representações de cousas profanas, nem colloquios alguns de figuras salvo sendo ao divino, e de maneira que se não retarde com elles por tempo muito consideravel o curso das procissões, nem sejam autos ou colloquios da Payxão. E os que houverem de representar ao divino, serão primeiro vistos e approvados por Nós ou por nosso Provisor. E as danças e folias que costumam ir nas procissões, assim n'esta cidade de Lisboa como nas villas e terras do arcebispado, não prohibimos que vão comtanto, que vão sempre diante de todas as cruzes e que não cantem cousas lascivas nem se intrometão com as Religiões e Clerezia, nem cantem nem dancem nas Egrejas emquanto se disser Missa, ou se cantarem vesperas, e os mais officios divinos. O que tudo se cumprirá sob a mesma pena.

«E porquanto dos autos em que com figuras se representa a Paixão de Christo Nosso Senhor se seguem muitas indecencias, defendemos sob a mesma pena de excommunhão mayor, e de vinte cruzados, applicados para a Cruzada e despezas da nossa Relação, que nem nas Egrejas, nem nas procissões, que se fazem quinta feira e sexta feira da Semana Santa se representem autos ou dialogos da Payxão, nem se introduzam figuras vivas para o tal effeito. E tudo o que n'ellas se houver de representar seja com imagens de pau, barro e semelhantes».

Nas *Florestas* o padre Manuel Bernandes, sapientissimo escriptor, afina no mesmo diapasão pela fórma seguinte:

«Emende-se pois o abuso de fazermos, ou permittir que se façam, vigilias e serões á Cruz, ou aos altares, que se armam nas ruas, com aquellas profanidades, que só podem ser acceitas a Bacco e a Venus, e não ao verdadeiro Deus e a seus santos.

«Emende-se o celebrarmos as noites de Natal nas Egrejas (como eu vi celebrar em uma) com pandeiros, adufes, castanhetas, foguetes, tiros de pistola e risadas descompostas; e advirta-se que nenhuma d'estas cousas descanta bem com a letra dos Anjos, pois nenhuma dá gloria a Deus nas alturas, nem paz aos homens na terra.

«Emende-se o introduzir nos côros sagrados as chulas, sarabandas e outras tonilhas do theatro profano, e advirta-se que para a casa de Deus só é decente o que é santo.

«Emende-se levar nas procissões, diante do Santissimo Sacramento, danças de siganos e de mulheres de ruim fama».

D'estes documentos, que transcrevemos por serem curiosos, deduz-se o estado de immoralidade que reinava em assumptos primitivamente inspirados pela intuição artistica popular.

Em honra do clero deve dizer-se que desde o começo da conquista evangelica se dedicou a instituir a musica sagrada nos officios do culto.

Desde o começo da monarchia houve escolas de canto nos conventos, cathedraes, paços reaes e paços episcopaes, sahindo d'estas aulas musicos e cantores que tomavam parte em festas pontificaes.

O conde Sizenando, a quem largamente nos temos referido n'esta publicação, instituiu uma escola de musica na Sé de Coimbra, no anno de 1086.

Em Lisboa, em 1200 teve muita celebridade a escola de musica da Sé. Ali estudou o nosso Santo Antonio, quando foi menino de côro.

Nas Escolas Geraes, brilhante instituição de D. Diniz I, houve uma cadeira de musica, a qual alcançou bastante nomeada.

Em um documento que nos deixou Viterbo lemos que as aulas de canto eram em 1139 presididas pelo *chantre* ou cabiscol.

Do collegio dos Meninos de Côro, creado no anno de 1552 pelo cardeal D. Henrique sahiram grandes mestres para as cathedraes de Portugal e de Castella. Era em Evora esta aula, que foi muitissimo afamada, e com justa rasão, pois teve por director o melhor artista da epoca, o talentoso Manuel Mendes, cognominado—Principe da musica,—pelos seus conterraneos.

Em Portalegre, no seculo XVI, floresceu a escola regida pelo musico Antonio Ferro, e em Thomar tambem D. Sebastião fundou um instituto musical com aulas de orgão, canto e canto-chão.

Em Villa Viçosa D. João IV, artista por excellencia, sustentava com imponencia o Collegio dos Reis, a que deu estatutos e regimento.

Em mosteiros do sexo femenino notabilisaram-se varias damas professas na arte divinal, que é a repercussão da voz do Bom Deus. Em Lamego, no convento das Chagas houve uma freira que foi talentosa artista, e grande professora de musica. Era por esta senhora, chamada Soror Maria da Cruz, regida a aula de canto e de rabecão grande.

Falleceu em 1619.

Conventos de educação tinham sempre entre as suas freiras algumas que se dedicavam ao ensino e pratica de canto e do orgão.

Mas afóra estes cursos, muitos professores particulares havia em Lisboa.

Christovam Rodrigues de Oliveira, diz que em 1550 se contavam na capital treze escolas publicas de orgão e quatorze de dança.

O gosto pela musica é proverbial no povo portuguez, e tanto que o escriptor Gracian notando as aptidões artisticas de alguns povos se expressou assim.

«*Las comedias italianas, las musicas portuguezas*».

D. João IV dispensou grandes favores aos artistas. Todos os dias, este rei, grande madrugador consagrava duas horas de manhã a assumptos lyricos. Ninguem se lembrasse de o perturbar durante esse tempo, porque nenhuma outra cousa o demovia d'esses cuidados artisticos. Chegou mesmo a compôr musicas de valor que tudo foi inutilisado pelo terramoto de 1755.

Em tempo de el-rei D. José a musica dramatica e ligeira, escola italiana, fazia os seus triumphos no esplendido theatro da Ribeira, de tão ephemera existencia. Depois a grande Arte reconquistou o seu brilhante imperio no theatro de S. Carlos, inaugurado em 30 de junho de 1793, com a empreza Lodi e André Leuzi. Foi regente da orchestra o afamado maestro portuguez Antonio Leal Moreira, architecto José da Costa e Silva, machinista Joaquim Pereira, e pintores João Maria Appiano, Manuel da Costa, Antonio Baila, Gaspar José Raposo e Cyrillo Machado.

Notava-se, porém, a necessidade de uma escola official onde os individuos faltos de recursos podessem estudar proficientemente a musica. Admira mesmo que D. João V, que tantas cousas magnificas e quasi sempre inuteis fez, não pensasse em estabelecer aulas regias de musicas. Nem D. João VI, tão enthusiasta pelas festas de Egreja se lembrou de tal! E' verdade que elle tinha a fortuna de ouvir as musicas e operas de Marcos de Portugal, mas nem assim deixa de lamentavel a incuria.

Durante a guerra civil não se pensou em cousas de arte.

Todavia o pensamento planava no ambiente, e Marinelli, maestro italiano influia muito no gosto lyrico a ponto de levar o espirito portuguez á imitação da escola italiana como nas obras de João Evangelista Pereira da Costa, Miro e Sá Noronha.

Finalmente D. Maria II decretou a instituição do Conservatorio Real de Lisboa, com séde assignalada no extincto mosteiro dos Theatinos.

Foi encarregado da fundação um musico celebre, o nosso talentoso maestro Bomtempo, auctor de musicas sacras e profanas de muito valor.

Ficaram desde logo creados os cursos de muzica para todos os instrumentos, de declamação, dança, harmonia e contraponto.

A direcção do Bontempo ficou bem assignalada pelo muito que o illustre maestro tomou a peito o desenvolvimento dos cursos, e o bom methodo do ensino. Infelizmente os cursos de dança e declamação estão quasi desertos. Os nossos mais geniaes artistas não fizeram caminho por lá, e alguns, tal foi o immortal Antonio Pedro e o grande Taborda, vieram do povo, sem illustração nem estudos technicos, apesar do que conquistaram os mais elevados logares no capitolio scenico.

Outrotanto com respeito a geniaes artistas. Emilia das Neves, a seductora e genial Emilia, veio de uma aldeia e teve um mestre, Emile Doux, que em poucos mezes se tornou assombrosamente instruida na grande arte de Talma. D'este curso foi professor o nosso extraordinario actor Santos, um dos mais brilhantes talentos que illuminaram o theatro portuguez.

O curso choreographico está no mesmo caso, e até nem sabemos se alguns alumnos o frequentam. A dança passou de moda nos theatros, e apenas se conserva um corpo de baile em S. Carlos, mas composto, na maior parte, de artistas estrangeiros.

Póde dizer-se que o Real Conservatorio está reduzido *de facto* a um grande curso official de musica. E' n'isso que elle prima e se notabilisa. Nos ultimos annos o estudo de piano generalisou-se a ponto de se tornar enfadonho ouvir tanto piano, *martyrisado* pelas mãos esguias de meninas chloroticas.

No entanto está perfeitamente montado o ensino, que é dirigido, com superior criterio por professores distinctissimos.

Ao primoroso escriptor Luiz de Palmeirim, que durante muitos annos presidiu ao estabelecimento, succedeu o nosso gracioso e intelligente dramaturgo, poeta e prosador Eduardo Schwalbach, e tem por secretario o professor Augusto Machado, sapiente professor de canto do mesmo conservatorio.

O Conservatorio de Lisboa tem dado magnificos artistas. Occorrem-nos de momento os nomes da gentil cantora D. Regina Pacini, D. Maria Judice da Costa, os irmãos Andrades, e na capella da Sé os temos de muito merecimento. Quem tem ouvido cantar, por exemplo, o barytono sr. Leopoldo, e o tenor sr. Henrique dos Santos reconhecerá n'elles uma escola de canto que não só os distingue, como faz honra aos seus emeritos professores.

O mimo, a doçura, a mais correcta expressão, todas estas perolas do sentimento engrinaldam as suas vozes veludineas. Emfim o Conservatorio está presentemente á altura da sua missão artistica.

Foi, portanto, excellentemente substituido o convento pela Academia modelo.

*
* *

A poucos passos do convento dos Theatinos ou Caetanos se levanta a egreja dos Inglezinhos, no largo do mesmo nome. Foi ali um collegio de clerigos seculares, chamado de S. Pedro e S. Paulo, fundado por D. Pedro Coutinho, em 1632, para dez sacerdotes com obrigação de tres missas diariamente. Legou-lhes o fundador uma renda annual de 500$000 réis.

O fim principal d'este instituto era instruir cada epoca lectiva dez mancebos, que tinham de ir depois para Inglaterra combater as doutrinas da Reforma, e dar conforto moral aos catholicos. Era por isso que lhes chamavam os «Inglezinhos».

As disciplinas que ali se leccionavam eram—latim, philosophia, inglez, theologia e controversia.

Como se vê havia ali um bom collegio de instrucção, á altura das necessidades do cleró catholico da epoca, o qual comprehendia a urgencia do assumpto que tanto a interessava.

Ainda hoje a egreja tem a mesma denominação, comquanto deixasse de ha muito de existir o collegio.

*
* *

Na calçada do Combro temos a egreja e convento dos Paulistas—frades congregados de S. Paulo. Inaugurou-se o mosteiro em 1649, sendo seu fundador o geral da ordem padre mestre frei Diogo da Ponte. D. João IV beneficiou muito a communidade, dando-lhe avultadas esmolas para as obras, e para alimentação dos professos.

Tinha cerca de 2:400$000 réis de rendimento annual, mas eram quasi inteiramente gastos nas obras, e o padre mestre dava aos frades vinte e cinco moios de trigo, além do sustento e roupas.

O edificio foi largamente construido conforme se vê, e ao pé tinha uma grande quinta onde a cultura vinicola estava desenvolvida a ponto de abastecer fartamente o refeitorio dos bons dos frades, que pelos modos tinham horror á sêde. O azeite era-lhes fornecido de uma outra propriedade que possuiam em Extremoz.

O grande mosteiro dos Paulistas é de ha muito occupado por uma companhia da guarda municipal.

O terremoto não fez avarias de vulto n'este edificio, e, expulsos os religiosos, ficou a egreja designada para séde parochial da freguezia de Santa Catharina, por estar a antiga egreja de Santa Catharina em circumstancias de manifesta inferioridade. Nem já d'ella ha vestigios. Estava na rua do Monte de Santa Catharina, outr'ora denominada largo de Santa Catharina, exactamente no local onde agora se ostenta um dos mais formosos predios particulares da capital.

Fôra a egreja edificada em 1557, e muito soffreu com o terramoto de 1755, pelo que foi necessario reconstruil-a. Afinal foi profanada e vendida.

Voltando ao lado opposto do extincto templo e subindo a rua da Rosa, vemos um grande edificio conhecido pelo nome de recolhimento da rua da Rosa. Foi mosteiro de freiras da ordem de S. Domingos.

Fundou-o Luiz de Brito, morgado de S. Lourenço de Lisboa, e D. Joanna de Athaide sua esposa. Data de 1515. Devido aos beneficios que lhe fizeram os ricos fundadores chegou a ter cento e quarenta e cinco madres, e grande numero de noviças, pupillas e serventes.

Depois de extinctas as ordens monasticas o recolhimento ficou destinado á educação de donzellas orphãs, por meio de internatos de cinco annos.

E' um estabelecimento que conserva intacta a sua fama de

honestidade e carinho, e onde as educandas recebem ainda cuidadosa educação feminina.

Na sua visinhança tem o recolhimento de S. Pedro de Alcantara, de cujo excellente systema de educação resulta serem justos todos os louvores que se lhe enderecem.

Adeante, retrocedendo para baixo, voltamos a passar diante de S. Roque, de tão gratas recordações, e tomando o caminho da Trindade, temos de recordar o extincto convento da Trindade, que occupou todo o espaço do largo da Trindade, á travessa de João de Deus.

Este convento teve por fundador el-rei D. Affonso II, e concluiu-se em 1218.

D. Diniz e sua virtuosa esposa a rainha Santa Izabel mandaram fazer uma capella á Virgem da Conceição, na egreja do mosteiro, e esta foi a primeira imagem da invocação dita, que houve em terras de Portugal. A santa rainha deu grandes esmolas aos frades, impondo-lhes a obrigação de remirem os captivos.

Este convento tornou-se celebre pela nobre e patriotica attitude da sua communidade durante o segundo cerco que D. João I de Castella poz a Lisboa.

O heroico procedimento dos frades auxiliou em muito os projectos e valente resistencia do glorioso mestre de Aviz, que os estimava profundamente.

Em razão dos repetidos tremores de terra o enorme e riquissimo convento estava bastante estragado e os seus moradores fizeram-lhes grandes concertos, ampliando mais o edificio no anno de 1560. Um grande incendio, occorrido em 20 de setembro de 1708 devorou quasi a maior parte. Apenas poderam salvar o templo, refeitorio, a livraria, e outros compartimentos abobadados.

Todavia, como não escasseassem meios pecuniarios á collectividade, pouco tempo depois estava tudo reconstruido. O terremoto de 1755 deixou-o mui prejudicado.

Em 1835 foi demolida a egreja, onde se construiu predio particular, e no terreno do convento foi aberta a rua que vae da rua da Trindade á de S. Roque, pela fachada lateral do theatro da Trindade, o qual, bem como o do Gymnasio foi construido no mesmo sólo.

Já se vê que a geração hodierna nem sequer conhece os brilhantes rasgos de heroismo de que foi scenario aquelle sitio, heroismos que nos asseguraram uma patria e consagraram o bom nome de Portugal.

Este era um dos mais historicos mosteiros da capital e tambem dos mais ricos e grandes. Calcule-se o aspecto de um edificio que abrangia toda a rua Nova da Trindade, comprehendendo o espaço das casas que a ladeiam, chegando ao largo da Trindade, e estendendo-se até á esquina da travessa de João de Deus, e julgar-se-ha do numero de frades trinitarios que lá viviam. Um dos frades d'este convento foi o virtuoso frei Miguel de Contreiras, natural de Valença e procurador e confessor da rainha D. Leonor, mulher de D. João II e irmã de el-rei D. Manoel, uma santa alma de mulher martyrisada de desgostos que o manto real não encobria.

Visinho da Trindade levanta-se o imponente convento do Carmo, ao qual estão ligados nomes e factos de maior orgulho para o nome portuguez.

Quem olha para aquellas soberbas ruinas com olhos que *sabem ver*, recorda immediatamente os factos da gloriosa epopeia de Aljubarrota, e tem como que a visão da figura estranhamente nobre do gran-condestavel, como se lhe apercebesse o vulto a vaguear sob as collossaes arcarias, que o luar banha de lagrimas de saudade, e o sol beija com a devoção dos cultos immortaes! Que alma de portuguez ousará contemplar sem commoção aquellas ruinas de um soberbo monumento, como em ruinas está a gloriosa historia que elle nos traz á memoria!

Em 1389 lhe lançou a primeira pedra D. Nuno Alvares Pereira que então estava na flôr da existencia, coberto de laureis, e bem amado pelo povo. Trinta e tres annos decorreram até que o edificio fosse completo, tinha então o gran-condestavel attingido o seu quinquagesimo terceiro anniversario.

Estava resolvido o seu voto, que de voto tinha sido a edificação, quando se dirigira ao logar bemdito onde doze mil homens bisonhos destroçaram sessenta mil castelhanos bem postos e orgulhosamente vestidos e armados. E para mais era a primeira vez que os portuguezes ouviam resoar as peças de artilheria que os nossos alcunharam *trons*.

D. Nuno, moço de vinte e quatro annos, chefe da gentil ala dos Namorados, fez voto á Senhora do Vencimento pelo triumpho portuguez, e D. João, gran-mestre de Aviz, o denodado heroe de vinte e seis annos de edade, prometteu tambem á Senhora da Victoria a edificação do convento da Batalha. Dois gloriosos monumentos da nossa bella antiguidade, que nos fazem derramar lagrimas de remorso pelo presente, e de vergonha pelo futuro!...

O mosteiro do Carmo, que foi de Carmelitas descalços, era um primor de architectura gothica, e poucos haverá no seu genero que se lhe approximem em obra de arte e riqueza material.

A ordem dos carmelitas calçados foi introduzida em Portugal, no reinado de D. Sancho II; era uma das ordens mendicantes. O primeiro mosteiro que elles tiveram foi na villa de Moura, e fundado por cavalleiros de S. João de Jerusalem que tinham vindo a Portugal, com alguns religiosos para fundarem a communidade do Carmo, muito tempo antes de concluidas as obras.

Trinta e tres annos de interrupto trabalho, as fabulosas quantias de dinheiro ali empregadas, tudo quanto de surprehendente havia no arrojado pensamento architectonico d'este monumento, foi destroçado em meia duzia de instantes pela inconsciente malevolencia de uma convulsão geologica! O dia terrivel de um de novembro de 1755 ficou assignalado tristemente por infinitas derrocadas, em cujo numero entrou a do mosteiro do Carmo. Da egreja, tão rica e admiravel na sua construcção, apenas ficaram de pé as paredes exteriores.

Os frades, surprehendidos pelo cataclysmo, só puderam salvar a imagem da Senhora do Carmo, com a qual fugiram apavorados para o Campo Grande e lá se conservaram, vivendo em barracões até ao dia 24 de dezembro do mesmo anno, indo então para uma ermida que mandaram construir ás Amoreiras, proximo dos arcos das aguas livres.

Era o templo de tres naves, muito cheio de claridade, com oito capellas de cada lado, sobre os quaes havia uma galeria, mettida na parede até ao cruzeiro, com entrada pelo interior do convento e pelo côro. Sobre cada altar ficava uma tribuna, pensamento deveras gracioso e elegante, que conjunctamente servia para illuminar e arejar o enorme reducto.

Da porta principal, que ainda lá existe, ao altar-mór tinha o comprimento de 37m,49. A largura das naves era de 22 metros, com uma altura de 24m,64. Entre os vãos dos arcos que separavam as naves contam-se 5m,94 e os arcos teem de altura 17m,16.

A capella-mór, com a largura de 6m,60 e a altura de 15,40 recebia grandes jactos de luz pelas onze janellas mui amplas, que tinha na parte inferior, e outras onze na parte superior, e ainda mais duas a cada lado. Era formosissima.

Não sabemos quem foi o auctor do risco d'esta egreja que devia merecer esmerados cuidados aos poderes competentes, por ser um monumento historico, mas que para ali ficou magestosamente melancolica nos seus despojos.

Pois não custou pouco a levantar! Durante o longo periodo da construcção por duas vezes abateu a capella-mór, até que os architectos deliberaram lançar-lhe os caboucos abaixo do nivelamento do Rocio, que era n'aquella epoca um valle junto do Tejo, cujas aguas andavam muito á vontade por aquellas alturas. Já se vê que solidez de edificio essa é, pois não é provavel que haja outro em taes condições.

Tambem por esse motivo os seus altos muros teem ficado erectos e impavidos apezar dos terremotos e dos incendios.

Serenados os animos, que por motivo de receio de novo terremoto desorientaram, os carmelitas vieram tratar da reconstrucção do mosteiro e n'elle habitaram até 1833.

E' tambem certo que se deu principio ás obras de reedificação do venerando templo, mas ignora-se de quem partiu a iniciativa. Destacam-se as obras novas das primitivas apenas pela alvura do marmore. As primitivas ficaram denegridas pelo fogo que se seguiu ao terremoto, e pelo mesmo motivo estalaram em varias partes. No mais guardou-se uma rigorosa imitação de architectura. As arcarias, altas e elegantissimas, apresentam uma completa belleza gothica, sendo de lamentar que se não conheça o nome dos artistas que as formaram.

Pois valia bem a pena, e seria acto de justiça, indagar o que possivel fosse com referencia á construcção, e projectada reconstrucção do historico e collossal monumento.

Diz-nos o diccionario de Pinho Leal que os obreiros, pagos pelo gran-condestavel percebiam de féria *treze réis* por dia. E'

verdade que o trigo custava então cinco réis cada alqueire, e d'esta medida se fazia pão para uma familia comer á farta uma semana. Ha quinhentos annos tinha a moeda tão grande valor.

Com cinco réis compra-se actualmente um pãosito microscopico, que se perde na boccá de qualquer creança...

Diz-se que muito augmentou o preço do trabalho... E' assim... Mas como desproporcionalmente subiu o preço da alimentação e augmentaram as necessidades sociaes, é evidente que o trabalhador d'outr'ora estava em vantajosa situação com respeito ao de hoje.

A porta da entrada do templo é a primitiva. Esta porta, conforme da esta ficou soterrada com o aterro do largo do Carmo. A cada lado, nas paredes, tinha duas inscripções em caracteres gothicos. As duas lapides ora embutidas na parede, e que ali foram collocados ha cerca de seculo e meio, devem ser traducção das primitivas. Estão perfeitamente legiveis. A lapide do lado direito contém o seguinte:

«*Na era de 1523 a 30 dias do mez de agosto, foi sagrado este mosteiro, por D. Antonio bps. de Rosiona, q. concedeo a todolos visitates esta caza 40 dias de remisa de peccados, e pela orde sã concedidos 400 anos e 85 coresmas de perdão, e cada dia do outavro 85 anos e 85 coresmas de perdã, a qual cosagração se fes pela alma Branca Roiz Talheira, q. deixou sua fazenda ao mosteiro de Nossa Senhora.*»

Do convento pouco se sabe porque a destruição produzida pelo terramoto foi enorme. Occupava todo o espaço do lyceu, e vinha pela calçada do Carmo. Devia ser magnifico como o motivo da sua fundação.

D. Nuno Alvares Pereira recolheu-se ali, após uma brilhantissima carreira, jamais empanada de derrotas. Grande em tudo, o notavel guerreiro era-o egualmente na pratica de virtudes christãs, que foi affirmar na pratica dos exercicios claustraes. Tendo alcançado a primeira grandeza do reino; engrinaldado de louros e honorificado com todas as considerações do estado, trocou as galas mundanas pelo habito dos carmelitas, e lá findou seus gloriosos dias na paz e na oração. Quão imponente devia ser aquelle heroe de gigantesca estatura moral, vestido de burel, e divagando sob as magestosas arcarias dos claustros, quiçá revendo os annos idos da sua dourada mocidade, com a saudosa melancholia com que vemos desfolhar as luminosas flôres das illusões queridas!

O generoso condestavel dotou o convento com avultadissimas rendas, cobradas no termo de Lisboa, e em outras terras do reino. Subia além de oito contos de réis o rendimento annual dos frades, não incluindo as magnificas quintas de Mofacem, Corroios e Portella, que davam importantissimos lucros.

Cento e trinta religiosos habitavam o mosteiro.

No dia primeiro de novembro de 1430 falleceu D. Nuno Alvares Pereira, dentro de um casinhoto que estava ao pé da portaria. De ha tempos sentia elle que se approximava o dia da partida para a viagem da eternidade. Tinha completado setenta annos de existencia.

Não deixou successão por varonia.

Teve apenas uma filha que adorava e que casou com um filho bastardo de D. João I, e que foi tronco da casa de Bragança. O glorioso rei estimava ternamente esse filho, que lhe memorava os dias ridentes da sua paixão pela encantadora filha do Barbadão, que as chronicas nos dizem ser sapateiro de profissão e um tanto judeu de origem.

Pelo muito que queria ao mancebo encheu-o de honorificações e riquezas, apezar da doutrina da sua *lei mental*.

E de passagem diremos que essa lei, chamada *mental* porque D. João I comquanto a applicasse não chegou a publical-a por decreto escripto, se tornara uma necessidade para cohibir os abusos de generosidade dos mesmos reis. El-rei notava que, em virtude das doações feitas pelos monarchas a titulo de premio aos cavalleiros combatentes, a mór parte das terras eram de propriedade particular, com grave prejuizo do estado. Já um dos reis da primeira dynastia tinha dito que—seus antecessores o deixaram rei das estradas e baldios...

D. João I meditou sobre o assumpto, e concebeu uma lei que regularisava o direito real de doar, e o direito legal dos herdamentos, ficando excluidos os filhos bastardos, e as filhas, mesmo que legitimas fossem. Uma especie de *lei salica*, extensiva a toda a gente...

O glorioso monarcha procedia tambem, em linha bastarda, de D. Pedro I; mas a lei não tinha acção retro-activa, em assumptos de tão alta monta.

De modo que D. Nuno Alvares Pereira deu muitos dos seus bens ao mosteiro, pelo que os bons dos frades lhe consagraram duas missas cada dia, sendo uma cantada.

Devia ser mui sentida por D. João I a morte do seu valoroso e dedicado companheiro de armas. Pouco mais viveu o grande rei, pois d'ali a tres annos volvia ao seio do mysterio eterno, com tres quartos de seculo de vida sempre posta ao serviço e engrandecimento da patria.

Entre as dadivas de D. Nuno Alvares ao mosteiro notava-se a sua gloriosa espada, aquella com que havia gravado na historia a data do dia de Aljubarrota, e o sceptro do velho rei de Castella, tomado pelo sublime moço n'aquella memoranda batalha:

No desabamento todas as memorias do passado ficaram sepultas. Ao remover-se o entulho appareceu a espada, mas ha quanto tempo fôra ella profanada pela estupidez da fradaria! Tinha sido feita com esmerado trabalho, com ornatos rendilhados, formando dois vãos ao centro, onde estão recortados. Tres oblongos tremidos e dois em fórma de coração, caracterisam singularmente esta arma, e a fazem distincta de qualquer outra da mesma epoca.

O comprimento era de 1m,76, foi reduzido a 1m,7 por *luminosa* deliberação dos frades, e para *bom fim!*...

Tinham elles na egreja um Santo Elias, e acharam muito util que a imagem sahisse na procissão de *Corpus Christi*, empunhando o montante do grão-condestavel. Como fosse descommunal para a altura do santo, não estiveram com meias medidas e mandaram n'a cortar?...

Em 1834 passou para o archivo da casa real esta preciosa reliquia dos tempos heroicos—quando Portugal era uma nação de portuguezes.

Foi o Condestavel sepultado na egreja, e sobre a campa estava o vulto em pedra, deitado e vestindo o habito da ordem. A duqueza de Borgonha, quarta neta do heroe, achando-se em França, lá mandou construir um bello tumulo para recolher as ossadas do grande homem, e enviou-o para o convento do Carmo. Era todo de jaspe, e além de delicados lavores, tinha á frente, o vulto do santo condestavel, armado de armas brancas. Logo os frades procederam á trasladação, e o bello tumulo ficou ao lado do Evangelho, ao pé do altar-mór.

O terramoto destruiu tambem esse tumulo, mas a ossada foi encontrada, e os frades mandaram fazer um tumulo de madeira, pelo modelo antigo. Foi depois para S. Vicente de Fóra, mas os restos do glorioso amigo de D. João teem hoje honroso logar em derradeira guarida, ao lado d'aquelles a quem assegurou a corôa e a honra da nação.

Já se vê que a familia reinante descende em linha varonil de D. João I e por linha materna do immortal vencedor dos castelhanos.

O tumulo de madeira lá está no arruinado edificio, que serve actualmente de installação ao museu archeologico.

Além do fundador outras individualidades de vantajosa posição social tiveram sepultura n'esta grandiosa egreja. A mãe de D. Nuno Alvares Pereira de Mello, foi sepultada, em um nicho embutido na parede, ao pé do tumulo do filho, e junto d'elles D. Eyria Gonçalves, esposa do cavalleiro.

Lá repousaram os restos mortaes de D. Joanna de Castro, esposa de D. Fernando, segundo Duque de Bragança, e outros membros d'esta familia.

O conde de Villa Maior e primeiro marquez do Alegrete, Manuel da Silva, ali tinha sido enterrado, bem como Manuel Alves Pegas, celebre na jurisprudencia da epoca, João de Guimarães, Duarte Brandão, D. Miguel de Almeida, Antonio Ferreira, o padre Antonio de Carvalho da Costa, bem conhecido pela sua *Chorographia Portugueza*, que é ainda hoje uma obra util e indispensavel a quem desejar conhecer do passado em terras portuguezas, e o celebre alfageme de Santarem, duplamente memorado por seus feitos, e pelo genial trabalho dramatico de Almeida Garrett, que o tomou para protogonista de um dos dramas mais bellos na these e na fórma litteraria que existem em todos os tempos.

Outros muitos jazeram no solo onde Deus sabe que de vezes cahiriam lagrimas de saudosa reminiscencia da mocidade, derra-

madas pelo homem superior que os annos inutilisavam pouco a pouco para as grandes emprezas que pairavam na aspiração nacional. Só lhe custaria ver partir a frota de D. João I, que já avançado em annos ia, com os filhos, á conquista de Ceuta, onde pouco depois o desventurado infante D. Fernando tinha de ser supliciado em holocausto as ambições intempestivas, que tão fataes foram no correr das epocas, ao nosso paiz!

Do alto do seu magestoso mosteiro, veria elle levantar ferro aquelles navios, d'ali, do caes, junto da capella de Nossa Senhora da Escada, e seus olhos rasos de lagrimas seguiriam pensativos aquellas vellas enfunadas, azas pandas das aguias aventureiras que elle só podia acompanhar com seus vótos e aspirações!

* *

Expulsos os frades teve o magestoso edificio varias applicações, vindo por fim a servir de aquartellamento principal á guarda municipal de Lisboa.

No vastissimo edificio havia, e não sabemos se ainda ha, familias de officiaes d'esse corpo, installadas em compartimentos escolhidos.

Ha pouco tempo foi a frontaria rebocada e pintada, e outras obras se fizeram afim de alojar as novas praças, visto ter sido augmentado o corpo.

A antiga egreja, totalmente arruinada, permaneceu longamente exposta a toda a sorte de profanações e vandalismos. Afinal o extincto archeologo, e presidente da associação dos engenheiros civis portuguezes, sr. José Possidonio da Silva conseguiu que o governo lhe cedesse as ruinas gloriosas do templo do gran condestavel para lá inaugurar um museu de antiguidades.

Desde então aquella magestosa memoria de estrondeantes feitos foi resgatada dos abusos da ignorancia, e tomou um aspecto grave e severo, como que um protesto contra a frivolidade da epoca actual.

O honrado e intelligente J. Possidonio e Narciso da Silva dedicaram-se com entranhada paixão a elevar o museu á altura do fim que alvejava. Investigador incansavel, embevecido no estudo das antiguidades romanas, arabes e celticas, que tanto abundam no solo portuguez, conseguiu fazer importantes collecções dignas de estudo.

Ali se encontram lindos exemplares de seixos, marmores e varias especies de pedras, todas classificadas e bem dispostas. Medalhas romanas, capiteis, columnas, vasos, estatuas, preciosas reliquias da brilhante civilisação romana, lápides curiosas, tudo ali se vê reunido, mercê da incansavel actividade do instituidor.

Entre os objectos mais raros e attrahentes devemos incluir as duas mumias egypcias que ali estão resguardadas por grandes redomas de vidro. São de um homem e de uma mulher, e inspiram o quer que seja parecido com um desgosto

Quem seriam? Como viveriam? Um tumulto de ideias nos accodem á vista d'aquelles miseraveis corpos reduzidos, contrafeitos na estupida posição que os da sua nação e crenças davam aos cadaveres. No estado em que os poz o preparo que lhes deram, e que é segredo desconhecido, nem se póde descernir se a morte os feriu na mocidade se na velhice. Os parcos cabellos de côr arruivada, semelhantes a sedas de gado suino, causam repulsão e a physionomia parece idiotisada no espasmo da morte.

Quantos seculos terão passado por cima d'essas mumias, e que de acontecimentos extraordinarios teem agitado centenares de gerações vindas e idas durante esses largos periodos!

Na mesma galeria se veem dois candelabros de metal, cada um para tres cirios. São altos, elegantes, bem ornamentados. Ao fital-os a gente estremece, mau grado a curiosidade natural de examinal-os. E' que aquelles candelabros devem ter dado luz á scenas terrivelmente sinistras... Eram do tribunal do Santo Officio... Quantas sentenças de morte, quantos supplicios, quantas crueldades seriam perpetradas á luz de cirios sustentados por aquellas hastes esbeltamente lançadas, e feitas de um metal menos frio e menos duro do que o coração dos medonhos inquisidores. E lembra-nos que de vezes se ergueriam para aquellas luzes avermelhadas os olhos das victimas, rasos de lagrimas, invocando a eterna luz da justiça contra a falsa claridade do brutal fanatismo calculado! Como que se reconstitue a scena: Um grande aposento, sem janellas, forrado de negro; ao fundo uma comprida mesa sobre o estrado que a eleva do pavimento. Tres homens ali estão sentados em cadeiras de espaldar negro como as suas consciencias. Tres dominicanos, dignos émulos de Torquemada. Ao centro o cavalete rodeado de carrascos soprando fogareiros onde compridas tenazes tomam a côr das brazas. Em outros, azeite fervente faz monotona chiadeira. Lado a lado da mesa aquelles candelabros com as suas tochas de luz tremula e amarellada como um agonisante em estertor... Depois a victima... um quer que seja desfeito pelo tormento, apagado pelo terror, mixto de ser vivo e de phantasma, e no tremendo concerto da atrocidade a voz fria e despotica dos accusadores, a que o desgraçado responde por protestos e supplicas dilacerantes...

E ao alto d'aquelle infernal recinto a cruz do divino Martyr que expirou com a uncção do perdão nos labios immaculados, e que proclamou a fraternidade como lei moral e social dos homens e dos povos!

Querido e bom Jesus! Como devias chorar sobre as amarguras das victimas dos teus proprios algozes!

. . . . . .

Em frente da entrada do museu está o tumulo de madeira em que os frades recolheram os restos do fundador d'este mosteiro, após o terramoto. E' enorme e digno de religiosa veneração, por haver sido depositario das ossadas de D. Nuno Alvares Pereira de Mello.

Não deixaremos em silencio a notavel porta, de alta antiguidade, que existiu na quinta do sr. Visconde da Torre da Murta, proximo da cidade de Thomar, e que este illustre cavalheiro offereceu ao museu archeologico. E' de notabissimo trabalho, decerto anterior á monarchia portugueza. No mesmo recinto estão duas estatuas do archanjo S. Miguel, se nos não falha a memoria, que são muito de ver-se pela perfeição da fórma, tanto nas feições como no lançado das roupagens.

A bibliotheca do museu contem algumas obras de muito valor entre ellas a Revista da Archeologia, publicação do instituto, onde escrevem homens de elevado merito e manifesta superioridade, em cujo numero se encontra o sr. visconde da Torre da Murta, digno e erudito conservador do museu.

Este distincto homem de vasta intelligencia dedica-se com zelo ao estudo da sciencia archeologica, tão util e elucidativa, e que tanto importa para o conhecimento da historia das artes, industrias, religiões e evolução social dos povos antigos.

O museu archeologico do Carmo póde ser visitado nos dias uteis, por meio de bilhetes na importancia de 100 réis.

Poucas pessoas lá vão, e essas poucas, em geral, não pertencem á classe popular, cuja ignorancia se não compadece com assumptos scientificos.

Deem-lhe touradas, cousas espalhafatosas, e eil-a satisfeita. De uma vez, perguntando nós a um operario canteiro se já fôra ver trabalhos de cantaria e estatuaria n'esse museu respondeu-nos que nunca lá tinha ido, nem tencionava ir porque para gastar um tostão preferia gastal-o em um litro de vinho!...

E é este, desgraçadamente, o criterio da maioria do povo!

Deixemos, saudosamente o historico edificio, e prosegamos na romaria descriptiva, muito resumida, bem contra nossa vontade, pois desejariamos dal-a minuciosamente.

Já em outro logar mostramos que o largo do Carmo não era nada de parecido com o que vemos, porque a cidade foi toda remodelada depois do terramoto. Tudo ali é obra moderna relativamente.

Em frente da egreja do Carmo está actualmente—1902—estabelecida a Academia dos Amadores de Musica, com aulas de piano, rabeca, varios instrumentos e canto, tudo regido por bons professores, entre os quaes algumas das nossas glorias artisticas. Os cursos ali seguem a ordem official dos cursos do conservatorio, e cada anno lectivo é fechado por exames revestidos de toda a seriedade e apparato.

Os diplomas d'esta academia não teem valor official, mas teem todo o merecimento moral.

Do largo do Carmo vindo pela calçada do Sacramento ficamos á direita a egreja parochial do Santissimo Sacramento, creada em 1665 pelo arcebispo D. Jorge de Almeida, que para esse fim desmembrou alguns fogos das freguezias dos Martyres e S. Nicolau.

Parece que a primitiva matriz d'esta parochia foi na egreja do mosteiro da Trindade, mas ha quem affirme que primeiro esteve na egreja das Convertidas, por pouco tempo seria, porque passou para uma capella que perto havia, até que a egreja se edificou.

A esta se deu principio em 26 de novembro de 1667, e já estava concluida quando o Marquez de Arronches oppoz embargos, pretextando que o templo lhe tirava a vista da casa que era fronteiriça.

Para acquiescer ás conveniencias do titular, demoliu-se muito do que estava feito, e construiu-se a egreja mais abaixo. Em virtude d'este contratempo foram necessarios mais quatorze annos para conclusão das obras do templo, sendo finalmente inaugurado em 1685.

Cahindo por causa do terramoto, só poude tornar a servir ao seu fim no anno de 1807, quando acabaram as obras que ronceiramente eram feitas.

O terreno em que assenta pertencia ao conde de Valladares que o cedeu gratuitamente. Em 1807, no dia 5 de abril foi sagrado o templo pelo bispo de Ptolomaida D. Luiz de Castro Pereira.

E' esta egreja notavel pelo brilhantismo das suas festividades. A irmandade do Santissimo Sacramento não se poupa a despezas para ostentação do seu culto. No bello templo, cuidadosamente tratado, e artisticamente dispostos os ornatos, resoam as melhores partituras dos maestros de musica sacra. Ali se tem ouvido, entre outras, a Missa grande do maestro Casimiro, que é um esplendoroso monumento do genio. Fica se embevecido, com a alma repassada de admiração e enthusiasmo perante aquella inspirada composição, toda feita de luz, de crença, de amor e de poesia ideal.

Ha um solo de violoncellos que de per si só bastaria á glorificação de um artista. E' *stacato* esvoaçando sobre a orchestra, como um bando de pombas em plena tarde de maio. Ora repousando sobre accordes homogeneos, ora elevando-se sobre os tres graus do modo maior, ora descendo suavissimamente sobre a tercia e a dominante do modo menor. Junta-se n'esses dias uma concorrencia selecta que ali vae attrahida pela obra bellissima do maestro portuguez. Para executal-a é necessario ser-se verdadeiro artista porque a musica é trabalhosa, e os solos de canto compostos para quem saiba *cantal os e sentil-os*.

Bem hajam os dignos e distinctos promotores d'essas formosas festividades que assim prestam culto a duas queridas religiões —do Christo e da Arte.

*
* *

Voltemos ainda ao largo do Carmo, onde nos faltou visitar uma capella que está á direita de quem volta da rua do Duque para a Trindade. E' a capella da ordem Terceira de S. Francisco com seu hospital annexo, unicamente destinado a serviços de irmãos.

Não podemos colher noticias precisas sobre esta piedosa instituição que continua a cumprir o estatuido nas suas leis e regulamentos, acolhendo e cuidando das pessoas que a compõem, quando as circumstancias o reclamem.

O edificio é de trivial apparencia, mas bem arejado e claro, e a egreja muito aceada e bonita. D'ella sae todos as annos a procissão dos Ramos, com muitos andores, symbolisando scenas da Paixão, e leva muitas creancitas vestidas de anjos... que outra cousa não são afinal os louros bebes de cabellitos encaracolados.

D'esta vez tomaremos o caminho da Trindade e iremos ao largo das Duas Egrejas de grata memoria pela proximidade das antigas portas de Santa Catharina. Já dissemos qual a origem da egreja do Loreto. Em frente d'esta está a egreja da Encarnação, uma das mais ricas em alfaias e paramentos que Lisboa possue.

A primeira pedra do edificio lançou-a D. Luiz de Sousa, cardeal arcebispo de Lisboa, no anno de 1698, e em 6 de setembro de 1708 benzeu-a o arcebispo de Evora D. Simão da Gama.

A's festas que solemnisaram a inauguração do templo assistiu a fundadora, D. Elvira Maria de Vilhena, condessa de Pontevel e viuva de D. Nuno da Cunha. Esta dama, muito rica e sem descendencia, deu fartos bens á egreja, que mandou edificar para servir de parochia aos povos da localidade.

O altar-mór de talha dourada, considera-se de inestimavel valor, e sobre elle está um sacrario de prata massiça, que não tem parceiro em Portugal.

Quando os francezes invadiram Lisboa, alguem, cujo nome se não sabe, teve a boa ideia de pintar este precioso objecto de fórma que imitasse metal desvalorisado, e por essa fórma escapou á avidez dos rapinantes.

Banqueta e cofre são tambem de boa prata, valendo tudo muito dinheiro.

Mais abaixo, e do mesmo lado do bello Chiado, hoje demudado em Rua Garrett, mas que ha de ser perpetuamente Chiado, ergue-se a egreja dos Martyres, a mais antiga de quantas ha na capital.

Fundaram-n'a os cavalleiros cruzados que, desembarcando em Lisboa, trouxeram valioso auxilio a D. Affouso Henriques para este levar a cabo a conquista da cidade aos mouros.

Traziam elles consigo a imagem da Senhora dos Martyres, e vieram collocal-a em uma pequena ermida no seu acampamento. O arcebispo de Braga D. João Peculiar sagrou a capella, e o chão que devia servir de cemiterio aos mortos durante os combates.

Consta que da pia baptismal d'esta egreja foi lançada a agua lustral sobre o primeiro christão de Lisboa. Não é porém acceitavel semelhante supposição, visto que já durante o dominio romano existiam christãos em Lisboa. Poder-se-ha admittir que o primeiro baptismo, publicamente realisado sem receio de torturas infringidas pelos infieis ahi, se realisasse—o que é diverso.

A egreja dos Martyres por quatro vezes foi arruinada e reconstruida. Em 1598—em 1710—em 1750, e por ultimo em 1755. Esta foi a maior de todas as catastrophes por causa do incendio que se seguiu ao terramoto.

A ultima reconstrucção, que é a actual, foi feita um pouco mais ao norte do que as primeiras, e com a magnificencia que vemos. Só começaram os trabalhos dos cabouqueiros doze annos após a derrocada, e duraram cinco annos. Merece ser visitado este templo pelos apreciadores de bons quadros, que os tem do immortal pintor portuguez Pedro Alexandrino.

Teremos ainda de fallar d'estas e de outras affirmações das maravilhas do genio.

A egreja dos Martyres conserva côro diario, e é a unica das parochias lisbonenses que manteem esse cerimonial na integra. A freguezia é mui rica.

Ao lado d'este nobre e antigo edificio temos a rua Victor Cordon que termina defronte do Governo Civil, edificio pesado e sem belleza alguma, onde funccionam varias repartições administrativas do districto, e as superiores da policia civil. E' enorme e fazia parte do grande convento de S. Francisco da cidade.

A rua em que está o governo civil era antigamente chamada *Travessa da Parreirinha*, vaga reminescencia dos bons tempos de Nicolau de Altero... Os calabouços da policia são simplesmente horrorosos, e magôa deveras ver as scenas de perversidade que os presos decantam, e o estendal de miserias moraes que para ali se espreguiçam nas infectas enxovias que estão reclamando mais limpeza, e menos promiscuidade.

Emfim... é melhor desviar a vista d'aquelle fóco de dupla infecção e voltar para o largo da Bibliotheca Nacional, onde se nos apresenta outra fachada do enorme mosteiro, chamado de S. Francisco da Cidade pelo povo, mas em verdade dito dos Martyres.

A sua fundação data de 1217, e deve-se a el-rei D. Affonso II. Não era a principio tão vasto quanto ficou quando o reconstruiram em 1240.

Em 1528 era tal o estado de ruinas em que estava que houve de ser reedificado em grande parte.

Má sorte perseguia o convento, porque em 1708 foi devorado por violento incendio, ficando apenas em bom estado o cruzeiro, a capella-mór, e uns poucos altares do lado da epistola.

Breve foi reconstruido com muita opulencia, e tão vasto ficou que o povo lhe mudou o nome de *S. Francisco da Cidade* em *Cidade de S. Francisco*.

Ficando desoccupado, o governo mandou que nos salões enormes se installassem os gabinetes de leitura publica, que em breve se tornaram de excellentes resultados. A creação da Bibliotheca Nacional de Lisboa deve-se a D Maria I, sendo de admirar que o marquez não a tivesse precedido n'um assumpto de tanta utilidade.

A porta do edificio occupado pela Bibliotheca é consideravelmente grande. As salas de leitura são muito claras, bem mobiladas, aceiadas e de noite apresentam um aspecto agradabilissimo, mercê da profusão e boa distribuição das luzes de gaz.

O gabinete destinado ás senhoras é bonito e independente das salas grandes. No topo tem um bello busto de Antonio Feliciano de Castilho, e em volta, pendurados das paredes magnificos retratos a oleo, de religiosos notaveis pelo saber e pelas virtudes.

A Bibliotheca está bem fornecida de obras antigas, ainda que se lhe notam faltas que não seria impossivel remediar. Entretanto, se nos seus catalogos ha ainda muito a desejar, quem necessitar adquirir noções sobre questões historicas e scientificas, tem por onde fazer colheita.

Dos auctores mais modernos é que nem sempre se encontram ali os trabalhos, mormente dos que veem tomando a vanguarda na direcção evolutiva do pensamento.

Tambem acontece que auctores e editores mesmo nacionaes se esquecem de enviar para ali exemplares das publicações que dão á circulação, falta mui lamentavel.

Outro mal impende ainda sobre aquelle civilisador instituto. Muita gente imagina que por ser *do publico* qualquer cousa, o *publico* tem direito de lhe causar estragos. Ha livros na Bibliotheca Nacional cujo estado de enxovalho revela tristemente terem cahido em mãos que so excepcionalmente travam relações com agua limpa...

E então nas bibliothecas municipaes, de moderna creação e que tanta utilidade deveriam ser para os filhos povo! Pois ha-as muito rasoavelmente fornecidas e cuidadosamente tratadas pelos seus directores e demais empregados. A da rua da Inveja é muito elegante e está disposta com bom gosto. Pois ahi fomos um dia a consultar a *Lisboa antiga* do primoroso escriptor sr. Julio de Castilho—só la havia um volume unico, e em que estado! Roto, sujissimo, uma lastima!

Tem sido tal o abuso e o vandalismo de alguns individuos que se tornou necessario pôr-lhe cobro. Illustrações e livros que teem estampas veem-se a tratos com certos *leitores* de má morte, mais aptos para semearem batatas do que para cultivarem as flôres do pensamento.

De resto as bibliothecas são pouco frequentadas em relação ao movimento da população, e áparte um circumscripto numero de pessoas estudiosas, escriptores, investigadores, emfim, dos esclarecidos apostolisadores da sciencia, da litteratura, da philosophia, poucos mais frequentadores teem estes estabelecimentos.

E de passagem notaremos que, apesar das recriminações que de vez em quando apparecem contra o serviço da bibliotheca, só temos a constatar por nossa parte que sempre encontramos a maxima boa vontade e attenções nos empregados sem excepção.

E ás vezes não tem sido pequeno o trabalho que lhes temos dado em busca de livros que são pouco conhecidos e ainda menos procurados! Nunca, porem, nos foi desattendida qualquer requisição, nem manifestado o mais simplice aborrecimento. Pena nos acompanha de que a nossa laboriosa vida nos não consinta passar bastante tempo n'aquelle logar de paz, onde o espirito se põe em contacto com um mundo de ideias, consagrado refugio aos desalentos do realismo social!

A Bibliotheca Publica foi fundada em 1796. Extinctas as ordens religiosas, as livrarias dos conventos para ali foram transferidas. E' curioso dizer-se que entre os poeirentos alfarrabios amarellecidos pelo tempo, pode o investigador descobrir verdadeiras preciosidades, e adquirir a convicção de que nem sempre os frades foram inuteis á humanidade.

O pavimento inferior da Bibliotheca é onde funccionam as aulas e officinas da Academia das Bellas Artes, instituida em 1836 pela rainha D. Maria II, que n'esse anno deu um brilhante impulso ao desenvolvimento do progresso do espirito portuguez. D'esta academia teem sahido artistas emeritos em pintura, architectura, esculptura, desenho, etc.

E' superiormente dirigida por professores de comprovado talento, de modo que manteem os melhores creditos.

Tem aulas nocturnas e diurnas para alumnos ordinarios e voluntarios, e é concorrida por um nucleo de rapazes de aptidões, por vezes assás notaveis.

Nos claustros d'este mosteiro foram sepultadas numerosas pessoas da primeira nobreza do reino. O grande terremoto respeitou-o, fazendo-lhe pequenas avarias.

Ha poucos annos communicou-se-lhe um incendio que destruiu officinas da Academia das Bellas Artes, e ameaçou seriamente o conjuncto do edificio. Pôde, e ainda bem, ser atalhado, mercê do excellente serviço de incendios, e da bravura dos nossos bombeiros.

O logar que occupa era d'antes continuação da rua de S. Francisco, e assim denominada. A rua de S. Francisco conservou seu nome até aos nossos dias. Mudaram-n'o em rua Ivens em homenagem ao brioso e arrojado explorador africanista assim chamado.

Roberto Ivens e Victor Cordon foram recebidos em Lisboa, ao voltarem de longas e trabalhosas viagens, entre acclamações populares e honrarias officiaes. D'elles, cada qual por sua vez, se occupou elogiosamente a imprensa, a fama e a gloria, com o arrebatamento caracteristico do genio meridional.

Depois Victor Cordon desappareceu, e lá tem andado pela Africa sem que ninguem d'elle se occupe.

Passou de moda.

Roberto Ivens, o honrado e distincto official de marinha, como Cordon o era do exercito, falleceu ha pouco.

Foi o seu funeral no dia em que se festejavam as descobertas que glorificavam o nome portuguez.

Meia duzia de fieis apenas acompanharam o heroe, que annos antes arrastára após si as multidões enthusiasmadas.

Os jornaes consagraram-lhe meia duzia de linhas, o coveiro lançou-lhe meia duzia de pás de terra, e o mundo continuou o seu giro...

Se nem um nem outro amontoaram riquezas, se depressa passaram pela consciencia nacional, esta julga-se em contas correntes com os heroes escrevendo na quina de duas ruas os seus nomes...

E vá que outros nem isso tiveram.

Do passado ainda resta o nome de calçada de S. Francisco á ingreme ladeira que do largo da Bibliotheca desce á embocadura da rua Nova do Almada. Para ali deita a fachada trazeira do edificio da Boa Hora, que tambem foi convento de frades, fundado em 1653 á custa de esmolas do povo, excepto a capella-mór que correu a expensas do conde de Barbacena, ficando aos seus descendentes o padroado do mosteiro.

Depois de 1834 installaram-se ali os tribunaes civeis e criminaes, e ainda lá se conservam.

Tanto dinheiro tem sido gasto, ora em cousas uteis, ora em caprichos condemnaveis, e ainda não houve meio de tirar os tribunaes d'aquelle fóco de infecção! A Boa-Hora é um horror! Não tem condições, nem limpeza, nem nada; parece uma succursal da morte!

Pois em verdade se algum assumpto deve interessar uma sociedade culta, este mais que nenhum outro. O templo da Justiça deve ser illuminado, confortavel e hygienico.

Demais ha ali um avultado numero de empregados, os quaes passam muita parte da vida nos cartorios, aspirando a poeirada do ambiente, e cuja saude periclita necessariamente em semelhante meio.

De ha muito que se reclama a construcção de edificio proprio para palacio da Justiça, e é de lamentar que se não dispense n'este sentido um pouco de cuidado

Ultimamente os delegados do Procurador Regio mudaram os seus escriptorios para a Boa-Hora. Os gabinetes são antigas cellas, deitando para corredores escuros, sujos, que tudo aquillo dá desgosto e cheira mal.

E tão mal que nos appressaremos em sahir d'aqui.

S. Julião está a dois passos. Antiquissima egreja d'ella se diz ter sido fundada no principio da monarchia, sem comtudo se lhe conhecer o nome do fundador.

D. Sancho I n'ella orou algumas vezes, sendo portanto confirmada a sua existencia no anno de 1200.

Abateu-a o terramoto do seculo XVIII, mas depressa se levantou das ruinas.

O dia 4 de outubro de 1816 foi-lhe fatal. Um enorme incendio devorou-a deixando-lhe intactas as obras de pedra. Oito annos esteve arruinada começando depois as obras.

Iam sendo imitação das obras de Santa Engracia... Começaram em 20 de março de 1824 e a egreja só foi reaberta em 1853. Vinte e nove annos já é!...

O retabulo e columnas da capella-mór d'este templo perten-

ceram á egreja de S. Francisco da Cidade, a qual não chegou a concluir-se.

No adro d'esta egreja houve a ermida de Nossa Senhora da Oliveira, denominada egualmente de Santa Maria de Roque Amador, mui antiga e que era uma reliquia historica.

Derrubou-a de lés a lés o terramoto. Estava na parte sul do adro sobre o bello chafariz que ali havia, mui conhecido e afamado chafariz dos cavallos, duas soberbas estatuas de bronze. Tambem havia quem denominasse a capella de S. Gonçalo, em virtude de ter sido o altar-mór primeiramente occupado por este santo, que depois mudaram para uma capella do lado da Epistola.

Mas pelos annos de 1200 era o sitio deshabitado, e todo coberto de bellas oliveiras, e apenas lá se via uma morada de casas, onde vivia Pedro Esteves e sua esposa Clara Geraldes, gente rica, mas que tinha em grande desgosto a sua esterilidade. Noite e dia os atormentava a ideia de não poderem legar sua avultada fortuna a herdeiros do seu sangue.

Com supplicas e donativos recorreram ao divino, e pelo visto conseguiram deferimento ao requerido, porque lhes nasceu uma filha em quem concentraram todos os seus affectos e esperanças. A donzella crescera em graças e formosura, e seus extremosos paes pensavam em casal-a para assim se perpetuarem, em netinhos que já imaginavam ser-lhes encanto na velhice. Mas o homem põe e Deus dispõe, e um dia a menina cahiu enferma. Bem quizeram os afflictos paes disputal-a á morte, mas foi baldado empenho. Declarou-se-lhe uma febre maligna e a pobresita falleceu na primavera da vida.

E' de calcular o estado de consternação dos desventurados paes, mil vezes mais infelizes agora do que no tempo em que lamentavam a sua esterilidade.

Acontece sempre haver pessoas compassivas que empregam meios, até ás vezes crueis, para fazer vêr aos que ficam na dôr, desesperados pela perda de seres queridos, quão preferivel é vel-os morrer inculpados, e regressar á terra bemditos e ungidos de piedosas lagrimas de ternura, a assistir á sua morte moral pela desonra, ou a qualquer enorme desgraça a que os arraste o erro.

Naturalmente esses officiosos consoladores tiveram cuidado em empregar as suas artes, junto dos inconsolaveis esposos a ponto de lhes suggerirem ideias oppressivas.

Ora certa noite despertaram elles sobresaltados, ouvindo tanger a lugubre campainha que era uso acompanhar os condemnados ao patibulo. Pedro Esteves levantou-se a tremer... Parecia-lhe que o nome da filha saudosa resoava sob as ramadas dos olivedos.

Foi á janella e *viu:* Defronte da porta um numeroso e tetrico grupo parára; então o pregoeiro, alteando a voz trovejante gritava:

—Justiça que faz el-rei nosso senhor mandando matar esta mulher adultera.

Pedro Esteves ouviu distinctamente pronunciar o nome da virginal extincta, e seguindo a indicação do pregoeiro que a apontava á execração publica viu a filha tal como em vida a tinha visto.

Que tal era o estado psychologico do desventurado, e a influencia de *bons amigos* para assim o levarem a injuriar a pobre virgem, impercavel no seu athaude, que a terra defendia das tyrannias humanas!

Aterrados pela visão, producto dos seus espiritos enfermiços, os dois conjuges decidiram dar todos os bens que possuiam á Virgem Maria e instituiram ali mesmo um hospital, que deram aos frades de Roque Amador.

Immediatamente metteram hombros á empreza edificando a capella com grande opulencia, altares de talha dourada, e lindas imagens riquissimas.

Tomou o hospital o nome de hospital de frei João, bondoso frade que o dirigiu muitos annos.

A ordem de Roque Amador, que o vulgo dizia do *Reclamador*, foi fundada em França no anno de 1166, e tinha a sympathica missão de erigir hospitaes para peregrinos. Breve se espalhou a ordem pelos paizes christãos, onde a receberam amoravelmente vista a sua caridosa attitude. O primeiro hospital que houve d'esta especie em Portugal foi na villa de Sousa, perto de Vagos.

Do tempo de el-rei D. Diniz ha um documento, inscripto no livro de *Memorias*, do qual consta que no anno de 1200, mestre Juião, seu sobre-juiz, sollicitara auctorisação régia *para ter um carniceiro nas casas de Lisboa onde chamam a Oliveira, junto ao hospital de frei João.*

Em 1435 já o hospital tinha o nome de *Rocha Amador*. Assim é denominado em uma escriptura feita entre Diogo Delgado, cavalleiro e commendador de Fontarcada, e Pedro Nunes escudeiro, provedor do mesmo hospital. Tratava-se da troca de umas casas de Catharina d'Oliveira, filha do commendador, sitas na freguezia de S. Nicolau, por um olival ao pé da quinta de Santa Maria dos Olivaes.

A ordem de Roque Amador extinguiu-se durante o reinado de D. João II, sem que se saiba a razão. Era estimada porque visava um fim util e essencialmente humanitario. Certo que a edade das perigrinações á Terra Santa passára já, mas não faltavam peregrinos do infortunio em cujo auxilio podiam cooperar os religiosos.

Depois da desapparição dos frades de Roque Amador o hospital passou a ser administrado pela classe dos confeiteiros de Lisboa, que ali realisavam brilhantes festividades em 8 de setembro. Tambem os pescadores tinham em notavel devoção a capella, e n'ella se reuniam em festas populares pelas oitavas do Natal, Paschoa e Espirito Santo.

Depois do terramoto não mais se pensou em reconstruir a secular capella.

Perto demora a egreja da Conceição Nova, feita por donativos do povo na rua que ha dois seculos era chamada dos *Ferros*. Começada em 15 de junho de 1698, foi aberta no anno seguinte. Ao tempo não era freguezia, e pertencia á parochia da Magdalena.

A egreja de S. Nicolau, que fica ao fim da travessa, hoje rua da Victoria, esquina da rua da Prata, já existia no anno de 1280 e foi reconstruida em 1627.

Cahiu pelo terramoto, e levou noventa e nove annos, para ser acabada de reconstruir.

A parochia foi fundada pelo bispo D. Matheus. Tem o templo onze capellas, e teve cinco benefeiados que o prior apresentava.

N'esta travessa, junto da rua do Crucifixo esta a capella e hospital de Nossa Senhora da Victoria, muito antiga construcção. O logar chamava-se em tempos velhos—*Caldeiraria*. Havia ali um hospital, pelo principio do seculo XVI, onde eram tratadas algumas enfermas de doenças chronicas.

O hospicio, que tinha a invocação de Santa Anna, era dependente do grande hospital real de Todos os Santos, que o administrava.

As pobres creaturas, estropeadas e inhabilitadas preenchiam as enfadonhas horas da desconsolada existencia, entregando-se a exercicios de devoção. Algumas destacavam-se pelo furor religioso, e uma velha cega deu em pedir esmolas para mandar fazer uma imagem da Virgem, e lá conseguiu o seu intento.

Coitada! Só com os olhos do espirito podia vel-a, mas ficou recompensada com o exito, porque a imagem ganhou a sympathia dos devotos que lhe crearam uma confraria e instituiram brilhantes festas.

Em 1531 a confraria era irmandade, com seu compromisso feito por escriptura publica.

Faltava-lhes, todavia, meios pecuniarios para installar a imagem em casa propria, mas valeu lhes a generosidade de uma beata, Margarida Lourenço, da confraria da Ordem Terceira de S. Francisco, e moradora alli para S. Vicente, entre as portas da Cruz, e o postigo do Arcebispo—que vem a ser entre a rua dos Remedios e o arco pequeno. A boa da creatura offereceu as casas que habitava, mui espaçosas, e a quinta annexa, pedindo a irmandade que concluisse a construcção de uma capella já principiada por ella, no mesmo local, para transportarem para ali a imagem da Senhora da Victoria. De tudo fez doação legal aos 10 de julho de 1536, conforme ficou archivado nas notas do tabellião Gaspar Gonçalves, pondo apenas aos irmãos a clausula de lhe fazerem officios solemnes no anniversario do seu fallecimento, perpetuamente.

As casas e quinta eram foreiras a ordem de malta, da qual era grão-prior ao tempo o cardeal, depois rei, D. Henrique. Entendeu este, por qualquer motivo, que devia negar licença para a execução do plano, e não consentiu na transferencia da imagem.

Margarida Lourenço sentiu profundamente o desastre, e cahiu em tristeza que a enfermou. Manteve, porem, a doação e não só a confirmou em artigos de morte, como a accrescentou com outros donativos, que de tudo tomaram posse os irmãos.

Breve reconheceram o incommodo que lhes dava terem de vi-

giar as propriedades doadas, e a inutilidade do tempo perdido assim, pois sendo elles obreiros ficavam prejudicados com o desperdicio das horas gastas em caminhadas, tanto mais estereis quanto era certo que não obtinham licença para mudarem a imagem.

Entre si resolveram levar um requerimento ao pontifice Paulo III, com a exposição circumstanciada dos factos, afim de que lhes fosse permittido vender as casas e terras legadas pela devota dama, e applicado o producto da venda na edificação de um templo ali, junto do hospital, na Caldeiraria.

Obtiveram a licença os supplicantes, e no anno de 1500 venderam os referidos bens, applicando o producto da venda á compra de duas moradas de casas ao lado do hospital.

Requereram então ao hospital real de Todos os Santos para tomarem a administração do hospital de Santa Anna, cedendo todos os seus rendimentos áquelle estabelelecimento, e ficando elles requerentes obrigados a concorrer com todas as despezas de alimentação, vestuario e medicamentos, de que houvessem mister as mulheres incuraveis que lá se encontrassem á data, e, mortas estas se compromettiam a ter nas mesmas condições quatro mulheres, perpetuamente.

O contracto era de mão cheia e a administração do hospital de Todos os Santos accedeu immediatamente.

Em 1556 começaram as obras da nova egreja. Desejando ficar inteiramente independentes, os irmãos de Nossa Senhora da Victoria fizeram um contracto com o prior de S. Nicolau e beneficiados, obrigando-se a dar-lhes 8$000 réis cada anno, em troca da renuncia a qualquer interesse que em todos os tempos podessem haver da Irmandade da Senhora da Victoria.

Firmou-se escriptura d'este theor nas notas de Sebastião Rodrigues, notario apostolico, em 17 de junho de 1556.

Ficaram os irmãos libertos de qualquer jurisdicção e aptos para tratarem dos seus negocios como melhor entendessem. A egreja fez-se rapidamente e com opulencia, ficando notabilisada pelas pinturas, e magnificentes alfaias.

Sobre a porta principal mandaram collocar a inscripção:

Sacro templo de Nossa Senhora da Victoria
edificado em 6 dias do mez de agosto anno de 1556
em tempo do muy poderoso Rei D. João III
Deste nome

Tinha a egreja varios capellães, presididos por um capellão-mór, sem obrigação de côro, mas que faziam repetidas festividades com missas cantadas, acompanhadas por um bom orgão, sendo certas estas solemnidades aos sabbados.

O compromisso da irmandade foi reformado em 1695, introduzindo-se-lhe algumas alterações, referentes a questões do culto

O hospital perdeu o nome de Sant'Anna, e passou a denominar-se de Nossa Senhora da Victoria, e era administrado por treze irmãos—provedor, thesoureiro, escrivão, procurador e nove vogaes, que eram de eleição e por escrutinio.

Na sua egreja teve a irmandade, por condescendencia, a séde parochial emquanto duraram as obras da matriz de S. Nicolau.

D. Affonso VI era mui devoto d'esta imagem, e constituiu-se seu feudatario pelo facto seguinte:

Em 1663, como se sabe, D. João d'Austria invadiu o Alemtejo com grande força; diz-se que jámais em Portugal fôra visto tão numeroso exercito. Apesar da heroica resistencia dos nossos, a cidade de Evora cahiu em poder dos castelhanos no dia 22 de maio. Logo que a desgraçada noticia cahiu em Lisboa como uma bomba explosiva, o povo alarmado amotinou-se, e deu o lamentavel espectaculo do *santo motim*, a que já nos referimos.

Os patriotas de sacristia tomaram em conjuncturas taes, a brava deliberação de sahir á rua com procissões. Já se vê que a irmandade de Nossa Senhora da Victoria, composta de officiaes de officios, não podia deixar de mostrar o seu civismo, tanto mais que o meio pratico não desafiava as balas castelhanas.

E pozeram na rua um riquissimo andor com a imagem, passeando-a nas ruas da cidade, emquanto o arrojado D. Sancho Manuel e o conde de Schomberg sahiam de Extremoz a cortar a passagem do exercito castelhano, e davam a mais soberba lição ao orgulho bastardo de Phillipe IV.

Recolhia a procissão á egreja quando chegou a Lisboa a radiante noticia da batalha de Ameixial, que glorificou o dia 8 de junho na historia de Portugal. D. Affonso VI attribuiu logo a boa nova á imagem, comquanto o combate fosse bem anterior á procissão, e outras se tivessem realisado em dias passados. Bom foi que a procissão não coincidisse com a primeira noticia. O desventurado principe, a quem não valeu o cognome de *victorioso* para não ser o mais infeliz e menos *victorioso* dos homens, mandou logo offerecer quatro arrobas de cera á imagem, e comprometteu-se a repetir a dádiva todos os annos.

Os caldeireiros de Lisboa instituiram uma capella na egreja, dedicando-a a Nossa Senhora da Lembrança, a qual festejam annualmente.

O terramoto damnificou bastante o edificio, e as obras foram tão demoradas que só concluiram em 1824.

Resta dizer-se que a irmandade cumpriu religiosamente a sua missão. Tem sustentado mulheres velhas e enfermas com piedoso zelo.

Desde o anno de 1561 aggregaram-se ao hospital de *Sancti Spiritus in Saxia*, romano, mercê espiritual concedida por bulla de Innocencio XII, e guardada cuidadosamente no archivo da irmandade, a qual, em prova da sujeição e reconhecimento pagava ao hospital de Roma dois escudos de ouro por anno.

E' portanto uma sympathica instituição, que ainda se não desviou dos seus sagrados compromissos.

Onde é actualmente a rua da Assumpção era, pouco mais ou menos, a antiga rua dos *prateiros*, que ali se estabeleceram com a sua industria. No reinado de D. Manuel tinham elles ali um nicho na parede com uma pequenina imagem de Nossa Senhora d'Assumpção.

Já se comprehende que n'aquellas epocas só os bons christãos sem mescla de gafa judaica ou mourisca podia viver sem cuidados. De modo que toda a gente prudente se desfazia em manifestações de devoção e beaterio.

Os prateiros festejavam a sua pequenina imagem no dia 15 de agosto, improvisando altares na rua, com illuminações á veneziana, musica e varios folguedos populares usuaes na epoca. O luxo da ornamentação da rua avalia-se sabendo que n'ella só havia lojas de prateiros.

Era a rua muito estreita, tanto que nem dava passagem a uma besta de carga. Para obstar aos desastres que podiam advir se alguem tentasse por ali metter a caminho animaes carregados, e para garantia do difficil transito as pessoas que quizessem comprar objectos dos seus estabelecimentos, os moradores obtiveram a concessão régia para collocarem uma columna á entrada da rua, outra á sahida, e outra ao meio e assim conseguiram impedir o transito de animaes de carga.

A camara de Lisboa, ahi por 1664 pouco mais ou menos, mandou alargar o arruamento, que ficou com largueza sufficiente para dar passagem a tres carroças emparelhadas. Os moradores determinaram então, de mutuo accordo, erigir uma capella, com magnificencia, visto que o nicho tinha sido demolido.

Recolheram a imagem em um dos estabelecimentos de prataria e lá se conservou annos, sempre venerada pelos logistas. Em 1697 construiram a capella, a meio do lado oeste da rua, que era já das mais lindas que havia em Lisboa. Mudaram para ali a imagem, com solemnidade magna, havendo á noite *encanisadas*, que eram *cavalhadas*, com musica, foguetes, fogos artificiaes, etc., tudo obrigado a representações ao divino em que já fallámos, e que eram usuaes n'aquelles tempos.

O terramoto de 1755 devorou tudo em meia duzia de minutos, sem deixar o minimo vestigio de rua, capella e imagem. Reconstruida a cidade sob plano diverso do que fôra, mal se póde hoje ao certo localisar a antiga rua da prataria, sendo apenas supposto que estava na actual rua da Assumpção, talvez assim denominada em homenagem á desapparecida capella, que os prateiros não pensaram em substituir.

D'aqui nos dirigimos ao largo do Corpo Santo onde temos um templo digno de attenção. Sabem os nossos presados e esclarecidos leitores que este largo se chamou tambem — *do Corte Real*, por estar ali o enorme palacio de Christovam de Moura Corte Real, homem tristemente celebre pela sua traição á patria.

A egreja do Corpo Santo foi primeiro uma capella dedicada á Senhora da Graça, tão antiga que se desconhece quem a fundou. N'esse tempo a capella estava sobranceira ao terreno, e o adro formava uma especie de tribuna, que servia de pulpito em dados casos. Subia-se ali por uma escada de pedra com quinze

degraus. Entre os annos de 1580 a 90 muito frequentemente ali pregava o orador jesuita padre Ignacio Martins, auctor do cathecismo de doutrina christã, que tem passado pelas mãos de milhões de creanças.

Por este sitio demorava uma população composta de marinheiros, soldados, paisanos, uns estrangeiros outros nacionaes, uns catholicos outros hereticos.

Os jesuitas mandavam os seus padres todos os domingos ensinar doutrina a esta gente, e conseguiram que muitos individuos se convertessem.

Provém a denominação de Corpo Santo de uma imagem de S. Frei Pedro Gonçalves, mandada collocar na egreja pelos maritimos, e á qual elles faziam ruidosos festejos. Os castelhanos para ahi mandaram o seu advogado de cousas maritimas que é S. Telmo. Assim é que o elemento preponderante se tornou a marinhagem, e o nome da capella ficou sendo o do seu patrono—Corpo Santo. No anno de 1594 já tinha a capella muitos privilegios. Os moradores do sitio foram collectados em determinadas verbas para o culto da Senhora da Graça, e como o largo servia de mercado, cada vendedor pagava uma pequena contribuição para o mesmo fim.

Depois do terramoto teve de ser reconstruida, mas não se sabe ao certo por conta de quem se fizeram as obras. Talvez pelos irlandezes catholicos a quem actualmente pertence o templo.

Os irlandezes eram dominicanos que se abrigaram em Portugal, fugindo ao despotismo heretico de Henrique VIII e de sua filha Isabel, um e outro encarniçados inimigos dos padres e frades catholicos. A Lisboa aportaram tres padres irlandezes, que se acolheram á protecção dos frades de S. Domingos, que eram da sua ordem. Pensaram logo em edificar casa propria, e n'esse sentido obtiveram licença do legado apostolico, e do governo delegado pelo usurpador Philippe. Deu-lhes o terreno o senhor de Barbacena, Luiz de Castro do Rio, e o arcebispo de Lisboa permittiu-lhes que tivessem o Santissimo.

A duqueza de Mantua era muito inclinada a estes padres, e fez-lhe bastos beneficios, mas nem por isso foram menos considerados por D. João IV, e especialmente pela rainha D. Luiza de Gusmão, de quem houveram muitas dádivas e rendas perpetuas.

Os padres resolveram n'essa epoca ampliar o edificio, e trataram de dispôr as cousas n'esse sentido, mas encontraram-se com a opposição do cura e clerigos da egreja matriz de S. Paulo, e da irmandade dos pescadores. Além d'isto a camara não consentia que as obras passassem além das muralhas da cidade.

Os irlandezes não se dando por vencidos proseguiram nas suas diligencias até que lograram demover os obstaculos.

No dia 4 de maio de 1659 lançaram a primeira pedra da egreja, revestindo o acto de grande cerimonial, com assistencia dos inquisidores, nobreza e muito povo—elemento que então, como hoje—não falta a todas as solemnidades, seja qual fôr o principio que representem. Em uma das paredes do templo havia uma lapide contendo o seguinte:

A sacra e real magestade
Da rainha de Portugal,
D. Luiza de Gusmão,
Fundou este mosteiro,
para religiosos irlandezes de S. Domingos,
Dedicado a Nossa Senhora do Rosario
e ao patriarcha S. Domingos.
4 de maio de 1659

Em quatro annos sahiram d'este mosteiro quarenta missionarios irlandezes que foram para a sua patria pregar o christianismo, pelo que soffreram grandes tormentos, e alguns a morte.

De tudo isso só existe a egreja, que continua a pertencer aos padres irlandezes.

Até 1412 a antiga capella do Corpo Santo era egreja matriz. Depois a freguezia transferiu-se para a egreja de S. Paulo.

* * *

Tendo fallado de D. Luiza de Gusmão devemos dizer algumas palavras a respeito dos frades torneiros, porque o seu convento está ligado a factos historios assás curiosos. O convento foi fundado pela mesma senhora, em 1648, no mesmo sitio em que abortou a tentativa homicida de Domingos Leite contra seu esposo. Era de carmelitas descalços.

Depois de acclamado o Duque de Bragança D. João IV, os castelhanos, não só continuaram a guerra, mas espalharam pelo nosso paiz espiões com o fim de desthronar ou assassinarem o rei. No numero dos assalariados pelo rei de Castella incluia-se o portuguez Domingos Leite Pereira. Este homem, de nome honrado até então, procedia mais por conta propria do que por motivos de cobiça. Era natural de Guimarães, e de procedencia honesta. O pae trabalhava em cutelaria, e com o producto do seu labor sustentava a familia.

Intelligente e activo, o rapaz conseguiu instruir-se muito mais do que a maioria dos filhos do povo. As aptidões de que dispunha deram lhe o desgosto da amesquinhada existencia que levava na provincia, e impelliram-n'o para Lisboa, foco de attracção em todas as epocas. Aqui teve a boa fortuna de adquirir alguns empregos, e por ultimo o de escrivão da correição do civel da côrte, cargo bem remunerado e de certo prestigio. Deveu esta nomeação aos serviços que prestara á causa da independencia, para cujo triumpho cooperou enthusiasticamente.

Pouco tempo havia que se matrimoniara com uma filha de um rico mercador da rua dos Tanoeiros, chamado João Bernardes e por alcunha—o *Traga-Malha*.

Maria Isabel era o nome da menina, de cuja formosura resam as chronicas como de cousa nunca vista.

Formosura fatal essa foi!

Domingos Leite, tendo de frequentar o paço, viu a impressão que a belleza de sua esposa fazia na primeira roda. Acudiram-lhe suspeitas, espreitou, e convenceu-se de que os favores recebidos de el-rei eram affrontosos ao seu pundonor de marido. Com verdade ou illusão sentiu-se retalhado no coração e na honra, e jurou vingar-se. E' claro que não podia provocar o monarcha, nem lhe convinha dar a perceber o motivo do seu odio. Disfarçou quanto poude, e partiu secretamente para Madrid, onde offereceu os seus serviços a Philippe IV.

E' facil de avaliar quanto o castelhano soube aproveitar-se do resentimento do desvairado mancebo, e como o exploraria. O caso foi que o convenceu a vir assassinar D. João IV, mas receando qualquer reconsideração tratou de impedir que elle tomasse a *estrada de Damasco*, dando-lhe por companheiro um perverso alemtejano, de Moura, de nome Roque da Cunha, useiro e veseiro na pratica de más acções, e reincidente apesar das condemnações soffridas pelos crimes commettidos.

A Lisboa voltaram, decidido o Leite a matar D. João, fosse qual fosse o resultado da tentativa.

Philippe IV satisfeitissimo, armou-o cavalleiro de Christo, entregou-lhe um arcabuz, com quatro pelouros envenenados, para cujo effeito lhe deu dois vasos com peçonha.

No dia 4 de maio de 1647 chegaram a Lisboa os dois emissarios. Domingos Leite escondeu se para não ser conhecida a sua presença por alguem que fosse informar sua mulher. De accordo com o companheiro fixaram o dia 20 de junho, que era o da procissão de *Corpus Christi*, para a execução do plano.

A procissão tinha de passar pela rua dos Torneiros. Não convindo que Domingos Leite se mostrasse, Roque da Cunha, menos conhecido e mais descarado, alugou tres moradas de casas no principio da rua e abriu-lhes communicações, de modo que facilmente se podesse passar de umas para outras e da ultima para a rua, facilitando a fuga aos criminosos; uma das paredes externas foi furada de maneira que d'ali se apontasse e disparasse contra a victima.

Chegado o dia o ciioso marido da bella leviana estava no seu posto, tendo usado mil precauções para evitar suspeitas. Domingos Leite, de arcabuz engatilhado, espreitava a approximação do monarcha, que muito sereno e despreoccupado vinha andando vagarosamente. No momento azado Domingos Leite empallidece, treme, hesita, e el-rei passa sem obstaculo. Chegada a noitinha o pobre mancebo cujas honestas qualidades eram antagonicas ao assassinio traiçoento, apavorado de si mesmo fugiu, deixando o arcabuz, os vasos do veneno, e os instrumentos, com que se praticaram os roubos nos predios, e que deviam ser bases da sua terrivel condemnação. Immediatamente se dirigiu ao postigo da Graça, onde o aguardava Roque da Cunha com dois cavallos. Partiram

para Madrid onde o rei ficou mal humorado pela conducta de Domingos L., que classificou de pusilanimidade. Disfarçou o melhor que soube o desgosto, e voltou a explorar a mina do ciume e do odio que devoravam o coração do desventurado.

Pretendem alguns que Philippe IV fez largas promessas ao mancebo, e lhe deu grossas quantias. Por nossa parte pomos de *quarentena* o suborno por dinheiro. Fixa-se a quantia de 800$000 réis, preço da compra dos escrupulos de Domingos Leite, mas a verdadeira compreensão dos factos deve ser imparcial no julgamento d'este criminoso. O estado psychico em que elle se encontrava não tinha necessidade de tal baixeza. Odiava porque amava, e vingava-se porque não conseguia desprezar o insulto mais pungente que se póde arrojar á face de um homem.

Se fosse capaz de vender a consciencia, permaneceria no seu cargo, e aufereria proventos de monta, em troca de condescendencias tácitas.

Do que elle se arrependeria seria de poupar a vida a um homem que elle suppunha ter o amor e a posse da unica mulher que elle tinha amado, e a quem confiara a honra do seu nome, até então sem mácula.

Reconvencido pela astucia castelhana prometteu executar o plano anterior. Adiante veio Roque da Cunha arranjar casa, mas com diverso fim premeditado. Este miseravel, aborrecido da estada em Hespanha, e quiçá cioso do acolhimento do rei a Domingos Leite, ou das riquezas e boa fortuna que o esperavam, se o desventurado levasse a effeito o homicidio, tratou de fazer saber a D. João IV que tinha importantes revellações a annunciar-lhe, e das quaes resultava a segurança da sua real pessoa, pedindo em troca o perdão dos muitos crimes que o traziam homisiado em Castella. El-rei concedeu-lhe o perdão, e o miseravel delatou o succedido, com a revellação do que ia succeder.

Intermediarios foram o conde de Odemira e o monteiro-mór Pedro Fernandes, ambos ministros d'el-rei.

E' verdade que o assassinato de D. João IV não se realisou; mas o vil delator podia empregar outros meios e assim como avisou os ministros, podia ter avisado, directa ou indirectamente o pobre e desvairado mancebo, para que não entrasse em Portugal.

O perdão que alcançou dos crimes commettidos, foi paga de outro crime, e dos mais infamantes!

No dia 31 de julho chegou Domingos Leite á Povoa, e immediatamente foi preso. No mesmo dia o interrogaram as auctoridades, e elle tudo confessou com inteira lealdade, sem misturar o nome do delator, nem dizer a parte que elle tinha tido no caso, quando o traidor fôra a alma damnada dos factos.

Ja se vê que Roque da Cunha não contou a parte activa que tinha tido no aluguel e arrombamento das casas da rua dos Torneiros. Domingos Leite narrou expontaneamente tudo, em vista do que se procedeu ao corpo de delicto nas referidas casas, onde permeneciam os objectos, instrumentos do frustrado homicidio.

Nem tanto era preciso para a sua condemnação. Sentenceáram-n'o sem piedade no dia 12 de agosto de 1647; nada menos de seis julgadores.

Quatro dias após a sentença, mal vinha o sol mostrando a face radiosa, os algozes entraram no oratorio onde o infeliz estava conversando serenamente com o religioso que o escutava commovido, e lamentava a triste sorte de um moço tão intelligente e instruido. Domingos Leite sem soltar um queixume, foi rapado, e não oppoz a minima resistencia aos tratos que lhe fizeram. Não o dominava a covardia, antes em toda a placidez e resignação que manteve até ao final, havia o mais nobre valor.

Vestiram-lhe a alva, e enroscaram-lhe ao pescoço e á cintura a corda com que ia ser arrastado, afim de percorrer com baraço e pregão as ruas publicas.

Chegando á porta do Limoeiro onde estava preso, fizeram-n'o estender sobre um esteirão, onde o amarraram pelo pescoço e cintura com as cordas que lá lhe tinham enroscado, e levaram a rastos até ao Rocio. Ali mandaram-n'o levantar, e puxando-o pela corda o conduziram a um estrado de taboado a meio do qual se via um grande cepo. Em que estado se encontrava o pobre padecente é facil de avaliar. Moido, ensanguentado, despedaçados os membros nas asperezas das calçadas que demais a mais não eram n'aquelle tempo calcetadas como agora, mas de modo irregular.

No entanto o desgraçado lá subiu ao poste; os carrascos prenderam-lhe as mãos, uma de cada vez, ao cepo, e descarregando o cutello, separaram-lhe os braços... Não parava aqui a ferocidade da sentença. Duzentos metros além d'este patibulo tinham armado a forca. Chamavam ao local a *picota da Ribeira*. Pois ainda o martyr teve de percorrer essa distancia com as chagas escorrendo sangue, e a vida a fugir-lhe, retalhado de dôres horrorosas, mal podendo ter-se de pé, mas sempre valoroso!

Emfim enforcaram-n'o e n'isso lhe fizeram mercê... é mesmo de suppôr que quasi cadaver seria elle quando o içaram, e assim acabou aquelle bello moço que não tivera animo para produzir a morte alheia, e que tão animosamente supportou a sua!

O cadaver de Domingos Leite Pereira foi esquartejado pelos algozes, e cada quarto pregado com cavilhas de ferro em postes muito altos, expostos nos quatro pontos cardeaes de Lisboa.

Lá esteve em exposição o deshumano espectaculo durante tres dias, e seguidamente os carbonisaram e arrojaram ao Tejo as cinzas.

Assim o determinara a sentença, *para que d'elle não ficasse memoria.*

Os seus bens passaram a ser propriedade do fisco e camara real, *e que seus descendentes hajam as penas que por direito lhe são impostas, e como pagamento de custas pelo reu.*

Que lei e que direito tão torto! Não se satisfaziam com a vida dos malaventurados, não se lhes acalmava a febre de torturar á vista de creanças cobertas de luto, e votadas ao eterno desconforto, mas ainda lhes estampava nas frontes immaculadas o ferrete da ignominia perpetua, e as obrigava ao *pagamento* de custas e sellos pelo condemnado.

Da formosa filha do *Traga-Malhas* não se sabe cousa alguma, a não ser que se não incommodou em procurar o esposo, levado a tão desastroso fim pelo muito que a amava. Talvez lhe fosse offerecida alguma compensação clandestina, ou iria para algum mosteiro, onde a régia protecção lhe assegurasse fartos meios e variadas distracções.

Em acção de graças por ter el-rei escapado da emboscada mandou a rainha edificar o convento, no logar exacto das casas allugadas pelos conspiradores.

Os frades, denominados *torneiros* por morarem na rua assim chamada, viveram ali até que o terramoto lhes destruiu o mosteiro. Não foi reedificado, e em 1837 um particular comprou as ruinas e edificou varias casas de habitação.

Ainda se vê a frontaria da egreja conventural, voltada para a rua dos Fanqueiros officialmente chamada rua da Princeza.

S. Paulo. Não é do principio da monarchia esta parochia; foi instituida na dynastia avizense, começando a funccionar em uma ermida dedicada ao Espirito Santo, que estava em um *becco do Carvão*, que desappareceu ha muito.

A egreja nova foi erigida a expensas do povo, que por esse motivo obteve o privilegio de ser a sua confraria do Santissimo Sacramento quem apresentava ali os parochos. Esta prioridade sobre os arcebispos de Lisboa custou-lhe muito trabalho, mas sempre a alcançaram, e d'ella usofruiram as irmandades, até 1834.

A nova egreja de S. Paulo abriu-se ao culto em 1512, e quarenta e tres annos depois cahia em ruinas no primeiro dia de novembro. Foi immediatamente reedificada, e assim se conserva. As imagens de S. Pedro e S. Paulo, obra do grande esculptor Antonio Machado estão collocadas na frontaria do templo, em frente do qual ha o largo de S. Paulo, mandado fazer pela camara, e concluido no anno de 1849.

Uma nota curiosa que toda a rapaziade de Lisboa conhece, mas a que não podemos encontrar explicação.

Os carvoeiros tornam-se furiosos, quando lhes perguntam — se já deu meio-dia em S. Paulo.

Ha annos deu-se mesmo um lamentavel acontecimento por esse motivo. Um rapazito atrevido fez a pergunta a certo carvoeiro, e este, perdendo a cabeça, atirou-lhe com uma acha de lenha que acertando na cabeça do desgraçado pequeno o matou instantaneamente.

A freguezia foi instituida com parte das parochias de Santos-o-Velho e Martyres.

Uma das fachadas lateraes da egreja deita para a rua de S. Paulo, rua que se tornou celebre, em tempos, pelos atrozes crimes que ali foram commettidos.

A gente de hoje passa ali indifferentemente, ignorando a tra-

gica desventura occorrida no predio de tres andares que está tambem voltado para a rua Nova do Carvalho.

Passou a catastrophe na noite de 25 para 26 de julho de 1841.

No predio morava uma senhora viuva, moça ainda, e dois filhos,—o pequeno Emygdio Pereira da Costa e Julia Pereira da Costa, uma linda donzellinha de 17 annos.

D. Adelaide, a dama viuva, era natural da Amieira, villa alemteiana, e viera para Lisboa depois da morte de seu marido, pianista muito estimado, que fallecera em *Calais* no anno de 1832. A vinda da dama tivera dois fins—a educação dos filhos, e a necessidade de subtrahir-se ás ousadias de um primo, terrivelmente perigoso pelas pessimas qualidades que lhe formavam o caracter, e que era nada mais nada menos que o celebre Francisco de Mattos Lobo.

Da mesma terra que ella e filho de pessoas honestas, cedo demonstrou as tendencias de ferocidade que deviam dar-lhe um miserrimo destino.

Nasceu em 2 de julho de 1814. Aos quinze annos os paes mandaram-n'o para o Seminario de Sernache do Bom Jardim, para seguir a carreira ecclesiastica. Ali revelou alguma intelligencia mas falta de applicação aos estudos, e uma grande precocidade na maldade e perversão. Em 1834 o Seminario encerrou as aulas, e o rapaz já com vinte annos completos, recolheu a casa paterna, onde entrou a ser o tormento da pobre mãe.

Como o pae andasse empenhado nas luctas liberaes, tomou o mesmo partido, não por convicções, mas porque aquelle partido lhe dava ampla liberdade para toda a especie de commettimentos.

Ao tempo os povos de Gavião e da Amieira, estavam em hostilidades abertas por questões administrativas. Francisco de Mattos Lobo distinguia-se em todos os conflictos por actos de selvageria que enchiam de amargura o coração do pae, que o reprehendia, mas sem resultado, porque elle a ninguem respeitava. Tantas infamias commetteu qua o pae o expulsou do lar, augurando lhe mau fim.

Ora este miseravel deu em mostrar-se apaixonado por D. Adelaide, a quem perseguia constantemente. A pobre viuva era honesta e indefeza, tomou medo ao primo, e com o pretexto da educação dos filhos veiu para a capital onde se suppunha mais a seguro das investidas do bandido.

Mattos Lobo logo que teve conhecimento do paradeiro da senhora, veiu para Lisboa, disposto a atormental-a.

Com o terror que lhe inspirava o primo D. Adelaide não se aventurou a negar-lhe a entrada em sua casa.

Tinha comsigo uma creada com quem desabafava os seus receios, mas que tambem não primava em valentia para lhe aconselhar qualquer medida preventiva.

O malvado saboreava o seu feito e preparava o golpe final, confiante na ingenuidade das pobres mulheres que não tinham quem lhes désse apoio.

Na noite acima referida, pelas onze horas, reinava completo socego na visinhança, quando da casa fronteira, onde habitava um commerciante, o filho d'este, sentindo ladrar muito a cadellinha que D. Adelaide tinha e que muito estimava, chegou á janella a espreitar o que daria motivo a tal alarme, em casa de gente tão socegada, e viu então que um homem andava no quarto da filha da viuva, e era contra esse que o animal arremettia furiosamente.

Com pasmo do observador o homem agarrou no animal e atirou-o pela janella.

Como isto era totalmente anormal o mancebo, sahiu á rua a prevenir a patrulha das suas justificadas desconfianças. Immediatamente foram prevenidas as competentes auctoridades, porque ao tempo não havia ainda a policia civil, e foram bater á porta de D. Adelaide. Ninguem lhe respondia e as portas estavam trancadas por dentro, o que augmentava as suspeitas de crime. Foram buscar uma escada muito alta, e por ella subiram ás janellas da casa, que immediatamente percorreram.

Horrivel espectaculo! A um lado, estendidos, ainda escorrendo sangue, estavam os corpos de D. Adelaide, seu innocente filho de 11 annos e a creada.

Examinadas as tres victimas conheceram as auctoridades que estavam mortas. Emquanto rodeavam este grupo, gemidos dolorosos, soltados de um quarto distante, attrahiram a attenção das auctoridades que correram ao quarto de onde elles partiam.

Ali, que era o quarto da menina, estava esta mortalmente ferida, com 17 punhaladas, tendo a ultima segurado o punhal, que ficára cravado na espinha dorsal, tal fôra a violencia do golpe. No meio dos mais cruciantes soffrimentos, a infeliz donzellinha, em plena posse das suas faculdades intellectuaes, declarou, chorando, que fôra seu primo Francisco de Mattos Lobo quem matára a mãe, o irmão e a creada, e a apunhalara a ella.

Todos os assistentes estavam consternados. Julia ainda viveu o resto da noite, vindo a fallecer, terrivelmente torturada, ás dez horas da manhã seguinte. Ainda, durante a sua agonia, a desgraçada creança repetiu a historia tragica dos assassinios, perante as auctoridades civis e judiciaes que foram á sua presença e a interrogaram. Quando lhe perguntaram se seu primo teria em vista roubal-as disse que não sabia, mas que fossem vêr, e indicou o sitio onde estavam guardados os objectos de prata, e mais valores. Lá estava tudo intacto. Ou o malvado não teve tempo para consummar o roubo, ou não atinou com o logar onde estavam as alfaias.

Mattos Lobo era useiro e vezeiro em furtos, como o mostrou quando roubava os condiscipulos do Seminario, e o mesmo praticou em casa de um tio, capitão-mór de Mação.

A agonisante disse que o assassino ainda não tinha sahido, mas percorrida a casa não foi encontrado. Como lhe dissessem que talvez tivesse ido para casa d'elle, indicou a morada do facinora na rua de S. Bento, n.º 4, 1.º andar.

Já se vê que esse predio é actualmente o segundo do lado direito, porque a numeração antiga era a seguir.

Sem perda de tempo o capitão Barreto enviou uma força de quatro praças ás ordens d'um alferes para prender o malvado.

Mattos Lobo imaginava que não seria perseguido, porquanto suppunha ter deixado a prima bem morta, e por isso estava muito senhor de si. Tendo chegado ha pouco, mal tivera tempo de despir o casaco, e recebeu o official com sobranceria e cynismo.

Quando lhe perguntou o official se era elle Francisco de Mattos Lobo, respondeu affirmativamente com ares de desafio, e não se desconcertou ao dizer-lhe o official que estava já conhecido o seu crime, que era o assassinato d'uma familia inteira, o velhaco negou descaradamente mas cahiu em affirmar que—*em casa não havia ninguem que o affirmasse.*

O alferes indignado, pelo cynismo do facinora, disse-lhe que a menina Julia ainda vivia e tinha declarado tudo ás auctoridades.

Esta inesperada noticia sobresaltou o matador que involuntariamente exclamou:—*Pois ella ainda está viva?*

Confirmada a primeira resposta pelo alferes, Mattos Lobo calou-se e encolheu desdenhosamente os hombros.

Então o official ordenou-lhe que vestisse o casaco e o seguisse.

Quiz elle mudar de roupa, e bem sabia porque, mas o official e que não lhe consentiu, porque tinha observado que nas mãos e no fato do miseravel havia manchas de sangue recentes.

E' de crer que Mattos Lobo ficasse um tanto desnorteado, porque ao pôr o chapeu deixou cahir da copa um masso de papeis, que foram uma revelação, porque entre elles havia tres acções do Banco Commercial do Porto, pertencentes a D. Adelaide. O official tomou immediatamente conta d'esses papeis, inutilmente roubados, porque nem podiam de modo algum aproveitar ao bandido, antes lhe serviam de testemunhas de accusação.

A força militar acompanhou-o á rua de S. Paulo, a casa das malaventuradas victimas, casa que ao tempo tinha o numero 5.

Ali o esperava o capitão Barreto que ao vel-o teve desejos de o fazer em po. Não podia ser peor a impressão que o monstro causou no espirito dos assistentes. Aquelle homem de grande estatura, robusto, de olhar duro e feroz, com as feições muito pronunciadas e um certo tom de cynismo espalhado pela physionomia, era realmente assustador e devia amedrontar as pobres senhoras.

Pro fórma lhe perguntou o capitão se elle era Francisco de Mattos Lobo, ao que elle não respondeu: senão gritando que não tinha assassinado pessoa alguma. Levaram-n'o logo ao pé dos tres cadaveres, esperando que elle se perturbasse, mas com grande pasmo de todos elle nem sequer pestanejou. Metteu as mãos debaixo dos braços, e pôz-se a olhar as victimas, cuja face revelava ainda o estranho pavor da morte inesperada

D'ali o conduziram ao quarto da menina que, apenas o viu, exclamou a chorar:

—E' elle... é elle... esse é que nos matou a todos!...

—E' mentira,—respondeu o malvado ironicamente.

N'isto o official que lhe reparou nas mãos perguntou-lhe de que provinham as manchas de sangue que ali via.

Sem se desconcertar o villão explicou que D. Adelaide queria á viva força que elle casasse com a prima Julia, e como elle tal não acceitasse a tia e a creada se arremessaram contra elle, de cujo conflicto se livrou saltando pela janella, ferindo-se por esse motivo.

—Porque não gritou? objectou-lhe o capitão.

—Para não fazer escandalo e para que me não imputassem estas mortes!

Assim se denunciava estupidamente porque se estivesse em plena posse das suas faculdades bem veria que não devia mostrar ter conhecimento das mortes, se se propunha a passar por innocente.

A agonisante creança affirmou que nunca sua querida mãe tinha meditado sequer em semelhante casamento, e que em casa todos tinham medo d'elle.

A'cerca das acções de que acima fallamos disse o monstro que lh'as dera sua tia por conta do dote de Julia.

Da casa das victimas levaram Mattos Lobo para o quartel do Carmo, onde após uma infinidade de contradicções disse que matára toda aquella gente por ciumes, e tentou diffamar as martyres que barbaramente apunhalára.

Mas de novo interrogado já disse diversamente. Lembrou-lhe contar que havia em casa de D. Adelaide um hospede, e que tendo-se envolvido todos em desordem o hospede matou a familia... Que ainda elle quiz acudir, mas como achasse tudo morto fugira, para evitar incommodos.

Os interrogadores vendo-lhe as calças encharcadas em sangue, de modo que repassava até á carne, pediram-lhe a explicação d'isso, ao que elle, não tendo prevenido a pergunta, respondeu descaradamente—que não sabia.

E o hospede, quem é, e onde estará?...

—Não o conheço, mas ouvi dizer que é provinciano, disse elle.

No entanto peorava a pobre Julia, no mais completo estado de lucidez, e sempre lamentando a mãe, o irmão e a creada.

Pelas tres horas da madrugada, foi novamente conduzido o assassino á presença das victimas, e á sua vista procederam os medicos a exame de corpo de delicto, verificando que a pobre menina recebera quatorze punhaladas, e as outras tres estavam crivadas com mais de trinta golpes cada corpo!

A juvenil Julia ainda teve coragem para ratificar o que tinha dito.

Mattos Lobo, voltando-se para ella, disse-lhe sem commoção —*A prima bem sabe porque isso foi.*

Era dia claro quando o facinora foi reconduzido ao quartel do Carmo. O povo apinhado na rua, queria lynchal-o e só a muito custo conseguiu a auctoridade evitar que assim acontecesse.

Na tarde de 26 deu elle entrada na cadeia do Limoeiro, operação difficilima, porque o povo queria á viva força fazer justiça por suas mãos.

Durante oito mezes e mais de meio que esteve preso ora negava os crimes, ora os envolvia em historias de momento, e escrevia artigos para os jornaes, todos contradictorios, e insultuosos para as auctoridades, empregados da cadeia, mas tudo sem arte nem correcção.

Tinha alternativas que uns attribuiam a remorsos, outros ao terror do patibulo. Durante esses periodos tentava suicidar-se, pelo que foi mister vestir-lhe um colete de forças.

Julgado em 1.ª instancia foi condemnado á morte, e na Relação, para onde appellou, teve a sentença confirmada. Recorreu ao Supremo Tribunal sem resultado. Este tremendo desengano, teve-o no dia 4 de março de 1842.

Mattos Lobo, apesar da hediondez do seu caracter, teve protectores que ainda conseguiram demoral-o na cadeia perto de nove mezes. Em janeiro d'este anno os protectores do assassino deram-lhe esperanças de commutação de pena, por causa do movimento politico dos Cabraes.

Mattos Lobo andava então desaforado sem guardar conveniencias nem respeitos a pessoa alguma. Breve lhe cahiram as esperanças porque apesar da restauração cabralina, e da influencia politica dos protectores os magistrados mantiveram se independentes. Mattos Lobo cahiu no maior desespero, e tinha crises de rancor contra toda a gente. Os sacerdotes que tentavam despertar-lhe o espirito para o arrependimento perdiam tempo inutilmente, porque o assassino nem os queria ouvir. Apenas o prior de Marvão com quem em tempo tinha mantido estreitas relações lhe merecia confiança; a elle se confessava, e d'elle recebia soccorros espirituaes, que não seriam *grande cousa* attendendo a que o padre tinha chronica escandalosa, e contava varias prisões por diversas proesas.

Pelos modos, não sabendo como livrar-se da ultima, teve artes de fingir-se liberal, e como tal foi solto em 1833.

Todo o mez de março levou Mattos Lobo a escrever cartas e artigos no seu genero e estylo.

A 14 de abril foi lida a sentença de morte ao condemnado, e Mattos Lobo desmaiou. Levaram-n'o para o oratorio e então quiz que o prior dos Martyres o ouvisse de confissão, mas este negou-se dizendo que lá tinha elle o seu amigo e confessor prior de Marvão.

No oratorio estava um sacerdote, cuja piedosa eloquencia, conseguiu commover o bandido, que então orou com fervor a ponto de fazer uma confissão de seus crimes por escripto.

No dia 11 de abril pelas 11 horas da manhã sahiu do oratorio para o patibulo, sendo tal o seu estado de fraqueza que tiveram de transportal-o em cadeirinha.

Dava meio-dia quando chegou á rua de S. Paulo, onde tinha de dar tres voltas em frente do predio onde commettera os nefandos crimes. Da janella do quarto da desventurada menina Julia o padre thesoureiro dos Martyres, que tinha sido amigo do réu, antes do crime, leu a declaração a que acima alludimos e na qual Mattos Lobo confessava ter sido o unico auctor d'aquellas mortes, *repentina e inevitavelmente arrebatado por circumstancias graves de momento, e por força de uma cega e louca paixão, originada de muito antes, mas que tocára então o seu termo, sem ideia alguma de roubo.*

Em baixo o condemnado ouviu tudo impassivel, como que já alheado das cousas do mundo. Dos labios corria-lhe uma baba sanguinolenta, e o rosto, cavado pelo terror, e quiçá pelo remorso, apavorava os circumstantes.

Estava a forca armada no caes do Tojo, á Boa Vista.

Havia outro caes do Tojo n'esse tempo, onde era o local da forca permanente.

Este era no sitio da estação principal dos caminhos de ferro de Santa Apolonia, na freguezia de Santa Engracia. O dia 15 de abril, dedicado a esta padroeira, é santificado na sua freguezia, e por isso não podia funccionar a forca. D'aqui resultou que o patibulo se armou no outro caes do Tojo, actualmente modificado tambem pelo Aterro, mas que era ao pé da Rocha do Conde de Obidos, na freguezia de Santos-o-Velho.

Chegado ao ponto final da sua viagem no mundo foi Mattos Lobo entregue ao algoz; mas para que o desgraçado subisse foi necessario leval o em braços.

Em baixo estava o prior de Marvão, muitissimo commovido, com a vista empanada e a pallidez mais aterradora.

Com voz entrecortada lhe bradou:—*Filho!... dize de todo o teu coração—Virgem Maria encaminha a minh'alma!*

E de repente cahiu fulminado por uma apoplexia.

A plebe inventou que Mattos Lobo, quando viu cahir morto o amigo, tivera viva impressão de alegria no semblante...

Momentos depois cumpria-se a lei.

O assassino morria tambem assassinado, e a *Justiça* desempenhava o mesmo acto que punia...

Dois medicos distinctos da epocha, os drs. João José de Simas e Francisco Martins Pulido, tomaram conta do cadaver de Mattos Lobo para experiencias scientificas no cerebro. Agitavam-se então, em todo o seu apogeu as questões phrenologicas, e os dois sabios procederam á dissecção do corpo, na mesa anatomica do hospital de S. José nos dias 17 e 18, com assistencia numerosa de alumnos e medicos.

D'este exame averiguou-se que o organismo cerebral de Mattos Lobo tinha todos os caracteres proprios do criminoso-nato, pronunciando-se as tendencias para a destruição. As faculdades moraes e intellectuaes estavam em manifesta desproporção, de onde resultava um terrivel desequilibrio.

Se estes crimes se dessem actualmente, Mattos Lobo teria sido observado pela medicina, e a lei não perpetraria um crime inutil. Do exame a que se procedeu no craneo do matador resultou uma das mais tremendas accusações contra a pena de morte.

Matar, por simples desejo de carnagem, não é natural ao individuo em pleno equilibrio das suas funcções de cerebro.

A mesma paixão de Mattos Lobo pela prima viuva tinha todos os symptomas da morbidez espiritual. Mas n'esse tempo não havia um Lombroso, nem um Cabedi, nem um Julio de Mattos. O dr. Pulido, que deixou fama, era medico alienista, mas não estava iniciado nos importantes estudos da psychiatria moderna, sciencia que ainda não estava creada. Tinha-se feito bastante com as investigações sobre phrenologia, mas bem longe estavam as descobertas psycopathas das escolas italiana e franceza, a primeira muito mais sympathica do que a segunda.

Francisco de Mattos Lobo, embora repellente e temivel, não passava de um doente, irresponsavel, que deveria ser submettido a tratamento antes de condemnado. Os seus ataques de altivez, carácter aggressivo, tudo n'elle eram indicios de um estado de epylepsia, entrecortada de periodos de remittencia, mas inteiramente accentuada.

O desconnexo das respostas, a irreflexão do procedimento, as tentativas de suicidio, provam demasiado o mal que o arrastava. Mas quem pensava em similhante assumpto no anno de 1842, e principalmente em Portugal?

Quarenta e quatro annos depois assistiamos nós ahi a um processo celebre—o de Marinho da Cruz, e vimos como a sciencia medico-legal foi maltratada pela rotina, acastellada nos poeirentos codigos romanos. Em apoio da humanitaria sciencia moderna se pronunciaram medicos distinctissimos, e irradiaram scentelhas de eloquencia do espirito sublime do primoroso poeta e advogado Thomaz Ribeiro, mas a teimosia da *lei* passou por cima de tudo—carro triumphal da Vindicta.

A *lei* gravou nas *taboas de Moysés* dos tribunaes que quem mata é reu—e d'aqui não ha demover o espirito conservador.

Veiu a sciencia declarar que, na maior parte dos casos o matador é um enfermo. E contra esta voz erguem se as pedras do velho mundo...

Antigamente, os juizes e juris manifestavam o seu horror pelo homicidio, lavrando a condemnação á morte do homicida...

Isto é—fazendo impunemente, o que elle fizera sem impunidade...

No entanto a psychiatria não reclama a liberdade do criminoso-nato, mas a sua reclusão em hospicios apropriados, onde a sociedade não exerça as odiosas funcções de carrasco.

* *

Em Alcantara, dentro das muralhas de D. Fernando, tiveram os frades trinos o seu convento, fundado em 1582. Começou por uma egreja, construida em acção de graças, por um varão chamado Rodrigo Homem de Azevedo. Pela data se vê quão afflictiva era então a vida dos portuguezes. Philippe II exercia as maiores atrocidades na pessoa de todo e qualquer patriota, que ousasse manifestar descontentamento ou resistencia ao seu malefico proceder.

Rodrigo Homem d'Azevedo era portuguez de alma e coração, zeloso partidario de D. Antonio, grão-prior do Crato e consequentemente adversario do castelhano. O usurpador, que tinha por sua conta legiões de delactores, conhecia os nomes dos leaes portuguezes, e não perdoava a ninguem, homem ou mulher, desde que farejasse uma suspeita de revolta.

O pobre Rodrigo foi preso um certo dia, e encarcerado com outros muitos que estavam incursos no mesmo crime de civismo. Já se sabe que em casos taes não se pensava em julgamentos nem cousa que o valha. Processo summario. Enchiam-se os carceres n'um dia, enforcavam-se ou deitavam-se ao mar os presos no dia seguinte, para que os novos prisioneiros tivessem logar... por algumas horas. Economia de tempo, de escripturação e de fórmulas judiciaes!

O Azevedo, porém, lá descobriu meio de evadir-se, e conseguiu salvar-se das garras tigrinas dos castelhanos. Por esse motivo mandou construir uma egreja sob a evocação de Nossa Senhora do Livramento.

Morreu de provecta edade, e deixou bens avultados á sua viuva D. Margarida de Alcaçova, e esta, muito devota da ordem dos trinos, deixou-lhes varios terrenos em roda da egreja para que ali construissem os frades um mosteiro. Em 1642 concluiram elles as obras e se installaram na sua nova casa. A egreja precisou de obras, que lhe foram feitas, em 1698.

Sabe-se que o convento era grande e solidamente construido, mas o terramoto derrocou-o pelas bases e tornou a ser reedificado.

E eis como o nome da rua do Livramento a Alcantara nos traz repercussões de uma epoca fatal e calamitosa, martyrologio de sessenta annos, durante os quaes o organismo portuguez contrahiu enfermidades moraes de que não mais se curou radicalmente!

*
* *

Alcantara, que hoje faz parte de Lisboa, era ha poucos annos um dos arrabaldes. Ficava fóra das muralhas de D. Fernando.

Todos ahi se lembram da ponte que formava a barreira de Lisboa, sobre o *caneiro de Alcantara*, de mephitica memoria.

Al-cantara é palavra arabe que significa *a ponte*. Ficou com o nome que lhe davam os mouros, como afinal muitas palavras do seu idioma vieram até nós mais ou menos deturpadas.

A grande ponte de Alcantara é celebre pelos combates de 14 de maio de 1805, e 10 de junho do mesmo anno. Ali se encontraram os heroicos soldados da *Leal Legião Lusitana* com as tropas invasoras, ás quaes applicaram uma soberba derrota. Ficou memorado o valor e sangue frio dos nossos, n'essas duas batalhas.

Tambem aqui se deu a desgraçada batalha de 25 de agosto de 1580, na qual ficou derrotado D. Antonio, prior do Crato, e com elle vencido o nobre Portugal durante sessenta annos.

O combate tinha sido um arrojo da parte dos portuguezes, e só se póde explicar por fanatismo patriotico. Quatro mil homens apenas compunham o exercito de D. Antonio, e esses mesmos mal armados, sem conhecimentos militares, e eram estes a fazer face a vinte e dois mil soldados do duque de Alba, bem instruidos, bem armados e bem alimentados!

Além do que não era só a força militar como tambem a maritima, constando de uma forte esquadra, que enchia o rio de Alcantara, ao tempo muito maior que modernamente. Alcantara estava ainda quasi deshabitada. Só depois da restauração se foi povoando, principalmente desde que D. Affonso VI foi habitar o palacio real do Calvario.

D. Pedro II tambem gostava muito do sitio, e aqui passava a estação calmosa; morreu n'este palacio. Pouco a pouco se foi enchendo de arruamentos até que em 1755 já formava uma parochia extra-muros.

Cerca de oitocentos metros acima da celebre ponte, ha outra mais pequena, sem luxo de architectura. Sobre a guarda de cima d'esta ponte ha uma columna com a inscripção: *Foi construida esta ponte no anno de 1821.*

Na ponte que teve as barreiras esteve uma estatua collossal de S. João Nepomuceno, primoroso trabalho de esculptura feito pelo insigne esculptor João Antonio de Padua, e collocada em 1743. No pedestal mandaram os moradores do bairro pôr uma inscripção que dizia:—A S. João Nepomuceno, novo thaumaturgo do mundo, dominador da terra, do fogo, da agua e do ar, e sobretudo aplacador dos mares, um seu devoto, reconhecido para com o seu protector, ergueu estatua, no anno de 1743, depois de salvo.

O artista que fez esta estatua notabilisou-se em verios trabalhos de merito superior, como os celebres pulpitos da egreja do collegio de Santo Antão de Lisboa, o trabalho esculpturado da capella-mór da egreja de S. Domingos, as imagens da capella-mór da Sé de Evora, etc. Pedro Antonio Luques, habil artista cinzelador, cooperou brilhantemente em todos os principaes trabalhos de Padua.

Em face do antigo palacio real, que depois de restaurado dos estragos do terramoto passou ás mãos de Francisco José Dias para estabelecer ali uma fabrica de chitas, e que perdeu a posse por não cumprir a clausula, está o convento, hoje recolhimento do Calvario. Fundou-o D. Violante de Menezes e sua filha D. Maria

Magdalena, no anno de 1600. Teve quarenta e tres madres para serviço de sachristia.

Não lhes pedia o corpo martyrio ás santas freirinhas.

O recolhimento do Calvario é bem conhecido actualmente como internato de educação do sexo femenino. Muitas meninas pobres e orphãs ali teem recebido uma educação que as habilita a grangear meios de honesta subsistencia. O tratamento é rasoavel, e a habitação hygienica quanto o podem ser estabelecimentos com ares de prisão. Emfim os annos do internato são preenchidos com a applicação das raparigas a trabalhos uteis e imprescindiveis á vida domestica.

Não se fazem ali sabias nem grandes artistas, mas instruem-se creanças que cá fóra terão de luctar com falta de recursos pecuniarios, e que só devem contar com as forças proprias para a solução do trabalhoso problema da existencia.

Depois ha ali uma austera honestidade que imprime ás donzellas um sentimento de probidade assás sympathico e recommendavel na vida pratica.

Adiante fica o convento das flamengas ou Sallessias, não menos conhecido do que o Calvario.

Foi fundado em 1582 por Filippe II, o terrivel—*demonio do meio dia*, como o cognominaram os seus contemporaneos. Cousa notavel! Este homem, tyrannia personificada que nem poupou o proprio filho, incapaz de um sentimento humanitario, e feroz como a besta fera, era fanatico até ao exaggero! Pensava, o maldicto, que a troco de dádivas, de conventos, de exterioridades, poderia subornar Deus como subornava os homens! Em Lisboa foram aos centenares as suas victimas, de todas as edades, de ambos os sexos, de qualquer posição; e seguidamente ás carnificinas, muitas d'ellas clandestinas, mandava dizer missas e allumiar altares!

No anno indicado vieram para Lisboa as freiras de um convento em Anvers (Flandes), fugindo ás revindictas do lutheranismo triumphante. Philippe achava-se n'essa occasião na capital, por desgraça dos lisboetas, e o malvado, que não se apiedava das virtuosas damas portuguezas que choravam a perda da autonomia patria, antes lhes applicava cruentas torturas, conpungiu se da situação das freiras flamengas, pelo que lhes mandou construir um convento onde coubessem todas as forasteiras que eram trinta e tres, professas da ordem de Santa Clara.

Deu-lhe boas rendas e protegeu-as em tudo. Quando o governo liberal supprimiu as orgens religiosas o mosteiro ficou como estabelecimento de ensino, que já era. Ali se educam meninas de familias abastadas, as quaes recebem uma educação de sala.

As recolhidas ou freiras são estrangeiras quasi todas ou todas, e muito prendadas de modo que as educandas ficam sabendo fazer muitas cousas bonitas, lavores, bijouterias e algumas d'ali sahem mui rasoaveis pianistas.

A educação litteraria não vae além do vulgar, mas aprendem linguas, principalmente a ingleza. Meninas da primeira sociedade ali teem recebido uma esmerada educação.

E fallando um pouco ainda de Alcantara notemos quão diverso é este sitio do que foi ainda ha poucos annos!

Pinho Leal falla-nos do forte do Sacramento como quem o viu ainda, embora desmantellado. Conta-nos como elle foi edificado em 1650, sob a direcção dos engenheiros João Gillot, hollandez, Legart, francez, o jesuita belga João Cosmander, superintendendo o grande general D. Antonio Luiz de Menezes, marquez de Marialva.

Este bravo fidalgo tinha cedido parte de uma quinta sua que chegava á beira do Tejo, e onde tinha casas de residencia. Ali organisou elle uma conspiração contra Philipp IV, mas que não chegou a produzir effeito porque abortou.

Era n'esta quinta que os conjurados se reuniam sob uma copada arvore ao fundo da quinta, quasi na margem direita do Tejo. A conspiração abortou mas a arvore historica ainda existe sobre a muralha, como uma recordação gloriosa dos briosos portuguezes de então.

Pinho Leal, incansavel investigador e patriota a valer, escrevia isto em 1873... Tudo desappareceu, fortaleza, arvore e brios! As obras do aterro cortaram o forte, que está em parte substituido pela parada do quartel dos marinheiros, e a arvore, essa tem como reliquia um bocado do tronco em montra de um alfarrabista da rua dos Retrozeiros, conhecido da repaziada pelo—Frade.

Dos brios... nem memoria resta!

Esquecia-nos dizer que a estatua de S. João Nepomuceno foi arrancada de cima da ponte e mudada para o museu do Carmo. Ouvimos que a operação foi feita com tanta delicadeza que a estatua ficou truncada.

As portas desappareceram e Lisboa entrou por ahi dentro como rainha absoluta, espalhando perolas do progresso por esse bairro, outr'ora mal cheiroso e retalhado de ruellas que a gente pacata não percorria sem susto.

Quando o auctor do *Portugal antigo e moderno* escreveu, as barreiras de Alcantara terminavam a capital por aquelle ponto. Belem era um municipio á parte, e constituia de per si só uma populosa cidade, desenvolvida depois do terramoto, pois que em 1751 não tinha mais que duzentos e dez fogos.

Conveniencias politicas determinaram a juncção d'aquelle concelho ao 4.º bairro de Lisboa, e um bello dia desappareceram as portas e os velhos *guarda-barreiras*, que as innovações substituiram em outros pontos pela guarda fiscal. Quem hoje quizer tratar de Lisboa tem de fallar de Belem, e realmente muito lhe cumpre dizer.

Toda a gente d'aqui conhece o local, d'antes denominado *barra* ou surgidouro de Rastello ou Restello. Havia ali uma capella, fundada pelo infante D. Henrique, e por elle dada aos freires de Christo, de cuja ordem era grão-mestre. Depois da morte do infante, e reinando D. Manoel, este monarcha deu a capella aos monges de S. Jeronymo, e aos freires, como compensação, a egreja da Conceição velha de Lisboa.

Bem celebre tinha de ficar esta praia pela partida das primeiras naus idas á descoberta da India! Era a praia desafogada, como o sitio todo, e n'essa explendida manhã primaveril de 1497 estava replecta de fidalgos, clero, tropa e plebeus, cavalleiros e peões, cuja variedade de trajes, resplendor de ornatos, destacando-se os cavalleiros com seus ricos fatos recamados de pedrarias, longas plumas fluctuantes, uma grande harmonia de velludos e setins, devia produzir deslumbramentos. No Tejo, refulgurando em tremulos murmurios, ungido pelos beijos de um sol immaculado, o velame das naus abria-se como azas da aguia das conquistas. E todos aquelles corações appellavam para a virgem do Rastello, e todos aquelles olhos de mães, de esposas, de filhas, de noivas, de irmãs, fitavam o mar com uma interrogação angustiada, e a capellinha com uma supplicante anciedade! Quantos beijos ali foram os ultimos, quantas despedidas o verdadeiro adeus!...

Tudo passou! conquistadores e conquistados, rei e povo, ditosos e infelizes, nobres e plebeus, todos os protogonistas e espectadores da epopeia gloriosa e tragica que ali se prologou foram de ha muito levar á terra uma camada de materia!

*

* *

Em Belem ha um sitio que durante muitos annos era apontado com horror. Referimo-nos ao *Chão Salgado*.

Encontra-se na rua Direita de Belem, e lá mandou a camara, depois do meado do seculo XVIII, collocar uma memoria, recordação de uma das mais atrozes vinganças do marquez de Pombal.

Entre o largo do chafariz e a travessa a Este, junto da calçada do Galvão, estava o palacio do duque de Aveiro, que occupava toda essa área. Alli mesmo é que foi collocada a *ignobil* memoria, depois de arrasado o predio e salgado o terreno: Uma columna cylindrica da altura de cinco metros, rematada em fórma de pyra, e rodeada de cinco anneis de pedra, symbolisando as cinco pessoas da familia do duque de Aveiro, que tomaram parte na conjuração contra D. José I.

No plynto da columna gravou-se o seguinte:

Aqui foram arrasadas e salgadas
as casas de José de Mascarenhas,
exauctorado das honras de duque
de Aveiro e de outras,
condemnado por sentença proferida
na suprema junta de
inconfidencia, em 12 de janeiro
de 1759.

Justiçado como um dos chefes do barbaro e execrando desacato que na noite de 3 de setembro de 1758 se havia commettido contra a real e sagrada pessoa de D. José I.
N'este terreno infame se não poderá edificar em tempo algum.

O attentado contra D. José é um problema para resolver. Sabem todos que Sebastião José de Carvalho e Mello era fidagal inimigo da nobreza, que lhe pagava na mesma moeda. Ancioso por dominar-lhe o poder e prestigio de que gosava ainda essa classe, não perdia ensejo de abatel-a. E o mesmo com respeito aos jesuitas. Ora a conspiração de 3 de setembro forneceu-lhe tão bons meios de exercer a sua vingança que a gente fica a pensar se não andaria em todo esse desgraçado acontecimento alguma influencia machiavelica!

D. José andava, um pouco desviado do redil matrimonial; e na côrte não era mysterio a sua predilecção pela formosa condessinha, filha dos Tavoras e mulher do conde de Atouguia. A rainha vivia desgostosa, os Tavoras envergonhados, e o marido, sem duvida, revoltado. Nada seria de espantar que os interessados tirassem partido da situação.

Emfim, D. José sahiu da quinta real da calçada do Galvão na noite de 3 de setembro de 1758; ia em coche, acompanhado do seu creado particular e confidente Pedro Ferreira. A pouca distancia, n'um campo, onde está a egreja da Memoria, dispararam-lhe alguns tiros de bacamarte sobre o trem. Eram pelos medos tres os assaltantes, mas um errou fogo, e todos creados do duque de Aveiro e do marquez de Tavora. O coche ficou furado, mas el-rei só recebeu um ferimento no braço esquerdo.

Voltou o trem para a Junqueira, e assim ficou sem effeito o segundo attentado que devia dar-se mais adiante, na previsão de mau exito do primeiro.

Não primavam em tactica os conspiradores, porquanto lhes não occorreu a lembrança de que el-rei poderia retroceder, visto ser mais seguro voltar ao ponto de onde partira.

El-rei foi para a Junqueira e recolheu a casa do marquez de Angeja, que habitava o antigo forte, e lá recebeu curativo, depois do que regressou ao paço.

No dia immediato sabia se do caso em toda a Lisboa, e corriam boatos insistentes de que os auctores tinham sido os Tavoras. Quem os espalharia? As intrigas da côrte não chegavam ao conhecimento do povo, e os nobres mais depressa tomariam a defeza do velho marquez do que se poriam ao lado do ministro que odiavam.

O marquez de Tavora correu logo de manhã ao paço afim de apresentar os seus sentimentos a el-rei, e prestou-se a procurar os auctores do regicidio frustrado, mas o marquez, que o recebeu hypocritamente, recommendou-lhe que não desse passo em tal caminho porque a rainha attribuia o caso a questão de infidelidade, e era necessario não produzir escandalo.

...Chama-se a isto revolver o punhal da affronta com a frieza de um operador cirurgico. O marquez de Pombal procedeu secretamente; deixou sahir o duque de Aveiro com a familia para o seu palacio de Azeitão, e não deu signal de proceder contra quem quer que fosse. Tres mezes e dez dias se passaram sem que os desgraçados sonhassem no horrivel fim que o ministro de D. José lhes preparava.

Na madrugada de 13 de dezembro foram cercadas as habitações de todos os membros da familia dos Tavoras, conde de Atouguia, marquezes de Lorna, condes de Obidos, condes da Ribeira, do Calhariz, desembargador Antonio da Costa Freire, de outros fidalgos, e bem assim todas as casas dos jesuitas.

Os ministros dirigiam o movimento, e prenderam os fidalgos, esposas e filhos, e todos os creados que eram indicados na lista.

O marquez de Tavora, honrado e respeitabilissimo ancião, sahia de um baile em casa de uma aristocratica familia ingleza, e informado do movimento de tropas correu ao paço a queixar-se da indisciplina, porquanto era elle o inspector de cavallaria. Ali foi preso pelo marquez de Pombal, e entregue ao conde de Soure e a D. Luiz da Cunha, que o conduziram á quinta dos Bichos, quinta de Belem, cuja porta defrontava com o caes, e onde estavam já seus filhos e genros, incommunicaveis e guardados á vista.

Na manhã d'este mesmo dia appareceram as paredes das praças e principaes ruas de Lisboa cobertas de grandes cartazes narrando o attentado, e declarando que o coche destruido pelos tiros estava patente ao publico na cocheira do paço. Promettia com prodigalidade dinheiro, honras, titulos, postos, uma aluvião de premios tentadores a quem delatasse o que soubesse a tal respeito; e até promettia o perdão a todos os cumplices secundarios que se promptificassem a depôr.

Era *um luxo* de velhacaria... O fio da trama estava em boas mãos, talvez nas proprias que lhe forneceram a materia prima!

Acompanhava este edital um outro prohibindo a todos os portuguezes, residentes no reino, que d'elle sahissem, mesmo que fosse da terra do seu domicilio, sem provarem a sua identidade perante o ministro *ad hoc*, o qual só lhes concederia licença depois de rigorosissimo exame, com todas as declarações de signaes phisionomicos, fins e dias de ausencia.

A marqueza de Tavora velha foi presa para o mosteiro das Grillas; a marqueza nova para Santos; a marqueza de Alorna para Chellas; a duqueza de Aveiro para o Rato, e a condessinha de Atouguia para a Magdalena.

Todas as filhas e filhos menores d'estas desventuradas senhoras foram distribuidos por conventos e collegios, com ordem de serem tratados como plebeus, e privados de relações externas, não tornando a ver suas mães e irmãos!

Que cumulo de selvageria!... Apenas o conde de Villa Nova foi excluido da odiosa vingança, porque estava nas boas graças do marquez de Pombal. Teve, porem, de despedir todo o pessoal do seu serviço, porque tinha servido seu pae, o desgraçado marquez de Tavora. D. Manuel despediu todo, e no mesmo dia tomou creados novos.

Não é sympathica a sua attitude, nem se pode louvar a sua condescendencia em troca de uma vida que heava infamada pela condemnação de todos os seus...

De que massa seria feito o coração d'esse homem para não estalar de dôr perante o martyrio de seus velhos paes, e de gentilissimos mancebos que a compaixão humana ficou lamentando.

A casa dos *Vinte e Quatro* e o juiz do povo representaram a el-rei o seu sentimento, e pediram que os reus fossem desnaturalisados, e que contra elles fosse admittida toda a qualidade de prova, afim de serem castigados sem misericordia.

Isto era gente do povo... nem sabemos como estes humanitarios varões se esqueceram de celebrar com *Te Deums* os morticinios do Porto, por occasião da revolta contra a companhia real dos vinhos do Alto Douro!

Elle o grande ministro não precisava da approvação da casa dos *Vinte e Quatro*, nem procedia por suggestões do juiz do povo. *Juiz unico* se considerava elle, e por sua deliberada actividade se fez processo, provas, condemnação, tudo a vapor e sem necessidade de interrogar os accusados nem citar testemunhas.

O horror d'estas execuções, que não teem similares na historia moderna, e que foram muito além dos horrorosos supplicios da edade média, nem se descreve. Foi escolhida a madrugada de 13 de janeiro de 1755 para a carnificina. A marqueza de Tavora (D. Leonor), seu esposo, velho general que na India, quando governador, se houve heroicamente, bem como a nobre senhora, Luiz Bernardo de Tavora e José Maria de Tavora, filhos dos marquezes, ambos bellos, na flôr da mocidade, aureoladas de longos e annellados cabellos louros, illuminados de ideaes brilhantes, e sem crimes nem maus sentimentos, o conde da Athouguia, o duque de Aveiro, Manuel Alves Ferreira, guarda roupa do duque, um cabo de esquadra ás ordens do joven marquez Luiz Bernardo de Tavora, cujo nome era Braz José Romeiro, João Miguel, *moço de acompanhar o duque*, e Antonio Alvares, todas essas victimas do odio mais cruel que póde conceber-se, foram torturados ultra-horrivelmente, despedaçados, queimados e lançados ao Tejo depois de reduzidos a cinerarios destroços.

Serviu de oratorio a quinta dos Bichos.

Só perto das cinco horas acabaram os algozes a sua infamissima tarefa. Trabalharam á lufa-lufa desde o raiar da luz matinal.

A salga do terreno occupado antes pelo palacio do riquissimo duque de Aveiro tinha em vista impedir que ali se desse qualquer plantação de futuro. Seus bens e os dos Tavoras passaram para a fazenda real... O dinheiro e boas propriedades não estavam incursas nos anathemas régios...

D'este mesmo sitio partiram os jesuitas expulsos de Portugal

por decreto de 3 de setembro do mesmo anno, anniversario do attentado. Tambem foi ponto de reunião da familia real, comitiva de D. Maria I e principe regente D. João VI, quando fugiram a toda a pressa para o Rio de Janeiro, pela entrada do exercito francez em Portugal.

E eis a origem da egreja da Memoria, dedicada á Senhora do Livramento e S. José. Não foi edificada pela rainha D. Marianna Victoria, esposa de D. José I, mas por sua filha D. Maria, no anno immediato ao supplicio, que foi quando ella se matrimoniou com seu tio D. Pedro. D. José I premiou Sebastião José de Carvalho e Mello com o titulo de conde de Oeiras.

O risco do templo foi feito por um engenheiro italiano, João Carlos Bibiena. E' simples e elegante.

Logo que D. Maria I subiu ao throno tratou de modificar todos os actos do governo do marquez de Pombal. A camara de Belem começou a conceder licenças para se edificarem casinhotos no terreno defeso, e assim se foi enchendo a pontos de encobrir a columna, ficando esta pela rectaguarda d'um casebre, no pateo d'uma antiga locanda que tinha entrada pelo largo do Chafariz. Isto ainda assim estava ha vinte e tantos annos.

Desviando os olhos de toda esta sinistra historia, erguemol-os para o esplendido monumento historico que proximo está—os Jeronymos—poema de architectura, levado ao sublime! Eil o, o magestoso representante das glorias nacionaes, motivo de perpetuo orgulho á luzitana gente!

Aquelle templo, aquelle mosteiro, synthetisam uma historia émula das legendas dos tempos heroicos. Está ali a alma de Portugal—consagração de todas as energias, de todos os arrojos. Mas tambem ali está a consciencia da historia interrogando severamente os netos dos heroes. Sobre a columna que divide a porta levanta-se a estatua do sabio e casto infante D. Henrique como que perguntando:—«Que heis feito da obra colossal, caboucada em Aljubarrota com a espada do glorioso mêstre e do condestavel Santo, accrescentada, mares fóra, pelos sulcos das naus de Vasco da Gama, coroada na India pelo heroismo de Affonso de Albuquerque, e santificada com a honra de D. João de Castro!... O talisman que vos dei, portuguezes, que uso d'elle fizestes?... Maldição, maldição sobre os degenerados que renegaram, e arruinaram a obra dos heroes!»

E lá dentro os grandes homens estremecendo nos seus tumulos repetem as anáthemas. Herculano, o esculptor da historia portugueza, Camões, o creador da immortalidade dos novos argonautas, Vasco da Gama, um nome que symbolisa um cyclo de heroicidades, todos esses nos accusam da actual cobardia!

A obra dos Jeronymos não se descreve... é preciso vêr-se. O burilado da abobada que lhe forma o tecto, com o lindo ornato de laçarias sustentando se em oito columnas de marmore de côres, é talmente bello, talmente difficil na execução que não ha quem não o admire.

E de estylo manuelino é feito, o edificio, com a elevada opulencia correspondente ao facto que memora. D. Manuel, seu fundador, quiz perpetuar assim a descoberta do caminho da India que tão precioso—tão fatal—tinha de ser á vida nacional. Não teve tempo o feliz monarcha para completar o seu grandioso monumento. A capella é do tempo da rainha D. Catharina, mulher de D. João III. Bem pode chamar-se-lhe uma heresia artistica n'aquelle meio.

O espirito d'esse trabalho notabilisa-se pela mesquinhez em relação ao conjuncto. De resto é pesada aquella enormidade de columnas que prefazem o numero de trinta e duas.

Os claustros são lindos e magestosos e ainda hoje quem percorre aquelle soberbo monumento como que se sente engrandecer.

O acabamento das obras gigantescas, e as modificações necessarias para adaptar os Jeronymos ao fim que lhe destinaram modernamente, foram de sensata realisação, e sob a mais rigorosa imitação do estylo manuelino.

Hoje a Casa Pia não tem estabelecimento superior, nem em primores de architectura, nem em assumptos de regulamento interno. E' um instituto modelo sob todos os pontos de vista. D'elle sahem verdadeiras capacidades, e é de notar que os educandos da Casa Pia trazem comsigo uma *bagagem* de honestidade que lhes fornece sentimentos de honra e habitos de trabalho para toda a vida.

Este piedoso estabelecimento tem aulas de agricultura, de preparatorios, de artes e officios, de musica, e é mantido por conta da Santa Casa da Misericordia, e com o rendimento de importantes legados, que teem sido administrados com zelo e intelligencia.

Não é muito distante do mosteiro a formosa torre de Belem, obra de D. Manuel, que a viu concluida um anno antes da sua morte.

Foi edificada no meio das ondas, comquanto a vejamos actualmente em um pontal. E' mui curiosa e magnifica a sala régia d'esta torre, talhada em quadrado, com o tecto ellyptico. Uma particularidade n'ella ha, que é raridade acustica — duas pessoas que se colloquem cada uma a seu canto ouvem-se distinctamente, por mui baixo que fallem, sem serem ouvidas por outras que estejam entre ellas. E' claro que não foi construido o aposento para dar este resultado, proveniente de condições acusticas puramente casuaes, mas tem graça e é unica, que não temos conhecimento de outra casa onde se observe phenomeno egual.

A rainha D. Catharina, mulher de D. João III, fundou em Belem uma *mercearia* para vinte *merceeiros*, cada um contemplado com cinco alqueires de trigo, e 1$600 réis por anno, casas, medico e outros beneficios. Já antes outra tinha sido estabelecida aqui por um infante e destinada a beneficiar onze *merceeiros* que tinha cada um cinco alqueires de trigo, duas canadas de azeite, dois almudes de vinho, e 1:100 réis em dinheiro, casas com quintaes, barbeiro, medico e cirurgião.

Em 1833 acabaram com estes pios estabelecimentos e os contemplados ficaram reduzidos á mendicidade.

Lisboa estende-se actualmente até ás portas de Algés. O que outr'ora foi inhabitado e apenas concorrido por alguns cultivadores ou foragidos, é hoje ponto de reunião da sociedade de Lisboa. Predios lindissimos, arborisações nas ruas, todo um bairro hygienico, moderno, povoadissimo, bem servido de comboios e carros de viação, e com a ampla e magestosa vista do Tejo, tal é hoje aquella área.

A ponte de Algés, jardim, são sitios formosissimos onde em dias de descanço se encontram innumeros individuos que nos dias uteis estão presos ao balcão ou ás bancas dos escriptorios.

Deixando agora este aprazivel sitio, com os seus elegantes chalets, restaurantes e arborisações, voltaremos pelo caminho percorrido e iremos até ás portas de Xabregas, em frente das quaes vemos um portão gradeado, entrada para o edificio do antigo mosteiro da Madre de Deus, hoje asylo de D. Maria Pia.

Foi o mosteiro fundado por D. Leonor, irmã d'el-rei D. Manuel, e do malogrado duque de Vizeu, assassinado em Setubal por D. João II de quem a infeliz senhora era esposa e prima. Começou a construcção no anno de 1508, e concluiu-se no anno seguinte, tendo a rainha comprado umas casas que Alvaro da Cunha possuia n'este local.

O pontifice Julio II concedeu licença para a edificação do convento, destinado a monjas da ordem de S. Francisco. Inaugurou-se com sete sorores vindas de Setubal.

A rainha D. Lenor ficou sepultada em coval no claustro do mosteiro, á entrada do capitulo, e a seu lado tem a sepultura de sua irmã D. Isabel, viuva do desventurado D. Fernando, duque de Bragança, decapitado em Evora por ordem de D. João II.

O templo foi mandado concluir por D. João III, e é talmente notavel aquelle edificio, que merece especial attenção das pessoas cultas.

O pouco cuidado na descripção dos nossos monumentos dá em resultado que, a maior parte da população passa em face d'elles sem avaliar das riquezas artisticas e historicas que elles encerram. Em outros paizes ha quem se dedique a serio a vulgarisar esse conhecimento, mas em Portugal nada se trata com espirito patriotico, e propositadamente se mantém a ignorancia publica, e se lhe alimenta a curiosidade com cousas dissolventes e desmoralisadoras.

Quem desejar visitar a valer este edificio da Madre de Deus, deve obter auctorisação para entrar pelo portão indicado, em frente das portas da Cruz da Pedra, o qual o põe em communicação com dois tunneis, um á esquerda, que é parte integrante da mesma estrada, e outro opposto, que é uma especie de vestibulo de uma das camaratas do asylo. Em ambos encontra o visitante primorosos azulejos. Os do primeiro teem a facha da largura de dois azulejos, formados por grupos de folhas enrolando-se em fórma de volutas; na parte envolvida mostram successivos desenhos eguaes

symetricos entre si, compondo-se de dois anjos assentados em volutas e sustentando outras que se ligam coroando um vaso de flores. São estes azulejos do meado do seculo XVI, e vieram do convento das Grillas.

Nos azulejos do outro tunnel, vindos da mesma casa, são eguaes as facnas, tambem azues e brancas, mas cada desenho mostra dois golpinhos ligados a cornucopias de onde sahem figuras de mulheres com azas e sem braços, tangentes a uma concha que corôa uma vaso de flores collocado no eixo do desenho. Os azulejos da galeria do claustro, da mesma côr representam assumptos religiosos, e são da primitiva do edificio, verdadeiras preciosidades encontradas ao abandono, antes do governo tomar a acertada deliberação de o destinar para deposito de objectos de arte notaveis e antigos.

Alguns d'estes azulejos devem ser de remota origem, destacando-se os que representam marinhas.

No claustrinho e pavimento ha tambem azulejos de valor, provenientes do convento das Grillas, e no primeiro pavimento as paredes são cobertas de azulejos enxequetados em quatro côres; vieram estes do convento de Sant'Anna e datam de 1561.

Na escada do pateo para o claustrinho veem-se os azulejos que estiveram no palacio do Calhariz, e que representam grandes caçadas aos javalis, emmolduradas em graciosas volutas, conchas, anjos e festões. Attribuem-se ao seculo XVIII, e são lindissimos.

Na tribuna real vê se o hambris formado por seis quadros de côr branca e azul que são—S. Simão — B. M. Catharina de Cardona—Santa Eufrazina—Santa Eugenia—Nondum complecto aetatis e S. Jeronymo.

Estes bellos azulejos estiveram no convento das Albertas, e são do anno de 1584.

Para aqui vieram tambem por ordem superior bellissimos quadros do convento de Sant'Anna. Um representa S. João Baptista de pé. O fundo é de arvoredo, e tem a inscripção seguinte: — *A madre Maria do Sacramento mandou fazer sendo rodeira*—1635. *Internactus mulierum non surrexit maior Joane Baptista.*

2.º — quadro com uma custodia ao centro, com dois anjos aos lados, cada um empunhando uma vela, diz:—*Louvado seja o Santissimo Sacramento.*

3.º — O menino Jesus, dando a mão direita á Virgem, e a esquerda a S. José.

4.º—Uma esphera com os caracteres IHS, e por debaixo a inscripção:—*A madre Eilena de Jesus sendo çancristan mandou acabar esta obra d'este coro na era de* 1645.

5.º—S. Miguel.

6.º—S. Diogo, de habito monastico.

7.º—Santo Antonio, com os seguintes dizeres: — *O Proles — His—Panie.*

8.º—Com uma custodia.

9.º—S. Miguel.

10.º—A scena biblica de Tobias e do anjo.

11.º—S. Raphael.

Ainda ha mais quinze quadros da mesma proveniencia com legendas varias e outros sem legenda.

Do convento das Albertas—ha os quadros—*Jesus no Templo—Nascimento de Jesus—S. Jeronymo em oração—Tres monges.*

Os azulejos que para aqui vieram das Grillas são em numero de 44:763; do Calhariz, 4:754; das Albertas, 1:348; de Sant'Anna, 22:000, ao todo 72:905. Obras de arte que felizmente se não estragaram.

Não são menos admiraveis as obras de esculptura e pintura.

E' de louvar o zelo com que o distincto sr. Pedro Romano Folque, meritissimo engenheiro director dos edificios publicos se tem dedicado a collecciconar n'este extincto mosteiro os azulejos nacionaes, alguns realmente notaveis pelo vigor dos traços, acerto de colorido, e graciosidade do desenho.

Adiante do palacio, no largo que se segue ao arco da ponte do caminho de ferro, encontramos a ponte da Samaritana, obra da mesma rainha D. Leonor, e feita no mesmo anno em que o convento.

Esteve primeiro encostada á egreja, e á beira do Tejo, que então se espraiava até ali. O nome proveio-lhe de ter esculpida uma figura femenina representando a mulher de Samaria a quem Christo pediu de beber, quando ella tirava agua do poço de Jacob, na cidade de Sichar.

O relevo do quadro que se vê no chafariz recorda essa singela e encantadora scena da Escriptura.

Houve antigamente um tanque para as lavadeiras ao lado da fonte. O apainelado do tanque mostrava a *empreza* das armas de D. Leonor, que era uma rede de arrastar. A desventurada rainha queria assim rememorar o tragico fim do filho unico, que soltou o derradeiro alento na cabana de um humilde pescador da ribeira de Santarem, no anno de 1491.

Em 1634 o marquez de Alvito, presidente do senado lisbonense, deferiu o requerimento das freiras da Madre de Deus, para que ellas podessem encanar a agua necessaria aos gastos da sua sachristia.

Como o encanamento ia pela cerca do mosteiro, as freiras, apesar de terem uma fonte abundante no claustro, tiravam quanta agua lhes approuvia.

O publico soffria muito com isso, e representou á camara pedindo providencias. Resultou que por ordem do senado se lhes tirou a agua, e o encanamento foi entupido.

Parece que as monjas acharam mesmo assim meio de subtrahir a agua da fonte, desviando-a para seu uso, porque a vereação que funccionava no anno de 1700 mudou o chafariz para o logar actual.

Esta historica fonte esteve a pique de ser demolida quando se fizeram as obras da linha ferrea, mas um cavalheiro de nome João Cancio de Mattos conseguiu que a Companhia dos caminhos de ferro desistisse da demolição a troco da cedencia do valor da expropriação de uma propriedade do generoso cavalheiro. Seria muitissimo sensivel a falta d'esta fonte aos moradores do logar, que so defronte da egreja do recolhimento do Grillo, hoje egreja matriz do Beato, poderiam ir buscar agua.

De resto a fonte da Samaritana é recordação de uma santa mulher, que tão desgraçada foi apesar de rainha, e que teve de soffrer as mais cruciantes amarguras do coração. Nem d'ella consta um só feito censuravel. O seu nome nunca figurou nas carnificinas da época, nem se ennodoou nas intrigalhas da côrte.

Viveu para chorar e fazer bem, e nunca para exercer vinganças nem deshumanidades. Até na morte quiz ser humilde, e apartando-se de todo o fastigio real, que aborrecia, foi repousar ao lado da irmã, como que protestando contra a crueldade que a ambas ferira nos santos affectos da familia.

Suas são as melhores instituições de beneficencia, entre ellas as misericordias, e por tudo quanto a virtuosa senhora fez em favor dos desherdados da sorte nos inclinamos affectuosa e reverentemente perante a sua luminosa memoria.

*

* *

Seguidamente encontramos a grande fabrica de tabacos, occupando numeroso pessoal de ambos os sexos, cujas condições de salariato foram muito melhoradas desde que se effectuou a reforma da Regie. A actual companhia mantém os operarios em condições economicas que muitos empregados publicos não teem, e que outras classes sociaes não alcançam.

O sitio de Xabregas está muito populoso e desenvolve-se em commercio, mercê das suas fabricas, a mais recente das quaes é a de moagem, que funccionou na rua do Barão, devorado pelo incendio a que nos referimos em outro logar.

A antiga egreja matriz do Beato era no topo do largo que está junto da importantissima fabrica de moagens. O edificio era convento de S. João Evangelista, e fundou o a rainha D. Isabel, mulher e prima de D. Affonso V, e filha do honrado e infeliz infante D. Pedro, victima da malevola embuscada de Alfarrobeira. Foi construido ahi por 1480. O templo data do reinado de D. Sebastião, e foi feito a instancias do conego frei Antonio da Conceição, que obteve canonisação no seculo XVIII, e desde então ficou conhecido por Beato Antonio, nome que se communicou á freguezia, anteriormente denominada de S. Bento de Xabregas.

O santo frade era mui estimado do moço rei. Em vesperas de partir para a louca empreza de Alcacer-Quibir, foi elle ao convento e depois de varias mercês rogou ao bom religioso que en-

commendase e recommendasse a Deus a boa sorte das armas e a victoria dos portuguezes na proxima campanha.

Esta egreja era muito vasta, e estava construida com segurança tal que o grande terremoto lhe não foi molesto. Os condes de Linhares lá tinham bellos tumulos, e uma prima e cunhada da fundadora do convento tambem ahi jazia, em mausoleu notavel.

Ficava mesmo ao lado da egreja, famigerado o *Embelezado*, muito concorrido do povo de Lisboa e dos arredores, que ali costumava divertir-se dos aborrecimentos da vida.

No tempo em que foram edificados o convento e o templo não havia em frente casarias. O largo formava uma linda alameda coberta de frondosos arvoredos, e o templo ostentava á sua bella fachada de cantaria, coroada com duas altas torres e varias pyramides. Depois era o Tejo desafogado que se desdobrava longamente, em ondulações azuladas que vinham quebrar-se suavemente contra o areial da grande praia.

O augmento da população metteu o convento a um canto, e tirou-lhe toda a belleza.

Em 1834 os frades foram expulsos e o templo profanado; o edificio vendido em hasta publica, transformou-se mais tarde em estabelecimento industrial onde João de Brito, que ali installou primitivamente a sua fabrica de moagens a vapor.

A actividade d'este industrial despertou outras. O Beato entrou a encher-se de armazens de petroleo, de vinho, fabricas, officinas de varia especie, a ponto de se encontrar hoje muito populosa e laboriosa esta nova parte de Lisboa.

O antigo mosteiro está transformado em grandes armazens e depositos de vinhos, que aqui são lotados e d'aqui sahem em enorme quantidade para embarque.

A margem do Tejo está occupada por muitos depositos de vinho, desde Xabregas até ao Poço do Bispo.

Desde que foi profanada a velha matriz, passou a servir de egreja parochial o templo do recolhimento de Nossa Senhora do Amparo, mais conhecido pelo recolhimento do Grillo. E' uma grande e boa egreja, com entrada de certa imponencia, elevada sobre um adro amplo, para o qual se sobe por uma escadaria larga.

E' antigo edificio, de cuja fundação não pudemos obter informações precisas. Sem duvida ali era convento, aproveitado depois para o fim actual, que é dar casa a senhoras de officiaes sem recursos pecuniarios, recebendo tambem outras, em determinadas condições, mediante o pagamento de certa mensalidade. Não ha refeitorio, cada qual se alimenta á custa da mezada ou propria, ou paga pela direcção superior do hospicio. Ha uma superiora, uma porteira, uma escrivã, etc. percebendo pequenos emolumentos, além do estabelecido para prato. As senhoras recolhidas podem sahir quantas vezes queiram, dando parte á superiora, e recolhendo antes das oito horas, porque aliás terão de pernoitar fóra.

Não estão sujeitas a regras de côro, e vivem independentemente em aposentos separados, onde recebem visitas do sexo feminino. Não teem uniforme, nem distinctivos e vivem em relativa liberdade.

As recolhidas pertencem ou á classe das pensionistas — subsidiadas pelo instituto — ou á das pensionistas que vivem á sua custa.

Entre este, e o antigo convento dos Evangelistas vemos hoje o magnifico edificio da Manutenção Militar, construido no antigo convento das Grillas, onde ha menos de quinze annos existiam algumas venerandas religiosas da ordem, acompanhadas de senhoras recolhidas.

Algum tempo depois esteve o convento sob a guarda de individuos mantidos pelo estado para esse fim, e no pavimento rente do chão funccionou a esquadra de policia do Beato. O governo aproveitou, porém, o edificio, reconstruindo-o, e n'elle fez a grandiosa padaria militar que não tem superior na Europa. E' digno de ver-se a explendida fabrica com as suas enormes divisões e a custosa e admiravel montagem de machinas, aperfeiçoadas ao ultimo ponto. Pela rectaguarda do antigo mosteiro foi, pelo ministerio da guerra levantado outro corpo de construcção, em condições de primeirissima qualidade. A Manutenção Militar, está constituida de fórma a dar orgulho ao governo e ao paiz. Faz gosto contemplar aquelle soberbo edificio, em perpetua actividade de pessoal, de machinismo, pondo uma nota vibrante de vida n'aquelle sitio onde durante seculos imperou a ociosidade e a esterelidade vital.

O Beato de hoje seria desconhecido da gente antiga, tão completamente transformado está. Tornado um importante fóco industrial tem accrescido enormemente em população. Officinas rolheiras, tanoarias, mais adiante a fabrica de manipulação de phosphoros, com o seu importante numero de operarios; associações de classe dos manipuladores de phosphoros, dos tanoeiros, dos corticeiros; associações de recreio, emfim, uma notavel orientação de pensamento e labor.

No entanto o Beato não é logar aprazivel, e, exclusão feita do largo, é mesmo feio. Defronte do recolhimento do Grillo ha um chafariz antigo, com umas escadas para o lado da praia, muito humidas, immundas, tudo aquillo repugnante.

Projecta se trazer a arteria principal do movimento pelo lado da praia, e feito isso deve melhorar consideravelmente o sitio. Mais adiante, passada a fabrica de moagens João de Brito, desafronta se a estrada e fica a descoberto o Tejo.

O Beato tem quintas bonitas, algumas truncadas agora pela passagem do caminho de ferro norte e leste, como a quinta do Duque, propriedade da opulenta casa de Lafões, que lá tinha um bom palacio.

E' digna de menção a quinta das pintoras, propriedade de Constant Burnay que aformoseou aquelle terreno, transformando o em verdadeiro jardim, isto ha bem perto de trinta annos.

A quinta e palacio da Mitra, propriedade do patriarchado foi vendida em hasta publica, como fazendo parte dos bens nacionaes. Comprou-a o marquez de Salamanca, mandou proceder ás obras necessarias para fazer ali uma principesca residencia, como effectivamente se tornou. Actualmente revela decadencia, e nem sabemos se é habitada a vivenda. Em meio seculo operam se innumeras transformações nos homens e nas coisas! Se o marquez de Salamanca visse actualmente o seu palacio, mudo, janellas fechadas, frontaria escurecida, tudo com um aspecto melancholico, defrontando com o parapeito da estrada, sobre o qual assentam os marcos protectores dos homisiados, sentir-se-hia tomado de profunda tristeza. Machinalmente a gente pensa — quantos olhos, apagados nas sombras da morte ha seculos, se fitaram com anciedade n'esses marcos em fórma de pyramides de quatro faces, adelgados no vertice em fórma de bico!

Quantos desgraçados, perseguidos com ou sem rasão, deram suspiros de allivio ao transporem, ou de um ou outro lado aquelles symbolos de perdão e misericordia!

Seguindo um pouco encontramos a escola Casal Ribeiro, na denominada Quentinha.

Este instituto de educação gratuita foi creado pelo conde de Casal Ribeiro, em homenagem de amor filial.

Sua mãe tivera em vista estabelecer um escola para creanças pobres, porém quando se dispunha á execução de tão sympathico fim accommetteu-a a enfermidade a que succumbiu.

O filho tomou a seu cargo o assumpto, e resolveu fundar a escola n'esta localidade, onde a virtuosa senhora findou seus dias.

Para que a escola se pudesse manter deu o illustre e benemerito fundador dez contos de réis em inscripções, ou seja um rendimento annual de 300$000 réis.

Assim se mantem com os seus 25$000 réis mensaes. E' de instrucção primaria, e tem prestado bons serviços n'este sentido, habilitando varios filhos de gente pobre.

Voltando pelo caminho andado terão os antigos amadores das passeatas ás hortas ensejo de lançar um olhar contristado sobre a velha quinta das Varandas, actual villa Zenha, e que do que foi só tem o portão, e o grande predio d'outr'ora.

Comprada por Salgado Zenha foi toda demolida e em logar das velhas sementeiras de cereaes, mandou-a elle *semear* de pequeninos predios, armados como casitas de pombos, onde habitam familias pobres. Não tem arruamentos nem obedecem a regras aquelles casinhotos, mas produzem bons rendimentos aos proprietarios.

Contigua está a fabrica de tecidos. Havia por aquellas alturas uma grande parreira ao alto, com umas escadas para a estrada, debaixo da qual a rapaziada de ha trinta annos se deleitou na prova dos bons vinhos e no repinicado dos fadinhos corridos e do conde da Anadia. Já lá vae tambem essa geração de bohemios essencialmente nacionaes!

Na mesma freguezia do Beato, pertencente ao primeiro bairro de Lisboa temos o convento de Chellas, denominado de S. Felix

e de Santo Adrião, e que foi habitado por conegos regrantes de Santo Agostinho-cruzios.

Este convento tem uma origem tão remota que nos impõe a obrigação de nos demorarmos na sua descripção.

O convento esta, como se sabe, no fim de um bonito valle. No setimo seculo da era christã chegava ali o Tejo. O convento não existia n'esse tempo, mas os restos de um templo de vestaes. No anno de 666, sob o reinado do rei catholico das Hespanhas. Resceminto, diz-se que aqui vieram dar á costa as reliquias do diacono S. Felix martyrisado com mais doze christãos na Catalunha sob o imperio do Diccleciano, tres seculos antes. E' realmente assombrosa esta viagem de trezentos e tantos annos sobre as aguas...

O certo foi que os christãos recolheram as reliquias que demais a mais tinham viajado em dois *caixotes de marmore*—materia assás *fluctuante*.

Os arabes, invasores de Lisboa, no anno 716, transformaram a egreja que os christãos haviam edificado sobre os restos do templo pagão, em mesquita de Mahomet. Depois da victoria de D. Affonso Henriques mandou o vencedor purificar o profanado templo de S. Felix, sendo a cerimonia incumbida ao arcebispo de Braga D. João Peculiar.

Outros querem que ainda durante o dominio arabe os monges de S. Felix continuaram no execicrio da sua religião, mediante um determinado tributo que pagavam aos musulmanos. Fundam-se estes em que no anno de 804, Affonso III, o Magno, rei das Asturias, tomou Lisboa aos mouros e encontrou povoado o mosteiro de *Achelles*.

Por essa epoca o conde Servando depositou no mosteiro as reliquias de Santo Adrião e sua mulher Santa Nathalia, e de mais onze christãos, todos martyrisados em Nicodemia, por ordem do imperador Maximiano.

Parece que ha toda a razão de ser na opinião exposta, porque na parede do quintal da sachristia da egreja se vê embebida na parede uma lapide com tres letras gothicas dispostas da forma seguinte:

E : D : M

que quer dizer: *Era Domino Millia*.

Ora n'esta era, reinado de D. Ordonho IV, é correspondente ao anno de 962.

Sobre esta outra lapide se vê, cuja parte superior tem pouco mais ou menos 1m,98. E' guarnecida de moldura e esquartelada, tendo em dois quadrados rosas ou florões, e nos outros dois uma especie de botão com labor que são armas do rei Wamba. Este bom rei reinou de 613 a 628 ou seja a era de 711 a 720, parecendo pois que durante o dominio agareno aqui se conservou o culto, antes e depois da ephemera victoria de Affonso Magno.

Em todo o caso D. Affonso Henriques não encontrou já convento, e teve de mandar purificar o templo. D. Affonso I mandou reedificar o mosteiro.

D. João Peculiar apressou-se em dar execução ás ordens de el-rei, e foi a Coimbra buscar sua irmã Justa Rabaldes, conega do mosteiro das *donas*, que com quatro freiras veio fundar a communidade, da qual foi primeira prioreza, sob o nome de Justa da Cruz.

Purificada solemnemente a egreja, os caixões de marmore de que já demos noticia ficaram sendo altares de S. Felix e Santo Adrião.

Ao mesmo tempo chegaram quatro conegos de Santa Cruz para o mesmo convento, que ficou sendo *dobrado*, isto é, de dois sexos...

Honnit soit qui mal y pense.

Se attendermos porém ao que nos diz frei Luiz de Sousa teremos que o convento de Chellas foi primitivamente habitado pelos cavalleiros de Malta.

Ha quem pretenda que não foi esta ordem militar mas a de S. Thiago que forneceu os primeiros habitantes do convento, de modo que não ha de entender-se a gente no meio d'esta confusão.

De ambos os sexos é que o mosteiro era sem contraversia. De março de 1191 ha uma doação feita por Gonçalo João, filho de João Ermoriges e de D. Ausenda, pela qual o doador dava todos os bens que possuia no logar de Arrell, com casas, aguas e quinta e quanto em si tinha, ao mosteiro de conegos e conegas.

Em 1192 ainda era duplex o mosteiro. N'este anno esteve em Lisboa D. Sancho I com a rainha D. Aldonça e filhos, e doaram-lhe umas vinhas que tinham no logar.

Suppõe-se que no reinado de D. Affonso II é que o convento passou a ser unicamente de freiras agostinhas, constando que as madres velhas o requereram a el-rei, afim de evitar escandalos.

O convento actual não conserva nada da primitiva apparencia. Varias obras lhe teem sido feitas que de todo o transformaram, sendo as principaes em 1510, e de 1755 a 1759, por ter o terramoto causado multissimos estragos no edificio.

Em 1589, tendo chegado por estas alturas muitos soldados inglezes que vieram com o pretendente D. Antonio, as freiras julgaram-se mal guardadas e fugiram para dentro das muralhas de Lisboa. Antes já lhes tinham as tropas do duque de Alba assaltado o mosteiro certa noite, mas não conseguiram forçar a entrada. Todavia o susto das pobres mulheres é facil de calcular.

No anno de 1604 foram tirados os restos dos martyres vindos nos caixotes de marmore e que estavam servindo de altares. Eram em numero de vinte e seis, que todos foram mettidos em egual numero de meios corpos de santos, trabalho de esculptura muito bem feito, por devoção da prioreza D. Luiza de Noronha. Acham-se em dois altares, cada um a seu lado da capella-mór. Junto do altar da banda da epistola ha duas lapides com os dizeres seguintes:

Este convento é de conegas regrantes de Santo Agostinho, por escripturas antiquissimas. Foi casa das vestaes, antes da vinda de Christo Nosso Senhor, o que se vê pelos vestigios de pedras que estão na crasta e pelo cippo de Julia Flaminea, e ara das vestaes, com o buraco da urna de igue perpetuo. Assim que se acha ser reedificada esta capella quatro vezes, uma em tempo das vestaes, outra na primitiva egreja de Hespanha, e duas depois.

Dedicou-se este altar ao fidelissimo e invictissimo martyr de Christo Nosso Senhor, Adrião e Nathalia, sua mulher, e outros onze companheiros, os quaes, imperando Maximiano, foram mortos com varios generos de tormentos e cujos corpos descançam n'este logar antes de Affonso I rei de Portugal.

O altar do lado opposto é consagrado a S. Felix, e tem outras duas lapides com o seguinte:

Esta capella reedificou, em tempo do illustrissimo Senhor D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa, prelado d'esta casa, com cujo governo foi sempre administrada antes dos reis de Portugal, como se vê de um cippo feito na era de S., de mil, e das armas d'el-rei Wamba, que repartiu os bispados com Hespanha; o que tudo se achou n'esta reedificação, com ruinas de um caes de enxelharia, onde desembarcaram estes santos martyres, por este mar.

Lê-se na outra uma imitação da lapide latina do outro altar.

Data á collocação das quatro lapides do anno de 1604, em que se fez a trasladação das reliquias.

Outras houve, postas no primeiro logar em que depozeram os restos dos martyres. Estavam enterradas e foram depois mettidas nas paredes.

A que commemorava as reliquias de S. Felix, ainda está inteira, e é redonda, com uma inscripção latina que significa:

Nos idos de dezembro de 701 e 13 de dezembro 665 de Jesus Christo, se fez o deposito de S. Felix, de boa memoria, martyr do verdadeiro Deus.

A outra lapide era tambem circular e devia referir-se a Santo Adrião, mas esta partida, e o que resta da inscripção nem faz o menor sentido.

No claustro velho ha uma pedra quadrada, alabastrina, com seu buraco oval em cada angulo, e outro ao centro de maiores dimensões. E' a ara do fogo perpetuo a que se refere a inscripção acima transcripta.

Tambem lá depozeram uma grande pedra de marmore, formando painel, onde estavam representadas as caças de varios animaes, engrinaldadas de folhagens, trabalhado tudo em relevo e admiravelmente cinzelado. O centro do painel era occupado por seis figuras humanas ajoelhadas e de mãos postas, como em supplicante aspecto perante outra figura sentada em ponto mais elevado. Os rostos acham-se gastos pela acção dos seculos, de modo que se não distinguem feições. Pelas roupagens e cunho especial do labor esculptural reconhece-se que é obra romana; será talvez a representação de seis virgens vestaes em adoração da Dêa, perante a superiora, que era, no tempo a que nos referimos a virgem Maxima.

Estas preciosas reliquias archeologicas appareceram nas escavações feitas em 1604, quando o edificio andou em obras.

Caminhando do claustro para a cerca viam-se mais, venerandas testemunhas de vetustas crenças, as seguintes pedras: Uma de marmore branco, tendo ao meio um rosto humano, pequeno, e a cada lado sua figura romana, estando uma erecta e outra sentada.

Outra branca tambem, com rosto de gente ao centro, mas tendo a particularidade de ter apenas um olho aberto.

Outra, da mesma côr, com duas figuras de pé e duas sentadas, tendo estas ultimas longos mantos pendentes dos hombros, e livros nas mãos. Ao meio d'esta lapide ostenta-se uma grande cara

Outra lapide com a inscripção:

Era de 300 que este convento teve principio, das vestaes CCC.

O cippo de Julia Flaminea, mencionado na inscripção do quintal da sachristia, acha-se na mesma parede. E' um pedaço de marmore com as dimensões de 1m, 32 de comprimento sobre 0m, 66 de largura. Não está na integra a sua inscripção, decerto truncada por falta de alguma lasca da pedra. Os caracteres são romanos, e acompanhados de muitas abreviaturas.

Esta pedra sepulchral achou se por detraz da capella-mór, cobrindo uma sepultura. Os obreiros que andavam cavando o terreno em 1604, ignorando a preciosidade historica que se continha na sepultura, destruiram-n'a á enxadada.

Na parede do referido quintal metteram mais uma lapide achada debaixo do altar-mór, esta porém já illegivel.

Alguns archeologos julgam que esta inscripção foi feita em homenagem a M. Oio Severo Macrino, imperador romano, que cingiu a corôa imperial no anno de Christo 217, e que apenas a conservou quatorze mezes incompletos.

Ainda pela mesma epoca appareceu outra lapide, que se conclue ser algum intercolumnio do templo de Vesta. A lapide é circumdada de festões de folhagem cruzados nos intervallos. Apresenta o cavallo *Pégaro*, e o *Grypho*, que é tambem corpo de cavallo, mas com cabeça de gallo.

E' de notavel esculptura esta bella reliquia romana.

Na parede da casa da arrecadação, pelo lado de dentro, ha outra pedra embebida que parece ter sido parte de algum frizo. E' ornamentada em relevo, com trabalho grosseiro, mas revelando origem romana. Tem tres leões devorando palmas.

Muitas outras pedras, achadas no mesmo anno de 1604, vieram confirmar a existencia do templo pagão. Columnas corynthiras, varias divindades mythologicas, entre as quaes Minerva e Juno, lá se encontraram. D'estas pedras esculpturadas umas estavam partidas, outras o foram pelos trabalhadores ignorantes, que as metteram nas paredes á mistura com os outros materiaes de construcção.

O enorme edificio de Chellas é portanto digno de consideração pela sua alta antiguidade e nobre origem.

Quem do novo bairro do Alto do Pina, lança os olhos pelo valle que passa em baixo, admira aquelle formidando mosteiro, mais velho do que a monarchia portugueza, e tão cheio de consagrações do passado. Ali pode imaginar o sumptuoso templo romano, guardado pelas brancas virgens sacerdotisas da castissima Vesta, alimentando o fogo sagrado n'aquellas aras que mão profana embebeu nas paredes do quintal da sachristia.

Depois—a grande noite das desgraças envolvendo as pyras, o templo, a Déa purissima e as juvenis sacerdotizas. Uma onda de sangue passou sobre aquelle tranquilo valle onde almas innocentes embalavam em gorgeios os sonhos virginaes das consagradas donzellas. E de tudo resurgiu o templo christão, o mosteiro com as suas pezadas grades, por além das quaes alvejavam os niveos veus de noviças, de faces pallidas e olhares perdidos nas regiões dos suspiros...

Tudo passou! Um dia o convento ficou deserto como outr'ora o templo vestalico. O côro tornou-se mudo como os altares romanos... E' este o trabalho da Civilisação — Destruir.

As ultimas monjas levaram comsigo as memorias que espiritos profanos não contacteiam, e o edificio ali ficou como um gigante saudoso dos canticos e das lagrimas que lhe encheram o coração durante dezenas de seculos...

Actualmente é o edificio destinado ao alojamento de viuvas de officiaes mortos no ultramar. Está tudo occupado. O governo mandou fazer ali obras afim de adequal-o ao novo e humanitario fim, certamente mui symphathico e justo.

No Largo de Chellas, desde tempos immemuriaes se realisa um arraial mui concorrido, com seu fogo de artificio, e varios folguedos populares.

Não longe está estabelecida a nova fabrica de polvora sem fumo, invento de um illustrado official do exercito portuguez, e recentemente adoptado no Rio de Janeiro.

Por perto de Chellas deve ter passado um das vias militares romanas, porque aqui appareceu um marco milliario dedicado ao imperador Adriano. Esteve guardado no mosteiro, mas ignoramos se de lá foi para outra parte.

Chellas é tambem um foco industrial. Ali ha fabricas de tecidos, que estão no ponto chamado «Casas Novas», uma especie de azinhaga com habitações.

Numerosa população operaria de ambos os sexos, fervilha por ali, e vive do labor fabril.

A industria de tecelagem occupa muitas mulheres e rapariguitas.

A classe tem a sua associação no mesmo logar das «Casas Novas», e lá se reune, concorrendo cada membro solidariamente para aliviar as amarguras dos que se encontrem em aggravamento de miseria.

Tambem existe uma associação muzical em Chellas, constituida por operarios. Na sua origem, que data de perto de vinte e cinco annos teve o nome de *Timbre Fabril Chellense*. Hoje a philarmonica que existe denomina-se *Sociedade União Chellense*.

Outros mosteiros teriamos de apontar, mas como não teem valor historico, não vale a pena demorar mais o assumpto. Exceptuaremos o *Colleginho* que foi o primeiro convento de jesuitas em Lisboa, fundado no começo do seculo XVI. Era d'elle padroeiro o conde de Soure, que se diz ter dado aos padres o terreno, ou o edificio. E' situado no largo do *Colleginho* á Mouraria. Convento de Santo Antão, classificado *velho*, desde que os jesuitas edificaram o magnifico collegio de Santo Antão, de que já fallamos.

De Chellas, subindo a estrada da circumvalação podemos visitar o grande cemiterio oriental, chamado Alto de S. João. Esta solemne cidade dos mortos foi fundada no seculo XIX, por ficar o cemiterio occidental muito affastado da parte oriental de Lisboa. Tem entrada magestosa, e em frente d'ella uma capella muito acceiada e bonita.

O cemiterio é ornado com magnificos tumulos e jazigos de familia. Grande como é, está litteralmente replecto de cadaveres, pelo que foi necessario que a camara comprasse alguns terrenos adjacentes para dar guarida aos que recolhem ao seio da terra.

Como está em um alto o campo santo é declivado. Lá em baixo ficam as sepulturas dos *plebeus* da morte, em terreno coberto de hervas que ali crescem com a exhuberancia que a vida vegetal tira dos despojos humanos.

Entristece aquelle contraste! Em cima ruas cuidadosamente limpas, varridas, eguaes no pizo, arvores e flôres perfumando a destruição do ser, e os tumulos, orgulhosos palacios da podridão, erguendo á luz do sol radiante as suas estatuas, corôas, ou cruzes symbolicas da egualdade humana. E depois que riqueza de ornamentação a ostentar-se atravez ás grades e vidraças d'aquellas moradas, que pés não recalcam, e aguas pluviaes não ensopam.

Além, por debaixo de uma parede — cinta de muralha da vaidade, um campo irregular, com altos e fossos onde se tropeça a cada passo.

De vez em quando um berço de ferro, meia duzia de flôres postas nos covaes por mão piedosa, e regadas de lagrimas de dôr santissima... e nem um arbusto, nem um renque de violetas, nem uma significação de confraternidade entre os que vão de coche a

duas parelhas, e os que ali chegam conduzidos pela piedosa mão da proletaria gente.

A parte recentemente adquirida para augmento do cemiterio é de desoladora apparencia. Dir-se hia que o terreno, expoliado das suas cearas e despojado das suas matizadas vegetações, sente um enorme espanto em face d'aquella demolidora tarefa que lhe impõem.

Ha poucos tempos mandou a camara construir o ossoario, especie de jazigo muitissimo vasto, cheio de cavidades symetricamente alinhadas, com tampas na fachada externa. Para ali são trasladados os despojos-ossos dos extinctos, cujas familias desejam salvar da promiscuidade brutal da valla, visto não ser já permittida a renovação do pagamento dos covaes, findos os primeiros cinco annos.

Comprehende-se que esta resolução foi motivada pela necessidade de dar alojamento aos que alugam de novo, pelo motivo de estar o cemiterio tresbordando de despojos humanos.

A parte occidental tem outro cemiterio, mui grande, e que não é tambem mui antigo. Os cemiterios são coevos do seculo actual, e representam uma salutar comprehensão de hygiene. Admira varias pessoas a raridade das epidemias nos tempos modernos, em relação ao que succedia na antiguidade. Pestes houve que durante muitos annos assolaram os paizes. Em Portugal se repetiram, desgraçadamente, essas devastosas scenas; durante o reinado de el-rei D. Duarte, não deixou de produzir estragos terriveis, uma d'essas epidemias horrorisantes. Todos os cinco annos do ephemero reinado do infeliz e sapiente monarcha foram de terrivel angustia, e por fim elle mesmo succumbiu á mortifera epidemia.

Mas então nenhuns preceitos hygienicos se observavam, como unica medida prophylatica; os povos desorientados soccorriam-se da crença religiosa, e faziam festas, e construiam capellas. O chão em que ajoelhavam enviava-lhes exhalações deleterias de cadaveres ali soterrados, e as egrejas constituiam-se assim fócos infeccionantes da saude publica, sem que em tal pensassem os fervorosos devotos. Ainda hoje as perigrinações a Meca são fontes periodicas de propagação do cholera aziatico.

Com o regimen liberal entrou no paiz a civilisação progressiva. Depos de 1834 é que se construiram os cemiterios publicos, não sendo permittido nem ás corporações femininas, que ficaram toleradas no pessoal existente na época do decreto que as extinguia, o sepultarem as monjas nos claustros como anteriormente faziam, sendo-lhes imposta a participação dos obitos occorridos nos respectivos estabelecimentos

Pois foi esta medida combatida a valer pelos rotineiros e reaccionarios da época! ... Os enterrados em logar diverso da egreja e seu adro podiam lá entrar no reino celestial! . . . Aquillo era uma profanação e um attentado!

Foi mesmo um enterramento que serviu de *rastilho* á explosão de 1846.

Ouvimos contar a um bom velhote que a revolta teve principio na indignação do povo aldeão que não queria que um seu conterraneo fosse sepultado no local indicado pela auctoridade.

No meio da exaltação rebentou a voz da consciencia revoltada contra a politica dos Cabraes, e breve o espirito da liberdade tomou o commando da insurreição, popular e tão popular que lhe ficou o nome da mulher que primeiro impulsionou o movimento com a rudez da sua plebea, mas justissima comprehensão da miseranda apostasia do liberalismo de alguns especuladores.

Voltêmos, porém, ao largo dos Prazeres, e reconstituamos o local, tal qual era no anno de 1850.

Chamava-se então a tudo aquillo terras da Ajuda. Tinha ali o povo das immediações uma fonte, sobre a qual foi encontrada certa manhã uma imagem de Nossa Senhora, e não se sabendo que mãos ali a teriam collocado, classificou-se o apparecimento de miraculoso, pelo que deu á fonte o nome de *fonte Santa*. E está ainda, conquanto o sitio esteja transformado, a popular fonte Santa de antiga memoria.

No anno que indicamos, ultimo do seculo XVI, houve em Lisboa uma peste de tal sorte medonha, que ficou memorada pelo nome de *peste grande*. Chegou o numero dos atacados a ponto de ser necessario construir-se ali uma especie de hospital, que se denominava *Lazareto e Casa da Saude*.

Ja n'essa occasião os bons devotos da freguezia de Santos tinham collocado a Senhora apparecida em uma capella edificada para recebel-a.

Atterrados pela extraordinaria propagação da peste, recorreram elles á virgem, promettendo-lhes uma festa annual, se a epidemia desapparecesse.

A imagem, a que deram o nome de Senhora dos Prazeres, não sabemos porque motivo, ficou com a sua solemnidade e arraial dentro da cerca da capella, havendo grande romaria, fogo de artificio e descantes, com danças populares. Tambem se realisava n'esse dia uma bôa feira.

Em 1835 foram creados os cemiterios publicos e designou-se a antiga cerca dos Prazeres para campo dos mortos, e a camara procedeu ás obras necessarias.

Aproveitou a capella e levantou os muros de resguardo, e a festa com a sua vistosa feira e arraial passaram a ser feitos fóra, no espaçoso terreiro que está em frente do cemiterio.

Em 1851 a camara mudou a feira para o largo das Amoreiras, mas os festeiros não deixaram de fazer a sua festa nos citados dias do mez de maio.

Era mui concorrida de povo; familias inteiras tinham por habito ir ao cemiterio — *buscar as sestas*, em alegre bulicio. Levavam os seus *farneis* e estendiam guardanapos sobre jazigos e sepulturas razas, comendo e bebendo, tocando guitarra, descantando e embriagando-se de modo que antes parecia uma sociedade pagan e selvagem, do que gente civilisada. Flôres, collocadas nos covaes como expressão de sentimentos de mães, de filhos, de esposas, de irmãos, e quantas, Deus sabe! representando privações de alimento para ali deporem o perfume de castissimas saudades, ficavam impiamente pizadas, quando não propositadamente colhidas por mãos vandalicas.

Do resto, a policia não conseguia manter o respeito devido áquelle austero logar. Raro deixavam de dar-se factos de revoltante cynismo, e immoralidades ultrajantes do respeito devido aos mortos, e aos vivos.

Por tudo isso a auctoridade superior bem avisada andou em acabar com similhante abuso. Hoje quem vae ao cemiterio dos Prazeres n'aquelle dia, é para collocar alguma affectuosa lembrança sobre a sepultura de entes idos ao incognoscivel da além morte, romaria puramente christã, sem mesclas de dissoluções pagãs!

O cemiterio é escrupulosamente tratado, e possue primorosos tumulos, alguns verdadeiros monumentos de humano orgulho. Póde dizer-se que é um riquissimo paiz de finados. Ha ali jazigos que merecem ser admirados, como primores de esculptura, verdadeiramente honrosos para os nossos artistas.

Pena é que a par de tanto luxo na morte se veja ainda escancarada além a enorme bocca da valla commum... tudo o que ha de mais desolador, de mais repellente, de mais miseravel. A valla commum é como que um vasadouro de corpos proletarios, que passaram a vida victimados pela fome, pela desgraça, pelo indifferentismo social, e que emfim são para ali arrojados com o desprezo dos proprios que teem essa miseranda tarefa. Na provincia nem sequer os pobres trabalhadores ou mesmo mendicantes não soffrem esse insulto nos restos do seu ser carnal. Por mais humilde que seja a aldeia, tem sempre no seu pequenino cemiterio um piedoso asylo para os que vão proseguir espiritualmente a perpetua viagem do desconhecido.

*

* *

Ha outro cemiterio em Ajuda, destinado aos enterramentos dos finados na área do extincto concelho de Belem.

Alem dos cemiterios catholicos outros cultos aqui os teem estabelecido, visto que ha a tolerancia de religiões sem manifestações externas.

Os protestantes teem uma das suas egrejas na antiga rua de Santa Izabel, actualmente chamada de Saraiva de Carvalho, estorcendo para a rua nova da Estrella, por onde tem tambem entrada. Ao fundo ha tambem uma escola.

E chamado cemiterio dos Capuchos, e na verdade muitos ali reverdecem, sombreando os jazigos, e dando ao triste local a sua nota melancolica. E' deveras triste!

D'ali perto, na rua do Patrocinio está outro pequeno cemiterio, pertencente á colonia allemã. E' muito arcado e arborisado,

tendo algumas flôres cultivadas com esmero. Os francezes têem tambem cemiterio proprio, junto á sua egreja, de S. Luiz.

Tambem os israelitas construiram o seu cemiterio no Colleginho.

*

* *

Em annos passados houve em Lisboa um logar destinado ao enterramento,—vasadouro publico—para irracionaes, sito no chamado Valle Escuro, no caminho debaixo da Penha. Hoje o cemiterio dos animaes é nas caldeiras da fabrica de guano, de Alcantara.

*

* *

Acima dissemos que no terreiro dos Prazeres se fazia uma feira, transferida para as Amoreiras por ordem da camara no anno de 1851. Em 1865, foi mudada para a Patriarchal Queimada, onde estavam os destroços da Sé Patriarchal de D. João V, hoje praça do Principe Real, em homenagem ao filho primogenito de el-rei D. Luiz, o actual monarcha. Mais tarde tornou a passar a feira para o largo das Amoreiras, com grande jubilo dos antigos frequentadores, mas principalmente dos feirantes que se sentiam prejudicados na mudança.

A feira das Amoreiras, realisava-se no largo que hoje está lindamente ajardinado. Era essencialmente lisboeta, cheia sempre de gente, grande numero de barracas de comida, de quinquilharias, de diversões populares, produzindo alegre *inferneira* o rufar de tambores nas barracas de funambulos, que, muito scintillantes de ouropeis baratos repetiam milhares de vezes por hora a sua algaravada, tendente a despertar o enthusiasmo das creanças, e do povo que é a eterna creança.

Por ali se fizeram a guns artistas. A celebre barraca de Dallot fazia então epoca. Comquanto artista de feira tinha dedo para escolher, ou antes para advinhar vocações artisticas. Depois—ahi por 1880 em diante, vicejava em plena exhuberancia a ideia democratica, e o Dallot sabia tirar partido da corrente... Aquillo eram casas cheias á cunha para ouvir a eloquencia demagogica de auctores assanhados contra a tyrannia dos despotas e da... grammatica.

Com o andar o tempo desappareceu a feira das Amoreiras, succedendo lhe a chamada de Alcantara, da qual os feirantes passam á de Belem, cuja origem não conhecemos. Essa conserva um tanto da feição antiga e é muito frequentada.

Succede a esta a do Campo Grande, que está muito reduzida do que foi em tempos passados.

O Campo Grande é dos mais lindos passeios do antigo termo de Lisboa. E' sitio conhecido dos arabes, porque o seu primitivo nome era *Alvalade*, quer dizer, campo habitado e murado.

Foi aldeia pertencente á freguezia de Santa Justa, passou depois a fazer parte da parochia do Lumiar, e finalmente se constituiu independente, servindo de egreja matriz a grande capella dos Reis Magos. Os diz mos de todos os fructos ficaram para o Lumiar, com a clausula reciproca de os clerigos de cada uma d'estas parochias funccionarem em todas as festividades da outra quando houvesse falta de pessoal.

Deu-lhe a denominação de Campo Grande a vasta planicie arborisada que tão linda é e tão concorrida de todas as classes, mormente em dias de espera de touros.

A primeira alameda que se plantou n'este sitio foi por ordem da rainha D. Maria I, pelos fins do seculo XVIII. Era então ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 1.º conde de Linhares, que muito se interessou por esta obra.

No decorrer dos annos outros melhoramentos se tem realisado ali com grande vantagem para os moradores do sitio. Edificios de notavel belleza estão de ambos os lados do campo, separados da alameda pela estrada. O campo foi rodeado de muro baixo, hoje arrasado, e tem seis bellas avenidas que foram fechadas por grandes portões de ferro, hoje tambem retirados. Ha ali uma fabrica de fiação e tecidos, cujas manufacturas rivalisam com outras congeneres, de fabricas estrangeiras.

Entre os predios particulares de notavel apparencia, ha o palacio chamado do Pimenta, por ter pertencido a um cavalheiro d'esse appellido, mas passa por ter sido mandado construir pelo prodigo monarcha D. João V, afim de n'elle residir uma gentil senhora, dona dos seus levianos pensamentos, ahi pelos annos de 1730.

Tem quinta enorme, magnificamente ajardinada, com elegantes ornamentações.

No Campo Grande existe tambem o asylo de D. Pedro V chamado, fundado pouco depois da febre amarella ter grassado em Lisboa, com o fim de albergar as orphãs, filhas de victimas da epidemia.

O edificio está nas melhores condições de hygiene, e a educação que ali recebem as orphãs, é sob varios aspectos assás sensata.

A egreja parochial é grande e está bem conservada. Ao lado, servido por uma porta que existe no adro, fizeram outr'ora um cemiterio, em um quintalorio sem condições necessarias para tal fim. Ainda não ha quarenta annos ali se procedia a exhumações de noite, á luz de uns tocheiros que se apagavam em noites de ventania, produzindo aquillo tudo profunda tristeza.

Não se via ali uma arvore, nem flôres, nem covas resguardadas, uma verdadeira lastima.

No parque do Campo Grande muitas vezes se tem realisado vistosas corridas de cavallos, organisadas enthusiasticamente pela fina flôr dos *sportman* lisboetas. Deram-se ali importantes apostas, em que tomaram parte e calor, os socios inglezes do *Jockey Club*.

No tempo de D. Sebastião, quando não estava a planicie arborisada, as tropas portuguezas destinadas á louca aventura de Alcacer Quibir, aqui fizeram longas manobras militares durante bastantes dias.

O joven rei todos esses dias passou revista ás suas tropas, mas nem por isso foi menos estrondeante a derrota de 4 de agosto de 1578.

O Campo Grande soffreu alterações na sua antiga disposição. Tinha um jardimsinho gradeado, muito bonito, onde em tardes serenas se juntavam as familias que por ali iam veranear.

Bandos de creanças enchiam o espaço com as suas risadas christalinas, e não havia em toda a Lisboa quem não conhecesse o secular pinheiro que lá vegetava orgulho da sua gigantesca corpulencia, em torno do qual construiram uma especie de mirante com duas varandas octogonas. Lá iam os prosaicos saborear o *classico* peixe frito com salada, regado de vinho mais honrado do que o dos nossos dias; os romanticos da epoca, que os produziu a milhares, debanear o *doce amargo* das illusões.

A feira de hoje não tem o brilhantismo da antiga. Aquillo é o esqueleto do que foi. Realisa-se em outubro, durante todo o mez, e é precedida por tres dias de feira de gado, muitissimo concorrida.

Voltando pela estrada, em vesperas de tourada, é notavel a quantidade de pessoas de varias classes que se encontram. No Campo Pequeno eleva-se a magnificente praça destinada ás corridas de cornupetos, tão elegante e faustosamente edificada que não tem superior em outras cidades estrangeiras.

Comquanto lhe chamam Campo Pequeno é bastante amplo. Ao norte está limitado pelo palacio e quinta dos condes das Galveias, magnifica vivenda senhoreal onde impera o cunho da antiga fidalguia. Data do seculo VXIII, e pena é que não esteja tratada com o esmero que merece tão esplendida construcção. A oeste está o sitio cheio de habitações particulares. O desafogo do largo tem-lhe dado preferencia a revistas militares organisadas em honra de principes estrangeiros de visita a Lisboa, ou por outros motivos.

Ahi se celebrou a missa campal suffragando a alma do santo rei D. Pedro V, com a assistencia do gentilissimo principe D. João, o qual de lá voltou affectado do *paludismo* que victimara seus irmãos, e que egualmente o victimou.

A poucos passos do Campo Pequeno, caminho do Arco do Cego, encontramos um simples desgracioso monumento.

E' um padrão referente ás luctas entre D. Affonso, depois quarto do nome — e seu pae D. Diniz I. Estas discordias que escandalizaram o paiz, tinham por motivo os despeitos do primogenito real, ciioso do entranhado affecto que seu pae dedicava a D. Affonso Sanches, filho seu bastardo. Precisando corar de algum modo seus mesquinhos sentimentos, pretextou o infante in-

dignação pela recusa de varias terras e castellos que havia pedido a el-rei, e recrutando os fidalgos descontentes, que sempre os ha, marchou sobre Lisboa com um exercito, afim de desapossar seu pae do throno.

D. Diniz, avisado dos manejos perfidos do seu herdeiro, reuniu apressadamente os soldados que encontrou em estado convenient, e marchou para *Alvalade*, que ainda assim se denominava o Campo Grande. Chegados á vista os adversarios, começaram as escaramuças, preliminares de impios combates, quando surge a graciosa figura da rainha Santa, que, montando a cavallo, intrepida se arrisca por entre os combatentes.

Elles, surpresos, param, anciosos pelo que vae passar-se. A virtuosa dama, mais mulher do que rainha, mais santa do que mulher, resolutamente se dirigiu ao filho, e com a santa eloquencia do amor lhe fez comprehender a má acção que estava praticando, e convenceu-o a ir pedir perdão a seu pae, justamente offendido.

D. Affonso, obedeceu, e as pazes ali feitas ficaram memoradas por aquelle singello monumento, á esquerda de quem vem do Campo Pequeno.

E' uma pequena columna embutida na parede, resguardada por uma pequena grade.

Como vimos fallando de feiras não devemos deixar sem reparo a curiosissima feira chamada da *Lada*, que degenerou atravez dos seculos na denominação de feira da *Ladra*.

Lada indicava em tempos preteritos a margem dos rios e das estradas; era o mesmo que *lado*.

O que os frequentadores da feira da *ladra* ignoram, na mór parte, é que ella tem pelo menos, sete seculos de existencia. Em 1147 fazia-se ás portas do Mar da Ribeira, e parece que era uma especie de mercado permanente. Sendo certa esta data far-se-hia a feira proximo do Arco Escuro.

Quando D. Manuel fundou os Paços da Ribeira ficou um pavimento rente do chão, uma grande galeria deitando para o Terreiro do Paço e para a rua do Arsenal, onde passou a estabelecer-se um mercado que ou era a feira da Lada ou cousa que a substituia. Era debaixo da arcada, ao abrigo do tempo, e consideravam-n'a o melhor mercado, e o mais bem abastecido de toda a classe de mercadorias.

No seculo XVI já se tinha effectuado a mudança.

Quando foi do terramoto o mercado ficou sepultado sob a derrocada do palacio. Em vista da falta que fazia á população da cidade, o marquez de Pombal mandou que a feira da Lada—não sabemos se ainda assim era conhecida, se realisasse na praça da Alegria. Lá esteve até o anno de 1836, sendo então transferida para o Campo de Sant'Anna, onde permaneceu largos annos.

Perdeu o caracter permanente depois do terramoto, passando-se a fazer uma vez por semana, nas terças feiras. Era no largo, mais para a parte da praça de touros. Ha poucos annos mudaram-n'a, mais uma vez, vindo parar ao Campo de Santa Clara, abaixo do jardim.

Comquanto haja perdido bastante da sua antiga feição ainda é realmente original esta feira, que é a revelação da vida de um povo. Já não se vendem ali generos alimenticios. Poucas barracas são armadas, mas nem por isso é menos interessante aquella exhibição de mercadoria *sui generis*. Pouco depois das nove horas da manhã quem fôr ao local indicado vê varios estendaes da mercadoria propria do chamados *Ferro-Velhos*, uns individuos que percorrem as ruas de sacco ás costas, cesto na mão, molhos de chaves, pedaços de ferramentas partidas, guardas-chuva, e que compram ossos, cebo, latão, garrafas, objectos velhos, roupas usadas, tudo o que lhes apparece, já se vê por diminutissimo preço. Alguns teem estabelecimento fixo — umas *enxovias* nauseabundas, onde apodrecem memorias de velhas opulencias ao lado dos despojos de qualquer recente miseria.

Pelas mãos do *ferro-velho* passam reliquias de muita desgraça e de muita grandeza decahida; se cada um dos objectos que elle expõe fallasse contar nos hiam uns historias insinuantes de galanteios, outros descreveriam suggestivos dramas do infortunio...

Pois a feira da ladra é a *loja do ferro velho* em ponto grande.

Aqui um movel que decerto ornamentou algum gabinete luxuoso, ao pé um berço usado, vasio, fazendo-nos pensar no pequenino ser que ali dormiu embalado pela desgraça, e ahi morreria, desfeito pela miseria.

Velhas mantas estarrapadas, junto das quaes tem pretenções fidalgas um vestido meio debotado que fez as delicias de alguma nobre dama e foi vaidosa herança da respectiva creada favorita. Meias de 60 réis o par, á mistura com duas telas de significativo valor. Oleographias baratas, que enfeitaram as paredes de casas plebeas em face de uma jarra de Sevres partida ou esfolada. Uma miscellanea incomprehensivel!

Tambem se encontram em algumas *bancas* de venda livros velhos, comprados a esmo pelos *commerciantes*. São ordinariamente obras truncadas, volumes desirmanados, folhetos, antigualhas, que á primeira vista nada de attrahente offerecem, mas que vale a pena examinar de perto, porque não é raro encontrar no meio de beberentos volumes verdadeiras joias de litteratura antiga ou moderna.

Fato usado, espolio de gente morta com pouco dinheiro, ferragens mais ou oxydadas, emfim, um verdadeiro *pandemonium*. Muitas pessoas vão habituadamente á feira da ladra, rebuscar entre aquelles *ruinas* alguma cousa de valor, mórmente no que respeita a livros.

Comtudo tambem ali se vendem objectos em primeira mão, ou em segunda, mas em bom estado.

Mobilias de pouco valor costumam ser ali expostas pelos marceneiros e *adelos* do local. Os adelos são uma variedade de *ferro velhos*, um furo acima da hierarchia da industria dos trapos. Negoceiam com roupas, moveis, vidros, mas principalmente com fatos feitos. O ultimo *grau* da ordem é o trapeiro.

Nojento bicho, o trapeiro!... Vive e morre entre os farrapos de todas as procedencias, promiscuidade de infectos de vermes, de toda a casta de insalubridades e miserias repugnantissimas. O trapeiro é um protesto do lodaçal da desgraça contra os faustos das opulencias sociaes.

As creancinhas teem medo d'elle, a garotada apupa-o, e até os cães vadios lhe ladram irritados, na previsão de que lhes dispute as podridões dos *barris do lixo*.

Ferros velhos e feira da ladra perderam muito desde que se accentuou o gosto pelas cousas antigas. Quem possue mobilias, quadros, louças, emfim, qualquer objecto não fabricado n'este seculo, póde vendel-o por melhor preço aos amadores do genero. Ha mesmo quem faça uma especie de industria na compra e venda de antiguidades. E' uma concorrencia desvantajosa para a feira da ladra, mas como a população proletaria não frequenta os grandes bazares nem compra os objectos caros, a secular feira nunca deixará de ter a sua freguezia especial.

No logar em que primitivamente se fazia, pouco mais ou menos, vimos ainda, os da geração actual, o mercado da Ribeira Velha, onde se encontrava logares de fructa, peixe, hortaliça, muitos sócos, sapatarias, capellistas, etc., mas o camartello tudo demoliu já.

Pela parte superior á feira da ladra temos o bonito jardim de Santa Clara em frente do palacio da justiça militar.

E' obra do seculo XIX. Disfructa-se de lá bella vista do Tejo. Este jardim não é muito concorrido, o que se explica pelo seu affastamento do coração da cidade.

No que respeita a jardins publicos esta a nossa formosa Lisboa opulentamente dotada. A camara tem se desvelado em alindar a cidade, facultando aos seus moradores passeios agradaveis. Os bairros novos são construidos sob planos diversos dos antigos. Amplos arruamentos, avenidas arborisadas, casarias elegantes e hygienicas, transformam a cidade de D. Affonso Henriques em uma das mais interessantes cidades europeas.

De ha vinte annos para cá tem se realisado grandes melhoramentos. A actividade da segunda metade d'este seculo produziu obras que nem sonhadas foram durante seis seculos. A' uniformidade pesada, mathematica das edificações pombalinas, succedeu a architectura ligeira, caprichosa e sorridente da Lisboa de hoje. Quem viu aquelles terrenos do bairro Estephania, nem os reconhece quasi. Terras de semeadura, aqui e além uma pequena habitação de cazeiros, noras gemendo melancholicamente em noites de luar, e as cantigas das aves entoando religiosos *Tedeuns* ao Deus piedoso e supremo Artista.

Bellas ruas cruzam agora aquellas propriedades agricolas; palacetes de gracioso aspecto, estabelecimentos de todos os generos, é uma pequena cidade aquelle bairro sadio e vistoso. Ao cimo da bella rua Passos Manuel está o jardim Constantino. E' pequeno mas esmeradamente cultivado. Tem bancos de madeira, e

em noites estivaes enche-se de familias que por ali perto habitam. Não tem grades nem muros que o furtem ao transito.

Mais adiante, na rua D. Estephania, onde ha pouco se construiu a rua Motta Veiga, anda-se n'este momento, procedendo a grande aterro, para construir-se um outro jardim.

Entre a Avenida Estephania e Arroyos, para as portas, outro bairro se encontra quasi construido recentemente e já bastante habitado. Denominam-n'o—bairro Linhares.

Agora nos recorda dos tempos em que passar por aquelles sitios era muitissimo arriscado, principalmente de noite. O predio que tem os numeros de policia 178 a 182 com um pequenino espaço gradeado no rez-do-chão, foi dos primeiros que se construiram no sitio. Passado o bello hospital de D. Estephania, ha vinte annos era tudo quasi deserto. Recorda-nos ter lido um annuncio d'essa epoca, cremos que no *Diario de Noticias*, no qual se offerecia uma professora para estabelecer residencia por ali, caso lhes assegurassem determinado numero de alumnas.

Era como se fosse questão de ir assentar arraiaes nos sertões africanos... Hoje as difficuldades para o estabelecimento de collegios no bairro Estephania são justamente motivadas pela concorrencia da industria, tantas são as casas de ensino particular por ali installadas.

Se da rua D. Estephania, descendo, tomarmos a direcção da Escola Agricola, e nos orientarmos para S Sebastião da Pedreira, passaremos pelo Largo do Matadouro, onde ha um jardim elegante. Ao topo levanta-se o grande edificio monumental, onde são abatidas as rezes para consumo publico. Dizem que é um estabelecimento á altura dos melhores que ha no estrangeiro, e que o processo usado para matar os animaes nada deixa a desejar. Nunca vimos nem tencionamos ver esse primor!

Tomando pela calçada do Matadouro, se lançarmos a vista para o lado esquerdo vemos um novo bairro projectado—o bairro Camões—que vem desalojar a vegetação d'aquelle amplo terreno, antiga quinta murada, com portal de grades para a mesma calçada. Do mesmo lado, um pouco a baixo ha um estabelecimento de floricultura com bastos annos de existencia, e até muito bem fornecido de plantas de estimação.

Das Picôas para S. Sebastião anda-se fazendo uma rua de communicação mais rapida, que deve ir até á Avenida da Liberdade, atravessando a rua de S. Sebastião sobre um arco.

E' sensivelmente commoda esta construcção, para os habitantes das Picôas, encurtando a distancia que os separa do coração da cidade.

A breve trecho se transpõe o caminho que vae á grande Avenida, a qual ainda não está concluida segundo o projecto monumental approvado pela camara.

Que surpreza para os nossos antepassados, se lhes fosse dado vêr a transformação do antigo Valle-Verde!

Quintas, terras de pão, rio que as fertilizava... nem sombras de tudo isso! Verdade é que nem os homens de ha vinte e cinco annos deixariam de ficar surprezos em face das mutações realisadas pela varinha magica do Progresso.

Depois do terremoto de 1755, Val Verde ficou altamente demolido. O desabe do enorme palacio dos Marquezes de Castello Melhor, pejava de destroços grande porção de terrenos, do senhorio da mesma nobre e opulenta familia. O Marquez de Pombal levantando das ruinas da velha Lisboa uma cidade moderna, lançou os olhos para aquelle amontuado de pedragulhos e madeiramentos carbonisados e reconheceu que era manchar o seu trabalho consentir similhante exhibição.

Propoz então ao conde proprietario a compra do terreno pejado, e fechado o contracto, encarregou peritos de construir um passeio publico.

Desobstruiu se o chão, empreza demorada e difficil, e deliniou-se o jardim.

Em 1764 começou a edificação dos muros e concluidos que foram o jardim não levou muito a fazer se. Tomava o espaço que medeia entre o começo da Praça dos Restauradores e as alturas da rua das Pretas, Tinha entradas pelas duas partes, e nenhuma pelas ruas oriental e occidental.

Do lado da praça da Alegria terminava por uma cascata elegante, com um tanque, torneiras de agua com seus pucaros de metal presos a correntes.

De ambos os lados partiam escadarias de cantaria, mui bem lançadas que iam terminar a um grande e lindo terraço, adornado de vasos lindos de artistico gosto.

Duas pequenas lagôas adornavam as ruas lateraes. Em um estava a estatua do Douro, em outro a do Tejo, lançando agua das suas bellas urnas de marmore. Ainda lá estão as bellas estatuas, nos lagos da Avenida. Tinha basta porção de arvoredos, e um tanque circular ahi pelas alturas do monumento dos Restauradores.

Era o passeio mais concorrido da sociedade elegante, que ahi passava as tardes *marcando terreno* para baixo e para cima. Depois da missa do meio dia, encontravam-se ali as elegantes pretendentes ao matrimonio, e os mancebos de bôa roda.

O passeio publico foi a *pyra* onde ardeu muito coração, e a *estrada de Damasco* de muitos celibatarios. Era bonito de ver o quadro. As meninas engolphadas na saia balão—a mais ridicula e estupida das modas femininas, com um chapeu em forma de telha, muito delgadinhas de busto, dando ares de cabo de vassoura espetando uma roda de fogo de arraial saloio Atraz as mamãs muitas vezes de capote e lenço, indispensavel balão... podiam bem representar de ursos mansos em procissão. Os homens serios seguiam a par das esposas, empertigados na sobrecazaca domingueira, absorvendo a sua pitada de *meio grosso*, e lançando ás furtadellas, olhares algo cubiçosos sobre as cocotes mais afamadas da occasião.

Quando porem o passeio se tornava mais interressante era nas noutes de illuminação. Não sabemos quando tiveram começo estas diversões, nem quem as iniciou. Talvez algum estrangeiro. Os fogos de artificio que lá se queimavam eram da fabrica de José Osti, um grande emprehendedor industrial e pyrotechnico, que introduziu e explorou profusamente a industria da fabricação de phosphoros.

A illuminação e diversões nocturnas deram causa a um celebre conflicto, ahi pelo mez de maio de 1877, em que chegou a correr sangue dentro do jardim. Era o gaz profuzamente distribuido. No coreto executavam bellos trechos muzicaes bandas militares, e lá se apresentou a explendida orchestra regida magistralmente por M.me Josephine Amman, que fez furor e attrahiu selecta concorrencia á audição dos seus concertos.

Tambem havia ali barracas de rifas em favor dos asylos de beneficencia, cafés chics, e outros recreios. N'essas noites era a entrada paga. A principio manteve-se bem aquella diversão. A sociedade mais escolhida entrava no recinto, e em volta das grades, pelas ruas exteriores agglomeravam-se espectadores populares para ouvirem a muzica, e disfructarem os fogos de artificio. Pouco a pouco foi entrando por ali dentro a desmoralisação, representada as mais vezes pelas *hijas del Cid*, e as familias honestas começaram a retrair-se. Afinal as grades do passeio foram derrubadas, com protesto de muita gente que se não conformava com a *profanação* do seu favorito jardim. As noites do Passeio Publico, a principio muito bem concorridas e por fim essencialmente monotonas, não foram substituidas por outras illuminações em jardins municipaes. Nos ultimos annos as emprezas não ganharam grande cousa á excepção dos Recreios Withoyne, onde o publico encontrava variadas distracções.

Os amplos jardins do palacio Castello Melhor pelo accidentado do terreno, davam margem a *rendez vous* (diz-se em francez que é mais moderno) que eram melhormente acceites pelos interessados. De resto não faltavam os cavallinhos de pau, jogos variados, bailes de mascaras, representações ao ár livre por companhias hespanholas e francezas, e o seu magnifico theatro, ao cimo da explanada, onde os enthusiastas da zarzuela quasi rebentavam os pulmões e aorta com os applausos á Moriones e outras estrellas de caro brilho.

Pois apesar de tanta variedade de armadilhas ás bolsas dos lisboetas ainda havia quem se lembrasse com saudade da *Montanha Russa* do José Osti, na rua da Escola Polytechnica, antiga Floresta Egypcia.

Pela calçada da Gloria se chega breve a S. Pedro d'Alcantara, onde temos o passeio de melhor ponto de vista de Lisboa.

Está muito arborisado, tem assentos e um bello tanque com repucho.

Pela parte inferior ha um lindo jardimsinho a que ja nos referimos em outro ponto. Uma empreza inaugurou ali diversões nocturnas, com as competentes illuminações.

Toda a estação calmosa de 1898 ali funccionou um grupo de

cantores estrangeiros, attrahindo a attenção em especial um dueto infantil cuja exhibição adquiriu certa nomeada. A entrada era baratissima, e portanto ao alcance de gente de ordem mui rasteira na escala da desmoralisação publica. Consequentemente a sociedade *limpa* deixa de concorrer a estas distracções sempre correctas no começo mas de pouco duradoira correcção.

Seguindo pela Rua de D. Pedro Quinto, antigamente do Moinho de Vento, passaremos pelo jardim do Principe Real, já nomeado, e onde ha a notar o grande lago com o seu explendido jacto de agua. D'este ponto, descendo a rua do Jasmim, pudere mos ir encontrar na Praça das Flores um outro largo ajardinado, que tinha grades e portas ha annos, e esta hoje aberto completamente.

Era um ponto de reunião das creançinhas que pelas immediações moravam. Em dias de sol e tardes de estio viam-se por entre os viridentes e floridos canteiros grupos de pequerruchos, alegres como bandos de cotovias, saltando, vozeando sem preoccupações de qualidade social. Em dez annos quantas d'essas pequenitas louras, de faces carminadas pela excitação da brincadeira, de candido e limpido olhar terão amado, soffrido e chorado? D'essas creanças muitas talvez sintam apertar se-lhe o coração ao passarem ali, e outras estarão dormindo á sombra dos cyprestes.

Outras nem para aquelle recinto terão a esmola de um piedoso olhar.

São estas as mais felizes, porque não cultivam a sensitiva das recordações dos annos em que fica gravada a imagem das mães— pobres e santas mães tão breve renegadas!...

Descendo a rua da Piedade, e tomando para o largo das Côrtes, pelo lado do mercado de S. Bento, alcançamos a calçada da Estrella, e voltamos ao largo, d'esta vez para visitar o passeio da Estrella.

Ahi onde o vemos eram umas terras de semeadura, pertencentes á massa fallida de uma tal Antonia José Rodrigues. Em 1842 o presidente do conselho de ministros, Antonio Bernardo da Costa Cabral, lembrou-se de fazer d'aquelle terreno um jardim publico. Tratou-se immediatamente da expropriação do terreno, perante o juiz de direito da quinta vara, e com tão boa vontade se tratou o assumpto que, em 18 de junho d'esse mesmo anno de 1842, a camara tomou posse d'elle, mediante a lettra do contracto que estipulava a cedencia por quatro contos de reis. A camara gastou pouco, porque o barão de Barcelinhos, fallecido ha mais de vinte annos, deu cinco contos de reis para a construcção do passeio.

Começou-se a planear o risco, e a preparar o solo, com todo o vagar, de modo que no anno de 1844 mui pouco havia feito. Rebentaram por essa epoca as luctas civis que iam abalando o throno, e o conde de Thomar teve que occupar-se de assumpto diverso. O jardim ficou de parte, e o descontentamento popular, veiu do norte do paiz, ameaçando a estabilidade das instituições, de modo que Costa Cabral, odioso ao povo, tendo de fazer face á tempestade, nem pensava em qualquer outra cousa.

A *Patuleia* deu que fazer aos governantes e foi preciso chamarem em auxilio a *santa alliança* para suffocarem a revolta.

Apesar de todo o apoio do alto, Costa Cabral não poude sustentar-se na presidencia do ministerio e segurar a pasta do reino.

Seguidamente aos estragos, que sempre resultam de uma revolução quando mesmo vencida, não se cuida em construir jardins de recreio publico, e o projecto do da Estrella foi adiado. Logo que se restabeleceu a normalidade administrativa a camara lá andou com o arranjo do terreno, arrancando plantas e arvores de fructo e destruindo as velhas apparencias da propriedade rustica.

Em 30 de setembro de 1850 começaram as obras do gradeamento, sob a direcção do architecto das obras publicas, e as da plantação, dirigidas pelos notaveis jardineiros João Francisco e Bonard.

Com o mais completo criterio aproveitaram as desegualdades do solo, de modo que o jardim não está sujeito á monotona regularidade que em outros se observa. Sobre um outeirinho á esquerda de quem entra pelo largo da Estrella, ha uma especie de mirante de madeira, de forma circular, com um banco a rodeal-o, de onde se gosa um bonito panorama. A estufa merece a attenção dos visitantes, bem como os kiosques e o coreto, que é feito de marmore branco.

Lá está tambem um bello pavilhão onde em tempos esteve o afamado leão, exposto ahi pelo sr. Paiva Raposo, obtida a auctorisação municipal. Lagos e cascatas apresentam lindos aspectos.

Ultimamente realisaram-se n'este jardim diversões agradabilissimas, concorridas de boa sociedade, em que predominava a colonia britannica. No coreto toca uma banda marcial aos domingos e dias santificados, e no recinto tem sido realisadas algumas kermesses em favor de obras beneficentes.

Em seguida aos minusculos jardins do Aterro da Boa Vista, encontra-se o da rocha do conde de Obidos, o do quartel de marinheiros, e o da Junqueira. Este é um passeio arborisado, cercado de elegantes e magnificos predios, fica proximo da praia, onde em 11 de outubro de 1755 se passou o tragico supplicio de João Baptista Pelle, victima de infame denuncia.

O desgraçado tinha vindo de Genova, onde nascera na aldeia de Araze, pertencente áquella republica. Professava a arte de pintor e veiu como maritimo ao nosso porto. Ficou em Lisboa, e residia ao Corpo Santo, no segundo andar de um predio com frente para a Ribeira Nova, e cujo proprietario se chamava Antonio Sodre Pereira Tibães.

O genovez dava-se ou vivia com um tal Luiz José de Figueiredo, natural do Brazil, de onde veiu sentenceado a degredo por varias deliquencias commettidas. Este miseravel, desejoso de chamar sobre si a benevolencia do poderoso ministro de D. José, urdiu a calumnia mais atroz que póde germinar em consciencia depravada, e denunciou ao marquez um attentado contra a sua pessoa, cujo executor seria o pobre pintor genovez.

Mais não foi preciso para a perda do desgraçado. Desde que se tratava da sagrada pessoa do primeiro ministro nem se exigiam provas; bastava a denuncia. João Baptista Pelle foi preso, processado, julgado e condemnado sem delongas, nem publicidade, no dia 6 de outubro. Em vão quiz adduzir testemunhas de defeza; nada lhe foi concedido, nem os tres dias de oratorio, visto que na noite de 10 para 11 foi superiormente ordenado aos corregedores do crime da *corte e casa*, ministros criminaes dos bairros, dois regimentos de cavallaria e outros dois de infanteria, e aos carrascos que marchassem acto continuo para a Praia da Junqueira, sem lhes ser explicado o fim para quê.

A noticia circulou, e grandes magotes de povoleu, farejando alguma execução capital accorreram a gozar o espectaculo, com a ferocidade nativa com que ainda hoje o povo de Paris e de outras cidades assiste ao *crime legal* das execuções capitaes. Chegados ali todos ficaram admirados de não haver cadafalso no ponto indicado.

Eram oito horas da manhã quando sahiu do pateo dos Bichos um carro que logo attrahiu todos os olhares. Atado a um cepo, mais morto que vivo, o miserando genovez vinha ali, em meio de tres franciscanos e de dois carrascos.

Seguiam o vehiculo de morte quatro cavallos, levados á redea, entre alas de tropa a pé e montada. Estes cavallos eram empregados na conducção da carne para os açougues, e ninguem comprehendia para que os levavam ali.

Parou o carro no ponto designado, e o infeliz João Baptista Pelle foi de lá descido pelos carrascos, juntamente com o cepo. O primeiro acto da tragedia foi o decepar das mãos do sentenciado, que soltava gritos horrorosos. A seguir amarraram-lhe os pés e os braços escorrendo sangue ás caudas dos quatro cavallos, em que montavam os conductores. Feito isto esporearam e chicotearam barbaramente os pobres animaes, inconscientes algozes, mas elles andavam em tal estado que mal se tinham de pé; não podiam correr, e um até cahiu sobre a victima d'aquella selvageria. Horriveis gritos sahiram da larynge do desgraçado que sentia desconjuctar os membros pouco a pouco, morosidade de supplicio de ante-mão calculada pelos que o sentenciaram.

Durou um quarto de hora o estupendo espectaculo. João Baptista Pelle não acabava de ser esquartejado porque os brutos não tinham o vigor necessario para lhe separar os membros, e a hemorrogia dos pulsos, comquanto abundante, não lhe dava a morte. Os padecimentos do misero tocavam o cumulo, e deviam, quiçá, enlouquecel-o... pois nem uma piedosa congestão poz termo áquella atrocidade!

Por fim um dos juizes, aborrecido do espectaculo, mandou a um dos carrascos que o afogasse com o lenço, e assim findou o indizivel tormento do condemnado. Ainda assim teve o algoz de acabar de esganal-o com as mãos, acto que não commoveu os assistentes, tal era o temor que inspirava o *grande ministro*.

Desamarraram-n'o depois, e fizeram uma fogueira de lenha, na

qual queimaram cepo, carro e cadaver, lançando-lhes as cinzas ao Tejo.

Esta excepcional selvageria não despertou murmurios, apesar da opinião publica nem de longe acreditar na supposta conspiração.

Afinal nem se chega a desvendar o motivo que levou o marquez á pratica de semelhante barbaridade equeva das epocas pagãs. O desgraçado genovez não era politico, nem representava valor algum na ordem social. Diz-se que o rancoroso estadista aproveitou a occasião para intimidar quem ousasse tentar contra a sua vida, por saber que muitos inimigos o rodeavam. No entanto tambem lhe devia occorrer que se alguma conspiração contra elle vingasse, não seria provavel que os executores ficassem á espera das resultantes...

Muitos outros jardins ha em Lisboa, mas sendo de insignificante ou vulgar construcção não vale a pena tratar d'elles.

Apesar da natural dureza de Sebastião José de Carvalho e Mello, a cidade de Lisboa deve-lhe a sua ressurreição depois do medonho dia de 1 de novembro de 1755. No meio da completa desorientação publica só elle conservou a sua inalteravel frieza de animo, e ao passo que toda a gente gemia, e estarrecia de medo, elle executava a sua idea—*cuidar dos vivos e enterrar os mortos.* Para se avaliar do estado em que ficou a capital considere se o seguinte: antes de produzido o cataclysmo tinha Lisboa 39:609 fogos, com 158:400 almas, e horas depois restavam lhe de pé 30:600 fogos, mais ou menos arruinados, e uma população de 122:794 individuos! Cerca de 9:000 fogos e de 35:700 habitantes foram subvertidos pelo violentissimo abalo, ou ficaram esmagados nas ruinas dos desabamentos.

No reinado de D. Maria I continuou a progredir a cidade. Esta rainha reformou a Academia da Historia Portugueza, fundada por seu avô D. João V, e deu-lhe o nome de Academia Real das Sciencias.

Existe ainda este sapiente instituto, de que é presidente el rei D. Carlos I e secretario o illustre publicista Dr. Theophilo Braga, nome laureado no paiz e no estrangeiro e de quem ha importantes livros traduzidos na Allemanha. A bibliotheca d'esta respeitavel Academia representa muito valor, e possue cerca de 85:000 volumes.

Em 1781 instituiu a mesma Senhora a Academia das Bellas-Artes, e em 1789 a Cordoaria.

N'esse mesmo anno foram principiadas as obras do famigerado erario á Patriarchal Queimada. *Abortou* este projectado edificio, que não chegando a passar dos alicerces, custou ao paiz a bagatella de dois mil contos de réis. Pois para desmanchar o que estava feito ainda se empregou bem bom dinheiro, depois de 1834.

Em 1796 publicou-se o decreto que creava o almirantado e a Brigada Real da Marinha.

Em 1798 instituiu-se a Bibliotheca Publica, a qual logo foi franqueada ao publico, sob a inspecção do marquez de Ponte de Lima.

No anno antecedente tinha sido inaugurada a illuminação de Lisboa, que até então permanecia ás escuras. E n'isso levamos á palma aos outros paizes! Londres alumiava-se com lanternas, pregadas em postes de madeira; já se vê que o processo nada tinha de agradavel á vista. Em Paris usavam uma especie de argolão, lançado de uma a outra janella á largura da rua e ali dependuravam um lampião.

Estes lampeões não estiveram ociosos durante a epoca terrivel de 1793. No entanto já se havia realisado a descoberta do gaz desde 1739.

Um engenheiro portuguez chamado Martinho Antonio de Castro inventou um systema de candeeiros, de que ainda ha annos havia exemplares fóra das portas da capital, onde não chegava a canalisação do gaz. Desengraçados conforme eram, não tinham superiores na Europa.

O intendente geral da policia da côrte e reino, que era então o celebrado Diogo Ignacio de Pina Manique, gostou do invento, e deu immediatamente as providencias para a illuminação publica passar a facto.

Martinho Antonio de Castro desenhou o seu projecto em um quadro. N'elle se via o accendedor no acto de abaixar o lampeão para o accender.

Este quadro veiu ao poder do conde da Figueira, e está datado de 1788.

Quando se adoptou o novo processo de illuminação municipal, os antigos candeeiros foram vendidos ás municipalidades provincianas que os quizeram usar.

Antes de 1830 não se vira em Lisboa luz de Gaz. A primeira illuminação d'este genero exhibiu se na opulenta quinta das Larangeiras, a Santo Antonio da Convalescença. Esta quinta merecia um capitulo especial. Toda a geração de meio seculo ouviu dizer maravilhas d'aquelle eden, onde o luxo competia com o bom gosto. O seu proprietario, o famoso conde de Farrobo, gastou enorme somma de contos de réis n'aquella singular propriedade, unica no seu genero.

A quinta, mui vasta, possuia exemplares botanicos da flora dos climas temperados e dos equatoriaes, e tambem uma collecção de féras dentro de jaulas ricamente construidas. Lagos, repuxos, cascatas, pavilhões, matta, nada esquecera ao fidalgo artista, para elevar a quinta á mais bella e variada grandeza. Todavia o palacio sobrelevava quanto se póde imaginar! Chegava a parecer sonho das *mil e uma noites* o que ali se via! D'entre as maravilhas enumeradas resaltava a sala dos espelhos — forrada em todas as paredes, pavimento e tecto dos melhores crystaes de Veneza, representando um fabuloso custo.

O theatro então nem ha descrever-se o explendor. O conde de Farrobo barão de Quintella era enthusiasta pela muzica e pela declamação. Elle mesmo tomava parte nas recitas do seu theatro, e fez cantar ali operas italianas de grande espectaculo. Protegia largamente os artistas, passava de faustuoso a perdulario. Sabem todos os que se interessam n'estes assumptos quanto lhe deveu o theatro lyrico, em cujas emprezas perdeu avultadissimas quantias. Estas exaggeradas opulencias e generosidades, aggravadas pelos *emprestimos officiaes*, conduziram o magnanimo titular á decadencia, que breve se accentuou em pobreza.

Pois foi na explendida casa das Larangeiras que appareceu a primeira illuminação a gaz em Portugal. Em 1830 como é de suppor tornou se acontecimento notabilissimo, e meia Lisboa occorreu para admirar o scintillante brilho das luzes *que não tinham pavio nem azeite.*

No entanto a illuminação das ruas continuou a fazer-se pelo antigo processo a *azeite carrapato*, como lhe chamava o povo. Só em 1850 se adoptou o gaz, com grande susto dos romeiros. O oleo de purgueira ficou reduzido aos usos domesticos, nas velhas candeias e candeeiros de lata, de tres bicos, mal feitos e desengraçados; nas salas reinava o azeite em bellos candeeiros de louça ou de metal, e as vellas de cera a cores, imponentes nos seus castiçaes de prata, acompanhados da bandejinha com a thesoura, espevitador e apagador do mesmo metal, objectos feitos com perfeição e muito burilados.

Pouco tempo depois veio o petroleo expulsar o azeite, e a stearina, encerrar a cera nas egrejas, onde é canonicamente obrigatoria.

Tal tem sido a evolução dos processos de illuminação publica. Hoje, que temos a resplandecente luz electrica, e os varios inventos applicados aos bicos de gaz, nem comprehendemos como nossos avós se contentaram com os velhos candeeiros, que só para descerem e subirem com luz, gastavam bem um quarto de hora, sem contar ás difficeis operações da limpeza e ás probabilidades que o transeunte tinha de ficar com o facto estragado pelas pingas escorrentes do deposito.

E comtudo a primeira illuminação foi recebida com enthusiasmo pela população d'esta Lisboa, que hoje reclama contra a companhia do gaz por falta de boa luz. E' que as necessidades satisfeitas geram novas necessidades que é forçoso satisfazer, e assim se encadeiam os factos da civilisação.

Desde os ultimos annos do seculo XVIII até ao fim da primeira metade do seculo XIX, Lisboa foi scenario de grandes convulsões motivadas pelas luctas civis. Com a queda do marquez de Pombal o mundo reaccionario poz se em campo, animado pelo caracter e educação da rainha successora de D. José, já propensa á enfermidade mental que a victimou. D'este facto resultou o accrescimo de actividade por parte dos liberaes. D. João VI, regente na incapacidade de sua mãe, não era de molde a inutilisar os adversarios do absolutismo. Alem da assustadora impressão que os successos da Europa haviam lançado no seu espirito fraco, as suas qualidades e sentimentos de homem tendiam para uma benevolente pacatez, incompativel com actos não só de crueldade mas de real poder. E' mesmo possivel que, sem a influencia de D. Car-

lota Joaquina, as cousas publicas tivessem tido resolução menos sanguinaria.

O abandono da patria pela mal pensada fuga da familia real, em 29 de novembro de 1807, mais contribuiu para exaltar os animos dos descontentes. O paiz ficou sem defeza entregue ás hordas de Junot, que entrou n'esta capital no dia 30 do mesmo novembro. Este general de Napoleão installou-se em Lisboa como em sua casa. Era um rei absoluto de *facto*, e tanto que a 13 do mez immediato ordenava elle que se arreassem as bandeiras nacionaes das nossas fortalezas, e em seu logar fossem arvoradas as francezas com a aguia de Napoleão.

Junot aproveitou bem o tempo que esteve em Lisboa, saqueando egrejas, institutos publicos, e roubando ao precioso muzeu da Ajuda 2:000 especies de botanica, 400 animaes e 3:000 amostras de mineralogia, que tudo figura pelos muzeus de Paris. E' verdade que no Rio de Janeiro tambem ha muitos objectos d'aquelle muzeu, levados pelo fugitivos de 29 de novembro... Caso é que o muzeu da Ajuda, considerado até então o primeiro e mais rico da Europa, passou a insignificante.

Quando Junot, vencido e derrotado na batalha do Vimieiro propoz a celebre convenção de Cintra, ainda lhe consentiram que sahisse de Portugal com todo o carregamento de preciosidades que nos havia roubado!...

Em 15 de Setembro de 1808 voltou a tremular a bandeira das Quinas nas fortalezas de Lisboa.

Em 1820, dia 15 de Setembro, houve a revolução em Lisboa, que dissolveu a regencia, e organisou uma junta do Governo.

Em 1821, 15 de Setembro, D. João VI e os infantes, que haviam regressado do Brazil no principio do anno, excepto D. Pedro, foram lançar no Rocio, a primeira pedra para um monumento constitucional.

Em 6 de junho de 1823, depois da *villa francada*, D. João VI entra em Lisboa, e procede-se á demolição do monumento do Rocio, e á destruição das cadeiras dos deputados, que tudo era attentatorio do absolutismo triumphante. A nobreza de sangue azul exultou, houve repiques de sinos, luminarias, e o adiposo monarcha foi para a Bemposta cantar de baixo em côro de cantochão.

A 24 de julho d'esse anno regressou á capital o exercito realista refugiado em Hespanha, commandado pelo honrado general Silveira, que recebeu o titulo de marquez de Chaves.

Em 10 de março de 1826 é officialmente annunciada a morte de D. João VI, e fica sendo a rainha viuva a alma da conspiração anti-liberal.

D. Miguel, expulso por seu pae porque pretendera usurpar-lhe a coroa, regressou ao paço em 22 de fevereiro de 1828, e desde então entrou a guerra civil no seu periodo mais agudo, logo que a 20 de junho foi solemnemente aberta a côrte dos *Tres Estados*, que dois dias depois acclamaram D. Miguel rei de Portugal e dos Algarves, etc., etc. Esta acclamação foi bem recebida pelo povo que sympathizava com o moço principe, pelos seus habitos portuguezissimos, e pela sua indole folgazan, alem do que era realmente um formoso rapaz.

No dia 7 de julho fez-se a sessão real do juramento do rei, perante as mesmas côrtes geraes dos Tres Estados do reino.

D. Carlota Joaquina falleceu no dia 7 de janeiro de 1830, quiçá com a convicção da estabilidade do absolutismo, que tanto ajudou no combate com os principios liberaes. A predilecção que tinha por seu filho D. Miguel dar-lhe-hia penosos desgostos se vivesse mais alguns annos. Logo no immediato, no dia 8 de fevereiro, houve uma tentativa revolucionaria em Lisboa e se esta poude ser evitada, outra se manifestou em 4 de agosto. O regimento 4 de infanteria, com a coadjuvação da esquadra da Russia, surta no Tejo, tentou uma revolta, infelizmente sem resultado, porque as forças do governo muitissimo superiores, reduziram os revoltosos á impotencia. Em castigo foi *requintado* o regimento. Por este processo de requintar entendia-se mandar formar o regimento, e depois por meio de qualquer evolução fazer desfilar os soldados, e de cinco em cinco sahir um para ser fuzilado. Humanidades do systema absolutista.

Em 24 de julho de 1833 entra em Lisboa o general conde de Villa-Flôr, valente liberal, commandando 3:600 homens.

A cidade era defendida por forças muito superiores, sob as ordens do general Gaspar Teixeira e duque de Cadaval.

O exercito libertador foi ás prisões soltar as victimas do despotismo encerradas pelo crime de aspirarem á liberdade, encontrando alguns de alva vestida para serem enforcados.

Os absolutistas envergonhados da derrota tentaram a desforra, e vieram atacar Lisboa pelo Arco do Cego e Palhavã, no dia 5 de setembro. Commandava as forças o general francez Bourmont, que teve de retroceder. No dia 11 de setembro do mesmo anno, voltaram a atacar a cidade pelo lado do Alto de S. João, e tornaram a ser repellidas as forças realistas.

Entenderam os liberaes que lhes não convinha estas repetidas escaramuças, e no dia 10 de outubro sahiram a desalojar os adversarios, acompados fóra, mas perto de Lisboa. Macdonell, commandante das tropas realistas, foi forçado a marchar em retirada sobre Loures, onde se feriu outro combate no dia 11.

No dia 16 travou-se a importante batalha da Asseiceira, gloriosa para o exercito liberal, e no dia 24 entravam em Lisboa 1:300 soldados e 64 officiaes, prisioneiros de guerra. Alguns partidarios do antigo regimen accusam fortemente os liberaes porque, dizem, pozeram á grilheta muitos dos prisioneiros... estes moralistas da piedade humana em tempo de guerra, esquecem os martyrios a que os seus confrades haviam sentenceado milhares de liberaes, e o tormentoso fim do general Gomes Freire de Andrade. E' a eterna questão do *agreiro no olho do visinho*.

Implantado o novo regimen não serenou de prompto a opinião publica.

O elemento vencido apresentava todos os motivos de descontentamento para excitar paixões, e D. Pedro IV passou desgostos que muito lhe affectaram a saude, entre elles as desconsiderações que na noite de 27 de maio o feriram no theatro de S. Carlos, e se repetiram cá fóra, sendo necessario que uma escolta de cavallaria contivesse as ousadias do povoleu que insultava D. Pedro por haver poupado a vida do irmão.

Em 24 de setembro de 1834 falleceu o heroico libertador, no palacio de Queluz, justamente na camara em que nascera.

De 1846 a 1847 houve varias scenas de sangue em Lisboa, das quaes a maior parte ficam narradas em outro logar.

Em 7 de maio de 1853 inaugurou-se em Lisboa o caminho de ferro Norte e Leste, com a estação velha de Santa Apolonia. N'esse mesmo anno, dia 15 de novembro, morreu a Senhora D. Maria II, cujo reinado teve varias peripecias, e que tambem soffreu bastos desgostos, motivados pelas revoltas consecutivas, e pela imprensa hostil, a cuja frente estava o eminente Antonio Rodrigues de Sampaio, mais tarde ministro e mui preponderante na politica nacional.

Em 1861, em 11 de novembro, exhalou o ultimo suspiro no palacio das Necessidades, o bondoso e joven monarcha D. Pedro V. Toda a Lisboa sentiu no coração o luto mais doloroso. D. Pedro V era um espirito superior, um coração de oiro, que os desmoralisados da politica chegavam a temer pela absoluta honestidade, e os justos e leaes de todos os partidos adoravam pelas suas virtudes.

A morte do benemerito mancebo deu logar a um pequeno movimento popular. O povo de Lisboa não acreditou na *febre paludosa*, que se propalava haver victimado o real enfermo. A *associação patriotica*, que tinha séde no Poço do Borratem, no beco do Rozendo, promoveu tumultos que provocaram a intervenção da força armada.

Effectivamente aquellas mortes inesperadas de D. Fernando, principesinho gentil, de D. Pedro V, occasionadas pela infecção palustre a que estiveram expostas todas as pessoas da real comitiva ida em digressão pelo Alemtejo, e que até *infeccionou* o principe D. João, apezar de não ter por lá andado, e que ia *infeccionando* o principe, depois rei, D. Luiz, era para surprehender toda a gente. Dos *infeccionados* a valer escapou á morte o infante D. Augusto, após uma gigantesca lucta sustentada pelo talentoso medico Dr. Magalhães Coutinho, e ain la assim nunca tornou a ser perfeitamente sadio o desventurado infante, que tambem foi dotado de sympathicos e caritativos sentimentos.

De tanta gente que tem ido a Villa Viçosa, só os reaes mancebos pagaram com a vida a digressão..

O dia 19 de maio de 1870 foi de grande alvoroto em Lisboa. Ao romper da manhã, os corpos de infanteria 7 e caçadores 5, commandados pelo irriquieto duque de Saldanha, proclamam a queda do ministerio *Loul-Avila*, e obteem a adhesão de varias forças á excepção de um esquadrão de lanceiros, pouca gente de artilheria, e a guarda municipal, que ficaram fieis ao governo.

El-rei habitava o palacio da Ajuda, e para lá marchou Saldanha com a sua gente. Ao palacio estava de guarda uma bateria de artilheiros, os quaes promptamente se entregaram sem relutancia de vulto, ficando comtudo umas cinco praças mortas, e outras tantas feridas. Caçadores 5 apontaram de tal sorte que algumas das suas balas quebraram vidraças do paço e furaram os estuques dos tectos e paredes, produzindo grande panico.

De vespera el rei estivera assistindo a uma recita e recolhera á meia noite. Cerca das tres horas o estrondo dos tiros desperta o monarcha que rapidamente se ergueu do leito. O tiroreio continuava, chegando a silvar uma das balas tão proximo da cabeça do monarcha, que por pouco o não prostrou.

Acordados em sobresalto os ministros reunem á pressa, e Deus sabe com que apprehensões... O da guerra entende que se deve dominar a revolta, e não largar as pastas embora a *bernarda* tome peor aspecto. Assim entra a dar ordens para immediatamente contra ordenar, sem ter fixidez de pleno nem sangue frio para encarar a situação, os demais collegas limitavam se a declarar que não sabem o que hão de fazer, e o presidente do conselho, chamado pelo rei, nega-se obstinadamente a dar a demissão do gabinete.

D. Luiz, cordato, liberal, e bondoso, angustia-se n'aquelle transe. Por seu lado concorda em tudo com o marechal Saldanha, porque lhe repugna a ideia de sangue derramado. Illustrado e cheio de magnanimidade, todo o seu empenho durante o largo periodo em que reinou, e sabem-n'o todos, foi manter plena paz externa e internamente, e para isso uzava de uma tolerancia rara. Loulé, porém, esforçava se em convencer o rei de que o ministerio estava habilitado para fazer recuar os revoltosos, e que vae ordenar o seu exterminio. D. Luiz não dava credito ás affirmativas do presidente do conselho, e attendia apenas á gravidade que as cousas podiam tomar de um para outro momento. Insistiu portanto na demissão do gabinete em globo, e o duque sahiu arrebatadamente, affirmando que não queria saber de cousa alguma.

Do paço correu, porém, a combinar com os demais membros do ministerio os meios mais efficazes para suffocarem a revolta, e um dos primeiros actos de defeza foi a marcha do visconde de S. Thiago, commandante da 1.ª divisão militar para a Ajuda, decidido a fazer face ás tropas de Saldanha, protegendo o paço.

Nas alturas da Tapada encontrou uma ordenança com ordem de el rei para retroceder.

Entretanto S. Magestade assignava o decreto da demissão, e Sá da Bandeira sobe logo ao poder, tomando a presidencia do famoso ministerio de cem dias.

Em junho de 1872, anno assás nocivo pelas devastadoras enchentes que arrasaram os litoraes do Tejo e Mondego, houve a comica *pavorosa*, germinada na carreirinha do Soccorro, hoje rua Fernandes da Fonseca. *Dos conspiradores* alguem fallou demais, pelo que o governo tomou as suas medidas, e a *hydra* recolheu-se a bastidores prudentemente.

Em 2 de julho de 1873 inaugurou-se em Lisboa o caminho de ferro Larmanjat, de triste memoria. Era tramway a vapor. Trouxe para Lisboa esta prenda o duque de Saldanha, que, não podendo já fazer *bernardas*, arranjou assim um meio indirecto para partir cabeças. Larmanjat era nome do inventor, natural de *Huriel*—França, onde nasceu em 4 de março de 1826.

Estudou mechanica e physica no conservatorio das artes e officios de Paris, e praticou nos primeiros estabelecimentos industriaes francezes. Ainda rapaz começou a idear applicações da mechanica, algumas com exito outras impraticaveis. Emfim, inventou o caminho de ferro de systema mixto, e realisou a primeira experiencia com uma passeata de *Raincy* a *Montfermeil*. Não sahiu mal a empreza e muita gente a elogiou com calor.

Entre os numerosos assistentes estava o marechal Saldanha que se enthusiasmou, e veiu para Lisboa inaugurar esta novidade de viação, para a qual pediu e obteve o privilegio exclusivo.

Dentro em pouco estava a cousa feita. O Larmanjat não deu resultado aqui. Anda chegou a percorrer cincoenta e quatro kilometros, mas não foi além. Teve duas linhas, com a estação principal nas portas do Rego. Uma seguia por Sete-Rios, Bemfica, Porcalhota, Ponte de Carenque, Queluz, Cacem, Rio de Mouro, Ranholas e Cintra, que era a estação *terminus*. Para o norte partia tambem do Rego para as estações de Campo Pequeno, Campo Grande, Lumiar, Nova Cintra, Santo Adrião, Loures, Pinheiro de Loures, Louza, Venda do Pinheiro, Malveira, Villa Franca do Rosario, Barras, Freixoeira, Turcifal e Torres Vedras, onde findava a linha.

Raro era o dia em que não acontecia ficar gente ou gados atropellados. Os vehiculos sahiam da linha, o povo queixava-se por essas aldeias fóra, e a empreza não lucrava vintem. O certo é que os carros das carreiras antigas, um momento abandonados pelo publico amador das novidades, voltaram a ser utilisados pelos passageiros que desejavam chegar inteiriinhos ao seu destino.

Por esse tempo começou a empregar-se o caminho de ferro americano, cujas primeiras carreiras foram entre o Caes dos Soldados e o Aterro. Este systema entrou com o *pé direito* em Lisboa e foi progredindo a ponto de ter actualmente uma importante rede para serviço publico.

A viação publica, como as demais cousas, tem evolucionado consideravelmente em o nosso seculo; o antigo *omnibus* desappareceu para dar logar a carros de diversas emprezas. Por ultimo creou-se em Lisboa a companhia exploradora dos ascensores mechanicos, cujos serviços em abono da verdade, não são tão maus como se pretende fazer acreditar. Indubitavelmente os ascensores mechanicos são de summa utilidade em cidade de tão irregular e accidentado piso.

A' proporção que os montes vão sendo talhados em bairros e cada vez mais habitados, torna se necessario facultar ao publico meios de transporte mais rapido, que egualmente lhe poupem fadigas.

N'este genero de viação temos alguma cousa superior ao estrangeiro. A curva do elevador da Graça, curva descripta com rapido traço no Arco de Santo André, representa enorme trabalho e prodigiosa intelligencia do seu auctor, o talentoso engenheiro Raul Mesnier, que bem deve considerar-se uma gloria nacional.

Hoje temos a viação por meio de carros movidos electricamente, progresso em que a cidade do Porto levou a dianteira á capital.

*

* *

Sabendo-se da alta antiguidade de Lisboa presume-se que devem existir muitos monumentos testemunhando essa vetusta existencia. Em outras povoações temos noticiado o apparecimento de objectos archeologicos de tempos até pre-historicos.

Assim antes do terramoto de 1755 existiam algumas lápides e é de crer que outras preciosidades fossem devoradas pelos numerosos terramotos anteriores. Da epoca dos lusitanos ou dos phenicios ficaram-n'os as celebres estatuas de guerreiros, collocadas no jardim botanico da Ajuda. Mas essas vieram de Montalegre.

Naturalmente os barbaros do Norte, vindos á peninsula hispanica no seculo V como uma *avalanche* destruidora, arruninaram as bellas obras da *Olyssipo* e da *Felicitas Julia*, opulenta cidade que os romanos muito apreciaram.

Quando se revolveu o solo para remoção das ruinas de 1755 e disposição da nova cidade pombalina appareceram varias reliquias da explendida civilisação romana. Quasi todas ficaram inutilisadas por causa da ignorancia dos obreiros, e dos que os dirigiam nos trabalhos. Numerosas lapides foram metidas nas paredes das casas que se hiam levantando, á mistura com pedregulhos sem valor historico.

Até ao dia terrivel de 1 de novembro via-se no palacio dos duques de Bragança, ao Thesouro Velho, uma lapide, encontrada no mesmo local quando o predio foi caboucado, e pelos dizeres do importante monumento reconhecia-se que o pretorio romano occupara aquelle terreno.

Grande numero de lapides, do tempo dos romanos, principalmente consagradas á memoria de mortos queridos e indicação de sepulturas, tem sido encontradas e algumas vandalicamente mutiladas ou empregadas em construcção de predio e muros; não as mencionaremos, porém, porque, para o trabalho archeologico ser completo, não temos espaço e porque d'ellas dão noticia todas as memorias archeologicas de que temos conhecimento.

Esse trabalho aqui apenas enfadaria o leitor, sem interesse para ninguem.

Citaremos apenas alguma circumstancia curiosa que se ligue a este assumpto.

No Campo de Santa Clara, que antes do terremoto de 1755 chegava ate ao Tejo, havia em uma das casas á beira do rio, casa das primeiras ali construidas, uma lapide que tinha escripto :

Gemmia, mãe de Marcello.

Ao pé da egreja de S. Nicolau tambem se lia em uma lapide :

Caio Julio, filho de Caio, aqui jaz.

Em um dos baluartes que outr'ora houve pelas alturas do chafariz do Rei, esteve uma lapide applicada ás obras, na qual se lia:

Aqui jaz Quinito Cassio Calvo.

Perto d'este logar, ao Arco da Conceição no primeiro degrau, da escada que ia conduzindo para Nossa Senhora da Conceição houve uma lapide, dedicada por um Macrino ao deus Esculapio, estava trancada, de modo que não se lhe entende o sentido. Devia ser algum enfermo restabelecido, que assim quiz perpetuar a sua gratidão ao Deus a quem a attribuia.

Ao pé da cruz de S. Thiago outra lapide tinha apenas o nome de um varão que lá foi sepultado.

E o mesmo era a outra, que esteve em face do predio onde viveu o banio de S. Braz, cuja inscripção era :

— Aqui jaz Quinito Pompeio, filho de Quinito.

Por cima da porta-travessa da Sé ha uma sepultura mettida em um arco.

Dissemos em outra altura que a egreja de S. Nicolau andou em obras durante muitos annos ; pois por essa epoca, 1745, foi achada nas ruinas uma pedra, que os pedreiros ignorantes lançaram para os caboucos do mesmo templo. Por casualidade ia n'essa occasião passando ali o auditor da armada real, licenciado João Baptista Grafião, e viu que a pedra tinha uma inscripção. Immediatamente a copiou, e com esse acto prestou bom serviço á historia de Lisboa, porquanto nos deu a certeza de ter existido n'esta cidade um templo consagrado á deusa Thetis.

A copia com muitas palavras apagadas, de que damos apenas a traducção, confirma a que deixamos dita.

Aos deuses do mar dedicam á memoria dos marinheiros e barqueiros do oceano, a qual collocaram no templo de Thetis, por voto que lhes livrem as suas embarcações dos temporaes.

Os deuses do mar eram: em primeiro logar *Thetis*, e seguidamente *Neptuno*, *Palemon*, *Peneo*, *Salacia*.

Dentro da egreja de S. Thiago lia-se em outra lapide :

Caio Arrio Optato e Caio Julio Euticho, sacerdotes de Augusto, dedicaram esta memoria á sua divindade.

Em varias epocas encontraram-se em Lisboa provas indiscutiveis de que n'esta cidade se ergueram estatuas em honra dos imperadores e guerreiros romanos e mulheres celebres da epoca. Citemos um exemplo.

Na rua da Saudade havia outr'ora um becco do Bugio. A' quina, abaixo da egreja de S. Martinho, via-se um pedestal de estatua com o lettreiro:

A cidade de Lisboa, chamada por outro nome, Felicidade Julia, levantou esta estatua a Sabina Augusta, mulher do imperador Cesar Trajano Adriano Augusto, neto do divino Nerva, e filho do divino Trajano, vencedor de David. Esta dedicação lhe e offerecida por Mario Gellio Rutiliano e por Julio Avito Vero..

No baluarte ja mencionado, ao pé do chafariz do Rei estava mais outra inscripção do contheudo seguinte:

«A cidade de Lisboa, chamada Felicidade Julia, dedicou esta memoria ao imperador Cesar Marco Julio Philippe, pio venturoso, augusto pontifice maximo, tendo o poder tribunicio pela segunda vez, e sendo consul terceira, e pae da patria,

O imperador, a quem foi dedicada esta lapide, converteu-se ao christianismo por ter assistido ás eloquentes prédicas de S. Poncio, Martyr. Data do anno 249, epoca em que elle, já baptisado, estava no terceiro do seu consulado, e provavelmente teria regeitado o qualificativo de divino propriamente dito pelo orgulho pagão. Antes de abraçar o Evangelho este imperador revelou atrocissimas qualidades. Era elle oriundo d'uma infima e desprezivel tribu de arabes, mas desmedidamente ambicioso, conseguiu arranjar partidarios e assassinou o imperador Gordiano, fazendo-se coroar em seu logar. Isto passou-se no anno de 247 da nossa era, e em 249 converteu-se elle á fé christan, bem como um filho. Décio, depois imperador, inimigo terrivel do christianismo, assassinou covardemente pae e filho, áquelle em Verona, quando dormia, e a este em Roma, tambem á traição, ambos ao anno de 252.

No predio que faz esquina para o largo da Magdalena e para a travessa do Almada, está uma pedra embebida na parede, com o distico:

«A cidade de Lisboa, tambem chamada Felicidade Julia, dedica esta memoria a Lucio Cecilio, filho de Lucio Celeris, questor rectissimo da provincia da Betica, tribuno da plebe e pretor».

Esta lapide, que ainda se conserva como uma saudosa memoria de uma brilhantissima civilisação, appareceu no anno de 1749 e poude salvar-se do dia terrivel de 1 de novembro de 1755.

Outras muitas inscripções por ahi existem mas o desleixo de uns, a ignorancia de outros, e a longa serie de cataclysmos de que tem sido victima esta capital as inutilisaram.

Não só romanos, como de outros povos e de crer que se encontrassem monumentos tendo sido Lisboa habitada por tanta variedade de gente.

Quando a egreja da Conceição Velha foi demolida em parte para se aproveitar o que ora vemos, lá foi achada uma lapide de marmore côr de rosa pallido, contendo uma longa inscripção de louvores a Deus e maximas moraes.

Era escripta em hebraico, e datada da era de 5000 da creação do mundo, anno 996 da nossa era.

D. Manuel do Cenaculo, sapientissimo prelado, comprou-a e mandou-a para o seu muzeu de Beja, e de lá para o importante museu que instituiu em Evora, onde ainda existe.

Do achado d'esta pedra deduz-se que effectivamente a egreja foi primitivamente synagoga dos activos e desventurados habitantes de Villa Nova de Gibraltar.

D. João V prestou um valioso serviço á sciencia archeologica, instituindo a *Academia Real da Historia Portugueza*. Esta instituição teve a sua grandiosa festa inaugural em 8 de dezembro de 1720, com uma sessão em que se ordenaram os estatutos, e se procedeu á nomeação de socios que faltavam para completar o numero dos cincoenta que compõem o corpo associativo. Além d'estes ha academicos correspondentes, supra-numerarios, aos quaes compete remetter á Academia memorias ou noticias escriptas a respeito de questões archeologicas.

D. João V tomou a peito o desenvolvimento do instituto, para o que se declarou protector official, e no mesmo decreto nomeou directores o conde da Ericeira, o padre Manuel Caetano de Souza, clerigo regular da Divina Providencia, e os marquezes de Fronteira, de Abrantes e do Alegrete

O conde de Villar Maior, depois marquez do Alegrete, foi nomeado secretario perpetuo.

A Academia occupava as salas do enorme palacio dos duques de Bragança, ao Thesouro Velho, de onde a desalojou o terramoto.

* * *

Entre os dias de solemnidades publicas que mais impressionaram esta capital conta-se o 1.º de setembro de 1503, dia da chegada ao Tejo das naus com que Vasco da Gama regressava da segunda viagem á India.

Treze eram ellas, e qual mais carregada de preciosidades orientaes.

Mal se soube que as velas apontavam á barra, a população de Lisboa correu aos caes, com grandes e ruidosas demonstrações de jubilo. Repicaram os sinos, tocaram charamelas, danças se apresentaram com summa rapidez, que todos queriam saudar as victoriosas naus.

D. Vasco da Gama desembarcou com a sua gente, e ordenou um cortejo com que seguiu caminho dos paços da Ribeira. A' frente ia um pagem segurando uma enorme bandeja de prata de primoroso valor e arte, dentro da qual reluziam aos olhos da multidão boquiaberta dois mil *meticais* de ouro, primeiro tributo pago ao rei de Portugal por um dos reis do Oriente.

D. Manuel avistou o cortejo com grande alegria, e se bem o recebeu, melhor ainda recebeu os thesouros da India. Com as mil moedas do bom ouro oriental mandou immediatamente fazer uma riquissima custodia, rodeada de pedras preciosas da mesma proveniencia. Esta custodia, que egual não tem na Europa, deu-a o monarcha ao mosteiro dos Jeronymos. Por um *milagre* inaudito não cahiu nas mãos de Junot, e livrou-se da *protecção* dos fieis

alliados. Ainda assim esteve a pique de outros naufragios, mas afinal foi recolhida á casa das joias da corôa.

Se é um thesouro pelo valor material o valor artistico é ainda superior, sendo lastimavel que se não exponha em logar que o publico a possa apreciar.

Dois annos após a solemne recepção de D. Vasco da Gama, outra grande festa official se realisou em Lisboa, em honra d'um dos mais dedicados servidores de Portugal, o honrado e corajoso capitão Duarte Pacheco.

Foi em uma quinta feira, 26 de junho de 1505, Ordenou el-rei que se fizesse uma procissão, imitando o ceremonial usado na solemnidade de *Corpus Christi*

A procissão sahiu da Sé e recolheu á egreja de S. Domingos, entre alas de tropa e grande multidão de populaça. Debaixo do pallio ia D. Manuel, dando a direita ao heroico e famoso capitão que tão bons serviços vinha de prestar aos interesses d'el-rei, no governo da India.

D. Diogo Ortiz, bispo de Vizeu, e laureado orador sagrado, fez o panygirico do bravo capitão, cujas victorias no Oriente assombraram todos os povos.

Duarte Pacheco Pereira recebia aquella homenagem com lagrimas de gratidão. Mal pensava o intrepido portuguez quão ephemeros eram esses momentos de gloria! Breves annos volvidos, el-rei, esquecendo os dedicados serviços que lhe prestara, e quiçá egualmente que publicamente lh'os consagrara, votou-o ao ostracismo com a mais censuravel ingratidão. Duarte Pacheco chegou á maior pobreza, sem protecção nem amparo. Envelhecido mais pelo desgosto do que pelos annos, cheio de achaques contrahidos nos climas ardentes, em vão appellou para a munificencia régia. D. Manuel nem se recordava das honras que havia dispensado ao nobre funccionario. Após longos infortunios e cruciantes magoas, o miserando heroe, cahido no indifferentismo da corôa, acabou a penosa existencia em uma enxerga do hospital da Misericordia de Lisboa, de todos abandonado! Era assim que D. Manuel usualmente pagava aos que de melhor vontade o serviram.

Esta procissão nos traz á memoria outra semelhante, que se fez em 25 de julho de 1572, tambem em honra de um governador da India.

Era este D. Luiz de Athaide, vice-rei, que chegara do Oriente honrado pelos actos do seu governo.

A procissão sahiu tambem da Sé e recolheu-se a S. Domingos onde houve *Te Deum* solemne, com a pompa usada na epoca. Reinava o desventurado e novel D. Sebastião que levava a seu lado, sob o pallio, o victorioso vice-rei, de cujas surprehendentes victorias no Oriente se gloriava a lusa historia.

Subiu ao pulpito o padre Ignacio Martins, da Companhia de Jesus, que produziu um eloquentissimo discurso.

Foi esse dia de grande festa publica.

Outr'ora os dias de regosijo publico eram muito mais ruidosos e opulentados do que modernamente.

Apezar das vantagens que a civilisação confere ás gerações dos tempos mais recentes não ha comparação n'este assumpto que não favoreça o passado. E comprehende-se. O thesouro estava mais recheado, o direito real mais apertado e temido, e o povo pelo seu embrutecimento mais propenso a enthusiasmar-se com festejos, que no fundo eram a negação dos seus direitos moraes, intellectuaes, e até de direitos civicos.

A este proposito vamos descrever uma das festas realengas do seculo XVII, realisada no dia 20 de agosto de 1666.

Reinava o desgraçado D. Affonso VI, contra quem havia uma permanente conspiração no paço, alimentada pelos partidarios do infante D. Pedro, e perfilhada por D. Luiza de Gusmão.

Segundo as praxes estabelecidas o monarcha tivera de matrimoniar-se e para rainha de Portugal foi escolhida D. Maria Francisca Izabel de Saboya, formosissima filha do duque de Nemours Carlos Amadeu de Saboya.

N'esse dia desembarcou a noiva em Alcantara, e descançou na quinta real. Cerca do meio dia sahiu ella acompanhada pelo marido e cunhado, em trajes de uma riqueza e elegancia sem egual Numeroso cortejo os aguardava e d'ali seguiram caminho de Lisboa. Abria a comitiva com os dois procuradores do Senado, seguidos dos ministros dependentes do municipio, vestidos com luzimento e acompanhados dos respectivos lacaios vestindo variadas e bonitas librés, e levando cavallos primorosamente ajaezados. Logo atraz seis porteiros de el rei, de maças ao hombro. Seguiam os reis d'armas, arautos e passavantes, com cotas de armas e cordões de oiro de muito valor, os corregedores do crime da côrte com as garnachas forradas de tela branca, acompanhados de outros ministros da justiça qual mais vistosamente entrajado Começava depois o desfilar de carroças e liteiras douradas, adornadas de modo a produzir vertigens, correspondendo a cada uma a libré dos conductores, dando ao todo uma vista de sonho de fadas.

Titulares e toda a classe fidalga, montavam formosos cavallos de deslumbrantes jaezes, ou iam em trens de extraordinaria riqueza, da qual nos ficou a amostra nos coches com que o marquez de Vallada se apresentava nos cortejos reaes dos esponsaes das magestades.

No dia de que fallamos não houve precedencia no desfilar dos coches até ao do estribeiro-mór. A este seguiam-se os *coches de respeito* do infante, da rainha e do rei. A ultima carroça era a das magestades. O moço rei occupava a direita da gentilissima rainha, e o infante que tão triste influencia tinha de ter no destino d'aquelles recemcasados, ia no assento da frente, quem sabe se já subjugado pelos encantos da joven senhora.

No estribo da direita ia a marqueza camareira-mór. Este coche era descoberto, tendo em vez de tejadilho uma umbella de damasco carmezim guarnecida de ouro, segura por meio de um varão dourado, que um moço da camara sustentava nas mãos.

D'este modo a juvenil rainha era vista das janellas, e por onde passava causava enthusiasmo e arrancava saudações e louvores a sua rara formosura.

Seguem atraz d'este coche capitães, tenentes e soldados da guarda, e rodeava-a numeroso sequito de moços da estrebaria. Desfilavam as carruagens das damas da côrte e donas de honor.

Era deslumbrante a ornamentação das ruas, que tinha a distancias symetricas arcos cobertos de ouro, prata e pedras preciosas, cousa que nos parece impossivel a nós que vemos o povo extasiar se diante das ornamentações a buxo, papelão dourado e pannos de algodão de cores extravagantes.

Passado o primeiro d'estes arcos, que ao todo eram dezeseis, fez-se a ceremonia da entrega das chaves, offerecendo-as os senadores a el-rei, que as offereceu á rainha. Um pouco adiante estava o marquez de Marialva, governador das armas de Lisboa e de toda a Extremadura, o conde da Torre, mestre de campo general, com todo o estado maior em grande uniforme.

As ruas do transito tinham alas de infanteria e cavallaria até á egreja da Sé. Ali ouviram os reaes conjuges um explendido *Te Deum* estando o templo adornado com a maior opulencia, indo depois para os paços da Ribeira.

Nos dias immediatos houve jogos de cannas e escaramuças, levadas a cabo com a mais fina elegancia e requintes de arte

Trez dias seguidos se realisaram corridas de touros sahindo, ao primeiro, o conde da Torre com doze lacaios, trajando de veludo azul com alamares de ouro batido. No segundo D. José de Castro com cento e seis servos, vestido de diversas sedas em bellas cores, á moda de varias nações, e todos com passamares de ouro e prata.

No terceiro dio o conde de S. João e seu irmão D. Francisco de Tavora sahiram com trezentos lacaios vestidos de telas de varias qualidades, côres e ornatos, mas todos com chamelotes de prata e guarnições de ouro.

Pela simples descripção dos trajes se pode ajuizar do delirio que fariam as festas, principalmente as corridas de touros, delicia do nosso povo em todas as epocas. E isto sem falar nas illuminações, que, apesar de não estar descoberto gaz, eram magnificamente feitas, não querendo os moradores de cada arruamento ser supplantados pelos de outros.

Os fogos de artificio não dispensaram nunca tal, como se não dispensam hoje, em festejos de semelhante luzimento, e os d'essas noites fizeram epoca.

Miseria das alegrias humanas! Dois annos depois a linda filha do duque de Nemours recolhia ao convento da Esperança, desgostosa da côrte, aborrecida do rei e perdidamente enamorada do cunhado, que a adorava apaixonadamente. De lá requeria annullação de matrimonio, emquanto cá fóra os seus partidarios, que o eram do infante D. Pedro, promoviam a queda do malaventurado monarcha, e pouco tempo depois D. Maria Francisca Izabel de Saboya voltava a ostentar a sua estonteadora formosura no throno, como rainha e esposa de D. Pedro II, emquanto D. Affon-

so VI; prisioneiro na ilha Terceira aos vinte e quatro annos de edade e depois no palacio de Cintra, chorava amargamente as affrontas recebidas, e que não podia castigar!

Deseseis annos de angustias innominatas a que poz termo a morte aos 12 de setembro ds 1679.

Modernamente temos tido dias de explendido regosijo nacional, comquanto sem as scintillações de oiro e pedras preciosas, cousa que a geração de hoje conhece em *imitações* pomposamente denominados *brilhantes allemães*.

Comtudo o explendido cortejo civico do tricentenario camoneano ficará memorado pela magnificencia e aparato com que foi feito, e pela significação especial que tem. O centenario do marquez de Pombal foi tambem grandioso, mas já não tanto, e os que se teem seguido veem decahindo sensivelmente. E' que o primeiro marcou um periodo de *resurreição* nacional, embora ephemera, e os outros teem tido um impulso galvanico.

Das festas mais estrondosas motivadas por casamentos de pessoas reaes, nenhuma sobrelevou ás que se fizeram pelo matrimonio do filho aureo de D. João II com a galante princezinha de Castella D. Izabel, depois primeira mulher de D. Manuel. Nenhuma porem mais triste foi do que a festa do casamento do principe D. João, filho de D. João III.

Tinha-se realisado o cortejo, sem extraordinarias pompas, mas ainda assim mui vistoso, e a real familia assistia aos officios divinos na capella dos paços da Ribeira. A côrte de D. João III era ultra-fanatica, e a noiva, a princeza Joanna filha do imperador Carlos V, tinha de resignar a sua bella mocidade á vida semi-conventual que lhe ia ser imposta. Ora, no momento em que o officiante da missa solemne, erguia a hostia na consagração, um calvinista precipitou-se sobre o sacerdote, arrancou-lh'a da mão, e entornou o calix. Em nossos tempos, e tratando-se do paiz onde o bom censo se sobrepuzesse ao fanatismo iguaro, o homem tinha arranjado immediatamente um *passaporte* para Rilhafolles... Nem outra cousa, alem da maluqueira mais requintada, se póde deduzir de similhante disparate, praticado em logar e entre pessoas que lhe tornavam impossivel a impunidade.

O homem, immediatamente preso, foi sentenceado sem delongas. Levaram-n'o de rastos, ao Terreiro do Paço, cortaram-lhe as mãos e queimaram-n'o vivo.

O successo horrorisou a cidade, e D. João III ia morrendo de pavor. Fechou-se no seu gabinete, com as janellas tapadas, não fallando com pessoa alguma. A primeira vez que sahiu foi para acompanhar uma procissão de desaggravo, da Sé para S. Domingos, a pé, descalço, tendo de fazer outro tanto os fidalgos que tinham vindo a Lisboa para assistir aos festejos do casamento. Vestia luto rigoroso, o tenebroso instituidor da inquisição em Portugal, e diz-se que nunca mais vestiu de côr, e que durante os cinco annos que ainda viveu, não tornou a comer senão em louça de barro...

*
* *

Todas as povoações teem alguma cousa de ridiculo na sua historia, que as faz enraivar quando lh'a recordam. Não se exime a esta *lei*. Em Silves é perguntar pela Maia... Em Alcochete, *pelos canudos do orgão* etc. Em Lisboa é o *homem das botas de cortiça*. Eis o caso: Quando foi das invasões francezas os santarenos perderam o somno, com receio de que os *jacobinos* lhes deitassem a mão ao seu Santo Milagre. Vieram pois, mui cautelosamente, collocal-o na Sé de Lisboa, muito mais bem guardada do que o templo da sua terra.

Suppondo ainda mal seguro ali o seu thesouro, foi removido, sob rigoroso segredo, para o palacio da Mitra, entre o Beato e o Poço do Bispo.

Expulsos os invasores, os homens de Santarem quizeram vir buscar o Santo Milagre, mas o povo de Lisboa não quiz que se lhe entregasse, sob pena de passar *ás do cabo*. Apertada conjunctura esta e o patriarcha bem diligenciava entregar o deposito aos legitimos possuidores, porem via imminente um conflicto.

Ora, outras pessoas negam a resistencia dos lisboetas, e insinuam que os santarenos usaram simplesmente de uma esperteza para transportarem a reliquia evitando despezas de procissões, e tudo quanto reclamava a dignidade do culto, para o que simularam grande medo dos devotos da capital.

Como quer que fosse, na manhã de 30 de novembro de 1811, as esquinas de todas as ruas de Lisboa appareceram cobertas de grandes cartazes onde se lia em lettra garrafal:

Noticia ao publico

«Um official do exercito britannico, tendo apostado 500 libras sterlinas que ha de passar a travez do Rio Tejo, na segunda-feira que vem, á uma hora depois do meio dia, com um par de botas de cortiça, principiando o seu passeio pela Torrre de Belem, e d'ahi á Torre Velha.

«Estas botas são de uma construcção admiravel e curiosa: foram inventadas pelo mesmo official que faz o passeio.

«Na officina de Lisboa de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões.

—1811—

«Com licença do desembargo do paço».

Cahiu a tal segunda-feira em 2 de dezembro. Ainda não era bem manhã já o caminho de Belem ia cheio de familias que queriam apanhar bom logar, para verem o interessante espectaculo, unico no seu genero.

Pelos modos os de Santarem, mal viram o povo lisboeta boquiaberto á espera do «official britannico», vieram a Marvilla buscar o Santo Milagre, metteram-se com elle em uma boa falua, e elles lá vão esteira de Santarem, sem mais depezas nem encargos.

E' de crer que já estariam mui descançadamente em suas casas rindo a bom rir da «peça» pregada aos de Lisboa, e ainda estes estariam de bocca aberta, esperando o «homem das botas de cortiça».

Resta saber de quem seria a invenção... talvez por aqui andasse a sagacidade patriarchal, alvejando o fim de evitar alguma catastrophe popular.

Caso é que a historia do «homem das botas» se perpetuou até ao presente.

*
* *

Vamos agora dar noticia de alguns dos principaes filhos de Lisboa, ou que n'esta cidade teem tido uma segunda patria. De poucos poderemos fallar, porque seria necessario um volume de milhares de paginas para os enumerar a todos quanto a isso teem jus.

Abrimos esta galeria de benemeritos com o nome venerando do artista immortal que tem na historia o nome de

Affonso Domingues.—Começamos por lamentar que ao certo se ignore a data em que este grande architecto veiu ao mundo, e aquella em que partiu. Sabe-se apenas que existia entre os annos de 1304 a 1410.

A sua vida ficou envolvida em uma especie de lenda, poetisada pelo espirito popular, mas para lhe ganhar um proeminente logar no capitolio dos celebres, basta a obra gigantesca de Batalha, de que elle foi o primeiro architecto, ahi em 1402.

A aboboda da casa capitular d'este mosteiro é um arrojo epico na arte architectonica. Conta-se que o grande homem cegou, e por isso foi destituido do seu logar que outro architecto estrangeiro foi incumbido de occupar. Vendo este o plano declarou o impossivel, instigado, poz mãos á obra, mas a aboboda, sem apoio a olhos vistos, desabou.

Segunda tentativa fez e o mesmo desesperante resultado. Declarou então que era impossivel, totalmente impossivel, fazer semelhante obra.

Affonso Domingues, chamado a dar explicações, e quiçá mal tratado pelo orgulho do estrangeiro, sorriu serenamente, e pediu que, mesmo cego, lhe confiassem a direcção d'aquelle trabalho, que devia coroar de gloria os seus cabellos brancos. Concederam-lh'o e o insigne artista dirigiu a obra com tão lucido criterio, com tanta sapiencia das leis do equilibrio, que a aboboda em questão ficou collocada sem incidentes desagradaveis, verdadeira maravilha de architectura, cuja rara execução admira os grandes mestres da arte.

Depois d'esta suprema revelação de genio, Affonso Domingues

eclypsou-se no indifferentismo do seu tempo, como aliás acontece a todos os benemeritos cujos serviços a sociedade retribue com a ingratidão.

Nem se sabe sequer o logar onde repousaram os restos d'esse cego com tanta visualidade artistica.

O seu nome, dado a uma rua do bairro Operario da Graça, rua até bem feia pela uniformidade dos pequenos predios de um só andar, semelhando um aquartellamento da miseria, não desperta mesmo a memoria do immortal artista na consciencia dos operarios que a habitam, porque bem poucos d'estes sabem quem foi Affonso Domingues.

Achilles Estaço.—Grande orador, prosador e poeta, nasceu este insigne lisboeta em 19 de junho de 1524. Seu pae, Paulo Nunes Estaço, cavalleiro illustre, levou-o á India para praticamente lhe dar lições de guerreiro.

O mancebo, porém, preferia ás pugnas sangrentas as tranquillas divagações do pensamento, manifestando raro engenho para as lettras.

Em vista da sua manifesta vocação consentiu o pae em que elle voltasse para Portugal e se matriculasse na universidade de Evora. Ali cursou humanidades sob a direcção do preclaro André de Rezende.

Concluido o curso passou para Louvaine, onde teve por mestre o afamado orador Pedro Naura. O discipulo breve se tornou egual ao mestre, e alcançou brilhante nome n'aquella universidade.

As guerras que então rebentaram na Louvaine, affastaram-n'o d'ali

Foi para Pariz, onde o ssu extraordinario talento se notabilisou a ponto de lhe ser conferida uma cadeira no collegio da Sapiencia, com pleno applauso das mais elevadas personalidades do mundo scientifico.

Por essa epoca se realizou o concilio de Trento, e Pio IV, que muito o estimava, nomeou-o secretario d'essa excelsa assembléa. Pio V nomeou-o secretario das cartas latinas para os principes, e Gregorio XIII chamou-o junto de si na qualidade de seu familiar.

El-rei D. Sebastião, e o grão-mestre da ordem de Malta frei D. João Valete, delegaram-n'o para em seus nomes prestar juramento de obediencia aos trez summos pontifices.

Os discursos pronunciados pelo talentoso portuguez foram em Roma acontecimento oratorio de grande nomeada. A tão brilhantes qualidades juntava o nosso compatriota uma encantadora modestia e pleno desapego de honrarias publicas.

D. Sebastião quiz que elle fosse chronista latino de Portugal e guarda-mór do archivo real da Torre do Tombo, mas elle não acceitou esses encargos, como não acceitou o logar de secretario do Cardeal rei D. Henrique, comquanto muito instado fosse para isso.

Passava a vida a escrever, ora prosa ora verso, tudo com grande saber e esthetica. Adoptou a lingua latina nos seus livros, e para esse idioma verteu muitas obras gregas. Mais de vinte e cinco livros deixou publicados, além de numerosos inéditos, que tudo legou aos padres da Congregação do Oratorio, de Roma, cidade sua predilecta, e onde falleceu aos 28 de setembro de 1581. Está sepultado na egreja da Congregação, mas sem inscripção alguma que designe o logar em que jaz, porque assim o determinou expressamente.

Os herdeiros da obra litteraria de Achilles Estaço, recolheram a importante livraria a uma boa casa, em cuja porta está o retrato do insigne homem de lettras tendo pela parte inferior a inscripção: *Bibliotheca Italiana.*

Achilles Estaço viveu celibatario, mas nunca professou votos nem seguiu a carreira ecclesiastica. Foi em tudo homem de bem, e seu nome honrou a seu paiz.

Alexandre de Gusmão. — Foi um dos onze filhos de Francisco Lourenço de Gusmão, cirurgião mór do presidio de Santar.

Todos os onze rapazes se notabilisaram nas sciencias ou nas lettras. Um d'elles, Bartholomeu Lourenço, teve bastante preponderancia, e protegeu-o na carreira diplomatica, que Alexandre de Gusmão encetou aos 15 annos de idade.

Estudou com os jesuitas e fez progressos.

A primeira collocação diplomatica foi na embaixada de Paris, onde acompanhou o conde da Ribeira Grande, no anno de 1714. Por lá andou seis annos e quando regressou a Lisboa vinha muito instruido. D. João V empregou-o na secretaria do Estado. Em 1723 enviou-o a Roma o faustoso monarcha, onde obteve varios breves sobre cousas devotas dos pontifices Innocencio XIII e Bento XIII.

De volta ao reino, D. João V, satisfeito dos resultados obtidos em Roma, encarregou-o da direcção dos negocios estrangeiros dando-lhe por companheiro D. Luiz da Cunha. Estes dois diplomatas eram dignos de toda a confiança, sendo dos raros que na frivola côrte d'aquelle monarcha tomavam a sério as cousas nacionaes.

Em 1742, tendo 47 annos de idade, nomeou-o el-rei ministro do conselho ultramarino. N'este logar prestou revelantes serviços, occupando-se das colonias com muito acerto e manifesta boa vontade.

Pelos ultimos annos de vida grandes amarguras lhe alancearam o generoso coração. Dois filhos que tinha, a quem amava apaixonadamente, morreram no incendio que lhe devorou quanto possuia, que muito não era. Calcule-se o desespero, a dor de um pae que assim resiste ao anniquilamento de todas as esperanças, e de todos os affectos !.

A esta tenebrosa desgraça juntou-se a ingratidão de D. José I. Apenas falleceu seu pae, este monarcha tornou-se prodigo de desconsiderações com o leal e auctorisado ministro a quem muito devia a nação. Alexandre de Gusmão serviu o paiz com tamanha hombridade e sincero devotamento que nunca passou da mediania em materia de haveres pecuniarios.

Além das altas qualidades diplomaticas que deixou confirmadas, este honrado varão foi illustre nas letras como poeta.

Morreu pobre e devorado de desgostos.

Anselmo Xuquer. — freire da ordem de Christo, professo no mosteiro de Thomar. Mui joven, se tornou notavel como poeta, e humanista. Foi para a Allemanha onde então era delegado apostolico o que mais tarde cingiu a tiara com o nome de Alexandre VII, e que muito se affeiçoou ao nosso compatriota, a ponto de querer que elle o acompanhasse a Roma quando foi eleito ao pontificado. Anselmo Xuquer não acceitou a honra, e voltou a Lisboa, indo seguidamente para o seu bello convento de Thomar, onde falleceu em 10 de junho de 1662, tendo completado 110 annos de edade.

Escreveu doze livros em verso heroico latino, subordinados ao titulo: *De Partu Virginis*, um outro de *Enigmas* com as competentes ampliações, e varias obras que em 1834 existiam ainda no mosteiro de Christo e que hoje devem estar — se estão — na Bibliotheca Nacional.

Antonio da Natividade.—da familia Ximenes; foi frade professo dos eremitas de Santo Agostinho, e mui versado em letras. Escreveu *Systemas economicos*, e outros trabalhos de caracter religioso, alguns dos quaes foram traduzidos em castelhano.

Leccionou philosophia e theologia nos collegios da sua ordem e foi homem de christãos sentimentos. Morreu em 2 de novembro de 1665, e foi sepultado no chão da capella das almas na egreja da Penha de França, que pertencia á sua illustre familia.

Antonio Ferreira.—Litterato emerito de nome bem conhecido, nasceu em 1528, e era filho de D. Mecia Froes Varella e de Martim Ferreira, escrivão de fazenda do Duque de Coimbra. D. Jorge, Matriculou-se em Coimbra e de prompto creou fama de raro engenho.

Teve a boa fortuna de cahir no agrado real, e por isso mui novo obteve a nomeação de desembargador da Relação, e o fôro de fidalgo da casa real. Antonio Ferreira era um purista da lingua portugueza, e, levado pelo lucido talento que era seu dom natural, apaixonara-se pela litteratura da *renascença*, e estudou a fundo a bella escola dos poetas gregos e latinos, imitando tambem os seus classicos.

A este eminente escriptor se deve a introducção da tragedia em Portugal e Hespanha; *Ignez de Castro* foi a primeira revelação da pujante intelligencia de Ferreira como tragico, imitador da escola grega. O publico illustrado recebeu-a com enthusiasmo; o povo applaudiu-a com sentimento e lagrimas. Mas de tres seculos e meio passaram sobre esse trabalho de arte, e ainda hoje é tido como um monumento. A linguagem aprimoradamente portugueza, não tem resaibos de mau gosto, é elegante e correcta como o espirito dos seu primoroso auctor. E o mesmo ha a dizer das duas comedias—Bristo—e—Ocioso, onde revela o verdadeiro

genio portuguez. Antonio Ferreira teve a estima dos homens do seu tempo que n'elle tinham um mestre.

Victimou o a grande peste que assolou Lisboa em 1565, na florescente edade de 41 annos, e quando tanto havia a esperar da sua esplendorosa intellectualidade.

Antonio Manoel de Vilhena. — Era filho terceiro do conde de Villa-Flôr, o heroico D. Sancho Manoel de Vilhena, vencedor da batalha do Ameixial. Nasceu a 28 de maio de 1663. Mui novo se alistou na ordem da Malta, e para essa ilha seguiu viagem.

Aos quinze annos de edade combateu na expedição de Tripoli, e aos desenove era capitão de uma caravella na esquadra da ordem do Hospital que andou conquistando varias praças da Coréa.

Devido á audaciosa valentia que o caracterisava não tardou em ascender a provenientes distincções na sua ordem, tudo gradualmente até ao grão mestrado, dignidade em que se tornou notavel pela nobreza e dedicação com que a occupou.

Em 1728 sustentou a defeza da ilha contra a poderosa esquadra turca que a atacou, e fez bombardear Tripoli, tornando-se as suas esquadras o terror dos piratas musulmanos que infestavam o Mediterraneo.

Reconhecendo tão importantes serviços e feitos militares em desaffronta da Cruz, o papa Benedicto XIII presenteou-o com um gôrro de velludo e estoque de prata, que é formula usada na recompensa pontifícia dos serviços d'aquella especie.

Fundou em Malta o burgo Vilhena, e forte Manuel. Todos os monarchas europeus tiveram em grande consideração este illustre fidalgo, que em todos os actos da sua vida se mostrou digno de louvor.

Morreu em 12 de dezembro de 1736.

Antonio José da Silva.—Comquanto nascido no Rio de Janeiro, no anno de 1705, era oriundo de uma familia hebraica de Lisboa, e para aqui veiu de tenra idade. Estudou em Coimbra e distinguiu-se como um dos mais intelligentes rapazes da sua geração. Tinha contra si o desventurado moço, a sua proveniencia judaica, e d'ali lhe advieram os maiores males.

Denunciantes, talvez invejosos dos meritos do mancebo, intrigaram-no no tribunal do Santo Officio, que o prendeu sem mais inquirições, e o teve a tratos.

Boas protecções tinha o intelligente rapaz para de lá conseguir sahir salvo que não são.

Poucos dias depois da sua reintegração á luz do dia, representou-se no theatro do Bairro Alto, situado em uns casarões do antigo palacio do conde de Soure, a sua peça *Encantos de Medéa*, que fez as delicias da epoca.

Comquanto nem d'esta, nem das outras peças por elle escriptas se pudesse deprehender ataque á fé christã nem ás instituições reinantes, os inimigos do dramaturgo continuaram a urdir a teia fatal em que queriam envolvel o. E é que o conseguiram. Segunda vez cahido nas garras dos padres de S. Domingos, não houve arrancar-lhes a preza. Em favor do pobre Antonio José da Silva se moveram bons empenhos, entre os quaes o do conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes. Tudo baldado foi, o malevolo tribunal accusou, julgou e sentenciou por sua conta, embora plenamente convencido da innocencia do condemnado. O crime pretextado era de judaismo, embora o desventurado se promptificasse a provar que seguia as praxes do catholicismo com o maximo rigor.

No dia 18 de outubro de 1739 foi arrastado ao Rocio e queimado vivo

Contava apenas 34 annos.

Os seus trabalhos, comquanto se não possam reputar modelos de litteratura nem arrojos de these, tem merecimento, e revelam uma certa critica de costumes, filha de observações seguras. Alem da tragedia já citada deixou *O Labyrintho de Creta*, *Vida de D. Quixote*, *Vida de Esopo* e *Guerras do Alecrim e Mangerona*, representada ha poucos annos em alguns theatros de Lisboa.

Antonio José da Silva, o *judeu*, como lhe chamavam, foi uma das mais lamentaveis victimas da inquisição.

Antonio Diniz da Cruz e Silva.—Outro poeta aqui temos de fortuna bem diversa, e superior ao antecedente.

Nasceu em 4 de julho de 1721, sendo seus progenitores D. Eugenia Thereza e o sargento-mór João da Cruz Lisboa.

Os primeiros estudos fel-os com os padres da congregação do Oratorio.

Passou depois para a universidade de Coimbra, concluindo a sua formatura em direito aos 22 annos de edade. Era então melhor tempo porque Sebastião José de Carvalho começava a preponderar nos destinos da nação, e não favorecia a ferocidade da inquisição, nem as perfidias da Companhia de Jesus. O grande ministro sympathisou com o moço bacharel, e ajudou-o na carreira a ponto de chegar rapidamente a juiz de Fóra de Castello de Vide, de cujo logar passou para auditor de um regimento de Elvas.

Era ali que o illustre poeta estava, quando se deu a funambulesca desavença entre o bispo e o deão, porque andando os dois de rixa, o deão não entreguu o hyssope ao prelado em certo ceremonial, ou vice-versa.

O caso, de si meamo irrisorio, mais burlesco ficou com a publicação do poema *O Hyssope*, do nosso gracioso poeta.

Deu pulo o bispo D. Lourenço, riu se a bom rir o deão Lara, o caso foi apresentado pelo bispo ao marquez de Pombal como julgador supremo da offensa.

Sebastião José de Carvalho chamou á sua presença o accusador D. Lourenço e o poeta accusado.

O bispo deixando-se levar do seu arrebatamento disse coisas amargas de Antonio Diniz da Cruz e Silva, contra quem pedia exemplares castigos.

Grave e carrancudo o ministro escutava sem interromper a ladainha de recriminações que tumultuavam nos labios do desvairado bispo.

O poeta esperava decerto que tão calorosa accusação lhe seria funesta.

Mui sério, Sebastião José de Carvalho disse que necessitava conhecer do corpo de delicto, pelo que mandou ao poeta que fizesse leitura do poema incriminado.

Cruz e Silva obedeceu, e entrou a declamar com as inflexões mais adequadas ao assumpto. Logo aos primeiros versos o ministro austero mordeu os labios para se conservar serio. Olhava o bispo que se fazia de mil côres, e quando o auctor do *Hyssope* suspendia a leitura, ordenava com esforços de auctoridade:—Continue!

Novas torceduras do prelado que estava quasi apopletico.

Chegado a certa altura em que o poeta descrevia os transtornos estomacaes do principe da egreja ao lembrar-se da falta do hyssope, o marquez de Pombal conheceu que não podia sustentar o sério e seria fatalmente obrigado a soltar a mais ruidosa gargalhada, pelo que mandou interromper a leitura.

Contava o prelado que grande seria o castigo reservado ao espirituoso poeta, e n'este presupposto esfregava as mãos, quando o severo ministro desterrou o accusado para o Rio de Janeiro... na qualidade de desembargador da Relação d'aquella capital.

Lá esteve onze annos muito a seu contento, e do marquez, que o estimava e protegia abertamente.

Dois annos depois de regressar, voltou ao Rio de Janeiro por ordem de D. Maria I, afim de fazer parte dos julgadores dos reus de uma conspiração que abortou em Villa Rica.

Demorou-se no Brazil quatro annos, e lá falleceu na edade de 68 annos.

Escreveu varios livros em verso, tornando-se notavel pelo poema já indicado, cuja graça não tem rival ainda hoje, e ainda pelas *Odes Pindaricas e Anacreonicas*, que são titulo de immorredoura gloria para aquelle brilhantissimo cerebro.

No seu tempo é que se fundou a justamente celebre Arcadia, especie de Academia, onde floresceram os melhores poetas portuguezes do seculo XVIII e principios do seculo XIX. Os fundadores foram Manuel Nicolau Esteves Negrão, Garção, e Antonio Diniz da Cruz e Silva.

D. Apolinario de Almeida.—Foi padre da Companhia de Jesus, doutor e lente da Universidade de Evora, em cuja Sé foi sagrado bispo de Nicéa.

Indo pela Ethiopia em missão espiritual, com os padres Francisco Rodrigues e Jacintho Francisco, todos tres cahiram sob o poder de selvagens que os assassinaram no dia 9 de junho de 1638.

Antonio Vieira.—O celebre jesuita padre Antonio Vieira, principe dos prosadores portuguezes, e raro engenho oratorio. Eis um nome que resume uma grandiosa litteratura! Um gigante que jámais deixará de vêr-se nas epopeias do pensamento.

Nasceu este grande homem na freguezia da Sé de Lisboa, em 6 de fevereiro de 1608.

Chamavam-se seus paes D. Maria de Azevedo e Christovam Vieira Ravasco.

Com seus progenitores embarcou para o Brazil quando menino, e no Rio de Janeiro a sua primeira educação foi confiada aos membros da Companhia de Jesus. Conhecendo estes que tinham entre mãos um verdadeiro talento, deram-lhe uma instrucção particularmente cuidada, e trataram de chamal-o ao seu gremio quando apenas contava 15 annos de edade.

Breve colheram resultados além da espectativa. Conforme é sabido, durante o governo nefasto dos Philippes, que em tudo foram prejudiciaes a Portugal, os hollandezes apossaram-se de algumas das nossas terras ultramarinas, entre as quaes figurou a provincia de Angola, da qual os expulsou o valoroso portuguez Salvador Correia de Sá, em 1648.

O padre Antonio Vieira, na flôr da sua mocidade, via com entranhada magua as conquistas que os hollandezes iam realisando, bem como os francezes que se aventuravam em terras de Santa Cruz.

Levado do mais consagrado espirito patriotica, uma tarde na Bahia, subiu ao pulpito, e proferiu um discurso arrebatador contra os estrangeiros usurpadores, sermão que levantou as massas populares e coroou de gloria os seus annos juvenis. A Companhia exultou, era uma preciosidade a eloquencia do novo orador.

Apenas constaram no Brazil os acontecimentos do dia primeiro de dezembro de 1640, D. Jorge de Mascarenhas, governador da possessão, adheriu prompto e jubiloso á independencia patria, e escolheu o notabilissimo padre Antonio Vieira para vir a Lisboa participar a adhesão, e saudar o restaurador.

Aqui foi encarregado da oração na capella real, afim de consagrar a grande obra.

O sermão do inclito orador foi um monumental triumpho para o seu nome.

D. João IV, cujo espirito artistico nem todos conhecem, ficou extasiado de ouvil-o, e desde logo lhe consagrou uma affeição profunda, em que se notava uma especie de respeito pela superioridade intellectual do genial orador. Desde logo lhe confiou as missões diplomaticas mais importantes e difficeis, sendo sempre conduzidas pelo talentoso jesuita do modo mais honroso e satisfatorio para Portugal.

Era um pensador sublime, e um critico dos costumes, com aspirações liberaes e philosophicas, transparecendo sob o formosissimo rendilhado dos seus discursos. Impregnado de luz espiritual não podia transigir com o tenebroso caracter da Inquisição, e combateu-a sob o ponto de vista humanitario e christão.

Os padres dominicanos odiavam entranhadamente os da Companhia de Jesus, e não perdoaram a Antonio Vieira, cuja pujança intellectual e reconhecida influencia sobre D. João IV muito receavam.

Lá procuraram meios perfidos de lançarem a mão áquella aguia do pensamento, até que conseguiram sentencial-o no anno de 1669.

Antonio Vieira estava avançado em edade, mas sempre moço nas cerebrinas affirmações. Movidas altas influencias obteve licença para ir a Roma. O pontifice, que era Clemente X, recebeu-o com amisade, dispensou-lhe carinhosa affeição, e deu-lhe um breve que o isentava para sempre da jurisdicção do Santo Officio.

Imagine-se o desgosto das boas almas dos inquisidores, que ficaram com *os dentes partidos*.

Morreu este eminente tribuno na Bahia, a 18 de julho de 1697, na provecta edade de 89 annos, mas ainda cheio de viveza e distincção oratoria.

Deixou publicadas as *Cartas*, *Vozes Saudosas*, *Historia do Futuro* e a obra immorredoura *Sermões*. *Sermões* lhe chamou elle, mas antes lhes cabe a denominação de thesouros demosthenianos!

Nunca a lingua portugueza, tão rica e sonorosa, foi mais primorosamente empregada. Cada discurso de Vieira é um monumento de oratoria.

Ninguem como elle, soube fazer da phrase, ora um colfar de perolas a desatar-se em lagrimas de piedosa ternura, ora um feixe de diamantes, scintillando na fronte da Arte, ora um gladio flammineo a combater os vicios da sociedade, ora um escalpello, dissecando o coração dos homens para mostrar á luz do sol as podridões que lá se geravam...

Da sua lyra de mil cordas, como lhe chama o saudoso escriptor Pinheiro Chagas, vinham torrentes de harmonias que ora arrancavam lagrimas ao auditorio, ora lhe produziam fremitos de enthusiasmo, assômos de revolta, ou effluvios de amoroso enlevo.

Foi um gigante na arte, um liberal no sentir, um politico em acção, um classico na fórma, e um vidente em sociologia.

Um homem da sua estatura intellectual glorifica uma phase social. Maior nunca teve Portugal; tão grande nenhum conhecemos ainda.

A obra de Antonio Vieira foi toda de importantes fins, tanto patrioticos como humanos. Nem despota, nem fanatico, tudo n'elle tem reverberos do futuro.

A' entrada da egreja da Sé, porta principal, á direita, está collocada uma lapide commemorativa do seu centenario.

Devemos confessar que temos a maior veneração, a mais inexcedivel admiração pelo eminente poeta da prosa portugueza, o artista da palavra, cujos discursos alliam ao encanto da fórma a superior intensidade de sentimento.

Larguissima seria esta resenha porque mui illustres varões tiveram por berço Lisboa, mas somos forçados a abrevial-a, citando apenas as notas proeminentes dos menos conhecidos.

Balthasar Limpo, religioso carmelita, bispo do Porto, figurou brilhantemente como insigne lettrado e mestre em theologia no Concilio de Trento; morreu arcebispo de Braga em 1558.

Bartholomeu Philippe, phylosopho e jurista de nomeada, deixou 89 volumes em latim; morreu em 1590.

Bartholomeu dos Martyres, o insigne arcebispo de Braga de quem seria loucura querer historiar a vida exemplar em curto espaço; foi um dos varões mais illustres do seu tempo. Nasceu em 1514 e morreu de 76 annos depois de haver renunciado a mitra.

São notaveis as suas palavras no Concilio de Trento. Vendo que, depois de decretadas muitas reformas, se não fallava dos cardeaes disse com severo aspecto:

—Os reverendissimos e illustrissimos cardeaes hão mister de uma reverendissima e illustrissima reforma.

Valeu-lhe a agudeza não lhe serem conferidas as honras cardinalicias a que ninguem melhor do que elle teria direito.

Bernardino de Sena. — Professou na ordem franciscana, e mostrou grande valor no magisterio, como professor de theologia e philosophia. Falleceu em 1632, tendo sido poucos mezes antes eleito bispo de Vizeu.

D. Constantino de Bragança, filho do duque de Bragança D. Jayme, nasceu em 1528. Muito novo foi nomeado embaixador a França. Era camareiro-mór, e pelo muito que estava considerado enviou-o el-rei para a India na alta cathegoria de Vice-Rei, sendo mancebo de 30 annos e nada mais.

Não houve de arrepender-se o monarcha. Moço nos annos era reflectido e severo qual um ancião encanecido na pratica da administração publica.

D. Constantino governou a India até 1561 e a sua administração ficou memoranda pela moralidade e patriotica dedicação.

No campo da guerra foi um verdadeiro heroe. Que o digam os turcos de Ormuz, o rajah de Jafanapatão, e outros potentados orientaes.

Emtanto o monarcha procedeu indignamente contra elle, talvez suggestionado pelos adversarios do leal funccionario. Logo que este chegou do Ultramar, demittido do elevado cargo, recebeu-o friamente, e nem sequer o reintegrou no seu anterior emprego de camareiro-mór.

D. Constantino de Bragança, desgostoso deixou a côrte e a politica e retirou-se á sua casa. D. Sebastião ao tomar conta do governo de Portugal quiz entregar-lhe novamente o governo da India, o austero fidalgo recusou-o terminantemente.

Falleceu este benemerito da patria em Lisboa com 57 annos de edade.

D. Diogo da Annunciação Justiniano. — Erudito doutor em theologia. D. Pedro II, apresentou-o no bispado de Sena e arcebispado de Cangranor. Foi sagrado mas não tomou posse d'essas dignidades, por causa dos seus padecimentos.

Nas côrtes de 1 e 7 de dezembro de 1697 foi representante do

clero, e os discursos que fez n'essas importantes sessões tiveram celebridade.

Se como orador sagrado foi illustre, não menos se distinguiu como escriptor. Os seus sermões, que imprimiu em quatro volumes, e que subordinou ao titulo *Tropheu Evangelico*, são de muito valor tanto pela fórma como pelo conceito.

Este homem de superior caracter teve comtudo um fraco—o seu odio aos judeus.

Morreu em Evora, nos fins de outubro de 1713, com a edade de 59 annos.

Diogo do Couto.—E' bastantemente conhecido este nome, que avulta na litteratura portugueza. Diogo do Couto nasceu em 1542, e foi discipulo do santo arcebispo D. Frei Bartholomeu dos Martyres. Teve por condescipulo o tristemente celebre D. Antonio, grão-prior da ordem de Malta, e neto d'el rei D. Manuel.

Na universidade de Coimbra notabilisou-se nos cursos de mathematica e geographia, com muita satisfação do pae do seu condescipulo, que era o infante D. Luiz. Tomara-o este principe como seu familiar, e desejava conserval-o junto de si. Morreu no vigor da vida, e Diogo do Couto, pezaroso pela morte de tão excelso protector, partiu para o oriente a alistar-se nas phalanges dos combatentes, comquanto apenas contasse quatorze annos de idade. Por lá andou oito annos, e aproveitou-os estudando a fundo os logares e os successos da guerra em toda a India portugueza.

Voltou a Lisboa, mas pouco depois tornou a ser enviado ao Oriente. Em Goa começou a escrever algumas paginas da historia da India, com tanta elegancia e observação que desde logo creou nome de bom litterato.

De seus trabalhos se fallou em Lisboa, e Philippe II, desejando que as *Decadas* de João de Barros tivessem continuação, nomeou Diogo do Couto chronista da India.

As chronicas d'este auctor, se não são de estylo transcendental, primam pela independencia e austeridade. Elle *viu*, — com olhos de ver—os desmandos, crueldades, e rapacidade com que os funccionarios metropolitanos procediam n'aquellas possessões.

As nove *Decadas da India* de Diogo de Couto, offerecem materia de estudo a quem desejar conhecer a sociedade d'aquella epoca. Essa obra e o seu *Soldado pratico* põem bem a descoberto as causas da decadencia da auctoridade portugueza nas regiões orientaes. Pena é que estes trabalhos sejam tão raros, e portanto difficeis de adquirir, porque veem fazer luz em muitos actos injustos e barbaros que levaram os povos indianos a revoltar-se contra o dominio portuguez.

Diogo do Couto escreveu tambem a vida de D. Paulo de Lima, capitão-mór da India, um compendio de Historia da India, contra a Relação da Ethiopia, de Luiz Herrera, e outros livros sobre varios assumptos.

Philippe II fel-o guarda-mór da Torre do Tombo da India, emprego que com elle acabou.

Morreu em Goa, aos 10 de dezembro de 1616, na edade de 74 annos.

Diogo Soares de Faria, franciscano professo desde 1507. Grande foi em lettras, mormente em theologia e hermeneutica. Escreveu sobre cousas religiosas, mas ouvnido que alguem lhes fizeza injustamente censuras gratuitas, tomou-se de magua e abandonou Lisboa para não mais aqui residir. Estabeleceu residencia em Paris e em boa hora o fez porquanto o seu nome breve fez ecco.

Henrique III, inteirado dos meritos que n'elle coexistiam, nomeou-o lente de controversia na Universidade de Paris, passando depois a dirigir a mesma cathedra na Academia de Louvaine.

Em 1585 escreveu os *Comentarios sobre o Genesis*, e sobre os primeiros capitulos do Apocalipse. Em 1605 publicou um *Sermonario*, e em 1610 imprimiu o *Thesouro Quadragesimalis*. Em controversias com os herejes mais illustrados sustentou-se sempre com superior criterio e habilidade, pelo que os francezes lettrados o denominaram—Açoute dos herejes.

Roberto Claudio, no livro *Gallia Christã* de que foi auctor, dá-lhe o epitheto de *Grande portuguez*.

Henrique IV, convertido ao catholicismo, tomou-o por conselheiro e pregador regio, e fel-o bispo Siguiense, na Normandia. Era-lhe muito affeiçoado.

D. frei Soares de Santa Maria morreu na sua diocese, tendo apenas pastoreado tres annos, e com exemplarissima conducta. O seu successor na mitra erigiu lhe sumptuoso mausoleu no côro do convento de S. Francisco de Paris, e lhe mandou gravar uma inscripção que não damos aqui por não nos ter sido possivel obtel-a.

Domingos Antonio de Sequeira.—Era um simples filho de proletarios, e nasceu em Belem, a 10 de março de 1768.

Quando começou a funccionar a escola de desenho inaugurada em 1781, o futuro artista entrou para ali afim de estudar desenho e pintura, para que mostrava prodigiosas aptidões, não obstante ser creança de 13 annos.

Encontrou nos Marquezes de Marialva uma valiosa protecção. Estes fidalgos, sabedores do talento artistico do rapaz decidiram ajudal-o na brilhante carreira encetada, e forneceram-lhe meios para ir estudar em Roma. Foi, percorreu toda a Italia, estudando os grandes mestres, impregnando-se da santa uncção da Arte, e quando voltou, mancebo de vinte e oito annos, trazia no cerebro a chamma genial dos privilegiados.

Enorme decepção o esperava na patria! A arte cahira no baixo vulgarismo.

O moço visionario fugiu de Lisboa, e foi ás frias alturas do severo Bussaco, bater á porta do convento e pedir agasalhado ás suas perigrinas aspirações.

Entrou, e quiçá não tornaria a sabir se sobre as suas desesperanças não esvoaçasse a generosidade de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, salvando-o do naufragio do genio. O bizarro fidalgo, de muito valimento no paço, obteve para o triste artista a nomeação de primeiro pintor da côrte, com os honorarios de dois contos de réis annuaes.

O governo portuguez, grato aos bons serviços que lord Wellington prestou á nossa nação nas guerras com os invasores napoleonicos, quiz presentear galhardamente o valoroso general britannico, offerecendo-lhe uma baixella em que o valor artistico sobrelevasse a riqueza da materia prima.

Foi Sequeira o encarregado dos desenhos, e bem notaveis elles foram.

Os sentimentos generosos e enthusiastas pela luz, levaram-n'o a adherir á gloriosa revolução de 1820. A queda da constituição em 1823, malevolamente tramada por traidores assalariados, desgostou-o tanto que abandonou o paiz, e partiu para a capital da França, onde executou o seu extraordinario quadro—*A morte de Camões*, rival das obras mais glorificadas dos grandes mestres.

D'ali partiu para Roma, patria do seu coração, e lá pintou quadros que hão de perpetuar-lhe o nome emquanto houver quem saiba comprehender as obras primas da Arte de pintura.

Em Roma falleceu em 7 de março de 1837, tendo completado 69 annos de vida, e conquistado um nome que honra o nosso paiz.

Domingos dos Reis Quita.—Nasceu em 6 de fevereiro de 1728. Seus paes, muito pobres, não podiam facultar-lhe educação litteraria nem scientifica, e pozeram-n'o em uma loja de cabelleireiro como aprendiz.

O rapazito não mostrou geito para fazer carrapitos, e nas horas que lhe sobravam entretinha-se a fazer versos. Os freguezes começaram a ter em muito apreço o rapazote, e assim o foram animando, e tornando conhecidas as suas producções litterarias.

Pouco tempo passado já o nome de Domingos dos Reis Quita era laureado. O genero bucolico que cultivou de preferencia teve a celebridade da epoca.

Estudioso e apaixonado pela Arte, o humilde filho do povo adquiriu uma instrucção que os nobres do seu tempo não tinham, e aprimorou-se no emprego da lingua portugueza a ponto de poder ser modelo de classicismo. As eclogas e idyllios d'este poeta, são de uma admiravel correcção, e copia fiel das scenas naturaes. *Lycoris*, drama pastoril é um feixe de joias.

Compoz quatro tragedias. *Astarte*, *Castro*, *Hermione*, *Megara*, de cujo merecimento está de ha muito feito o elogio. Muitas outras poesias escreveu o portuguezissimo Quita, talentoso quanto falho de felicidade. O conde de S. Lourenço conhecendo quanto valia o poeta, que demais tinha o caracter mais honesto e leal, conjuncto a uma natural fidalguia de sentimentos quiz protegel-o, mas os infortunios que victimaram o generoso titular annuillaram a fortuna que da sua protecção, dadas outras circumstancias, poderia resultar.

O arcebispo de Braga, D. Gaspar tambem concebeu a intenção de auxiliar o poeta, mas este tinha inimigos que não perdoaram

ao filho do povo a nobreza do talento, e de tal sorte moveram a intriga que o prelado poz de parte a proposta.

A este tempo já elle conquistara um bom nome entre os seus collegas da Arcadia, cuja sympathia soubera ganhar.

Domingos Quita não era invejoso nem adoptara a *satyra*, que na sua epoca tanto servia de arma aggressora.

Apezar das excellentes qualidades que o caracterisavam nunca conseguiu ganhar as boas graças do marquez de Pombal.

Consequentemente o desventurado sacerdote das Musas, luctava com sérias difficuldades para viver. Breve lhe bateu á porta a pobreza, e o desalento tomou posse do seu gentil espirito.

Em tão desconsoladora situação valeu-lhe uma dama illustre pela intelligencia, e bem assim mais rica de generosidade do que de meios pecuniarios. D. Thereza de Aboim se chamava a senhora a quem Domingos dos Reis Quita deveu o pão dos ultimos annos da sua attribulada existencia.

Os desgostos porem tinham feito a sua obra destruidora e Quita morreu possuido de uma enorme tristeza, em 10 de agosto de 1770. Tinha quarenta e dois annos de existencia... e Deus sabe quantos seculos de amarguras!

Estevão Rodrigues de Castro.—Nasceu em 1556, e dedicou-se ao estudo das lettras e sciencias de muito novo. Cultivou as musas e notabilisou-se em philosophia.

Este sapiente varão era tão dedicado á patria que quando o primeiro intruso se apoderou de Portugal, emigrou para Florença, afim de não supportar o jugo castelhano. N'aquelle gran-ducado teve acolhimento condigno do seu caracter, e o grão-duque nomeou-o seu familiar.

Publicou 21 livros de sciencia, muito conceituados, e foi excellente clinico.

Morreu em Piza em 1637.

D. Fernando de Menezes.—Irmão de D. Luiz de Menezes, o immortal vencedor dos orgulhosos generaes de Philippe IV.

Foi em tudo digno do nome nobilissimo que usou. Governador da praça de Tanger, ali deu provas de valor e honestidade. Se como militar soube honrar a patria, como escriptor se manteve á mesma altura.

Escreveu toda a *Vida de D. Jião I*, uma importante *Historia de Tanger*, e outros livros, de que muitos se perderam.

Fernão Lopes.—Devemos considerar este homem illustre come um patriarcha da historia portugueza, de que foi insigne chronista. Tão pouco se conhece da vida d'este escriptor que até se ignora as datas do seu nascimento e obito.

Em 1418 era elle guarda da Torre do Tombo, cargo que exerceu durante trinta e tantos annos, e do qual se demittiu voluntariamente em 1453. Cinco annos depois ainda era vivo, mas d'ahi por diante a historia perdeu-lhe os rastros.

D. Duarte, emquanto principe, e o infante santo D. Fernando tiveram-n'o por secretario, e dedicaram-lhe muita consideração.

Fernão Lopes escrevia com simpleza e natural elegancia de estylo, não sacrificando jámais a exactidão ás conveniencias. Quer se trate de grandes batalhas, quer de motins populares, é sempre independente na critica e na narrativa dos successos.

D. Duarte encarregou-o de escrever as chronicas de D. Pedro I, D. Fernando I e D. João I.

E' opinião de varios escriptores que as chronicas dos reis da primeira dynastia foram feitas por elle, e que subsequentes historiadores conseguiram havel-as e d'ellas se serviram para as suas chronicas.

Fernão Lopes é crédor da nossa veneração por muitos titulos. O seu nome contribuiu para a glorificação d'aquelle periodo, tão ditoso para Portugal, em que a Europa podia invejar os homens que rodeavam o fundador da segunda dynastia, todos grandes como Nuno Alvares, João das Regras, Fernão Lopes, etc.

Francisco Manuel do Nascimento, conhecido na poesia pelo pseudonymo de *Filinto Elysio*.

Nasceu em 21 de dezembro de 1734, de paes pouco abastados, que o destinaram á carreira clerical. Infelizmente para elle as ideias que circulavam na Europa, e impulsionadas pela *Encyclopedia*, acharam no seu illustrado espirito campo apropriado a inflorescencia.

Não teve a astucia necessaria para disfarçar o seu modo de vêr, e d'ahi lhe resultaram grandes contrariedades no decurso da vida. Sabendo que o Santo Officio ia deitar-lhe a mão fugiu para França. Entanto, se salvou a vida, não salvou os meios de sustental-a. Em Paris soffreu a maior miseria com as saudades profundas da patria.

Para não cahir de fome teve de lançar-se ás traducções, mal pagas, e nada compensadas em gloria. Traduziu para portuguez o *Oberon*, de Wieland, os *Martyres*, de Chateaubriand, as *Fabulas*, de Lafontaine, e d'essa altura litteraria teve de descer até aos romancelhos mais idiotas da epoca.

As suas epistolas e odes, em verso branco, revelam quão sentidas amarguras lhe devastaram o coração!

Era um erudito e um grande artista, por muitos classificado o primeiro poeta lyrico da Europa moderno. As suas satyras teem o valor nacional, como de resto tudo o que sahiu dos bicos da sua penna de ouro.

Corta o coração o que se sabe das angustias d'este genial escriptor.

Morreu aos 85 annos de trabalhosa existencia, em 25 de fevereiro de 1819.

Filintio Elysio é uma das victimas mais innocentes do fanatismo de D. Maria I.

No dia em que falleceu não tinha ceitil em casa; foi o marquez de Marialva, embaixador portuguez n'aquella côrte, que lhe pagou as despezas do enterro.

O espolio d'este insigne poeta produziu a somma total de réis 12$000!...

Em 1842 vieram seus restos para Portugal, e a camara municipal de Lisboa, que funccionou em 1857, teve a louvavel deliberação de lh'os recolher a um jazigo, que mandoa construir, e que se encontra no cemiterio do Alto de S. João.

Francisco Dias Gomes.—Nasceu em março de 1745.

Foi notavel poeta, só notabilisado depois da morte porque a Academia das Sciencias mandou imprimir os seus versos.

Francisco de Mendonça (padre).—Membro da casa dos senhores de Barbacena. Nasceu em 1572, e morreu em Lyon em 5 de junho de 1626.

Filiou-se na Companhia de Jesus, e distinguiu-se como orador sagrado. Poucos homens da sua geração conheceram o latim como elle.

Escreveu trez volumes *in folio* sobre os livros dos Reis, publicou os seus sermões em dois volumes, obra de muito merito theologico e litterario.

O mais curioso dos seus escriptos é o *Viridario*, que não tem superior no genero.

D. Francisco Manuel de Mello, filho de um fidalgo de velha linhagem, e uma senhora descendente da casa de Bragança.

Embarcou para o Brazil, na esquadra de D. Manuel de Menezes, em 1627, tendo apenas completados seus 15 annos. Voltou á metropole e foi um dos que mais contribuiu para serenar os animos em Evora, quando se iniciou a revolta que tão lamentaveis consequencias teve.

Em 1639 o vamos encontrar na Mancha, na esquadra castelhana commandada por D. Antonio, Oquendo. Tomou parte na guerra da Catalunha, e ahi o prenderam por causa do ardor com que advogava a independencia de Portugal, e exprobava a Castella a usurpação. Isto passou se em 1640; o valente portuguez teve artes para fugir, e correu a offerecer lealmente os seus serviços a D. João IV. El-rei recebeu-o bem e empregou-o, ora na guerra, ora na administração publica, sempre com geral contento dos justos e verdadeiros amigos de Portugal.

Mais tarde cahiu em tanto desogrado que chegou a ser preso, e talvez tragico fim teria, se o rei de França Luiz XIII, em cujo conceito muito bem collocado estava, lhe não fosse medianeiro e defensor junto do rei portuguez.

Logo que recuperou a liberdade dedicou-se exclusivamente ás lettras, e breve n'ellas ganhou as suas esporas de ouro, porque foi uma das principaes notabilidades do seu tempo.

Nos seus escriptos a elegancia e vernaculidade da fórma caminhava a par da imparcialidade na critica, e fidelidade na exposição. Escreveu em castelhano a *Historia de los movimientos y la separacion de Cataluna*, com tanta verdade e conhecimentos que os hespanhoes lhe deram honroso logar entre o *Tesoro de los hispanoles*, das edições de Braudy e Ribadeneyra, como obra das mais selectas. Escreveu em portuguez *Epanaphoras*, *Alterações de Evora*, *Apologos dialogaes* e a *Carta de Guia de Casados*, delicado trabalho de fina litteratura.

Tambem escreveu versos. O entremez *Fidalgo aprendiz*, ri-

mado, é cheio de boa e sincera graça portugueza de lei. Como prosador, principalmente, é porém que D. Francisco Manuel de Mello conquistou nome perduravel.

Morreu em pleno vigor intellectual, aos 55 annos de edade, na sua quinta de Alcantara.

D. Francisco de Almeida.—Foi o mais novo dos filhos de D. Lopo de Almeida, primeiro conde de Abrantes.

Mui joven ainda, mereceu a D. Affonso V a confiança de ir, como seu enviado, annunciar a Luiz XI, rei de França, a sua visita, cujo fim era pedir-lhe auxilio para combater as forças de Fernando, o Catholico, de Castella.

Partindo para o campo de guerra de Granada, lá mostrou bem o que viria a ser o celebre heroe da India. Quando de lá voltou já D. João II reinava, e este monarcha sombrio e pouco accessivel lhe deu toda a consideração, chegando a sental-o á sua meza, honra que mui parcamente concedia.

Já de respeitavel edade quando D. Manuel pensou na administração da India, foi elle o escolhido para primeiro vice-rei d'aquella magnificente região. Foi e breve se tornou o terror dos povos que ousavam rebellar-se contra a auctoridade dos portuguezes. Destroçou a poderosa frota de Calecut. O indio de Paname teve velleidades de erguer a cabeça, e D. Francisco arrazou-lhe o emporio.

Em Cochim e Cananor não só dominou os rajahs como tambem ali construiu poderosas fortalezas.

A Africa tambem lhe sentiu o peso da mão, e o valor da coragem, nas sanguinarias refregas de Mombaça e Guiloa. Extremamente honrado, os deturpadores da fazenda nacional tinham n'elle um tremendo juiz que não perdoava nunca.

Na vida particular o homem de ferro tornava-se amoravel cordeiro. Um filho unico tinha, e adorava-o com a mais santa ternura. D. Lourenço de Almeida era o nome do mancebo.

D. Francisco de Almeida levou-o por seu ajudante no governo, com grande inveja de muitos fidalgos. Na India attingiu o apogeu da gloria combatendo no mar e em terra os inimigos de Portugal.

Levado a acceitar combate de uma armada vinte vezes mais formidanda, enviada pelo sultão do Egypto, D. Lourenço succumbiu, depois de praticar assombros de heroicidade.

D. Francisco de Almeida, informado do tragico, comquanto glorioso fim do filho unico, ia enlouquecendo de dôr. De então por diante as suas faculdades, fortemente abaladas, deram provas de desequilibrio. Tornou-se cruel, impaciente e injusto. O seu fim unico era vingar a morte do gentil mancebo, e para isso commetteu todas as ousadias de soldado.

E apesar das ordens reaes mandando-lhe entregar o governo ao successor, aprestou uma armada com a qual se foi a combater os matadores do filho bem amado, desbaratando-os e fazendo n'elles tremenda matança.

Só depois d'essa espantosa acção bellica entregou o poder e embarcou para Portugal.

Chegando ao Cabo da Boa Esperança commetteu a imprudencia de ir ao encontro de uma matilha de cafres, apesar de não ter gente nem artilheria para sustentar a mais simples escaramuça, e ahi a azagaia de um d'esses selvagens varou-lhe o heroico coração tão cruelmente combalido de dor e de saudades supremas.

Assim falleceu, no dia primeiro de março de 1510 aquelle venerando ancião, cujo nome encheu de gloria a patria portugueza! Elle, que dominára os mares, e fizera tremer as terras do Oriente, acabou sem gloria, ás mãos de um gentio, que não teria consentido entre os seus mais humildes servos!

Francisco de Hollanda.—Suppõe-se que nasceu em 1518. Tem nome immortalisado entre os pintores de maior celebridade, e foi estimado pelos primeiros artistas do seu tempo. D. João III, e o infante D. Luiz, pae de D. Sebastião, muito lhe dispensaram em protecção e munificencia.

O seu formoso talento brilhou principalmente como illuminador, pelo que lhe prestou merecida homenagem um album de antiguidades de Italia, que existe no Escurial, e é considerado no paiz visinho como um primor artistico.

O imperador Carlos V apreciava immensamente o nosso illustre artista e dispensou lhe varias graças.

Falleceu em 19 de junho de 1584, tendo 66 annos de vida gloriosa e feliz.

Francisco de Mattos Vieira, nas lettras, *Vieira Luzitano*, nasceu em 1699. E' um dos nossos mais brilhantes pintores. O marquez de Fontes, seu protector desde verdes annos, levou-o para a *cidade eterna* quando para ali foi tomar conta da embaixada, e lá o protegeu no estudo de pintura durante sete annos. De Roma passou a Sevilha, onde tambem se entregou com paixão ao estudo dos melhores auctores, e quando regressou a Portugal trazia a immortalidade na sua explendida palheta.

Os templos de Lisboa quizeram possuir quadros do genial artista, e de lamentar é que o terramoto de 1755 sepultasse nas ruinas da antiga Lisboa muitos d'esses monumentos da Arte.

Segunda vez ido a Roma, os seus quadros deram-lhe nome invejavel, e grangearam a admiração dos entendedores.

Vieira Luzitano não foi sómente um brilhante poeta, mas tambem architecto e gravador meritissimo.

Voltou a Lisboa e aqui falleceu avançado em annos e coroado de inaperciavel gloria.

Na vida d'este genial artista houve um verdadeiro romance amoroso, de que foi heroina a mulher com quem casou, romance que elle descreve em um longo poema que intitulou *Poeta insigne e leal amante*. Não é modesto o titulo mas perdoado seja quem tanto merece.

A *Fabula de Perseo* foi um dos primeiros quadros que Vieira Luzirano pintou, a instancias do conde das Galveias, tambem embaixador em Roma. N'essa nobre cidade obteve varios premios da Academia de desenho.

D. João V obsequiou-o grandemente, encarregou-o de alguns trabalhos e estipulou lhe a pensão de 720$000 réis, afóra o preço dos seus trabalhos.

Gil Vicente.—E' opinião seguida que nasceu em 1475, n'esta cidade de Lisboa.

Fundador do theatro portuguez, deram-lhe o cognome de *Plauto*. Os seus autos, reproducção de scenas e costumes portuguezes do seu tempo, similham extravagantes na epoca actual, mas quem n'elles attentar ha de reconhecer o seu espirito critico de grande alcance.

Gil Vicente, se tivesse vivido na côrte de D. João III, iria *expiar* aos autos de fé a largueza de ridiculos que lançava á fradaria. D. Manuel, porém, achava graça as energicas e engraçadas locuções, e arrojos metaphisicos do talentoso poeta, inquestionavelmente demolidor sob apparencias de inoffensivo comediographo. Gil Vicente foi bemquisto da côrte, onde o seu gracioso espirito se tornou indispensavel. Era elle quem organisava as representações no theatro do paço, quem ensaiava os autos e lhe escrevia a musica.

A arte deve-lhe muito, e o theatro portuguez ha de cobrar de louros o seu busto emquanto a declamação tiver o culto dos espiritos illustrados.

Gomes Eannes de Azurara.—Foi o continuador da obra de Fernão Lopes. Tal como o seu antecessor e pouco conhecida a historia d'este illustre portuguez.

Viveu pela metade do seculo XV, em 1454 tinha uma commenda da ordem de Christo.

Passou os annos da adolescencia affastado do estudo, mas de repente entregou-se ás lettras — D. Affonso V, superiormente instruido, se lhe affeiçoou, e nomeou-o guarda-mór da Torre do Tombo, bibliotecario da livraria do paço, e o encarregou de concluir a chronica de D. João I, que ficara incompleta pelo fallecimento de Fernão Lopes.

Gomes Eannes de Azurara desempenhou-se primorosamente da missão. Escreveu mais a *Tomada de Ceuta*, as chronicas de D. Pedro de Menezes primeiro governador d'essa praça, e de seu filho D. Duarte de Menezes primeiro conde de Vianna, e a historia do descobrimento da Guiné: Começou a escrever os *Annaes de D. Affonso V, sobre a expedição de Africa*, mas a morte arrebatou-o antes de concluil-os, tendo de escrever o restante o chronista Ruy de Pina.

João de Barros, o grave e imparcial historiador louva em muito a obra de Azurara a quem considera duplamente digno do encargo de guarda-mor, tanto pelo saber como pelo zelo.

Jeronymo Corte Real.—Era senhor do Morgado de Palma. Dedicado a poesia n'ella evidenciou verdadeiros arrojos de ideaes. O *Naufragio de Sepulveda* e o *Segundo Cerco de Diu* teem o grande valor de serem feitas por quem viu e conheceu por expe

rimental-as, as temiveis tempestades de revoltas marés, e sabia de cór a symphonia da guerra.

Escreveu com mimo e sentimento, embora em phrase empolada, onde transpira a affectação de fórma.

Fez as campanhas da India com bravura, e acompanhou D. Sebastião na desgraçada empreza de Alcacer-Quibir.

Conseguiu salvar-se e voltou ao paiz.

Terminou seus dias no anno de 1593, com 53 annos de edade.

Joaquim Casimiro Junior.—O mais genial compositor de musica portuguez do seculo XIX. Nasceu na rua do Duque, antigamente chamada dos Gallegos ahi por 1811. Seu pae, Joaquim Casimiro, era de nacionalidade italiana, mas viera para Portugal muito novo, e era musico de profissão. De tenra edade se evidenciou o extraordinario talento do futuro maestro, por cujo motivo seu pae o mandou estudar musica com frei José Marques. Tendo seu pae obtido um emprego no paço o juvenil artista foi viver para a Bemposta, onde pôde entrar para o côro sob a protecção do mestre. Um dia teve de tocar orgão, por subita indisposição do organista da real capella. El-rei escutou attento, e conheceu que outras mãos differentes das que habitualmente corriam o teclado tiravam d'elle melodias ideaes. Informou-se e soube que era uma creança quem assim o commovera. Chamou o juvenil artista, felicitou-o, presenteou-o com um annel e incitou-o a proseguir na gloriosa carreira encetada.

Casimiro Junior affeiçoou-se de todo o coração ao regio protector, e ao principe D. Miguel a quem deveu relevantes favores. A primeira composição do joven maestro foi *Matinas da Conceição* sublime inspiração de um grande genio. De então por deante o estro fecundo do grande mestre revelou-se em progressão ascensional.

A guerra civil surprehendeu-o na sorridente aurora da mocidade. Fiel aos augustos protectores abraçou a causa de D. Miguel com apaixonada abnegação, e seguiu-o em todos os transes da deploravel contenda

As producções do artista, classificado o *Mozart portuguez*, são innumeras. No theatro introduziu o couplet, e foi o precursor da operetta. A musica do *Viveiro de frei Anselmo*, da *Loteria do Diabo*, de um sem numero de peças, são admiraveis de suavidade e sentimento, exprimindo as diversas phases do espirito da acção.

A instrumentação das suas explendidas partituras era sempre um tropheu de sonorosidades.

Em musica sacra não teve rival.

Foi um genio creador! Compoz muito, mas á immortalidade do seu nome bastam tres composições: *A missa grande, a Trezena de Santo Antonio* e *Os officios de quarta feira de trevas.* Tudo quanto a harpa da alma humana póde exprimir—toda a dolorosa scena da Paixão, lagrimas e dores, suspiros e agonia, gritos da carne e poesia da Alma, a tudo o maestro sublime deu corpo e luz, palpitações e immortalidade.

Os officios da Semana Santa fel-os o maestro Casimiro expressamente para os offerecer ao Cabido da Sé, onde era digno Mestre da Capella. Lá são executados todos os annos com intima satisfação dos espiritos superiormente educados na comprehensão do bello.

O patriarcha D. Guilherme, muito amigo do glorioso maestro, era enthusiasta pelas suas composições.

Espirito muito lucido, Casimiro Junior tinha aprimorada instrucção e conhecia o latim como raro se estuda modernamente. Era jovial e generoso, cheio de piedade pelos infelizes, vindo a morrer pobre, quando pudera amontoar fortuna.

O grande mestre morreu fiel aos principios politicos da sua mocidade. Nunca transigiu com a obra de D. Pedro IV. Recto e piedoso como era, chorou, porem aquelle santo rei D. Pedro V.

Joaquim Casimiro Junior foi um grande artista, e uma gloriosa celebridade nacional. Jaz no cemiterio Oriental em jazigoerigido por subscripção entre amigos

D. Jeronymo Osorio.—Distincto latinista theologico.

Era bispo do Algarve quando se deu a enorme derrocada de Alcacer-Quibir. O virtuoso prelado, que muito amava o desventurado rei D. Sebastião, tanto se commoveu, tanto se apaixonou pela inandicta catastrophe, que sucumbiu a breve trecho.

D. João de Castro.—E' em nome que resume uma epopeia de gloria portugueza. Descendia este nobre varão de D. Ignez de Castro e de D. Pedro I, e foram seus paes D. Leonor Noronha e D. Alvaro de Castro. Nasceu em 17 de fevereiro de 1500. A sua entrada na vida de soldado foi logo uma série de triumphos.

Tinha elle trinta e cinco annos de edade, quando D. João III mandou seu filho unico D. João, pae de D. Sebastião, com uma esquadra, auxiliar Carlos V na tomada de Tunis. D. João de Castro acompanhou o principe e desenvolveu tanto heroismo em todas as batalhas que logo ganhou foros de grande capitão.

A conquista de Tunis cobriu de louros a esquadra portugueza que por seu turno voltou orgulhosa de D. João de Castro.

A Africa e a India tiveram occasião de conhecer a energia e o arrojo do nosso destemido fidalgo, em quem brilhavam dotes intellectuaes raramente alliados ao valor guerreiro.

Em 1545 entregou-lhe el-rei o governo de India, com o titulo de Vice-rei. D. João de Castro reformou a administração d'aquella colonia, com toda a probidade e bom senso. Chegou, viu tudo fóra dos eixos, e manifestou logo que era intransigente com os exploradores dos cofres publicos, e usurpadores da fazenda alheia. O seu governo foi exemplar e bemquisto. O patriotismo que lhe dirigia os actos era de primeirissima abnegação.

Quando ia a caminho da India, soube em Moçambique, da recente descoberta da bahia e rios, effectuada pelo portuguez Lourenço Marques, e que ficaram conhecidos pelo nome do descobridor.

Alvoraçado de alegria escreveu a el-rei dando-lhe a boa nova.

No anno de 1546 houve o segundo cerco de Diu. O primeiro foi em 1538, e defendeu-o heroicamente o valente Antonio da Silveira.

D. João de Castro attingiu a altura dos heroes da fabula n'esta lucta titanica. *A ultima palavra* sahida da bocca dos canhões, proclamava a extraordinaria victoria do nosso grande heroe, e fez côro nos dois hemispherios. Bem se póde affirmar que D. João III deveu o imperio do Oriente a D. João de Castro e a D. João de Mascarenhas, sem os quaes a obra de Vasco da Gama seria anniquillada pelas legiões revoltas que disputavam as suas terras, os seus mares, e seu patrimonio.

Da immaculada honra de D. João de Castro todos ouviram fallar. Era-lhe evangelho consagrado. Tambem jámais homem existiu em quem tanto acreditassem os coevos! Viu-se em Diu!

Depois da victoria as fortalezas ficaram desmanteladas. Aquillo fôra guerra de exterminio, verdadeiro assombro de valor de um e outro lado. Os portuguezes acharam-se defrontados com homens que jogavam as ultimas e em numero de metter respeito. Do alto da fortaleza de Diu metralhava-se com tudo o que podia ser arremessado ao campo inimigo.

Todos porfiavam em heroismo — nem já se distinguia se melhores soldados os homens eram, se as mulheres! Os portuguezes do cerco de Diu elevaram-se ao respeito e gratidão da historia.

D. João de Castro quiz reedificar as obras defensivas de Diu, necessidade urgente, mas não tinha dinheiro. Tudo quanto possuira o dera já, e o mesmo fizeram seus nobres filhos D. Alvaro de Castro, e D. Fernando de Castro. Este gentil mancebo até dera a sua explendida mocidade pela patria, quando nem vinte annos ainda vivera!...

O heroe de Diu, embora lhe sangrasse o coração, não descurou os interesses da patria, e dos milhares de cidadãos confiados á sua guarda. Pediu á camara de Gôa um emprestimo de 30:000 pardaus e consta que lhe enviou em penhor as suas barbas, acção tão repassada de culto pela honra, que nem hoje o vulgo a comprehende!

Então as donas de Chaul se apressaram em mandar ao vice-rei as suas melhores joias para que as vendesse e applicassse o dinheiro á reconstrucção da fortaleza.

D. João de Castro falleceu em Gôa no dia 6 de junho de 1548, com profunda magoa de el-rei que lhe tinha prorogado o governo por mais tres annos, e com sincero sentimento dos povos que governava, porque nenhuma admnistração tinha sido tão correcta, tão desinteressada, e tão orientada nos principios da equidade.

João XXI, Pontifice em Roma.—O nome que este varão teve na vida profana foi *Pedro Julião.* Nasceu n'esta cidade e baptisou-se na freguezia de S. Julião pela primeira dezena do seculo decimo terceiro. Estudou mathematica, philosophia e medicina, e escreveu *summulas* e *problemas* adoptados nas principaes escolas do seu tempo.

Em materia medica produziu o *Canones medicinae*, e *Thesau-*

rus pauperum, além de outras obras de fama e valor entre os seus contemporaneos.

Desempenhou as funcções de arcediago de Vermium, prior-mór da collegiada de Guimarães, commendatario do mosteiro de Pedroso.

Occupava a alta dignidade de arcebispo primaz de Braga quando o pontifice Gregorio X convocou o concilio lugdunense. Reinava em Portugal D. Affonso III, e este o enviou a tomar parte no concilio, de cuja missão honrosamente se desempenhou. O pontifice, afim de demonstrar-lhe estima, deu-lhe a mitra da diocese tusculana, e o barrete cardinalicio.

Fallecendo o papa Adriano V em 1276, a assembléa dos cardeaes, reunida em 20 de setembro do mesmo anno na cidade de Viterbo, que era ao tempo côrte pontifical, elegeu-o á cadeira de S. Pedro.

D. Pedro Julião tomou o nome de João XXI.

O seu primeiro cuidado foi congraçar os principes christãos que andavam em guerra, e chamar-lhes a attenção para a conveniencia da egreja em combater os turcos e mouros que eram senhores da Terra Santa. Os principes belligerantes fizeram pazes entre si, e colligaram-se para as novas cruzadas.

O governo espiritual e temporal d'este papa promettia ser dirigido com criterio, mas tão ephemera duração teve que pouco conseguiu realisar. Oito mezes e cinco dias após a sua elevação João XXI morreu desastrosamente esmagado por uma parede do seu palacio, que desabou no momento em que elle passava... *si vera est fama.*

Sepultaram-n'o na cathedral de Viterbo.

D. João Carlos de Bragança. — Segundo duque de Lafões, e neto, por bastardia de D. Pedro II. Nasceu no principio de março de 1719, e recebeu uma educação principesca. Era de extraordinaria agudeza intellectual, que o cultivo ainda mais aprimorou. O marquez de Pombal detestava-o, e a prudencia aconselhou-lhe o exilio, desde que o primeiro ministro de D. José se tornou o rei *de facto*. Senhor de grande fortuna viajou muito, e muitissimo se instruiu, sem comtudo renegar armas porque fez a guerra dos *sete annos* como voluntario.

Com a acclamação de D. Maria I voltou ao reino com plena satisfação da soberana, que lhe fez carinhoso acolhimento.

Rebentando a revolução franceza, na occasião em que elle foi chamado ao ministerio, D. João Carlos de Bragança manteve o governo em neutralidade absoluta. Emquanto este prudente conselho foi acatado, nenhuma nuvem escureceu o nosso horisonte, mas logo que os irrequietos da governança tiveram velleidades de interferencias, começaram os sobresaltos naci naes. A batalha de Russilhão foi uma das consequencias da loucura, seguindo-se-lhe a desfeita franco-hespanhola de 1801. Foi n'este anno que perdemos Olivença.

Esta primeira investida dos invasores teve já por pretexto a questão da Inglaterra. O duque de Lafões, nomeado marechal-general, teve o enorme desgosto de não poder repellir o insulto por lhe faltarem homens em numero sufficiente para a expulsão dos invasores.

Esta guerra desleal concluiu-se no mesmo anno pelo perfido tratado de Badajoz. D. João Carlos de Bragança ficou talmente impressionado que abandonou a vida publica para sempre. Serviu-lhe de lenitivo a profunda instrucção que possuia. Cerca de tres annos antes, de parceria com o afamado botanico José Carreira da Serra, fundou a Academia das Sciencias, cujos estatutos o governo approvou, e d'ahi vem o attribuir-se a D. Maria I esta instituição, quando é certo que n'essa epoca já a pobre senhora andava atacada da doença mental que a inutilisou.

Falleceu com 87 annos, legando aos descendentes um nome fidalgo em genealogia, e inapreciavel nas letras.

João Pinto Ribeiro.—Varias terras do paiz se disputam a honra de serem berço d'este illustre portuguez. Parece, porém, que foi em Lisboa que elle nasceu em um dos ultimos annos do seculo XVI.

Cursou os annos de direito na universidade de Coimbra, e formou-se n'essa faculdade, em que veiu a distinguir-se como eminente jurisconsulto. O duque de Bragança, D. João, mais tarde IV do seu nome no throno de Portugal, tomou-o por seu secretario.

Patriota de fina tempera, odiava os castelhanos pelo muito que faziam sangrar a alma nacional.

O fracasso dos motins de Evora em 1637, encheu-o de amargura.—De ha muito meditava a libertação patria, o sangue derramado n'aquella cidade mais lhe robusteceu o plano.

Arrojado era! Philippe IV trazia uma espionagem despersa por toda a parte, e estava ao corrente de quanto se passava em Lisboa. João Pinto Ribeiro tinha, porém, olhos de lynce. A sua collocação junto do duque de Bragança punha-o em contacto com a fidalguia mais preclara do paiz.

Com rara habilidade soube ganhar a estima e confiança d'esses «patricios», e actuar-lhes no espirito, até incutir-lhes a ideia da restauração. Alguns houve que trataram de visionario o arrojado patriota, e outros que a principio se apavoraram pelas consequencias da tentativa, caso o exito a não coroasse. N'este numero comprehendia-se o proprio duque, cujo caracter timido se negava a acceitar a brilhante situação que lhe destinava o famoso jurisconsulto.

Mais corajosa e decidida, a duqueza D. Luiza de Gusmão acolheu a ideia de João Pinto Ribeiro com enthusiasmo, e moveu o marido no mesmo sentido.

Começou então a peregrinação do dedicado patriota, de Villa Viçosa para Lisboa e vice-versa, arrostando graves perigos, mórmente por causa das espionagens. Foi elle a alma da conspiração, que conduziu habilmente.

As reuniões no palacio do conde de Almada eram convocadas por elle, que as não deixava nunca surprehender.

O resultado coroou de gloria o nome d'este benemerito da patria.

Depois do dia primeiro de dezembro de 1640, João Pinto Ribeiro lançou mão da sua penna de jurisconsulto para provar juridicamente os direitos de D. João IV ao throno.

O dia 15 d'esse mez foi para elle jubiloso. Pelo meio dia, o monarcha, que habitava já os paços da Ribeira, desceu aos pavimentos inferiores, junto de cuja varanda tinha sido construida uma tribuna ampla e ricamente adornada, de tela e velludo carmezim bordado a ouro. Na tribuna havia um estrado de dois degraus, e sobre este, outro de quatro degraus que sustentava uma cadeira coberta de panno de brocado, com um docel recamado de ouro e prata. Magnificas alcatifas atapetavam tribunas e degraus.

Poz-se el-rei a caminho. Adiante vinha o marquez de Ferreira D. Francisco de Mello, com o estoque desembainhado, fazendo vezes de condestavel do reino. Fernão Telles de Menezes, representando de Alferes-mór, empunhava a bandeira real enrolada.

Atraz d'este, D. Henrique da Silva, marquez de Gouveia e mordomo-mór trazia a insignia respectiva.

Todos os fidalgos, ministros, prelados e dignitarios que se achavam em Lisboa faziam parte d'este luzido cortejo, e acompanhavam el-rei. Este, ainda pasmado dos successos que lhe davam o throno, vestia de risso pardo bordado a ouro, com abotoadura de brilhantes, opa magnifica e um precioso collar com o habito de Christo, rodeado de brilhantes. As mangas, de tela branca, eram eguaes ao forro da opa, lavradas de ramos de ouro. A cauda da opa era segura pelo seu camareiro-mór João Rodrigues de Sá, que estava vestido com riqueza, e tinha sua espada de côrte, com os copos de ouro.

Terminada a ceremonia da entrega do sceptro de ouro, el-rei fez um moderado discurso, e prestou juramento. Então, o Alferes-mór, desenrolando a bandeira exclamou em altas vozes:—«Real! Real! Real! Pelo muito alto e poderoso rei D. João IV, nosso Senhor!»

Tres vezes repetiu estas palavras, em diversos logares, correspondendo o povo com acclamações delirantes. Todos exultavam pela quebra dos grilhões de uma dolorosa escravidão de sessenta annos.

El-rei desceu da tribuna, montou a cavallo, levando a redea D. Pedro Fernando de Castro, que assim fazia de alcaide-mór de Lisboa.

Cobria o monarcha um pallio riquissimo.

Assim se poz em marcha o brilhante cortejo no meio dos vivas populares que se uniam ao repicar dos sinos e toda a casta de musicas, de saudações, de bençãos.

A' entrada da praça do Pelourinho Velho, ahi proximo das alturas onde a rua dos Capellistas cruza com as ruas da Prata e dos Fanqueiros, houve paragem para el rei fallar ao povo, e re-

ceber as chaves da cidade, offerecidas pelo presidente da camara D. Pedro de Menezes, conde de Cantanhede.

Devolvidas, segundo o ceremonial, continuou o real sequito caminho da Sé a cuja porta principal o arcebispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha esperava el-rei. O cabido entoou a antiphona *Benedictus qui venit in nomine domini.*

Solemne *Te-Deum* se seguiu, findo o qual o cortejo regressou aos paços reaes pela mesma ordem.

João Pinto Ribeiro seguiu todo o ceremonial com o coração glorificado—era principalmente obra sua.

D. João IV não foi ingrato a tão abnegativa dedicação, João Pinto Ribeiro teve logo despacho de juiz de Fóra para Pinhel, e seguidamente para Ponte de Lima. D'ali transitou para desembargador, contador-mór da fazenda, e guarda-mór da Torre do Tombo. Tambem o agraciou com o fôro de fidalgo, e lhe manifestou gratissimo affecto, bem como a rainha.

Não quiz a sorte que o leal portuguez gozasse longamente a justa retribuição dos serviços prestados.

Em 11 de agosto de 1649 succumbiu aos estragos de uma enfermidade, deixando enlutada a patria e magoadas todas as pessoas que o conheciam.

Ficou sepultado ao pé da porta do refeitorio do convento de S. Francisco da Cidade, em sepultura propria.

Jorge Cardoso.—Celebre auctor dos *Agiologios,* uma especie de *Flos Sandorum,* muito conceituado no mundo ecclesiastico. Era muito illustrado, e prestou importantes serviços á historia ecclesiastica.

Viveu na pobreza, ralado de desgostos, mas teve um vistoso enterro.

José Anastacio da Cunha.—De origem popular era este intelligentissimo homem de sciencia.

Nasceu em 1744, sendo seus progenitores o pintor Lourenço da Cunha e Jacintha Ignez.

Aos dezoito annos sentou praça de voluntario no regimento de artilheria do Porto, quando andavamos em guerra com os castelhanos.

Muito applicado, muito talentoso, tornou-se conhecido como poeta correcto e mimoso, e excellente mathematico. Com estes predicados rapidamente ganhou galões de 1.º tenente. Por esse tempo publicou uma memoria sobre balistica, que chamou sobre elle a attenção benevola e o louvor dos seus superiores.

O conde de Lippe, commandante em chefe das tropas portuguezas, teceu-lhe rasgados elogios, e o marquez de Pombal tomou-o em grande estima, e lhe deu a regencia de uma cadeira de mathematica, quando reformou a universidade.

José Anastacio da Cunha depois da morte de D. José cahiu nas garras da inquisição e lá esteve nos carceres, de onde não sahiria se não fosse a influencia do intendente geral da policia, Ignacio de Pina Manique, que conseguiu restituil-o á luz e em seguida o collocou no collegio dos meninos orphãos, casa pia, como professor e director, visto que lhe haviam tirado a cadeira da Universidade de Coimbra, só porque fora protegido por Pombal.

Escreveu então o notavel compendio de mathematicas puras, que circulou largos annos nas escolas particulares e officiaes do paiz, e que, traduzido para francez por um dos seus discipulos, teve curso na Europa com applauso dos mais eminentes professores.

Morreu no melhor dos seus quarenta e trez annos, e a sua morte foi uma lamentavel perda para as sciencias de calculo.

Frei José de Santa Ritta Durão.—Com quarenta e sete annos de edade falleceu em Lisboa, no anno de 1789, este illustre homem de lettras e doutor em theologia.

Aos vinte e dois annos professou no convento da Graça e em 1762 sahiu em viagem pela peninsula.

Andava accesa a guerra entre as duas nações e o viajante foi preso em Andaluzia, com suspeições de espionagem.

Conduziram-n'o para o castello de Segovia, cujas portas só se lhe abriram depois de rectificado o tratado de paz.

D'ali foi para Italia, onde tratou de perto os litteratos e poetas de maior celebridade. Escreveu n'esta epoca o *Caramurú*, poema épico que se considera monumento da poesia portugueza.

José Basilio da Gama. — Socio correspondente da Academia Real das Sciencias, finou-se em Lisboa no primeiro de julho de 1795, obscuramente, e na mais desoladora situação.

Por mal dos seus peccados tinha o dom da poesia, e compoz uns versos laudatorios da Companhia de Jesus, onde teve generosos protectores.

Desgraçados versos!

As auctoridades do Rio de Janeiro, pelos modos, tiveram medo que as rimas de José Basilio da Gama desfizessem a lettra da bulla papista, e mandaram-n'o, carregado de ferros, de presente aos odios do marquez de Pombal.

Julgado nos tribunaes, foi sentenciado a degredo perpetuo para Angola, mas o poeta, lembrando-se de que ás vezes as mordeduras caninas se curam com os pellos do mesmo cão, escreveu outros versos supplicantes á filha do marquez de Pombal, e conseguiu que esta os recebesse. Leu-os a gentil senhora, e condoeu-se do infortunio do poeta. Mostrou-os ao pae e implorou por sua vez em favor do auctor. Sebastião José de Carvalho e Mello possuia vastos conhecimentos, e sabia apreciar a boa litteratura. Agradaram-lhe as sentidas estrophes e quiz ver o supplicante vate.

A apresentação foi favoravel ao preso, porque o grande estadista lhe reconheceu talento firme e consciencia leal. Tomou-o para seu empregado de gabinete, e assim lhe deu uma vida de socego e bem estar que nunca elle havia conhecido.

Não se enganou o ministro na apreciação das qualidades moraes de José Basilio.

Foi na desgraça que elle avaliou da gratidão do honrado poeta. Já o protector lhe não podia ser util, e elle dedicava-lhe versos magnificos, exalçando a grande obra pombalina e lançando torrentes de balsamo na alma angustiada do grande homem.

A morte de Sebastião José de Carvalho e os desgostos dos seus ultimos dias de vida magoaram extremamente o grato coração de Gama. Depois d'isso recolheu-se a uma grande tristeza.

O governo de D. Maria I nunca se compadeceu da misera situação d'este homem illustre, que afinal succumbiu de desgostos e de tristeza.

Compoz muitas obras, das quaes o poema *Uruguay* é a corôa de gloria.

D. Leonor de Almeida Portugal de Lorena e Lencastre. — Os progenitores d'esta illustre senhora foram D. Leonor de Lorena e o segundo marquez de Alorna, quarto conde de Assumar.

Nasceu a 31 de outubro de 1750.

Os nobres esposos estavam incursos na lista dos fidalgos a quem o marquez de Pombal deliberára perder para sempre. Sob pretexto de suspeitas no tenebroso attentado contra D. José, o marquez foi prezo no forte da Junqueira, e sua esposa e filhinha recolhidas, que melhor se diria presas, tambem no mosteiro de Chellas.

D. Maria I abriu as portas d'esse tumulo de vivos á gentil fidalga, e a sociedade elegante admirou-lhe a formosura e a intelligencia.

Tinha prefeito os seus vinte e seis annos, mas dir-se-hia não passar dos dezeseis, tanto era o mimo da sua belleza de flôr de estufa.

Dois annos depois casou com o conde de Oeynhausen, que estava de serviço na côrte.

D. Leonor, mãe da recem-casada, obteve para o genro a embaixada de Vienna de Austria, e para aquella capital partiram todos.

Em 1793 enviuvou. Em 1807 retirou-se para Inglaterra. Estava já avançada em edade, mas conservava a clareza intellectual dos tempos da mocidade, e era ainda formosa. N'aquella nação travou relações de amisade com a celebre escriptora franceza Mad. Stael, com a qual muito privou.

Em 1813 morrendo o conde de Assumar e marquez de Alorna, seu irmão, em Dresde, succedeu nos titulos por direito de successão. No anno immediato regressou a Lisboa, e aqui passou o resto da vida, fallecendo em 11 de outubro de 1839, com 89 annos d'edade.

Escreveu muitas poesias, traduziu Pope, Cronegk, Goldsmith, Wiereand, Thompson, e compoz um bello poema que intitulou *Recrações Botanicas.*

Os poetas seus contemporaneos deram-lhe o nome encantador de Alcippe. Inspirados pelas graças e adoravel formosura d'essa gentilissima poetiza, cantaram-n'a com paixão, e deram lhe o culto artistico que a immortalisou.

Luiz Alvares.—Jesuita douto e virtuosissimo.

Foi notavel pela eloquencia e pelo patriotismo. Vivendo no tempo da usurpação castelhana, em todos os sermões advogava a causa da independencia.

Certo dia — festejava-se o apostolo S. Philippe — o bom do jesuita, encarregado da oração panygirica do santo, subiu ao pulpito. O rei castelhano, attrahido pela fama do orador estava na sua real capella, onde se realisava a festividade. O padre Luiz Alvares fitando-o serena e insistentemente começou:

«*Philippe qui videt me, videt patrem meum*». E sobre estas palavras do evangelho discursou largamente, empregando metaphoras em que todos á uma viram as sentenciosas allusões ao usurpador.

De outra vez prégava elle na presença do archiduque Alberto, representante de Philippe II no governo de Portugal, e tomou por thema as palavras do Evangelho, ao paralytico: *Surge! Tolle grabatum tuum et ambula*, e voltando-se para o cardeal disse-lhe claro e alto:

— «Serenissimo principe, estas palavras querem dizer: levantae-vos, tomae o fato e a cabana, andae, ide-vos embora para a vossa terra».

Semelhante arrojo não lhe foi fatal porque a fama das suas christãs virtudes conteve em respeito os verdugos de Portugal.

O padre Luiz Alvares compoz quatro volumes de sermões, e falleceu em Aviz, aos 24 de novembro de 1590.

Luiz Antonio Verney.—Foi filho de Diniz Verney e D. Maria da Conceição Arnaut, naturaes de França. Nasceu em Lisboa em julho de 1718.

Estudou com os jesuitas, e tão cabaes provas de superioridade intellectual deu, que os mestres empregaram todos os esforços para o levarem a filiar-se na Companhia, ao que se negou obstinadamente o moço estudioso.

Em 1746, publicou o seu *Verdadeiro methodo de estudar*, contra o qual vociferaram muitos invejosos, mas que mereceu a honra de ser traduzido no estrangeiro, e obteve a approvação de pessoas abalisadas na materia.

Escreveu mais uma grammatica philosophica, que as escolas italianas adoptaram, um compendio de logica, adoptado em Portugal, um outro de phisica e mathematica, e ainda outros livros que mereceram a protecção de D. José I.

O marquez de Pombal teve em grande consideração as suas brilhantes qualidades, e enviou-o a Roma para tratar da expulsão dos jesuitas de Portugal. Quando falleceu D. José I estava n'aquella cidade o nosso illustre compatriota. Prevendo o desfavor que aguardava os protegidos de Pombal, e a alta cotação que iria ter o fanatismo, resolveu não voltar a Lisboa, e lá se finou em Roma em 20 de março de 1792.

D. Luiz de Athayde.—Primeiro conde de Athouguia, é um dos mais gloriosos nomes da nossa portugueza historia.

Mui joven era ainda D. Luiz de Athayde quando foi com o infante D. Luiz á conquista de Tunis. O tirocinio da guerra fel-o sob as ordens dos generaes de Carlos V, e logo revellou o espantoso valor que devia coroal-o de immortalidade nas terras do Oriente.

Foi na menoridade de D. Sebastião nomeado pela regencia vice-rei da India.

Haviam-se alliado os reis do Oriente, e atacaram simultaneamente *Chalé*, Chaul, Gôa e Malaca. D. Luiz de Athayde accode prompto a toda a parte, multiplicando os esforços, e organisando systemas de defeza á mistura com planos de ataque.

Em 1569 conquistou elle as praças de Bracellor e Onôr, e os reis, em vista da imminencia do perigo, esqueceram as antigas rivalidades para se alliarem na defeza e no ataque. Assim é que formaram um exercito poderoso, de numero nunca visto. Nem se pode saber a que altura chegava o numero de turcos e mouros, pois bastariam os rajahs de Hidalkan, de Nizam e de Samori para amedrontar ainda o mais valente capitão.

D. Luiz de Athayde viu bem o perigo e não recuou. Cercado em Gôa, de lá mandava reforços, conselhos e planos para as demais praças atacadas. Com uma tactica maravilhosa, ao passo que dirigia as operações do seu directo commando superentendia nas manobras dos seus generaes, guiando-os de fórma que não deixasse progredir o trabalho do inimigo. Sete mezes durou esta lucta titanica sem fraqueza da parte dos nossos. Durante este periodo os rajahs destroçados sempre, tinham perdido um sem numero de homens, gastaram grande somma de thesouros, e acabaram por se malquistar de novo.

O valoroso vice-rei, alma de todo aquelle movimento, teve ainda de debellar outro perigo. No principio do seu governo os mares estavam cheios de piratas, e a guarnição das praças mesclada de aventureiros sem disciplina. Os navios portuguezes não se atreviam a cruzar os mares infestados de ladrões, e as transacções commerciaes estavam suspensas. Tudo removeu o eruditi governador. A breve espaço os piratas, batidos, desappareceram aterrorisados, e os navios poderam retomar seu curso. Em terra os aventureiros tiveram de curvar-se á disciplina, porque o austero vice-rei não era severo, e tanto premiava os bons soldados como castigava os maus servidores da patria.

A administração de D. Luiz de Athayde teve fama de probidade e foi uma larga epopeia de gloriosos commetimentos. Quando chegou a Lisboa, em 1572, teve uma recepção real.

D. Sebastião chegou a invejar este grande homem, que foi um digno successor de Affonso de Albuquerque no modo como se conduziu na India.

Bem queriam os velhos e leaes fidalgos que el-rei o levasse como commandante geral da desgraçada expedição a Africa, mas o moço rei tal não consentiu, que a sua vaidade insensata lhe mostrava em D. Luiz de Athayde um rival na gloria!

Os fidalgos que não applaudiam a louca empreza, queriam ao menos que a prudencia e o valor de varão tão largamente experimentado, conduzisse a aventura com certa segurança.

D. Sebastião regeitou, e como visse que a opinião publica levava a mal a desconsideração feita ao bravo cavalleiro, nomeou-o segunda vez vice-rei da India, onde os animos andavam revoltados e insoffridos.

Com a chegada do illustre governador serenaram as questões e os povos de novo se curvaram ante a ferrea disciplina do heroe.

A noticia do desastre de Alcacer-Kibir abriu no coração de D. Luiz de Athayde um golpe profundo. Breve se seguiu a notificação da perda da nossa autonomia, e este desgosto abalou a saude do nobre varão.

Convocou os seus intimos, e com enorme magua lhes descreveu a mizerrima situação da patria.

Com elles ajustou formar um exercito com os seus velhos soldados, gloriosos vencedores das avalanches animadas das tropas turcas, e vir desembarcar a Lisboa á frente d'esses bravos, afim de chamar aqui ás armas todos os portuguezes dignos d'este nome, para que todos juntos expulsassem os intrusos que vinham cuspir ultrages na terra sagrada de Portugal.

Grandioso plano esse!

Não quiz a fortuna que elle se realizasse, porque dias depois morreu o patriotico fidalgo, e o castelhano teve em paz a livre acção sobre este paiz que levou ao extremo da degradação e da penuria.

Luiz de Camões.—Nasceu em 1524 ou em 1525. A sua filiação era Simão Vaz de Camões e Anna de Sá de Macedo Era fidalgo de origem, e descendia de Vasco Pires de Camões, fidalgo gallaico, governador de Alemquer e muito dedicado a D. Leonor Telles de Menezes, motivo que o levou a atraiçoar o nosso paiz.

Mandaram-n'o os paes para a universidade de Coimbra onde estudou linguas e humanidades com surprehendente exito. Desde muito novo os seus versos lhe deram nome, e lhe alcançaram valiosas relações.

Na côrte onde então imperava o bom gosto poetico, mercê da intelligencia de uma princeza culta, alcançou muita estima o moço poeta, que passava os dias fazendo versos de amor, e cantando os encantos da formosa donzella D. Catharina de Athayde, em cujo coração soubera insinuar-se favoravelmente.

Os paes da menina é que não viram com agrado a paixão dos enamorados jovens. Era ella filha do conde de Athouguia, senhor de alta influencia, e que empregou esforços para conseguir, como conseguiu, o desterro do poeta.

Lá foi o apaixonado Camões para Constancia, confiar ás mansas aguas as maguas que na alma lhe avultavam. Teria então uns vinte e trez a vinte e quatro annos de edade o glorioso vate. O desespero da vida, bem como a sua natural bravura, levaram-n'o a seguir voluntariamente a carreira das armas, e alistou-se nas fileiras que iam a combater em Ceuta.

Querem alguns que fosse ali que elle perdeu um olho, comba-

tendo contra os mouros, outros dizem que foi em uma das refregas que elle habitualmente provocava, porque era de animo bellicoso.

Em um dia de procissão de *Corpus Christi* andou elle envolvido em desordens que deram brado.

Nem no desterro nem em Ceuta esqueceu a visão da sua *Natercia*. Sabendo todavia, que influencias contra elle se moviam, não veio a Portugal, e em 1553 passou á India, e tomou parte nos combates do Mar Roxo, do Malabar e Ormuz.

De volta a Gôa encontrou, governando, Francisco Barreto, homem mal visto e mal comportado, expoliador da fazenda publica e particular, e que soffucava os queixumes e protestos com o maior despotismo. Luiz de Camões, no verdor dos annos, illuminado de genio e escurecido de desgostos, deu largas á sua justa indignação, e escreveu a satyra *Disparates da India*, em que vergastava o odioso governador. Este, vaidoso e irado, processou o poeta e desterrou-o para as ilhas Molucas, onde levou vida amargurada durante tres annos.

Por essa época chegou á India o benemerito D. Constantino de Bragança, que muito queria ao poeta, e logo o chamou do exilio, e o despachou para a cidade de Macau, no logar de provedor de defuntos e ausentes.

Esse foi o tempo de socego relativo para o épico immortal. Os dias passava-os na celebre gruta que ficou com o seu nome, e lá compoz grande parte dos immortaes Luziadas, tendo já por companhia e unico amigo o dedicado Jáu.

Em 1561 voltou a Gôa. Foi n'essa viagem que occorreu o naufragio em que Luiz de Camões perdeu o pouco que possuia em dinheiro, e salvou o seu manuscripto com risco da propria vida, lançando-se ao mar para arrancal-o ás ondas, na fóz do rio *Mecon*. Após tantos trabalhos, esperava-o em Gôa um processo por *concussão*, movido pelos seus inimigos. Era já fallecido em Lisboa o seu illustre protector e amigo D. Constantino de Bragança, e os villões cravaram assim os dentes venenosos na reputação do magoado poeta. Muito a custo conseguiu elle justificar-se das aleivosias, e obter mandado de soltura, porque o tinham encarcerado. Varias peripecias desagradaveis ainda soffreu o pobre Camões, até que chegou a Lisboa, em 1570, e onde dolorosas angustias o esperavam.

Catharina de Athayde, morta na primavera dos annos, já não podia ungir de piedosas lagrimas, as incuraveis feridas que as injustiças e a inveja tinham rasgado na alma do immortal cantor da patria. Foi com lagrimas que elle escreveu aquelle soneto delicioso, inestimavel joia que em todos os tempos fulgura como brilhante de primeirissima agua entre montões de perolas.

Uma horrorosa peste devastava a cidade quando Camões desembarcou, cousa que não podia deixar de impressionar tristemente o espirito do genial artista.

Dois annos depois publicava elle o seu momentoso poema que dedicou a el-rei, perante o qual fez a leitura. D. Sebastião escutou-o com certa contraridade mal disfarçada, como que invejoso da fama dos novos argonautas. Em premio da offerta el-rei concedeu a Camões a pensão annual de 15:000 réis, 1250 réis por mez! E' verdade que o valor da moéda não tem comparação com o de hoje. Mas ainda assim que mesquinhos para tão soberano trabalho. Pois mesmo assim nunca andou bem paga a miseravel pensão! Assim passou os ultimos annos da existencia o maior dos poetas europeus do seu seculo! Para não sucumbir aos estragos da fome tinha o seu fiel escravo Antonio — o Jáu — de percorrer de noute as ruas mendigando o obulo da caridade.

Enfermo, sem protecções, finou-se aos cincoenta e cinco annos de edade n'aquella casita da calçada de Sant'Anna, que já descrevemos em outro logar.

Camões era fidalgo cavalleiro da casa real. Os representantes do seu ascendente Vasco Pires de Camões são, em Hespanha os membros da familia do visconde de Rubiones, e em Portugal os das familias de villa Nova de Souto d'El rei, marquezes de Angeja, condes de villa Flôr.

O esquecimento a que a patria votava o seu mais grandioso cantor importava uma enorme vergonha. Por vezes se sentiu esta ingratidão mas não ia adiante a consciencia nacional... Em 1860, o nosso primoroso esculptor Victor Bastos tomou a peito a realisação de um monumento digno do immortal poeta, e tratou de movimentar a sua ideia, a pontos que em breve estavam formadas varias commissões de distinctos cidadãos, para angariarem meios pecuniarios destinados a tão justo quanto sympathico fim.

No dia 28 de junho de 1862 levou-se a cabo o lançamento da primeira pedra do bellissimo monumento que occupa o centro da praça de Luiz de Camões. Por debaixo da pedra fundamental ficou collocado um cofre com o auto do acontecimento, as moedas nacionaes, e uma lamina de cobre prateado, tendo gravada uma inscripção latina respectiva á celebração.

O monumento foi inaugurado no dia 9 de outubro de 1867. Tem quatro degraus servindo de apoio ao pedestal, cuja altura é de 7.m 48. Os angulos ostentam oito plinthos onde estão as estatuas dos historiadores Lopes de Cantanhede, João de Barros e Gomes Eannes de Azurara; de Pedro Nunes, famoso cosmographo e mathematico; e dos laureados poetas — Jeronymo Côrte Real — Francisco de Sá de Menezes e Mousinho de Quevedo e do chronista Fernão Lopes.

A face principal tem as armas portuguezas, conforme as uzava D. João I e os reis que lhe succederam até D. Sebastião. A altura do monumento completo é de 11.m 48. Estatua e pedestal, trabalhos do distincto esculptor Victor Bastos, são de rara belleza e completa correcção. A estatua de bronze é feita de peças antigas, que existiam no arsenal do exercito, e cujo pezo foi avaliado em 1:700$000 réis. Tem quatro metros de altura e foi de uma feliz inspiração. A' fabrica dos Collares cabe a honra de a ter fundido. Os empregados que fizeram o trabalho da fundição foram Delphim Antonio e Alexandre das Neves. Toda a obra é de proveniencia portugueza, executada por portuguezes.

Este monumento é talvez o mais imponente de Lisboa.

D. Luiz da Cunha.—Era filho do senhor de Táboa, D. Antonio Alvares da Cunha e sobrinho do nosso brilhante Conde de Villa Flôr D. Sancho Manuel. Seguio o curso de direito na universidade de Coimbra e depressa ascendeu a desembargador da Relação do Porto. Tinha 34 annos de edade quando foi como embaixador á côrte de Londres, onde revelou excellentes qualidades de diplomata. Por occasião do tractado de Utrecht enviou-o D. João V na qualidade de ministro plenipotenciario junto do congresso. Voltou depois á embaixada de Londres. N'esta ultima capital falleceu, aos 8 de outubro de 1745, em 87 annos completas, mas em plena posse da lucidez mental.

Escreveu muito, mas não imprimiu nenhum dos seus trabalhos. Na casa do Côvo, perto de Oliveira de Azemeis, existem ou existiam ha annos tres volumes in folio, encadernados, original ou copia das memorias do habil diplomata. E' realmente pena que não as dêem a publico mandando-as imprimir, porquanto ali se encontram preciosas revelações ácerca da politica da epocha, que seriam excellente subsidio para a historia do reinado de D. João V, tão interessante sob varios pontos de vista.

D. Luiz de Menezes.—Nasceu em 22 de julho de 1632, e creou-se na companhia do principe D. Theodosio, filho de D. João IV tão premeaturamente colhido pela morte.

Era capitão de cavallos este brioso e destemido militar que tinha o titulo de conde da Ericeira, já possuido por seu pae e por seu avô. O nome de D. Luiz de Menezes ficou immortalisado na batalha de Badajóz, em 1658, e nas linhas de Elvas, em 1659. Na batalha do Ameixial estava este heroico cavalleiro no exercito de D. Sancho Manuel, e tornou-se notavel pelas suas façanhas. Foi ali que recebeu a patente de general de artilharia. A elle se deve principalmente a victoria de Montes Claros.

D. Pedro II nomeou-o veador da sua real fazenda.

Era tambem um sabio e um escriptor de merecimento. No seu opulento palacio da rua dos Condes, de que fizemos menção em logar competente, passava noutes e noutes entregue ao estudo na sua magnifica bibliotheca.

Suicidou-se, lançando-se de uma janella. Nunca se pôde sequer presumir o motivo de similhante desespero.

Segredo foi que levou sepultado no coração..

Deu-se este desgraçado suicidio em 26 de maio de 1690.

D. Frei Luiz de Granada.—Entre os grandes benemeritos da humanidade, poucos attingem a elevação d'este em assumpto de caridade e santidade de espirito! Dotara-o a natureza de uma clara intelligencia, que o santo homem poz sempre ao serviço de causas justas e humanitarias.

Muito cedo, na primavera da vida, professou na ordem dos prégadores, na cidade de Granada, e d'ahi lhe ficou o appellido. Mui douto em lettras sagradas e profanas, desempenhou as funcções do magisterio nos cursos de philosophia, theologia, moral e

historia ecclesiastica, e foi provincial e visitador de S. Domingos de Portugal.

D. João III e sua esposa tomaram-n'o para confessor, e o mesmo fez o cardeal D. Henrique.

Durante a regencia de D. Catharina diligenciou esta rainha que Fr. Luiz de Granada acceitasse a mitra de Vizeu e o arcebispado de Braga, mas a completa izenção do venerando sacerdote não era compativel com aquellas distincções e por isso as regeitou. O pontifice Xisto V offereceu-lhe o cardinalato, que elle egualmente não quiz, respondendo que a sua missão era ensinar a boa nova do Evangelho e esclarecer os humildes.

E bem á risca seguia este caminho de paz e amor! No seu tempo se deram os mais desgraçados acontecimentos politicos, mas o religioso varão ficou-lhes indifferente, porque, dizia elle, o *reino de Deus é patria de todos os povos*.

No pulpito tinha a eloquencia de um vidente; no confessionario, a uncção de um santo compassivo e amoroso.

Escreveu obras de grande apreço para a egreja e que revelam bem a fundo os dotes piedosos da sua bella alma.

Toda a gente do seu tempo o venerava sinceramente e os seus livros eram recebidos com respeito e carinho. O livro da *Oração e Meditação* foi traduzido em nove idiomas. Publicou nove sermões muito bem escriptos, entre os quaes o dos *Escandalos* teve ruidosa fama.

Escreveu muito na lingua latina.

Gregorio XIII enviou-lhe um breve datado de 21 de julho de 1582, louvando-lhe os escriptos, e os principes da egreja aconselhavam a sua leitura com interesse.

D. fr. Luiz de Granada, o santo missionario, fundou varios estabelecimentos pios e exerceu a caridade em alta escala.

Falleceu em 31 de dezembro de 1588, com oitenta e tres annos de edade.

Quarenta e sete annos residiu em Portugal praticando o Bem pelo que a sua morte foi geralmente sentida.

Foi elle quem indicou á rainha D. Catharina o virtuoso D. fr. Bartholomeu dos Martyres, para arcebispo de Braga.

Fr. Luiz de Sottomaior. — Notabilisou-se como escriptor sagrado, publicando livros de merecimento sobre epistolas e psalmos das Escripturas.

O *Commento* sobre o *Cantico dos Canticos* de Salomão, é tido como trabalho magistral no seu genero. O papa Clemente VIII muito lhe louvou o engenho e animou-o a proseguir no intento, para gloria da egreja.

Floresceu no reinado de D. João III; este monarcha o enviou ao concilio de Trento, onde fez brilhante figura como orador. Quando regressou, el-rei lhe deu a cadeira de prima na Universidade de Coimbra.

Foi a Inglaterra por occasião do casamento da rainha Maria, e ali sustentou acaloradas discussões com celebres doutores protestantes.

Falleceu no sacro collegio de S. Domingos, de Coimbra, em 1810, tendo completado 84 annos de virtuosa existencia.

Padre Manuel Bernardes.—Foi um dos nossos classicos. Nasceu de paes ricos e recebeu distincta educação talmente aproveitada que aos nove annos começou a estudar philosophia, no collegio de Santo Antão.

Completo o curso, com grandes louvores dos professores, foi para Coimbra e ali se formou em varias faculdades.

Depois de ordenado presbytero entrou para a Sagrada Congregação do Oratorio, fundada no seu tempo pelo padre Bartholomeu do Quental, de celebre memoria. O extraordinario talento d este douto varão corria a par da sua extremada modestia e natural humildade. Não lhe faltaram offertas que a outrem sorririam e que elle rejeitou. Nomeado visitador geral de todas as congregações ecclesiasticas de Portugal, não acceitou a honra e declinou a nomeação que lhe foi enviada em breve apostolico.

O seu mister favorito era visitar e beneficiar os enfermos nos hospitaes, e os delinquentes nos carceres, acudindo lhes com soccorros espirituaes a qualquer hora do dia ou da noite.

O bispo de Vizeu, respeitando-lhe as virtudes e o saber, chamou-o para junto de si para seu confessor, mas o modesto sacerdote preferiu a pobre rudez dos seus aposentos aos luxuosos confortos dos paços episcopaes, e não acceitou o convite.

Prégador fluente, a sua voz commovia e convencia. Para elle appellavam os pobres, os enfermos e os banidos da sociedade, e nunca em vão o invocavam.

O nome do Padre Manuel Bernardes é conhecido e louvado de todas as pessoas estudiosas, e occupa honroso logar na historia da litteratura nacional.

Entre as suas muitas obras citaremos aqui — *Estimulo pratico para seguir o bem e fugir do mal* — *Paraizo dos contemplativos* —*Ultimos fins do homem* — *Nova Floresta ou Silvas de varios apotegmas*—*Luz e calor*, etc.

Muito mais escreveu em prosa, e algumas obras em verso, mas estas diz-se que as queimou por modestia, o que é devéras lamentavel para as lettras.

O estylo d'este classico é de uma doçura insinuante que derrama a paz no espirito dos leitores. O padre Antonio Vieira, mestre dos mestres, dizia d'elle «que não corria perigo o idioma portuguez, emquanto vivesse o padre Manuel Bernardes para lhe zelar a pureza».

Melhor elogio ninguem o faria.

Falleceu este inapreciavel escriptor em 17 de agosto de 1660, faltando-lhe trez dias para completar 66 annos de existencia. Os ultimos tempos de vida foram-lhe angustiosos pela perturbação das faculdades mentaes.

O nome do Padre Manuel Bernardes é uma das nossas glorias litterarias.

D. Manuel Caetano de Souza. — Escriptor venerando, cujas muitas obras foram catalogadas pelo desventurado conde da Ericeira, que mandou imprimir o catalogo em livro in-folio.

Foi membro do conselho de D. João V, presidente da Mesa da Consciencia e Ordens, e pró-commissario geral da bulla da Santa Cruzada em Portugal e seus dominios.

El-rei, tendo em alta consideração a sapiencia d'este distincto varão, nomeou-o censor da Academia Real da Historia Portugueza, e seu primeiro promotor.

Pertencia á Ordem da Divina Providencia como clerigo regular, e morreu no seu mosteiro em 18 de novembro de 1734, tendo 76 annos de edade.

D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas.—Nasceu no dia primeiro de março de 1784, no lar humilde de um operario serralheiro, este varão, cujo nome estava destinado a tão brilhante e sympathica immortalidade.

Aos 16 annos professou na Ordem Terceira e foi estudar em Coimbra, onde as suas maravilhosas aptidões se affirmaram florescentes.

Doutorou-se, e em 1769 foi nomeado confessor do principe D. José.

Subindo este principe ao throno, e elevado Sebastião José de Carvalho e Mello a seu primeiro ministro, nova era de engrandecimento veiu a Portugal. Uma das obras d'esta faina foi a reforma da Universidade, em que Cenaculo foi grande auxiliar do reformador.

Espirito de grande lucidez, anteviu o tempo futuro, e entendeu dever de consciencia não contrariar a acção do progresso.

Com a queda do marquez cahiu tambem o illustre D. Manuel do Cenaculo. A rainha exonerou-o de todos os cargos que tinha no paço e ordenou-lhe que se recolhesse á sua diocese sem licença de voltar á côrte. Comtudo a fama das suas grandiosas virtudes era tal que a opinião se impoz aos adversarios do prelado, e em 1802 lhe foi concedido o arcebispado d'Evora. Como o digno prelado se desempenhou d'esta missão todas as pessoas cultas o sabem. D. fr. Manuel do Cenaculo é d'aquelles nomes que se deve pronunciar de fronte descoberta e com o sentimento da mais doce gratidão.

Como escriptor a sua erudição assombra, e é um manancial de subsidios para a nossa litteratura; como sacerdote symbolisa o verdadeiro espirito do christianismo, que tantos ignorantes deprimem tolamente e tantos malfeitores teem deturpado em favor de despotas e de fanaticos de alto cothurno.

Mas em que o benemerito prelado é realmente gigante é na comprehensão das verdadeiras bases do progresso, que são a instrucção publica. Assim se dedicou elle a fundar bibliothecas e escolas publicas, e a promover-lhes o desenvolvimento. O muito que se dedicava á leitura e a consciencia da alta lição que elle nos fornece para o estudo das sciencias, das artes e da evolução social, deduz se claramente da creação do seu bello museu archeologico, que ainda existe em Evora, e que lhe perpetua o no-

me, e juntamente os seus nobres direitos á veneração dos espiritos esclarecidos.

Tinha 90 annos completos quando falleceu o digno arcebispo. Reservou-lhe a Dôr para os ultimos momentos da sua virtuosa existencia o espectaculo das invasões, que tanto lhe devia amargurar a alma.

Foi em 1814 que D. fr. Manuel do Cenaculo Villasboas cerrou os olhos para a visão do mundo.

Glorioso nome que honra a patria, orgulha a sciencia, illustra o Evangelho e nobilita a classe operaria da qual elle provinha.

Vê-se bem que o marquez de Pombal sabia perfeitamente recompensar o merito, mórmente quando elle se manifestava nos humildes.

Manuel da Maia. — Nasceu em 1700, e morreu de 98 annos de edade.

Encontramos este homem illustre já exercendo as funcções de mestre de mathematica do principe D. José, guarda-mór da Torre do Tombo, e com a sua farda de brigadeiro.

D. João V teve um dia a bemdita ideia de mandar construir um aqueducto afim de abastecer de aguas uma cidade tão populosa como Lisboa, e que tinha muita necessidade de um melhoramento d'essa especie.

O brigadeiro Manuel da Maia era afamado architecto, e homem de reconhecido talento e honradez; D. João chamou-o a encarregar-se da obra gigantesca, e o moço de 29 annos mostrou-se bem digno da confiança de el rei. O aqueducto das Aguas Livres, que não tem superior em toda a Europa, basta para immortalisar o nome do constructor. Reunindo a solidez á mais requintada elegancia, é obra para orgulhar a cidade que a possue.

Nem o terramoto de 1755 pôde abalar-lhe o vulto gigantesco.

Em 1756 foi tambem do plano para a reedificação de Lisboa, sob a protecção do primeiro ministro de D. José I.

Manuel da Maia foi socio da Academia Real da Historia Portugueza.

Passou vinte annos dirigindo as obras do aqueducto feito segundo o seu desenho, e teve a gloria de ver a sua construcção posta á admiração de nacionaes e estrangeiros, como uma verdadeira maravilha architectonica.

Manuel Severim de Faria.—Natural da freguezia de Santa Justa de Lisboa, teve por irmão Gaspar Severim de Faria, secretario das mercês de D. João IV, e de D. Affonso VI. Tomou grau de theologia e phylosophia na universidade de Evora, e teve a dignidade de chantre da Sé.

Foi um douto em sciencia como archeologo. Muitas descobertas de monumentos e inscripções romanas da antiga Luzitania lhe são devidas.

Fundou um museu em que reuniu muitas amphoras, medalhas, lapides e varias antigualhas de interesse para a archeologia.

Tinha tambem uma livraria de inestimavel valor pela raridade de alguns livros, e pelo interesse que todos offereciam para o estudo das épocas preteritas.

Escreveu obras que correm impressas entre as quaes — *Historia Ecclesiastica de Evora—Discursos varios politicos—Promptuario Espiritual — Noticias de Portugal*; Este ultimo trabalho de Manuel Severim de Faria é de importante subsidio para os investigadores de nobiliarchia e cousas antigas da nossa terra.

Comprehende noticias acerca da propagação do Evangelho na Guiné, peregrinações de cardeaes portuguezes e outros varões illustres, universidades, moedas de todos os reinados, brazões, appellidos, armas, nobreza do reino, milicia, e povoações.

Prestou grandes serviços á historia sob diversos aspectos este paciente investigador.

Falleceu no dia 17 de dezembro de 1655, e sepultaram-no na Cartucha, de Evora.

Marcos Antonio da Fonseca Portugal.—Glorioso maestro de renome universal. Nasceu em 24 de março de 1762. A extraordinaria vocação artistica d'este grande genio manisfestou-se logo na infancia, e com tanta intensidade que os paes resolveram internal-o no seminario patriarchal onde se ensinavam os rudimentos de musica.

Ali recebeu lições do eximio compositor João de Souza Carvalho, e com aproveitamento assombroso que a todos maravilhava. Pouco tempo depois escreveu algumas partituras de musica sacra, ouvidos com applausos e de prompta fama.

A falta de meios pecuniarios não lhe permittia dedicar-se qual ambicionava, á sua arte estremecida, mas valeu-lhe a generosidade de um alto protector, habilitando-o a ir á Italia, estudar com os maestros da maior notabilidade.

Marcos Portugal —que assim é conhecido no mundo artistico, tinha então vinte e cinco annos de edade, a mais encantadora quadra da mocidade, e, n'elle ainda para mais, illuminada pela estrella do genio.

Foi, impregnou de harmonias a sua alma de eleição, e voltou a Lisboa em 1791 obtendo aqui triumphos e o tributo expontaneo da admiração publica. Em 1791 tornou a partir para Italia, onde teve a consagração dos grandes compositores que lhe applaudiam com enthusiasmo as operas lyricas. Parma, Verona, Roma, e Milão gravaram-lhe o nome em letras de ouro no capitolio da Arte.

Vindo novamente a Lisboa coroado de louros, encontrou o Real Theatro de S. Carlos recentemente fundado e n'elle fez cantar muitas das suas magnificas operas, ao mesmo tempo que era mestre de capella da Sé e director do Seminario em que tinha sido distincto alumno. Calcula-se o desenvolvimento que elle daria ao ensino musical.

Em 1810 embarcou para o Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1827, anno em que falleceu o genial maestro, tendo 65 annos de edade, mas em plena posse da sua brilhante inspiração.

Não se dedignava o genial maestro de compôr muzicas para theatros de menor importancia do que os brilhantes theatros lyricos. Varias peças e entremezes da época tiveram musica sua como *A Castanheira*; *O Amor artificial*, *A Casa do Café*, e outras que fizeram rir francamente nossos avós.

Em 1787, para celebrar o anniversario natalicio da rainha D. Maria I, em 17 de dezembro, escreveu José Caetano de Figueiredo uma poesia, e Marcos Portugal compoz-lhe a muzica.

Pelos annos de D. Carlota Joaquina, em 25 de Abril de 1788, tambem poz em muzica os versos laudatorios de José Procopio Monteiro, actor do theatro do Salitre.

Pelo que fica exposto vê-se quanto era extraordinario o talento de Marcos Portugal, e quanto o seu nome devia orgulhar a patria. E comtudo mui poucas pessoas lhe conhecem as producções, e ninguem teve a justa e sympatica ideia de erigir um monumento a esse excelso principe do mundo artistico.

Diogo Barbosa Machado.—Bem merece de todas as pessoas cultas este dedicadissimo e erudito varão, pelo muito que auxiliou as investigações historicas.

A *Bibliotheca Luzitana*, merece a classificação de monumento preciosissimo. Muitos escriptores illustres ficariam sepultados no olvido, se o consciencioso auctor d'esse trabalho importantissimo lhes não memorasse os nomes. *A Bibliotheca Luzitana* é obra de erudição e de justiça.

Era filho de D. Catharina Barbosa e do capitão João Barbosa Machado.

Teve dois irmãos, distinctos nas lettras e honestos na conducta, que foram José Barbosa e Ignacio de Barbosa Machado. Diogo Barbosa Machado tomou ordens clericaes, e parochiou a abbadia de Santo Adrião de Sever, no concelho de Santa Martha de Penaguião.

Viveu no reinado de D. João V, e foi um dos cincoenta socios fundadores de Academia Real da Historia. A sua entrada para aquella sapiente academia, ficou dignamente justificada com as *Memorias do reinado de D. Sebastião*, escriptas em tres volumes infolio. E' trabalho de muitissimo merito, e que revela a profunda erudição do notavel bibliophilo.

Nicolau Tolentino de Almeida.—O nosso gracioso e honrado Tolentino, que ainda hoje é lido com prazer, e que será bemquisto de todos os portuguezes em quanto os houver n'esta terra querida! Foram seus paes D. Anna Soares e Francisco Soares de Almeida. Nasceu em 10 de setembro de 1741.—Comquanto pouco abastado, os paes lá o enviaram a Coimbra onde cursou a universidade, mas sem chegar a defender thése final.

Regressando a Lisboa o mais que pôde obter foi a regencia de uma cadeira de rethorica. Vivia menos de parcamente, pelo que diligenciava melhorar de situação. D'ahi as suas poesias supplicantes, e o empenho com que se dirigiu aos fidalgos de maior valimento na côrte. N'este mesmo genero, realmente ingrato, tem Tolentino sonetos engraçadissimos! Aquelle em que elle lança á margem o seu cavallo, magro como o rocinante de D. Quixote

e realmente digno de figurar entre os primores da nossa litteratura.

Afinal sempre conseguiu ser despachado official da secretaria do estado. Falleceu em 24 de junho de 1811, tendo a edade de 66 annos. Os acontecimentos politicos da época impressionaram-no muito. Nicolau Tolentino distinguiu-se, principalmente no genero satyrico. Aquella satyra o *Passeio* é de um colorido e uma verdade descriptiva inegualavel. A graça era-lhe natural, e por vezes levou a melhor em tiroteios de rimas, até com o proprio Bocage.

O visconde de Almeida Garret, falando de Nicolau Tolentino, confessa que tem por elle a mais carinhosa sympathia, e chama-lhe — o mais jovial, o mais sincero, o mais bom homem de todos os escriptores portuguezes!

Pedro Alvares Cabral.—Provinha de raça fidalga este homem illustre, cujo pae era Fernão Cabral, alcaide-mór de Belmonte. Seu avô, Fernão Alveres Cabral, fôra guarda-mór do glorioso infante D. Henrique. Pedro Alvares Cabral dedicou-se á navegação, talmente se tornou distincto que el-rei D. Manuel lhe confiou o commando de uma esquadra importante e imponente, que entendeu mandar aos mares da India para inspirar respeito e terror aos povos d'aquellas regiões.

No dia 5 de março de 1500 se fez elle á véla com a cidade fluctuante do seu commando. Nas alturas do archipelago de Cabo Verde desencadeou-se uma horrenda tempestade, contra á qual não houve resistencia de leme. Acossadas as naús correram desgovernadas para occidente, contando que só tivessem ante si a enomidade oceanica, quem sabe com que damnos a supportar!

A pós muitos dias de luctancia com as vagas, surgiu-lhes á vista uma extensa costa totalmente desconhecida dos mappas.

Calcule-se o espanto do commandante e da tripulação. Aproàram conforme puderam para Terra, e lá saltaram no dia 24 de abril de 1500.

Um novo mundo se lhes apresentava! Flôra gigantesca, fructos saborosos nunca vistos, animaes corpulentos, um sonho de fada! Pedro Alvares Cabral bem disse a tempestade, e teve ensejo para reconhecer que *ha males que vem por bens*. Immediatamente mandou um dos navios a Lisboa, afim de noticiar a el-rei a feliz descoberta. Logo que o tempo lhe permittiu seguiu a derrota da India, e por lá se houve á altura da honra e da bravura portugueza. Os reis revoltados tiveram de submetter-se e de acceitar humildemente as ordens e o dominio de Portugal.

Tendo passado a brilhante esquadra pelos portos da India, em 24 de julho de 1501, regressou o illustre navegante a Portugal com a sua enorme bagagem de serviços prestados á patria com a mais heroica dedicação. El-rei por unica recompensa nomeou-o commandante da esquadra que ia seguidamente á India, mas Pedro Alvares Cabral, desgostoso da recepção recebida, e por graves motivos de pundonor, não acceitou, e D. Manuel tambem não insistiu. Começou d'esde então a angustiosa existencia do heroe, que el-rei abandonou por completo, não lhe deferindo jámais um só que fosse dos seus requerimentos.

Cahido em pobresa extrema, o illustre capitão viveu e morreu obscuramente. Descobridor de uma região riquissima, nem de pão era abastecido o seu miserando lar, e definhava no isolamento, alanceado pelas injustiças do paço, em quanto outros aproveitavam as suas descobertas para enriquecerem escandalosamente.

O procedimento de D. Manuel para com Alvares Cabral é realmente indigno. Era a elle que o ingrato rei deveria ter feito governador do Brazil, porque não só o descobrira, como tambem possuia em elevado grau as qualidades de cavalheiro, de luctador energico, e de varão probo e intelligente. Mas D. Manuel não reconhecia serviços, nem comprehendia os deveres da gratidão.

Pedro Antonio Cordeiro Garção.—Notavel nas lettras e na poesia principalmente, bem digno é da immortalidade entre os homens illustres do mundo intellectual.

Nasceu em 29 de abril de 1724, sendo seus progenitores D. Luiza Garção e Philippe Corrêa da Silva. Estudou na universidade de Coimbra, mas não concluiu nenhum curso. Regressou a Lisboa e cazou com uma dama possuidora de certa fortuna e que tambem tinha a propriedade de um officio de escrivão da caza da India, que lhe rendia razoaveis honorarios.

Em posse de uma mediania que lhe garantia o bem estar, e sendo do seu natural alheio a ambições irriquietas, entregou-se com paixão ao cultivo das lettras, tornando-se mui afamado. Foi um dos socios fundadores da Arcadia, onde brilhou com o pseudonymo de *Corydon Erymantheo*.

Não obstante a serenidade da sua vida cahiu no desagrado do Marquez de Pombal, que o mandou prender no dia 9 de abril de 1771, e metter no segredo. Tinha quarenta e sete annos o talentoso poeta quando assim abruptamente o separaram do convivio da familia, dos amigos e dos seus livros. Nunca se explicou a cauza d'aquella violencia inutil. Garção não era um politico nem um adversario que pudesse incommodar o bilioso ministro. Cazo foi que o estimavel poeta, denominado pelos coevos — *Horacio portuguez*, soffreu a pena de prisão de segredo, especie de prisão maior cellular, sem processo nem culpa formada.

Não descançou a esposa afflicta e tanto trabalhou, tanto se dedicou pelo marido que sempre conseguiu que lhe fosse restituida a qualidade de homem livre. Mas a ordem de soltura foi-se espaçando, apesar das diligencias da pobre senhora, e só lhe foi retificada desanove mezes e um dia após a inqualificavel prisão. O poeta desanimara logo aos primeiros dias. Sem luz, sem conhecimento do destino que iam dar-lhe, incommunicavel, em absoluto isolamento, breve se resentiu no physico e no moral, de modo que emquanto sua mulher labutava para restituir-lhe a liberdade a enfermidade minava-o. As portas do ignobil carcere ao abrirem-se-lhe deram passagem ao cadaver do glorioso poeta, sacrificado aos nevroticos caprichos do ministro de D. José I.

Escreveu obras de merito artistico e litterario. Nas *Odes*, *Epistolas*, *Sonetos*, *Satyras* manteve sempre um aprimorado e elegante estylo que justifica o elogioso conceito que merece o seu nome, por demais duplamente aureolado pelos laureis das musas e pela palma de um immerecido martyrio.

Phebo Moniz.—Duas vezes fidalgo, pelo nascimento e pelo caracter, este honrado portuguez bem merece da estima e do respeito publico. Creou-se na côrte, e n'ella exerceu as funcções de *Sumilher* de el-rei D. Sebastião.

Assistiu á derrocada do nome portuguez, e foi lhe profundamente dolorosa a desgraçada campanha de Africa. O cardeal rei logo que subiu ao throno quiz convocar côrtes por motivo da successão, deligenciando que o/s representantes da nação fossem de molde a receberem qualquer imposição mais ou menos explicita.

Como as cousas lhe não corressem á medida dos seus desejos, o senil monarcha invalidou a eleição e remetteu para mais tarde o asssumpto. Como porém houvesse urgencia em regular tão melindroso negocio, foi necessario proceder-se a nova eleição, e d'esta vez sahiu eleito Phebo Moniz. D. Henrique e os seus partidarios nenhuma opposição fizeram porque julgavam o fidalgo creatura sua. Reunidas as côrtes os deputados pronunciaram-se vergonhosamente pelo rei de Castella para successor do velho e imbecil cardeal.

Então Phebo Moniz erguendo a voz austera pronunciou-se abertamente contra similhante solução. Em Lisboa e em Almeirim, o verbo eloquente e vibrante de civismo do nobre portuguez, sustentou as mais sãs doutrinas de independencia nacional, affirmando que ás côrtes e ao povo competia escolher o futuro rei, e que este deveria ser portuguez de lei. Coberto de indignação pela attitude dos vendilhões da patria, desmascarou-lhes as intrigas e patenteou-lhes as malevolas intenções. D. Christovam de Moura, villão fidalgo vendido a Castella, empallideceu de raiva, e o cardeal rei teve vertigens de medo.

A destemida conducta de Phebo Moniz alentou os espiritos timoratos que se exaltaram com as palavras de fogo do sublime patriota.

Mas Phebo Moniz estava só em campo. A corrupção tinha lavrado mui fundo na sociedade dos nobres, e o povo estava enervado pelos acontecimentos recentes. Os melhores cavalleiros tinham ido morrer em Alcacer Quibir, sem que quasi houvesse familia fidalga que não trouxesse desfeito o corpo e a alma.

O oiro de Castella corria a fluo, porque Philippe II melhor entendia comprar consciencias do que vencer resistencias. Claro viu o illustre patriota, mas não lhe soffreu o animo abandonar a causa, nem temor lhe dominava o espirito. Por ultimo *queimou o derradeiro cartucho* apresentando a el-rei uns embargos em nome do povo portuguez, e defendendo-os na sua qualidade de procurador de Lisboa.

O velho rei não os attendeu: estava dominado pelo jesuitismo e a contas com um estupido terror tão mal cabido em quem já andava a bater á porta dos covaes.

Christovam de Moura, alma satanica que movia a intriga, inutilisou a acção salvadora do honrado portuguez, conseguindo que o governo provisorio, instituido pelo velho moribundo, entregasse a patria aos despotas de Castella. Calculemos o enorme desgosto de Phebo Moniz! Philippe II não o esqueceu .. Senhorado de Portugal, derramou sobre o paiz usurpado um diluvio de perseguições e vinganças mesquinhas mas terriveis de ferocidade.

Faria e Sousa na sua obra intitulada — *Europa Portugueza* diz, com toda a razão que Philippe II foi o comprador de Portugal, os fidalgos e os jesuitas os vendedores, e Christovam de Moura o villão pregoeiro.

Philippe II teve mais a protegel-o as suppostas conveniencias de Gregorio XIII que o estimava pelo muito que o usurpador perseguia os lutheranos. Assim, o papa, via com agrado o alargamento dos dominios do *Diabo do Meio Dia* — cognome assás suggestivo que os coevos deram a Philippe II, de Castella.

O que mais custa a comprehender é a subserviencia dos fidalgos. Questão de dinheiro! Mas a India e o Brazil forneciam-lhe importantissimos thesouros, e o luxo tocava o exaggero nas altas classes. Era então uma especie de *febre malygna* com sedencias de insoffridas ambições.

Christovam de Moura teve a triste celebridade da traição. Em 30 de janeiro de 1580 escrevia elle ao *Diabo do Meio Dia*, nos termos seguintes: «Tudo hade ter remedio, eq uando outro caso fôra, os governadores fal-a-hão boa se lhe obedecerem, porque de cinco temos quatro, como Vossa Magestade sabe, e por taes estão apontados: e o arcebispo de Lisboa disse-me hontem que lhe desse mais couraças etc... Na camara temos de quatro regedores tres, contando o novo que el-rei nomeou, e assim depois que elle entrou está aquillo melhor».

Apesar das *boas disposições* das cousas o *Iscariote* tinha seus receios do duque de Barcellos, expressos em carta dirigida ao duque de Medina Sidonia, referindo-se á *gana qui el pueblo muestra de querer rei natural*.

Já se sabe que em vista da conspiração anti patriotica os mais descarados foram de foz em fóra com as exigencias, a p onto de assustar o mesmo cabeça da traição. A este r espeito escreveu elle em 30 de março do mesmo anno. — *Os cavalheiros* pretendem saccar mais do que aquillo que se lhes promette, quando se vier a tratar d'isso, e parece-me que teem intentos, segundo as cousas que praticam, de conseguir que vossa magestade não venha a possuir n'esta terra um unico maravedi de renda, porque tudo querem para si». O secretario de Philipp e II, *Gabriel de Zayas* apresentou a seu real amo a seguinte lista de fidalgos portuguezes, que acceitaram promptamente e com prazer o dominio do usurpador. Aqui a reproduzimos porque assim o julgamos de justiça.

E' copiada na intrega:

D. Antonio de Castro, Senhor de Cascaes por carta de 10 de fevereiro de 1580, diz *que parte para Cascaes porque ali pode servir melhor, e cumprir com o officio de bom vassallo de sua magestade; offerece ter á disposição de sua magestade as fortalezas e villas que tiver em seu poder.*

Bernardo de Tavora—Promette servir no que poder. Dr. Antonio da Gama. Dá differentes conselhos a el-rei, a quem promette servir com risco da propria existencia. D. Diogo de Castro. Em cartas de 6 de março e em 20 de abril de 1580 offerece-se a fazer quanto possa em serviço de sua magestade, e de ir advertindo de quanto convier para bem dos negocios.

Este patife era espião...

Doutor Diniz Philippe, escreveu em oito cartas affirmações de obediencia. D. Fernando de Castro. Em cartas, uma de 5 de março de 1579, outra sem data, declara que está convencido do direito de sua magestade porquanto o augusto senhor não pretenderia aquillo senão estando mui seguro da sua justiça, e que assim elle, os seus parentes e amigos, hão de servir a sua magestade em quanto puderem para que tenha bom sucesso para tão justa pretenção, e que o mesmo fará seu pae que está na cidade de Evora.

Francisco de Rezende. Carta de 4 de março de 1880. Offerece-se servir mui deveras e com muita vontade, e avisar D. Christovam de Moura de tudo a que lhe pareça convir.

Este tambem espionava...

D. Jorge de Athayde, capellão-mór e bispo de Vizeu. Promette obdiencia em carta de novembro 1579. João Mendes de Vasconcellos, carta de 3 de agosto de 1579 — Está seguro de justiça de sua magestade e offerece para seu serviço vida, fazenda, filhos e parentes, com muita vontade.

D. Jorge de Noronha, primo do marquez de Villa Real, escreveu, bem como o marquez degenerado, varias cartas a el-rei desde o principio d'estas negociações, offerecendo-se ao serviço de sua magestade como de sua caza, e sempre tem avisado e emcaminhado ao serviço de sua magestade emquanto tem podido.

Luiz de Miranda Henriques, em carta de 6 fevereiro de 1580 diz que offerece muita boa vontade para o serviço de sua magestade encarecendo muito o que estima que sua magestade lhe agradeça seus pequenos serviços:

Martins Correia da Silva, documento de 20 de Abril de 1579 — offerece-se a encaminhar mas devéras a D. Christovam de Moura.

Luiz da Silva escreveu em carta datada de 23 de abril de 1579 — que está preparado para servir sua magestade com muitos officios e diligencias.

Martim Ferreira, por carta de 24 de outubro de 1579 — offerece-se servir sua magestade com muita lealdade em tudo quanto puder. Diz que é capitão de dezoito bandeiras de infanteria.

Podia tambem dizer que era um refinadissimo tratante.

«*Pedro de Alcaçova Carneiro.* Escreveu duas cartas uma em 17 de março outra em 9 de junho de 1759, expressando quão mal pago está dos muitos serviços que fez áquella corôa e a consolação que recebeu com a carta de sua magestade, que lhe deu D. Christovam, offerece-se para criado de sua magestade, e que fará em seu serviço quanto puder, o que deve e a que está obrigado.

D. Pedro de Menezes. Carta de 20 de janeiro de 1579 — Diz que tem tão entendida a justiça de sua magestade, e está tão apparelhado para o seu serviço como o sabe D. Christovam e que assim não tem que offerecer de novo: supplica-lhe que tenha de memoria a antiguidade e serviços da sua caza.

Ruy Lourenço de Tavora. Escreveu em 6 de fevereiro de 1780 — offerecendo-se no que puder.

O procurador geral do reino. Em carta de 17 de março de 1579 — Promette trabalhar quanto possa em serviço de sua magestade, e procurar que lhe seja guardada justiça,

O thesoureiro da Ordem de Cristo.—Aos 7 de janeiro de 1880, escreve em resposta da carta de Philippe IV — promettendo servir da melhor vontade, porque entende que o direito de sua magestade é incontestavel.

Não quizeram as grandes damas ficar menos enxovalhadas pela nodoa da mais infame das traições. A condessa da Vidigueira em carta de 5 de agosto de 1579 offerece o seu estado, fazenda e filhos ao serviço de sua magestade.

D. Catharina de Tavora em 20 de abril de 1579 — diz que ella e seus filhos estão á devoção de el-rei, e lhe prestam obdiencia.

D. Catharina de Athayde em carta de 18 de janeiro de 1580— offerece a caza de Villa Verde, e seus filhos, com muita lealdade, e que tudo está á obdiencia de sua magestade.

Duqueza de Aveiro, por carta de 1º de agosto de 1579 — responde á carta de sua magestade que lhe deu o duque de Ossuna (seu irmão) e diz que estará sempre prompta para obedecer a sua magestade, conforme a isso é obrigada pela lealdade que aquella casa deve a sua magestade, e que o mesmo procurará que faça o dono d'ella.

D. Joanna de Athayde. Em carta datada de agosto de 1579, offerece a sua casa e familia para o serviço de sua magestade, e supplica-lhe que veja um papel que deu a D. Chistovam de Moura, e lhe conceda o que n'elle pede.

Por sua parte o rei de Castella escrevia aos *escravos* em linguagem laudatoria, dando-lhe a dominação do «magnifico e mui amado senhor,» e bajulando lhes a vaidade, Gabriel Zayas escreveu n'este theor a muitos fidalgos portuguezes, bispos e varios dignatarios, e as copias d'essas cartas foram archivadas no archivo de Simaneas, e teem copias na bibliotheca real de Madrid.

De tudo estava inteirado Phebo Moniz, e por isso, e pela completa lealdade da sua patriotica attitude, devia ser uma das primeiras victimas da vingança castelhana.

O *Diabo do Meio Dia* gratificou os traidores menos mal, pois além dos *trinta dinheiros* em metal sonante concedeu lhe varias graças.

D. Christovam de Moura foi conde de Castello Rodrigo, mas o melhor galardão deu-lh'o o povo que o odiava... D. Fernan-

do de Castro teve titulo de conde de Basto. D. Antonio de Castro, conde de Monsanto. D. Manoel de Menezes passou de marquez a duque de Villa Real Os primogenitos da caza de Aveiro, ficaram titulados — duques de Torres Novas, D. Francisco de Mascarenhas, conde de Villa Horta de Santa Cruz; D. Francisco Manoel, conde de Atalaya; D. Fernando de Noronha, conde de Linhares; D. Duarte de Menezes, conde de Tarouca; D. Pedro de Alcaçova Carneiro, conde da Idanha.

Tantas mercês desfalcaram-lhe os interesses, e por isso dizia o usurpador que cara mercancia lhe ficara a compra de Portugal.

Os patriotas, votados aos tormentos, passaram terriveis agonias, Phebo Moniz foi encarcerado, e só Deus sabe quão terriveis tormentos lhe impuzeram os carrascos de Castella. No carcere morreu o honrado patriota, mas a historia fez justiça ao seu nome illustre, que tem direito á veneração da posteridade.

Os outros dois Philippes, comquanto menos prodigos, ainda deram outros titulos que se extinguiram.

Philippe III contemplou os seguintes, entre outros: D. Francisco de Mello—conde de Assumar; D. Francisco de Faro—conde de Vimieiro; D. Francisco de Souza — marquez das Minas; D. Ruy Mendes de Vasconcellos — conde de Castello Melhor.

Philippe IV deu os titulos de conde de Unhão a Fernão Telles de Menezes; Conde de Valle de Rei a Nuno de Mendonça; conde de Obidos a D Vasco de Mascarenhas; conde de S. Miguel a Francisco Nuno Alvares Botelho; conde de Sarzedas a D. Rodrigo Lobo da Silveira; conde de S. Lourenço a Pedro da Silva, denominado o Douro; conde da Ilha do Principe a Luiz Carneiro de Souza; conde de Aveiras a João da Silva Tello de Menezes; conde de Ericeira a D. Diogo de Menezes.

Estas «amabilidades philippinas» segnificavam condescendencias que faziam sangrar o coração da patria.

Ainda bem que á lista dos que jogaram aos dados a tunica da Patria temos a oppôr a lista gloriosa dos restauradores, que fizeram a revolução de 1 de dezembro de 1640.

Foram elles, além de Pinto Ribeiro, D. Antão de Almada, e dos outros mais geralmente nomeados, os seguintes: D. Antonio de Mascarenhas, commendador da Ordem de Christo. D. Antonio Tello, capitão das naús da India. D. Antonio Luiz de Menezes, 3.º conde de Cantanhede e 1.º marquez de Marialva, governador das armas da provincia do Alemtejo, e capitão general do exercito da Extramadura, o nome d'este ficou para a historia como uma verdadeira nobreza patria; D. Alvaro de Abranches, general do Minho e conselheiro de guerra; D. Affonso de Menezes, mestre-sala de D. João IV; D. Antonio de Alcaçova, que passou a servir na India, e foi capitão do norte; Antonio de Saldanha, alcaide-mór de Villa Real, general da armada que foi restaurar a ilha Terceira, governador de S. Vicente de Belem, capitão-mór das naús da India, commendador de Sarraxes e conselheiro de guerra. Ayres de Saldanha, commendador e alcaide mór de Soure. Este bravo veio a morrer na gloriosa batalha do Montijo.

Antonio de Saldanha, era conego, mas zeloso pela independencia da patria trocou a murça pela farda, e bateu-se no Montijo como um heroe que era. Antonio de Mello e Castro foi capitão de Sofála e preclaro governador da India — Antonio Telles da Silva, conde de Villa Pouca, capitão das naús da India, e governador do Brazil — D. Antonio da Cunha, guarda-mór de Torre de Tombo, senhor de Tabua, e deputado ás côrtes dos tres estados.

Bartholomeu Saldanha, irmão de Antonio de Saldanha, tomou parte na gloriosa batalha do Montijo e lá morreu para sustentar a obra de 1 de dezembro em que teve honroso quinhão. — D. Antonio da Costa — serviu depois na guerra da independencia.

Duarte da Cunha e Azevedo — mancebo corajoso e arrojado, D. Francisco de Noronha e seu irmão D. Thomaz de Noronha, conde dos Arcos, presidente do conselho do Ultramar, e camarista do principe D. Theodosio, primogenitos de D. João IV. D. Carlos de Azevedo presidente da meza da consciencia e ordens. — D. Francisco de Souza, conde do Prado, marquez de Minas, presidente do conselho de Ultramar e embaixador de Roma. Henrique de Mendonça, conde do Lavradio, general dos galeões e vice rei da India. — Francisco de Mello e Torres, primeiro conde da Ponte, marquez de Sande e general da Artilharia.

D. Fernando Telles de Faro, mais tarde general da provincia da Beira. Fernão Telles da Silva, primeiro conde de Villar Maior governador das armas da provincia da Beira e mordomo-mór da rainha D. Luiza de Gusmão — Estevão da Cunha, prior da freguezia de S. Jorge de Lisboa, e bispo eleito de Miranda — Luiz de Mendonça — conde do Lavradio, general dos galeões e vice-rei da India.

Luiz Alvares da Cunha e Azevedo, morgado dos Olivaes, Luiz, da Cunha, andou na guerra da restauração e morreu, combatendo no Montijo, — Luiz da Cunha Athayde e Mello, Luiz de Mello — porteiro-mór que mais foi, por mercê de D. João IV. D. Francisco Coutinho — foi morrer em Elvas batalhando contra os castelhanos. — D. Jeronymo de Athayde, 1.º conde de Athouguia, Conselheiro de Estado, governador de Traz-os Montes e Alemtejo, e presidente da junta do commercio. — João de Saldanha da Gama, capitão de cavallaria no Alemtejo. Foi morrer pela liberdade da patria na batalha do Montijo.

João de Saldanha de Souza. Foi mestre de campo na batalha de Montijo, onde fez prodigios de valor. D. João de Sá e Menezes, 3.º conde de Penaguião, teve as honras de Camareiro-mór de D. João IV e de seu successor D. Affonso VI. Tambem era um dos membros do conselho de guerra, e enviado á embaixada extraordinaria na côrte de Londres — João Rodrigues de Sá, alcaide-mór e commendador de Sines — D. João da Costa, primeiro conde de Soure, governador das armas do Alemtejo, general de cavallaria, e embaixador de D. João IV junto de Luiz XIV, rei de França.

Doutor João Sanches de Baena. Lente de canones na universidade de Coimbra. Este respeitavel cathedratico foi um dos que primeiro abraçou a ideia de João Pinto Ribeiro, e dos que mais trabalhou pela independencia. Foi desembargador do Porto, e por ultimo desembargador do paço. D. Gastão Coutinho, conselheiro de guerra e governador da provincia do Minho—Jorge de Mello, teve depois o cargo de general das galés e conselheiro de guerra. — D. Luiz de Almada, teve honrosa parte nas victorias da guerra dos vinte e sete annos.

Pedro de Mendonça, alçaide-mór de Mourão, e substituto do conde de Villa Nova, no logar de guarda-mór de el-rei — D. Rodrigo de Menezes, regedor das justiças, desembargador do paço, presidente do mesmo desembargo, camarista e estribeiro-mór do mallogrado principe D. Theodosio. Martim Affonso de Mello, governador das armas do Alemtejo, e camarista do principe D. Theodosio.—D. João Pereira, prior de S. Nicolau. Sancho Dias de Saldanha, este illustre conspirador perdeu a vida em 1652, combatendo contra os castelhanos — D. Vasco Coutinho — fez parte dos heroes da guerra da Restauração. — Tristão da Cunha e Athayde, foi senhor donatario de Povolide. Nunes da Cunha, conde de Pontével, e presidente do senado de Lisboa. D. Manuel Childe Rolim, senhor de Azambuja. Tristão de Mendonça, enviou-o o rei D. João IV á Hollanda, na qualidade de embaixador; Miguel Maldonado, escrivão da chancellaria-mór do reino — D. Paulo da Gama, descendente do inclito descobridor do caminho da India. — Thomé de Souza, vedor da casa real, e governador de Angola. E mais: Francisco de Sampaio, fronteiro-mór; Francisco Freire Brandão, Francisco Brandão, Francisco Maldonado e Gonçalo de Tavares e Tavora; Gil Vaz Lobo, alcaide-mór de Cintra, Gaspar de Brito Freire, Luiz de Figueiredo, seu irmão Ruy de Figueiredo, senhor de Otta. Luiz de Brito Freire, Francisco Brandão, Francisco de Sampaio, que depois foi fronteiro mór. Vicente Soares Maldonado, escrivão da Chancelleria mór do reino; Sebastião Maldonado e seus filhos; Manuel Velho, e ainda os filhos de alguns d'estes fidalgos.

Trinta e cinco homens, de origem popular tomaram parte na conspiração, e nos acontecimentos revolucionarios. Não devem seus nomes ficar esquecidos; para que a historia não mereça as censuras da consciencia da justiça. Os nomes d'esses benemeritos são: Manuel de Azevedo — capitão Diogo Penteado — Paulo de Sá — Manuel da Costa e seu irmão Gabriel da Costa, quartanario da Sé — O padre Bernardo da Costa — O alferes Marcos Leitão de Lima — Antonio Figueiredo da Maia — Luiz de Loureiro — o capitão João de Barros e Souza — Antonio do Rego Relhago e João do Rego Relhago seu filho — O licenciado Gaspar Clemente — Alberto Raposo — Paulo de Moura — João Ribeiro — O capitão Antonio Franco de Lima — Affonso Mendes — Luiz Godinho, escrivão do pescado — Bento da Motta Gusmão — Simão da Cunha — Luiz Alves Banha — Gaspar de Tovar — Pedro de Abreu — Gonçalo de Sampaio—Manuel de

Sampaio — O alferes Francisco de Tavora — Gregorio da Costa —João da Silva do Valle—Miguel da Silva — Francisco de Vasconcellos — O capitão Vasco Coutinho de Azevedo — o capitão Antonio Marcos de Azevedo e o famoso padre Manuel da Mata, que por meio dos revolucionarios, soberbo de enthusiasmo, com um alfange na mão direita, e um crucifixo na esquerda, animava os portuguezes e dava com força nos castelhanos.

E' claro que não foram estes apenas os heroes da façanha sublime, mas não tendo a historia guardado outros nomes, fiquem ao menos estes como glorificação da honra nacional.

O movimento revolucionario fez-se quasi simultaneamente em todo o paiz. Os quarenta fidalgos iniciadores, dirigidos, já o dissémos, pelo immortal João Pinto Ribeiro, tinham tudo disposto com tanta lucidez que o resultado foi magnifico. Em muitas terras foi por assim dizer-se, um galvanismo enthusiastico que fez levantar conjunctamente nobres e plebeus, como gigantes legendarios; em outras houve trabalhos secretos subordinados a chefes

No Algarve era chefe Henrique Correia da Silva. Em Coimbra, o bispo conde Mendes de Tavora e o reitor da Universidade. Em Elvas, frei Braz Soares de Castello Branco. Em Evora, D. Francisco de Mello. Em Leiria, D. Luiz de Noronha e seu filho. Em Olivença, Diogo Botelho de Mattos. Em Santarem, Fernão Telles de Menezes.

Povoações houve onde até mulheres e creanças ajudaram a expulsar os castelhanos.

E hoje... que miseravel decadencia! que criminoso indifferentismo perante os insultos, vindos de toda a parte sobre a fronte d'este velho Portugal!

Nem já ahi se encontra o espirito de Phebo Moniz, para levar ao tribunal do futuro os protestos de uma honrada e calorosa consciencia.

Silvestre Pinheiro Ferreira.—Nasceu em 31 de dezembro de 1769, e cursou as aulas da Congregação do Oratorio, revelando profunda applicação e extraordinaria intellectualidade. Um dos mestres da Congregação era o notavel padre Theodoro de Almeida, auctor das «Recreações Philosophicas», do «Feliz independente» e outros livros de grande nomeada no seu tempo. Pois Silvestre Pinheiro Ferreira levou a ousadia a extremo de reptar o sabio e erudito professor para discussões scientificas. Tão mau effeito produziu a arrogancia do estudante que o expulsaram da congregação. Crêmos que isto o não incommodou de modo algum. Foi estudar philosophia para o collegio das Artes, em Coimbra, e pouco depois de concluido o curso, concorreu á cadeira que estava a concurso e obteve-a. Espirito superior não se amoldava a uma philosophia fiscalisada pela inquisição, e baseada em principios falsificados. Propendia abertamente para o livre exame, e consequentemente era suspeito ao Santo Officio, que o espionava e lhe movia perseguições consecutivas. O illustre professor entendeu que não estava seguro em Portugal, e a tempo emigrou para Inglaterra, de onde passou á Hollanda, e de lá a Paris, por convite do embaixador portuguez Antonio de Araujo, que o nomeou seu secretario.

Passou depois immediatamente a encarregado das legações de Berlim e dos Estados-Unidos da America, onde se conservava ainda em 1820.

N'esse anno rebentou a revolução liberal do Porto, e D. João VI chamou-o para fazer parte do ministerio. Veio e acceitou o encargo com satisfação. O seu cerebro rico de talento e de instrucção era enthusiasta pelo liberalismo, na politica e no pensamento.

Partira de Lisboa professando as mais arrojadas idéas, e regressou com ellas mais robustecidas pelo contacto de homens illustres que lá fóra eram esplendidos luminares da liberdade.

Com esses nobres predicados quão dolorosa seria para elle a queda da constituição em 1823! Fernandes Thomaz ainda teve a *fortuna* de morrer n'esse anno, sem ter assistido á derrocada da sua obra, mas Silvestre Pinheiro Ferreira, que tanto adorava o evangelho da redempção politica de Portugal, viu abater o bello edificio de 1820, e certo o sentiu profundamente.

Para não vêr o resto sahiu novamente de Lisboa, e em Paris produziu livros sobre politica, escriptos em francez, e que lhe grangearam fama em todo o mundo civilisado.

Em Portugal não esqueceu o seu nome brilhante, e em 1842 elegeram-n'o deputado. Veio effectivamenre tomar o seu logar no parlamento, e era de vêr a nobre attitude d'esse venerando sabio de setenta e tres annos, tão zeloso da liberdade como o fôra nos dourados annos da sua bella juventude. Aqui falleceu em 1846, tendo vivido setenta e sete annos, nunca manchados pelo servillismo nem desnorteados pela incoherencia.

Este sympathico cidadão foi tio segundo do espirituoso e infeliz Julio Cesar Machado.

Julio Cesar Machado.—Quem ha ahi que se não sinta commover ouvindo este nome! Folhetinista original, essencialmente portuguez, dotado de um espirito engraçadissimo, os seus escriptos deliciavam sempre sem haverem mister do *apimentado* obnoxio com que hoje se mascara a semsaboria ingénita.

Os folhetins de Julio Cesar Machado podiam ser lidos por todas as pessoas, pois que faziam rir sem fazerem córar. O caracter honrado, finamente gentil, do intelligente escriptor transparecia nos seus escriptos tornando-os attrahentes. Expansivo de natureza a sua conversa tinha encantos, polvilhada de ditos graciosos, sem pedantismo nem pretensões ridiculas. Ouvil-o dissertar sobre culinaria era magnifico! Dissertar e preparal-a—que era um *eximio artista* na arte de fazer petiscos!—com que preciosa e comica seriedade elle punha o avental branco e o respectivo barrete para demonstrar praticamente que era um bom discipulo de Vatel!

Tão leal amigo, tão honrado cidadão como estremoso chefe de familia, foi a mesma delicadeza de sentir que o levou ao tragico fim. O desvairamento do filho unico levado ao suicidio pelas loucuras da mocidade, affectou aquelle delicado coração; mas quando alguem, perfidamente intencionado, levou ao conhecimento do magoado pae os erros do filho, que não deviam ser-lhe notificados, o homem de bem suppoz manchada a honra, que tão zelosamente sempre conservara impeccavel, e arremessou-se ao fundo de um coval, para occultar de todos a dôr da deshonra, —que o não era, nem podia ser!

Desejariamos saber se o infame delator talvez bem mais peccador do que o desventurado filho de Julio Cesar Machado, não traz na consciencia o pezo terrivel d'aquelles tragicos acontecimentos!

O suicidio de Julio Cesar Machado impressionou a sociedade illustrada de Lisboa, entre a qual o primoroso escriptor só contava amigos que bem digno de amisade e respeito era o seu caracter correcto e lealissimo.

Manuel da Silva Bruschy.—Nasceu em 1814, no Rio de Janeiro onde seu pae estava empregado na casa real, tendo seguido a familia reinante na sua fuga de Lisboa. Com ella regressou a Lisboa em 1821, tendo sete annos de edade, dando logo principio aos estudos.

Aos dezeseis annos matriculou-se na universidade, mas os acontecimentos politicos obrigaram-n'o á interrupção do curso. Não seguiu a corrente liberal. Creado junto da familia de D. João VI devia soffrer a influencia de D. Carlota Joaquina, pelo que era ferrenho absolutista, e como tal sentou praça no batalhão de voluntarios realistas academicos, alcançando rapidamente a patente de alferes.

Acompanhou os seus correligionarios em todos os seus infortunios, mas em 1834 emigrou para o Brazil, pezaroso do desfecho d'aquella guerra civil que tantas calamidades occasionou a ambos partidos. No Rio de Janeiro dedicou-se a estudos medicos, mas por pouco tempo porque voltou a Portugal, e d'aqui partiu para Paris onde se matriculou na Escola Polytechnica, e estudou a fundo, botanica, chimica e phisica.

Por essa epoca Carlos V disputava a corôa de Hespanha a sua sobrinha D. Izabel, fundando-se na *lei sálica* que excluia do throno as filhas dos monarchas. Carlos V, representante do velho regimen, tinha comsigo os melhores generaes, entre elles Cabrera. O seu exercito compunha-se de voluntarios de toda a parte em que os *legitimistas* vencidos aspiravam ao desforço.

De Portugal haviam ido varios mancebos, filhos de velhos partidarios de D. Miguel, enfileirar-se nas hostes carlistas. Bruschy, que estava então na florescente quadra dos seus vinte e tres annos, correu enthusiasticamente a sentar praça no 4.º batalhão de Castella, onde lhe rectificaram o posto de alferes que tivera no batalhão academico. A seguir effectuou-se a expedição a Catalunha, dando-se combate na passagem de Cinea e entre os feridos se contou o joven alferes, que por esse motivo ficou em tratamento nas Vascongadas.

Sarou, e reuniu-se ao batalhão para tomar parte no combate de Huesca, cujo resultado foi morrer muita gente, e ficarem varios carlistas prisioneiros das tropas da rainha Christina. Bruschy entrou n'este numero, e foi encarcerado nas prisões de S Francisco, em Zaragoça. Passou bastantes tormentos e duas vezes esteve a pique de ser fuzilado. Oito mezes de mau tratamento e de desespero depauperaram a saude do moço official, e quando foi possivel obter a permutação de prisioneiros, estava elle gravemente enfermo com um typho

Meio morto meio vivo lá o transportaram para o hospital de Cantavieja, onde o general Cabrera, de visita aos feridos, o observou, e tendo conversado algum tempo com elle lhe tomou affeição, e o recommendou com interesse ao medico. Apenas convalescido o notavel general elevou-o a tenente do real corpo de engenheiros.

Em 1838, ainda combalido da grave doença, achando-se no cerco de Morella, o destemido tenente entrou na praça montado em mula, por não poder ainda sopear o seu fogoso cavallo de batalha.

Os partidarios da rainha derramaram sobre os sitiantes um diluvio de balas sem por isso levarem o valente moço a recuar. No momento do ultimo assalto Bruschy affirmou brilhantemente o seu valor. Emfim até 1846, este heroico mancebo foi notavel em todos os combates, e conquistou dragonas de capitão — por distincção. Em junho d'esse anno 3:000 carlistas cercados em Medida de Aragão, pelo triplo de forças christinas, houveram de render-se. Com os rendidos estava Manuel Maria da Silva Bruschy, tenente graduado de infanteria e capitão de engenheiros.

Conduziram os prisioneiros aos carceres de Madrid, onde lhes foram applicadas crueis e deshumanas torturas, a menor das quaes era a fome e a sêde.

No emtanto a desgraça continuava a perseguir o exercito realista, e a traição simplificava os factos. O conde de Hespanha é assassinado covardemente, e Cabrera, mal convalescido de um typho maligno teve de entrar em França com trinta mil homens.

Tal foi o epilogo d'essa epopeia de sangue, chamada—guerra dos sete annos. Bruschy, restabelecida a paz interna da Hespanha foi despojado das honras militares, e recebeu guia para regressar ao seu paiz, tendo de fazer a pé todo o caminho, e chegou a Lisboa no mais extremo estado de miseria—cahindo a farrapos, descalço, faminto, uma desgraça!

Em Lisboa procurou a casa da illustre familia Palha, a Santa Apolonia, magnifica propriedade com grande quinta, em frente da primordial estação dos caminhos de ferro, e destorcendo para a rua de Lazaro Leitão. Ahi falleceu ha poucos mezes o sr. Fernando Palha, que muito figurou na politica, e era altamente illustrado.

Pelos modos aquella distincta familia não podia acreditar na identidade do antigo amigo, tal era o estado de miseria em que se apresentava. Demais a mais a sua linguagem era mixto de dialetos hespanhoes e de portuguez que até pareçia lingua de homem de realejo.

Bruschy não encontrou parentes alguns vivos. Foi a nobre e generosa familia Palha que lhe deu guarida e affectos. Dois filhos da casa, José e Francisco, foram para Coimbra matricular-se na Universidade, e Bruschy acompanhou-os, dirigiu-os nos estudos, e encaminhou-os de modo tal que os chefes da casa lhe votaram gratissima amisade. Ao mesmo tempo, como tivesse o segundo anno de direito, o talentoso rapaz matriculou-se no terceiro, e assim concluiu o curso de bacharel formado. Para não ser oneroso aos seus amigos, Bruschy leccionava varias disciplinas aos condiscipulos, e nem por isso descurava a missão de confiança de velar pelos estudantinhos, um dos quaes Francisco Palha, pouco mais era do que uma creancita.

Breve se notabilisou nas aulas o ex-capitão de engenheiros, e captou a estima dos superiores e dos collegas. Tal era a sua extraordinaria actividade, que ainda tinha tempo para se dedicar a escrever. Foi ali, em Coimbra, que elle deu principio ao importante livro—*Annotações a Waldeck*, cuja primeira edição sahiu impressa, em tres volumes, da typographia da Universidade.

Logo que voltou para Lisboa emprehendeu a fundação de um jornal legitimista, para defeza leal e sensata dos principios que lhe eram caros. A este respeito fallou com varios homens illustres nas Lettras, e correligionarios nas opiniões politicas entre elles D. Sancho Manuel de Vilhena, Antonio Pereira da Cunha, Antonio Joaquim Gomes Ribeiro, o mimoso poeta João de Lemos Seixas Castello Branco, — que todos lá vão já! — assim se fundou a *Nação*.

Bruschy poz banca de advogado, e tornou se um dos mais distinctos jurisconsultos do seu tempo; pena é que os seus padecimentos phisicos lhe não permittissem que terminasse o seu *Manual do Direito Civil*. Deixou-nos as seguintes obras:—*Almanach portuguez para 1852*—*Elogio historico de J. de Vasconcellos Pereira Coutinho Mendonça Falcão.*—*Influencia do Christianismo sobre a legislação.*

Tambem escreveu para o theatro: *Jornada de Ceuta.* — *Pepe del Oli* episodio da guerra de Hespanha.—*D. João I.* drama historico em cinco actos, com a collaboração de José da Silva Mendes Leal.

Manuel Maria da Silva Bruschy era dotado de qualidades adoraveis, que o faziam querido das pessoas com quem tratava. Duas vezes casou, e tanto a viuva como os filhos de ambos os matrimonios tiverem razões de sobejo para chorarem a sua morte.

O muito que padeceu nos carceres, e nos acampamentos de Hespanha, arruinou-lhe o organismo. Depois do typho não tornou a ser robusto. Alem d'isso os desgostos que o minavam não podiam deixar de operar destructivamente. A vida foi-lhe portanto pouco risonha, valendo-lhe como refugio supremo o estudo e o trabalho.

Afinal succumbiu a uma congestão pulmonar, na casa que habitava, casa situada na rua Nova do Carmo. Morreu pobre como pobre vivera esse homem distincto na advocacia, nas armas, nas lettras e na dignidade.

Em 12 de setembro de 1873, pela madrugada, fallecia o dedicado legitimista, abraçado ás suas crenças com a fé dos candidos visionarios.

Antonio Feliciano de Castilho.—Cego e mais vidente nunca o houve em terras de Portugal! Toda a luz que uma implacavel doença lhe roubou aos olhos, multiplicou-lh'a o genio no cerebro adoravel. Em poesia foi o nosso Homero—em bondade foi um santo—em pedagogia foi um mestre. Lyrico mimoso, viu com com os olhos da alma as maravilhas da creação, e cantou-as na harpa de David.

Pedagogista emerito fez da escola um ninho de aves chilreadoras, e aplanou as difficuldades com que luctavam os pequeninos na aprendizagem da leitura. O seu methodo é por assim dizer se suggestivo. E' feito de imagens que se fixam, e não de abstracções que se diluem. Ao silencio pezado que esmaga os pequeninos corações oppoz o genial poeta a lição cantada, que alegra as creanças e exercita os pulmões, á maneira dos systemas adoptados na antiga Grecia. O *hymno do Trabalho* é a canção do movimento, e o *prologo* do primeiro de maio. Gloria ao que trabalha, e vergonha ao ocioso.

Bemdito o pensamento do *Mestre*!

Condecoraram n'o com o titulo de visconde; inutil cousa! Castilho hade ser eternamente Castilho—isto é, o poeta genial, o cidadão immaculado—o pae e esposo amantissimo—o sabio respeitado e o carinhoso amigo das creanças.

Grande alma de artista resignado na sua eterna noite!

D. Maria José da Silva Canuto.—E' o primeiro nome que nos vem á ideia, e ao coração, depois de Castilho. Foi a sacerdotisa da sua obra redemptora do ensino.

Poetisa illustre, muito instruida em relação ao seu meio de acção, esta senhora era devotadissima ao grande poeta Castilho. Dedicou-se ao magisterio, e tornou se concienciosa propagandista do methodo de leitura de Antonio Feliciano de Castilho. Innumera lista de serviços é a sua, mas não menor é a lista das ingratidões que lhe valeram esses serviços prestados á educação publica, e ás lettras patrias. Só quasi ás portas da morte se lembraram de lhe dar uns vintens, depois de annos e annos de miseria.

Já muito edosa, assistindo uma noute a uma prelecção feita por uma escriptora que traça estas linhas—em 8 de junho de 1880, ainda exprimiu quanto o seu bello espirito professava o credo liberal!

Dr. João de Deus. — Comquanto filho de *S. Bartholomeu de Messines*, no Algarve, este benemerito da instrucção passou grande parte da sua vida em Lisboa; aqui teve a sua glorificação e aqui lhe foi conferida a corôa da immortalidade. O nome de

João de Deus é quasi uma oração de amor. Toda a sua obra é de amor. Lyrico encantador, canta as aves, as flores, as arvores e o ceu na linguagem dos mysticos enamorados do divino. De João de Deus não se enumeraram virtudes—foi elle a propria Virtude. Utopista do Bello, para elle a mulher foi anjo,—a natureza templo—o mar orchestra sonorosa—o ceu Biblia de sóes,—as creanças lyrios de Deus—e a vida uma cousa que o ia levando a morrer de fome.

A sua cartilha maternal é a corôa do edificio sacratissimo do seu pensamento.

Marchando do simples para o composto, procedendo systematicamente por affinidades, conduz o alumno por uma evolução suave, de modo que o estudo se lhe torna grato e attrahente. Demais, fundado em regras, encaminha o espirito para o conhecimento da lingua portugueza. E' emfim, o que de melhor temos no genero.

João de Deus era formado em direito pela universidade de Coimbra, onde foi *caloiro chronico*. Ali, entre os collegas que o adoravam, compoz elle muitos dos seus formosos versos. Era um *bohemio* com espirito, muito bem recebido em casas de pessoas distinctas.

Havia então a mania dos albuns e João de Deus não tinha mãos a medir para satisfazer aos pedidos das meninas romanticas.

Installou-se em Lisboa, depois de formado, e aqui lhe foi mais dura a existencia, escassa de meios pecuniarios. Após longos annos de lucta é que pôde descançar das amarguras da pobreza, devido á zelosa dedicação dos Ex.mos Srs. Melicio, Alfredo Ribeiro, Casimiro Freire e outros esclarecidos escriptores, que conseguiram obter do governo uma pensão para o glorioso auctor da Cartilha Maternal.

João de Deus teve a sua apotheose em vida, cousa assaz rara.

Foi a mocidade academica que lh'a fez, e com o mais sincero enthusiasmo. Pouco sobreviveu a essa glorificação. O funeral do mimoso poeta teve honras principescas, e o seu cadaver repouza sob as abobadas que cobrem os restos do immortal descobridor da India, e a ossatura do inclito cantor dos Luziadas.

D. Guiomar Torrezão.—Era natural de Lisboa, filha de modesta familia, pouco favorecida da fortuna.

Intelligente e emprehendedora, conseguiu notabilisar-se nas lettras. Teve de luctar com as invejitas e murmurações comesinhas com que a sociedade egoista e insignificante costuma acolher as manifestações intellectuaes das mulheres. Mas era rija de tempera a escriptora, e pena foi que se não elevasse a mais philosophicas concepções. *Orthodoxa* por temperamento e por conveniencias, não deixou obra que lhe sobreviva.

Tinha uma fórma litteraria um tanto affectada, mas ainda assim escrevia muito melhor do que outras individualidades que a censuravam.

A nosso vêr duas bellas e apreciaveis qualidades a impunham ao respeito publico—foi uma filha dedicadissima e extremosa rodeando sua velha mãe de cuidados e bem estar, fructos do seu trabalho assiduo, e deveu a si—unicamente — tudo o que conseguiu ser no mundo das lettras. Depois de uma vida de trabalho morreu pobre, e quasi abandonada pelos proprios que em tempos mais felizes a elogiavam com mais ou menos sinceridade — que de tudo ha que duvidar n'este meio de enganos e perfidias.

Sebastião José de Carvalho e Mello.—Propositadamente nós guardámos este nome para fecharmos a noticia de celebridades, não porque se esgotasse a lista, que daria volumes e volumes, mas porque tornaria este trabalho quasi infinito. Sebastião José de Carvalho merece uma attenção particular, e por isso nos demoraremos um pouco mais fallando da sua extraordinaria individualidade que synthetisa um largo periodo de reformas, um verdadeiro periodo de revolução.

Nasceu este homem illustre em 13 de maio de 1699. Comquanto fidalgos seus paes não pertenceram á primeira nobreza do paiz. Seu pae, Manuel de Carvalho e Athayde era capitão de cavallaria, e sua mãe D. Thereza de Mendonça pertencia a uma familia de qualidade. Era filho segundo. Paulo de Carvalho e Mendonça se chamava o irmão mais velho, Francisco Xavier de Mendonça o mais novo.

Segundo o costume da epoca foi para Coimbra estudar, mas como o seu caracter se não moldasse ao systema de ensino jesuitico imposto áquelle estabelecimento, começou o moço estudante a ser mal visto pelos professores habituados a impôr a todos os cerebros o *credo quid absurdum*. Sebastião de Carvalho, que era assim conhecido no meio dos condiscipulos, abandonou a Universidade e sentou praça. Esta profissão tornada inactiva no seu tempo, tampouco podia agradar áquelle temperamento irrequieto. Abandonou portanto uma carreira que nenhuma utilidade tinha e dedicou-se com affinco ao estudo da historia, da politica e da legislação. N'esta empreza, que tantos beneficios devia trazer ao paiz, teve por auxiliar um benemerito que era um sabio.

Assim occupava os dias o grande homem, quando um tio o apresentou ao cardeal da Matta, particular valido de D. João V, e varão de bastante sapiencia e criterio.

Não podia ser melhor a impressão que no espirito do cardeal fez o intelligente Sebastião de Carvalho, e tanto que o principe o recommendou ao monarcha com encomios taes, que este o nomeou immediatamente socio da Academia real da Historia, na intenção de encarregal-o de escrever a vida de alguns reis, o que não chegou a effectuar-se por se terem dado acontecimentos que desviaram a attenção de el-rei.

Por esta epoca casou Sebastião de Carvalho com D. Thereza de Noronha, dama viuva, e de illustre progenitura, sobrinha do conde dos Arcos.

Até 1739 viveu contrariado na sua inacção, por não haver cousa em que podesse exercer a actividade do seu genio. N'esse anno motivos de preponderancia levaram o monarcha a enviar a Londres um ministro plenipotenciario. Recahiu a escolha em Sebastião de Carvalho, que acceitou gostosamente o encargo, do qual tirou ensejo de estudar a legislação estrangeira e a politica. Não foi infructifera a nomeação d'este grande homem para aquelle cargo diplomatico. Sebastião de Carvalho fez respeitar o nome portuguez na Inglaterra, e obrigou-a a respeitar o acto do parlamento de 1709, em virtude do qual os embaixadores estrangeiros, seus empregados, não podiam ser presos pelos esbirros da Grã-Bretanha. Um medico de Pombal que era empregado da legação portugueza, foi abusivamente capturado e o nosso ministro exigiu que lhe déssem liberdade, mas em termos totalmente cathegoricos que não admittiam tergiversações. Devido aos seus esforços conseguiu tambem que ficassem isentos da obrigação de pagar impostos os portuguezes residentes em Londres. A sua estada em Inglaterra foi notavel pelos beneficios que importou para a gloria e dignidade de Portugal, já n'essa época altamente prejudicado pela exploração britannica. Regressou a Lisboa em 1745, por causa do edito de 15 de fevereiro que ordenava a todos os catholicos e papistas que sahissem de Londres, de Westminster e de dez leguas em circumferencia, afim de os apanharem e prenderem, e tomarem armas e cavallos aos que não se prestassem ao *juramento* protestante.

Em Lisboa recahiu na ociosidade que tanto o molestava. Fino observador que era, via com desgosto o pessimo estado das cousas e por isso lhe agradou a missão de ir a Roma tratar de harmonisar a côrte de Vianna e o Vaticano, que andavam desavindos por causa da extincção do patriarchado de Achilea. A empreza offerecia difficuldades importantes, mas tanto a imperatriz Maria Thereza como o pontifice Benedicto XIV ficaram satisfeitos com a capacidade de tão lucido negociador.

Por esta occasião falleceu em Portugal a esposa de Sebastião de Carvalho, e golpe esse foi que profundamente o pungiu. Tempo dado ao luto, contrahiu novos esponsaes com uma juvenil fidalga, a condessa D. Leonor Ernestina Daun, filha do conde de Daun, a quem a imperatriz Maria Thereza era gratissima. Sebastião de Carvalho tinha attingido os seus quarenta e sete annos de edade, mas conservava a physionomia da mocidade e a mais elegante estatura.

Em 1750 voltou a Lisboa, onde era chamado pela rainha D. Maria Anna, que fôra nomeada regente na impossibilidade de D. João V, totalmente imbecilisado pelo fanatismo. Pouco depois de estar na capital falleceu o monarcha, e subiu ao throno o principe real D. José. Tendo já chegado aos trinta e sete annos de edade, mas sem conhecimento da sciencia do governo, porque jámais fôra iniciado nos negocios do estado, possuia todavia um criterio desenvolvido, que lhe permittia comprehender a necessidade de chamar a si um estadista da força de Sebastião de Carvalho. Assim foi que lhe deu toda a confiança, e todas as faculdades para a realisação do seu amadurecido plano de reformas.

Não podia ser peor a situação do paiz, motivada pelos desvarios de D. João V. O thesouro estava em plena estação de *vaccas magras*, a depravação invadira os mosteiros de monjas, e alastrava por todas as classes, e as industrias, extinctas quasi, não podiam alimentar os cofres publicos nem animar a esperança de melhoria.

Portugal tornara-se um paiz de ociosos. As altas classes saccavam sobre o futuro da patria, e a plebe arrastava-se pelas portarias dos conventos, na imploração do caldo da caridade fradesca.

A sua ascensão ao poder assustou os padres da companhia de Jesus e os inquisidores. Dos seus primeiros cuidados foi melhorar o commercio, e para esse effeito reformou o governo das colonias.

Em 8 de junho de 1755 publicou o grande ministro o decreto que emancipava os indios escravisados no Maranhão e no Pará.

Medidas tendentes a destruir a hostilidade entre europeus e indios e especiaes cuidados protectorando o commercio acompanharam a libertação dos escravos, mas de cada vez que um decreto vinha destruir um preconceito abusivo, os interessados no caso machinavam a perda do reformador. Por todos os meios tentavam indispol-o com o rei, mas este via claro nas intenções dos cortezãos, e sustentava o seu ministro contra elles.

Foi n'esse anno de 1755 que se deu o espantoso cataclysmo que quasi subverteu a capital.

O dia 1 de novembro parecia o ultimo da existencia do globo terrestre. No meio de tamanho horror, illuminado pelas chammas que de todos os lados rebentavam, os facinoras, sahindo das prisões, andavam pilhando quanto podiam.

O grande ministro, cuja attitude energica e serena dava animo a el-rei, passou tres dias sem sahir da sua carruagem a percorrer todos os sitios de Lisboa onde o terramoto fizera mais estragos, e consolava os desgraçados, distribuia soccorros, incutia o valor tão necessario em conjuncturas taes, de tal sorte, que o povo afflicto via n'elle a providencia pratica.

Ao mesmo tempo fazia uma especie de lei marcial, decretando a execução summaria de todos os bandidos que se encontrassem a roubar pela cidade. E' bom notar-se que o maior numero d'esses criminosos era constituido por desertores hespanhoes. Duzentos decretos lavrou o incansavel ministro em meia duzia de horas, todos relativos á tranquillidade publica, ao alojamento das familias, á distribuição de alimentos e ao enterramento dos cadaveres. Prohibiu tambem que qualquer pessoa sahisse de Lisboa sem um salvo conducto, providenciou no tratamento dos feridos com a urgencia requerida, e conhecendo o perigo resultante do enterramento de tantos mortos nas egrejas, conforme era uso, ordenou que, preenchidas as ceremonias do culto, se atassem fortes pezos aos pés dos cadaveres, e fossem lançados ao mar.

Os jesuitas, comquanto a sua reconhecida illustração comprehendesse a boa razão do processo, cujo fim era evitar que aos males vindos de opprimir a população, se juntasse o horror de alguma epidemia, buscaram denegrir o decreto, dando-lhe fôros de irreligioso.

Do mesmo sinistro tiraram partido, persuadindo os ignorantes de que elle fôra castigo de Deus, pelas iniquidades de um ministro impiedoso, sustentado por um monarcha bem diverso do devoto D. João V. Afim de melhor conseguirem amedrontar a populaça e incital-a contra o grande homem, os jesuitas espalharam a prophecia da repetição do terramoto no mesmo dia do anno seguinte, e que d'essa feita todos os habitantes da capital seriam sepultos nas ruinas. O estado dos espiritos chegou a tanta exaltação que o ministro julgou conveniente cercar a cidade de força armada, no ultimo dia de outubro. Como o nefando vaticinio se não realisou, a população ganhou confiança e o reformador activou os trabalhos da reconstrucção da cidade, fazendo surgir uma bella capital que mereceu elogios de toda a Europa.

O que muita gente talvez ignora é que o marquez de Pombal não poude chegar a concluir tudo o que havia planeado, porque aliás teriamos desde Santa Apolonia a Belem um formoso aterro, fartamente arborisado em toda a extensão, o que daria a Lisboa um formosissimo aspecto.

Ao mesmo tempo voltava a vista sobre o estado decadente da nossa agricultura, e tomava a peito este importante assumpto e tudo quanto se refere ás industrias, forças vivas das nacionalidades.

Com a sua natural energia decidiu obviar aos males resultantes da inercia e da exploração estrangeira. Em 1754 escrevia elle:

«A Inglaterra, fazendo-se senhora de todo o commercio de Portugal, todos os negocios d'esta monarchia passavam pelas suas mãos. Os inglezes eram ao mesmo tempo os patrões e os feitores dos viveres d'este paiz, etc. Os inglezes vinham até dentro de Lisboa roubar-lhe o commercio do Brazil.»

«O commercio hoje domina a politica, d'elle dimana o poder d'um povo. Todas as vantagens que n'esta parte uma nação alcança sobre outra se encaminham á ruina d'aquella que as concede.

«N'isto não ha meio termo nem temporisação—as nações ou destroem, ou são destruidas pelo commercio com outra nação só.»

Devido á descoberta das minas, no reinado de D. João V, toda a gente ia ao Brazil buscar riquezas, e os campos ficavam reduzidos a baldios. Por outro lado o tratado de commercio feito com Cromwel estipulava que da Inglaterra viriam pannos de toda a especie, e assim morreu a industria fabril de Portugal. Na marinha e no exercito o mesmo abandono campeava, porque D. João V apenas se occupava em festas de egreja, e em immoralidades no seu *serralho* de Odivellas.

Para animar a cultura vinicola, e acreditar os vinhos portuguezes no mercado estrangeiro, fundou a Companhia dos vinhos do Alto Douro, fixando o capital em um milhão e duzentos mil cruzados.

Para animar a industria fundou fabricas, deu garantias aos operarios, e occupou-se da cultura da seda, para o que construiu as importantes fabricas a S. Mamede, na rua que ainda conserva o nome de *Fabrica das Sedas*. Concedeu privilegios e honras de fidalgo a quem cultivasse uma determinada porção de amoreiras, e apresentasse certa quantidade de cazulos de bicho de seda. Para ver quanto lucrou esta industria com a protecção do marquez de Pombal basta dizer-se que nos seis annos, entre 1769 a 74 sahiram das fabricas de seda onze mil seiscentas e sessenta e seis peças de tecidos de seda de varios padrões, das quaes muitas foram exportadas para diversos paizes.

Para animar a actividade nascente não empregava meios despoticos, nem impedia quem quer que fosse de entrar na concorrencia. Apenas — nobre intuição!—ajudava os artistas honrados, intelligentes e activos, mas que não podiam desenvolver-se na sua industria por falta de capital.

Então fornecia-lhe emprestimos em condições propriamente generosas.

Senão veja-se a lista dos abonos por elle feitos:

Para fabricas de chapeus, 17:000$000 réis.

Para fabricas de linho, 53:000$000 réis.

Para fabricas de vidros de vidraça, 250$000 réis.

Para fundição de ferro em Paço de Arcos, 1:000$000 réis.

Para fabrica de louça de ferro estanhado e de folha de Flandres, 1:500$000 réis.

De velludo de algodão, bombazina e festões de algodão, réis 2:500$000.

De vidros crystalinos, a Guilherme Stephens, estabelècido na Marinha Grande, 32:000$000 réis.

Para tecelagem e estamparia, 12:000$000 réis.

Para fabrico de pannos de lã, em Cascaes, 10:000$000 réis.

Para fabrica de botões e fivelas de metal, de varias qualidades, 2:000$000 réis.

Para fabrica de tapeçarias, 4:000$000 réis.

Para tranquilisar os timidos, promulgou a lei que abolia a prisão por dividas. Em 1768 aboliu o *index expurgatorio*, velha superstição, que substituiu pela Real Meza Censoria, e instituiu tambem a Regia Officina typographica. Por esse tempo decretou contra a faculdade de qualquer legar em favor dos mosteiros todos os bens que possuisse, abuso que enriquecera as ordens monasticas, á custa de herdeiros mais ou menos proximos dos testadores.

Sebastião José de Carvalho não duvidara impôr o paiz ao respeito de quem quer fosse, sem excepção do magno pontifice, conforme nas contendas com o Vaticano, nas quaes nunca o ministro de ferro cedeu uma pollegada de direitos de Portugal.

Os jesuitas não descansavam na intriga, e faziam espalhar

em Roma que D. José I ia reunir um synodo de prelados em Lisboa, afim de reformar a religião do paiz, e o papa achou a proposito ameaçar o governo. Sebastião José de Carvalho, já então conde de Oeiras, escreveu ao enviado de Portugal na Curia, para que este transmittisse ao cardeal secretario Torregiani que — se Sua Santidade preferisse fazer que as cousas chegassem á ultima extremidade, rompendo com o rei de Portugal, a unica consequencia que teria o rompimento era que, quando houvesse de ser enviado a Lisboa algum nuncio, este seria recebido n'esta capital com a mesma auctoridade que em Paris ou em Vienna; que o rei havia de sustentar a auctoridade da sua corôa; que seriam extinctas todas as usurpações que a Sé Apostolica e seus nuncios fizeram em Portugal, etc.

Afinal deliberou arruinar por completo a Companhia de Jesus, que sempre encontrava no seu caminho, urdindo tramas e semeando calumnias. O duello ia muito prolongado, pois desde annos juvenis o acceitara ou o arrojára o ministro de ferro.

Nem lhe escasseavam motivos de accusação. Os successos do Maranhão e do Grã-Pará, o amontoado de thesouros, adquiridos por um trafico condemnavel á custa de innumeras perfidias e criminosos factos, davam para um milhão de libellos. O marquez de Pombal não esteve com hesitações e em 17 de fevereiro de 1761 ordenou por alvará a confiscação de todos os bens dos jesuitas, que já eram prohibidos de confessar, por deliberação do lucido patriarcha Saldanha.

As desintelligencias com Clemente XIII subiram de ponto, sem que por isso o ministro deixasse de proseguir na derrota dos jesuitas. Quando Clemente XIII falleceu, em 2 de fevereiro de 1769, e por signal sufficientemente mal visto pelos principes europeus, já os jesuitas tinham contra si as côrtes de Madrid, Napoles, Parma e Versailles, as quaes estavam dispostas a pedir ao papa a suppressão da companhia.

Succedeu na cadeira de S. Pedro o virtuoso Ganganelli, que tomou o nome de Clemente XVI. Muito intelligente e bem intencionado, e querendo obstar a qualquer celeuma que prejudicaria duplamente, no temporal e no espiritual a Santa Sé, entrou em negociações com o governo portuguez e pouco depois voltou Almada a occupar o seu antigo logar de ministro de Portugal n'aquella côrte de Roma, sendo affavelmente recebido pelo digno pontifice e festejando a reconciliação com illuminações publicas e outros signaes de regosijo.

Tomou o Santo Padre na devida consideração as queixas apresentadas pelo governo portuguez contra a Companhia, apoiadas em dados historicos. Accusou-a de cumplicidade na tentativa de regicidio na pessoa de D. José I, e provou que não era isto facto isolado, pois além de todas as façanhas d'essa poderosa grei, havia a horrorosa carnificina de Saint Barthelemy em França, e o assassinato do bom rei Henrique IV. Isto sem se fallar na celebre banca-rota da Martinica e em todas as crueldades applicadas ao gentio das possessões ultramarinas.

O habil pontifice resolveu dar o golpe de misericordia no collosso e publicou em 21 de julho de 1773 a famosa bulla *Dominus ac redemptor noster Jesus Christus*, que encheu de jubilo os bons christãos.

Apenas chegou a Lisboa el-rei D. José confirmou-a e o patriarcha festejou a com solemne Te-Deum na Sé patriarchal, a que assistiu a côrte. Houve festejos na egreja do nuncio, que era o Loreto, e por todo o paiz, com repiques de sinos e illuminações

As relações entre Pombal e Clemente XVI tão cordeaes foram que o pontifice lhe fez varios presentes, entre os quaes um annel com o seu retrato, e outro retrato n'uma curiosa miniatura a oleo e duas pequenas esculpturas de prata.

O rei, cada vez mais grato e affeiçoado ao seu talentoso ministro, deu lhe o titulo de marquez de Pombal em 17 de setembro de 1770.

O grande homem, que na mocidade fôra perseguido pela inquisição, não lhe consentiu as prepotencias e viu claramente que inimigos de tal ordem devem ser esmagados a tempo.

Assim foi que lhe coarctou de modo tal a acção que a reduziu ás attribuições de mero tribunal civil, por quanto não podia applicar penas sem auctorisação do governo.

O marquez de Pombal em tudo previdenciava, em tudo introduzia reformas. E' assás curioso um dos seus decretos. Era uso, para as viuvas nobres, seguidamente á morte dos maridos, fecharem todas as janellas das suas casas, encerrarem-se ao canto de um quarto escuro, dormindo no chão, não recebendo pessoa alguma, isto durante um anno.

Succedia que após tão longo martyrio, muitas damas cahiam mortalmente enfermas ou ficavam idiotisadas. O decreto prohibiu estes exaggeros, e determinava que as viuvas sahissem para outra casa, tendo-a, no campo ou na cidade, e não podendo fazel-o tivessem as janellas das habitações onde se déssem os obitos, inteiramente abertas, não se lhes permittindo o *nojo* além de oito dias, nem a reclusão em casa para mais de trinta dias.

Era-lhes prohibido o dormirem no chão e maltratar-se de qualquer fórma.

Em 15 de setembro promulgou a lei que alforriava todos os escravos que pizassem o solo de Portugal.

Afim de corrigir os excessos e fataes consequencias do luxo decretou que na capital, e á distancia de uma legua, não pudessem andar carruagens a mais de uma parelha, sob pena de multa.

Outro sim disciplinou o exercito e a marinha, augmentando consideravelmente o material dos arsenaes. Em 10 de setembro de 1765 publicou um alvará de maximo interesse para o desenvolvimento da marinha mercante.

Na instrucção foi um grande reformador. A Universidade de Coimbra, fóco de casuistica jesuita, onde a mocidade aprendia a sophismar toda a especie de verdade philosophica foi radicalmente transformada, e se mais não adiantou devemos attribuil-o á necessidade de contemporisar com o espirito da época, e não a escassez de aspirações do celebre estadista. Fundou o collegio dos nobres em 19 de março de 1766.

Ao mesmo tempo cuidava da educação do povo; em 6 de novembro de 1772 creou 837 professores publicos de instrucção primaria e secundaria, 94 dos quaes foram enviados para as ilhas e ultramar.

D'estes 205 leccionavam latim no reino, 21 no ultramar e 10 nas ilhas; 31 ensinavam grego na metropole, 4 no ultramar e 3 nas ilhas; 39 ensinavam rhetorica no reino, 7 no ultramar e 3 nas ilhas. 28 davam lições de philosophia no continente, 4 no ultramar e 3 nas ilhas.

Era assim que elle formava uma sociedade e preparava o advento dos ideaes modernos, ou antes *modernisados*.

Em tudo quanto representava actividade e progresso industrial, scientifico ou commercial o marquez teve directa influencia, de modo que foi um eminente revolucionario *de cima*. O mór empenho da sua politica foi fazer convergir todo o poder do estado para a corôa e assim levou a vida combatendo energicamente a alta nobreza, os jesuitas e os inquisidores, tornados outros tantos inimigos de Portugal. Em face do estrangeiro fez respeitar o paiz; é caracteristica aquella resposta dada por elle ao embaixador de Hespanha, quando tentava atemorisal-o com as prosapias castelhanas: «Dizei a vosso real amo, que um homem em sua casa tem tanta força que, até depois de morto, são precisos quatro para o levarem.»

Adoecendo gravemente el-rei D. José, o marquez, velho, cansado da lucta e enfermo, quiz deixar a vida publica, mas a rainha regente não lhe acceitou a demissão. Morto o monarcha, seu amigo durante vinte e sete annos de administração e remodelação total, o grande homem sentia que sobre a sua veneranda cabeça ia estalar a tempestade dos odios reprimidos, e insistiu na demissão, junto da herdeira do throno.

E assim foi. Os inimigos do marquez de Pombal não tiveram mais calumnias para inventar contra elle, e attribuiram-lhe os mais deprimentes delictos, entre elles o de se enriquecer á custa do estado, com grandes fraudes.

Fez-se um processo contra o celebre estadista, e se o não arrastaram ao supplicio foi devido á natural bondade de D. Maria I, que lhe *perdoou* attenta a sua edade.

Todos os prisioneiros implicados, ou como tal suppostos, nos crimes de regicidio, foram immediatamente declarados innocentes, postos em liberdade, e chamados os que haviam emigrado ou estavam cumprindo sentença. Em abril d'esse mesmo anno foi mandado arrancar o busto do marquez, que el-rei D. José mandara collocar na imponente memoria do Terreiro do Paço.

Nem se permittiu ao velho estadista que produzisse defeza das accusações miseraveis que lhe eram feitas pela reacção, que levantava a cabeça triumphante. O marquez, desterrado para a villa de Pombal ali se installou com a esposa, desvelada compa-

nheira de infortunio, e breve se tornou bemquisto pela beneficencia que exercera. Duas filhas o acompanhavam, e estas recommendou elle ao conde de Oeiras seu primogenito, em carta que temos á vista, mas que não transcrevemos por ser muito longa.

Aggravaram-se-lhe então os padecimentos, e os medicos aconselhavam aguas e ares de Coimbra, mas a rainha não consentiu em tal; entanto o processo corria seus termos, com magno prazer dos inimigos do illustre enfermo, zelosos em promover-lhe uma ruidosa condemnação.

D. Maria I. inteiramente subornada pelo fanatismo, ostentava o maior despreso pela obra de seu pae, e em 10 de outubro de 1780 mandou, por decreto, que fosse derogada a sentença de 12 de janeiro de 1755, proferida contra os réus do attentado de 3 de setembro de 1758, concedendo revista de graça especialissima da dita sentença, por um certo numero de juizes do conselho e desembargo do paço, nomeados para esse fim. Quinze juizes declararam innocentes todos os réus mortos e vivos.

Dezoito mezes correram sem que se faliasse no processo que proseguia contra o marquez, por onde se deduz que não conseguiam os miseraveis sycophantas, formar lhe culpa que se não desfizesse como bola de sabão.

Não convinha, todavia, á politica do paço, esta revelação de impotencia para produzir perseguição justificada contra o velho ministro de D. Jose, e appareceu a publico um decreto, datado de 16 de agosto de 1781, no theor seguinte:

«Por justos motivos que me foram presentes julguei não convir ao meu real serviço que n'elle continuasse o marquez de Pombal no exercicio de secretario de estado dos negocios do reino, ordenando lhe que sahisse da minha côrte, e fizesse a sua assistencia na villa de Pombal; não esperando que depois d'esta demonstração se atrevesse com affectada e frivola occasião a formar uma contrariedade em pleito civil que se lhe movia a fazer uma apologia de seu passado ministerio, a qual fui servida desapprovar pelo meu real decreto de 3 de setembro de 1779. E mandando-o ouvir e interrogar sobre varios cargos que contra elle resultaram, não só se não exonerou d'elles, mas antes com as suas respostas e differentes averiguações a que mandei proceder, se qualificaram e aggravaram mais as suas culpas: o que sendo tudo examinado por uma junta dos ministros a que me pareceu encarregar este negocio, foi vencido que o dito marquez de Pombal era réo e merecedor de exemplares castigos.

A que, porém, não mandei proceder, attendendo ás graves molestias e decrepidez em que se acha, lembrando-me mais da clemencia do que da justiça, e tambem porque o dito marquez me pediu perdão, detestando o temerario excesso que commettera. Pelo que sou servida perdoar-lhe as penas corporaes que lhe deviam ser impostas, ordenando lhe se conserve fóra da côrte na distancia de vinte leguas em quanto por mim não fôr determinado o contrario, deixando, porém, illezos e salvos todos os direitos e justas pretensões que possa ter a minha corôa e fazenda, e egualmente os que deviam ter alguns dos meus vassallos para que em juizos competentes possam conseguir ser indemnisados das perdas, damnos e interesses em que o dito marquez os tiver prejudicado; porque a minha real intenção é só perdoar-lhe a pena afflictiva da satisfação da justiça e a satisfactoria das partes e do meu patrimonio real; podendo as mesmas partes e os meus procuradores régios usarem dos meios que forem legitimamente competentes contra a casa do referido marquez, assim em sua vida como depois da sua morte. A meza do desembargo do paço o tenha assim entendido.

Com a rubrica da rainha — Queluz, 16 de agosto de 1781.»

E' visivel o insidioso fim d'este decreto. Os inimigos do grande reformador propalaram que Sebastião de Carvalho enriquecera á custa do real thesouro. Era uma negra calumnia! Em 1775, pelo fim do anno, pouco depois de retirar-se do ministerio, Pombal apresentou á rainha uma relação circumstanciada de todos os seus bens, do meio como os adquirira, e do estado em que se encontrava n'aquella occasião.

N'esse extenso documento provava o honrado estadista não ter nunca recebido do estado mais do que os honorarios de ministro, 400$000 réis, e que sempre recusara as dadivas reaes que el-rei quizera fazer-lhe por varias vezes.

A base da sua fortuna foi a herança dos paes, que possuiam muitos haveres. Os dois irmãos do marquez morreram solteiros; um elevado á dignidade cardinalicia, outro secretario official dos seus negocios politicos, e como cada um houvesse de patrimonio vinte e dois contos de réis, e fossem accumulando capitaes relativos aos seus honorarios como funccionarios, tudo veio a reunir-se na casa do marquez, que foi o que sobreviveu aos irmãos. Os rendimentos dos cargos que os dois fallecidos usufruiam eram cerca de 22:400$000 réis, afóra os rendimentos das suas fortunas particulares.

Tudo explica minuciosamente o honrado ministro, e por isso se não póde satisfazer o odio dos reaccionarios.

Sebastião José de Carvalho falleceu em 8 de maio de 1782, no seu desterro. Os dias de desventura passou os de animo sereno, sem desanimos nem exaltações de beaterio.

A sua politica, por vezes cruel e sanguinaria, tendeu sempre ao engrandecimento do poder real. Se foi despotico nos processos — que em verdade o foi — os fins absolvem-n'o até certo ponto. Consultando os sentimentos da humanidade sômos forçados a condemnar a horrorosa tragedia do *Chão Salgado*, a morte de Malagrida e outros factos vingativos. Mas nós julgamos com a consciencia de liberaes, e em pleno advento de principios de fraternidade, e o marquez de Pombal procedia em harmonia com as ideas do seu tempo.

Era um gigante em lucta com uma sociedade baseada no privilegio, e no desprezo de todos os direitos publicos. Ou havia de esmagar ou de ser esmagado. A sua politica teve em vista abater a fidalguia insolente, dar toda a força ao rei, e destruir o perfido dominio da Companhia de Jesus. Guerreado pelas duas poderosas classes, buscou o apoio do povo, que lhe reconheceu os beneficios e temeu as coleras.

A posteridade fez justiça. O marquez de Pombal teve a sua apotheose nacional em maio de 1882, e o seu nome será perpetuamente um pesadelo para a reacção jesuitica.

E' pena — e isso é — que elle não possa volver á existencia na actualidade... que tanto tinha a fazer!...

A queda do marquez de Pombal arrastou á ruina esta malaventurada nação. Dentro em pouco dos **trinta e um mil e duzentos contos de réis** que elle deixou nos cofres do estado, pouco restava, e as industrias definharam, e a actividade nacional esmorecia, emquanto a rainha se entregava de alma e coração nas mãos dos reaccionarios.

Muito mais havia ainda a dizer do valente ministro e secretario de estado, mas não o comporta esta publicação.

* * *

Sendo a cada passo necessario referirmo-nos ás ordens militares, é dever nosso dizer algumas breves palavras sobre o assumpto.

Começaremos pela mais antiga, que era a ordem de *Malta*, tambem denominada de *S. João de Jerusalem* ou do *Hospital*. Foi seu fundador Godofredo de Bouillon, celebre cavalleiro christão, que tanto se notabilisou nas primeiras cruzadas.

A rainha D. Thereza, regente na menoridade de D. Affonso Henriques, introduziu esta ordem em Portugal entre os annos 1112 a 28. Chefe supremo da corporação aqui, era o gran-prior do Crato, e seguidamente o bailio de Leça.

Alem d'estas dignidades tinha os bailiados honorificos de S. João de Acre, o de Negroponto, que alternava com a Hespanha, e vinte e quatro commendas.

Entre os grãs priores do Crato dois foram tristemente notaveis pelos infortunios. D. Antonio, derrotado pelos castelhanos, e exilado em França e D. Miguel, vencido pelos liberaes, e morto tambem no exilio.

Este foi o ultimo dignitario que teve o grã-priorado.

Temos depois a ordem de *S. Bento de Aviz*, similhante, no seu inicio á ordem hespanhola de Calatrava. O seu primordial destino era proteger e auxiliar os peregrinos que iam a Jerusalem e aos demais logares da escriptura. Não tinha regras fixas, e os seus membros eram voluntarios. Estabeleceu-se em Portugal no anno de 1147, sob a obediencia da ordem de Calatrava, cidade que servia de centro a ambas as ordens. O fundador da monarchia portugueza beneficiou largamente a ordem de S. Bento de Aviz.

D. João I, glorioso mestre de Aviz, separou a brilhante corporação d'estes freires dos de Calatrava, e obteve confirmação d'esta independencia por bulla do pontifice Eugenio IV.

A ordem de S. Bento de Aviz possuia dezoito villas e quarenta e nove commendas no paiz.

Por ordem chronologica temos a seguir a ordem de S. Miguel d'Ala, instituida por D. Affonso Henriques em 1167. Deixou de existir ha muito.

Antes, porém, foi instituida ou antes introduzida em Portugal a ordem dos templarios, 1126.

A ordem de S. Thiago, creada por D. Fernando II de Castella, em 1175, veio para Portugal dois annos depois, por determinação de D. Affonso Henriques. Ficou dependente de Hespanha até 1288, sendo n'esse anno declarada autonoma, por bulla de Nicolau IV, a pedido de el-rei D. Diniz.

Esta ordem tinha em o nosso paiz, cento e cincoenta commendas, setenta e cinco padroados de egrejas, quarenta e cinco villas e aldeias, e muitos mais beneficios.

Palmella foi a sua ultima capital.

Ordem de Christo, Todos sabem que esta não foi mais do que a transformação da ordem dos templarios, habilmente feita por D. Diniz, em 1319.

Foi poderosissima e opulenta. A sua capital era em Thomar, onde ainda está o magnificente mosteiro, admirado por nacionaes e estrangeiros.

Possuia vinte e uma villas, quatrocentas e cincoenta e quatro commendas e uma infinidade de riquezas.

A ordem da Torre e Espada data de 1450 e foi instituida por D. Affonso V. Teve ephemera importancia, e breve cahiu no indifferentismo mais completo.

D. João VI deu lhe revivencia, em 1808, para com ella premiar os officiaes inglezes que se distinguiam na guerra com os invasores, e que, sendo de diversas religiões, não podiam acceitar uma condecoração catholica.

Sua mulher D. Carlota Joaquina instituiu a ordem de Santa Izabel, para damas da côrte, no anno de 1804.

A ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa foi estabelecida em Portugal por D. João VI, no dia 6 de fevereiro de 1818, para solemnisar a sua acclamação.

A capital da ordem era Villa Viçosa, sendo commendador nato o deão da capella real da villa; egual direito concedeu el-rei aos conegos, beneficiados e prior da collegiada, os quaes ficaram sendo cavalleiros da nova ordem.

D. João III, em 1551, uniu á corôa os grãos-mestrados de S. Thiago, de Christo, de Malta e de S. Bento de Aviz, tornando-se assim senhor dos importantissimos rendimentos annexos ás prebendas.

Ordens ephemeras, mas brilhantes, foram as da *Madre Silva* e *Ala dos namorados*, ambas creadas pelo glorioso D. João I.

Houve ainda outra ordem, instituida por D. Sebastião em 1576. Denominara-se *Ordem da Frecha*. Acabou com o desventurado monarcha.

Dos antigos titulos de nobreza, só restam na côrte actual os de *moço fidalgo* e *fidalgo cavalleiro*. Outra ora havia *infanções*, *ricos homens* e *fidalgos*.

O titulo de infanção veio de Oviedo, onde era dado aos filhos segundos dos fidalgos. Em terras de Portugal os mais antigos infanções habitavam as Terras de Santa Maria.

Depois da acclamação do mestre de Aviz, este, em signal de reconhecimento pela briosa attitude do povo de Lisboa, durante o cerco posto pelo rei de Castella, concedeu aos moradores d'esta cidade o privilegio e preeminencias de infanções.

Ricos-homens eram mais do que infanções. Começou a dar se esta denominação a individuos senhores de grandes rendas, mas passou a ser titulo conferido pelos reis.

Tinha todavia, certos encargos inherentes o titulo. Os reis eram obrigados ao sustento dos soldados, e ricos-homens tinham tambem de manter um numero d'elles, em relação á fortuna que possuissem.

Foram os reis dando privilegios e beneficios a estes varões, taes como o commando dos exercitos, das provincias e das praças de primeira ordem, de modo que acima d'elles só ficava o poder da corôa.

Tomaram os ricos-homens por distinctivo o *pendão* e a *caldeira;* na guerra levavam o pendão como bandeira, e n'elle pintavam a caldeira, e cada um a sua divisa particular. Na rectaguarda ia a caldeira, para a comida dos soldados que tinham a seu cargo.

Não eram obrigados os ricos homens a servir na guerra senão quando o rei lá fosse tomar parte.

Os ricos homens eram do conselho de el-rei, e assignavam logo a seguir á magestade, nos documentos de doações régias.

Egas Moniz é o mais antigo rico-homem que conhecemos em Portugal.

O ultimo decreto que nomeou um rico-homem, tem data de 1 de julho de 1451, e foi feito por D. Affonso V, em beneficio de Nuno Martins da Silveira, seu escrivão da puridade, e caudelmór do reino. Os ricos-homens *velavam as armas* como depois outros fidalgos faziam, e suas esposas eram ditas-ricas donas.

Vassallos era titulo que teve varias modificações, e que chegou ao nosso tempo com significação alheia á primitiva.

A lei das Partidas, feita pelo rei de Castella D. Affonso, o sabio, apresenta-nos o vassallo como individuo *que recebe honra ou boa obra do senhor, por exemplo o grau de cavalleiro, terras, ou dinheiro, por serviço assignalado que haja de fazer-lhe.*

Eram de tres cathegorias os vassallos. Uma constava de *ricos-homens*, e formava a principal nobreza da nação. Era importante e compunha se de governadores de castellos e fortalezas dependentes do rei, a quem prestavam preito e homenagem. A outra era feita de todos os populares abastados, que serviam na guerra; e a mais numerosa era constituida pelos fidalgos *acontiados*, que eram uma especie de assalariados da corôa. O rei dava-lhes uma determinada quantia de dinheiro, em troca da qual eram elles obrigados a servir na guerra, levando comsigo determinado numero de homens, cavalleiros ou peões. Tinham privilegio de *juro e herdade*, que estabelecia a hereditariedade por varonia.

Os filhos dos fidalgos acoutiados começavam a vencer ordenado logo que nasciam. Em tempo de D. Fernando I o numero de acontiados era tal que a maior parte dos rendimentos do estado eram por elles absorvidos. Para melhorar as condições pecuniarias do thesouro mandou o monarcha que a hereditariedade dos *acontiados* se limitasse aos primogenitos, ficando sem effeito para os filhos segundos.

O rei D. João I de Castella, foi mais longe na reforma, porque decretou que os primogenitos dos fidalgos *acontiados* só começassem a receber os honorarios na edade em que pudessem servir o estado, e ainda assim em menor quantia do que os paes, durante a vida d'estes.

Entre os vassallos plebeus alguns eram *acontiados* pelos nobres a quem serviam, mas o mesmo D. João I acabou com isso, determinando que só a corôa pudesse sustentar vassallos, e continuou pagando aos plebeus os ordenados que lhes davam os senhores.

Dentro em pouco ficaram ditos vassallos todos os combatentes em campo de guerra, qualquer que fosse a sua qualidade, e por fim estendeu se o nome a todos os subditos dos reis sem distinção de cathegoria.

El rei D. Diniz mandou traduzir e observar em Portugal a *lei das Partidas*. Pouco a pouco cahiu em desuso, ficando apenas de pé a classe de vassallos plebeus. Em 1820 mudou-se-lhes o nome em subditos.

Pelo que respeita á denominação de fidalgo é tambem curiosa a origem. A palavra é castelhana—*higo* d'algo, e por abreviatura hi-dalgo, e significa, *filho de homem que possue alguma cousa*, em bens ou nobreza.

Antes de D. Affonso III não havia o titulo de *fidalgo* em Portugal. Foi esse monarcha que o creou, para distinguir os cavalleiros e escudeiros de linhagem dos que o eram por graça especial do rei.

Um dos primeiros documentos em que se encontra a palavra *fidalgo* em o nosso paiz é o foral dado por D. Affonso III a Villa Real; n'elle se diz que o alcaide-mór do castello, quando o houvesse, seria sempre *filium d'algo*, natural de Portugal, e que *vingasse 500 soldos.*

Vingar 500 soldos queria dizer, segundo uns, que era tal o ordenado a receber, e segundo outros o direito que assistia aos herdeiros de receber essa quantia, caso o alcaide-mór fosse victima de algum assassino, sendo este que tinha de pagar.

Um decreto de D. Affonso V obrigou todos os fidalgos do reino fizessem o serviço da casa real, e se inscrevessem como *mo-*

vadores no paço, pelo que aufeririam certos proventos annuaes, relativos aos cargos que exercessem. Denominava-se isto *moradias*. Naturalmente houve de proceder-se aos agrupamentos por cathegorias, que se fixaram em duas ordens e cada uma em tres graus. A primeira ordem compunha-se dos graus de fidalgo cavalleiro, fidalgo escudeiro e moço fidalgo.

A segunda ordem tinha os graus cavalleiro fidalgo, moço da camara e escudeiro fidalgo.

Já se vê que o escudeiro fidalgo, era o menos qualificado de todos, mas podia subir gradualmente até á primeira distincção.

Os fidalgos que serviam no paço chamavam-se fidalgos com exercicio.

Pouco a pouco, porém, ficaram assim denominados indistinctivamente todos, embora não fizessem serviço.

Para se obter o primeiro fôro de fidalgo era preciso apenas apresentar documentos comprovativos de filiação legitima de pae fidalgo, pelo que se chama *filhamento* ao processo respectivo á petição.

O *foro de fidalgo* é concessão de fidalguia, dada a individuo cujo pae não é da nobreza. Esta honra era conferida não só pelos réis, como tambem pelos principes e infantes; todavia este fôro de fidalguia só era valido depois da confirmação régia.

Os duques de Bragança tinham tambem a faculdade de dar este fôro, mas sob a clausula da confirmação do soberano.

Depois de 1834, transformada radicalmente toda a anterior legislação, ficaram sómente os *moços fidalgos*, e os *fidalgos cavalleiros*.

Os titulos de visconde, conde, marquez e duque, veem dos romanos.

Na antiguidade o mais importante foi o de conde, e o que primeiro se adoptou em Portugal.

Creou-o em Roma o imperador Valeriano, afim de designar os membros do seu conselho, escolhidos entre os senadores, com obrigação de acompanhal-o para toda a parte. Tinham o nome de *de comites* — companheiros.

A breve trecho varios individuos de nome requereram a qualificação e foi-lhes concedido ajuntarem o titulo de *comes* aos seus appellidos ou cargos. Datam de então os *comes estabulae* — estribeiro-mór, *comes-sacravestis*, camareiro-mór, *comes largitionum*, veador — e *comes-rei privatae* mordomo-mór.

A seguir deu-se aos governadores das provincias a designação de *condes*.

Os germanos, vencedores de Roma, adoptaram estes titulos para os seus mais importantes cortezãos. Passou seguidamente o uso á Italia e á Gállia, e de lá veio á peninsula hispanica. Aqui dividiu-se o titulo em duas cathegorias. A mais qualificada era a dos condes que desempenhavam cargos junto do rei. Antepunham-se-lhes o titulo ao nome proprio. Os condes de segunda plana eram titulares das provincias que governavam, ou simplesmente das capitaes d'esse governo.

Os arabes acabaram com os titulos durante o seu dominio, mas os christãos de novo os estabeleceram.

Sabe-se que no novo seculo da era christan uma classe de condes houve investida na soberania real, tal como o conde soberano de Barcellona, o conde soberano de Navarra, condado que veio a transformar-se em reino no anno de 857.

Em 1093 D. Affonso VI de Leão e Castella fundou o condado de Portugal. Elevado a reino, D. Affonso Henriques não nomeou mais condes, limitando-se a conservar os que encontrou na sua côrte, que eram o seu mordomo-mór-conde D. Mendo de Souza, o conde D. Fernão Martins, D. Sancho de Barbosa.

Até ao reinado de D. Diniz não houve mais creações de condado. Este monarcha é que concedeu o titulo a D. João Affonso Telles de Menezes seu mordomo-mór — feito conde de Barcellos por carta datada de Santarem aos 8 de maio de 1298 (era de 1336). D. Affonso IV não concedeu d'estas honras a ninguem. D. Pedro I instituiu os condados de Arrayolos, Ourem, Cêa, Cintra, Faria e Neiva. Depois tornou-se uma epidemia o titulo de conde, até que recentemente nenhum valor se lhe liga, a não ser aquelles que procedem de antiga linhagem, comprovando serviços prestados á patria.

O titulo de marquez tambem o davam os tudescos aos governadores de provincia, que chamavam *markgraff*. Provém de *margrave*.

Os italianos denominavam *marduones* os capitães que tinham a seu cargo a defeza das terras fronteiriças ditas *marcas* — que nós modificamos em *comarcas*.

Em França os funccionarios que tinham eguaes attribuições eram denominados *marches*. Em 814, sob o governo de Luiz I, o Bom, mudou-se-lhes o nome em *marquis*.

Portugal teve o seu primeiro marquez no reinado de D. Affonso V, na pessoa de D. Affonso, conde de Ourem, primogenito do duque de Bragança. Fel-o el-rei marquez de Valença em 14 de outubro de 1451. A seguir a este creou o mesmo rei o marquezado de Villa Viçosa, em 25 de maio de 1455, para o dar ao conde de Arrayolos, D. Fernando; e em 1472 fez marquez de Monte-Mór, ao filho do marquez de Villa Viçosa, que já era duque de Bragança.

Durante a usurpação dos Philippes abundaram os titulos d'este genero. Serviam de recompensa aos traidores que collocavam a ambição pessoal acima da honra portugueza.

Duque vem do latim *Dux*, que significa *capitão*. Era esta a denominação de todos os cabos de guerra romanos, durante a republica. Os imperadores ligaram á palavra mais elevado sentido, de modo que se tornou mais cubiçado este titulo do que o de conde, que andava mui generalisado.

Os visigodos conquistadores de Roma gostaram do titulo, e perfilharam-n'o, tal como fizeram ao de conde. Dentro em pouco os governadores das fronteiras que iam conquistando em territorio das Hespanhas, eram titulados *duces* ou *duks*. Gozavam de grande auctoridade, porque além do commando militar tinham o poder judicial e o civil, com a arrecadação e cobrança dos impostos.

Com a invasão dos musulmanos caducou este titulo, como todos os outros. Refugiou-se, porém, no centro da Europa onde os povos da Lombardia o conservaram. A Allemanha, França e Inglaterra tiveram logo os seus ducados com grandes honras e rendimentos quasi realengos. Em alguns pontos os duques foram elevados a chefes de estado.

Em Portugal não demorou esta honra nos reinados da primeira dynastia. D. João I instituiu-a em 1415 em favor de seus filhos o infante D. Pedro e o infante D. Henrique. Aquelle, seu terceiro filho, por duque de Coimbra, e este, mais novo, teve o titulo do duque de Vizeu.

D'este modo lhes premiou o grande rei as gloriosas acções da tomada de Ceuta.

Visconde, em Roma, era immediato a conde, e fazia as suas vezes no caso de impedimento, no governo e commando dos homens de guerra. Era o mesmo que — vice-conde.

Depois da queda do imperio romano chamaram *viscondes* aos filhos primogenitos dos condes, mas do uzo cahiram no abuso de dar este titulo a todos os parentes d'esses titulares.

Entre nós não houve viscondes antes de 1476. D. Affonso V, achando-se na celebre batalha do Tôro agraciou com este titulo a D. Leonel de Lima, fazendo-o visconde de Villa Nova de Cerveira. O novo e primeiro visconde, era destemido cavalleiro, habil capitão e tinha a alcaidoria de Ponte de Lima.

Durante cento setenta e tres annos não houve outro visconde portuguez. Em 25 de setembro de 1649 é que D. João IV fez visconde de Castello Branco D. Antonio Castello Branco.

O filho d'este monarcha, o desventurado D. Affonso VI creou dois viscondados; o da Asseca, que existe, e o de Barbacena que se extinguiu.

D. Pedro II instituiu o viscondado de Fonte Arcada.

Depois de 1834, e mormente pela segunda metade d'este seculo, o titulo de visconde tornou-se peor do que a praga de gafanhotos.

Barão vem tambem do latim *baro* com a significação de *homem*.

Pouco a pouco foi se-lhe dando certa importancia até ficar qualificativo de pessoa illustre e auctorisada. Chegou a ponto de ser designação de qualidades de valor, riqueza ou preponderancia, e assim se dizia de qualquer que possuisse taes predicados, embora fosse conde ou duque. No decorrer dos tempos chamou-se barão de tal ao individuo que possuia alguma grande propriedade, elevada a baronia. O mesmo rei D. Affonso V creou em Portugal este titulo. O primeiro barão portuguez foi João Fernandes da Silveira — feito barão de Alvito em 27 de abril de 1475.

João Fernandes o primeiro barão foi suggestivo.

Por duzentos annos não houve outro barão em Portugal. D-

Affonso VI creou o baronato da Ilha Grande, que teve ephemera existencia.

Em troca nos tempos modernos cahiu em terras portuguezas um verdadeiro diluvio de barões...

O titulo de *dom*, actualmente extensivo a qualquer creada de servir, vem de *dominus* senhor, e nos primeiros tempos do christianismo os christãos só o davam a Deus.

O primeiro mortal que teve esta honra suprema foi o pontifice, mas ainda assim modificando-se a palavra em *domnus*. No correr dos tempos foi-se estendendo esta distincção aos bispos, e successivamente aos abbades, até chegar a vez aos frades de certas ordens priveligiadas.

Os seculares quizeram tambem participar do *thesouro*.. O primeiro que teve dom foi D. Pelayo, acclamado rei das Asturias no valle de Covadonga, no principio do seculo VIII.

Os reis que se lhe seguiram já não largaram o *dom* e compartilharam-n'o com suas esposas e filhos, prelados, ricos homens, e os cavalleiros de preclara origem.

De Hespanha passou o dom para Portugal onde os reis o monopolisaram como objecto de rara valia, não permittindo que d'elle usassem nem mesmo os seus bastardos. D. Sancho I e D. Diniz I, dois reaes exemplos de infedelidades conjugaes capazes de metterem ao canto todos os conquistadores do nosso tempo, deixaram enorme quantidade d'esses attestados vivos do seu peccaminoso despreso pelo sexto mandamento, beneficiaram-nos largamente em testamentos, mas nomearam-se pelos respectivos nomes sem anteporem-lhes o dom. E nem mesmo as filhas bastardas apanharam o qualificativo, actualmente tão avariado.

O primeiro fructo de regios amores illicitos contemplado com o dom foi o glorioso mestre de Aviz, filho de D. Pedro I, a quem, pelo visto, as saudades da linda Ignez, não destruiram no coração o peccadilho da carne.

Mal cuidava o austero psychopatha como a cubiçada mercê viria resvalando até ao infimo.

Já D. João II viu com mau agrado a multiplicidade de *dons* do seu reinado. Comtudo ainda esse abuso escandalisava o bom senso, e o rei tentou pôr dique ao alastrar da corrente vaidosa

No tempo de D. Manoel o *dom* recobrou o seu prestigio, e representou um dos favores concedidos pelo monarcha ao inclito descobridor do caminho da India. Depois da hecatombe de Alcacer-Quibir, entrou de vulgarisar-se esse tratamento, por condescendencia dos reis usurpadores, e no reinado de D. José foi concedido officialmente ás mulheres dos negociantes da praça de Lisboa. Hoje é partilha das *negociantas* da Praça da Figueira e da Ribeira Nova.

FREGUEZIAS DE LISBOA

Lisboa, a nossa esplendida capital, é administrativamente dividida em quatro bairros, pela ultima reforma que lhe diz respeito. O primeiro bairro consta das freguezias—Anjos, Beato Antonio, Olivaes, Sacavem (intra muros), Santa Cruz do Castello, Santa Engracia, Graça, Santo Estevam, S. Christovam e S. Lourenço, S. Miguel, S. Thiago e S. Martinho, S. Vicente, S. Thomé e Salvador, Sé, S. João da Praça e Soccorro.

D'estas, temos tratado em globo, só nos resta fallar das que são fóra das antigas portas da circumvalação.

De S. Bartholomeu do Beato já tratamos, e por isso passamos ávante e iremos aos :

Olivaes.—Foi concelho independente, creado em 11 de setembro de 1852, mas voltou ao que era anteriormente. O nome provem-lhe da abundante arborisação que lhe enriquece o solo, elevado sobre o nivel do Tejo.

A egreja matriz dos Olivaes tem remota origem, mas desconhecida.

O *Sanctuario Marianno* diz que esta freguezia era das mais antigas que se conheciam. Foi esta a primeira casa que teve a congregação de S. João Evangelista, fundada no reinado de D. João I.

No anno de 1700 via-se na sachristia da egreja um pedaço de tronco de oliveira onde a lenda conta que appareceu a imagem da padroeira. O parocho, porém, pouco atreito á febre dos pieguismos, mandou arrancar o milagroso tronco, entendendo, e bem, que o Christianismo, na sua sublimidade não deve ser victima de crendices sem o minimo valor.

E' aqui uma estação dos caminhos de ferro norte e leste.

E' n'esta freguezia que está a quinta da Mitra, em Marvilla, tão importante outr'ora. Da antiguidade do palacio não fallamos, porque se não sabe quem o fundou. Muitos dos prelados de Lisboa lhe fizeram obras, sendo de todos o mais generoso em despezas n'elle feitas D. Thomaz de Almeida, primeiro patriarcha, a quem muito estimava el-rei D. João V. Antes d'essas obras o edificio pouco mais era do que uma casa de campo modesta. A fachada que olha para o sul é a principal, e fica á beira da estrada. Sobre o pateo, a oeste, ficam as janellas de outra face. A fachada do lado éste corre por um jardim que sobe ao nivel do andar nobre. Da parte do norte abrem-se as janellas e portas para o jardim e grande quinta.

Devemos especialisar o portão da entrada, cercado de baulastradas com pyramides elegantemente lançadas, ao mesmo tempo grandes e imponentes. O edificio que lhe fica contiguo era destinado ao alojamento dos creados.

Em tempo de D. João V as salas do palacio eram ornamentadas de riquissimos velludos, damascos, tapeçarias de alto preço, pelas paredes, tectos, mobilias e até pelo sólho.

Havia ali uma collecção de retratos a oleo, pertencentes a varios prelados lisbonenses, mas que estavam em mau estado. D. João V mandou-os retocar, e incumbiu o trabalho ao afamado pintor portuguez Vieira Luzitano. Eram treze. Alguns tinham sido retirados das ruinas do antigo palacio, no actual pateo da Sé.

Os coches sumptuosissimos, que D. João V mandou fabricar para uso do cardeal patriarcha em solemnidades magnas, arrecadavam-se nas grandes cocheiras do palacio de Marvilla.

O muro que defronta com o palacio, e serve de supporte ao Tejo, foi mandado construir por D. Thomaz de Almeida. Esta parede tem duas pyramides, com as armas dos condes de Avintes, que eram as do illustre patriarcha.

Este palacio foi vendido depois de 1834 por se incluir no numero dos bens nacionaes.

O caminho de ferro corta a quinta pela extremidade norte. E' n'este local que está a povoação de Marvilla. Tambem lá funccionou a primeira escola normal, no palacio dos marquezes de Abrantes.

O convento de Nossa Senhora da Conceição, habitado por monjas de Santa Brizida, foi fundado ali por Fernando Cabral, no anno de 1660. Este convento creou fama por causa dos pastellinhos que as freiras faziam, e mandavam vender.

Na egreja estabeleceu-se o asylo de D. Luiz, e a administração do caritativo instituto adaptou-o ao fim que lhe foi imposto, de modo que as pobres creanças orphãs ali encontrassem um pouco de hygiene e as possiveis commodidades.

Com o producto da venda do palacio da Mitra comprou o governo o antigo palacio dos condes de Barbacena, situado no Campo de Santa Clara, e o deu aos patriarchas para n'elle residirem. Os prelados ficaram occupando o grande edificio de S. Vicente, e o palacio serve de installação ao *pequeno seminario*, fundação do actual eminen issimo cardeal patriarcha, D. José.

No palacio de Marvilla falleceu, em 1845, o patriarcha D. Frei Francisco de S. Luiz Saraiva. Tinha ido ali em busca de alivios aos padecimentos que o minavam.

A freguezia dos Olivaes abrange o logar do Poço do Bispo, onde temos uma estação da via ferrea ; outrosim lhe pertencem os logares de Braço de Prata e Cabo Ruivo. Braço de Prata é uma povoação que se tem desenvolvido depois da installação da fabrica de productos vidreiros. Tem uma associação de musica muito rasoavel, com seu pequenino theatrinho e é estação da linha de cintura.

Cabo Ruivo é um pittoresco logar sobre a margem direita do Tejo. Tem lindissimas quintas e amplos armazens de vinho, dos quaes especialisaremos os da casa Bessone, e que passaram ao visconde da Abrigada. Cabo Ruivo é um bonito passeio assaz frequentado das classes trabalhadoras.

Perto fica a afamada quinta da Mattinha, que foi dos condes de Pombeiro. Ali, na matta, houve em tempos idos grandes caçadas, e se a casita que lá ficou de pé, triste testemunha de alegrias mortas, podesse contar o que viu, dir-nos hia que de festas ali se

fizeram, e quantas risadas sahiram dos labios que a morte ha muito sellou com o sello dos mysterios!

No Poço do Bispo a estrada toma a direcção dos Olivaes, internando-se pela terra e affastando-se da orla do Tejo. Antes de chegar sos Olivaes o viajante pode contemplar o antigo mosteiro de S. Cornelio, muito notavel pela qualidade de offertas que o povo fazia ao altar do pobre santinho... era uma constante exposição de chifres, de prata ou de cera, segundo a particular devoção dos... *predestinados*.

Que esquisitice!

Os olivaes tornaram-se um dos logares industriaes do nosso paiz, mantendo certa animação devida aos operarios e mais empregados das officinas. Ha ali associações de recreio e de soccorros mutuos.

Pertenceu a esta area a quinta do Montalvão, revindicada por Sebastião José de Carvalho e Mello, muito antes da sua elevação a secretario de estado. O processo d'esta revindicação acha-se archivado na Torre do Tombo, e no cartorio da casa de Pombal.

Morrendo a marqueza de Cascaes, a quem havia sido sobrogada a mesma quinta, passou esta para a corôa. Em 1776 D. José I doou-a a José Francisco de Carvalho Daun, filho do marquez de Pombal, e primeiro conde da Redinha, com a faculdade de legal-a aos seus successores, á maneira de vinculo.

Em 1874 foram registadas duas minas nos Olivaes, sendo uma de enxofre e outra de linhite.

Tem a freguezia dos Olivaes muito lindos predios e é illuminada a gaz.

Está creado o titulo de visconde dos Olivaes, que é dos de moderna data.

E' esta povoação das mais antigas, pois que já existia quando os romanos dominaram na Luzitania. Por aqui conduziram elles a via militar de Lisboa a Merida, cidade que n'aquelle tempo era capital da notavel provincia, como hoje o é da Extremadura hespanhola.

De Lisboa ia a estrada por Chellas, passando junto do mosteiro, onde tinha o primeiro marco militar. Para Sacavem atravessava uma ponte sobre o rio Friellas. D'esta ponte cujos vestigios existiram até aos fins do seculo XVII, nada ha actualmente que a memore.

D'esta povoação seguia para Alverca, e de lá, desviando-se um pouco para o norte do Tejo, ia para Alemquer onde tinha um marco dedicado ao imperador Trajano.

Sacavem desempenhou importante papel na historia da conquista de Lisboa. Quando o arrojado fundador da monarchia portugueza poz cerco a Lisboa, os mouros reconheceram que da derrota das tropas christãs dependia a sorte do poder mahometano. Accordaram portanto em enviar cinco mil cavalleiros bem equipados, para que tentassem introduzir-se na cidade, a fim de darem combate seguro aos sitiantes. Presuppunham elles que á cavallaria ligeira não haveria muita difficuldade em manobrar no sentido desejado, tanto mais que os christãos não desconfiavam da tentativa.

Alguem, que não nomeia a historia, poude colher informações seguras, e com ellas se apresentou a D. Affonso Henriques para o pôr de sobreaviso. Immediatamente mandou este a mil e quinhentos dos seus homens de guerra que se postassem na mencionada ponte de Sacavem e não deixassem passar os cavalleiros arabes.

A povoação possuia o seu castello, governado por um alcaide. *Bezci Zaide* era o nome do mouro a quem estava confiado o encargo ao tempo em que se passaram os acontecimentos que vimos narrando.

Estava elle observando o movimento dos soldados quando os cavalleiros mauritanos surgiram á ponte e logo sobre elles cahiram os nasarenos com grande impeto. Os mouros receberam-nos a pé firme, e defenderam-se como heroes que nada temem. Renhido combate esse foi, pelo que o alcaide sahiu com homens de guerra em auxilio dos seus correligionarios. Já o numero dos aggressores era inferior aos dos aggredidos, mas não diminuia o valor de quem contara por milhares os mortos de Ourique.

A jorros corria o sangue de uns e outros, e não era facil avaliar a qual caberia a victoria. De supito os mouros fraquejaram um pouco, e immediatamente os christãos carregaram a offensiva. Desorientaram-se os adversarios, e os nossos, tirando partido da superioridade momentanea perseguiram-nos de modo tal que os obrigaram a uma vergonhosa retirada. Muitos cahiram ao rio, muitos ficaram mortos na arena do combate, e dos sobreviventes todos ou quasi todos foram prisioneiros. O castello cahiu em poder dos nossos, depois da porfiada relutancia do alcaide, que se refugiou ali quando comprehendeu a inefficacia dos seus esforços para accudir aos cavalleiros da sua grei.

El-rei D. Sebastião, querendo narrar estes successos, encarregou alguem de averiguar a fundo dos factos, e soube que a tradicção nada exaggerava, porquanto a narrativa da façanha estava feita em um velho livro fundado na antiga egreja da povoação.

Miguel de Moura, valido e intimo de el-rei D. Sebastião, desejando dar mais nomeada ao grande acontecimento, e vendo que no local da batalha estava edificada uma ermida, obra da piedade de D. Affonso Henriques, pediu a el-rei lh'a desse para mandar fazer ali uma egreja, como fez, dedicando-a a Nossa Senhora dos Martyres, e um mosteiro de freiras.

Tudo assim foi, e o convento, abraçando a regra de Santa Clara teve larga vida e boa reputação.

A capella tinha a sua poetica recordação do primeiro eremita, que foi o alcaide Bezci Zuide, gentil e fidalgo moço, que se lançou nos braços da egreja christã cheio de fé e de devoção.

A primeira egreja matriz de Sacavem esteve no largo da Saude e era collegiada. As prebendas d'esta egreja deram pasto a reiteradas contendas entre os bispos de Lisboa e o cabido da Sé. e D. Sancho I para obstar a esse deploravel estado incluiu-a na divisão que fez.

O terremoto de 1755 destruiu totalmente esse templo, pelo que teve de passar a freguezia para a capella de Nossa Senhora da Victoria. Em 1863 a junta de parochia requereu ao patriarchado a installação da parochia na egteja do convento.

Miguel de Moura e sua esposa construiram o convento á sua custa, e doaram-lhe o padroado e casas de residencia, com a clausula de que, apoz o fallecimento dos dois conjuges, serviriam estas casas para morada do physico e sangrador, tudo bem legalisado nas notas do tabellião Antonio Serrão. Philippe II approvou a escriptura por carta regia de 16 de novembro de 1584.

O edificio monastico, denominado «hospedaria», apoz a extincção das ordens religiosas, applicou-se por fim a quartel dos soldados sapadores que trabalhavam nas novas fortificações.

O rio de Sacavem tem tido quatro pontes, substituindo umas ás outras.

Quando a ponte romana se desmoronou passava-se o rio em uma barca que os duques de Bragança, com direito de portagem, davam de aluguer por 300$000 réis annualmente. Cada cavalleiro e animal de carga pagava 20 réis; cada carro 40 réis; homem a pé pagava 5 réis. Depois construiram ali a ponte de barcas, invento do mallogrado Bento de Moura, tão famoso em mathematica quanto lamentavel em infortunios.

Em 1629 ainda Miguel Leitão de Andrade, autor da *Miscellanea*, viu restos d'esta ponte.

Substituiram-na por uma de madeira que durou cerca de duzentos annos, e acabou incendiada pelos *miguelistas*, em 12 de outubro de 1833 dia em que fugiram atraz de D. Miguel de Lisboa para Santarem.

Em 1842 ficou construida a ponte actual, bello edificio de cantaria e ferro assente sobre quatro pegões, tendo ao meio um rodizio para dar passagem a barcos. O arco de ferro fundido sahiu das officinas do arsenal do exercito. Peza 1:425 kilos, e tem o comprimento de dezoito metros com uma curvatura ao meio de dois metros. E' a quinta ponte do caminho de ferro.

A communicação d'este rio com o grande oceano, conduzindo a desembocar no Baleal ao pé da praça de guerra de Peniche, por vezes se tem apresentado como obra de enormissimo alcance para a defeza de Lisboa. D. João IV e seu infeliz herdeiro D. Affonso VI fizeram alguns planos n'este sentido, mas não tiveram sequer um estudo proveitoso essas intenções. E' verdade que os progressos desgraçadamente feitos pela *arte* da guerra mudaram completamente o systema, as circumstancias e meios de defeza quer terrestre quer maritima; mas em Portugal tudo se descura sem excepção dos mais momentosos assumptos, como este da salvaguarda da capital.

No monte de Cintra construiu se uma fortificação, cujo fosso é o rio. A linha ferrea bate o vale, e o reducto está bem situado. Além do monte fortificado tem mais dois — do *Casal Mocho* e do *Convento*.

Ha por esta freguezia lindissimas quintas e riquissimas lezirias, onde se criam e apascentam bellas manadas de toiros.

Mui notavel é a actividade industrial d'esta povoação que tem uma importante população operaria. Fabricas de tecidos bem montadas, de fundição, de limpeza de ossos, e principalmente a a sua magnifica fabrica de louça, são outros tantos mananciaes de prosperidade para a bonita parochia.

As faianças de Sacavem cada vez mais aperfeiçoadas merecem rasgados louvores, e estão a par dos productos do seu genero manufacturados em fabricas esrrangeiras. Tambem aos illustrados industriaes deve ter sido altamente agradavel o apreço que em varias exposições se tem dado aos objectos sahidos das suas officinas, apreço manifestado em premios e menções honrosas.

Além dos progressos industriaes tambem a arte aqui tem realisado as suas limpidas conquistas, quer no palco, quer na musica. Thalia e Euterpe não são desconhecidas d'esta população laboriosa, honesta e util.

Tres feiras se fazem em Sacavem, e todas muito concorridas. Uma é no dia do Espirito Santo, outra em 14 de agosto, e outra em 14 de setembro. Cada uma d'estas feiras dura tres dias.

Tambem n'esta localidade se encontram grandes armazens de deposito de vinhos.

Ha hospital mas não lhe conhecemos a origem.

Na margem direita do Friellas, junto da estrada que vae da estação do caminho de ferro, temos a praça tauromachica, inaugurada pela feira do Espirito Santo em 1875. Escusado será dizer que em dias de corrida de cornucopetos a terra é concorridissima e cheia de animação.

Varias egrejas ha n'esta freguezia. Nossa Senhora da Victoria notabilisa se pela alta antiguidade, porque se affirma ser já existente no tempo dos godos. Os arabes não a destruiram e consentiram aos christãos que ali celebrassem os mysterios da sua religião, mediante o pagamento de determinado tributo.

Pelo menos em 1147 D. Affonso Henriques encontrou-a aberta ao culto e n'ella orou. Era dedicada a nossa Senhora dos Prazeres, e foi o conquistador de Lisboa que lhe mudou o nome em memoria da acção ganha ali pelos christãos.

O tempo gastou cinco seculos a atacar-lhe o arcabouço de modo que foi mister reconstruil-a em 1690, e assim se effectuou á custa dos piedosos auxilios do povo. O corpo da egreja pagou-o D. Pedro II, e o desembargador José Gatoas de Lacerda concorreu com generosas dadivas.

A epidemia pestifera de 1599 causou enormissimos obitos n'esta freguezia chegando a não haver logar para os mortos.

Sacavem pertenceu ao extincto concelho dos Olivaes.

O segundo bairro lisbonense é formado pelas freguezias da Conceição Nova, Encarnação, Magdalena, Martyres, Pena, Sacramento, Santa Justa, S. Jorge de Arroios, S. José, S. Julião e S. Nicolau.

Extra muros não tem nenhuma.

O terceiro bairro tem as parochias seguintes — Ameixoeira, Bemfica (intra muros), Camarate, Campo Grande, Carnide, Charneca, Coração de Jesus, Lumiar, Mercês, Santa Catharina, S. Mamede, S. Paulo e S. Sebastião da Pedreira.

Ameixoeira. — Demora longe da capital seis kilometros ao norte, e pertenceu ao antigo concelho dos Olivaes. Tambem já fez parte da freguezia do Lumiar. Está em ponto elevado, e é mui antiga povoação, conhecida e habitada pelos godos e pelos romanos.

A capella da Senhora do Funchal, largos seculos matriz da parochia, diz-se ser anterior aos godos.

O nome da povoação é attribuido a certo mouro chamado *Mires* ou *Mirio*. E' possivel, porque antes do seculo XVIII esta territa era dita — *Mixoeira*.

Do seculo XVII são os magnificos paineis que a egreja conserva, e que foram obra do inspirado poeta Bento Coelho da Silveira.

Corre tradicionalmente que na varzea da Ameixoeira, chamada tambem Varzea de Santa Suzanna, se travou em tempos idos uma sangrenta batalha, com os romanos segundo uns, com os mouros segundo outros. Esta opinião proveiu da descoberta das ossadas feita em 1719, dentro de um olival do morgado do Outeiro. Trabalhadores que andavam a cavar deram com uma cova enorme atulhada de ossos, que classificaram de *tulhas mouriscas*.

Eguaes descobertas se teem feito em varios sitios da freguezia nomeadamente no mais elevado, denominado por isso — Covas.

Talvez não ande mui divorciado da verdade quem disser que essas sepulturas devem ter pertencido a povos prehistoricos, pois não se parecem sequer com almocaber arabe nem com sepulturas romanas.

Os cavalleiros da ordem do Templo, e os de Christo, aproveitaram essas *tulhas* para arrecadação de cereaes e toda a especie de dizimos que lhes pagavam os povos locaes.

Da occupação d'esta freguezia pelos arabes e romanos nenhuma duvida pode levantar-se. Em 1790 appareceram dois cippos com inscripções romanas. Na Varzea do Alamo, e em uma rua estão dois poços reconhecidamente feitos pelos mouros.

Os templarios, vindos para esta localidade no anno de 1098, alojaram-se em casas que tinham sido habitadas pelos filhos de Mafoma.

E' antiga, mas não tanto, a egreja matriz, cuja capella mór foi mandada construir por D. Pedro II em 1681. A imagem da padroeira, Nossa Senhora da Encarnação, primitivamente dita do Funchal, julga-se, com bons fundamentos, ser do tempo dos godos, sendo por elles occultada para que não cahisse nas mãos dos musulmanos, quando estes se senhorearam da freguezia. Presume-se mesmo que esta imagem foi achada pelos christãos debaixo de uma espessa camada de funcho, no alto d'esse monte occupado pela povoação, e onde elles deram batalha aos mouros.

A Ameixoeira chamada antigamente *Ameijoeira*, tambem em mais antigo tempo teve o nome de *Funchal*, e pertencia ao Lumiar, sendo donatarias as freiras de Odivellas.

Julgando-se os moradores muito lezados tantas diligencias empregaram que conseguiram constituir-se em parochia independente, desideratum obtido em 6 de junho de 1536. Tal não agradou ao parocho do Lumiar nem ás freirinhas galantes do famoso mosteiro, e todos juntos pozeram embargos á separação. Os da Ameixoeira não cederam, e voltaram a soccorrer-se do papa Julio III que depois de duas bullas em favor dos direitos da pobre gente lhes deu posse da nova parochia. Apezar d'isto as demandas proseguiram até 1545, mas n'esse anno acabaram sem proveito para as monjas.

Este terreno é banhado pelo rio Ameixoeira que o devide da freguezia de Odivellas. Tem duas pontes — a da Povoa e a de Odivellas.

O anno de 1808 foi para o povo da Ameixoeira de tragica recordação. N'esse anno Junot tratava Portugal como paiz conquistado, e tinha os portuguezes na conta de vis escravos. Mas no espirito do nosso povo corriam quando em quando fremitos de heroicidade, e um d'esses phenomenos occorreu em 28 de junho, quando quinze academicos de Coimbra com um cabo de esquadra sahiram intrepidamente com a louca, mas patriotica intenção de desalojar os invasores de Pombal e Leiria, onde estavam praticando incriveis barbaridades. Iam chegando a Leiria quando lhes cahiram em cima vinte e dois dragãos francezes. Os mancebos não se intimidaram e accometteram contra o inimigo com tão nobre e supremo enthusiasmo que os levaram de vencida e obrigaram a uma desairosa fuga.

Informado logo Junot tomou-se de terrivel colera. Era o segundo desastre a constatar dentro de poucos dias, porque muitos não se passavam sobre o desastre de Thomar. Enfurecido mandou sem perda de tempo o general Margeron sahir de Lisboa com dois batalhões, seis peças de artilheria, quatro companhias experimentadas e um esquadrão de cavallaria. Ordem de marchar sobre Leiria, com amplos poderes de exterminio.

A quatro de julho chegavam a Ameixoeira na occasião em que o cirio constituido annualmente seguia o itenerario usual. Margeron mandou emboscar os seus sequazes por entre um pinhal que o cirio tinha de atravessar. O commandante Selignac e o chefe do esquadrão Salm-Salm, puzeram-se á espreita como covardissimos chacaes no farejo da victima, e logo que os inoffensivos festeiros lhes chegam ao alcance ordenam uma descarga cerrada. O pregador e o homem que ia alegremente tocando a tradicional gaita, cahiram banhados em sangue. *Victoriosos* os infames precipitaram-se sobre os tristes romeiros e foi uma espantosa carnificina de velhos que gemiam, de mulheres que supplicavam, de creanças que choravam em alta grita, espavoridas e aterradas.

Ninguem tinha sahido da freguezia armado, porque não sup-

punham que a ferocidade humana attingisse semelhantes proporções.

Os raros que puderam fugir levavam o pavor no olhar e a angustia no coração.

Apoz o nefando crime levaram duas bandeiras do cirio a Junot, e foram mui festejados pelo *heroico* attentado. As suas folhas periodicas classificaram muito o acto infamissimo, e chamavam rebeldes aos pobres martyrisados... Como a historia das invasões tem paginas negras, tão negras qual a *consciencia dos invasores*!

A freguezia de Bemfica está já descripta em outro logar, conjunctamente á homenagem prestada á maior individualidade artistica do theatro portuguez, a formosa e immortal Emilia das Neves, ali nascida e creada.

Camarate. — Pertence á casa de Bragança e foi couto esta freguezia que pertenceu a Sacavem até ao anno de 1511, em que se constituiu áparte. A sua egreja matriz esteve primeiro em uma capella que teve a primeira pedra lançada por D. Agapito Colova, romano e prelado de Lisboa de 1371 a 1380. Em 1511 foi reconstruida e ampliada.

D. João I, o memoravel fundador da dynastia avisense, deu uma grande quinta de Camarate ao seu lealissimo companheiro de armas D. Nuno Alvares Pereira. O gentil condestavel n'ella construiu uma capella á Virgem do Soccorro, e pouco depois fez doação da mesma propriedade aos carmelitas descalços de Lisboa, e estes fundaram ali um convento da sua ordem, seculos apoz a morte do generoso doador.

Era proprietario da quinta David Negro, israelita riquissimo; D. Fernando I devia-lhe grossas quantias e como não lh'as pagava nomeou-o almoxarife das alfandegas do reino, e tinha-o como seu privado e de sua indigna mulher.

Dados os conflictos entre a rainha depois do obito de D. Fernando, e a maioria dos fidalgos portuguezes, David Negro abraçou o partido de D. João de Castella que era o partido de D. Leonor Telles. Victorioso o mestre de Avis, e elevado ao throno, confiscou-lhe os bens e deu a quinta ao famoso condestavel.

Em 1835 foi o convento e cerca vendido em nasta publica, como bens nacionaes.

Tem a propriedade uma fonte a cuja agua se attribuem excellentes qualidades therapeuticas, altamente efficazes em enfermidades do figado. Chamam-lhe fonte do Orelhudo.

A mãe do gran condestavel, D. Iria Gonçalves de Carvalho, gostava immenso da quinta e n'ella findou seus dias.

Houve n'esta parochia uma albergaria modesta, para viajantes pobres; não conhecemos o nome de quem teve a caritativa ideia de a fundar.

Camarate teve juiz ordinario por votação dos seus moradores e confirmado pela camara lisbonense. Esse funccionario era sujeito ao corregedor do bairro do Castello.

Da freguezia do Campo Grande tambem já tratamos em outro logar, e por tanto passemos a

Carnide. — Da vetustez d'esta povoação dá testemunho o seu proprio nome. No entanto é preciso distinguir entre duas opiniões expostas por diversos antiquarios a que mais se approxima da verdade, e não é isso empreza facil.

Dizem estes: Carnide é corrupção de *carniste*, nome arabico derivado do verbo *cárana* — unir. É logo, quer dizer povoação junta, ou reunida.

Veem aquelles e contestam:

Carnide deriva-se direcatmente de carn — que é uma palavra celta com que se indicava o logar escolhido para as orações do seu culto druidico.

Indubitavelmente deve ter sido habitada esta localidade pelos arabes.

Como freguezia já a encontramos mencionada em escriptos documentados, referentes ao anno de 1394, mas consta que já existia n'essa qualidade quando os mouros eram senhores da Lusitania.

Havia aqui quatro mosteiros, dois de memoria historica pelas individualidades que n'elles ficaram adormecidas no somno da morte.

O dos frades carmelitas descalços fundou-o a princeza D. Michaela Margarida, da imperial casa da Allemanha, no anno de 1642. N'elle foi sepultada uma infanta filha natural de D. João IV, n'elle viveu desde 1549 até ao anno em que falleceu, quarenta e quatro annos depois. Esta dama, de nome D. Maria, foi preceptora da infanta D. Luiza, bastarda de D. Pedro II; D. João V reconheceu-a como irmã, e casou-a com o duque de Cadaval D. Jaime.

O convento da Luz foi tambem notavel. Data a fundação d'ease edificio do seculo XVI, tendo sido escolhido o ponto em que estava uma pequena capella egualmente dedicada a Nossa Senhora da Luz.

Essa capella tinha sido edificada por um tal Pero Martins, em virtude do voto que fizera ao achar-se captivo dos africanos, ahi pelo anno de 1463.

D. João III deu a capella aos freires da ordem de Christo que lh'a pediram para edificarem um convento. Interessou-se na concessão a infanta D. Maria irmã do fanatico soberano, a qual mandou fazer a capella mas a expensas suas. E' lá que os restos da princesa estão encerrados em tumulo de marmore.

Feito o mosteiro começou em redor d'elle a edificar-se a povoação que tomou o mesmo nome de Luz. Em 1755 desabou o templo, exceptuando a capella-mór. O mosteiro tambem cahiu em ruinas.

Tentaram os monges reedifical-o e deram começo ás obras, sob um risco de rara opulencia mas que não foi alem dos primeiros trabalhos. O que ficou construido serviu, annos depois, á installação da escola de veterenaria, e successivamente tem servido de quartel de cavallaria, depositos da mesma arma, etc.

A infanta D. Maria, muito devota como aliás o era toda a corte de D. João III, mandou construir proximo do convento o edificio onde funcciona o Real Collegio Militar, destinado na sua fundação a hospital para indigentes. A piedosa senhora dotou-o de rendimentos proprios e sufficientes para sustentar-se, e entregou a administração aos cavalleiros da ordem de Christo.

Os estragos que lhe occasionou o terramoto foram promptamente reparados.

Não sabemos porque rasões deixou de ser applicado o edificio ao fim que lhe assignalou a fundadora. O caso é que em 1814 ali se estabeleceu o Real Collegio Militar, mas não por muito tempo, porque em 1835 o transferiram para o extincto mosteiro de Rilhafolles, onde pouca estabilidade teve porque passou para o magestoso palacio de Mafra. De perigrinação em perigrinação lo voltou para a Luz, e d'esta vez definitivamente.

Sob a intelligente direcção do general Paulino de Sá Carneiro, director do instituto, o edificio foi adaptado ás necessidades e hygiene que são indispensaveis em estabelecimentos d'aquelle genero.

Compõe-se do pavimento rente do chão e andar superior. A frontaria olha o norte, e tem ao centro uma cisterna. E' quadrado o edificio com o centro occupado por um clausto onde está a mencionada cisterna. A parte mais importante apresenta um corte rectangular voltada a face principal ao sul.

E' d'este lado que está o local destinado a recreio dos alumnos, área bastante ampla, resguardada por um muro alto. Ao mesmo nivel estão as cavallariças, varios armazens e casas de banhos.

No rez do chão, á frente do edificio, funccionam as secretarias, salas e gabinetes, onde os alumnos recebem visitas das familias.

Rodeando o claustro ha algumas casas destinadas a officinas litographicas e outras a diversas arrecadações.

E' notavel a cosinha, que fica no meio da fachada sul. Repara-se logo no grande fogão de ferro e aparadores de madeira em volta do aposento. Dois bonitos depositos de cantaria recebem agua que vem por encanamento, e d'elles segue para o fogão e caldeiras.

A casa da copa está a oeste da cosinha, e n'essa direcção encontramos a dispensa e a bibliotheca, indo esta parte do edificio finalisar no refeitorio, ampla peça dividida por pilastras sobre as quaes se apoiam abobadas. Não escaseia ali o ar e a luz, condições indispensaveis á hygiene do corpo e á alegria do espirito dos adolescentes.

Tomando o lado opposto da cosinha passamos pelas casas que estão servindo de repartição de quartel mestre, caserna de empregados interiores, gabinete de physica, museu, e por fim a sala de armas.

Defrontando com a entrada principal da outra parte do claustro, vêem-se duas escadas de pedra. E' por ahi que se alcança o andar nobre.

As salas onde funccionam as aulas dos primeiros annos do curso estão á frente do palacio, e as outras no centro da face sul, tendo methodicamente postas aos lado[illegible] companhias do batalhão collegial.

Nada ha a censurar ás camaratas que estão em excellentes condições de hygiene. Cada uma d'ellas é vigiada por empregados especiaes, e rondada durante a noite.

Emfim em todo o estabelecimento se nota uma cuidadosa attenção tanto sob o ponto de vista moral como material.

As quatro companhias em que se dividem os alumnos são por ordem de edades, de modo que os alumnos dos ultimos annos não communicam com os dos cursos primordiaes, medida bem acertada por diversos motivos.

O internato pode ser pago por qualquer estudante, embora filho de pae que não seja militar. Os filhos de officiaes do exercito, attingida a edade de doze annos são pensionistas do estado, e sahem no fim de cinco annos com a patente de sargentos aspirantes cadetes, podendo seguir ou não a carreira militar. No caso affirmativo recebem o soldo de 300 réis diarios se se matricuiarem na Escola Polytechnica, ou o soldo de sargento em serviço, se optar pelo serviço da caserna, o que mui raramente acontece. Para as carreiras alheias ao militarismo não conservam o soldo

Os lentes d'este collegio são altamente illustrados, podendo affirmar-se que nas suas aulas *se aprende*, o que não succede em outros cursos...

Dos alumnos do Collegio Militar bastantes se teem notabilisado nas sciencias, principalmente nas mathemathicas.

E' sumptuosa a capella do edficio, principalmente pela riqueza da capella-mór.

Quando era hospital não recebia enfermas, mas apenas homens doentes e ainda assim não deviam padecer males contagiosos.

A infanta fundadora deu-lhe 2:500$000 de rendimento sob condição de serem 250$000 réis destinados aos honorarios dos sacerdotes que deviam cantar missa quotidiana por sua alma, ao romper do sol, e rezar outras duas com o mesmo fim.

No convento de Santa Thereza, mui antigo, e reedificado por outra infanta D. Maria, bastarda de D. João IV, foi esta princezasinha creada e educada.

Não professou, mas nunca quiz sahir d'aquella voluntaria clausura.

D. João IV amou-a ternamente, e ali mesmo no mosteiro a reconheceu como filha sua com grande cerimonial a que assistiu toda a côrte. A rainha D. Luiza de Gusmão estimava a innocente donzellinha, e d'isso lhe dava provas visitando-a bastas vezes.

D. Pedro II, pae illegitimo de D. Luiza, que veio a ser duqueza de Cadaval, confiou a educação d'essa real bastarda a sua adoravel irman D. Maria, vindo as duas infantas a viver no mesmo convento.

Carnide n'essa epoca via quasi todos os dias os monarchas pizando o seu solo, e extasiava-se na visão da deslumbrante formosura de D. Maria Francisca de Saboya, apaixonada do proprio cunhado e rei.

E quando a morte colheu aquella vida em flôr, outra radiosa figura de mulher coroada ali ia em visita ás duas infantas enclauzuradas. D. Maria Sophia de Neubourg, menos bella e menos amada iria, quem sabe? retemperar a alma ferida de desgostos na tranquilla melancolia d'aquellas gentis recolhidas que fugiam das creaturas mundanas.

Carnide tem uma unica fonte que goza de boa fama em cazos de enfermidades de urethra, ou cousa parecida.

Em velhos tempos houve o seu juiz de vintena nomeado pela camara de Lisboa.

E' muitissimo concorrida a povoação nos dias 7 e 8 de setembro, quando se fazem festejos e feiras da Luz, tão conhecidas e apreciadas do povo lisboeta.

Ha então um grande e vistoso arraial, cousa de ver-se pelo movimento, alegria e pittoresco do conjuncto.

O Cirio do Cabo tambem costuma vir a esta povoação, mas muito decahido do que foi outrora.

Em 1795 teve elle uma desusada e unica solemnidade, mercê do auxilio que lhes deu a familia real. D. Carlota Joaquina e o principe herdeiro seu marido quizeram tomar parte na festa popular de modo que fizeram conduzir a imagem na mais luxuosa *estufa* das reaes cocheiras.

Atrellaram-lhe oito urcos, ricamente ajaezados, que faziam pasmar toda a gente do povo. Dois coches de estado, aquelles celebres coches de D. João V, acompanharam o cortejo indo cada um puchado a oito possantes urcos.

Nunca se tinha visto tamanho luzimento n'aquelles sitios. Tambem ss não repetiu, porque a famigerada dama hespanhola só procedia por caprichos de occasião.

Charneca.—E' assim chamada a freguezia que demora ao norte do valle de Chellas.

Destaca-se dos seus edificios uma casa nobre, solar dos Mesquitas, e que foi cabeça de um oraculo do Senhor da Torre dos Coelheiros.

E' mui antigo este morgado, instituiu-o um meirinho-mór de D. Affonso IV, chamado Fernão Gonçalves Cogominho. Era muito poderoso este varão, e as terras do seu morgado excediam trinta e seis kilometros de circumferencia, comprehendendo uma populosa aldeia com sua torre de defeza.

A Charneca teve dois juizes de julgado, escrivão e alcaide, subordinados á camara de Lisboa, e á corregedoria de Alfama.

Actualmente só tem de notavel as bellas quintas, e a excellencia dos ares.

Lumiar. — Encontra-se a seis kilometros da capital, e foi do extincto concelho dos Olivaes. Assenta em planicie esta bonita e alegre povoação muito estimada da gente de Lisboa, e hoje habitada por familias d'esta cidade, de onde a população se desdobra pelos antigos suburbios. A antiga estrada de Lisboa ao Lumiar corria entre magnificas quintas, terrenos urbanos alguns aproveitados para edificações, como pelo bairro Estephania e bairro Linhares, verdadeiras joias da Lisboa de hoje. Ainda ha porem quintas realmente deliciosas, entre o Campo Grande e esta povoação, principalmente a quinta dos duques de Palmella, e dos marquezes de Olhão.

O nome da povoação — Paço do Lumiar, provem-lhe do palacio que D. Affonso III ali fundou. D. Diniz deu a propriedade com a magnifica quinta ao seu dilecto bastardo D. Affonso Sanches, pelo que se lhe ficou chamando *Paço de Affonso Sanches*.

Toda a gente conhece a deploravel conducta de D. Affonso IV, primogenito real de D. Diniz, para com seu irmão natural, e até para com seu pae e Senhor.

O principe herdeiro imaginou que el-rei projectava deshérdal-o em utilidade de bastardo, e moveu guerra civil, criminosa lucta, contra o auctor de seus dias. Sem a santa intervenção da virtuosa rainha nem se prevê a que scenas daria occasião o reencontro de Entre Campos, dado o exaltado genio do principe real.

Logo que cingiu a corôa Affonso IV deu largas aos crueis instinctos da sua alma, perseguindo e dammificando o desventurado irmão. Confiscou-lhe os bens, e mudou o nome ao Paço de Affonso Sanches, que d'então se denominou Paço do Lumiar.

Este nome lhe ficou, comquanto a propriedade sahisse da corôa para o poder de particulares capitalistas.

Fica o Paço do Lumiar a oeste do Lumiar em terreiro lindissimo, rodeado de predios aos quaes sobresahe em opulencia o paço com seus primorosos jardins.

A quinta dos duques de Palmella abrange o paço e quinta do desventurado infante D. Affonso Sanches.

Difficilmente se poderá encontrar maior numero de embellesamentos em outra propriedade! Conhece-se que só o amor da arte alliado á abundancia de cabedaes poderia realisar aquelle nucleo de encantos. Nem a gente sabe se deve de preferencia admirar as obras de esculptura, profusamente dispostas em primores de estatuaria, se a variedade e formosura da flora, misturada de exemplares dos climas temperados e do equador. Diremos simplesmente que são de rara valia as estufas, como tambem os viveiros de aves de toda a especie.

Na egreja matriz do Lumiar, fundada por D. Matheus, bispo de Lisboa, no anno de 1276, está uma cabeça que dizem ser de Santa Brizida, virgem lisboeta que padeceu o martyrio no dia 1 de fevereiro de 518.

Tres feiras se fazem n'esta freguesia, e todas assás concorridrs.

Pertenceu o padroado da egreja ás monjas de Odivellas.

O extincto e humanitario visconde de Loures fundou o asylo da infancia desvalida, e dotou-o com 16:700$000 réis nominaes de inscripções.

D'esta freguesia é o logar de Telheiras, muito agradavel e pittoresco, e que teve todo o merecimento para um principe de Ceylão, senhor de Candia, chamado D. João. Era pretinho como carvão o bom do principe que veio a Telheiras em pessoa, fundar um convento de franciscanos sob a invocação de Senhora das Portas do Ceu, e aqui falleceu no anno de 1642.

A egreja do mosteiro é deveras grandiosa, de elegante architectura e magnificas pinturas, algumas de subido valor artistico, feitas em vida do fundador.

O principe negro jaz n'esta egreja em mausoleu de marmore,

Outrosim pertence á parochia que vimos descrevendo a celebrada Calçada de Carriche, de folgasã memoria para os estroinas de ha quarenta annos. Fica na estrada que vae do Lumiar a Odivellas, e que tambem segue para Lousa. Lá ao fundo é o *Hotel da Nova Cintra.*

Toda a geração de hontem, actores, musicos, fidalgos de *vida airada*, escriptores legendariamente estroinas, emfim toda a bella *bohemia* que passou, por ali riu e se juntou em festins pantagruelicos. Eram, no fim de tudo, corações abertos e leaes, descuidosos do dia de amanhã, mas capazes de rasgos de generósidade que não teem imitadores.

Além do que essa geração foi distincta em tudo. Teve os seus grandes poetas, os seus grandes musicos, os seus grandes actores, como se o talento lhes houvesse marcado ponto de reunião n'esta formosa cidade. Que enormissimas saudades devem restar aos sobreviventes quando recordam esses tempos.

Não era então a vida, como hoje, um sudario de afflicções nacionaes, nem as circumstancias geraes do paiz traziam de sobresalto os animos. Amortecidos os desgostos das contendas civis os partidos, perfeitamente definidos degladiavam-se com lealdade, honrando cada um a bandeira que hasteava.

Emilia das Neves e Tasso tinham a realêza de Thalma; Casimiro Junior e Migoni eram radiantes soes do templo de Euterpe, Castilho, João de Lemos, Alexandre Herculano e Camillo Castello Branco eram semi deuses da litteratura e da poesia, e José Estevão Coelho de Magalhães derramava no parlamento torrentes de eloquencia demostheniana.

Na imprensa Silva Bruschy e Antonio Rodrigues de Sampaio eram dois antagonistas gloriosos. E por cima de todas estas radiações do genio portuguez o espirito de Garrett, desdobrando azas de luz vivia na immortalidade da sua obra.

Ah! Que saudades devem ter os sobreviventes!

Deixemos porem a Nova Cintra com as pittorescas memorias das esperas dos touros de ha meio seculo, quando os Nisas, os Vidigueiras, os Vimiosos e outros gloriosos bohemios enchiam aquella area de risadas e toques de viola, e vamos seguindo até ao largo onde a estrada se divide em dois ramos, um para a Povoa de Santo Adrião, Mealhada, Loures, etc., e outro, o da esquerda, para Odivellas e outros logares.

E' o largo do Senhor Roubado onde vemos uma capella que tem uma historia conhecida de todas as pessoas da freguezia.

O caso passou-se na noite de um domingo para segunda feira, de maio de 1671. E' protogonista do negro caso um mocetão dos arredores, servo assoldado para trabalhos de lavoura, e de nome Antonio Ferreira. Ora na tarde do dia 10 de maio o desvairado achou ensejo para introduzir-se na egreja conventual de Odivellas, e lá ficou occulto conforme poude. Deixou sahir o sachrista, apagar vellas, e alta noute, á luz do lampadario, poz-se, muito pausadamente a despojar as imagens dos paramentos e joias. Podia limitar-se a isto mas foi mais além, porque profanou o sacrario, disseminou as particulas, ou comeu-as, segundo alguem pretende. Que ideia o laponio teve! Depois de tudo isto consummado entrouxou o espolio das imagens, abriu a porta e sahiu com o fardo envolto em uma toalha de altar.

Cá fóra vinha rompendo a madrugada, linda e rosada manhã de maio, cousa que contrariava o ladrão sacrilego. Embrenhou-se então em um silvado existente no local da capella actual, e ali escondeu os objectos na intenção de os transportar em occasião menos arriscada.

A esse tempo o sachristão, indo tocar ave-marias, dava com o roubo, e corria alarmado a prevenir o padre e as auctoridades. Pode-se suppôr das diligencias que seriam judicialmente empregadas para capturar e descobrir o criminoso, desde que se pense um pouco no estado de fanatismo que dominava a sociedade portugueza. No entanto as buscas foram infrutiferas. Mezes e mezes decorreram sem se adiantar passo, e assim se chegou a julho do anno seguinte.

No dia 16 d'este mez alguem, casualmente, descobriu dois vasos sagrados atados com um lenço, uma trouxa com roupas das imagens e outros objectos da egreja. Limitou-se a isto a descoberta porque não se achou vestigio algum do auctor do sacrilegio.

Correu tempo, as monjas de Odivellas queixavam-se de falta de creação gallinacea, e deram ordem aos famulos para que vigiassem persistentemente a cerca todas as noutes.

Assim se fez, e na noite de 16 do mez indicado o gatuno cahiu na ratoeira. Era Antonio Ferreira. Estamos em dizer que o desgraçado era tolo sem mistura de senso commum. Tinha no bolso a cruz de prata do remate de um dos vasos sagrados que no anno anterior se tinha descoberto entre as silvas e canaviaes, e não fez o minimo exforço para livrar-se do lance em que se metteu estupidamente.

De resto de nada lhe serviu o crime porque foi occultar o roubo e nunca o foi buscar, nem podia d'elle aproveitar-se, visto ter posto tanto tempo á disposição das pesquisas judiciaes. Um louco!

Similhantes considerações não fez a justiça, nem ao tempo do delicto cabia na mente de um juiz biliosamente devoto a possibilidade do estado pathologico em creatura incursa no crime de sacrilegio. O rapaz era mesmo incapaz de imaginar uma defeza, nem tal lhe seria acreditado. Julgaram-n'o e condemnaram-n'o a baraço e pregão, sendo arrastado pelas ruas de Lisboa.

E' foi. Cortaram-lhe as mãos e queimaram lh'as, obrigando-o a vel-as arder depois do que, atado a um patibulo em altura de ser visto pela multidão sempre ávida de espectaculos cannibalescos, padeceu pena de garrote. Com receio de que não ficasse ainda assim condignamente punido o medonho crime, lançaram-lhe o corpo na fogueira, e por ultimo deitaram-lhe as cinsas ao mar.

O Rocio de Lisboa foi theatro d'esta punição applicada por gente christã, em nome da religião do doce e piedoso Nazareno.

Até 1742 limitou-se a memoria do acontecido a uma cruz de madeira enterrada no local onde estiveram os objectos roubados. N'esse anno um paulista, Antonio dos Santos Prazeres, ouvindo contar a historia não julgou bastante a cruz que o tempo destruia, e determinou construir ali mais perduravel padrão.

Fez o desenho, e foi ter com o proprietario do terreno para que o auctorisasse á construcção projectada. Este porém não tinha os mesmos escrupulos, e objectou ao pretendente que se a capella se fizesse não faltariam devotos a pisar-lhe os campos com o que a lavoura lhe ficarie prejudicada em muito.

O irmão paulista appellou para a esposa do proprietario, e a licença não se fez esperar. Então como hoje quem quizer resolver assumptos *graves* entregue-os ao patrocinio das damas. As demais diligencias junto do prelado e outras auctoridades foram rapidas. Luctou porém com falta de meios pecuniarios, mas valeu-se da boa vontade dos devotos e lá conseguiu pôr de pé a memoria, para cujo effeito muito trabalhou moral e materialmente.

O padrão tem uma inscripção feita em portuguez.

No local onde o tresloucado rapaz occultou o roubo tambem o meticuloso irmão paulista collocou um padrão pequeno, com as palavras — *logar do enterro.*

Inutil será dizer que o povo entrou logo a concorrer ao sitio, dando-lhe o nome de *Senhor Roubado*, e as esmolas cahiram a rôdo. O prior do Lumiar achou que valia a pena fazer valer os seus direitos á posse e administração da capella, visto que se encontrava dentro dos limites da sua parochia. Levantaram-se questões, e afinal a auctoridade ecclesiastica indeferiu-lhe a pretensão. As esmolas foram applicadas á obra.

O quarto bairro comprehende as freguezias de Ajuda, Alcantara, Belem, Lapa, Santa Izabel e Santos o Velho. D'estas freguezias tratamos no artigo descriptivo da capital.

Ao encerrar os nossos trabalhos sobre esta obra não temos pretensões a dal-a por completa.

Uma descripção de Lisboa, para ser feita com verdadeiro rigor, levaria muito tempo, encheria muitos volumes, e exigiria numerosos capitaes. Fez-se o *possivel* apenas.

De dia a dia Lisboa se desenvolve, se embelleza, se civilisa. Os escriptores que se tem dado a estudos para a descreverem, mal poderiam na actual cidade reconhecer a Lisboa dos casebres do Loreto, da Horta das Tripas, do Caracol da Penha. Todo o formoso bairro da Estephania e o bairro Linhares, são do nosso tempo, tal qual o bairro da Graça, o bairro Camões, grande parte das ruas de Campo de Ourique e as findas avenidas modernas.

O camartello do progresso derruba vertiginosamente os pequeninos logarejos, e a cidade invadiu campos, casaes, burgos antigos, chegando a roubar espaço ao proprio Tejo, nas ancias de expansão crescente.

Que estranhesa para um frequentador do famoso Passeio Publico, se podesse volver á existencia e se achasse na actual Praça dos Restauradores! Os vivos que mais ou menos recordam as noites de illuminação e fogo de artificio ali offerecidos á Lisboa dos tempos de alegria, suspiram ao lembrarem as grandes arvores, os bellos lagos e os doces affectos ali nascidos, e quiçá já sepultos nos covaes do cemiterio ou nos cemiterios do esquecimento.

Lá estão ainda as bellas figuras de pedra, nos dois lagos e a meio da Avenida da Liberdade, e Deus sabe que de olhos se marejam de lagrimas ao contemplar essas mudas testemunhas de meigas confidencias e de pequeninos amúos entre apaixonadas creaturas, cujas madeixas louras ou negras o tempo orvalhou de fieiras de neve, e cujos corações serão talvez hoje um tumulo de esperanças mortas!

E que ponto de reunião ali era!

Toda a Lisboa elegante, artistica, endinheirada concorria aos concertos regidos por Mme. Amann, uma illustre artista que fez a admiração d'aquelle tempo.

Epoca de romanticos sentimentalistas, e de bohemios de *primo cartello*, valia afinal mais do que estes dias que vão correndo, sem crenças nem encantos, sem alegrias nem sinceridades.

Dos estroinas de então narram-se acções de rara generosidade, expontaneas, sem pretenções a reclames de jornaes, o que actualmente é *ávis rara*, porque pouca gente é capaz de fazer bem pelo santo principio da caridade.

Ha n'este trabalho varias lacunas, nem podia ser perfeito, mesmo por ser obra de uma só pessoa e que se viu a braços com falta de auxiliares. Quizemos dar noticia de alguns estabelecimentos officiaes, porem não obtivemos apontamentos seguros.

A cada momento nos defrontamos ou com a impossibilidade de narrações, ou com subsidios mais ou menos elevados de parcialidades.

Outros farão melhor que a assim é a lei do progresso.

O que ahi deixamos escripto estará dentro de trinta annos para a Lisboa d'essa epoca como as descripções anteriores para a actual. Um quarto de seculo transformou a capital conforme se vê, e quem conhece a sua antiga disposição pasma da mudança. O que será para o meiado do seculo XX! Quanto terá realisado a mechanica em todas as suas relações com a commodidade publica! Nossos avós andavam a pé, e faziam o percurso do Campo Grande em burricadas, durante a época da feira annual. Todas as calçadas actualmente servidas por elevadores foram pisadas por muitas gerações de individuos mais robustos de musculatura, e quiçá mais fortes de animo. A civilisação abastarda os organismos de tal sorte que em nossos dias quem sobe a calçada do Monte, a calçada da Gloria, Lavra ou Estrella sem chegar ao cimo suffocado merece, pelo menos, uma *menção honrosa*, Somos quasi todos dilatados, cardiacos, tuberculosos, e todos victimas de angustiosas neorepathias.

Dentro do seculo em que estamos deverá ficar demolido o infecto e miserrimo bairro de Alfama, e da velha Mouraria, além de outras travessas immundas que ainda envergonham a nossa capital.

E então adeus tradições das grandes maravilhas do heroismo medievo em Portugal! Os restos já raros das muralhas, o recinto do Castello, reliquias da primitiva cidade tomada aos mahometanos, ainda nos fazem devanear sobre a época da cavallaria valente e enamorada, e sobre as lindas filhas de Mafoma, morenas como a trigueirinha de Salomão e com olhos de luminosos brilhantes negros. O progresso é luxuoso, estrondeante, vertiginosamente irriquieto, mas é frio, methodico, uma especie de razão de juros movida a vapor.

E apesar das suas maravilhas nunca os reverberos da luz electrica, incidindo sobre as mais altivas cornijas da cathedral do Progresso, terão a dulcissima poesia, o espiritual encantamento de um chuveiro de luar banhando piedosamente um castello em ruinas, uma pequenissima capella esquecida entre severos e seculares castanheiros e aroeiras, pelas encostas das montanhas.

Estimulam-se os sentidos no banquete da civilisação, mas perante as grandezas do preterito, sublimes na sua propria simplicidade, o espirito como que ajoelha religiosamente a receber a hostia bemdita do sentimento.

Angelina Vidal.

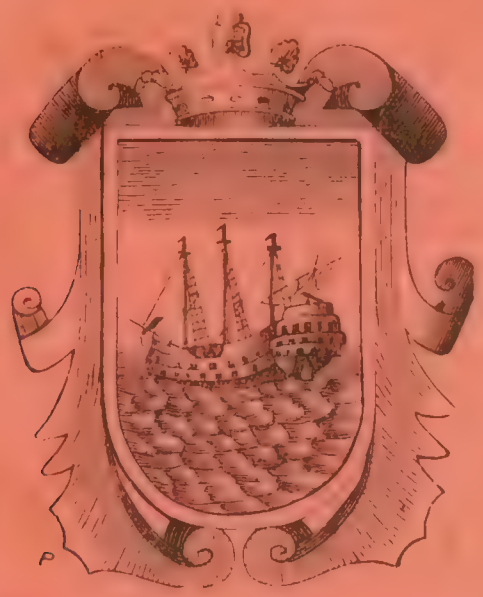
FIM

LISBOA ANTIGA

E

LISBOA MODERNA

Historia desde a sua fundação até aos nossos dias — Acontecimentos historicos — Lendas e tradições Monumentos — Cercos e pestes que tem soffrido, etc., etc.



BRAZÃO D'ARMAS DA CIDADE DE LISBOA

1.º TOMO

António Jones [illegible]
Coimbra [illegible]

PREÇO 100 REIS

1901

Typographia da *Bibliotheca Popular de Legislação*
17 — Rua Nova do Loureiro — 17

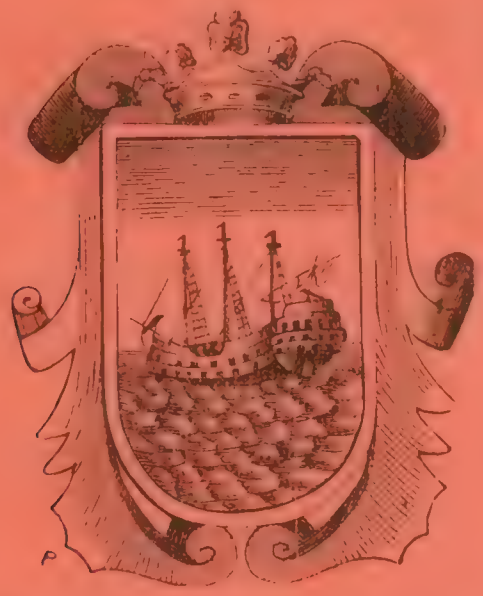
LISBOA

LISBOA ANTIGA

E

LISBOA MODERNA

Historia desde a sua fundação até aos nossos dias — Acontecimentos historicos — Lendas e tradições Monumentos — Cercos e pestes que tem soffrido, etc., etc.



BRAZÃO D'ARMAS DA CIDADE DE LISBOA

2.º TOMO

António Gomes Mariz
Coimbra 7/1 1916

PREÇO 100 RÉIS

1901

Typographia da *Bibliotheca Popular de Legislação*
17 — Rua Nova do Loureiro — 17

LISBOA

LISBOA ANTIGA

E

LISBOA MODERNA

Historia desde a sua fundação até aos nossos dias — Acontecimentos historicos — Lendas e tradições — Monumentos — Cercos e pestes que tem soffrido, etc., etc.

BRAZÃO D'ARMAS DA CIDADE DE LISBOA

3.º TOMO

António Gomes Magalhães
Coimbra 7/1912

PREÇO 100 RÉIS

1903

Typographia da *Bibliotheca Popular de Legislação*
107 — Rua de S. Mamede (ao Largo do Caldas) — 107
LISBOA